02

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, pela **2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITABORAÍ**, no exercício das atribuições conferidas pelos arts. 127, caput e 129, III da CRFB, art. 25, IV da Lei Federal n. 8.625/93 e art. 34, VI da Lei Complementar Estadual n. 106/03, com fulcro na Lei Federal n. 7.347/85, na Resolução CNMP nº 174/17 e na Resolução GPGJ nº 2.227/2018 **RESOLVE** promover a instauração de **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**, na forma que segue.

MPRJ nº: 2020.00174156	**Portaria nº: 62/2020**	**Prazo: 01 (um) ano**

Atribuição: Defesa e Proteção do Meio Ambiente.

Assunto/Ementa (Código: 10110): Meio Ambiente. Apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima, obrigou-se a *"(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), **em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC**, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade".*

Origem: Ações Civis Públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, 0009869-83.2018.8.19.0023 e 0009859-39.2018.8.19.0023.

Reclamante(s): De ofício.

Reclamado(s): PETROBRAS, INEA e Estado do Rio de Janeiro.

Observação: ACOMPANHAR O CUMPRIMENTO DO TAC II COMPERJ.

Para tanto, **determina-se.**

1. Registre-se e autue-se (art. 15 c/c 70, I e art. 16, § 1º, Resol. GPGJ 2.227/18);
2. Registre-se no Sistema MGP (art. 1º, Resol. GPGJ/CGMP 02/2010);
3. Dê-se publicidade ao presente ato publicando-o em quadro próprio deste órgão ministerial pelo prazo de 15 dias (art. 23, §1º, I, Resol. 2.227/18);
4. Dê-se cumprimento às diligências determinadas no **relatório inicial de investigação.**

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, 207, salas 606/607, Centro, Itaboraí, RJ (CEP:24.800-113)
Tel. 2645-6950

Itaboraí, 19 de fevereiro de 2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

RELATÓRIO INICIAL DE INVESTIGAÇÃO

Ref.: Procedimento Administrativo nº 62/2020

Trata-se de procedimento administrativo tendente a acompanhar e fiscalizar o cumprimento de obrigação constante no item 1, da cláusula sétima, do TAC II COMPERJ.

O MPRJ, por meio desta Promotoria, ajuizou as ações civis públicas nº 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023 e 0009897-51.2018.8.19.0023 em face da PETROBRAS, INEA e ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no dia 26/06/2018, questionando o licenciamento ambiental e seus impactos dos seguintes empreendimentos do COMPERJ, respectivamente: (i) Unidade de Processamento de Gás Natural – UPGN e Unidade de Óleos Básicos Lubrificantes – ULUB (objeto do IC 1/2013); (ii) Linhas de Transmissão de energia elétrica de 345 kV do COMPERJ, conforme apurado no IC 102/2011; (iii) Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ (objeto do IC 95/2011 e Inquérito Civil n.º 16/2012); e (iv) Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ (objeto do IC 106/2010);

As citadas ACP´s foram ajuizadas com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio dos Inquéritos Civis nº 1/2013 (MPRJ 2013.00014040), nº 102/2011 (MPRJ 2010.00590749), nº 95/2011 (MPRJ 2011.00847727), n.º 16/2012 (MPRJ n.º 2012.00126195) e nº 106/2010 (MPRJ 2010.00008169);

Após o ajuizamento das citadas ACP´s, o Ministério Público, em agosto de 2018, foi procurado pela ré Petrobras, que manifestou interesse em tentar celebrar Termo de Ajustamento de Conduta. Assim sendo, o MPRJ requereu a suspensão dos citados processos, para tentativa de solução consensual da lide. Em janeiro de 2019, o Estado do Rio de Janeiro, por meio da SEAS e INEA, passou a participar das tratativas para o TAC. Desde então, foram realizadas constantes reuniões sobre o assunto (por e-mail, whatsapp, telefone e presenciais na sede do GATE, da PGJ, da Promotoria, do INEA, da SEAS e da PETROBRAS), com exaustivo debate sobre cada cláusula do TAC.

Em 09/08/19, foi celebrado o TAC I COMPERJ que, em síntese, teve por objeto tratar da integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e algumas questões pontuais, sobretudo relacionadas à restauração florestal, das demais ACP´s. De agosto/2019 até fevereiro/2020, as partes dos citados processos construíram o TAC II COMPERJ que tem por objeto todos os pedidos remanescentes das ACP´s 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023 e 0009897-51.2018.8.19.0023.

Finalmente, no dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo submetido à homologação pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí.

O citado TAC II COMPERJ possui mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

Sem prejuízo da atuação dos demais legitimados, incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes no TAC, sendo certo que, diante da complexidade e da quantidade dos compromissos tomados, este órgão de execução entende que é recomendável a instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas), conforme promoção em anexo.

ssim, **o presente PA tem por objeto apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1, da cláusula sétima, do termo de ajustamento de conduta** pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV, que possui a seguinte redação:

> ***"CLÁUSULA SÉTIMA:*** ***(...)*** *1) Depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade".*

A Constituição da República dispõe que *"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"*, sendo certo que *"para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: IV - exigir, na forma da lei, para*

instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade", nos termos do que dispõe o art. 225, *caput* e § 1º, inciso IV, da CRFB.

O art. 8º, I, da Resolução CNMP n.º 174/17 estabelece que "*O procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a: I – acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado*".

De acordo com o disposto no art. 32, I, da Resolução GPGJ/MPRJ n.º 2.227/18, "*O procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a: I – acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado judicialmente*".

Como se sabe, é objetivo institucional do Ministério Público em atuar na tutela dos interesses sociais, do meio ambiente e na defesa do ordenamento jurídico (art. 127, *caput*, CRFB/88), sendo que é dever do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, consoante o art. 129, III, da Constituição da República.

Os arts. 127 e 129, III da CRFB/88, o art. 173, inciso III, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e o art. 82, inciso I da Lei nº. 8.078/90, dentre outros, estabelecem que constitui função precípua do Ministério Público a salvaguarda dos valores aqui mencionados.

Pelo exposto, **RESOLVE** o Promotor de Justiça que a esta subscreve, instaurar o **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** em anexo, com a finalidade de obter informações sobre o efetivo cumprimento dos itens antes especificados do termo de ajustamento de conduta celebrado – TAC II COMPERJ.

Após, **autuada, registrada e publicada** a portaria em anexo, proceda a Secretaria ao cumprimento das seguintes diligências:

I. **Autuar o presente**, com cópia do termo de ajustamento de conduta celebrado no bojo das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, 0009869-83.2018.8.19.0023 e 0009859-39.2018.8.19.0023, bem como da sentença judicial que o homologou, e da promoção em anexo;

II. **Oficiar à PETROBRAS,** dando ciência da instauração do presente procedimento administrativo e de seu respectivo objeto, solicitando que, findo o prazo estabelecido na obrigação, cujo cumprimento ora se fiscaliza,

qual seja, em até 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, seja remetida a esta Promotoria (preferencialmente já fazendo referência ao presente PA) as informações e documentos probatórios do adimplemento da obrigação em tela;

III. Com a chegada da resposta ao item anterior, caso a PETROBRAS informe que atendeu à obrigação (encaminhando a documentação necessária), **oficie-se ao INEA/SEAS**, solicitando informar se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida;

IV. **Oficiar ao Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) e Instituto Estadual do Ambiente (INEA)** dando ciência da instauração do presente procedimento administrativo e de seu respectivo objeto, solicitando que, no prazo de 30 dias após o término do prazo estabelecido na obrigação, ou seja, 30 dias mais até 60 dias contados da homologação do TAC, seja remetida a esta Promotoria (preferencialmente já fazendo referência ao presente PA) as informações e documentos probatórios do adimplemento da obrigação em tela;

V. Com a chegada da resposta ao item III, caso o INEA/SEAS apresente as informações e documentos do item III, **remeter o feito ao GATE, via SEI**, solicitando: (i) IT AMBIENTAL para informar se o projeto apresentado pelo Estado atende satisfatoriamente à obrigação assumida, do ponto de vista técnico ambiental (verificar a sua compatibilidade com o escopo/natureza da obrigação); (ii) IT CONTÁBIL para informar se o projeto apresentado pelo Estado está formalmente regular e com preços compatíveis com o valor de mercado;

VI. **Remeter ao CAO Ambiente** cópia da presente Portaria, em cumprimento ao determinado pelo artigo 80, da Resolução GPGJ nº 2227/2018.

Itaboraí, 19 de fevereiro de 2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

Ref.: Ação Civil Pública nº 9884-52.2018.8.19.0023 (Emissário)
Ação Civil Pública nº 9897-51.2018.8.19.0023 (Dutos e Terminais)
Ação Civil Pública nº 9869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB)
Ação Civil Pública nº 9859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão)

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

MPRJSP2TCDITB 202000174156 190220 08:35:18

I- DAS PARTES

1) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, inscrito no CNPJ sob o nº 28.305.936/0001-40, presentado pelo Promotor de Justiça TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES, matrícula 3226, titular da 2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, órgão de execução com sede na Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607, Centro, Itaboraí, RJ, CEP 24800-113, telefone (21) 2645-6950, e-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br, doravante denominado de **MPRJ,** como compromitente;

2) ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ente federativo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 42.498.600/0001-71, pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), com endereço na Avenida Venezuela, 110 – Saúde, Rio de Janeiro – RJ, 20081-312, na pessoa do Secretário ALTINEU CÔRTES FREITAS COUTINHO, doravante denominado **ERJ**, como compromitente em relação à PETROBRAS e como compromissário em relação ao MPRJ;

3) INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, autarquia estadual inscrita no CNPJ/RJ 10.598.957/0001-35, com sede na Avenida Venezuela, nº 110, Saúde, no Rio de Janeiro, por seu Presidente CARLOS HENRIQUE VAZ NETTO, doravante denominado **INEA,** como compromitente em relação à PETROBRAS e como compromissário em relação ao MPRJ;

4) PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRAS, sociedade de economia mista inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.000.167/0001-01, com sede na Av. República do Chile, n.º 65, Centro, Rio de Janeiro, representada pelos seus Gerentes Gerais ALESSANDRO DE CASTRO MELO e DANIELE LOMBA ZANETI PUELKER

com domicílio profissional nesta capital, doravante **PETROBRAS,** como compromissário;

II- DA FUNDAMENTAÇÃO

CONSIDERANDO que foi celebrado Termo de Ajustamento de Conduta – TAC entre MPRJ, PETROBRAS, INEA e ESTADO DO RIO DE JANEIRO em 09/08/2019, no âmbito da Ação Civil Pública nº 9919-12.2018.819.0023 (e alguns pedidos relativos às ACPs *supra* referenciadas), e homologado judicialmente, equacionando as maiores pendências ambientais, sociais e econômicas relativas ao empreendimento Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ e seu respectivo licenciamento ambiental, em especial sobre a Unidade Petroquímica Básica – UPB; Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ e o abalo na estrutura dos imóveis dos moradores de Alto do Jacu, Sambaetiba, Itaboraí; Estrada de Equipamentos Pesados denominada UHOS; reforço hídrico, e ainda a adequação/regularidade da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, bem como suas medidas mitigatórias e compensatórias;

CONSIDERANDO o acórdão prolatado pela Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região nos autos da ACP nº 0000503-53.2008.4.02.5107, que, em sede de apelação, no dia 05/06/2019, julgou procedente o pedido do Ministério Público Federal para deslocar a competência do licenciamento ambiental do COMPERJ para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

CONSIDERANDO que, nos autos da ação nº 2013.02.01.006894-8 (CNJ 0000503-53.2008.4.02.5107), perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ficou decidida a *"...suspensão dos efeitos da sentença proferida nos autos da ação civil pública nº 0000503-53.2008.4.02.5107 (2008.51.07.000503-2),* ***até o trânsito em julgado da mesma ou do acórdão que julgar recurso de apelação se interposto";***

CONSIDERANDO que, em razão da controvérsia judicial quanto à competência, o IBAMA realizou a delegação cautelar do licenciamento ambiental do COMPERJ para o INEA, na forma do art. 1º, § 2º, da IN 8/2019, e dos arts. 4º, inciso V, e 5º, ambos da Lei Complementar nº 140/2011;

CONSIDERANDO que foram ajuizadas as Ações Civis Públicas nº **0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023,**

0009897-51.2018.8.19.0023, pelo MPRJ em face da PETROBRAS, INEA e ESTADO DO RIO DE JANEIRO, todas no dia 26/06/2018, questionando o licenciamento ambiental do COMPERJ e seus impactos, em especial os seguintes empreendimentos, respectivamente: (i) Unidade de Processamento de Gás Natural – UPGN e Unidade de Óleos Básicos Lubrificantes – ULUB (objeto do IC 1/2013); (ii) Linhas de Transmissão de energia elétrica de 345 kV do COMPERJ, conforme apurado no IC 102/2011; (iii) Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ (objeto do IC 95/2011 e Inquérito Civil n.° 16/2012); e (iv) Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ (objeto do IC 106/2010);

CONSIDERANDO que as citadas ACPs foram ajuizadas com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio dos Inquéritos Civis n° 1/2013 (MPRJ 2013.00014040), n° 102/2011 (MPRJ 2010.00590749), n° 95/2011 (MPRJ 2011.00847727), n.° 16/2012 (MPRJ n.° 2012.00126195), n° 106/2010 (MPRJ 2010.00008169);

CONSIDERANDO que a monetização integral, via Termo de Compromisso de Restauração Florestal – TCRF, de todas as obrigações relativas à revegetação e florestamento constaram do TAC anterior (firmado em 09/08/2019 e acima referido), relativo a todos os empreendimentos do COMPERJ e à quitação do pedido 10 das ACPs acimas referidas;

FUNDAMENTOS ESPECÍFICOS DA ACP DO EMISSÁRIO

CONSIDERANDO que a Ação Civil Pública n° 0009884-52.2018.8.19.0023 tem por objeto o licenciamento ambiental do Emissário Submarino e Terrestre do COMPERJ, responsável pelo tratamento e transporte de efluentes líquidos industriais gerados no COMPERJ, em Itaboraí, desembocando na costa de Itaipuaçu (Maricá) e, para tal, possui um traçado em trecho terrestre e outro em trecho submarino;

CONSIDERANDO que o empreendimento do Emissário Submarino e Terrestre do COMPERJ, licenciado por meio do processo n° E- 07/203.855/2008, recebeu Licença Prévia – LP IN020510, em 17/08/2012, aprovando a concepção e localização para implantação dos trechos terrestre e submarino do empreendimento;

CONSIDERANDO que o INEA concedeu, em 04/07/2013, a Licença de Instalação – LI IN023703 para obras de implantação dos trechos terrestre e submarino do emissário

para escoamento de efluentes líquidos tratados do COMPERJ e lançamento em águas marinhas, no município de Maricá;

CONSIDERANDO a Licença Ambiental Simplificada – LAS Nº IN025658, concedida em 19/12/2013, que aprova a concepção, localização, implantação e operação dos canteiros de obras de apoio à execução do furo direcional para a transposição do trecho terrestre do emissário de efluentes industriais do COMPERJ pela Serra de Inoã;

CONSIDERANDO que o detalhamento dos programas propostos no EIA/RIMA foram apresentados no Projeto Básico Ambiental – PBA, protocolado no INEA quando do pedido de LI;

CONSIDERANDO que o empreendimento, na sua porção terrestre, encontra-se com sua implantação efetivada em parte, sendo que as obras foram retomadas nos trechos restantes no segundo semestre de 2019;

CONSIDERANDO que a porção costeira e marinha do empreendimento se encontra totalmente implantada;

CONSIDERANDO que, em relação à condicionante 4.2 da LP IN020510, foi acordado em TAC anterior, que a PETROBRAS apresentará, em 120 dias contados da homologação daquele TAC, comparativo de alterações do projeto de tratamento de efluentes, em decorrência do redimensionamento para menor do COMPERJ, o qual comprovará que o tratamento primário existente será suficiente para que a qualidade do efluente tratado na primeira fase (UPGN) esteja compatível com os valores determinados na condicionante nº 4.2 da LP IN020510;

CONSIDERANDO que o projeto de paisagismo não é um documento à parte, mas sim um enfoque previsto no Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD (Item 2.7.8 do PBA do Emissário), protocolado no INEA por ocasião do pedido de LI e que apresenta todas as medidas de revegetação e revestimento vegetal da faixa, como, por exemplo, o elevamento com placas de grama e/ou leguminosas em mudas, que visa desenvolver ações que busquem a recuperação de áreas degradadas, decorrentes das obras de implantação do empreendimento, bem como a integração estético-ecológica de áreas relevantes com seu entorno;

CONSIDERANDO que não cabe à PETROBRAS, na qualidade de titular de servidão administrativa, averbar a Reserva Legal, contudo ela se obriga a informar ao proprietário

ou possuidor do imóvel que proceda à sua inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR;

CONSIDERANDO que nas situações em que a constituição da faixa de servidão importar na desapropriação do imóvel, a PETROBRAS será responsável pela obrigação de averbar a reserva legal;

CONSIDERANDO que o pedido 4.2.5 cita a condicionante 36 da LI IN023703, quando na realidade seu conteúdo diz respeito à condicionante 36 da Licença Ambiental Simplificada – LAS IN025658;

CONSIDERANDO que o Ofício PMM/GP nº 0158/2012, da Prefeitura Municipal de Maricá, foi revogado pelo Ofício PMM/GP nº 0433/2014, o qual declara que as compensações socioambientais ao referido município decorrentes do processo de licenciamento ambiental do Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ encontram-se atendidas pela PETROBRAS;

FUNDAMENTOS ESPECÍFICOS DA ACP DO SISTEMA DE DUTOS

CONSIDERANDO que a Ação Civil Pública nº 0009897-51.2018.8.19.0023 tem por objeto o licenciamento ambiental e os impactos do empreendimento do sistema de dutos e terminais do COMPERJ, que corta os municípios de Itaboraí, Cachoeira de Macacu, Guapimirim, Magé e Duque de Caxias, e servirá para o transporte e armazenamento de produtos líquidos entre o COMPERJ e o Terminal de Campos Elíseos – TECAM, além do gasoduto que interligará o sistema de gasodutos Cabiúnas – REDUC (GASDUC), com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio do Inquérito Civil n.º 106/2010 (MPRJ 2010.00008169);

CONSIDERANDO que a medida compensatória de reposição florestal relativa à implantação do Sistema Dutoviário foi prevista no TCRF celebrado em decorrência de TAC anterior;

CONSIDERANDO que, conforme informado na Carta AB-PGI/COMPERJ/SMS 0001/2013, protocolada no INEA em 08/01/2013, a PETROBRAS apresentou o entendimento, com base em instrumento legal, de que não cabe à Companhia, na qualidade de titular de servidão, a averbação da Reserva Legal, mas sim ao proprietário ou possuidor do imóvel ainda não negociado, realizar Cadastro Ambiental Rural – CAR;

CONSIDERANDO que, nas situações em que a constituição da faixa de servidão importar na desapropriação do imóvel, a PETROBRAS será responsável pela obrigação de averbar a reserva legal;

FUNDAMENTOS ESPECÍFICOS DA ACP DA UPGN E ULUB

CONSIDERANDO que a Ação Civil Pública nº 0009869-83.2018.8.19.0023 tem por objeto o licenciamento ambiental e os impactos do empreendimento UPGN e ULUB do COMPERJ, com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio do Inquérito Civil n.º 01/2013 (MPRJ 2013.00014040);

CONSIDERANDO a atualização do escopo da UPGN, apresentada ao INEA em 17/07/2017 por meio da carta PRGE/SGP/LA 0093/2017, que informa que o empreendimento denominado ULUB não será mais realizado;

CONSIDERANDO que, para a partida da UPGN, é necessário o funcionamento de parte das Utilidades constantes na LI Nº IN001540 da UPB do COMPERJ, o que ensejou a solicitação de migração destas instalações para o escopo da UPGN quando do pedido de renovação da LI Nº IN025099, em 20/06/2018;

CONSIDERANDO que já existe obrigação no TAC anteriormente celebrado (itens 5.2.1 e 5.10) para cumprimento das condicionantes 6.11 e 6.14 da Licença Prévia IN023530;

CONSIDERANDO que, em vista da reavaliação do Projeto COMPERJ, a implantação da ULUB foi cancelada, tendo sido solicitada a baixa de seu processo de licenciamento junto ao INEA em 12/12/2018, por meio da carta SMS/LARE 0006/2018;

CONSIDERANDO que o Plano de Controle de Erosão e Assoreamento de Corpos Hídricos é reportado através dos relatórios trimestrais do Programa de Gestão Ambiental – PGA do COMPERJ e que as atividades do referido plano se referem às áreas do imóvel do COMPERJ em sua totalidade, ainda que as obra da UPGN estejam concentradas no Platô 10 (localização dentro do COMPERJ);

CONSIDERANDO que as atividades de Controle de Erosão foram temporariamente paralisadas em 2016, conforme notificação do INEA (CILAMRVT 1612/16), e que foram retomadas em maio de 2018, sendo comunicada pela PETROBRAS através da Carta PRGE-SGP-LA 092/2018;

CONSIDERANDO que a contratada responsável pela manutenção e prevenção de assoreamento dos taludes iniciou suas atividades em setembro de 2018 e que segue atualmente seu cronograma de atividades, atendendo toda as áreas do COMPERJ, incluindo as da UPGN;

CONSIDERANDO que a atualização/revisão do Plano de Gerenciamento de Riscos (com incremento do Plano de Atendimento às Emergências) já foi contemplada nos itens 5.2.1 e 5.10 do TAC 1, homologado em 13/08/2019, e que estes itens cumprirão o cronograma mencionado no mesmo Termo;

CONSIDERANDO que a solicitação de apresentação do projeto e esclarecimentos sobre o Tratamento de Efluentes Líquidos e Industriais do COMPERJ (condicionante 17 da LI da UPB IN001540) já foi contemplada no itenm 5.2.3 do TAC 1, homologado em 13/08/2019, e que este item cumprirá o cronograma mencionado, sendo certo que este atendimento abrange também as unidades da UPGN;

CONSIDERANDO que, com relação ao Sistema de Combate a Incêndio, vigora, no momento, o Plano de Combate à Emergência que atende todo o COMPERJ e que atenderá, em caso de necessidade, a área de implementação das obras da UPGN até que as estruturas estejam concluídas e possam ter sua operação iniciada, quando será então feito Plano de Combate de Emergência específico da UPGN;

CONSIDERANDO que as demais obrigações da condicionante 17 da LI Nº IN025099 (sistema de válvulas para controle da pressão, sistema de malha de controle com redundância de instrumentação crítica, sistema de combate a incêndio, etc.) se encontram na fase de projeto executivo, ou seja, estão contempladas no contrato de implantação com a empresa Kerui Metodo, cujo cronograma prevê a finalização da construção das estruturas para operação da Unidade

CONSIDERANDO que o sistema de tocha (flare) se encontra em implantação e que será concluído de acordo com o cronograma de avanço físico da obra;

CONSIDERANDO o novo Estudo de Dispersão Atmosférica – EDA da UPGN, realizado em agosto de 2019 e protocolado no INEA, considerando a atual legislação aplicável (CONAMA 491/2018) e os escopos atualizados do Trem 1 do COMPERJ e da UPGN;

CONSIDERANDO o Plano de Monitoramento de Qualidade do Ar, em andamento no imóvel do COMPERJ, contemplando a UPGN, conforme item 5.11.2 do TAC do COMPERJ firmado em 09/08/2019;

CONSIDERANDO que a Petrobras faz a gestão de gases de efeito estufa levando em consideração todo o sistema de produção, desde as plataformas até as unidades industriais; que tem como premissa de projeto a mitigação de CO_2 nas plataformas de produção; e de que o projeto da UPGN já foi concebido de forma otimizada, o Plano de Mitigação de Gases de Efeito Estufa consolidará as medidas já realizadas para abatimento do gás carbônico na fonte, bem como os valores de redução envolvidos.

FUNDAMENTOS ESPECÍFICOS DA ACP DAS LT DE 345KV

CONSIDERANDO que a Ação Civil Pública nº 0009859-39.2018.8.19.0023 tem por objeto o licenciamento ambiental e os impactos do empreendimento Linhas de Transmissão – LTs 345 KV, do COMPERJ, que consiste na implantação de duas novas linhas de transmissão de energia elétrica 345 KV para atender ao crescimento da demanda de energia pela implantação do COMPERJ que corta os municípios de Itaboraí, Cachoeiras de Macacu e Guapimirim, com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio do Inquérito Civil n.º 102/2011 (MPRJ 2010.00590749);

CONSIDERANDO que o desvio das LTs de 345kV compreende apenas uma pequena área, e que o restante do traçado foi mantido na mesma faixa de servidão, objeto do EIA;

CONSIDERANDO, ainda em relação as LTs de 345 KV, que a adequação do traçado ocorreu por questões técnicas e para atender à solicitação do responsável por uma das propriedades afetadas;

CONSIDERANDO que o Diagnóstico Ambiental concluiu que, se comparado ao traçado original, não se observam alterações expressivas relacionadas aos diagnósticos dos meios físico e biótico referentes à área diretamente afetada pela adequação do traçado das LT de 345 kV do COMPERJ e que a área afetada já foi profundamente modificada por ações antrópicas;

CONSIDERANDO a adequação do traçado das LTs realizada na Alternativa 1 do EIA/RIMA (que demonstra que a mudança não importou em impactos adicionais significativos que comprometam a viabilidade ambiental do projeto;

CONSIDERANDO que a faixa das LTs de 345kV, que se estende por 39 (trinta e nove) propriedades, encontra-se desimpedida, com os seguintes andamentos: (i) em 30 (trinta) propriedades, as negociações foram concluídas amigavelmente com a celebração das escrituras de constituição de servidão e as consequentes quitações dos valores indenizáveis; e (ii) em 9 (nove) propriedades, não houve consenso acerca do valor indenizável, e, por isso, foram intentadas ações judiciais, nas quais já restaram deferidas as respectivas imissões na posse;

CONSIDERANDO que o estudo específico para avaliação dos impactos ambientais, mensurando todas as interações dos meios físico e biótico referentes à adequação do traçado das LTs de 345 KV, foi realizado por empresa especializada, que atendeu à legislação pertinente e às solicitações do órgão ambiental competente;

CONSIDERANDO que a Licença de Instalação – LI Nº IN024123 de 2013 exigiu, em sua condicionante nº 13, como medida compensatória pela supressão de vegetação de 1,47 ha, "*Recuperar 1,5 hectares como compensação das áreas que sofrerão supressão de vegetação nativa, que devem ser preferencialmente na mesma microbacia hidrográfica*", já compensado no âmbito do TCRF firmado em decorrência do cumprimento de obrigação no TAC do COMPERJ firmado em 09/08/2019;

CONSIDERANDO que, em atendimento à Notificação CEAMNOT/01091970, em 13/07/2018 foi protocolada a última versão de novo Inventário Florestal em função da relocação de um pequeno trecho da LT 345KV, mantendo a mesma faixa de servidão objeto de estudo do EIA da LT de 345 KV, denominado nos estudos de Traçado 1;

CONSIDERANDO que, em 18/07/2019, o INEA notificou a PETROBRAS para que se manifestasse sobre a opção de medida compensatória pela supressão de vegetação adicional 0,4 hectares e 4,13 de interferência em APP, cujo cálculo de reposição resultou em uma compensação de 24,19 hectares (o que corresponde ao precisa ser resposto), já foi assinado o TCRF 02/2019, em 16/08/2019, no valor de R$ R$ 1.929.503,74

FUNDAMENTOS FINAIS GERAIS

CONSIDERANDO o aumento de recolhimento de royalties e participações especiais para a União, Estados e Municípios, decorrente da partida da UPGN em 2021 e do crescimento econômico associado à operação do empreendimento COMPERJ, em especial para o estado do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO que a SEAS e o INEA são os órgãos ambientais legalmente competentes do Estado do Rio de Janeiro para licenciamento e fiscalização do COMPERJ;

CONSIDERANDO que, após o ajuizamento das presentes ACPs, o MPRJ oficiou à PETROBRAS que, em resposta, manifestou seu interesse em celebrar TAC, razão pela qual o MPRJ pleiteou ao juízo a suspensão do feito;

CONSIDERANDO que, a partir de então, foram realizadas diversas reuniões entre MPRJ, PETROBRAS, SEAS e INEA, que culminaram na celebração do presente TAC que ora é submetido à homologação do Judiciário;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1° c/c art. 5°, parágrafo 6°, da Lei Federal n° 7.347/85;

CONSIDERANDO que *"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida"*, entendido esse como o *"conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas"* (art. 225, *caput*, da CF/88 e art. 3°, I, da Lei n° 6.938/81);

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público e da coletividade a defesa e a preservação do meio ambiente, para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que os arts. 1°, inciso I, 2°, *caput*, 3°, 4° e 5°, inciso I e § 6°, todos da Lei Federal n° 7.347/85, dispõem que:

> *Art. 1° Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as* ***ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados****: (Redação dada pela Lei n° 8.884, de 11.6.1994)*
> ***I – ao meio-ambiente;***
> *(...)*
> *Art. 2° As ações previstas nesta Lei serão* ***propostas no foro do local onde ocorrer o dano****, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.*
> *(...)*
> *Art. 3° A ação civil poderá ter* ***por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer****.*

*Art. 4º **Poderá ser ajuizada ação cautelar para os fins desta Lei, objetivando, inclusive, evitar o dano ao meio ambiente**, ao consumidor, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO). (Redação dada pela Lei nº 10.257, de 10.7.2001)*
*Art. 5º **Têm legitimidade** para propor a ação principal e a ação cautelar: (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).*

***I – o Ministério Público**; (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).*
(...)
*§ 6º – Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados **compromisso de ajustamento de sua conduta** às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.*

CONSIDERANDO que o MPRJ é, segundo disposições das Leis nºs 7.347/85, arts. 1º e 5º, e 8.078/90, arts. 81, 82 e 91, legitimado à propositura de ACP e celebração de TAC para a defesa coletiva dos direitos e interesses metaindividuais, entre eles os relativos à proteção do Meio Ambiente;

RESOLVEM, com fundamento no disposto no art. 5º, parágrafo 6º, da Lei nº 7.347/85, celebrar TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA para pôr fim às ACPs nº 9884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino); nº 9897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ); nº 9869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e nº 9859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV), mediante as cláusulas abaixo indicadas.

III- DAS DISPOSIÇÕES

DO OBJETO DO TAC

CLÁUSULA PRIMEIRA: Pelo TAC, as partes acordam sobre a integralidade dos pedidos remanescentes (que não foram incluídos no TAC celebrado na ACP nº 0009919-12.2018.819.0023) feitos nas ACPs de números 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV), havendo o ajustamento de conduta relativo às obrigações que a Compromissária Petrobras não cumpriu ainda ou são, por meio do presente TAC, alteradas.

Parágrafo Primeiro – O TAC visa pôr fim integral às citadas ACPs, após homologação por sentença judicial no bojo dos processos que tramitam perante o Juízo Estadual da Comarca de Itaboraí, fazendo coisa julgada material.

Parágrafo Segundo – As partes declaram estar cientes do julgamento dos recursos de apelação interpostos nos autos da ACP nº 0000503-53.2008.4.02.5107, em trâmite perante o Juízo da 2ª Vara Federal de Itaboraí/RJ, que deslocou a competência para o licenciamento ambiental do COMPERJ do INEA/SEAS para o IBAMA. Declaram, ainda, estar cientes de que foi concedida a suspensão de execução da sentença (processo nº 2013.02.01.006894-8), em razão de pedido feito pelo ERJ, com efeitos até o trânsito em julgado da sentença ou do acórdão que julgou os recursos de apelação. Finalmente, as partes declaram estar de acordo de que o TAC não trará prejuízo para a coletividade, notadamente para o meio ambiente, nem inviabilizará ao MPF e ao IBAMA o exercício de suas atribuições legais, na medida em que, caso haja o deslocamento superveniente da competência do órgão ambiental para licenciar os empreendimentos em questão por força de eventual decisão judicial transitada em julgado, vigorarão as condicionantes impostas pelo INEA e as obrigações previstas neste TAC até que o IBAMA conceda nova licença com suas próprias condicionantes, além de restarem preservadas as licenças já exauridas. Assim, o MPF e/ou o IBAMA poderão, se assim entenderem conveniente, aderir total ou parcialmente aos termos deste TAC, inclusive fiscalizando seu cumprimento na hipótese de o ajuste ainda estar vigente, eis que o presente instrumento regulariza as pendências ambientais do empreendimento em relação aos fatos narrados na inicial, mantendo o IBAMA o seu poder de autotutela e resguardada ao MPF a sua atribuição/legitimidade de acompanhar e fiscalizar os licenciamentos ambientais;

Parágrafo Terceiro – As partes declaram que a celebração do TAC considera que o COMPERJ terá futuramente em operação apenas a UPGN e a Refinaria (Trem 1), não sendo consideradas as demais Unidades inicialmente previstas, tendo em vista o redimensionamento para menor do empreendimento.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS EM RELAÇÃO AO EMPREENDIMENTO EMISSÁRIO TERRESTRE E SUBMARINO DO COMPERJ (PROCESSO Nº 0009884-52.2018.8.19.0023)

CLÁUSULA SEGUNDA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS compromete-se a promover as obrigações de fazer abaixo especificadas e a apresentar, no bojo do processo de licenciamento ambiental, nos autos da presente ACP, ao MPRJ e ao Juízo, o que segue, nos prazos indicados em cada item[1]:

4.1) No que concerne à Licença Prévia IN020510 (que aprova a concepção e localização para implantação dos trechos terrestre e submarino do emissário do COMPERJ):

4.1.2) Em relação à condicionante 6 – Apresentar: i) cópia digitalizada do Plano Básico Ambiental - PBA protocolado no INEA, em CD; (ii) cópias digitalizadas dos Relatórios das campanhas realizadas, bem como da apresentação dos resultados das análises de qualidade da água superficial referentes ao emissário, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

4.1.3) Em relação à condicionante 9 – Apresentar estudo de composição prevista do afluente após a operação do novo escopo das Unidades de Processamento de Gás Natural, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC;

4.1.4) Em relação à condicionante 11 - Comprovar o atendimento por meio de cópia digitalizada de relatório consolidado com as ações de comunicação e relacionamento executadas durante as obras, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC.

4.1.5) Em relação à condicionante 13 – Apresentar cópia digitalizada do Plano de Desapropriação e Estabelecimento da Faixa de Servidão, item 2.6.5 do PBA, que substituiu o Programa de Apoio da População Realocada/Indenizada solicitado na

[1] Os números constantes nos itens abaixo (e nas demais cláusulas do presente TAC) seguem a mesma sequência numérica dos pedidos originários de cada ACP, a fim de facilitar a localização na petição inicial.

condicionante da Licença Prévia, em CD, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

4.2) No que concerne à Licença de Instalação IN023703 (relativa às obras de implantação dos trechos terrestre e submarino do emissário para escoamento dos efluentes líquidos tratados do COMPERJ e lançamento em águas marinhas, no município de Maricá, com supressão de vegetação nativa em área de 3,87 ha):

4.2.3) Em relação à condicionante 29 – Apresentar cópia digitalizada (i) do relatório semestral com seis campanhas do plano de monitoramento marinho a ser iniciado 6 meses antes da operação do emissário; bem como (ii) apresentar estudos relativos à biota marinha (diagnóstico e avaliação dos impactos), considerando o emissário submarino com extensão de 2,0 e 4,0 km mais o difusor, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

4.2.4) Em relação à condicionante 32 – Apresentar "*as built*" do duto conforme implantado, com a apresentação de justificativa técnica para a forma como foi realizado, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC.

4.2.5) Em relação à Condicionante 36 da LAS IN 025668 –Considerando que a condicionante referia a observação do Ofício PMM/GP n° 0158/2012 da Prefeitura Municipal de Maricá, comprovar seu atendimento através do Ofício PMM/GP 0433/2014 dando por cumpridas as medidas através da apresentação do convênio celebrado entre a PETROBRAS e o Município de Maricá para a implantação de projeto de macrodrenagem, no valor de R$ 20 milhões, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC.

4.3) No que concerne à Licença Ambiental Simplificada – LAS Nº IN025658 – na qual se aprovou a concepção, localização, implantação e operação dos canteiros de obras de apoio à execução do furo direcional para a transposição do trecho terrestre do emissário de efluentes industriais do COMPERJ pela Serra de Inoã.

4.4) Comprovar o cumprimento da Notificação CEAMNOT/01057635 (Anexo 01 – vide fls. 830/835), mediante apresentação de: (i) relatório com descritivo e registro fotográfico das ações realizadas para solucionar o incidente ocorrido; (ii) laudo de análise realizado por laboratório credenciado pelo INEA com a caracterização do efluente contendo corante de cor azul que extravasou do reservatório; (iii) cópia dos

manifestos de resíduos, de forma a comprovar a destinação do efluente para local licenciado, tudo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da homologação do TAC.

4.5) Realizar diagnóstico de avaliação da ocorrência de espécies de peixes anuais em brejos temporários na área de influência do empreendimento, no prazo de 400 (quatrocentos) dias contados da homologação do TAC.

4.6/4.8/4.9) Apresentar plano e relatório com as ações de salvamento, resgate e monitoramento de fauna referentes à obra já realizada, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a homologação do TAC, bem como prosseguir com o monitoramento até a conclusão da obra, a partir de quando começará a fluir o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do relatório final.

4.10) Apresentar estudo sobre a nova modelagem do transporte da pluma dos efluentes, considerando os novos escopos da UPGN e do Trem 1 do COMPERJ, utilizando dados primários de profundidade (batimetria) e considerando a atual composição de efluentes a serem lançados pelo Emissário Terrestre e Submarino, no prazo de 500 (quinhentos) dias contados da homologação do TAC.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS EM RELAÇÃO AO EMPREENDIMENTO SISTEMA DE DUTOS E TERMINAIS DO COMPERJ (PROCESSO Nº 0009897-51.2018.8.19.0023)

CLÁUSULA TERCEIRA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS compromete-se a cumprir as obrigações de fazer abaixo especificadas e a apresentar, no bojo do processo de licenciamento ambiental, nos autos da presente ACP, ao MPRJ e ao Juízo, o que segue, nos prazos indicados em cada item[2]:

A) No que concerne à Licença de Instalação nº IN024121 – Apresentar relatório de cumprimento de todas as condicionantes, em até 210 (duzentos e dez) dias contados da

[2] Os números constantes nos itens abaixo (e nas demais cláusulas do presente TAC) seguem a mesma sequência numérica dos pedidos originários de cada ACP, a fim de facilitar a localização do pleito inicial.

homologação do TAC, e atender, eventuais pendências no prazo determinado pelo órgão ambiental

B) No que concerne à Licença Prévia IN020511 - que aprova a concepção e localização do Sistema Dutoviário que se destinará ao transporte de produtos líquidos, petróleo e derivados entre o Complexo petroquímico do Rio de Janeiro e o Terminal de Campos Elíseos (TECAM/REDUC) e de gás natural desde o Ponto de Entrega em Guapimirim até o COMPERJ:

B.1) Em relação à Condicionante 5: (a) Apresentar parecer técnico NUSAM 01/13 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, com indicação dos métodos construtivos para travessias de rios que visam mitigar os impactos decorrentes da implantação dos dutos; **(b)** Quanto ao Item 2 da Autorização nº 068/2011, apresentar as cartas com as comunicações relativas à execução das travessias dos rios Macacu, Guapiaçu, Guapimirim e Suruí, realizadas com 15 dias de antecedência, apresentando relatório fotográfico simplificado do local de travessia e projeto de recuperação da área de preservação permanente – APP contendo cronograma com as datas precisas das interferências que estão em execução; **(c)** Apresentar a Autorização 034/2010 do ICMBio para a implantação dos dutos, incluindo válvulas de bloqueio em pontos estratégicos para evitar contaminação dos cursos d'água em casos de acidentes; e **(d)** Quanto ao Item 6 da Autorização nº 068/2011, apresentar o Plano de Manejo de Resíduos envolvendo todo o material resultante da limpeza da obra, bem como dos resíduos sólidos e efluentes líquidos, não permitindo que sejam dispostos diretamente nos cursos d'água sem que estejam compatíveis com a qualidade do corpo receptor. O prazo para cumprimento destas obrigações é de 120 (cento e vinte) dias, contados da homologação do TAC.

B.2) Em relação à condicionante 6.1.1 – Apresentar relatórios de atendimento ao Plano de Controle de Erosão, que prevê minimizar ao máximo o carreamento de sólidos para os rios interceptados pelo empreendimento, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC.

B.3) Em relação à condicionante 6.1.2 – apresentar a Carta AB-PGI/COMPERJ/SMS 0129/2012, protocolada pela PETROBRAS junto ao INEA, através da qual foram apresentadas justificativas para adoção de alternativas às tecnologias de execução dos projetos inicialmente definidos para travessias dos corpos d'água relacionadas no EIA,

priorizando a utilização de método de furo direcional e comprovar o cumprimento desta condicionante, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da homologação do TAC.

B.4) Em relação à condicionante 6.1.3 – (i) apresentar os Relatórios do Programa de Monitoramento da Qualidade da Água Superficial e Sedimentos; **(ii)** dar continuidade ao monitoramento de dois pontos no rio Macacu, a montante do COMPERJ e a jusante da travessia, que é realizado em maré de sizígia vazante; e **(iii)** dar continuidade às coletas qualitativas do fitoplâncton e do zooplântcton a montante do COMPERJ, que deverão ser com redes de no máximo 10mm e 50 mm, respectivamente. O prazo para cumprimento destas obrigações é de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da homologação do TAC.

B.5) Apresentar o mapa com a localização dos poços de captação de água subterrânea nos municípios atravessados pelos dutos e que estejam cadastrados nos órgãos competentes, bem como a tabela de localização e os dados resumidos dos poços e piezômetros cadastrados na região de estudo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC.

B.6) Em relação à condicionante 13 – Apresentar, no prazo de 300 (trezentos) dias contados da homologação do TAC, o protocolo de registro no Cadastro Ambiental Rural – CAR de Reserva Legal dos imóveis rurais onde houve a desapropriação em favor da PETROBRAS;

C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ:

C.1) Apresentar relatório de atendimento das condicionantes da LI IN024202 (Programa de Gestão Ambiental – PGA) no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC.

C.2 / C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 – Apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado.

C.3) Em relação à condicionante 7 – Observar as condicionantes de validade constantes da Autorização nº 068/2011, retificada em 08/04/2013, emitida pelo ICMBio, em especial:

a) Quanto ao Item 1 da Autorização nº 068/2011, comprovar que implantou, nos cursos d'água a montante da APA Guapimirim e ESEC Guanabara – Rio Macacu, Rio Guapiaçu, Rio Guapimirim e Rio Suruí –, técnicas de travessia de furo direcional ou aéreo (ponte) para mitigar os principais impactos decorrentes da implantação dos dutos. Para travessia do Rio roncador (Santo Aleixo) e Rio Iriri, poderá ser empregada a técnica convencional (cavalote), no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da homologação do TAC.

b) Quanto ao Item 2 da Autorização nº 068/2011, comprovar, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da homologação do TAC, que, quando do emprego da metodologia de travessia por ponte, observou as seguintes exigências: (i) A ponte não deve ser utilizada como via de acesso, de modo a não se constituir como infraestrutura viária, favorecendo a ocupação desordenada da região; (ii) A cabeceira da ponte deve se afastar ao máximo da margem do rio, não devendo ser construídos pilares no corpo d'água; (iii) Deve haver vão livre suficiente para não interromper o fluxo do rio nas ocasiões de enchentes (vazão máxima) e que não obstrua a passagem de embarcações sob a ponte. Além disso, comprovar que obteve autorização para implantação da ponte sobre o rio Guapimirim com pilares executados em suas margens.

c) Quanto ao Item 3 da Autorização nº 068/2011, comprovar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC, que, no caso de emprego da técnica do cavalote (convencional) para o rio Roncador e o rio Iriri, foram observadas as seguintes exigências: (i) Evitar a realização das travessias nos meses chuvosos da região – de novembro a março – ou, no mínimo, observar a interrupção da atividade durante os dias mais chuvosos; (ii) Instalar barreiras básicas nas margens e nos cursos d'água na superfície, bem como na secção transversal a jusante da intervenção, para contenção de sedimentos, de modo a evitar a dispersão do fluxo de material nos rios durante a execução da travessia dos dutos; (iii) Proceder ao monitoramento do curso d'água a jusante da área de intervenção, para identificação de áreas de assoreamento decorrentes das ações de execução da travessia dos dutos; (iv) No caso de ocorrência de assoreamento detectada nas ações de monitoramento, como forma de mitigação do impacto gerado, proceder à dragagem da área.

c.1) Com relação aos rios Macacu e Guapiaçu, apresentar relatório com comprovação do desassoreamento dos corpos hídricos, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC e, caso seja verificada a necessidade de mais obras de desassoreamento, apresentar, no prazo sucessivo de mais 60 (sessenta) dias, cronograma de execução, cuja realização deverá ser previamente aprovado pelo INEA/SEAS por meio de autorização ou licença própria.

d) Quanto ao Item 4 da Autorização nº 068/2011, comprovar, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC, que comunicou às UCs afetadas a data de travessia dos rios acima citados com 15 dias de antecedência, apresentando relatório fotográfico do local de travessia e projeto de recuperação da APP, contendo cronograma com as datas precisas das interferências.

e) Quanto ao Item 5 da Autorização nº 068/2011, comprovar, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC, o cumprimento da obrigação de implantar 3 (três) áreas de estação de válvulas de bloqueio a montante da APA Guapimirim para a proteção das bacias dos rios Macacu, Guapiaçú, Santo Aleixo (Roncador), Iriri e Suruí, a fim de evitar a contaminação dos cursos d'água em caso de acidentes.

C.5) Em relação à condicionante 24 – apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, os relatórios do Programa de Gestão Ambiental, evidenciando o cumprimento dos programas apresentados no PBA de acordo com os critérios e cronogramas preestabelecidos até o requerimento da licença de operação.

C.6) Em relação à condicionante 26 – considerando que o empreendimento já foi implantado, apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, relatórios do Programa de Gestão Ambiental referentes às ações realizadas no âmbito dos programas de comunicação social e educação ambiental, bem como das atividades desenvolvidas com público interno e externo.

C.7) Em relação à condicionante 27 – apresentar o Plano de Desapropriação e Estabelecimento da Faixa de Servidão buscando negociação coletiva dos bens patrimoniais com participação de instituições locais e planilha com todas as desapropriações realizadas, indicando quais foram consensuais e quais foram judicializadas, com os respectivos valores pagos, bem como as importâncias avaliadas

(para aqueles casos em que não houve consenso), no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC.

C.13/C.15) Em relação às Condicionante 42 e 44 – considerando que o empreendimento já foi instalado, apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, cópia digitalizada (em CD) dos relatórios das atividades referentes à supressão de vegetação.

D) Apresentar os Planos Básicos Ambientais exigidos nas Licenças de Instalação nº IN024121 e nº IN024061, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS EM RELAÇÃO AO EMPREENDIMENTO UPGN – UNIDADE DE PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL (PROCESSO Nº 0009869-83.2018.8.19.0023)

CLÁUSULA QUARTA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS se compromete a cumprir as obrigações de fazer abaixo especificadas e a apresentar, no bojo do processo de licenciamento ambiental, nos autos da presente ACP, ao MPRJ e a este Juízo, o que segue, nos prazos indicados em cada item:

4.1) No que concerne à Licença Prévia IN023530 – aprova a concepção e localização de Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGN), Unidades de Óleos Básicos Lubrificantes (ULUB) e Instalações Auxiliares do COMPERJ:

4.1.1 – Em relação à Condicionante 6.7 – apresentar: (i) cópia digitalizada, em CD, do Plano de Controle de Erosão e Assoreamento de Corpos Hídricos do COMPERJ reportado através dos relatórios trimestrais do PGA, visto que as atividades do plano se referem às áreas do imóvel do COMPERJ em sua totalidade e que as obras da UPGN estão concentradas no Platô 10; (ii) cópia digitalizada, em CD, do cronograma das atividades a serem realizadas pela contratada responsável pela manutenção dos taludes e prevenção de assoreamento dos mesmos, incluindo as áreas da UPGN, tudo no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC.

4.2) No que concerne à Licença de Instalação IN025099 – para a implantação das Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGN) e Instalações Auxiliares do COMPERJ:

4.2.1) Em relação à Condicionante 7 – apresentar, em CD, cópia digitalizada do novo Estudo de Dispersão Atmosférica, já realizado em agosto de 2019, com dados meteorológicos de superfície da estação meteorológica da Fazenda Macacu e dados meteorológicos de altitude do SODAR da Estação Marco Zero, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da validação do INEA.

4.2.2) Em relação à condicionante 17 – adotar as medidas preventivas e mitigadoras indicadas no Estudo de Análise de Risco apresentado, inclusive as referentes à instalação de sistema de válvulas para controle da pressão para alimentar as unidades e interligação do sistema de combate a incêndio da UPGN à rede de combate a incêndio do COMPERJ, até o requerimento da LO, contendo, pelo menos:

a) Adoção do programa de manutenção preventiva;

b) Implantação de sistema de malha de controle com redundância de instrumentação crítica;

c) Aplicação de técnicas de identificação de perigos para o processo, tais como HAZOP, SIL (Nível de Integridade de Segurança) e LOPA (Análise de Comando de Proteção);

d) Acompanhamento na qualidade da fabricação de equipamentos e materiais;

e) Avaliação das especificações de materiais de tubulação e projeto de suporte das instalações;

f) Elaboração de Plano de Combate a Emergência;

g) Comprovação de implantação do sistema de combate a incêndio; e

h) Eliminação/mitigação de quaisquer fontes de ignição na área.

4.2.4) Em relação à condicionante 24 – apresentar: (i) cópia digitalizada, em CD, das evidências do cronograma de avanço físico do sistema de tocha (flare), em implantação, para coleta e queima dos gases de hidrocarbonetos e compostos de enxofre provenientes

de alívios operacionais e descargas de emergência; (ii) cópia digitalizada, em CD, das alterações e revisões do Projeto Básico da UPGN, da exclusão das torres de resfriamento (Carta GE-PGI/LIP 0031/2015 e PRGE/SGP/LA 0093/2017) e da solicitação de revisão das condicionantes atreladas a este escopo (Cartas SMS/LARE 0116/2019 e SMS/LARE 0096/2019), as quais encontram-se em análise pelo INEA no processo de renovação da LI (Processo nº PD-07/014.3038/2018), em 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

4.2.5) Em relação à condicionante 25 – (i) Apresentar "*as built*" da instalação de analisadores de gás sulfídrico (H_2S). O prazo de atendimento será antes do deferimento da licença de operação. Com relação à instalação dos analisadores de mercúrio (Hg), a mesma se encontra em análise pelo INEA no processo de renovação da LI (Processo nº PD-07/014.3038/2018), conforme Cartas SMS/LARE 0116/2019 e SMS/LARE 0096/2019.

4.2.6 e 4.2.7) Em relação às condicionantes 26 e 27 - apresentar, no prazo 120 (cento e vinte dias contados da homologação do TAC, "as built" de instalação do analisador de vazão nas unidades que irão aliviar para o flare, bem como do sistema de selagem de bombas e compressores para minimizar emissões fugitivas. Além disso, promover a instalação dos equipamentos citados antes do deferimento da licença de operação, conforme solicitado na condicionante.

4.2.8) Em relação à condicionante 28 – Apresentar Plano de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa, em atendimento à Lei nº 5.690, de 14.04.10, que institui a Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável e dá outras providências, em até 180 (cento e oitenta) dias da homologação do TAC.

4.3) Apresentar, no prazo de 420 (quatrocentos e vinte dias) dias a contar da homologação do TAC, avaliação dos riscos cumulativos, considerando os possíveis cenários acidentais para a UPGN, incluindo suas interfaces com o gasoduto e a operação do Trem 1 do Comperj, bem como definir as medidas preventivas e mitigadoras necessárias.

4.5) Apresentar estudo quanto ao tratamento de gás natural em relação ao mercúrio, no prazo de 500 (quinhentos) dias contados da homologação do TAC.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS EM RELAÇÃO AO EMPREENDIMENTO LINHAS DE TRANSMISSÃO 345 kV (PROCESSO Nº 0009859-39.2018.8.19.0023)

CLÁUSULA QUINTA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS se compromete a cumprir as obrigações de fazer abaixo especificadas e a apresentar, no bojo do processo de licenciamento ambiental, nos autos da presente ACP, ao MPRJ e a este Juízo, o que segue, nos prazos indicados em cada item:

4.) No que concerne às Licenças Prévia n° IN021727 e de Instalação n° IN024123 das Linhas de Transmissão 345 kV:

4.1.1 e 4.2) Apresentar informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado.

4.1.2) Em relação à Condicionante 7.1 – Apresentar, em CD: (i) cópia digitalizada dos laudos de avaliação da PETROBRAS referentes ao valor das respectivas terras, da vegetação e das benfeitorias; (ii) relação do *status* da negociação e do pagamento de indenização, indicando se houve acordo (desapropriação amigável) ou ação judicial (desapropriação judicial); e (iii) documentos relativos à imissão na posse, tudo no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC;

4.4.1 – Deverá ser apresentado o Inventário Florestal apresentado ao INEA em 2018, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, contemplando a(s) ADA(s) pela alteração do traçado da Linha de Transmissão.

4.4.6 – Deverá ser comprovado, quando da entrega do estudo acima mencionado, que ele foi elaborado por profissional(is) habilitado(s) pelo CREA, por meio da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

4.5) Apresentar diagnóstico relativo aos meios biótico e físico em resposta à Notificação GELAFNOT/01052751, com novas informações sobre os meios necessários para avaliação da viabilidade locacional do empreendimento, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC.

DAS OBRIGAÇÕES DE PAGAR ADICIONAIS DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS EM RELAÇÃO ÀS AÇÕES CIVIS PÚBLICAS DE Nºs 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV)

CLÁUSULA SEXTA: A PETROBRAS compromete-se a cumprir as OBRIGAÇÕES DE PAGAR abaixo especificadas, seja em razão do entendimento do MPRJ pela necessidade de fixação de medidas adicionais nas condicionantes das licenças já deferidas pelo INEA, seja pelo entendimento do MPRJ de descumprimento das várias condicionantes que já perderam o objeto, seja em atendimento, em substituição e em complementação aos pedidos de nºs 7, 8 e 9 do processo nº 0009884-52.2018.8.19.0023, aos pedidos de nºs 7, 8 e 9 do processo nº 0009897-51.2018.8.19.0023, aos pedidos de nºs 7, 8 e 9 do processo nº 0009869-83.2018.8.19.0023 e aos pedidos de nºs 7, 8 e 9 do processo nº 0009859-39.2018.8.19.0023:

1) A PETROBRAS irá apoiar financeiramente os Municípios de Itaboraí, Maricá, Cachoeiras de Macacu, Magé, Guapimirim e Duque de Caxias na elaboração (e eventual atualização, se necessário) do projeto executivo e na execução (limitado ao valor recebido) de seus respectivos Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSBs, no valor total de R$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), sendo R$ 4.000.000,00 (quatro milhões reais) para cada um dos municípios citados, a ser depositado em seis contas judiciais específicas, sendo certo que sua liberação a cada município beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e SEAS/INEA, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor. O valor total será depositado pela PETROBRAS no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

2) Apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro, para: (1) projeto de conservação e recuperação ambiental da bacia Guapi-Macacu, composta pelos rios Guapiaçu e

Macacu[3], mediante o depósito, em conta judicial, do valor de R$ 2.840.000,00 (dois milhões e oitocentos e quarenta mil reais); e (2) projeto socioambiental de agricultura convencional em bordas de UC e pesticidas, visando à restauração ecológica por meio de sistemas agroflorestais – SAF com foco ciliares, utilizando duas alavancas PNAE e promoção do agroturismo[4], mediante o depósito, em conta judicial, de R$ 640.066,00 (seiscentos e quarenta mil e sessenta e seis reais). Em ambos os projetos, o depósito judicial deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, cuja liberação ao beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância do MPRJ, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor,

3) Apoiar financeiramente o Município de Itaboraí para a elaboração e execução de projeto de reurbanização e revitalização (calçadas e arborização) da Avenida 22 de Maio, mediante o depósito, em conta judicial e no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC, do valor de R$ 6.092.730,32 (seis milhões e noventa e dois mil, setecentos e trinta reais e trinta e dois centavos) cuja liberação ao beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e

---

[3] Trata-se do principal manancial de abastecimento público da porção leste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), atendendo cerca de 1,7 milhões de habitantes. É uma bacia estratégica para ações de SBNs com foco na segurança hídrica, levando-se em conta a vocação agropecuária da bacia, a demanda crescente pela água por diversos setores da sociedade e a grande relevância da área para conservação da biodiversidade e para prevenção de inundações. O objetivo é manter e incrementar os serviços ecossistêmicos na bacia do rio Guapi Macacu por meio da disseminação, incentivo e apoio para a adequação ambiental de imóveis rurais, para implantação de práticas de manejo conservacionista da água e do solo e do fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis na bacia do rio Guapi-Macacu. As intervenções serão realizadas em áreas estratégicas para segurança hídrica, associado uma abordagem que visa promover a sustentabilidade ambiental, social e econômica das propriedades e da participação e do fortalecimento das organizações comunitárias rurais. Para tanto, a proposta será executada de forma integrada com o mecanismo de pagamento por serviços ambientais e aos principais atores na região, de modo a fortalecer e complementar as iniciativas de soluções baseadas na natureza (SbNs) para segurança hídrica em curso na região. O projeto contará com o necessário monitoramento ambiental.

[4] As comunidades alvo deverão estar inseridas em áreas de elevada prioridade para restauração ecológica de acordo com mapeamento do INEA, que terá os seguintes objetivos i) restaurar áreas de matas ciliares e nascentes, degradadas pela agricultura; ii) aumentar a produtividade de áreas de SAF, já existentes; iii) apoiar a conversão de plantios ao sistema de SAF; iv) gerar trabalho e renda através dos SAF; v) formar zonas-tampão no entorno de nascentes e áreas ciliares (APP); vi) Fornecer alimentos orgânicos para duas escolas públicas; vii) Integrar roteiros e atividades turísticos às comunidades das áreas de SAF; viii) Criar uma Associação de Condutores de Visitantes; ix) Capacitar agricultores e guias turísticos, através de cursos e oficinas nas seguintes áreas: Manejo de SAF, agregação de valores (ecológicos, sociais, beneficiamento de produtos), Ecoturismo de Mínimo Impacto, coleta de sementes e produção de mudas.

SEAS/INEA, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor;

4) Apoiar financeiramente o Município de Itaboraí para projeto de segurança pública com monitoramento de câmeras, mediante o depósito, em conta judicial, do valor de R$ 255.160,30 (duzentos e cinquenta e cinco mil, cento e sessenta reais e trinta centavos), no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC, cuja liberação será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e SEAS, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor;

5) Apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor.

DO ACOMPANHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELA PETROBRAS E DAS OBRIGAÇÕES DO INEA

CLÁUSULA SÉTIMA: Compete ao INEA e ao MPRJ o acompanhamento e a fiscalização de todas as ações e obrigações da Compromissária PETROBRAS assumidas no presente TAC.

1) A PETROBRAS depositará o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade.

2) A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria, a ser entregue

à SEAS/INEA, PETROBRAS e MPRJ no prazo de 60 dias do recebimento referente a cada obrigação.

3) A auditoria independente deverá acompanhar as ações de cumprimento das medidas mitigatórias e compensatórias e de todas as demais obrigações assumidas no presente TAC pelo empreendedor, mediante a adoção, ao menos, das seguintes medidas: (i) A fiscalização não pode se limitar à simples leitura e aceitação dos relatórios das obrigações específicas decorrentes do TAC apresentados e elaborados unilateralmente pelo empreendedor; (ii) Deverá ser promovida avaliação crítica das informações e documentação fornecidas pela PETROBRAS, por meio de relatórios elaborados por sua equipe técnica; (iii) Deverá realizar vistorias *in loco* para apurar o cumprimento de cada obrigação do TAC, as quais serão levadas em conta na confecção dos relatórios aludidos no item anterior (exceto quando a obrigação se restringir à apresentação de documentos); (iv) A cada documento relativo ao cumprimento da respectiva obrigação protocolado pela PETROBRAS, deverá ser realizada vistoria, se for o caso, com registros fotográficos, e elaborado um parecer técnico esclarecendo se as informações prestadas no respectivo documento condizem com a realidade do campo, se são suficientes e eficientes. Os serviços serão exclusivamente para acompanhamento das obrigações do TAC.

4) Sem prejuízo das ações a cargo da auditoria independente, o INEA se obriga a fiscalizar diretamente o cumprimento das condicionantes das licenças ambientais do COMPERJ contempladas no presente TAC, devendo: (i) Semestralmente, realizar vistorias *in loco* e elaborar relatórios técnicos com avaliação crítica das informações e documentação fornecidas pela PETROBRAS e dos relatórios apresentados pela auditoria independente; (ii) Os relatórios apresentados pela auditoria independente na forma do item 6.2 da presente cláusula e os relatórios produzidos pelo INEA indicados no item anterior deverão ser publicados no sítio eletrônico do INEA; (iii) Caso a PETROBRAS descumpra alguma condicionante das licenças, o INEA, no regular emprego de seu poder de polícia, deverá adotar as medidas legais cabíveis para sancionar e compelir o empreendedor a cumpri-la;

5) As obrigações acordadas neste TAC são consideradas automaticamente acrescidas àquelas estabelecidas nos licenciamentos ambientais do COMPERJ, sem necessidade de realização de averbação das licenças ambientais;

6) O INEA apresentará, em atendimento ao pedido 5.1 do processo nº 0009897-51.2018.8.19.0023, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA nº 008/2013, relativo à aplicação de R$ 352.855,55 (trezentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) em medidas compensatórias, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00, inclusive informando qual Unidade de Conservação foi beneficiada com a compensação efetuada pela PETROBRAS.

7) O INEA apresentará, em atendimento ao pedido 5.1 do processo 0009859-39.2018.8.19.0023, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do TCCA nº 09/2013, relativo à Licença de Instalação IN024123, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985/00.

8) O INEA promoverá, em atendimento ao pedido 5.2 do processo 0009859-39.2018.8.19.0023, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, análise crítica, na forma prevista nos itens 1 a 4 da presente cláusula, sobre o cumprimento da Condicionante 14 da Licença de Instalação IN024123: "*Apresentar, em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a emissão da licença, as áreas escolhidas como compensação para serem analisadas / aprovadas pelos técnicos da DILAM-GELAF*".

DAS ATRIBUIÇÕES E OBRIGAÇÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CLÁUSULA OITAVA: Compete ao Compromissário ERJ exercer, por meio da SEAS, a regular fiscalização do INEA e da PETROBRAS para o cumprimento das obrigações objeto do presente TAC, bem como das obrigações estabelecidas em todo o processo de licenciamento ambiental do empreendimento em tela, seja na fase anterior à emissão das licenças, seja na fase de fiscalização do cumprimento das condicionantes das licenças.

Parágrafo único – Considerando a previsão de disponibilização de recursos para fins de elaboração de projetos e de intervenções pela SEAS/INEA, as equipes responsáveis pela execução dos projetos deverão apresentar, ao MPRJ, relatórios sobre a evolução da execução, termos de referência, cronogramas, orçamentos e demais informações

relevantes, devendo a SEAS/INEA, ao final, promover a prestação de contas da utilização dos recursos ao MPRJ.

DA CONTAGEM DOS PRAZOS

CLÁUSULA NONA: O presente TAC terá validade desde a data de sua homologação judicial, renunciando as partes, desde já, ao direito de recorrer e a questionar sua validade.

Parágrafo único - Os prazos previstos no presente TAC são computados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

DA COMPROVAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES E DA RESPECTIVA QUITAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA: A PETROBRAS deverá apresentar ao MPRJ, ao INEA e à SEAS, para fins de comprovação do cumprimento das obrigações assumidas neste TAC, todos os laudos, relatórios ou documentos relativos às medidas executadas, com indicação precisa da obrigação a que se relacionam, independentemente de requisição neste sentido.

Parágrafo primeiro – Sem prejuízo do disposto no *caput*, o MPRJ, o INEA e a SEAS poderão, para fins de verificação do cumprimento das obrigações assumidas pela PETROBRAS, realizar diretamente ou mediante requisição aos órgãos ou entidades pertinentes, vistorias ou fiscalizações.

Parágrafo segundo – O MPRJ dará quitação quando do cumprimento das obrigações de fazer após análise a ser feita pelo GATE.

Parágrafo terceiro – O INEA e a SEAS, cumpridas as obrigações aqui avençadas, darão por quitadas as obrigações nele descritas, bem como as condicionantes contidas nas licenças ambientais tratadas nas cláusulas acima, após o regular cumprimento de todas as etapas dos itens constantes na cláusula sétima.

Parágrafo quarto – As obrigações de pagar/aportar estabelecidas no âmbito deste acordo estarão automaticamente quitadas com o envio do comprovante de depósito em contas judiciais e nas contas indicadas pela SEAS/INEA.

Parágrafo quinto – A responsabilidade pela elaboração dos orçamentos, termos de referência, contratos e eventuais contratações recaem única e exclusivamente sobre os contratantes de cada projeto, não cabendo a responsabilização dos Compromitentes pela execução de tais recursos.

DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMITENTE, DO ÓRGÃO LICENCIADOR E DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O MPRJ, o INEA e o ERJ não serão responsáveis por quaisquer ônus, direitos ou obrigações relativos à legislação tributária, previdenciária, trabalhista ou securitária, decorrentes da execução deste TAC, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à PETROBRAS.

Parágrafo Primeiro – O MPRJ, o INEA e o ERJ não serão responsáveis por quaisquer compromissos assumidos pela PETROBRAS com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TAC, bem como por qualquer dano ou indenização a terceiros em decorrência de seus próprios atos, de seus dirigentes, empregados, prepostos ou subordinados.

Parágrafo Segundo – A celebração do presente Termo não implica em reconhecimento de qualquer irregularidade, vício, ilegalidade, improbidade ou inadequação nos procedimentos de licenciamento ambiental tratados no presente TAC, tampouco nas condutas da SEAS, do INEA ou de quaisquer de seus servidores.

DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O disposto no presente TAC não limita, impede ou suspende a fiscalização ampla, irrestrita e permanente da PETROBRAS pelos Compromitentes ou pelos demais órgãos e instituições ambientais, no exercício de suas demais atribuições e prerrogativas legais.

Parágrafo Único – A existência e atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da PETROBRAS no que concerne às obrigações ajustadas e às suas consequências e implicações próximas ou remotas.

DO VALOR

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O valor total estimado do investimento para realização das medidas previstas neste TAC, para todos os efeitos legais, é de R$ 49.547.956,62 (quarenta e nove milhões quinhentos e quarenta e sete mil, novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos), sendo o seu desembolso de inteira responsabilidade da PETROBRAS.

Parágrafo único – O valor das obrigações de pagar previstas neste TAC é de R$ 48.547.956,62 (quarenta e oito milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos), sendo o restante do valor total a importância estimada das obrigações de fazer previstas neste TAC.

DAS SANÇÕES DECORRENTES DO DESCUMPRIMENTO DO AJUSTADO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Sem prejuízo da execução da obrigação de fazer, o não cumprimento de quaisquer das obrigações aqui assumidas sujeitará a PETROBRAS ao pagamento de multa diária no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) para cada situação de descumprimento verificada, até o adimplemento comprovado da obrigação assumida. Por sua vez, sem prejuízo das obrigações de fazer, o descumprimento de quaisquer das obrigações aqui assumidas sujeitará os Compromissários INEA e ERJ ao pagamento de multa trimestral no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), para cada situação de descumprimento e até o adimplemento comprovado da obrigação assumida.

Parágrafo Primeiro – A multa não será aplicada caso exista justificado motivo técnico para eventual atraso ou descumprimento das obrigações de fazer, devendo ser apresentado por escrito pela Compromissária, em até 5 (cinco) dias após constatada a impossibilidade de cumprimento.

Parágrafo Segundo – A multa também não incidirá caso a obrigação tenha sido realizada, mas o MPRJ entenda pela necessidade de complemento ou ajuste e a PETROBRAS, devidamente notificada, cumpra a exigência em prazo estipulado pelo notificante, não inferior a 10 dias úteis, findo o qual a multa será aplicada, sem prejuízo do exercício do poder de polícia pelo INEA e pela SEAS, inclusive para o devido cumprimento das obrigações decorrentes das licenças ambientais do COMPERJ.

Parágrafo Terceiro – As multas sobre as quais trata a presente cláusula serão corrigidas pela UFIR ou índice de correção que a substitua, e recolhidas ao Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano – FECAM.

Parágrafo Quarto – A notificação das multas será remetida ao endereço do respectivo destinatário constante neste TAC e será considerada efetivada pela sua simples recepção.

Parágrafo Quinto – Depois do recebimento da comunicação prevista no item anterior, a Compromissária terá 20 (vinte) dias úteis para o recolhimento da multa e 05 (cinco) dias úteis para a remessa do respectivo comprovante ao MPRJ.

Parágrafo Sexto – As multas previstas na presente cláusula não têm caráter compensatório e, assim, o seu pagamento não eximirá a PETROBRAS da eventual responsabilidade por perdas e danos decorrentes de infrações a este TAC ou à legislação ambiental.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O termo inicial do prazo de vigência do presente TAC é a data da sua homologação e, o termo final, 30/12/2021, podendo ser prorrogado mediante ajuste entre as partes.

Parágrafo único – Na eventual hipótese das sentenças homologatórias relativas às ACPs cujo objeto aqui são ajustadas forem exaradas em datas diversas, os prazos de cumprimento e de vigência serão contados a partir da data da última sentença de homologação judicial.

DA PUBLICAÇÃO DE EXTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da data de sua homologação, deverá a PETROBRAS promover a publicação de extrato do

presente TAC no Diário Oficial do Município de Itaboraí, no DOERJ e em jornal de grande circulação no estado do Rio de Janeiro, contendo as partes, o objeto, o valor e o prazo total do instrumento, correndo os respectivos encargos às suas expensas.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Este TAC, após homologado, tem natureza jurídica de título executivo judicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85, e somente poderá ser alterado por escrito, mediante a celebração de termo aditivo entre as partes a ser homologado judicialmente, podendo ser prorrogado mediante prévio ajuste.

Parágrafo Único – Na impossibilidade de acordo entre o Compromitente e as Compromissárias quanto à alteração das cláusulas do presente TAC, permanecerão em vigor e serão plenamente exigíveis as obrigações originariamente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Fica eleito o foro da Comarca de Itaboraí, local do empreendimento COMPERJ, para dirimir questões ou disputas envolvendo o presente TAC, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

IV- CONCLUSÃO

Pelo exposto, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 04 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito, destinadas ao MPRJ, à PETROBRAS, ao ERJ (SEAS) e ao INEA, obrigando-se a fazê-lo firme e valioso por si e seus eventuais sucessores.

Itaboraí, 18 de fevereiro de 2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

ALTINEU CÔRTES FREITAS COUTINHO
Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro

CARLOS HENRIQUE NETTO VAZ
Presidente do INEA

ALESSANDRO DE CASTRO MELO
PETROBRAS

DANIELE LOMBA ZANETI PUELKER
PETROBRAS

TESTEMUNHAS:

1.

2.

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca de Itaboraí
Cartório da 1ª Vara Cível
Av. Vereador Herminio Moreira, 380 2º andar - sala 217CEP: 24800-201 - Centro - Itaboraí - RJ e-mail: itb01vara@tjrj.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
4693
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0009859-39.2018.8.19.0023

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Ação Civil Pública - Dano Ambiental / Responsabilidade Civil

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Réu: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Réu: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
Réu: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em 19/02/2020

Sentença

Vistos, etc.

HOMOLOGO, para que produza seus devidos e jurídicos fins, o TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA de fls.4.658/4.691, celebrado entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e os Réus, e, por conseguinte, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO na forma do 487, III, b do Código de Processo Civil.

Custas ex lege.

P.R.I.

Itaboraí, 19/02/2020.

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **48A7.WS4U.LDNV.ASL2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

LIVIA GAGLIANO PINTO ALBERTO MORTERA:31942 Assinado em 19/02/2020 15:03:44
Local: TJ-RJ

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca de Itaboraí
Cartório da 1ª Vara Cível
Av. Vereador Herminio Moreira, 380 2º andar - sala 217CEP: 24800-201 - Centro - Itaboraí - RJ e-mail: itb01vara@tjrj.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
5747
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0009869-83.2018.8.19.0023 Fls.

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Ação Civil Pública - Dano Ambiental / Responsabilidade Civil

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Réu: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Réu: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
Réu: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em 19/02/2020

Sentença

Vistos, etc.

HOMOLOGO, para que produza seus devidos e jurídicos fins, o TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA de fls.5.712/5.745, celebrado entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e os Réus, e, por conseguinte, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO na forma do 487, III, b do Código de Processo Civil.

Custas ex lege.

P.R.I.

Itaboraí, 19/02/2020.

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4F7E.AF74.H67Q.ASL2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

LIVIAGAGLIANO
LIVIA GAGLIANO PINTO ALBERTO MORTERA:31942 Assinado em 19/02/2020 15:02:31
Local: TJ-RJ

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca de Itaboraí
Cartório da 1ª Vara Cível
Av. Vereador Herminio Moreira, 380 2º andar - sala 217CEP: 24800-201 - Centro - Itaboraí - RJ e-mail: itb01vara@tjrj.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
7317
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0009884-52.2018.8.19.0023

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Ação Civil Pública - Dano Ambiental / Responsabilidade Civil

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Réu: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Réu: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
Réu: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em 19/02/2020

Sentença

Vistos, etc.

HOMOLOGO, para que produza seus devidos e jurídicos fins, o TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA de fls.7.282/ 7.315, celebrado entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e os Réus, e, por conseguinte, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO na forma do 487, III, b do Código de Processo Civil.

Custas ex lege.

P.R.I.

Itaboraí, 19/02/2020.

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4HTX.PCCY.4RAJ.ASL2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

LIVIAGAGLIANO
LIVIA GAGLIANO PINTO ALBERTO MORTERA:31942 Assinado em 19/02/2020 15:00:59
Local: TJ-RJ

42

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca de Itaboraí
Cartório da 1ª Vara Cível
Av. Vereador Herminio Moreira, 380 2º andar - sala 217CEP: 24800-201 - Centro - Itaboraí - RJ e-mail: itb01vara@tjrj.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
7645
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0009897-51.2018.8.19.0023

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Ação Civil Pública - Dano Ambiental / Responsabilidade Civil

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Réu: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Réu: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
Réu: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em 19/02/2020

Sentença

Vistos, etc.

HOMOLOGO, para que produza seus devidos e jurídicos fins, o TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA de fls.7.610/7.643, celebrado entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e os Réus, e, por conseguinte, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO na forma do 487, III, b do Código de Processo Civil.

Custas ex lege.

P.R.I.

Itaboraí, 19/02/2020.

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **49C1.J77M.4DLN.ASL2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

LIVIA GAGLIANO PINTO ALBERTO MORTERA:31942 Assinado em 19/02/2020 15:01:29
Local: TJ-RJ

Ref.: Pasta de Acompanhamento das Ações Civis Pública nº 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009852-39.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023 e 0009869-83.2018.8.19.0023.

PROMOÇÃO APÓS TAC II COMPERJ

O Ministério Público do Rio de Janeiro, por meio da 2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, em junho de 2018, ajuizou cinco Ações Civis Públicas em face da Petrobras, do INEA e do Estado do Rio de Janeiro, em razão de danos ambientais relacionados aos empreendimentos intramuros e extramuros do COMPERJ.

Trata-se dos processos judiciais 0009919-12.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009852-39.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023 e 0009869-83.2018.8.19.0023, que tramitam nessa 1ª Vara Cível de Itaboraí. Neste tema de instalação do COMPERJ, em 2014, esta Promotoria já havia ajuizado em face da Petrobras e do Município de Itaboraí a ACP 0006164-19.2014.8.19.0023 em razão da poluição atmosférica em Sambaetiba, Alto do Jacu, Itaboraí. Veja-se a tabela abaixo:

Nº do Inquérito Civil	Nº da Ação Civil Pública	Vara Competente	Objeto	Data do ajuizamento	Valor da Causa
314/09 132/13 161/15 126/13 34/2014	0009919-12.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental dos seguintes empreendimentos do: (i) projeto principal do COMPERJ em Itaboraí, qual seja, a UPB – Unidade de Petroquímicos Básicos, objeto do IC 314/09; (ii) Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ (objeto do IC 314/09); (iii) Estrada de Equipamentos Pesados denominada UHOS (objeto do IC 314/09 e IC 161/15); (iv) Barragem do Guapiaçu (objeto do IC 314/09 e IC 132/13); (v) a adequação/regularidade da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, bem como suas medidas mitigatórias e compensatórias, sob a ótica ambiental, urbanística, social e econômica, de todos os intra e extramuros empreendimentos que compõem o COMPERJ (objeto do IC 126/13).	26/06/2018	R$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais)
95/2011	0009884-		Ilegalidades no licenciamento		R$

	52.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	ambiental do empreendimento do Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ	26/06/2018	1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)
102/2011	0009852-39.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental do empreendimento "Linhas de Transmissão 345 KV do COMPERJ"	26/06/2018	R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais)
106/2010	0009897-89.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental do empreendimento do sistema de dutos e terminais do COMPERJ.	26/06/2018	R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)
01/2013	0009869-83.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental do empreendimento Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), Unidade de Óleos Básicos Lubrificantes (ULUB) e Instalações Auxiliares do COMPERJ	26/06/2018	R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)
82/2013	0006164-19.2014.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Poluição atmosférica causada pelo "pó de pedra" colocado em via pública pela Petrobras sem autorização do poder público em Alto do Jacu, Sambaetiba.	19/03/2014	R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

Nas mais de mil páginas das cinco petições iniciais de ACP, com valor total das causas de 7,5 bilhões de reais, foram deduzidos diversos pedidos, como mais de uma centena de obrigações de fazer relativas à complementação de estudos ambientais e instituição e execução de novas medidas recuperatórias, mitigatórias e compensatórias/reparatórias na seara ambiental, dano moral coletivo, condenação genérica em favor dos moradores que sofreram danos com as obras do COMPERJ.

Após o ajuizamento das ACP's, o Ministério Público, em agosto de 2018, foi procurado pela ré Petrobras, que manifestou interesse em tentar celebrar Termo de Ajustamento de Conduta. Assim sendo, o MPRJ requereu a suspensão dos processos, para tentativa de solução consensual da lide. Em janeiro de 2019, o Estado do Rio de Janeiro, por meio da SEAS e INEA, passou a participar das tratativas para o TAC. Foram realizadas constantes reuniões sobre o assunto desde então (por e-mail, whatsapp, telefone e presenciais na sede do GATE, da PGJ, do INEA, da SEAS e da PETROBRAS), com exaustivo debate sobre cada cláusula do TAC.

No dia 29/07/19, por convite do Deputado Estadual Luiz Paulo (formalizado por meio do ofício CPI nº 202/219 - Resolução 01/2019, da ALERJ), este Promotor compareceu à ALERJ e, no bojo da CPI da Crise Fiscal do Rio de Janeiro, palestrou em

audiência pública, sobre a atuação do MPRJ no caso COMPERJ, com destaque para: (i) as investigações levadas a cabo por meio de todos os inquéritos civis que deram azo ao ajuizamento das ACP's; (ii) o teor das petições iniciais das ACP's do COMPERJ; (iii) o teor da minuta de TAC I COMPERJ[1].

Em 09/08/19, foi celebrado o TAC I COMPERJ que, em síntese, teve por objeto tratar da integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e algumas questões pontuais, sobretudo relacionadas à restauração florestal, das demais ACP's. **De agosto/2019 até fevereiro/2020, as partes dos citados processos construíram o TAC II COMPERJ que tem por objeto todos os pedidos remanescentes das ACP's 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023 e 0009897-51.2018.8.19.0023.**

Finalmente, no dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023 e 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo submetido à homologação pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí.

O citado TAC II COMPERJ possui mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

É o breve relato do caso COMPERJ.

Em prosseguimento à atuação do MPRJ no caso COMPERJ, esta Promotoria, neste ato, de forma paralela, inicia duas frentes de atuação sobre o TAC II COMPERJ (na esteira do que já vem fazendo em relação ao TAC I):

1ª) Ampla publicidade ao TAC II, inclusive para viabilizar o controle social e pela administração pública na fiscalização do cumprimento das obrigações: A publicidade do

[1] A íntegra da audiência pública da ALERJ e a reportagem sobre o evento constam nos vídeos disponíveis nos seguintes link: https://youtu.be/3e92-FOhAMY e https://youtu.be/N6GyKs6oLL8

TAC em tela se deu de diversas formas, a saber: (i) pelo próprio andamento processual no site do TJRJ; (ii) pela publicação de matéria informativa na página principal do site do MPRJ no mesmo dia em que o TAC foi assinado (inclusive com disponibilização da versão final e assinada do TAC em pdf)2; (iii) pela publicação de dezenas de matérias jornalísticas por diferentes veículos da imprensa nacional que noticiam o acordo; (iv) pela publicação de extrato do TAC, contendo as partes, o objeto, as obrigações, o valor e o prazo total do instrumento, no Diário Oficial do Município de Itaboraí, no D.O.E.R.J e em jornal de grande circulação no estado do Rio de Janeiro, na esteira da 16° cláusula do TAC; (v) pela expedição dos 33 ofícios, nos moldes do presente, a todos os órgãos públicos direta ou indiretamente interessados (da mesma forma como anteriormente já havia oficiado em 26/08/18, logo após o ajuizamento das ACP's e também após a celebração do TAC I COMPERJ); (vi) pela realização de constantes reuniões com a sociedade civil e autoridades públicas no gabinete da Promotoria.

2ª) Instauração de Procedimentos Administrativos para fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela PETROBRAS, ERJ e INEA no TAC II: Incumbe ao MPRJ, na forma do art. 8°, I, da Resolução CNMP n.° 174/17 e do art. 35, I, da Resolução GPGJ/MPRJ n.° 2.227/18, acompanhar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes no TAC II, sendo certo que, diante da complexidade e da quantidade dos compromissos tomados, este órgão de execução entende que é recomendável a instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas), razão pela qual instaurou os 61 PA's, cuja relação segue na planilha em anexo.

Pelo exposto, para dar concretude e iniciar os trabalhos nas duas frentes acima mencionadas, à Secretaria para cumprimento das seguintes diligências:

1) **Extraiam-se 61 cópias** do TAC II COMPERJ e da presente promoção, autuando-as como notícia de fato autônomas (cada uma com número MPRJ próprio), abrindo-se imediata conclusão para instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas);

[2] http://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/83203, publicado em 19/02/2020.

2) **Com auxílio da Assessoria Jurídica, elaborar planilha** contendo o número de cada MPRJ e cada PA, com seu respectivo objeto;

3) **Oficiar ao Procurador-Geral de Justiça do MPRJ,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 768/18 e 1631/19, bem como com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II COMPERJ e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

4) **Oficiar ao Corregedor-Geral do MPRJ,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 769/18 e 1632/19, bem como com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

5) **Oficiar ao Conselho Superior do MPRJ,** com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia dos TAC`s I e II COMPERJ e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC I e II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Aduza-se que, apesar de não ser hipótese de comunicação obrigatória ao colendo Conselho, eis que o TAC foi celebrado no bojo de ação civil publica e homologado judicialmente, esta Promotoria, por cautela, diante da importância e repercussão social e ambiental dos acordos, vem dar ciência a esse egrégio CSMP da celebração dos dois TAC`s e da instauração dos 125 procedimentos administrativos instaurados para fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Petrobras, ERJ e INEA, bem como se colocar à disposição para eventuais esclarecimentos complementares;

6) **Oficiar ao Coordenador do CAO AMBIENTE,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 770/18 e 1633/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Ressalte-se que, caso

Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

7) **Oficiar ao Presidente da PETROBRAS**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

8) **Oficiar ao Coordenador do GAEMA,** com cópia da presente promoção informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Neste ato, esta Promotoria, tal como o fez no TAC I COMPERJ, vem oportunizar ao festejado grupo de apoio especializado em meio ambiente que, se assim entender conveniente do ponto de vista estratégico para o MPRJ e para o próprio GAEMA, que indique quais PA's da planilha em anexo esse grupo teria interesse em prestar auxílio, sendo certo que esta Promotoria requererá o auxílio em todos os eventuais PA's indicados. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

9) **Oficiar ao Presidente do INEA**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

10) **Oficiar ao Secretário de Estado de Ambiente e Sustentabilidade**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia

29

da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

11) **Oficiar ao Coordenador do GATE,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 771/18 e 1640/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

12) **Oficiar à Promotoria de Tutela Coletiva do Meio Ambiente de São Gonçalo,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 773/18 e 1636/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Informe-se que no TAC II COMPERJ, em razão dos limites territoriais dos empreendimentos objetos das ACP`s, o Município de São Gonçalo não foi contemplado diretamente com recursos financeiros. De qualquer forma, ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

13) **Oficiar às Promotorias de Tutela Coletiva do Núcleo Magé,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 774/18 e 1641/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta

promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Magé e Guapimirim). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

14) **Oficiar às Promotorias de Tutela Coletiva do Núcleo Nova Friburgo,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 774/18 e 1641/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Cachoeiras de Macacu). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

15) **Oficiar às Promotorias de Tutela Coletiva do Núcleo Niterói,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 787/18 e 1642/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de

Maricá). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

16) **Oficiar ao Ministério Público Federal** (Procuradoria da República com atribuição na matéria meio ambiente na área de Itaboraí), em complemento e com cópia digital dos nossos ofícios anteriores 2ª PJTC nº 758/18, nº 759/18, nº 760/18, nº 762/18, nº 763/18, nº 766/2018, nº 775/2018, nº 555/19, nº 883/2019, nº 990/2019 e nº 1643/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Registre-se que, como apontado nos ofícios anteriores, eventuais danos ambientais em unidade de conservação federal ou bem da União não fizeram parte do objeto das ACP's e do TAC II firmado. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

17) **Oficiar ao Prefeito, Secretário de Obras, Secretário de Meio Ambiente, Secretário Municipal de Desenvolvimento e Integração ao COMPERJ e Procurador-Geral de Itaboraí,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nºs 776/18, 777/18, 778/18, 779/18, 780/18, 1635/19, 1644/19, 1645/19, 1646/19, 1647/19 e 2052/19, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de

Itaboraí). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

18) **Oficiar ao Presidente da Câmara Municipal de Itaboraí**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Itaboraí). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

19) **Oficiar ao Prefeito de Cachoeiras de Macacu,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 781/18, 1649/19 e 2048/19, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Cachoeiras de Macacu). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

20) **Oficiar ao Prefeito de Duque de Caxias,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 2050/19, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC II as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Duque de Caxias). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

21) **Oficiar ao Prefeito de Magé,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 2045/19 informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC II as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Magé). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

22) **Oficiar ao Prefeito de Guapimirim,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 2043/19, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC II as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Guapimirim). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção,

em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

23) **Oficiar ao Prefeito de Maricá,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 2041/19, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC II as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Maricá). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

24) **Oficiar à Assembleia Legislativa, na pessoa de Sua Excelência, o Presidente da ALERJ, via PGJ,** em complemento ao ofício 1651/19 dirigido ao Deputado Estadual Luiz Paulo, que presidiu a CPI da Crise Fiscal do Rio de Janeiro, com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Registre-se que o relatório final da citada CPI encaminhado ao MPRJ pelo nobre Deputado foi juntado aos autos das citadas ACPs. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

25) **Oficiar ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, via PGJ,** com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

26) **Oficiar ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, via PGJ,** com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

27) **Oficiar ao IBAMA,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 1683/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja

comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

28) **Oficiar ao ICMBio,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 1684/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

29) Os itens 1 e 2 da presente promoção devem ser cumpridos imediatamente. Os ofícios dos itens 3 a 29 deverão ser expedidos tão logo sejam instaurados os PA's referidos nos itens 1 e 2.

Itaboraí, 19 de fevereiro de 2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

57

Ofício 2ª PJTC nº 491/2020 *Itaboraí*, 03 de março de 2020.

Ref: **PA 62/2020 – MPRJ 202000174156**
(Favor mencionar na resposta)

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a **o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV):** A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima, obrigou-se a *"(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), **em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC**, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça solicitar que, findo o prazo estabelecido na obrigação, cujo cumprimento ora se fiscaliza, qual seja, em até 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, seja remetida a esta Promotoria (preferencialmente já fazendo referência ao presente PA) as informações e documentos probatórios do adimplemento da obrigação em tela.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Recebido em 27/08/20
Servidor

AO SENHOR PRESIDENTE
PETROBRAS- PETRÓLEO BRASILEIRO S/A NO RIO DE JANEIRO
Avenida República do Chile, nº 65, Centro - RJ
CEP: 20031-912

68

Ofício 2ª PJTC n° 492/2020 *Itaboraí*, 03 de março de 2020.

Ref: **PA 62/2020 – MPRJ 202000174156**

(Favor mencionar na resposta)

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a **apurar o cumprimento da obrigação contida na cláusula décima sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345Kv):** A PETROBRAS, na cláusula décima sexta, obrigou-se a "*(...) **dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da data de sua homologação**, deverá a PETROBRAS promover a publicação de extrato do presente TAC no Diário Oficial do Município de Itaboraí, no DOERJ e em jornal de grande circulação no estado do Rio de Janeiro, contendo as partes, o objeto, o valor e o prazo total do instrumento, correndo os respectivos encargos às suas expensas*".

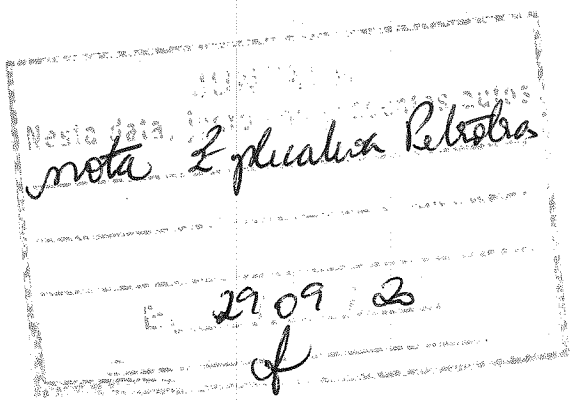
Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça solicitar que, no prazo de 30 dias após o término do prazo estabelecido na obrigação, ou seja, 30 dias mais até 60 dias contados da homologação do TAC, seja remetida a esta Promotoria (preferencialmente já fazendo referência ao presente PA) as informações e documentos probatórios do adimplemento da obrigação em tela**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Encaminhado em 27/08/20
Servidor

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20081-312


Nesta data
nota Explicativa Petrobras
29 09 2

PETROBRAS

NOTA EXPLICATIVA - OBRIGAÇÕES DO TAC 2

INFORMAÇÕES DE ATENDIMENTO DO TAC 2 REFERENTE ÀS ACPS Nº 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023 0009859-39.2018.8.19.0023 E NÚMERO DE PROCESSO NO INEA SEI-07/026/004.632/2019

ITEM DO TAC:	OBRIGAÇÃO:
1	*"1) A PETROBRAS depositará o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade."*
PA MPRJ: PA 62/2020	

LICENÇA REFERÊNCIA:	PRAZO DE ATENDIMENTO:	STATUS DE ATENDIMENTO:
N/A	25/09/2020	ATENDIDO

INFORMAÇÕES SOBRE O ATENDIMENTO DA OBRIGAÇÃO:

Em atendimento a Obrigação 1 e PA 62/2020 – MPRJ, A Petrobras depositou no dia 25/09/2020 o valor de R$ R$720.000,00 (Anexo I), no Banco Bradesco, Agência 6898-5, Conta 4243-9, CNPJ 42.498.709/0001-09 em nome da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, de acordo com o informado no Ofício SEAS/SUBEXEC/SEI n°143/2020 (Anexo II).

Em tempo, esclarecemos que este pagamento estava previsto inicialmente para ser realizado até 19/04/2020, entretanto, o prazo do TAC foi suspenso por meio do Ofício 2ª PJTC n° 610/2020 do MPRJ (Anexo III), datado e recebido em 24/03/2020, assim como todos os prazos materiais e processuais previstos no instrumento.

Com a retomada dos prazos em 31/08/2020, definida por meio do Ofício Conjunto MPRJ/SEAS n° 01/2020 (Anexo IV) considerou-se a dilação de mais 160 (cento e sessenta) dias da data de 19/04/2020, período este que originalmente expiraria a obrigação. Dessa forma 0 prazo de atendimento desta obrigação passou a ser 25/09/2020, portanto, o seu atendimento foi concluído no prazo.

DESCRIÇÃO DAS EVIDÊNCIAS DISPONIBILIZADAS:

Anexo I - COMPROVANTE DE DEPÓSITO

Anexo II - OFÍCIO SEAS/SUBEXEC/SEI N°143/2020

Anexo III - OFÍCIO 2ª PJTC n° 610/2020

Anexo IV - OFÍCIO CONJUNTO MPRJ/SEAS N° 01/2020

25/09/2020

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

28/09/2020
001 - BANCO DO BRASIL 11:06:53

==========

CNPJ: 33.000.167/0001-01
Pagador: Petróleo Brasileiro S.A.
AG: 3180-1 CONTA: 377300-0

==========

Data de Pagamento: 25/09/2020
Nr. Documento: 1500762699

CNPJ / CPF: 42498709000109
Favorecido: SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE ES

BCO: 237 - BANCO BRADESCO
AG: 6898-5
CONTA: 4243-9

VALOR R$: 720.000,00

==========

NR AUTENTICAÇÃO: C815ABDF27E6A9AA

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXEC SEI Nº143 Rio de Janeiro, 20 de março de 2020

Ilma. Sra.

Daniele Lomba Zaneti Puelker

Gerente Geral de Licenciamento Ambiental e Relacionamento Externo

SMS/LARE 0048/2020

Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRÁS

Avenida República do Chile, nº 65, 14º andar, sala 1401, Centro

Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-912

Assunto: Envio de Conta Específica para Cumprimento das Obrigações de Pagar do TAC 2 do COMPERJ

Referência: TAC nº 01/2020 (TAC 2 do COMPERJ)

SEI – 07/026/004.632/2019

Senhora Gerente,

Cumprimentando-a cordialmente, em atenção ao assunto em epígrafe, informamos que com relação à Cláusula Sétima, item 1, que estabelece o cumprimento da obrigação referente à auditoria externa, a conta encontra-se aberta no Banco Bradesco, cujos dados seguem abaixo:

Banco Bradesco

CNPJ: 42.498.709/0001-09

AG: 6898-5

C/C 4243-9

Com relação à Cláusula Sexta, item 5, que estabelece a obrigação de a Petrobrás depositar quantia em conta para medidas de recuperação ambiental, vimos, por meio deste, informar que estão sendo tomadas as medidas cabíveis a fim de que a referida conta seja aberta com a maior brevidade.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

EDUARDO PIRES GAMELEIRO
Subsecretário Executivo
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
ID. Funcional 3219466-8

Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Pires Gameleiro, Subsecretário de Estado**, em 20/03/2020, às 13:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3842520** e o código CRC **25DC4BCE**.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício 2ª PJTC n° 610/2020
Ref: **TAC I e II COMPERJ** (Favor mencionar na resposta)
A/C Dra. Margareth Michels Bilhalva

Itaboraí, 24 de março de 2020.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, sirvo-me do presente para, em resposta ao e-mail encaminhado a esta Promotoria de Justiça no dia 23/03/2020, informar que **todos os prazos relativos aos procedimentos administrativos instaurados por este órgão ministerial para acompanhar e apurar o cumprimento das obrigações constantes nos TAC's I e II do COMPERJ encontram-se suspensos.**

No entendimento do MPRJ, os prazos para cumprimentos das obrigações materiais assumidas pela Petrobras/SEAS/INEA em ambos os TAC's também estão suspensos, diante da impossibilidade fática de cumprimento das obrigações nesse momento de pandemia do coronavírus, em que o próprio Governador decretou estado de emergência no RJ.

O MPRJ ressalta que, excepcionalmente, para eventuais situações emergenciais que serão comunicadas expressa e pontualmente, alguma demanda poderá ser apresentada por esta Promotoria a qualquer cidadão, órgão público ou sociedade empresária, inclusive à Petrobras, evidentemente de forma fundamentada.

Informa-se, ainda, que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Procuradoria-Geral de Justiça e da Corregedoria-Geral do MPRJ, expediu a Resolução Conjunta GPGJ/CGMP nº 21, de 13 de março de 2020 (em anexo), que *disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a adoção de medidas temporárias para a prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19), com o objetivo de assegurar a continuidade das funções ministeriais e o adequado enfrentamento à emergência de saúde pública de importância internacional, reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS)*.

Posteriormente, expediu-se a Resolução Conjunta GPGJ/CGMP nº 23, de 22 de março de 2020 (em anexo), que *disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, novas medidas temporárias para a prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19)*. Ressalta-se que o expediente presencial nos órgãos de execução e administrativos do MPRJ está temporariamente suspenso. Os membros e servidores da Instituição permanecem exercendo suas funções regularmente em Regime Diferenciado de Teletrabalho.

Por fim, observa-se que qualquer comunicação direcionada a este órgão ministerial deverá ser encaminhada ao endereço eletrônico *2pjtc.itaborai@mprj.mp.br*.

Segue em anexo cópia da Resolução Conjunta GPGJ/CGMP nº 21, de 13 de março de 2020 e da Resolução Conjunta GPGJ/CGMP nº 23, de 22 de março de 2020, para fins de ciência.

Ao ensejo, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR PRESIDENTE
PETROBRAS- PETRÓLEO BRASILEIRO S/A NO RIO DE JANEIRO
Avenida República do Chile, nº 65, Centro – RJ
CEP: 20031-912

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Estado do Rio de Janeiro

Ofício CONJUNTO MPRJ/SEAS n° 01/2020

Itaboraí, 28 de agosto de 2020.

Ref: **TAC´s I e II COMPERJ** (Favor mencionar na resposta)

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO, considerando a publicação na presente data da Resolução Conjunta SEAS/INEA nº 27, de 27 de agosto de 2020, cuja cópia segue anexa, comunicam a Vossa Excelência que os prazos dos Termos de Ajustamento de Conduta I e II, celebrados nos autos das Ações Civis Públicas nºs. 0009919-12.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, 0009869-83.2018.8.19.0023 e 0009859-39.2018.8.19.0023, serão retomados a partir de 31/08/2020 (segunda-feira), primeiro dia útil após a publicação do citado ato normativo.

Ao ensejo, renovamos protestos de elevada estima e distinta consideração.

LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA
PROCURADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SEAS

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA - MPRJ

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2020.08.28 12:38:33 -03'00'

AO SENHOR PRESIDENTE
PETROBRAS- PETRÓLEO BRASILEIRO S/A NO RIO DE JANEIRO
Avenida República do Chile, nº 65, Centro - RJ
CEP: 20031-912

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, pela **2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITABORAÍ**, no exercício das atribuições conferidas pelos arts. 127, caput e 129, III da CRFB, art. 25, IV da Lei Federal n. 8.625/93 e art. 34, VI da Lei Complementar Estadual n. 106/03, com fulcro na Lei Federal n. 7.347/85, na Resolução CNMP nº 174/17 e na Resolução GPGJ nº 2.227/2018 **RESOLVE** promover a instauração de **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**, na forma que segue.

MPRJ nº: 2020.00174156	**Portaria nº: 62/2020**	**Prazo: 01 (um) ano**

Atribuição: Defesa e Proteção do Meio Ambiente.

Assunto/Ementa (Código: 10110): Meio Ambiente. Apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima, obrigou-se a *"(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), **em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC**, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade".*

Origem: Ações Civis Públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, 0009869-83.2018.8.19.0023 e 0009859-39.2018.8.19.0023.

Reclamante(s): De ofício.

Reclamado(s): PETROBRAS, INEA e Estado do Rio de Janeiro.

Observação: ACOMPANHAR O CUMPRIMENTO DO TAC II COMPERJ.

Para tanto, **determina-se.**

1. Registre-se e autue-se (art. 15 c/c 70, I e art. 16, § 1º, Resol. GPGJ 2.227/18);
2. Registre-se no Sistema MGP (art. 1º, Resol. GPGJ/CGMP 02/2010);
3. Dê-se publicidade ao presente ato publicando-o em quadro próprio deste órgão ministerial pelo prazo de 15 dias (art. 23, §1º, I, Resol. 2.227/18);
4. Dê-se cumprimento às diligências determinadas no **relatório inicial de investigação**.

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, 207, salas 606/607, Centro, Itaboraí, RJ (CEP:24.800-113)
Tel. 2645-6950

Itaboraí, 19 de fevereiro de 2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

RELATÓRIO INICIAL DE INVESTIGAÇÃO

Ref.: Procedimento Administrativo nº 62/2020

Trata-se de procedimento administrativo tendente a acompanhar e fiscalizar o cumprimento de obrigação constante no item 1, da cláusula sétima, do TAC II COMPERJ.

O MPRJ, por meio desta Promotoria, ajuizou as ações civis públicas nº 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023 e 0009897-51.2018.8.19.0023 em face da PETROBRAS, INEA e ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no dia 26/06/2018, questionando o licenciamento ambiental e seus impactos dos seguintes empreendimentos do COMPERJ, respectivamente: (i) Unidade de Processamento de Gás Natural – UPGN e Unidade de Óleos Básicos Lubrificantes – ULUB (objeto do IC 1/2013); (ii) Linhas de Transmissão de energia elétrica de 345 kV do COMPERJ, conforme apurado no IC 102/2011; (iii) Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ (objeto do IC 95/2011 e Inquérito Civil n.º 16/2012); e (iv) Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ (objeto do IC 106/2010);

As citadas ACP´s foram ajuizadas com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio dos Inquéritos Civis nº 1/2013 (MPRJ 2013.00014040), nº 102/2011 (MPRJ 2010.00590749), nº 95/2011 (MPRJ 2011.00847727), n.º 16/2012 (MPRJ n.º 2012.00126195) e nº 106/2010 (MPRJ 2010.00008169);

Após o ajuizamento das citadas ACP´s, o Ministério Público, em agosto de 2018, foi procurado pela ré Petrobras, que manifestou interesse em tentar celebrar Termo de Ajustamento de Conduta. Assim sendo, o MPRJ requereu a suspensão dos citados processos, para tentativa de solução consensual da lide. Em janeiro de 2019, o Estado do Rio de Janeiro, por meio da SEAS e INEA, passou a participar das tratativas para o TAC. Desde então, foram realizadas constantes reuniões sobre o assunto (por e-mail, whatsapp, telefone e presenciais na sede do GATE, da PGJ, da Promotoria, do INEA, da SEAS e da PETROBRAS), com exaustivo debate sobre cada cláusula do TAC.

Em 09/08/19, foi celebrado o TAC I COMPERJ que, em síntese, teve por objeto tratar da integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e algumas questões pontuais, sobretudo relacionadas à restauração florestal, das demais ACP´s. De agosto/2019 até fevereiro/2020, as partes dos citados processos construíram o TAC II COMPERJ que tem por objeto todos os pedidos remanescentes das ACP´s 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023 e 0009897-51.2018.8.19.0023.

Finalmente, no dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo submetido à homologação pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí.

O citado TAC II COMPERJ possui mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

Sem prejuízo da atuação dos demais legitimados, incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes no TAC, sendo certo que, diante da complexidade e da quantidade dos compromissos tomados, este órgão de execução entende que é recomendável a instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas), conforme promoção em anexo.

ssim, **o presente PA tem por objeto apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1, da cláusula sétima, do termo de ajustamento de conduta** pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV, que possui a seguinte redação:

> ***"CLÁUSULA SÉTIMA:*** *(...) 1) Depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade".*

A Constituição da República dispõe que *"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"*, sendo certo que *"para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: IV - exigir, na forma da lei, para*

instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade", nos termos do que dispõe o art. 225, *caput* e § 1º, inciso IV, da CRFB.

O art. 8º, I, da Resolução CNMP n.º 174/17 estabelece que "*O procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a: I – acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado"*.

De acordo com o disposto no art. 32, I, da Resolução GPGJ/MPRJ n.º 2.227/18, *"O procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a: I – acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado judicialmente"*.

Como se sabe, é objetivo institucional do Ministério Público em atuar na tutela dos interesses sociais, do meio ambiente e na defesa do ordenamento jurídico (art. 127, *caput*, CRFB/88), sendo que é dever do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, consoante o art. 129, III, da Constituição da República.

Os arts. 127 e 129, III da CRFB/88, o art. 173, inciso III, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e o art. 82, inciso I da Lei nº. 8.078/90, dentre outros, estabelecem que constitui função precípua do Ministério Público a salvaguarda dos valores aqui mencionados.

Pelo exposto, **RESOLVE** o Promotor de Justiça que a esta subscreve, instaurar o **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** em anexo, com a finalidade de obter informações sobre o efetivo cumprimento dos itens antes especificados do termo de ajustamento de conduta celebrado – TAC II COMPERJ.

Após, **autuada, registrada e publicada** a portaria em anexo, proceda a Secretaria ao cumprimento das seguintes diligências:

I. **Autuar o presente**, com cópia do termo de ajustamento de conduta celebrado no bojo das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, 0009869-83.2018.8.19.0023 e 0009859-39.2018.8.19.0023, bem como da sentença judicial que o homologou, e da promoção em anexo;

II. **Oficiar à PETROBRAS,** dando ciência da instauração do presente procedimento administrativo e de seu respectivo objeto, solicitando que,7 findo o prazo estabelecido na obrigação, cujo cumprimento ora se fiscaliza,

qual seja, em até 60 (sessenta) dias contados da homologação do TAC, seja remetida a esta Promotoria (preferencialmente já fazendo referência ao presente PA) as informações e documentos probatórios do adimplemento da obrigação em tela;

III. Com a chegada da resposta ao item anterior, caso a PETROBRAS informe que atendeu à obrigação (encaminhando a documentação necessária), **oficie-se ao INEA/SEAS**, solicitando informar se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida;

IV. **Oficiar ao Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) e Instituto Estadual do Ambiente (INEA)** dando ciência da instauração do presente procedimento administrativo e de seu respectivo objeto, solicitando que, no prazo de 30 dias após o término do prazo estabelecido na obrigação, ou seja, 30 dias mais até 60 dias contados da homologação do TAC, seja remetida a esta Promotoria (preferencialmente já fazendo referência ao presente PA) as informações e documentos probatórios do adimplemento da obrigação em tela;

V. Com a chegada da resposta ao item III, caso o INEA/SEAS apresente as informações e documentos do item III, **remeter o feito ao GATE, via SEI**, solicitando: (i) IT AMBIENTAL para informar se o projeto apresentado pelo Estado atende satisfatoriamente à obrigação assumida, do ponto de vista técnico ambiental (verificar a sua compatibilidade com o escopo/natureza da obrigação); (ii) IT CONTÁBIL para informar se o projeto apresentado pelo Estado está formalmente regular e com preços compatíveis com o valor de mercado;

VI. **Remeter ao CAO Ambiente** cópia da presente Portaria, em cumprimento ao determinado pelo artigo 80, da Resolução GPGJ nº 2227/2018.

Itaboraí, 19 de fevereiro de 2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício 2ª PJTC n° 330/20 ***Itaboraí*, 19 de fevereiro de 2020.**

Ref: Ações Civis Públicas nº 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009852-39.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023 e 0009869-83.2018.8.19.0023

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, cordialmente, em complementação aos termos do Ofício 2ª PJTC nº 1634/19 (em anexo), sirvo-me do presente para informar que, como é do conhecimento de Vossa Excelência, em junho de 2018, o Ministério Público do Rio de Janeiro, por meio da 2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, ajuizou cinco Ações Civis Públicas em face da Petrobras, do INEA e do Estado do Rio de Janeiro, em razão de danos ambientais relacionados aos empreendimentos intramuros e extramuros do COMPERJ.

Em 09/08/19, foi celebrado o TAC I COMPERJ que, em síntese, teve por objeto tratar da integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023, que englobou, em síntese, os seguintes empreendimentos/fatos: Unidade Petroquímica Básica – UPB; Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ; Abalo na estrutura dos imóveis dos moradores de Alto do Jacu, Sambaetiba; Estrada de Equipamentos Pesados denominada UHOS; Barragem do Guapiaçu; Adequação/regularidade da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos dos empreendimentos que compõem o COMPERJ.

De agosto/2019 até fevereiro/2020, as partes dos citados processos construíram o TAC II COMPERJ que tem por objeto todos os pedidos remanescentes das ACP´s 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV).

Finalmente, no dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs, que foi submetido à homologação pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí. Este TAC II COMPERJ possui mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC, cujo valor total é de R$ 49.547.956,62, já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

Além de ter objetivo de dar ciência a Vossa Excelência dos fatos antes narrados, o presente ofício se presta a informar-lhe que, em prosseguimento à atuação do MPRJ no caso COMPERJ, esta Promotoria iniciou duas frentes de atuação sobre o TAC II COMPERJ (na esteira do que já vem fazendo em relação ao TAC I):

1ª) Ampla publicidade ao TAC II, inclusive para viabilizar o controle social e pela administração pública na fiscalização do cumprimento das obrigações: A publicidade do TAC em tela se deu de diversas formas, a saber: (i) pelo próprio andamento processual no site do TJRJ; (ii) pela publicação de matéria informativa na página principal do site do MPRJ no mesmo dia em que o TAC foi assinado (inclusive com disponibilização da versão final e assinada do TAC em pdf)[1]; (iii) pela publicação de dezenas de matérias jornalísticas por diferentes veículos da imprensa nacional que noticiam o acordo; (iv) pela publicação de extrato do TAC, contendo as partes, o objeto, as obrigações, o valor e

[1] http://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/83203, publicado em 19/02/2020.

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

o prazo total do instrumento, no Diário Oficial do Município de Itaboraí, no D.O.E.R.J e em jornal de grande circulação no estado do Rio de Janeiro, na esteira da 16º cláusula do TAC; (v) pela expedição dos 33 ofícios, nos moldes do presente, a todos os órgãos públicos direta ou indiretamente interessados (da mesma forma como anteriormente já havia oficiado em 26/08/18, logo após o ajuizamento das ACP's e também após a celebração do TAC I COMPERJ); (vi) pela realização de constantes reuniões com a sociedade civil e autoridades públicas no gabinete da Promotoria.

2ª) Instauração de Procedimentos Administrativos para fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela PETROBRAS, ERJ e INEA no TAC II: Incumbe ao MPRJ, na forma do art. 8º, I, da Resolução CNMP n.º 174/17 e do art. 35, I, da Resolução GPGJ/MPRJ n.º 2.227/18, acompanhar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes no TAC II, sendo certo que, diante da complexidade e da quantidade dos compromissos tomados, este órgão de execução entende que é recomendável a instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas), razão pela qual instaurou os 61 PA's, cuja relação segue na planilha em anexo.

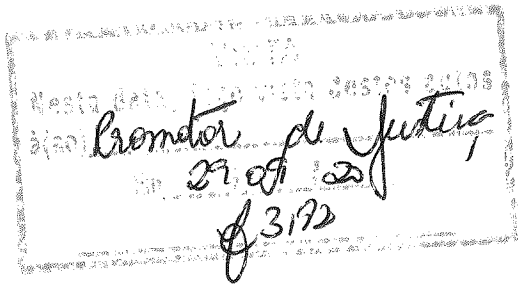
Caso Vossa Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos acima destacados, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC.

Segue em anexo cópia do Ofício 2ª PJTC nº 1634/19 e da planilha contendo a relação de todos os Procedimentos Administrativos instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC I e II COMPERJ.

Ao ensejo, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

A Sua Excelência
Senhor Presidente ROBERTO CASTELLO BRANCO
PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S/A NO RIO DE JANEIRO
Avenida República do Chile, nº 65, Centro – RJ - CEP: 20031-912



Promoção em separado, impressa em 01 lauda (s).

Itaboraí, 29/09/2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

69

Ofício 2ª PJTC n° 1679/2020 *Itaboraí*, 01 de outubro de 2020.

Ref: **PA 62/2020 – MPRJ 202000174156**

(Favor mencionar na resposta)

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a **apurar o cumprimento da obrigação contida na cláusula décima sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345Kv):** A PETROBRAS, na cláusula décima sexta, obrigou-se a "*(...) **dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da data de sua homologação**, deverá a PETROBRAS promover a publicação de extrato do presente TAC no Diário Oficial do Município de Itaboraí, no DOERJ e em jornal de grande circulação no estado do Rio de Janeiro, contendo as partes, o objeto, o valor e o prazo total do instrumento, correndo os respectivos encargos às suas expensas".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça solicitar seja informado se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida. Prazo de 30 (trinta) dias.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2020.10.02 10:10:35 -03'00'

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20081-312

Expedido em 02/10/2020
Servidor

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

40

Ref.: Procedimento Administrativo nº. 62/2020 (MPRJ 2020.00174156)

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- **Ciente** do acrescido às fls. 59/67;

2- **Cumpra-se** o item III de fl. 04;

3- Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 29 de setembro de 2020.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2020.09.29 12:18:31 -03'00'

JUNTADA

Nesta data, junto aos presentes autos

pg. 41, Of. SEAS/GUBEXE

SEI Nº 50

Fl. 29 / 12 / 2020

6208329

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXE SEI Nº507 Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2020

Ilmo. Sr. Promotor
Dr. TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro
Itaboraí/RJ, CEP: 24800-113

Referência: Ofício 2ª PJTC n.º 1679/2020
MPRJ 2020000174156 – PA 62/2020

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção à solicitação contida no ofício em epígrafe, no qual solicita se a compromissada Petrobras atendeu satisfatoriamente o cumprimento da obrigação contida na cláusula décima sexta do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC II do COMPERJ.

Informamos que foram apresentadas documentações comprobatórias, as quais seguem anexo.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSE RICARDO FERREIRA DE BRITO
Subsecretário Executivo
ID Funcional nº. 5086921-3

Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Ferreira de Brito, Subsecretário de Estado**, em 14/12/2020, às 18:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **11484839** e o código CRC **E94BD041**.

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 03/2020
PARTES: Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro - CECIERJ e a PASSOS SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA.
OBJETO: Prestação de serviço na forma emergencial de reforma e adaptação de imóvel.
VALOR: R$ 1.184.077,67 (um milhão, cento e oitenta e quatro mil setenta e sete reais e sessenta e sete centavos).
DATA DA ASSINATURA: 02/03/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias a partir de 02/03/2020.
FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/93.
FISCAIS: Luciano Moreira Chaves, ID.: 42015251, Guilherme Nicolau Borges de Oliveira, ID.: 5103279-1 e Thiago Alves Barreira, ID.: 50879308
PROCESSO Nº SEI-260004/000226/2020.

Id: 2240564

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Cooperação Técnica nº 001.
PARTES: Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC e o Município de Paty dos Alferes
OBJETO: Parceria visando conjugar esforços para oferta de Cursos de Formação Continuada-FIC, nas áreas de Gastronomia, Construção Civil, Idiomas, Gestão e Produção Alimentícia, na FAETEC Paty do Alferes, que disponibilizará 03 (três) prédios, que serão adequados pela Prefeitura para atender aos Cursos supracitados
DATA DE ASSINATURA: 14/02/2020.
PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de sua publicação.
VALOR: Sem ônus.
GERENTE DO CONVÊNIO: Paulo Eduardo dos Santos Souza, Identidade Funcional: 3995292-4.
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-26/005/319/2020.

Id: 2240462

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATOS DE TERMOS

INSTRUMENTO: Acordo de Cooperação Internacional. **PARTES:** Universidade da Georgia e a UERJ. **OBJETO:** Desenvolver atividades de cooperação educacional e de pesquisa para benefício mútuo das partes. **DATA DE ASSINATURA:** 19/12/2019. **VIGÊNCIA:** 60 (sessenta) meses. **FUNDAMENTO DE ATO:** Processo nº E-26/007/2964/2019.

INSTRUMENTO: Memorando de Entendimento. **PARTES:** Universidade Técnica de Braunschweig e a UERJ. **OBJETO:** Regular as relações de cooperação acadêmica entre as partes. **DATA DE ASSINATURA:** 12/11/2019. **VIGÊNCIA:** 60 (sessenta) meses. **FUNDAMENTO DE ATO:** Processo nº E-26/007/7527/2019.

INSTRUMENTO: Acordo de Intercâmbio. **PARTES:** Saint Martin's University e a UERJ. **OBJETO:** Regular as relações de cooperação acadêmica entre as partes. **DATA DE ASSINATURA:** 18/02/2020. **VIGÊNCIA:** 60 (sessenta) meses. **FUNDAMENTO DE ATO:** Processo nº E-26/007/281/2020.

Id: 2240464

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

***INSTRUMENTO:** Termo Aditivo nº 01 ao Contrato nº 49/2018/UERJ. **PARTES:** UERJ e a W&M Publicidade LTDA-EPP. **OBJETO:** Renovação do período contratual por mais 12 meses, contados de 14/12/2019 a 13/12/2020. Dá-se a este Termo Aditivo o valor de R$ 224.720,00. **DATA DA ASSINATURA:** 13/12/2019. **FUNDAMENTO DO ATO: PROC. Nº E-26/007/100224/2018.**
*Omitido no D.O. de 19/12/2019.

Id: 2240327

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR, PERFIL MÉDICO, ESPECIALIDADE ENDOCRINOLOGIA.

A SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DE PESSOAS resolve, em conformidade com o Edital do Concurso Público em epígrafe, e observando a Lei Complementar Federal nº 159/2017 e o Decreto Federal nº 9.109/2017, tornar pública a convocação da candidata **LUCIA HENRIQUES ALVES DA SILVA, 6ª** classificada, na vacância gerada pela exoneração do servidor **VICENTE LOPES DA SILVA JÚNIOR,** matrícula 36378-8, Portaria nº 567/SRH/2016, publicada no DOERJ de 04/07/2016. A candidata convocada deverá aguardar o recebimento do comunicado de convocação com as informações de agendamento, para o cumprimento das etapas de entrega de documentação e realização de exame médico admissional, conforme **Proc. nº 2644/2010.**

Id: 2240583

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR, DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, ÁREA GEOGRAFIA, NOS TERMOS DA LEI Nº 5.343/2008, DECRETO Nº 41.614/2008, DECRETO Nº 43.007/2011, DA RESOLUÇÃO UERJ Nº 03/91, DO ATO EXECUTIVO Nº 45/REITORIA/93 E DO ATO EXECUTIVO Nº 021/REITORIA/2011.

O DIRETOR DO FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE faz saber aos interessados que as datas das provas para o concurso supracitado, publicado no DOERJ de 03/02/2020, **foram alteradas**, obedecendo agora ao seguinte calendário: divulgação da composição da Comissão Examinadora: 30/03/2020, às 10h; sorteio do ponto para a prova escrita: 13/04/2020, às 8h; prova escrita: 13/04/2020, das 9h às 13h; leitura da prova escrita: 13/04/2020, às 14h30min.; resultado da prova escrita: 13/04/2020, após 19h30min.; divulgação da lista de pontos para a prova de aula: 14/04/2020, às 9h; sorteio da prova de aula: 14/04/2020, às 9h10min.; prova de aula:15/04/2020, a partir de 9h10min.; resultado da prova de aula: 17/04/2020, às 9h; entrega de Títulos e Trabalhos: 17/04/2020, às 9h; resultado final: 27/04/2020, às 17h. Proc. nº E-26/007/104524/2018.

Id: 2240467

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE TÉCNICO UNIVERSITÁRIO II, PERFIL PROGRAMADOR, ESPECIALIDADE JAVA
A SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DE PESSOAS resolve, em conformidade com o Edital do Concurso Público em epígrafe, e observando a Lei Complementar Federal nº 159/2017 e o Decreto Federal nº 9.109/2017, tornar pública a convocação do candidato **RENAN CARLOS KRUBNIKI 13º** classificado, na vacância pela exoneração de **WILCLEY JADSON JOAQUIM DA SILVA,** matrícula 39301-7, Portaria nº 083/2020, publicada no DOERJ em 10/02/2020. O candidato convocado deverá aguardar o recebimento do comunicado de convocação com as informações de agendamento, para o cumprimento das etapas de entrega de documentação e realização de exame médico admissional, conforme **Proc. nº E-26/007/10127/2014.**

Id: 2240571

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
INSTITUTO DE APLICAÇÃO FERNANDO RODRIGUES DA SILVEIRA

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR, DO DEPARTAMENTO MATEMÁTICA E DESENHO, ÁREA DESENHO, NOS TERMOS DA LEI Nº 5.343/2008, DECRETO Nº 41.614/2008, DECRETO Nº 43.007/2011, DA RESOLUÇÃO UERJ Nº 03/91, DO ATO EXECUTIVO Nº 45/REITORIA/93 E DO ATO EXECUTIVO Nº 021/REITORIA/2011.

A DIRETORA DO INSTITUTO DE APLICAÇÃO FERNANDO RODRIGUES DA SILVEIRA torna público e homologa que não houve candidatos aprovados no referido Concurso. Proc. nº E-26/007/3378/2019.

Id: 2240320

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIA
ESCOLA SUPERIOR DE DESENHO INDUSTRIAL

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE PROFESSOR ADJUNTO, 01 (UMA) VAGA, DO DEPARTAMENTO DE INTEGRAÇÃO CULTURAL, ÁREA DE DESENHO INDUSTRIAL: DESIGN DE INTERAÇÃO, TECNOLOGIAS E PROTOTIPAÇÃO, COM CARGA HORÁRIA DE 40 (QUARENTA) H/S.

A DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DE DESENHO INDUSTRIAL torna público e homologa o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, cujo provimento ocorrerá nos termos dispostos na Lei nº 5.343/2008, Decreto nº 41.614/2008, Decreto nº 43.007/2011, na Resolução UERJ nº 03/91, no Ato Executivo nº 45/REITORIA/93 e no Ato Executivo nº 021/REITORIA/2011. Proc. nº E-26/007/4631/2016.

Class.	Nome do Candidato	Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Média Final
1º	Bruno Sérgio Coelho de Oliveira	9,94	9,61	9,61	9,72
2º	Pedro Zöhrer Rodrigues da Costa	8,33	8,97	8,93	8,74

Id: 2240376

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIA
ESCOLA SUPERIOR DE DESENHO INDUSTRIAL

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE PROFESSOR ADJUNTO, 01 (UMA) VAGA, DO DEPARTAMENTO DE INTEGRAÇÃO CULTURAL, ÁREA DE DESENHO INDUSTRIAL: HISTÓRIA DO DESIGN, COM CARGA HORÁRIA DE 40 (QUARENTA) H/S.

A DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DE DESENHO INDUSTRIAL torna público e homologa o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos, cujo provimento ocorrerá nos termos dispostos na Lei nº 5.343/2008, Decreto nº 41.614/2008, Decreto nº 43.007/2011, na Resolução UERJ nº 03/91, no Ato Executivo nº 45/REITORIA/93 e no Ato Executivo nº 021/REITORIA/2011. Proc. nº E-26/007/4632/2016.

Class.	Nome do Candidato	Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Média Final
1º	Carlos Guilherme Mace Altmayer	8,67	9,17	8,5	8,78
2º	Gianna Gobbo Larocca	8,32	8,65	8,32	8,43
3º	Cristina Lopes Cavallo	8,24	8,41	8,41	8,35
4º	Felipe Kaizer Santos	8,03	8,03	8,20	8,09

Id: 2240377

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO BIOMÉDICO
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS

EDITAL

O DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS torna público e homologa o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para 1 (uma) vaga de Professor Adjunto, com carga horária de 20 (vinte) h/s, do Departamento de Tecnologias da Informação e Educação em Saúde, Área de Epidemiologia, cujo provimento ocorrerá nos termos dispostos na Lei nº 5.343/2008, Decreto nº 41.614/2008, Decreto nº 43.007/2011, na Resolução UERJ nº 03/91, no Ato Executivo nº 45/REITORIA/93 e no Ato Executivo nº 021/REITORIA/2011. Proc. nº E-26/007/5773/2019.

Class.	Nome do Candidato	Aval. 1	Aval. 2	Aval. 3	Média Final
1	Carlos Augusto Moreira de Sousa	8,63	8,63	8,63	8,63
2	Jeane Glaucia Tomazelli	8,50	8,50	8,50	8,50
3	Tainah de Paula Lima	7,25	7,25	7,25	7,25
4	Thaiza Dutra Gomes de Carvalho	6,75	6,75	6,75	6,75

Id: 2240378

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2020

A UERJ torna pública que realizará no dia 17/03/2020, às 14h, a licitação para contratação de empresa especializada fornecimento de sistema de expansão indireta de ar condicionado (tipo CHILLER - capacidade 150 TR.). Proc. UERJ nº E-26/007/ 8736 /2019.
Conforme Decretos nº 45.109/2015 e nº 45.680/2016.
Editais e anexos disponíveis no site: www.compras.rj.gov.br.

Id: 2240371

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 28.02.2020
PÁGINA 28 - 3ª COLUNA

AVISO

Onde se lê:

I- Centro de Ciências e Tecnologias (CCT) - Professor Associado			
LAB.	ÁREA	CANDIDATO	EM VACÂNCIA DE
LCQUI	Química (com ênfase em Química Analítica)	JEFFERSON RODRIGUES DE SOUSA	Maria Cristina Canela Gazotti (exoneração publicada no D.O. de 26/04/2016)

Leia-se:

I- Centro de Ciências e Tecnologias (CCT) - Professor Associado			
LAB.	ÁREA	CANDIDATO	EM VACÂNCIA DE
LCQUI	Química (com ênfase em Química Analítica)	JEFFERSON RODRIGUES DE SOUZA	Maria Cristina Canela Gazotti (exoneração publicada no D.O. de 26/04/2016)

Id: 2240607

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Ajustamento de Conduta (TAC INEA 01/2020). **PROCESSOS AÇÕES CIVIS PÚBLICAS:** 9884-52.2018.8.19.0023, 9897-51.2018.8.19.0023, 9869-83.2018.8.19.0023 e 9859-39.2018.8.19.0023, 1ª Vara Cível de Itaboraí/RJ - Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, firmado em 18/02/2020. **PARTES:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MPRJ, como COMPROMITENTE, PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS, CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01, como COMPROMISSÁRIA; o ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ERJ, pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS, COMPROMITENTE em relação à PETROBRAS e COMPROMISSÁRIO em relação ao MPRJ; e o INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, COMPROMITENTE em relação à PETROBRAS e COMPROMISSÁRIO em relação ao MPRJ. **OBJETO:** pelo TAC, as partes abordam sobre a integralidade dos pedidos remanescentes (que não foram incluídos no TAC celebrado na ACP nº 0009919-12.2018.819.0023) feitos nas ACPs de números 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN) e 0009859-

Imprensa Oficial | Governo do Rio de Janeiro | documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Quarta-feira, 04 de Março de 2020 às 02:16:24 -0300.
Anexo Publicação DOERJ TAC II (11237347) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 1

39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV), havendo o ajustamento de conduta relativo as obrigações que a Compromissária Petrobras não cumpriu ainda ou são, por meio do presente TAC, alteradas. O TAC visa pôr fim integral as citadas ACPs, após homologação por sentença judicial no bojo dos processos que tramitam perante o Juízo Estadual da Comarca de Itaboraí, fazendo coisa julgada material. **VALOR TOTAL ESTIMADO DO TAC:** R$ 49.547.956,62, sendo que desse valor R$ 48.547.956,62 são obrigações de pagar e o restante são obrigações de fazer. **VIGÊNCIA:** até 30/12/2021, podendo ser prorrogado mediante ajuste entre as partes. **ASSINAM:** Tiago Gonçalves Veras Gomes pelo MPRJ, Allineu Côrtes Freitas Coutinho pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, Carlos Henrique Netto Vaz pela Presidência do INEA e Alessandro de Castro Melo e Danilele Lemba Zaneti Pueliker pela PETROBRAS. A íntegra do TAC original assinado pode ser acessada pelo link http://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/63203. **PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº SEI-07/026/004632/2019.**

Id: 2239791

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EDITAL

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista a NOTIFICAÇÃO nº SUPPIBNOT/01088505, **PROCESSO Nº E-07/200.820/1995.**

CONVOCA:

NOME: Helio Norat Guimarães, **CNPJ/CPF Nº** 197.140.177-34, **ENDEREÇO:** Rua Ário Menezes - Agriões - Teresópolis- RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 10 dias apara tomar ciência da NOTIFICAÇÃO nº SUPPIBNOT/01088505, na Rua Buenos Aires, 204 - Centro, Petrópolis/RJ. O procedimento terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

Id: 2240587

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo Entrega de Chaves. **PARTES:** ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, e a PREFEITURA DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **OBJETO:** Firma a futura entrega das chaves, a contar do dia 02 de janeiro de 2020, do imóvel localizado na Rua Dias da Cruz, nº 170 - Méier, antecipando assim a validade do Termo Aditivo ao Termo de Cessão de Uso Firmado em 11 de novembro de 2010. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8/77. **DATA DE ASSINATURA**: 25/09/2019. **PROCESSO Nº E-18/480/2009.**

Id: 2240436

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

EDITAL

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA, em cumprimento ao disposto na Lei nº 8266, de 27 de dezembro de 2018, e conforme parecer exarado pela Douta Procuradoria Geral do Estado nos autos do Processo Administrativo, abaixo indicado, torna público o indeferimento do recurso referente à inscrição e certificação do projeto cultural em caráter excepcional, como estabelecido no art. 10 da Resolução nº 36, de 17 de junho de 2019.

Área Cultural: Música e dança

01	I- Número do processo	E-18/007/306/2019
	II- Título do projeto	Desfiles do Carnaval Sebastiana 2019
	III- Nome /Razão Social do proponente	Associação Independente de Blocos do Carnaval de Rua da Zona Sul, Santa Teresa e Centro da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro
	IV- CPF/CNPJ do proponente	05.662.620/0001-00

Id: 2240369

Secretaria de Estado das Cidades

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

***INSTRUMENTO**: Nono Termo Aditivo ao Convênio nº 121/2010.
PARTES: Secretaria de Estado das Cidades e a Prefeitura Municipal de Niterói.
OBJETO: prorrogação de prazo de implantação de Projeto de Acessibilidade no Centro.
DATA DE ASSINATURA: 30.12.2019.
PRAZO: 01 (um) ano a contar de 01.01.2020.
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Estadual nº 287/1979.
PROCESSO Nº: E-17/000.992/2010.
*Omitido no D.O. de 06.01.2020.
**Republicado por incorreções no original publicado no D.O. de 17.02.2020.

Id: 2240592

Procuradoria Geral do Estado

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS
ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA PÚBLICA

EDITAL

12º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA

A ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA PÚBLICA - ESAP/CEJUR, nos termos da Resolução PGE nº 4.497, de 15.01.2020, faz saber aos interessados que, após a apreciação dos pedidos de inscrição no 12º Exame de Seleção de Candidatos ao Programa de Residência Jurídica, decidiu-se:

I - Deferir os seguintes pedidos de inscrição:

Inscrição	Nome
2020-RES-12/02186	ACACIO SANTOS SILVA
2020-RES-12/03051	ACACIO SOUZA DA SILVA
2020-RES-12/03246	ADA JESSICA DA SILVA
2020-RES-12/00332	ADRAILDO FERMIANO DE SÁ BARRETO
2020-RES-12/01294	ADRIANA AMORIM FREIRE
2020-RES-12/00691	ADRIANA ARAUJO DAS GRACAS TUPINAMBA
2020-RES-12/00536	ADRIANA CARVALHO DE OLIVEIRA
2020-RES-12/02653	ADRIANA DA SILVA FERREIRA
2020-RES-12/03835	ADRIANA DA SILVA RODRIGUES MONTEIRO
2020-RES-12/00675	ADRIANA LIMA BRASIL
2020-RES-12/03186	ADRIANA MEDEIROS DE ALMEIDA
2020-RES-12/00663	ADRIANE CARDOZO TAVARES
2020-RES-12/01765	ADRIANO OLIVEIRA FARIAS
2020-RES-12/01549	ADRIANO SANTOS DE ALMEIDA
2020-RES-12/00255	ADRYELLE CAROLINA DE AZEVEDO CHAVES
2020-RES-12/03421	AGATHA GUERRA
2020-RES-12/00794	AGATHA MARTINS DOS SANTOS
2020-RES-12/01703	AGDA NUNES DE CASTRO DIAS
2020-RES-12/02648	AGLAUPE RUFFATTO DOS SANTOS
2020-RES-12/01333	AIRTON GUSTAVO VIANA DA SILVA
2020-RES-12/01798	AISLAN DE SOUZA AVELINO
2020-RES-12/03522	AKEMI HISAHARA
2020-RES-12/01878	ALAIDE ROSA RIBEIRO DE SOUZA
2020-RES-12/02973	ALAN BECKER DE ALMEIDA CAMPOS
2020-RES-12/00861	ALAN RODRIGUES LOPES
2020-RES-12/01946	ALANA CARNEIRO CORREA
2020-RES-12/00282	ALANA MARINS ALONSO
2020-RES-12/01999	ALANA MARQUES DOS SANTOS
2020-RES-12/00481	ALBERTO COUTINHO DE FREITAS
2020-RES-12/01559	ALCILEIA MARTINS BATISTA
2020-RES-12/01504	ALEC GAIA DUARTE MORENO
2020-RES-12/01014	ALEC GOMES DA SILVA FARES
2020-RES-12/02197	ALESSANDRA ANASTACIA DE OLIVEIRA VILANOVA
2020-RES-12/04001	ALESSANDRA BARCELOS MONDAINI
2020-RES-12/02482	ALESSANDRA CRISTINA DE SOUZA FRANCO
2020-RES-12/02532	ALESSANDRA DA SILVA RIBEIRO
2020-RES-12/03534	ALESSANDRA DE ALVARENGA REGO
2020-RES-12/02288	ALESSANDRA DE MOURA MARTINEZ
2020-RES-12/01505	ALESSANDRA DUARTE LOUREIRO
2020-RES-12/02570	ALESSANDRA MACHADO DE PESSOA
2020-RES-12/00892	ALESSANDRA MARQUES DA LUZ RODRIGUES
2020-RES-12/00572	ALESSANDRA MARTINS TAVARES
2020-RES-12/01394	ALESSANDRA POUCHAIN GONCALVES PEREIRA
2020-RES-12/01872	ALESSANDRA RAMOS ESPINELLI
2020-RES-12/02479	ALESSANDRA SILVA FERNANDES
2020-RES-12/01801	ALESSANDRO DINIZ DE SOUZA
2020-RES-12/01240	ALEX DA SILVA MOREIRA
2020-RES-12/01782	ALEX DE SOUZA GOMES
2020-RES-12/00323	ALEXANDER HELENO BRAZ
2020-RES-12/02196	ALEXANDER PAIXAO DE JESUS
2020-RES-12/01645	ALEXANDRA DA SILVA JOINHAS
2020-RES-12/04017	ALEXANDRE ADAO TEODORO
2020-RES-12/03419	ALEXANDRE CONSTANTIN MAVROPOULOS
2020-RES-12/00592	ALEXANDRE DA CONCEICAO SILVA
2020-RES-12/00966	ALEXANDRE DA SILVA REZENDE
2020-RES-12/02550	ALEXANDRE DE MELLO
2020-RES-12/00547	ALEXANDRE JOSE NUNES DE MEDEIROS
2020-RES-12/02572	ALEXANDRE PACHE FARIA MORITZ
2020-RES-12/01945	ALEXANDRE PISSINI LASTRES
2020-RES-12/00552	ALEXANDRE SIQUEIRA DIAS
2020-RES-12/00396	ALEXSANDRA SILVA AMARAL
2020-RES-12/01740	ALEXSANDRO RODRIGUES DE SOUZA
2020-RES-12/01633	ALICE ALCANTARA SILVA DE ANDRADE
2020-RES-12/02944	ALICE BRENO CABRAL DE LIMA
2020-RES-12/02058	ALICE CORNELIO VIEIRA DE CASTRO
2020-RES-12/01997	ALICE COSTA LIMA SALZ
2020-RES-12/02835	ALICE FERREIRA GOMES
2020-RES-12/02893	ALICE LENZI FIGUEIREDO
2020-RES-12/01515	ALICE MARIA DE AZEVEDO GONCALVES SILVANO DA MOTA
2020-RES-12/03826	ALICE RIBEIRO CECCHETTI MAFFUCCI
2020-RES-12/01142	ALICE ROCHA DE SOUZA
2020-RES-12/00762	ALICE SILVA CUNHA
2020-RES-12/00169	ALICE TARDIN VILLELA ROBADEY
2020-RES-12/02023	ALINE BOECHAT SARAIVA
2020-RES-12/00703	ALINE CRISTINE SANTANA
2020-RES-12/01450	ALINE DANIELE BARBOSA ANDRADE
2020-RES-12/02385	ALINE DE AVILA CORREA SOUTO
2020-RES-12/03109	ALINE DE OLIVEIRA BRAZ
2020-RES-12/01331	ALINE FARES DA COSTA SOUZA
2020-RES-12/01848	ALINE FERREIRA DE SANT ANNA OLIVEIRA
2020-RES-12/01266	ALINE GOMES GUIMARAES
2020-RES-12/01149	ALINE GONCALVES LESSA
2020-RES-12/03080	ALINE MOREIRA SANTOS
2020-RES-12/02739	ALINE NAIADE DA SILVA ALVES
2020-RES-12/01966	ALINE PEIXOTO DOS SANTOS
2020-RES-12/04013	ALINE SANTOS COLLARES
2020-RES-12/01731	ALINE SOARES DA SILVA
2020-RES-12/01937	ALINE VALE BARRETO
2020-RES-12/00785	ALINE VIANA GUERRA
2020-RES-12/03731	ALINEUTA MIGUEL DURAES PEREIRA LIMA
2020-RES-12/02625	ALLAN COSTA COUTO
2020-RES-12/00599	ALLEXIA GIULLIA DE MIRANDA GUIMARAES
2020-RES-12/02489	ALLINY OLIVEIRA ENDLICH
2020-RES-12/02428	ALONSO CARDOSO BARCELOS
2020-RES-12/00812	ALOYSIO DE ALCANTARA SIMOES
2020-RES-12/01950	ALVARO MAURICIO DOS SANTOS FURTADO
2020-RES-12/00734	ALZIRA SATIKO OKUJI DOS REIS
2020-RES-12/02500	AMANA IQUIENE DA CUNHA SILVA
2020-RES-12/02120	AMANDA BARBOSA DE MIRANDA IBIAPINA
2020-RES-12/03997	AMANDA BARBOSA MARTINS
2020-RES-12/00125	AMANDA BEATRIZ LOPES LIMA LANES
2020-RES-12/03847	AMANDA CABRAL DANIEL VICENTE
2020-RES-12/00657	AMANDA CALDEIRA FREITAS GIORELLI
2020-RES-12/02823	AMANDA CARVALHO DE SANT'ANNA
2020-RES-12/03118	AMANDA CATALDO DE SOUZA TILIO DOS SANTOS
2020-RES-12/00825	AMANDA CERQUEIRA SILVA MOREIRA
2020-RES-12/01573	AMANDA CRISTINA PASSOS ALVES
2020-RES-12/00285	AMANDA DA SILVA FIORE CORREIA
2020-RES-12/01034	AMANDA DA SILVA MACHADO DE SA
2020-RES-12/03464	AMANDA DA SILVA PINHEIRO RIBEIRO
2020-RES-12/01654	AMANDA DOS SANTOS
2020-RES-12/02785	AMANDA DOS SANTOS ELIAS
2020-RES-12/02794	AMANDA DUARTE MILLAN AVILA
2020-RES-12/03277	AMANDA FARIAS DA ROCHA SILVA
2020-RES-12/01130	AMANDA FREITAS DA SILVA
2020-RES-12/01228	AMANDA GIBSON SILVA PINTO
2020-RES-12/03399	AMANDA GOMES DE REZENDE QUEIROZ
2020-RES-12/03075	AMANDA GUEDES DE LIMA
2020-RES-12/00195	AMANDA LIMA DE OLIVEIRA
2020-RES-12/01558	AMANDA LOPES FERREIRA FERNANDES DE MORAES
2020-RES-12/00309	AMANDA MACEDO GOMES
2020-RES-12/02664	AMANDA MENDONCA DE MELO LESQUEVES
2020-RES-12/01311	AMANDA PEREIRA DOS SANTOS SANTANA
2020-RES-12/00177	AMANDA RANGEL BITTENCOURT
2020-RES-12/01428	AMANDA SANTOS ALVES
2020-RES-12/00717	AMANDA SOUZA DE MELLO
2020-RES-12/02150	AMANDA VELOSO ALVES DE OLIVEIRA
2020-RES-12/00241	AMANDA VIANA DE FREITAS
2020-RES-12/02924	AMANDA VINCIS FONSECA ROCHA
2020-RES-12/02927	AMANDA VIRCILLO FREDERICO ALVES
2020-RES-12/01392	AMANDA WINNY DOS SANTOS COSTA
2020-RES-12/02515	AMANDA ZAHIE ROSTUM DAVID
2020-RES-12/03039	ANA ANDREIA SOUZA DE OLIVEIRA
2020-RES-12/00209	ANA BEATRIZ BUENO DE JESUS
2020-RES-12/02349	ANA BEATRIZ CUSTODIO DIAS
2020-RES-12/00218	ANA BEATRIZ DE MACEDO PEREIRA
2020-RES-12/00704	ANA BEATRIZ FARIAS AMANCIO SOARES
2020-RES-12/00224	ANA BEATRIZ FERREIRA DE SOUZA
2020-RES-12/02184	ANA BEATRIZ RICCI DE AMORIM
2020-RES-12/03624	ANA CAROLINA ALVES DA COSTA
2020-RES-12/03976	ANA CAROLINA AURELIANO PINHEIRO
2020-RES-12/03578	ANA CAROLINA BARBOSA DE FIGUEIREDO
2020-RES-12/01038	ANA CAROLINA BOYADJIAN FARHA
2020-RES-12/03868	ANA CAROLINA CAMPOS DE LIMA
2020-RES-12/03205	ANA CAROLINA DE ABREU GUIMARAES
2020-RES-12/00495	ANA CAROLINA FONSECA BARRETO
2020-RES-12/01523	ANA CAROLINA GRACA FRANCO
2020-RES-12/03736	ANA CAROLINA JORDAO DA SILVA
2020-RES-12/02488	ANA CAROLINA LARANJEIRA DE PEREIRA
2020-RES-12/00411	ANA CAROLINA MACHADO E SILVA DIAS
2020-RES-12/03917	ANA CAROLINA MACIEL FRAZAO
2020-RES-12/02670	ANA CAROLINA MARTINS FONSECA
2020-RES-12/02821	ANA CAROLINA NOGUEIRA BEIRAO
2020-RES-12/01519	ANA CAROLINA PINTO CORREIA
2020-RES-12/03226	ANA CAROLINA SAVASTANO TEIXEIRA
2020-RES-12/00229	ANA CAROLINA SIMAO FERNANDES DE MIRANDA
2020-RES-12/02748	ANA CAROLINA SOUZA DE OLIVEIRA CANTO
2020-RES-12/03811	ANA CAROLINE BISPO FERNANDES DA SILVA
2020-RES-12/03455	ANA CAROLINE DE OLIVEIRA SANTANA
2020-RES-12/03296	ANA CAROLINE NASCIMENTO RODRIGUES
2020-RES-12/01603	ANA CAROLINI ARAUJO HENRIQUE NOGUEIRA
2020-RES-12/00122	ANA CLARA ARAUJO DE ALMEIDA
2020-RES-12/00729	ANA CLARA BARROS ESPOZEL
2020-RES-12/03465	ANA CLARA CABRAL DE MEDEIROS
2020-RES-12/01982	ANA CLARA CABRAL DE MELLO AMIL
2020-RES-12/03880	ANA CLARA DE OLIVEIRA CELESTINO FARIA
2020-RES-12/02638	ANA CLARA DOS SANTOS LIMA PEIXOTO
2020-RES-12/01122	ANA CLARA GONCALVES FLAUZINO
2020-RES-12/00783	ANA CLARA PINTO BARTHOLO
2020-RES-12/04034	ANA CLARA TORRES GOMES INACIO
2020-RES-12/00679	ANA CLAUDIA DA CRUZ CORREA
2020-RES-12/03790	ANA CLAUDIA LOPES PEIXOTO BRASILIENSE
2020-RES-12/00394	ANA CLAUDIA POIARES FULGENCIO
2020-RES-12/00185	ANA ELISA LEAO SILVA NERIS
2020-RES-12/00719	ANA FLAVIA CARDOSO MENDONCA
2020-RES-12/03000	ANA FLAVIA COSTA ECCARD
2020-RES-12/03519	ANA FLAVIA DA SILVA
2020-RES-12/03610	ANA GABRIELA CORREA VIZEU TEIXEIRA
2020-RES-12/01715	ANA JULIA MARQUES DE SOUZA
2020-RES-12/01010	ANA KARENINA VIANA PEREIRA DA CUNHA
2020-RES-12/02589	ANA KLISCIA DA SILVA DOS REIS
2020-RES-12/00611	ANA LUISA BASTOS RAMOS
2020-RES-12/00593	ANA LUISA CARMO DE JESUS
2020-RES-12/01248	ANA LUISA FERNANDES FANGUEIRO
2020-RES-12/03282	ANA LUISA MENDES E SILVA
2020-RES-12/02982	ANA LUIZA CARVALHO SILVEIRA
2020-RES-12/02772	ANA LUIZA DE MORAES GONCALVES CORREIA
2020-RES-12/00484	ANA LUIZA FERNANDES TOTOLA E GRANDA
2020-RES-12/00851	ANA LUIZA LIMA GRANJA XAVIER DA SILVA
2020-RES-12/00551	ANA LUIZA MACEDO DE LACERDA
2020-RES-12/02497	ANA LUIZA NANCI SOARES DE LEAL
2020-RES-12/02861	ANA MARIA MARFIM JANSEN DA COSTA
2020-RES-12/01838	ANA PAULA BARBOSA QUERZE
2020-RES-12/01793	ANA PAULA DA COSTA LOPES
2020-RES-12/00347	ANA PAULA DE SOUZA PEREIRA
2020-RES-12/03031	ANA PAULA MARIA DO NASCIMENTO
2020-RES-12/03561	ANA PAULA MARQUES DE SOUZA PAIVA
2020-RES-12/01161	ANA PAULA MARTINS MEIRA
2020-RES-12/02949	ANA PAULA PERAZOLI
2020-RES-12/00587	ANA PAULA RIBEIRO DOS SANTOS
2020-RES-12/03840	ANA REGINA MINA DA SILVA
2020-RES-12/00883	ANA VITORIA DA SILVA SALES
2020-RES-12/01591	ANAELSON ALMEIDA BONFIM
2020-RES-12/01261	ANATILDE VEIGA MATIAS
2020-RES-12/02647	ANDERSON ALVES DOS SANTOS
2020-RES-12/00085	ANDERSON CRUZ DE OLIVEIRA
2020-RES-12/03283	ANDERSON GONCALVES DOS SANTOS
2020-RES-12/01834	ANDERSON LUIS MOTTA DA SILVA JUNIOR
2020-RES-12/01543	ANDERSON SILVA ARAUJO
2020-RES-12/00073	ANDRÉ DA SILVA REZENDE
2020-RES-12/00160	ANDRE FELIPE DE OLIVEIRA DENEVIT
2020-RES-12/02940	ANDRE FELIPE OLIVEIRA SOARES
2020-RES-12/03983	ANDRE FERNANDES ROPPA CRUZ
2020-RES-12/03802	ANDRE GARONCIO DE SOUZA
2020-RES-12/03571	ANDRE HAKAN JANSSON
2020-RES-12/02206	ANDRE LUIS MANHAES AMORIM
2020-RES-12/00793	ANDRE LUIZ ARAUJO DIAS
2020-RES-12/00231	ANDRE LUIZ BRAHERME
2020-RES-12/03377	ANDRE LUIZ MARTINS PIMENTA DE MORAES
2020-RES-12/00979	ANDRE PAULO DUARTE BELEM
2020-RES-12/02298	ANDREA ALVES PEQUENO SILVA MARCAL
2020-RES-12/02652	ANDREA COSTA NUNES DE CARVALHO
2020-RES-12/03280	ANDREA LOPES VAZ
2020-RES-12/04015	ANDREI RODRIGUES DA SILVA
2020-RES-12/02713	ANDREIA CRISTINA MENDES DE OLIVEIRA
2020-RES-12/03482	ANDREIA DIONIZIO COUTINHO
2020-RES-12/00864	ANDREIA MARQUES RAMOS
2020-RES-12/01697	ANDRESA PAULA LEAL ANTONIO
2020-RES-12/03415	ANDRESSA BORGES SMARZARO
2020-RES-12/03229	ANDRESSA COSTA BARBOSA DE LIMA CARNEIRO
2020-RES-12/02637	ANDRESSA CRISTINA DELFINO SILVA AGABEL
2020-RES-12/03066	ANDRESSA LOPES RIBEIRO
2020-RES-12/00077	ANDRESSA RODRIGUES GUIMARAES
2020-RES-12/03351	ANDRESSA SA E SILVA SOUZA
2020-RES-12/02051	ANDRESSA VILANOVA MACHADO
2020-RES-12/00492	ANDREW DOS ANJOS MEDEIROS
2020-RES-12/03278	ANDREZA DE CASTRO FIGUEIREDO
2020-RES-12/00684	ANDREZA DE SOUZA FACCE
2020-RES-12/01693	ANDREZA GOMES MARINS TEIXEIRA
2020-RES-12/03344	ANE CAROLINE FERREIRA DE LIMA
2020-RES-12/03256	ANGELICA PACOBAHYBA GOMES
2020-RES-12/02689	ANGELO MATHEUS DE OLIVEIRA LOPES
2020-RES-12/03894	ANNA CAROLINA BRANCO MOUTINHO
2020-RES-12/00100	ANNA CAROLINA GRUNER MAIA
2020-RES-12/00089	ANNA CAROLINA LOPES COSENZA
2020-RES-12/04029	ANNA CAROLINE MIGUEL GOMES
2020-RES-12/03262	ANNA CINTIA ROCHA XIMENES DE MENDONCA
2020-RES-12/00476	ANNA CLARA GOMES SOUZA DUARTE
2020-RES-12/02651	ANNA LUIZA DE OLIVEIRA LOURENCO FLORES
2020-RES-12/01279	ANNA LUYZA DE SOUZA QUEIROZ
2020-RES-12/03158	ANNA TERESA BONAVITA TROTTA
2020-RES-12/00637	ANNALICE OLIVEIRA AZEVEDO BALDINI FIGUEIRA
2020-RES-12/03597	ANNE CAROLINE DELGADO MIANA
2020-RES-12/00286	ANNIE AKIL PEDERSEN
2020-RES-12/02743	ANNY CAROLYNE SANTOS FERREIRA
2020-RES-12/02220	ANTONIA SANDIRLEY SALMITO FILIZOLA ARAUJO

Imprensa Oficial | Governo do Rio de Janeiro | documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Quarta-feira, 04 de Março de 2020 às 02:16:27 -0300.

A assinatura não possui validade quando impresso.

procurador, instrumento de mandato, devidamente regularizado, com firma reconhecida, outorgado há menos de 1 (um) ano da data da AGE e os documentos que comprovem os poderes do(s) signatário(s) do instrumento de mandato, em caso de acionista pessoa jurídica. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à AGE munido de documentos que comprovem sua identidade. Permanece à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, no seu portal de Relações com Investidores (www.ri.cr2.com.br), bem como nos sites da CVM e da B3 S.A. – Brasil Bolsa e Balcão ("B3"), toda a documentação pertinente à matéria que será deliberada na AGE. Rio de Janeiro/RJ, 05 de março de 2020. Eduardo Valentim de Araujo - Presidente do Conselho de Administração.

PETROBRAS

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

INSTRUMENTO: Termo de Ajustamento de Conduta (TAC.INEA.01/2020). **PROCESSOS AÇÕES CIVIS PÚBLICAS:** 9884-52.2018.8.19.0023, 9897-51.2018.8.19.0023, 9869-83.2018.8.19.0023 e 9859-39.2018.8.19.0023, 1ª Vara Cível de Itaboraí/RJ - Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, firmado em 18/02/2020. **PARTES:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – MPRJ, como COMPROMITENTE, PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRAS, CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01, como COMPROMISSÁRIA; o ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ERJ, pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS, COMPROMITENTE em relação à PETROBRAS e COMPROMISSÁRIO em relação ao MPRJ; e o INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA, COMPROMITENTE em relação à PETROBRAS e COMPROMISSÁRIO em relação ao MPRJ. **OBJETO:** pelo TAC, as partes acordam sobre a integralidade dos pedidos remanescentes (que não foram incluídos no TAC celebrado na ACP nº 0009919-12.2018.819.0023) feitos nas ACPs de números 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345KV), havendo o ajustamento de conduta relativo às obrigações que a Compromissária Petrobras não cumpriu ainda ou são, por meio do presente TAC, alteradas. O TAC visa pôr fim integral às citadas ACPs, após homologação por sentença judicial no bojo dos processos que tramitam perante o Juízo Estadual da Comarca de Itaboraí, fazendo coisa julgada material. **VALOR TOTAL ESTIMADO DO TAC:** R$ 49.547.956,62, sendo que desse valor R$ 48.547.956,62 são obrigações de pagar e o restante são obrigações de fazer. **VIGÊNCIA:** até 30/12/2021, podendo ser prorrogado mediante ajuste entre as partes. **ASSINAM:** Tiago Gonçalves Veras Gorries pelo MPRJ, Altineu Côrtes Freitas Coutinho pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, Carlos Henrique Netto Vaz pela Presidência do INEA e Alessandro de Castro Melo e Daniele Lomba Zaneti Pueliker pela PETROBRAS. A íntegra do TAC original assinado pode ser acessada pelo link http://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/83203. **PROCESSO ADMINISTRATIVO:** SEI-070026/004632/2019.

Assine: assinevalor.com.br
ou ligue: 0800 7018888

cancelas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, nos termos aqui previstos, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures; (xxx) Oferta de Resgate Antecipado Facultativo: a Companhia poderá realizar, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, a partir da Data de Emissão, oferta facultativa de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão ("**Oferta de Resgate Antecipado Facultativo**"), sendo vedada a oferta facultativa de resgate antecipado parcial das Debêntures; (xxxi) Resgate Antecipado Facultativo Total: sujeito ao atendimento das condições a serem previstas na Escritura de Emissão, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a partir da Data de Emissão, o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures ("**Resgate Antecipado Facultativo**"). As Debêntures resgatadas serão automaticamente canceladas; (xxxii) Amortização Extraordinária Facultativa: a Companhia não poderá realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures; (xxxiii) Vencimento Antecipado: observadas as disposições a serem estabelecidas na Escritura de Emissão, as obrigações da Companhia constantes dos instrumentos relacionados à Emissão poderão ser declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, na ocorrência de qualquer dos eventos de vencimento antecipado a serem previstos na Escritura de Emissão ("**Eventos de Vencimento Antecipado**"); (xxxiv) Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica: as Debêntures serão depositadas para (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (b) negociação no mercado secundário, observadas as disposições da Escritura de Emissão, por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e (xxxv) Demais características da Emissão: as demais características da Emissão e das Debêntures serão aquelas especificadas na Escritura de Emissão. **5.2.** Autorizar, nos termos do inciso "h" do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, a constituição, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas no âmbito da Emissão, da (a) Alienação Fiduciária de Imóvel, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel; (b) Alienação Fiduciária de Equipamentos, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos; e (c) Cessão Fiduciária de Recebíveis, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis. **5.3.** Autorizar a prática, pelos diretores da Companhia e/ou os representantes legais da Companhia, de todo e qualquer ato necessário à formalização da Emissão, da Oferta e das Garantias Reais, inclusive, sem limitação: (a) contratação de um ou mais Coordenadores, mediante a celebração do Contrato de Distribuição, sendo certo que um dos Coordenadores deverá atuar como Coordenador Líder; (b) contratação dos prestadores de serviços da Emissão, inclusive, sem limitação, o Banco Liquidante, o Escriturador, os assessores legais, o Agente Fiduciário, e a agência de classificação de risco, entre outros, podendo, para tanto, negociar os termos e condições, assinar os respectivos contratos e fixar-lhes os respectivos honorários; (c) celebração dos Documentos da Operação; e (d) celebração de todos os demais documentos e eventuais aditamentos, além da prática de todos os atos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta. **5.4.** Ratificar todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia e/ou pelos representantes legais da Companhia no âmbito da Emissão e da Oferta, incluindo aqueles praticados para implementação dos itens 5.1 a 5.3 acima mencionados. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. Confere com o original, lavrado em livro próprio. **7. Assinaturas:** Secretário: Sr. Sérgio Kariya. Rio de Janeiro, 03 de março de 2020. **Sérgio Kariya** - Secretário. Jucerja nº 3858497, em 04/03/20. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS
E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE
Leilão 1: 12/03/2020 às 15h00 | 2º Público Leilão 17/03/2020 às 15h00

...sp nº 715, autorizada pelo Credor Fiduciário **BANCO MÁXIMA S.A.** – CNPJ nº 33.923.798/0001-00, venderá ...n os arts. 26, 27 e parágrafos da Lei Fed. nº 9.514/97, alterada pelas Leis Federais nº 10.931/04, nº 13.043/14 ...ndimento **CRYSTAL MALL**, com dependência no Jirau, localizada na Estrada dos Bandeirantes nº 7.967, ...da al de 11/1200 do respectivo terreno designado por lote 1 do PAL 39656, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. ...Inscrição Municipal: 3251375-6. Cod. Logradouro: 02433-1. Consolidação da propriedade em 13/02/2020. ...ÚBLICO LEILÃO: R$ 440.544,19. O arrematante pagará à vista o valor do arremate e 5% de comissão da ...s de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as despesas que vencerem a partir da data ...e na cidade do Rio de Janeiro/RJ ou em São Paulo/SP, devendo o arrematante arcar com todas as custas com o ...us. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante. ...BILIÁRIOS E INCORPORAÇÕES EIRELI - CNPJ: 10.514.046/0001-82, na pessoa de seu representante **JOÃO** ...icada das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados** ...do Edital Completo, contendo todas as regras dos leilões, disponível no portal da Pecini Leilões. ...m.br ou contato@pecinileiloes.com.br. Av. Rotary nº 187 – Jardim das Palmeiras – Campinas/SP.

Anexo Publicação Valor Econômico (11237488) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 3

DIÁRIO OFICIAL

Diário Oficial Eletrônico do Município de Itaboraí| Poder Executivo | Ano II | N° 35 | Quinta-feira, 27 de Fevereiro de 2020.

Sadinoel Oliveira Gomes Souza
Prefeito

Wanderson Dias Pereira
Vice-prefeito

Jorge Antônio Santos da Silva
Chefia de Gabinete

Antônio José de Lima Dias
Procurador Geral do Município

Joaquim Lopes da Gama
Controlador Geral do Município

Jorge Antônio Santos da Silva
Secretário Municipal de Governo

Edvaldo Mendonça Daumas
Secretário Municipal de Administração

Osório Luis Figueiredo de Souza
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo

Julio César de Oliveira Ambrósio
Secretário Municipal de Saúde

Edson Neira Brandão
Secretário Municipal de Fazenda

José Fernando Soares
Secretário Municipal de Planejamento

Clóvis Raimundo Thome da Silva Neto
Secretário Municipal de Obras

Estevan Simão de Oliveira Assis
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social

Monica Virgilio Cavalcante
Secretária Municipal de Habitação e Políticas Sociais

Paloma Martins Mendonça
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

Luiz Alberto Mendonça
Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Civil

Edson Neira Brandão
Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Jose Carlos Rangel dos Santos
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Integração com o COMPERJ

Jose Carlos Rangel dos Santos
Secretário Municipal de Trabalho e Renda

Clóvis Raimundo Thome da Silva Neto
Secretário Municipal de Serviços Públicos

Ronaldo do Carmo Anquieta
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

Samir Vaz Lima
Secretário Municipal de Transportes

Renato Machado Ferreira
Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca

Leonidas Oliveira Gomes Souza
Ouvidoria Geral do Município

Andreia da Silva Daumas
Presidente do Itaprevi

Prefeitura Municipal de Itaboraí
Secretaria de Governo

SECRETARIAS

Resolução:

Resolução SETRAN/PMI nº. 03 de 20 de janeiro de 2020.

Nomeia comissão de fiscalização do contrato de concessão de transportes coletivo de passageiros vinculado ao processo 0308/2010.

O Secretário de Transportes do Município de Itaboraí, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 39 da Lei Municipal Ordinária nº 1.901/2004 que concedeu a atribuição de fiscalização, manutenção e controle do abastecimento da frota do município;
Resolve:
Art. 1º – Designar os servidores:
I - Luiz Carlos Perez da Silva, mat. 7382, CPF n.º 022.462.307-99;
II - Priscila Bittencourt Jaqueira Rios, mat. 15473, CPF n.º 103.197.527-63;
III – Davi Salomão, mat. 30.441, CPF n.º 099.692.317-90.
Art. 2º – Os servidores designados, sob a presidência do primeiro, formarão a comissão de fiscalização do processo nº. 0308/2010, relativo a Concessão de Linhas de Transportes Coletivos de Passageiros no Município de Itaboraí, na forma do §8º do art. 15 c/c do art. 67 da Lei Nacional nº. 8.666 de 1993, e na ausência justificada de qualquer um dos membros acima, fica designado o servidor:
I – Denise da Silva Tome, mat. 5889, CPF n.º 918.792.057-34, para exercer a função de substituto a qualquer um dos membros da comissão.
Art. 3º – Cabem aos servidores designados, no exercício de sua função, acompanhar toda a execução do objeto, observando as disposições previstas na Instrução Normativa CGM n.º 020 de 2019, especialmente em seu art. 8º e demais normas pertinentes.
Art. 4º – Cabe a Unidade Gestora, dar ciência aos servidores designados, bem como orientá-los a fazerem a leitura da Instrução Normativa CGM n.º 020 de 2019, disponível no site www.itaborai.rj.gov.br/controladoria.
Art. 5º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e ciência dos servidores designados.
Publique-se. Itaboraí, 20 de janeiro de 2020. Samir Vaz Lima - Secretário Municipal de Transportes - Mat.42.087

EDITAIS

Edital De Termo De Intimação:

Edital De Termo De Intimação
A Secretaria Municipal de Fazenda de Itaboraí, através da Fiscalização Tributária no uso de suas atribuições legais, após esgotadas as tentativas de ciência por meio de intimação via remessa postal com Aviso de Recebimento, pelo presente Edital, INTIMA o interessado abaixo relacionado.
Interessado: Auto Posto Top Show Ltda
CPF/CNPJ: 10.409.202/0001-45
Processo: SF 0961/2020.
Auto ou Termo: TIAF 112 de 2020
Capitulação: Arts. 47, 49, 58, 133, 135, 135A, 159, 214, 415, I, 459, 464, III, VI, 556, 563 I, III e IV, 612, VII da LC 33/03
Valor (R$): 0,00
Assim sendo, o respectivo contribuinte tem o prazo de 30 (trinta) dias a partir da publicação do presente, para recolher ou impugnar o presente credito tributário e/ou instrumento legal, sob pena de incorrer em mora e inscrição em Divida Ativa, bem como o ajuizamento de Execução Judicial, conforme o dispositivo nos arts. 51, 135, 214, 360, 415, I, 444, 459, 464, III, VI, 556, 564, I e 612, VII da Lei Complementar 33/2003 (CTMI) e alterações.
Fica assegurado o direito de vistas do respectivo processo, ao interessado, na Fiscalização Tributária Secretaria Municipal de Fazenda de Itaboraí, na Rua Dr. Fidélis Alves, 101, Fundos, Centro, Itaboraí/RJ, das 09:00 às 16:00 horas. Caso já tenha ocorrido o pagamento, mas por qualquer motivo ainda não ocorreu a Baixa nos sistemas, o interessado deve apresentar o comprovante de pagamento para que seja efetuada a regularização da pendência. Itaboraí, 19 de fevereiro de 2020. Edson Neira Brandão, Secretário Municipal de Fazenda.

Edital De Termo De Intimação
A Secretaria Municipal de Fazenda de Itaboraí, através da Fiscalização Tributária no uso de suas atribuições legais, após esgotadas as tentativas de ciência por meio de intimação via remessa postal com Aviso de Recebimento, pelo presente Edital, INTIMA o interessado abaixo relacionado.
Interessado: C & R Supermercado Itaboraí Ltda
CPF/CNPJ: 23.571.715/0001-08
Processo: SF 0959/2020.
Auto ou Termo: TIAF 111 de 2020
Capitulação: Arts. 47, 49, 58, 133, 135, 135A, 159, 214, 415, I, 459, 464, III, VI, 556, 563 I, III e IV, 612, VII da LC 33/03
Valor (R$): 0,00
Assim sendo, o respectivo contribuinte tem o prazo de 30 (trinta) dias a partir da publicação do presente, para recolher ou impugnar o presente credito tributário e/ou instrumento legal, sob pena de incorrer em mora e inscrição em Divida Ativa, bem como o ajuizamento de Execução Judicial, conforme o dispositivo nos arts. 51, 135, 214, 360, 415, I, 444, 459, 464, III, VI, 556, 564, I e 612, VII da Lei Complementar 33/2003 (CTMI) e alterações.
Fica assegurado o direito de vistas do respectivo processo, ao interessado, na Fiscalização Tributária Secretaria Municipal de Fazenda de Itaboraí, na Rua Dr. Fidélis Alves, 101, Fundos, Centro, Itaboraí/RJ, das 09:00 às 16:00

Anexo Publicação DO Município Itaboraí (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 4

horas. Caso já tenha ocorrido o pagamento, mas por qualquer motivo ainda não ocorreu a Baixa nos sistemas, o interessado deve apresentar o comprovante de pagamento para que seja efetuada a regularização da pendência. Itaboraí, 19 de fevereiro de 2020. Edson Neira Brandão, Secretário Municipal de Fazenda

AVISOS

Termos de Ajustamento de Condutas:
TACs Vencidos:

PA 16/2018, IC 201/2009; IC 237/2009, IC 240/2009, , IC 83/2012, IC 03/2012. IC 115/2013, PA 141/2013, PA 144/2013, IC 156/2013, IC 23/2016, IC 21/2016, IC 11/2016, IC 13/2016, IC 30/2016, IC 47/2016, IC 40/2013.

MPRJ | MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

Ref.: TACs Vencidos: PA 16/2018 (MPRJ 2018.00138379), **IC 201/2009** (MPRJ n. 2008.00200740), **IC 237/2009** (MPRJ 2007.00157262), **IC 240/2009** (MPRJ 2009.00000055), **IC 47/2016** (MPRJ 2016.00720580), **IC 83/2012** (MPRJ 2012.01373333), **IC 03/2012** (MPRJ 2012.00184830), **IC 40/2013** (MPRJ 2013.00340713), **IC 115/2013** (MPRJ 2013.01061698), **PA 144/2013** (MPRJ 2013.01307595), **IC 156/2013** (MPRJ 2013.01285356), **IC 47/2016** (MPRJ 2016.00720580), **IC 23** (MPRJ 2016.00357055), **IC 21** (MPRJ 2016.00357052), **IC 11** (MPRJ 2016.00139979), **IC 13** (MPRJ 2016.00207930), **IC 30** (MPRJ 2016.00568560).

ATA DE REUNIÃO

Aos 29 dias do mês de outubro de 2019, às 14h, no gabinete da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva se reuniram o DR. **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, Promotor de Justiça Titular, DR. **SADINOEL OLIVEIRA GOMES SOUZA**, Prefeito Municipal, DRA. **PALOMA MARTINS MENDONÇA**, Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, DR. **CLÓVIS RAIMUNDO THOME DA SILVA NETO**, Secretário Municipal acumulando as Secretarias de Obras, Serviços Públicos e Habitação, DRA. **VANESSA FERREIRA MOURÃO**, Assessora da Secretaria de Obras, **DR. ANTONIO JOSÉ DE LIMA DIAS**, Procurador-Geral do Município, **DR. MÁRIO VINÍCIUS DE ARAÚJO LOPES**, Procurador do Município, **DRA. MARIA TEREZA VIEIRA QUINTANILHA**, Assessora Secretaria de Obras, **DRA. CRISTIANE BORBOREMA CHACHÉ**, Assessora da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo, para discutirem questões acerca dos inquéritos civis em referência:

Em relação ao IC 47/2016 (MPRJ 2016.00720580), a SMO realizou a limpeza do Rio Goiania; que a Secretaria de Serviços Públicos já regularizou coleta de resíduos no local e que se compromete em 15 dias em enviar relatório probatório; que a SMMA realizou vistoria no local, notificou os particulares para construir fossa e filtro, e verificou a existência de famílias em ocupação irregular do solo; que assim a SMMA expediu ofício para Sec Des Social, abrindo o PA 2853/2017, para posterior inclusão em programas habitacionais do Mun; que pelo PGM foi dito que a SDS dará um retorno a esta Promotoria no prazo de 30 dias;

Em relação ao IC 83/2012 (MPRJ 2012.01373333): em relação ao item III, a SMO verificou que não há irregularidade no esgotamento sanitário, mas que não encontrou o lote 169; que neste ato o Promotor entrega cópia do relatório do GAP de fls. 370/374, contendo fotos com precariedade no esgotamento; que, assim, o Município solicita a prorrogação do TAC pelo prazo de 12 meses;

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjtu.itaborai@mprj.mp.br

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

Em relação ao IC 115/2013 (MPRJ 2013.01061698), o Município informa que não foi possível realizar as obras, por limitações orçamentárias. Pelo Promotor foi dito que os problemas estão impactando sobremaneira a população, conforme abaixo assinado de fls. 289/290 e relatório do GAP de fls. 294/301, razão pela qual solicita prioridade neste caso. Os representante do Município solicitaram prorrogação do TAC e se comprometeram em dar prioridade resolvendo os problemas em até 12 meses;

Em relação ao IC 40/2013 (MPRJ 2013.00340713), a SMO realizou serviço de confecção de rede de esgoto na residência do reclamante, sendo constatado a existência de drenagem na Rua 6; que a SMMA notificou os particulares para instalarem o sistema de fossa e filtro; que assim o Município considera o TAC CUMPRIDO. Pelo Promotor foi determinado que a Secretaria solicite ao GAP comparecer no local com cópia do TAC para verificar seu cumprimento;

Em relação ao IC 240/2009 (MPRJ 2009.00000055), a SMMA informa que já notificou os particulares para instalarem fossa e filtro; que o Promotor dá ciência do relatório do GAP de fls. 432/438; que a SMO informa que realizou os estudos e projetos, mas não os executou por falta de orçamento, razão pela qual requer prorrogação por mais 12 meses;

Em relação ao PA 144/2013 (MPRJ 2013.01307595) já há convênio firmado com a CEF (102475421 e 102480130), PA 1513/2017; que já houve licitação, que houve rescisão com a empresária SILTHUR, sendo certo que o Mun contratou a segunda colocada, de nome SANTA LUZIA, a qual informou sobre a impossibilidade de execução da obra, devido à criminalidade; pelo PGM foi dito que o Município está adotando as providencias administrativas para viabilizar as obras que, segundo o SMO, demorariam apenas 2 meses após o reinício, razão pela qual solicita prorrogação por 12 meses;

Em relação ao PA 237/2009 (MPRJ 2007.00157262), já há convênio firmado com a CEF (102521519); PA 1513/17 com a empresa JAG COMERCIO; que já foi firmado contrato, mas que está sendo rescindido pela inexecução; que em seguida, o Município contratará outra empresária, razão pela qual solicita prorrogação por 12 meses;

Em relação ao PA 16/2018 (MPRJ 2018.00138379), a SMMA informa que vem realizando um trabalho de educação ambiental nas escolas, sendo certo que já houve palestras e instalação ode coletores individuais em 13 escolas municipais – projeto RECICLAÍ; que atuaç,ente existem duas cooperativas de catadores de materiais recicláveis de nome ECOSOL

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Município Itaboraí (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 6

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

(Marambaia) e RECOOPERITA (em, São Joaquim), que fazem a coleta do material nessas escolas que já participam do projeto; que a existe previsão de expansão deste projeto, inclusive com utilização de parte dos 8 milhões obtidos no TAC do COMPERJ; que as cooperativas vendem o material reciclável; que em relação à destinação do material reciclável nos eco pontos, reiteram a informação de que o TCE suspendeu *sine die* a licitação;

Que em relação aos demais ICs abaixo (e também quanto aos ICs acima que houve pedido de prorrogação), **pelo Promotor foi dito:**

CONSIDERANDO o teor da ata de reunião realizada aos 29 dias do mês de outubro de 2019, com as autoridades ora presentes;
CONSIDERANDO que existem vários TACs já vencidos firmados com o Município, sobretudo versando sobre remediação ambiental de vazadouros e aterros sanitários e saneamento básico (em especial, esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais), sendo certo que as obrigações assumidas pelo Município, pelo que consta nos autos dos respectivos inquéritos civis, não foram cumpridas pela Municipalidade;
CONSIDERANDO que a administração é una e, pelos princípios da continuidade e da impessoalidade, a alteração da chefia do executivo não pode servir de justificativa para o não cumprimento dos TACs;
CONSIDERANDO, da mesma forma, que a justificativa de crise econômica também não merece prosperar em sua totalidade, já que a maioria dos problemas objetos dos TACs existe há décadas, sendo certo que, por ocasião da assinatura dos TACs foi a própria Municipalidade que sugeriu e/ou aceitou os prazos estabelecidos que, em sua maioria, já foram até prorrogados por meio de termos aditivos;
CONSIDERANDO que o descumprimento de TAC pode representar ato que atenta contra os princípios da administração pública, bem como que "retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício" configura, em tese, ato de improbidade administrativa;
CONSIDERANDO que foi assinado o TAC por esta Promotoria com a Petrobras, o Estado do Rio de Janeiro e o INEA no qual constou a seguinte obrigação para a Petrobras: "Apoiar financeiramente o poder público municipal, no prazo de 200 (duzentos) dias contados da homologação do TAC, na elaboração e execução dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) do Município de Itaboraí, mediante depósito em **conta judicial** específica da seguinte forma: para Itaboraí R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), **para execução de obras previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico ou nos TACs sobre saneamento básico firmados com o MPRJ**, sendo certo que a liberação da respectiva quantia ao Município beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância dos

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

Compromitentes MPRJ e INEA/SEAS, mediante apresentação de prévio projeto para cada etapa do plano e com prestação de contas durante e após a utilização do valor";
CONSIDERANDO todos os demais elementos produzidos nos autos dos referidos procedimentos;
PELO EXPOSTO, o **MINISTÉRIO PÚBLICO** propõe sejam discutidas questões acerca dos inquéritos civis em referência.

Dada a palavra aos representantes do Município, foi dito: que o Município vem adotando as medidas cabíveis para tentar cumprir os TACs no prazo original, sendo certo que já cumpriu vários outros TACs com essa Promotoria; mas, diante da crise financeira será necessária a solicitação de prorrogação de alguns TACs. Que, desde logo, o município vem se empenhando em cumprir os TACS ou estudar cada caso, a fim de verificar qual será o novo prazo a ser solicitado; que o Município destaca que vem se empenhando em receber emendas parlamentares, que muitas vezes são utilizadas para realização de obras de saneamento básico, em cumprimento a TACS assinados com esta Promotoria, além de poder utilizar o valor oriundo do TAC do COMPERJ;

Pelo Promotor foi dito: que considerando as informações e documentação trazidas pelo Município para justificar o descumprimento dos TACs, bem como a celebração de novo TAC na presente data (fato que revela, ao menos em tese, a preocupação do Município com as questões ambientais e urbanísticas), bem como os 60 milhões oriundos do TAC do COMPERJ, **o MPRJ defere o pedido de prorrogação dos TACs** vencidos abaixo relacionados, de maneira que, observada a peculiaridade de cada caso (em especial complexidade e valor da obra), passam a ter as seguintes novas datas de vencimento: .

TACs Vencidos

Processo	Objeto do TAC	Data inicial de vencimento do TAC	Data de vencimento (com a prorrogação)	Nova data de vencimento (com a prorrogação)

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-133 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Município Itaboraí (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 8

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

PA 16/2018	Apurar o cumprimento de sentença prolatada nos autos da Ação Civil Pública Ambiental nº 0031240-16.2012.8.19.0023, em que o Município de Itaboraí foi condenado a, no prazo de 06 meses, implantar de forma permanente o padrão internacional de cores para segregação de lixo nas lixeiras públicas, em especial nas vias públicas de grande circulação de pessoas, praças e parques municipais, bem como a manter em funcionamento a estrutura logística capas de transportar separadamente e dar destinação adequada a cada tipo de resíduo coletado de forma segregada, de acordo com a Resolução 275 do CONAMA, sob pena de multa.	20/05/2016	24/04/2019	6 meses a partir da liberação da licitação pelo TCE
IC 201/2009	Notícia dando conta de eventual ausência de pavimentação e de iluminação pública na Rua José Leandro, Retiro, São Joaquim, no Município de Itaboraí, que faz com que a referida Rua fique sem condições de transitar, com lagoas, muitos buracos, muita lama, o que estaria impedindo a locomoção dos moradores e trazendo risco de acidentes.	24/11/2015	25/09/2019	31/12/2020
IC 237/2009	Estabelecer as medidas necessárias a solucionar o problema relativo à ausência e/ou deficiência do saneamento básico no bairro Engenho Velho, em Itaboraí, promovendo as obras pertinentes, como colocação de manilhas, para regularização do esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais.	31/10/2015	25/09/2019	31/12/2020
IC 240/2009	Estabelecer as medidas necessárias a solucionar o problema especificado, qual seja, a ausência e/ou deficiência do saneamento básico na Rua Ademar Ferreira Torres, Cabuis, Cabuçu, em	31/10/2014	25/09/2019	30/06/2020

MPRJ

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Município Itaboraí (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 9

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

	Itaboraí, promovendo as obras pertinentes, como colocação de manilhas, para regularização do esgotamento sanitário na localidade; bem como, as medidas destinadas a promover a recomposição e/ou recuperação da área degradada pela existência de esgoto a céu aberto, caso haja necessidade			
IC 83/2012	Apurar eventual ausência e/ou deficiência do esgotamento sanitário na Rua B, Itaboraí, eis que haveria no local um vazamento de esgoto, o qual estaria sendo lançado a céu aberto e contaminando o solo, como também a água do poço ali existente.	31/10/2015	09/05/2019	31/12/2020
IC 03/2012	Estabelecer as medidas necessárias à solucionar o problema especificado, qual seja, o abandono da pequena estação de tratamento de esgoto administrada pela Prefeitura Municipal de Itaboraí, a qual estaria com sua estrutura comprometida por rachaduras, havendo notícia de vazamento de esgoto e um prenúncio de rompimento total, bem como risco de contaminação do lençol freático e de poços artesianos públicos e privados, promovendo as obras pertinentes, visando à reativação da estação de tratamento de esgotos sanitários; bem como, as medidas destinadas a promover a manutenção adequada da referida estação de tratamento de esgotos sanitários, visando garantir que o problema não volte a ocorrer.	31/10/2015	25/09/2019	31/12/2020
IC 115/2013	Saneamento. Apurar eventual ausência e/ou deficiência do saneamento básico na Rua Lilia Braga, Loteamento Jardim Paris, Itaboraí, devido à ausência de drenagem de águas pluviais e precariedade do esgotamento sanitário.	24/11/2015	25/09/2019	30/06/2020
	Estabelecer as medidas necessárias a			

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Município Itaboraí (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 10

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

PA 141/2013	solucionar o problema relativo à existência de vazamento de esgoto na Rua Luiza Ferreira de Calas, Areal, em Itaboraí, promovendo as obras pertinentes, como colocação de manilhas, para regularização do esgotamento sanitário.	31/10/2015	09/05/2019	31/12/2020
PA 144/2013	Estabelecer as medidas necessárias a solucionar o problema relativo à ausência e/ou deficiência do saneamento básico na Rua 07, Parque Indústria (Reta Nova), Itaboraí, promovendo as obras pertinentes, como colocação de manilhas, para regularização do esgotamento sanitário na localidade; bem como, as medidas destinadas a promover a recomposição e/ou recuperação da área degradada pela existência de esgoto a céu aberto, caso haja necessidade.	31/10/2014	25/09/2019	31/12/2020
IC 156/2013	Esgotamento Sanitário. Apurar eventual ausência e/ou precariedade do esgotamento sanitário na Rua Pedro Azeredo Coutinho, Rio Várzea, Itaboraí, eis que haveria esgoto a céu aberto no local.	24/11/2015	25/09/2019	31/12/2020
IC 23/2016	Saneamento. Drenagem urbana. Apurar eventual precariedade e/ou ausência de drenagem de águas pluviais na Rua Carlota Maria do Amor Divino, São Joaquim, Itaboraí , eis que a referida via ficaria cheia de lama e totalmente intransitável quando chove.	08/05/2019	-	31/12/2020
IC 21/2016	Esgotamento Sanitário. Apurar eventual ausência e/ou precariedade do esgotamento sanitário na Rua Cinco, Gebara/Itambi, Itaboraí (Próximo à CEDAE), eis que haveria esgoto a céu aberto no local, devido à existência de manilhas entupidas fato que estaria ocasionando a proliferação de vetores, bem como risco à saúde pública, pois o acúmulo de esgoto atrai o mosquito causador da dengue.	09/05/2019	-	31/12/2020

MPRJ

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaborai (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 11

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

IC 11/21016	Ordenação da Cidade. Apurar eventual ausência de manutenção da Estrada Ademar Ferreira Torres, Caluge, Itaboraí, por parte da Prefeitura Municipal, eis que a referida via estaria com diversas crateras, fato que estaria obrigando os motoristas a trafegarem pela contramão, colocando em risco a integridade física e a vida das pessoas.	09/05/2019	-	30/06/2020
IC 13/2016	Esgotamento Sanitário e Ordenação da Cidade. Apurar eventual ausência e/ou precariedade do esgotamento sanitário, bem como eventual ausência de manutenção da Rua Nilson Gonçalves Mota, Apolo II, Itaboraí, por parte da Prefeitura Municipal, eis que haveria esgoto a céu aberto no local, além de diversas crateras, fato que estaria colocando em risco a saúde e a integridade física das pessoas.	09/05/2019	-	30/06/2020
IC 30/2016	Esgotamento Sanitário. Apurar eventual precariedade do esgotamento sanitário na Rua Josefa Ferreira Barbosa, Centro, Itaboraí, eis que haveria esgoto a céu aberto no local, devido à inadequação das manilhas instaladas pela Prefeitura Municipal, fato que estaria ocasionando o retorno do esgoto para as residências.	09/05/2019	-	28/02/2020

Em comum acordo entre as partes abaixo assinadas, a presente ata de reunião serve como TERMO ADITIVO aos TAC's originários acima relacionados, que, neste ato, são re-ratificados, alterando-se tão somente a data final de vencimento das obrigações, na forma supra.

O Município, no mais, se compromete em publicar na imprensa oficial a tabela acima, para fins de publicidade e transparência junto à população, no prazo de 30 (trinta) dias, remetendo, no prazo de mais 7 (sete) dias, ao MPRJ comprovante da publicação.

Nada mais havendo, foi a reunião encerrada, horas sendo a presente ata assinada por todos.

MPRJ

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaborai (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 12

48

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

Itaboraí, 29 de outubro de 2019.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça Titular

DRA. PALOMA MARTINS MENDONÇA
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

DR. CLÓVIS RAIMUNDO THOME DA SILVA NETO
Secretário Municipal Secretarias de Obras, Serviços Públicos e Habitação

DR. ANTÔNIO JOSÉ DE LIMA DIAS
Procurador-Geral do Município

DR. ANDRÉ BARROS PEREIRA
Assessor da Secretaria de Obras

DRA. LORENA MARINS FREIRE
Assessora Secretaria de Obras

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaborai (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 13

TAC II - COMPERJ:

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ref.: Ação Civil Pública nº 9884-52.2018.8.19.0023 (Emissário)
Ação Civil Pública nº 9897-51.2018.8.19.0023 (Dutos e Terminais)
Ação Civil Pública nº 9869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB)
Ação Civil Pública nº 9859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão)

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

I- DAS PARTES

1) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, inscrito no CNPJ sob o nº 28.305.936/0001-40, presentado pelo Promotor de Justiça TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES, matrícula 3226, titular da 2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, órgão de execução com sede na Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607, Centro, Itaboraí, RJ, CEP 24800-113, telefone (21) 2645-6950, e-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br, doravante denominado de **MPRJ**, como compromitente;

2) ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ente federativo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 42.498.600/0001-71, pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), com endereço na Avenida Venezuela, 110 – Saúde, Rio de Janeiro – RJ, 20081-312, na pessoa do Secretário ALTINEU CÔRTES FREITAS COUTINHO, doravante denominado **ERJ**, como compromitente em relação à PETROBRAS e como compromissário em relação ao MPRJ;

3) INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, autarquia estadual inscrita no CNPJ/RJ 10.598.957/0001-35, com sede na Avenida Venezuela, nº 110, Saúde, no Rio de Janeiro, por seu Presidente CARLOS HENRIQUE VAZ NETTO, doravante denominado **INEA,** como compromitente em relação à PETROBRAS e como compromissário em relação ao MPRJ;

4) PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRAS, sociedade de economia mista inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.000.167/0001-01, com sede na Av. República do Chile, n.º 65, Centro, Rio de Janeiro, representada pelos seus Gerentes Gerais ALESSANDRO DE CASTRO MELO e DANIELE LOMBA ZANETI PUELKER

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaborai (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 14

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

com domicílio profissional nesta capital, doravante **PETROBRAS,** como compromissário;

II- DA FUNDAMENTAÇÃO

CONSIDERANDO que foi celebrado Termo de Ajustamento de Conduta – TAC entre MPRJ, PETROBRAS, INEA e ESTADO DO RIO DE JANEIRO em 09/08/2019, no âmbito da Ação Civil Pública nº 9919-12.2018.819.0023 (e alguns pedidos relativos às ACPs *supra* referenciadas), e homologado judicialmente, equacionando as maiores pendências ambientais, sociais e econômicas relativas ao empreendimento Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ e seu respectivo licenciamento ambiental, em especial sobre a Unidade Petroquímica Básica – UPB; Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ e o abalo na estrutura dos imóveis dos moradores de Alto do Jacu, Sambaetiba, Itaboraí; Estrada de Equipamentos Pesados denominada UHOS; reforço hídrico, e ainda a adequação/regularidade da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, bem como suas medidas mitigatórias e compensatórias;

CONSIDERANDO o acórdão prolatado pela Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região nos autos da ACP nº 0000503-53.2008.4.02.5107, que, em sede de apelação, no dia 05/06/2019, julgou procedente o pedido do Ministério Público Federal para deslocar a competência do licenciamento ambiental do COMPERJ para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

CONSIDERANDO que, nos autos da ação nº 2013.02.01.006894-8 (CNJ 0000503-53.2008.4.02.5107), perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ficou decidida a *"...suspensão dos efeitos da sentença proferida nos autos da ação civil pública nº 0000503-53.2008.4.02.5107 (2008.51.07.000503-2),* ***até o trânsito em julgado da mesma ou do acórdão que julgar recurso de apelação se interposto";***

CONSIDERANDO que, em razão da controvérsia judicial quanto à competência, o IBAMA realizou a delegação cautelar do licenciamento ambiental do COMPERJ para o INEA, na forma do art. 1º, § 2º, da IN 8/2019, e dos arts. 4º, inciso V, e 5º, ambos da Lei Complementar nº 140/2011;

CONSIDERANDO que foram ajuizadas as Ações Civis Públicas nº **0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023,**

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaborai (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 15

0009897-51.2018.8.19.0023, pelo MPRJ em face da PETROBRAS, INEA e ESTADO DO RIO DE JANEIRO, todas no dia 26/06/2018, questionando o licenciamento ambiental do COMPERJ e seus impactos, em especial os seguintes empreendimentos, respectivamente: (i) Unidade de Processamento de Gás Natural – UPGN e Unidade de Óleos Básicos Lubrificantes – ULUB (objeto do IC 1/2013); (ii) Linhas de Transmissão de energia elétrica de 345 kV do COMPERJ, conforme apurado no IC 102/2011; (iii) Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ (objeto do IC 95/2011 e Inquérito Civil n.° 16/2012); e (iv) Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ (objeto do IC 106/2010);

CONSIDERANDO que as citadas ACPs foram ajuizadas com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio dos Inquéritos Civis n° 1/2013 (MPRJ 2013.00014040), n° 102/2011 (MPRJ 2010.00590749), n° 95/2011 (MPRJ 2011.00847727), n.° 16/2012 (MPRJ n.° 2012.00126195), n° 106/2010 (MPRJ 2010.00008169);

CONSIDERANDO que a monetização integral, via Termo de Compromisso de Restauração Florestal – TCRF, de todas as obrigações relativas à revegetação e florestamento constaram do TAC anterior (firmado em 09/08/2019 e acima referido), relativo a todos os empreendimentos do COMPERJ e à quitação do pedido 10 das ACPs acimas referidas;

FUNDAMENTOS ESPECÍFICOS DA ACP DO EMISSÁRIO

CONSIDERANDO que a Ação Civil Pública n° 0009884-52.2018.8.19.0023 tem por objeto o licenciamento ambiental do Emissário Submarino e Terrestre do COMPERJ, responsável pelo tratamento e transporte de efluentes líquidos industriais gerados no COMPERJ, em Itaboraí, desembocando na costa de Itaipuaçu (Maricá) e, para tal, possui um traçado em trecho terrestre e outro em trecho submarino;

CONSIDERANDO que o empreendimento do Emissário Submarino e Terrestre do COMPERJ, licenciado por meio do processo n° E- 07/203.855/2008, recebeu Licença Prévia – LP IN020510, em 17/08/2012, aprovando a concepção e localização para implantação dos trechos terrestre e submarino do empreendimento;

CONSIDERANDO que o INEA concedeu, em 04/07/2013, a Licença de Instalação – LI IN023703 para obras de implantação dos trechos terrestre e submarino do emissário

Instituído pelo Decreto Executivo n° 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaborai (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 16

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

para escoamento de efluentes líquidos tratados do COMPERJ e lançamento em águas marinhas, no município de Maricá;

CONSIDERANDO a Licença Ambiental Simplificada – LAS Nº IN025658, concedida em 19/12/2013, que aprova a concepção, localização, implantação e operação dos canteiros de obras de apoio à execução do furo direcional para a transposição do trecho terrestre do emissário de efluentes industriais do COMPERJ pela Serra de Inoã;

CONSIDERANDO que o detalhamento dos programas propostos no EIA/RIMA foram apresentados no Projeto Básico Ambiental – PBA, protocolado no INEA quando do pedido de LI;

CONSIDERANDO que o empreendimento, na sua porção terrestre, encontra-se com sua implantação efetivada em parte, sendo que as obras foram retomadas nos trechos restantes no segundo semestre de 2019;

CONSIDERANDO que a porção costeira e marinha do empreendimento se encontra totalmente implantada;

CONSIDERANDO que, em relação à condicionante 4.2 da LP IN020510, foi acordado em TAC anterior, que a PETROBRAS apresentará, em 120 dias contados da homologação daquele TAC, comparativo de alterações do projeto de tratamento de efluentes, em decorrência do redimensionamento para menor do COMPERJ, o qual comprovará que o tratamento primário existente será suficiente para que a qualidade do efluente tratado na primeira fase (UPGN) esteja compatível com os valores determinados na condicionante nº 4.2 da LP IN020510;

CONSIDERANDO que o projeto de paisagismo não é um documento à parte, mas sim um enfoque previsto no Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD (Item 2.7.8 do PBA do Emissário), protocolado no INEA por ocasião do pedido de LI e que apresenta todas as medidas de revegetação e revestimento vegetal da faixa, como, por exemplo, o elevamento com placas de grama e/ou leguminosas em mudas, que visa desenvolver ações que busquem a recuperação de áreas degradadas, decorrentes das obras de implantação do empreendimento, bem como a integração estético-ecológica de áreas relevantes com seu entorno;

CONSIDERANDO que não cabe à PETROBRAS, na qualidade de titular de servidão administrativa, averbar a Reserva Legal, contudo ela se obriga a informar ao proprietário

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaborai (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 17

ou possuidor do imóvel que proceda à sua inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR;

CONSIDERANDO que nas situações em que a constituição da faixa de servidão importar na desapropriação do imóvel, a PETROBRAS será responsável pela obrigação de averbar a reserva legal;

CONSIDERANDO que o pedido 4.2.5 cita a condicionante 36 da LI IN023703, quando na realidade seu conteúdo diz respeito à condicionante 36 da Licença Ambiental Simplificada – LAS IN025658;

CONSIDERANDO que o Ofício PMM/GP n° 0158/2012, da Prefeitura Municipal de Maricá, foi revogado pelo Ofício PMM/GP n° 0433/2014, o qual declara que as compensações socioambientais ao referido município decorrentes do processo de licenciamento ambiental do Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ encontram-se atendidas pela PETROBRAS;

FUNDAMENTOS ESPECÍFICOS DA ACP DO SISTEMA DE DUTOS

CONSIDERANDO que a Ação Civil Pública n° 0009897-51.2018.8.19.0023 tem por objeto o licenciamento ambiental e os impactos do empreendimento do sistema de dutos e terminais do COMPERJ, que corta os municípios de Itaboraí, Cachoeira de Macacu, Guapimirim, Magé e Duque de Caxias, e servirá para o transporte e armazenamento de produtos líquidos entre o COMPERJ e o Terminal de Campos Elíseos – TECAM, além do gasoduto que interligará o sistema de gasodutos Cabiúnas – REDUC (GASDUC), com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio do Inquérito Civil n.° 106/2010 (MPRJ 2010.00008169);

CONSIDERANDO que a medida compensatória de reposição florestal relativa à implantação do Sistema Dutoviário foi prevista no TCRF celebrado em decorrência de TAC anterior;

CONSIDERANDO que, conforme informado na Carta AB-PGI/COMPERJ/SMS 0001/2013, protocolada no INEA em 08/01/2013, a PETROBRAS apresentou o entendimento, com base em instrumento legal, de que não cabe à Companhia, na qualidade de titular de servidão, a averbação da Reserva Legal, mas sim ao proprietário ou possuidor do imóvel ainda não negociado, realizar Cadastro Ambiental Rural – CAR;

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONSIDERANDO que, nas situações em que a constituição da faixa de servidão importar na desapropriação do imóvel, a PETROBRAS será responsável pela obrigação de averbar a reserva legal;

FUNDAMENTOS ESPECÍFICOS DA ACP DA UPGN E ULUB

CONSIDERANDO que a Ação Civil Pública nº 0009869-83.2018.8.19.0023 tem por objeto o licenciamento ambiental e os impactos do empreendimento UPGN e ULUB do COMPERJ, com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio do Inquérito Civil n.º 01/2013 (MPRJ 2013.00014040);

CONSIDERANDO a atualização do escopo da UPGN, apresentada ao INEA em 17/07/2017 por meio da carta PRGE/SGP/LA 0093/2017, que informa que o empreendimento denominado ULUB não será mais realizado;

CONSIDERANDO que, para a partida da UPGN, é necessário o funcionamento de parte das Utilidades constantes na LI Nº IN001540 da UPB do COMPERJ, o que ensejou a solicitação de migração destas instalações para o escopo da UPGN quando do pedido de renovação da LI Nº IN025099, em 20/06/2018;

CONSIDERANDO que já existe obrigação no TAC anteriormente celebrado (itens 5.2.1 e 5.10) para cumprimento das condicionantes 6.11 e 6.14 da Licença Prévia IN023530;

CONSIDERANDO que, em vista da reavaliação do Projeto COMPERJ, a implantação da ULUB foi cancelada, tendo sido solicitada a baixa de seu processo de licenciamento junto ao INEA em 12/12/2018, por meio da carta SMS/LARE 0006/2018;

CONSIDERANDO que o Plano de Controle de Erosão e Assoreamento de Corpos Hídricos é reportado através dos relatórios trimestrais do Programa de Gestão Ambiental – PGA do COMPERJ e que as atividades do referido plano se referem às áreas do imóvel do COMPERJ em sua totalidade, ainda que as obra da UPGN estejam concentradas no Platô 10 (localização dentro do COMPERJ);

CONSIDERANDO que as atividades de Controle de Erosão foram temporariamente paralisadas em 2016, conforme notificação do INEA (CILAMRVT 1612/16), e que foram retomadas em maio de 2018, sendo comunicada pela PETROBRAS através da Carta PRGE-SGP-LA 092/2018;

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaboraí (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 19

CONSIDERANDO que a contratada responsável pela manutenção e prevenção de assoreamento dos taludes iniciou suas atividades em setembro de 2018 e que segue atualmente seu cronograma de atividades, atendendo toda as áreas do COMPERJ, incluindo as da UPGN;

CONSIDERANDO que a atualização/revisão do Plano de Gerenciamento de Riscos (com incremento do Plano de Atendimento às Emergências) já foi contemplada nos itens 5.2.1 e 5.10 do TAC 1, homologado em 13/08/2019, e que estes itens cumprirão o cronograma mencionado no mesmo Termo;

CONSIDERANDO que a solicitação de apresentação do projeto e esclarecimentos sobre o Tratamento de Efluentes Líquidos e Industriais do COMPERJ (condicionante 17 da LI da UPB IN001540) já foi contemplada no itenm 5.2.3 do TAC 1, homologado em 13/08/2019, e que este item cumprirá o cronograma mencionado, sendo certo que este atendimento abrange também as unidades da UPGN;

CONSIDERANDO que, com relação ao Sistema de Combate a Incêndio, vigora, no momento, o Plano de Combate à Emergência que atende todo o COMPERJ e que atenderá, em caso de necessidade, a área de implementação das obras da UPGN até que as estruturas estejam concluídas e possam ter sua operação iniciada, quando será então feito Plano de Combate de Emergência específico da UPGN;

CONSIDERANDO que as demais obrigações da condicionante 17 da LI N° IN025099 (sistema de válvulas para controle da pressão, sistema de malha de controle com redundância de instrumentação crítica, sistema de combate a incêndio, etc.) se encontram na fase de projeto executivo, ou seja, estão contempladas no contrato de implantação com a empresa Kerui Metodo, cujo cronograma prevê a finalização da construção das estruturas para operação da Unidade

CONSIDERANDO que o sistema de tocha (flare) se encontra em implantação e que será concluído de acordo com o cronograma de avanço físico da obra;

CONSIDERANDO o novo Estudo de Dispersão Atmosférica – EDA da UPGN, realizado em agosto de 2019 e protocolado no INEA, considerando a atual legislação aplicável (CONAMA 491/2018) e os escopos atualizados do Trem 1 do COMPERJ e da UPGN;

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaborai (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 20

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONSIDERANDO o Plano de Monitoramento de Qualidade do Ar, em andamento no imóvel do COMPERJ, contemplando a UPGN, conforme item 5.11.2 do TAC do COMPERJ firmado em 09/08/2019;

CONSIDERANDO que a Petrobras faz a gestão de gases de efeito estufa levando em consideração todo o sistema de produção, desde as plataformas até as unidades industriais; que tem como premissa de projeto a mitigação de CO_2 nas plataformas de produção; e de que o projeto da UPGN já foi concebido de forma otimizada, o Plano de Mitigação de Gases de Efeito Estufa consolidará as medidas já realizadas para abatimento do gás carbônico na fonte, bem como os valores de redução envolvidos.

FUNDAMENTOS ESPECÍFICOS DA ACP DAS LT DE 345KV

CONSIDERANDO que a Ação Civil Pública nº 0009859-39.2018.8.19.0023 tem por objeto o licenciamento ambiental e os impactos do empreendimento Linhas de Transmissão – LTs 345 KV, do COMPERJ, que consiste na implantação de duas novas linhas de transmissão de energia elétrica 345 KV para atender ao crescimento da demanda de energia pela implantação do COMPERJ que corta os municípios de Itaboraí, Cachoeiras de Macacu e Guapimirim, com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio do Inquérito Civil n.º 102/2011 (MPRJ 2010.00590749);

CONSIDERANDO que o desvio das LTs de 345kV compreende apenas uma pequena área, e que o restante do traçado foi mantido na mesma faixa de servidão, objeto do EIA;

CONSIDERANDO, ainda em relação as LTs de 345 KV, que a adequação do traçado ocorreu por questões técnicas e para atender à solicitação do responsável por uma das propriedades afetadas;

CONSIDERANDO que o Diagnóstico Ambiental concluiu que, se comparado ao traçado original, não se observam alterações expressivas relacionadas aos diagnósticos dos meios físico e biótico referentes à área diretamente afetada pela adequação do traçado das LT de 345 kV do COMPERJ e que a área afetada já foi profundamente modificada por ações antrópicas;

CONSIDERANDO a adequação do traçado das LTs realizada na Alternativa 1 do EIA/RIMA (que demonstra que a mudança não importou em impactos adicionais significativos que comprometam a viabilidade ambiental do projeto;

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaborai (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 21

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONSIDERANDO que a faixa das LTs de 345kV, que se estende por 39 (trinta e nove) propriedades, encontra-se desimpedida, com os seguintes andamentos: (i) em 30 (trinta) propriedades, as negociações foram concluídas amigavelmente com a celebração das escrituras de constituição de servidão e as consequentes quitações dos valores indenizáveis; e (ii) em 9 (nove) propriedades, não houve consenso acerca do valor indenizável, e, por isso, foram intentadas ações judiciais, nas quais já restaram deferidas as respectivas imissões na posse;

CONSIDERANDO que o estudo específico para avaliação dos impactos ambientais, mensurando todas as interações dos meios físico e biótico referentes à adequação do traçado das LTs de 345 KV, foi realizado por empresa especializada, que atendeu à legislação pertinente e às solicitações do órgão ambiental competente;

CONSIDERANDO que a Licença de Instalação – LI Nº IN024123 de 2013 exigiu, em sua condicionante nº 13, como medida compensatória pela supressão de vegetação de 1,47 ha, "*Recuperar 1,5 hectares como compensação das áreas que sofrerão supressão de vegetação nativa, que devem ser preferencialmente na mesma microbacia hidrográfica*", já compensado no âmbito do TCRF firmado em decorrência do cumprimento de obrigação no TAC do COMPERJ firmado em 09/08/2019;

CONSIDERANDO que, em atendimento à Notificação CEAMNOT/01091970, em 13/07/2018 foi protocolada a última versão de novo Inventário Florestal em função da relocação de um pequeno trecho da LT 345KV, mantendo a mesma faixa de servidão objeto de estudo do EIA da LT de 345 KV, denominado nos estudos de Traçado 1;

CONSIDERANDO que, em 18/07/2019, o INEA notificou a PETROBRAS para que se manifestasse sobre a opção de medida compensatória pela supressão de vegetação adicional 0,4 hectares e 4,13 de interferência em APP, cujo cálculo de reposição resultou em uma compensação de 24,19 hectares (o que corresponde ao precisa ser resposto), já foi assinado o TCRF 02/2019, em 16/08/2019, no valor de R$ R$ 1.929.503,74

FUNDAMENTOS FINAIS GERAIS

CONSIDERANDO o aumento de recolhimento de royalties e participações especiais para a União, Estados e Municípios, decorrente da partida da UPGN em 2021 e do crescimento econômico associado à operação do empreendimento COMPERJ, em especial para o estado do Rio de Janeiro;

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaborai (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 22

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONSIDERANDO que a SEAS e o INEA são os órgãos ambientais legalmente competentes do Estado do Rio de Janeiro para licenciamento e fiscalização do COMPERJ;

CONSIDERANDO que, após o ajuizamento das presentes ACPs, o MPRJ oficiou à PETROBRAS que, em resposta, manifestou seu interesse em celebrar TAC, razão pela qual o MPRJ pleiteou ao juízo a suspensão do feito;

CONSIDERANDO que, a partir de então, foram realizadas diversas reuniões entre MPRJ, PETROBRAS, SEAS e INEA, que culminaram na celebração do presente TAC que ora é submetido à homologação do Judiciário;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1° c/c art. 5°, parágrafo 6°, da Lei Federal n° 7.347/85;

CONSIDERANDO que *"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida"*, entendido esse como o *"conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas"* (art. 225, *caput*, da CF/88 e art. 3°, I, da Lei n° 6.938/81);

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público e da coletividade a defesa e a preservação do meio ambiente, para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que os arts. 1°, inciso I, 2°, *caput*, 3°, 4° e 5°, inciso I e § 6°, todos da Lei Federal n° 7.347/85, dispõem que:

> *Art. 1° Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as* ***ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados****: (Redação dada pela Lei n° 8.884, de 11.6.1994)*
> ***I – ao meio-ambiente;***
> *(...)*
> *Art. 2° As ações previstas nesta Lei serão* ***propostas no foro do local onde ocorrer o dano****, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.*
> *(...)*
> *Art. 3° A ação civil poderá ter* ***por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer****.*

Instituído pelo Decreto Executivo n° 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Município Itaboraí (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 23

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

> *Art. 4º **Poderá ser ajuizada ação cautelar para os fins desta Lei, objetivando, inclusive, evitar o dano ao meio ambiente**, ao consumidor, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO). (Redação dada pela Lei nº 10.257, de 10.7.2001)*
> *Art. 5º **Têm legitimidade** para propor a ação principal e a ação cautelar: (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).*
>
> *I – o **Ministério Público**; (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).*
> *(...)*
> *§ 6º – Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados **compromisso de ajustamento de sua conduta** às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.*

CONSIDERANDO que o MPRJ é, segundo disposições das Leis nºs 7.347/85, arts. 1º e 5º, e 8.078/90, arts. 81, 82 e 91, legitimado à propositura de ACP e celebração de TAC para a defesa coletiva dos direitos e interesses metaindividuais, entre eles os relativos à proteção do Meio Ambiente;

RESOLVEM, com fundamento no disposto no art. 5º, parágrafo 6º, da Lei nº 7.347/85, celebrar TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA para pôr fim às ACPs nº 9884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino); nº 9897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ); nº 9869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e nº 9859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV), mediante as cláusulas abaixo indicadas.

III- DAS DISPOSICÕES

DO OBJETO DO TAC

CLÁUSULA PRIMEIRA: Pelo TAC, as partes acordam sobre a integralidade dos pedidos remanescentes (que não foram incluídos no TAC celebrado na ACP nº 0009919-12.2018.819.0023) feitos nas ACPs de números 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV), havendo o ajustamento de conduta relativo às obrigações que a Compromissária Petrobras não cumpriu ainda ou são, por meio do presente TAC, alteradas.

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaborai (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 24

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Parágrafo Primeiro – O TAC visa pôr fim integral às citadas ACPs, após homologação por sentença judicial no bojo dos processos que tramitam perante o Juízo Estadual da Comarca de Itaboraí, fazendo coisa julgada material.

Parágrafo Segundo – As partes declaram estar cientes do julgamento dos recursos de apelação interpostos nos autos da ACP n° 0000503-53.2008.4.02.5107, em trâmite perante o Juízo da 2ª Vara Federal de Itaboraí/RJ, que deslocou a competência para o licenciamento ambiental do COMPERJ do INEA/SEAS para o IBAMA. Declaram, ainda, estar cientes de que foi concedida a suspensão de execução da sentença (processo n° 2013.02.01.006894-8), em razão de pedido feito pelo ERJ, com efeitos até o trânsito em julgado da sentença ou do acórdão que julgou os recursos de apelação. Finalmente, as partes declaram estar de acordo de que o TAC não trará prejuízo para a coletividade, notadamente para o meio ambiente, nem inviabilizará ao MPF e ao IBAMA o exercício de suas atribuições legais, na medida em que, caso haja o deslocamento superveniente da competência do órgão ambiental para licenciar os empreendimentos em questão por força de eventual decisão judicial transitada em julgado, vigorarão as condicionantes impostas pelo INEA e as obrigações previstas neste TAC até que o IBAMA conceda nova licença com suas próprias condicionantes, além de restarem preservadas as licenças já exauridas. Assim, o MPF e/ou o IBAMA poderão, se assim entenderem conveniente, aderir total ou parcialmente aos termos deste TAC, inclusive fiscalizando seu cumprimento na hipótese de o ajuste ainda estar vigente, eis que o presente instrumento regulariza as pendências ambientais do empreendimento em relação aos fatos narrados na inicial, mantendo o IBAMA o seu poder de autotutela e resguardada ao MPF a sua atribuição/legitimidade de acompanhar e fiscalizar os licenciamentos ambientais;

Parágrafo Terceiro – As partes declaram que a celebração do TAC considera que o COMPERJ terá futuramente em operação apenas a UPGN e a Refinaria (Trem 1), não sendo consideradas as demais Unidades inicialmente previstas, tendo em vista o redimensionamento para menor do empreendimento.

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaborai (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 25

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS EM RELAÇÃO AO EMPREENDIMENTO EMISSÁRIO TERRESTRE E SUBMARINO DO COMPERJ (PROCESSO Nº 0009884-52.2018.8.19.0023)

CLÁUSULA SEGUNDA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS compromete-se a promover as obrigações de fazer abaixo especificadas e a apresentar, no bojo do processo de licenciamento ambiental, nos autos da presente ACP, ao MPRJ e ao Juízo, o que segue, nos prazos indicados em cada item[1]:

4.1) No que concerne à Licença Prévia IN020510 (que aprova a concepção e localização para implantação dos trechos terrestre e submarino do emissário do COMPERJ):

4.1.2) Em relação à condicionante 6 – Apresentar: i) cópia digitalizada do Plano Básico Ambiental - PBA protocolado no INEA, em CD; (ii) cópias digitalizadas dos Relatórios das campanhas realizadas, bem como da apresentação dos resultados das análises de qualidade da água superficial referentes ao emissário, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

4.1.3) Em relação à condicionante 9 – Apresentar estudo de composição prevista do afluente após a operação do novo escopo das Unidades de Processamento de Gás Natural, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC;

4.1.4) Em relação à condicionante 11 - Comprovar o atendimento por meio de cópia digitalizada de relatório consolidado com as ações de comunicação e relacionamento executadas durante as obras, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC.

4.1.5) Em relação à condicionante 13 – Apresentar cópia digitalizada do Plano de Desapropriação e Estabelecimento da Faixa de Servidão, item 2.6.5 do PBA, que substituiu o Programa de Apoio da População Realocada/Indenizada solicitada na

[1] Os números constantes nos itens abaixo (e nas demais cláusulas do presente TAC) seguem a mesma sequência numérica dos pedidos originários de cada ACP, a fim de facilitar a localização na petição inicial.

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaborai (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 26

condicionante da Licença Prévia, em CD, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

4.2) No que concerne à Licença de Instalação IN023703 (relativa às obras de implantação dos trechos terrestre e submarino do emissário para escoamento dos efluentes líquidos tratados do COMPERJ e lançamento em águas marinhas, no município de Maricá, com supressão de vegetação nativa em área de 3,87 ha):

4.2.3) Em relação à condicionante 29 – Apresentar cópia digitalizada (i) do relatório semestral com seis campanhas do plano de monitoramento marinho a ser iniciado 6 meses antes da operação do emissário; bem como (ii) apresentar estudos relativos à biota marinha (diagnóstico e avaliação dos impactos), considerando o emissário submarino com extensão de 2,0 e 4,0 km mais o difusor, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

4.2.4) Em relação à condicionante 32 – Apresentar "*as built*" do duto conforme implantado, com a apresentação de justificativa técnica para a forma como foi realizado, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC.

4.2.5) Em relação à Condicionante 36 da LAS IN 025668 –Considerando que a condicionante referia a observação do Ofício PMM/GP n° 0158/2012 da Prefeitura Municipal de Maricá, comprovar seu atendimento através do Ofício PMM/GP 0433/2014 dando por cumpridas as medidas através da apresentação do convênio celebrado entre a PETROBRAS e o Município de Maricá para a implantação de projeto de macrodrenagem, no valor de R$ 20 milhões, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC.

4.3) No que concerne à Licença Ambiental Simplificada – LAS N° IN025658 – na qual se aprovou a concepção, localização, implantação e operação dos canteiros de obras de apoio à execução do furo direcional para a transposição do trecho terrestre do emissário de efluentes industriais do COMPERJ pela Serra de Inoã.

4.4) Comprovar o cumprimento da Notificação CEAMNOT/01057635 (Anexo 01 – vide fls. 830/835), mediante apresentação de: (i) relatório com descritivo e registro fotográfico das ações realizadas para solucionar o incidente ocorrido; (ii) laudo de análise realizado por laboratório credenciado pelo INEA com a caracterização do efluente contendo corante de cor azul que extravasou do reservatório; (iii) cópia dos

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaborai (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 27

manifestos de resíduos, de forma a comprovar a destinação do efluente para local licenciado, tudo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da homologação do TAC.

4.5) Realizar diagnóstico de avaliação da ocorrência de espécies de peixes anuais em brejos temporários na área de influência do empreendimento, no prazo de 400 (quatrocentos) dias contados da homologação do TAC.

4.6/4.8/4.9) Apresentar plano e relatório com as ações de salvamento, resgate e monitoramento de fauna referentes à obra já realizada, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a homologação do TAC, bem como prosseguir com o monitoramento até a conclusão da obra, a partir de quando começará a fluir o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do relatório final.

4.10) Apresentar estudo sobre a nova modelagem do transporte da pluma dos efluentes, considerando os novos escopos da UPGN e do Trem 1 do COMPERJ, utilizando dados primários de profundidade (batimetria) e considerando a atual composição de efluentes a serem lançados pelo Emissário Terrestre e Submarino, no prazo de 500 (quinhentos) dias contados da homologação do TAC.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS EM RELAÇÃO AO EMPREENDIMENTO SISTEMA DE DUTOS E TERMINAIS DO COMPERJ (PROCESSO Nº 0009897-51.2018.8.19.0023)

CLÁUSULA TERCEIRA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS compromete-se a cumprir as obrigações de fazer abaixo especificadas e a apresentar, no bojo do processo de licenciamento ambiental, nos autos da presente ACP, ao MPRJ e ao Juízo, o que segue, nos prazos indicados em cada item[2]:

A) No que concerne à Licença de Instalação nº IN024121 – Apresentar relatório de cumprimento de todas as condicionantes, em até 210 (duzentos e dez) dias contados da

[2] Os números constantes nos itens abaixo (e nas demais cláusulas do presente TAC) seguem a mesma sequência numérica dos pedidos originários de cada ACP, a fim de facilitar a localização do pleito inicial.

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaborai (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 28

homologação do TAC, e atender, eventuais pendências no prazo determinado pelo órgão ambiental

B) No que concerne à Licença Prévia IN020511 - que aprova a concepção e localização do Sistema Dutoviário que se destinará ao transporte de produtos líquidos, petróleo e derivados entre o Complexo petroquímico do Rio de Janeiro e o Terminal de Campos Elíseos (TECAM/REDUC) e de gás natural desde o Ponto de Entrega em Guapimirim até o COMPERJ:

B.1) Em relação à Condicionante 5: (a) Apresentar parecer técnico NUSAM 01/13 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, com indicação dos métodos construtivos para travessias de rios que visam mitigar os impactos decorrentes da implantação dos dutos; **(b)** Quanto ao Item 2 da Autorização nº 068/2011, apresentar as cartas com as comunicações relativas à execução das travessias dos rios Macacu, Guapiaçu, Guapimirim e Suruí, realizadas com 15 dias de antecedência, apresentando relatório fotográfico simplificado do local de travessia e projeto de recuperação da área de preservação permanente – APP contendo cronograma com as datas precisas das interferências que estão em execução; **(c)** Apresentar a Autorização 034/2010 do ICMBio para a implantação dos dutos, incluindo válvulas de bloqueio em pontos estratégicos para evitar contaminação dos cursos d'água em casos de acidentes; e **(d)** Quanto ao Item 6 da Autorização nº 068/2011, apresentar o Plano de Manejo de Resíduos envolvendo todo o material resultante da limpeza da obra, bem como dos resíduos sólidos e efluentes líquidos, não permitindo que sejam dispostos diretamente nos cursos d'água sem que estejam compatíveis com a qualidade do corpo receptor. O prazo para cumprimento destas obrigações é de 120 (cento e vinte) dias, contados da homologação do TAC.

B.2) Em relação à condicionante 6.1.1 – Apresentar relatórios de atendimento ao Plano de Controle de Erosão, que prevê minimizar ao máximo o carreamento de sólidos para os rios interceptados pelo empreendimento, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC.

B.3) Em relação à condicionante 6.1.2 – apresentar a Carta AB-PGI/COMPERJ/SMS 0129/2012, protocolada pela PETROBRAS junto ao INEA, através da qual foram apresentadas justificativas para adoção de alternativas às tecnologias de execução dos projetos inicialmente definidos para travessias dos corpos d'água relacionadas no EIA,

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaborai (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 29

priorizando a utilização de método de furo direcional e comprovar o cumprimento desta condicionante, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da homologação do TAC.

B.4) Em relação à condicionante 6.1.3 – (i) apresentar os Relatórios do Programa de Monitoramento da Qualidade da Água Superficial e Sedimentos; **(ii)** dar continuidade ao monitoramento de dois pontos no rio Macacu, a montante do COMPERJ e a jusante da travessia, que é realizado em maré de sizígia vazante; e **(iii)** dar continuidade às coletas qualitativas do fitoplâncton e do zooplântcton a montante do COMPERJ, que deverão ser com redes de no máximo 10mm e 50 mm, respectivamente. O prazo para cumprimento destas obrigações é de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da homologação do TAC.

B.5) Apresentar o mapa com a localização dos poços de captação de água subterrânea nos municípios atravessados pelos dutos e que estejam cadastrados nos órgãos competentes, bem como a tabela de localização e os dados resumidos dos poços e piezômetros cadastrados na região de estudo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC.

B.6) Em relação à condicionante 13 – Apresentar, no prazo de 300 (trezentos) dias contados da homologação do TAC, o protocolo de registro no Cadastro Ambiental Rural – CAR de Reserva Legal dos imóveis rurais onde houve a desapropriação em favor da PETROBRAS;

C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ:

C.1) Apresentar relatório de atendimento das condicionantes da LI IN024202 (Programa de Gestão Ambiental – PGA) no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC.

C.2 / C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 – Apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado.

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Município Itaboraí (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 30

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

C.3) Em relação à condicionante 7 – Observar as condicionantes de validade constantes da Autorização nº 068/2011, retificada em 08/04/2013, emitida pelo ICMBio, em especial:

a) Quanto ao Item 1 da Autorização nº 068/2011, comprovar que implantou, nos cursos d'água a montante da APA Guapimirim e ESEC Guanabara – Rio Macacu, Rio Guapiaçu, Rio Guapimirim e Rio Suruí –, técnicas de travessia de furo direcional ou aéreo (ponte) para mitigar os principais impactos decorrentes da implantação dos dutos. Para travessia do Rio roncador (Santo Aleixo) e Rio Iriri, poderá ser empregada a técnica convencional (cavalote), no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da homologação do TAC.

b) Quanto ao Item 2 da Autorização nº 068/2011, comprovar, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da homologação do TAC, que, quando do emprego da metodologia de travessia por ponte, observou as seguintes exigências: (i) A ponte não deve ser utilizada como via de acesso, de modo a não se constituir como infraestrutura viária, favorecendo a ocupação desordenada da região; (ii) A cabeceira da ponte deve se afastar ao máximo da margem do rio, não devendo ser construídos pilares no corpo d'água; (iii) Deve haver vão livre suficiente para não interromper o fluxo do rio nas ocasiões de enchentes (vazão máxima) e que não obstrua a passagem de embarcações sob a ponte. Além disso, comprovar que obteve autorização para implantação da ponte sobre o rio Guapimirim com pilares executados em suas margens.

c) Quanto ao Item 3 da Autorização nº 068/2011, comprovar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC, que, no caso de emprego da técnica do cavalote (convencional) para o rio Roncador e o rio Iriri, foram observadas as seguintes exigências: (i) Evitar a realização das travessias nos meses chuvosos da região – de novembro a março – ou, no mínimo, observar a interrupção da atividade durante os dias mais chuvosos; (ii) Instalar barreiras básicas nas margens e nos cursos d'água na superfície, bem como na secção transversal a jusante da intervenção, para contenção de sedimentos, de modo a evitar a dispersão do fluxo de material nos rios durante a execução da travessia dos dutos; (iii) Proceder ao monitoramento do curso d'água a jusante da área de intervenção, para identificação de áreas de assoreamento decorrentes das ações de execução da travessia dos dutos; (iv) No caso de ocorrência de assoreamento detectada nas ações de monitoramento, como forma de mitigação do impacto gerado, proceder à dragagem da área.

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaborai (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 31

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

c.1) Com relação aos rios Macacu e Guapiaçu, apresentar relatório com comprovação do desassoreamento dos corpos hídricos, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC e, caso seja verificada a necessidade de mais obras de desassoreamento, apresentar, no prazo sucessivo de mais 60 (sessenta) dias, cronograma de execução, cuja realização deverá ser previamente aprovado pelo INEA/SEAS por meio de autorização ou licença própria.

d) Quanto ao Item 4 da Autorização nº 068/2011, comprovar, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC, que comunicou às UCs afetadas a data de travessia dos rios acima citados com 15 dias de antecedência, apresentando relatório fotográfico do local de travessia e projeto de recuperação da APP, contendo cronograma com as datas precisas das interferências.

e) Quanto ao Item 5 da Autorização nº 068/2011, comprovar, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC, o cumprimento da obrigação de implantar 3 (três) áreas de estação de válvulas de bloqueio a montante da APA Guapimirim para a proteção das bacias dos rios Macacu, Guapiaçú, Santo Aleixo (Roncador), Iriri e Suruí, a fim de evitar a contaminação dos cursos d'água em caso de acidentes.

C.5) Em relação à condicionante 24 – apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, os relatórios do Programa de Gestão Ambiental, evidenciando o cumprimento dos programas apresentados no PBA de acordo com os critérios e cronogramas preestabelecidos até o requerimento da licença de operação.

C.6) Em relação à condicionante 26 – considerando que o empreendimento já foi implantado, apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, relatórios do Programa de Gestão Ambiental referentes às ações realizadas no âmbito dos programas de comunicação social e educação ambiental, bem como das atividades desenvolvidas com público interno e externo.

C.7) Em relação à condicionante 27 – apresentar o Plano de Desapropriação e Estabelecimento da Faixa de Servidão buscando negociação coletiva dos bens patrimoniais com participação de instituições locais e planilha com todas as desapropriações realizadas, indicando quais foram consensuais e quais foram judicializadas, com os respectivos valores pagos, bem como as importâncias avaliadas

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Município Itaboraí (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 32

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(para aqueles casos em que não houve consenso), no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC.

C.13/C.15) Em relação às Condicionante 42 e 44 – considerando que o empreendimento já foi instalado, apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, cópia digitalizada (em CD) dos relatórios das atividades referentes à supressão de vegetação.

D) Apresentar os Planos Básicos Ambientais exigidos nas Licenças de Instalação nº IN024121 e nº IN024061, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS EM RELAÇÃO AO EMPREENDIMENTO UPGN – UNIDADE DE PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL (PROCESSO Nº 0009869-83.2018.8.19.0023)

CLÁUSULA QUARTA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS se compromete a cumprir as obrigações de fazer abaixo especificadas e a apresentar, no bojo do processo de licenciamento ambiental, nos autos da presente ACP, ao MPRJ e a este Juízo, o que segue, nos prazos indicados em cada item:

4.1) No que concerne à Licença Prévia IN023530 – aprova a concepção e localização de Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGN), Unidades de Óleos Básicos Lubrificantes (ULUB) e Instalações Auxiliares do COMPERJ:

4.1.1 – Em relação à Condicionante 6.7 – apresentar: (i) cópia digitalizada, em CD, do Plano de Controle de Erosão e Assoreamento de Corpos Hídricos do COMPERJ reportado através dos relatórios trimestrais do PGA, visto que as atividades do plano se referem às áreas do imóvel do COMPERJ em sua totalidade e que as obras da UPGN estão concentradas no Platô 10; (ii) cópia digitalizada, em CD, do cronograma das atividades a serem realizadas pela contratada responsável pela manutenção dos taludes e prevenção de assoreamento dos mesmos, incluindo as áreas da UPGN, tudo no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC.

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaboraí (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 33

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

4.2) No que concerne à Licença de Instalação IN025099 – para a implantação das Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGN) e Instalações Auxiliares do COMPERJ:

4.2.1) Em relação à Condicionante 7 – apresentar, em CD, cópia digitalizada do novo Estudo de Dispersão Atmosférica, já realizado em agosto de 2019, com dados meteorológicos de superfície da estação meteorológica da Fazenda Macacu e dados meteorológicos de altitude do SODAR da Estação Marco Zero, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da validação do INEA.

4.2.2) Em relação à condicionante 17 – adotar as medidas preventivas e mitigadoras indicadas no Estudo de Análise de Risco apresentado, inclusive as referentes à instalação de sistema de válvulas para controle da pressão para alimentar as unidades e interligação do sistema de combate a incêndio da UPGN à rede de combate a incêndio do COMPERJ, até o requerimento da LO, contendo, pelo menos:

a) Adoção do programa de manutenção preventiva;

b) Implantação de sistema de malha de controle com redundância de instrumentação crítica;

c) Aplicação de técnicas de identificação de perigos para o processo, tais como HAZOP, SIL (Nível de Integridade de Segurança) e LOPA (Análise de Comando de Proteção);

d) Acompanhamento na qualidade da fabricação de equipamentos e materiais;

e) Avaliação das especificações de materiais de tubulação e projeto de suporte das instalações;

f) Elaboração de Plano de Combate a Emergência;

g) Comprovação de implantação do sistema de combate a incêndio; e

h) Eliminação/mitigação de quaisquer fontes de ignição na área.

4.2.4) Em relação à condicionante 24 – apresentar: (i) cópia digitalizada, em CD, das evidências do cronograma de avanço físico do sistema de tocha (flare), em implantação, para coleta e queima dos gases de hidrocarbonetos e compostos de enxofre provenientes

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaborai (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 34

89

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

de alívios operacionais e descargas de emergência; (ii) cópia digitalizada, em CD, das alterações e revisões do Projeto Básico da UPGN, da exclusão das torres de resfriamento (Carta GE-PGI/LIP 0031/2015 e PRGE/SGP/LA 0093/2017) e da solicitação de revisão das condicionantes atreladas a este escopo (Cartas SMS/LARE 0116/2019 e SMS/LARE 0096/2019), as quais encontram-se em análise pelo INEA no processo de renovação da LI (Processo nº PD-07/014.3038/2018), em 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

4.2.5) Em relação à condicionante 25 – (i) Apresentar *"as built"* da instalação de analisadores de gás sulfídrico (H_2S). O prazo de atendimento será antes do deferimento da licença de operação. Com relação à instalação dos analisadores de mercúrio (Hg), a mesma se encontra em análise pelo INEA no processo de renovação da LI (Processo nº PD-07/014.3038/2018), conforme Cartas SMS/LARE 0116/2019 e SMS/LARE 0096/2019.

4.2.6 e 4.2.7) Em relação às condicionantes 26 e 27 - apresentar, no prazo 120 (cento e vinte dias contados da homologação do TAC, "as built" de instalação do analisador de vazão nas unidades que irão aliviar para o flare, bem como do sistema de selagem de bombas e compressores para minimizar emissões fugitivas. Além disso, promover a instalação dos equipamentos citados antes do deferimento da licença de operação, conforme solicitado na condicionante.

4.2.8) Em relação à condicionante 28 – Apresentar Plano de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa, em atendimento à Lei nº 5.690, de 14.04.10, que institui a Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável e dá outras providências, em até 180 (cento e oitenta) dias da homologação do TAC.

4.3) Apresentar, no prazo de 420 (quatrocentos e vinte dias) dias a contar da homologação do TAC, avaliação dos riscos cumulativos, considerando os possíveis cenários acidentais para a UPGN, incluindo suas interfaces com o gasoduto e a operação do Trem 1 do Comperj, bem como definir as medidas preventivas e mitigadoras necessárias.

4.5) Apresentar estudo quanto ao tratamento de gás natural em relação ao mercúrio, no prazo de 500 (quinhentos) dias contados da homologação do TAC.

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaborai (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 35

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS EM RELAÇÃO AO EMPREENDIMENTO LINHAS DE TRANSMISSÃO 345 kV (PROCESSO Nº 0009859-39.2018.8.19.0023)

CLÁUSULA QUINTA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS se compromete a cumprir as obrigações de fazer abaixo especificadas e a apresentar, no bojo do processo de licenciamento ambiental, nos autos da presente ACP, ao MPRJ e a este Juízo, o que segue, nos prazos indicados em cada item:

4.) No que concerne às Licenças Prévia n° IN021727 e de Instalação n° IN024123 das Linhas de Transmissão 345 kV:

4.1.1 e 4.2) Apresentar informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado.

4.1.2) Em relação à Condicionante 7.1 – Apresentar, em CD: (i) cópia digitalizada dos laudos de avaliação da PETROBRAS referentes ao valor das respectivas terras, da vegetação e das benfeitorias; (ii) relação do *status* da negociação e do pagamento de indenização, indicando se houve acordo (desapropriação amigável) ou ação judicial (desapropriação judicial); e (iii) documentos relativos à imissão na posse, tudo no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC;

4.4.1 – Deverá ser apresentado o Inventário Florestal apresentado ao INEA em 2018, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, contemplando a(s) ADA(s) pela alteração do traçado da Linha de Transmissão.

4.4.6 – Deverá ser comprovado, quando da entrega do estudo acima mencionado, que ele foi elaborado por profissional(is) habilitado(s) pelo CREA, por meio da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

4.5) Apresentar diagnóstico relativo aos meios biótico e físico em resposta à Notificação GELAFNOT/01052751, com novas informações sobre os meios necessários para avaliação da viabilidade locacional do empreendimento, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC.

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaborai (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 36

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DAS OBRIGAÇÕES DE PAGAR ADICIONAIS DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS EM RELAÇÃO ÀS AÇÕES CIVIS PÚBLICAS DE Nos 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV)

CLÁUSULA SEXTA: A PETROBRAS compromete-se a cumprir as OBRIGAÇÕES DE PAGAR abaixo especificadas, seja em razão do entendimento do MPRJ pela necessidade de fixação de medidas adicionais nas condicionantes das licenças já deferidas pelo INEA, seja pelo entendimento do MPRJ de descumprimento das várias condicionantes que já perderam o objeto, seja em atendimento, em substituição e em complementação aos pedidos de nos 7, 8 e 9 do processo n° 0009884-52.2018.8.19.0023, aos pedidos de nos 7, 8 e 9 do processo n ° 0009897-51.2018.8.19.0023, aos pedidos de nos 7, 8 e 9 do processo n° 0009869-83.2018.8.19.0023 e aos pedidos de nos 7, 8 e 9 do processo n° 0009859-39.2018.8.19.0023:

1) A PETROBRAS irá apoiar financeiramente os Municípios de Itaboraí, Maricá, Cachoeiras de Macacu, Magé, Guapimirim e Duque de Caxias na elaboração (e eventual atualização, se necessário) do projeto executivo e na execução (limitado ao valor recebido) de seus respectivos Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSBs, no valor total de R$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), sendo R$ 4.000.000,00 (quatro milhões reais) para cada um dos municípios citados, a ser depositado em seis contas judiciais específicas, sendo certo que sua liberação a cada município beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e SEAS/INEA, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor. O valor total será depositado pela PETROBRAS no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

2) Apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro, para: (1) projeto de conservação e recuperação ambiental da bacia Guapi-Macacu, composta pelos rios Guapiaçu e

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaborai (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 37

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Macacu[3], mediante o depósito, em conta judicial, do valor de R$ 2.840.000,00 (dois milhões e oitocentos e quarenta mil reais); e (2) projeto socioambiental de agricultura convencional em bordas de UC e pesticidas, visando à restauração ecológica por meio de sistemas agroflorestais – SAF com foco ciliares, utilizando duas alavancas PNAE e promoção do agroturismo[4], mediante o depósito, em conta judicial, de R$ 640.066,00 (seiscentos e quarenta mil e sessenta e seis reais). Em ambos os projetos, o depósito judicial deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, cuja liberação ao beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância do MPRJ, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor,

3) Apoiar financeiramente o Município de Itaboraí para a elaboração e execução de projeto de reurbanização e revitalização (calçadas e arborização) da Avenida 22 de Maio, mediante o depósito, em conta judicial e no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC, do valor de R$ 6.092.730,32 (seis milhões e noventa e dois mil, setecentos e trinta reais e trinta e dois centavos) cuja liberação ao beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e

[3] Trata-se do principal manancial de abastecimento público da porção leste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), atendendo cerca de 1,7 milhões de habitantes. É uma bacia estratégica para ações de SBNs com foco na segurança hídrica, levando-se em conta a vocação agropecuária da bacia, a demanda crescente pela água por diversos setores da sociedade e a grande relevância da área para conservação da biodiversidade e para prevenção de inundações. O objetivo é manter e incrementar os serviços ecossistêmicos na bacia do rio Guapi Macacu por meio da disseminação, incentivo e apoio para a adequação ambiental de imóveis rurais, para implantação de práticas de manejo conservacionista da água e do solo e do fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis na bacia do rio Guapi-Macacu. As intervenções serão realizadas em áreas estratégicas para segurança hídrica, associado uma abordagem que visa promover a sustentabilidade ambiental, social e econômica das propriedades e da participação e do fortalecimento das organizações comunitárias rurais. Para tanto, a proposta será executada de forma integrada com o mecanismo de pagamento por serviços ambientais e aos principais atores na região, de modo a fortalecer e complementar as iniciativas de soluções baseadas na natureza (SbNs) para segurança hídrica em curso na região. O projeto contará com o necessário monitoramento ambiental.

[4] As comunidades alvo deverão estar inseridas em áreas de elevada prioridade para restauração ecológica de acordo com mapeamento do INEA, que terá os seguintes objetivos i) restaurar áreas de matas ciliares e nascentes, degradadas pela agricultura; ii) aumentar a produtividade de áreas de SAF, já existentes; iii) apoiar a conversão de plantios ao sistema de SAF; iv) gerar trabalho e renda através dos SAF; v) formar zonas-tampão no entorno de nascentes e áreas ciliares (APP); vi) Fornecer alimentos orgânicos para duas escolas públicas; vii) Integrar roteiros e atividades turísticos às comunidades das áreas de SAF; viii) Criar uma Associação de Condutores de Visitantes; ix) Capacitar agricultores e guias turísticos, através de cursos e oficinas nas seguintes áreas: Manejo de SAF, agregação de valores (ecológicos, sociais, beneficiamento de produtos), Ecoturismo de Mínimo Impacto, coleta de sementes e produção de mudas.

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Município Itaboraí (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 38

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SEAS/INEA, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor;

4) Apoiar financeiramente o Município de Itaboraí para projeto de segurança pública com monitoramento de câmeras, mediante o depósito, em conta judicial, do valor de R$ 255.160,30 (duzentos e cinquenta e cinco mil, cento e sessenta reais e trinta centavos), no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC, cuja liberação será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e SEAS, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor;

5) Apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor.

DO ACOMPANHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELA PETROBRAS E DAS OBRIGAÇÕES DO INEA

CLÁUSULA SÉTIMA: Compete ao INEA e ao MPRJ o acompanhamento e a fiscalização de todas as ações e obrigações da Compromissária PETROBRAS assumidas no presente TAC.

1) A PETROBRAS depositará o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade.

2) A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria, a ser entregue

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaboraí (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 39

à SEAS/INEA, PETROBRAS e MPRJ no prazo de 60 dias do recebimento referente a cada obrigação.

3) A auditoria independente deverá acompanhar as ações de cumprimento das medidas mitigatórias e compensatórias e de todas as demais obrigações assumidas no presente TAC pelo empreendedor, mediante a adoção, ao menos, das seguintes medidas: (i) A fiscalização não pode se limitar à simples leitura e aceitação dos relatórios das obrigações específicas decorrentes do TAC apresentados e elaborados unilateralmente pelo empreendedor; (ii) Deverá ser promovida avaliação crítica das informações e documentação fornecidas pela PETROBRAS, por meio de relatórios elaborados por sua equipe técnica; (iii) Deverá realizar vistorias *in loco* para apurar o cumprimento de cada obrigação do TAC, as quais serão levadas em conta na confecção dos relatórios aludidos no item anterior (exceto quando a obrigação se restringir à apresentação de documentos); (iv) A cada documento relativo ao cumprimento da respectiva obrigação protocolado pela PETROBRAS, deverá ser realizada vistoria, se for o caso, com registros fotográficos, e elaborado um parecer técnico esclarecendo se as informações prestadas no respectivo documento condizem com a realidade do campo, se são suficientes e eficientes. Os serviços serão exclusivamente para acompanhamento das obrigações do TAC.

4) Sem prejuízo das ações a cargo da auditoria independente, o INEA se obriga a fiscalizar diretamente o cumprimento das condicionantes das licenças ambientais do COMPERJ contempladas no presente TAC, devendo: (i) Semestralmente, realizar vistorias *in loco* e elaborar relatórios técnicos com avaliação crítica das informações e documentação fornecidas pela PETROBRAS e dos relatórios apresentados pela auditoria independente; (ii) Os relatórios apresentados pela auditoria independente na forma do item 6.2 da presente cláusula e os relatórios produzidos pelo INEA indicados no item anterior deverão ser publicados no sítio eletrônico do INEA; (iii) Caso a PETROBRAS descumpra alguma condicionante das licenças, o INEA, no regular emprego de seu poder de polícia, deverá adotar as medidas legais cabíveis para sancionar e compelir o empreendedor a cumpri-la;

5) As obrigações acordadas neste TAC são consideradas automaticamente acrescidas àquelas estabelecidas nos licenciamentos ambientais do COMPERJ, sem necessidade de realização de averbação das licenças ambientais;

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaborai (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 40

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

6) O INEA apresentará, em atendimento ao pedido 5.1 do processo nº 0009897-51.2018.8.19.0023, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA nº 008/2013, relativo à aplicação de R$ 352.855,55 (trezentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) em medidas compensatórias, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00, inclusive informando qual Unidade de Conservação foi beneficiada com a compensação efetuada pela PETROBRAS.

7) O INEA apresentará, em atendimento ao pedido 5.1 do processo 0009859-39.2018.8.19.0023, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do TCCA nº 09/2013, relativo à Licença de Instalação IN024123, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985/00.

8) O INEA promoverá, em atendimento ao pedido 5.2 do processo 0009859-39.2018.8.19.0023, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, análise crítica, na forma prevista nos itens 1 a 4 da presente cláusula, sobre o cumprimento da Condicionante 14 da Licença de Instalação IN024123: "*Apresentar, em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a emissão da licença, as áreas escolhidas como compensação para serem analisadas / aprovadas pelos técnicos da DILAM-GELAF*".

DAS ATRIBUIÇÕES E OBRIGAÇÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CLÁUSULA OITAVA: Compete ao Compromissário ERJ exercer, por meio da SEAS, a regular fiscalização do INEA e da PETROBRAS para o cumprimento das obrigações objeto do presente TAC, bem como das obrigações estabelecidas em todo o processo de licenciamento ambiental do empreendimento em tela, seja na fase anterior à emissão das licenças, seja na fase de fiscalização do cumprimento das condicionantes das licenças.

Parágrafo único – Considerando a previsão de disponibilização de recursos para fins de elaboração de projetos e de intervenções pela SEAS/INEA, as equipes responsáveis pela execução dos projetos deverão apresentar, ao MPRJ, relatórios sobre a evolução da execução, termos de referência, cronogramas, orçamentos e demais informações

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Município Itaboraí (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 41

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

relevantes, devendo a SEAS/INEA, ao final, promover a prestação de contas da utilização dos recursos ao MPRJ.

DA CONTAGEM DOS PRAZOS

CLÁUSULA NONA: O presente TAC terá validade desde a data de sua homologação judicial, renunciando as partes, desde já, ao direito de recorrer e a questionar sua validade.

Parágrafo único - Os prazos previstos no presente TAC são computados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

DA COMPROVAÇÃO
DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES
E DA RESPECTIVA QUITAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA: A PETROBRAS deverá apresentar ao MPRJ, ao INEA e à SEAS, para fins de comprovação do cumprimento das obrigações assumidas neste TAC, todos os laudos, relatórios ou documentos relativos às medidas executadas, com indicação precisa da obrigação a que se relacionam, independentemente de requisição neste sentido.

Parágrafo primeiro – Sem prejuízo do disposto no *caput*, o MPRJ, o INEA e a SEAS poderão, para fins de verificação do cumprimento das obrigações assumidas pela PETROBRAS, realizar diretamente ou mediante requisição aos órgãos ou entidades pertinentes, vistorias ou fiscalizações.

Parágrafo segundo – O MPRJ dará quitação quando do cumprimento das obrigações de fazer após análise a ser feita pelo GATE.

Parágrafo terceiro – O INEA e a SEAS, cumpridas as obrigações aqui avençadas, darão por quitadas as obrigações nele descritas, bem como as condicionantes contidas nas licenças ambientais tratadas nas cláusulas acima, após o regular cumprimento de todas as etapas dos itens constantes na cláusula sétima.

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaborai (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 42

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Parágrafo quarto – As obrigações de pagar/aportar estabelecidas no âmbito deste acordo estarão automaticamente quitadas com o envio do comprovante de depósito em contas judiciais e nas contas indicadas pela SEAS/INEA.

Parágrafo quinto – A responsabilidade pela elaboração dos orçamentos, termos de referência, contratos e eventuais contratações recaem única e exclusivamente sobre os contratantes de cada projeto, não cabendo a responsabilização dos Compromitentes pela execução de tais recursos.

DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMITENTE, DO ÓRGÃO LICENCIADOR E DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O MPRJ, o INEA e o ERJ não serão responsáveis por quaisquer ônus, direitos ou obrigações relativos à legislação tributária, previdenciária, trabalhista ou securitária, decorrentes da execução deste TAC, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à PETROBRAS.

Parágrafo Primeiro – O MPRJ, o INEA e o ERJ não serão responsáveis por quaisquer compromissos assumidos pela PETROBRAS com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TAC, bem como por qualquer dano ou indenização a terceiros em decorrência de seus próprios atos, de seus dirigentes, empregados, prepostos ou subordinados.

Parágrafo Segundo – A celebração do presente Termo não implica em reconhecimento de qualquer irregularidade, vício, ilegalidade, improbidade ou inadequação nos procedimentos de licenciamento ambiental tratados no presente TAC, tampouco nas condutas da SEAS, do INEA ou de quaisquer de seus servidores.

DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O disposto no presente TAC não limita, impede ou suspende a fiscalização ampla, irrestrita e permanente da PETROBRAS pelos Compromitentes ou pelos demais órgãos e instituições ambientais, no exercício de suas demais atribuições e prerrogativas legais.

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaboraí (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 43

Parágrafo Único – A existência e atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da PETROBRAS no que concerne às obrigações ajustadas e às suas consequências e implicações próximas ou remotas.

DO VALOR

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O valor total estimado do investimento para realização das medidas previstas neste TAC, para todos os efeitos legais, é de R$ 49.547.956,62 (quarenta e nove milhões quinhentos e quarenta e sete mil, novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos), sendo o seu desembolso de inteira responsabilidade da PETROBRAS.

Parágrafo único – O valor das obrigações de pagar previstas neste TAC é de R$ 48.547.956,62 (quarenta e oito milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos), sendo o restante do valor total a importância estimada das obrigações de fazer previstas neste TAC.

DAS SANÇÕES DECORRENTES DO DESCUMPRIMENTO DO AJUSTADO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Sem prejuízo da execução da obrigação de fazer, o não cumprimento de quaisquer das obrigações aqui assumidas sujeitará a PETROBRAS ao pagamento de multa diária no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) para cada situação de descumprimento verificada, até o adimplemento comprovado da obrigação assumida. Por sua vez, sem prejuízo das obrigações de fazer, o descumprimento de quaisquer das obrigações aqui assumidas sujeitará os Compromissários INEA e ERJ ao pagamento de multa trimestral no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), para cada situação de descumprimento e até o adimplemento comprovado da obrigação assumida.

Parágrafo Primeiro – A multa não será aplicada caso exista justificado motivo técnico para eventual atraso ou descumprimento das obrigações de fazer, devendo ser apresentado por escrito pela Compromissária, em até 5 (cinco) dias após constatada a impossibilidade de cumprimento.

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaborai (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 44

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Parágrafo Segundo – A multa também não incidirá caso a obrigação tenha sido realizada, mas o MPRJ entenda pela necessidade de complemento ou ajuste e a PETROBRAS, devidamente notificada, cumpra a exigência em prazo estipulado pelo notificante, não inferior a 10 dias úteis, findo o qual a multa será aplicada, sem prejuízo do exercício do poder de polícia pelo INEA e pela SEAS, inclusive para o devido cumprimento das obrigações decorrentes das licenças ambientais do COMPERJ.

Parágrafo Terceiro – As multas sobre as quais trata a presente cláusula serão corrigidas pela UFIR ou índice de correção que a substitua, e recolhidas ao Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano – FECAM.

Parágrafo Quarto – A notificação das multas será remetida ao endereço do respectivo destinatário constante neste TAC e será considerada efetivada pela sua simples recepção.

Parágrafo Quinto – Depois do recebimento da comunicação prevista no item anterior, a Compromissária terá 20 (vinte) dias úteis para o recolhimento da multa e 05 (cinco) dias úteis para a remessa do respectivo comprovante ao MPRJ.

Parágrafo Sexto – As multas previstas na presente cláusula não têm caráter compensatório e, assim, o seu pagamento não eximirá a PETROBRAS da eventual responsabilidade por perdas e danos decorrentes de infrações a este TAC ou à legislação ambiental.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O termo inicial do prazo de vigência do presente TAC é a data da sua homologação e, o termo final, 30/12/2021, podendo ser prorrogado mediante ajuste entre as partes.

Parágrafo único – Na eventual hipótese das sentenças homologatórias relativas às ACPs cujo objeto aqui são ajustadas forem exaradas em datas diversas, os prazos de cumprimento e de vigência serão contados a partir da data da última sentença de homologação judicial.

DA PUBLICAÇÃO DE EXTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da data de sua homologação, deverá a PETROBRAS promover a publicação de extrato do

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaboraí (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 45

presente TAC no Diário Oficial do Município de Itaboraí, no DOERJ e em jornal de grande circulação no estado do Rio de Janeiro, contendo as partes, o objeto, o valor e o prazo total do instrumento, correndo os respectivos encargos às suas expensas.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Este TAC, após homologado, tem natureza jurídica de título executivo judicial, nos termos do art. 5°, § 6°, da Lei n° 7.347/85, e somente poderá ser alterado por escrito, mediante a celebração de termo aditivo entre as partes a ser homologado judicialmente, podendo ser prorrogado mediante prévio ajuste.

Parágrafo Único – Na impossibilidade de acordo entre o Compromitente e as Compromissárias quanto à alteração das cláusulas do presente TAC, permanecerão em vigor e serão plenamente exigíveis as obrigações originariamente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Fica eleito o foro da Comarca de Itaboraí, local do empreendimento COMPERJ, para dirimir questões ou disputas envolvendo o presente TAC, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

IV- CONCLUSÃO

Pelo exposto, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 04 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito, destinadas ao MPRJ, à PETROBRAS, ao ERJ (SEAS) e ao INEA, obrigando-se a fazê-lo firme e valioso por si e seus eventuais sucessores.

Itaboraí, 18 de fevereiro de 2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

ALTINEU CÔRTES FREITAS COUTINHO
Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Município Itaboraí (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 46

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CARLOS HENRIQUE NETTO VAZ
Presidente do INEA

ALESSANDRO DE CASTRO MELO
PETROBRAS

DANIELE LOMBA ZANETI PUELKER
PETROBRAS

TESTEMUNHAS:

1.

2.

Instituído pelo Decreto Executivo nº 01 de 02/01/2019. *ASSINADO DIGITALMENTE PELO* MUNICIPIO DE ITABORAI:28741080000155
Anexo Publicação DO Municipio Itaborai (11237681) SEI SEI-070026/001462/2020 / pg. 47

Corrigenda:

PT n° 215/2020. publicada no DOE-ITA de 21/02/2020, ed. 34, Ano II.
onde se lê: EM Pref. Antônio Alves Vianna,
Leia-se: E.M. Antônio Alves Vianna,



ITAPREVI

ITAPREVI

Convênio:
Convênio para consignação em folha de pagamento – Convênio que entre si fazem o Itaú Unibando S.A e o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Itaboraí – ITAPREVI, para concessão de empréstimos e financiamentos, aos servidores ativos, inativos e pensionistas, com pagamento mediante consignação em folha de pagamento. Pelo presente instrumento, de um lado o Itaú Unibanco S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J/ MF Sob o nº 60.701,190/0001-04, neste ato por seu representante legal ao final assinado, doravante denominado Banco Itaú Unibanco S.A e do outro o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Itaboraí, entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público própria, inscrita no C.N.P.J. Sob o nº 39.250.220/0001-09, com sede na Rua São João, nº 110, Centro, Itaboraí/RJ, neste ato representado por seus representantes legais infra-assinados, doravante designada Convenente, celebram o presente Convênio para concessão de empréstimo com pagamento mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores ativos, inativos e pensionistas da Convenente mediante as cláusulas e condições. Itaboraí, 02 de janeiro de 2020. Andréia da Silva Daumas, Presidente do ITAPREVI.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 96
RJ

JUNTADA

Nesta data, junto aos presentes autos

OF SEAS/SUBEXE Sei nº 100

Em 28 / 04 / 2021

6203867

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXE SEI Nº100 Rio de Janeiro, 05 de abril de 2021

Exmo. Sr.
Dr. TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro
Itaboraí/RJ, CEP.: 24800-113

Referência: TAC II do COMPERJ – SEI 07/026/004632/2019 - PA 62/2020
Cláusula Sexta, item 5; Cláusula Sétima, item 1
MPRJ 2020.00114956

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, as cláusulas Sexta, item 5, e Sétima, item 1, ambas do TAC II do COMPERJ, visam apurar o cumprimento da obrigação da PETROBRAS em depositar o valor de R$ 14.000.000,00 (quatorze milhões) para medidas de recuperação ambiental em Itaboraí e o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais) para contratação de auditoria externa pelo Estado do Rio de Janeiro.

Serve o presente para informar a Vossa Excelência que a PETROBRAS depositou os referidos valores, de acordo com os comprovantes anexos, cumprindo tais obrigações tempestivamente.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSE RICARDO FERREIRA DE BRITO
Subsecretário Executivo
ID Funcional nº. 5086921-3

Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Ferreira de Brito, Subsecretário de Estado**, em 08/04/2021, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

bradesco net empresa

Extrato Mensal / Por Período

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE SUSTENTABILIDADE | CNPJ: 042.498.709/0001-09
Nome do usuário: Miguel Angelo Guimaraes
Data da operação: 22/03/2021 - 14h41



Agência | Conta	Total Disponível (R$)	Total (R$)
06898 | 0004243-9	725.468,76	725.468,76

Extrato de: Ag: 6898 | CC: 0004243-9 | Entre 01/01/2016 e 22/03/2021

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R$)	Débito (R$)	Saldo (R$)
16/03/2020	**SALDO ANTERIOR**				0,00
25/09/2020	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.PETROLEO BRASILEIRO	9413129	720.000,00		720.000,00
	APLICACAO EM FUNDOS	9970269		-720.000,00	0,00
Total			**720.000,00**	**-720.000,00**	**0,00**

Os dados acima têm como base 22/03/2021 às 14h41 e estão sujeitos a alterações.

Últimos Lançamentos

Não há lançamentos para este tipo de extrato. (SMC.WSE.0004)

Saldos Invest Fácil / Plus

Não há histórico de saldo nas datas pesquisadas. Para consultas de um período superior a 180 dias, contate sua agência. (SMC.WSI.09)

Os dados acima têm como base 22/03/2021 às 14h41 e estão sujeitos a alterações.

Extrato conta corrente

G333010910355878l
01/03/2021 09:20:33

Cliente - Conta atual

Agência	2234-9
Conta corrente	292044-1 ERJ SEA REC AMB ITA
Período do extrato	01/01/2021 até 29/01/2021

Lançamentos

Dt. movimento	Dt. balancete	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
15/10/2020		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
22/01/2021		0000	14134	612 Recebimento Fornecedor PETROLEO BRASILEIRO SA PETROBRAS	1.500.074.792	14.000.000,00 C	14.000.000,00 C
25/01/2021		0000	00000	345 BB CP Automatico S P	70	14.000.000,00 D	0,00 C
29/01/2021		0000	00000	999 S A L D O			0,00 C

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: JA661741 MIGUEL ANGELO GUIMA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 99 RJ

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE VISTA

Nesta data, abro vista do presente procedimento ao Excelentíssimo Promotor de Justiça Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do núcleo Itaboraí, Doutor Tiago Gonçalves Veras Gomes.

Itaboraí, 05 de julho de 2021.

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

VISTA
Nesta data, faço vista destes autos
à(ao) Exmo. Promotor de Justiça
Em 05/07/21
7787

Promoção em separado, impressa em 02 lauda (s).

Itaboraí, 15 / 07 2021.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 16/07/21.

Ref.: Procedimento Administrativo n. 62/2020 (MPRJ n. 2020.00174156)

PROMOÇÃO DE PRORROGAÇÃO NA TRAMITAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMNISTRATIVO

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima, obrigou-se a *"(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade".*

Portaria de instauração de PA à fl. 02, estando o Relatório Inicial de Investigação às fls. 02-verso/04, instruído de documentos de fls. 05/56.

Os ofícios preliminares foram expedidos às fls. 57/58.

Nota Explicativa da Petrobras às fls. 59/67-verso.

Ofício da SEAS à fl. 71, instruído de fls. 72/95 informando que foram apresentadas documentações comprobatórias.

Ofício da SEAS à fl. 97, instruído de fl. 98, informando que a Petrobras depositou o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais).

É o relatório.

CONSIDERANDO que a presente investigação já tramita há mais de um ano;

CONSIDERANDO que a Resolução GPGJ n. 2.227/18, em seu art. 35 dispõe que: "*O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado quantas vezes forem necessárias, a cada decisão que determinar a realização ou conclusão de diligências imprescindíveis para a sua conclusão*", sendo certo que *"Anualmente, o membro do Ministério Público dará ciência ao Conselho Superior do Ministério Público dos inquéritos que se encontrem em tramitação há mais de 12 (doze) meses (...)"*, nos termos do 25, parágrafo único, aplicável por força do art. 33, ambos da Resolução GPGJ n. 2.227/18;

CONSIDERANDO que o art. 9º, da Resolução n. 23 de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, aplicável por força do art. 33 da Resolução GPGJ n. 2.227/18, estabelece que "*O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 01 (um) ano,* ***prorrogável pelo mesmo prazo e quantas***

***vezes forem necessárias**, por decisão fundamentada de seu Presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão";*

A Promotora de Justiça em exercício, que ora preside o procedimento em referência, resolve **PRORROGAR** formalmente a tramitação deste procedimento administrativo, tendo em vista a necessidade de realização e conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação e formação adequada e fundamentada de *opinio*, as quais estão especificadas abaixo.

Diante do exposto, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das seguintes diligências:

1- **Ciente** do acrescido às fls. 59/67-verso e 97/98;

2- **Oficie-se à SEAS/INEA** solicitando informar e comprovar se já houve a contratação auditoria externa independente pelo ERJ;

3- Com a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente a vista.

Oficie-se ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para ciência, na forma do art. 9º, da Resolução n. 23/2007, do CNMP, art. 25, da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018 e art. 61, §4º, do Regimento Interno do CSMP/RJ.

Itaboraí, 14 de julho de 2021.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710 Dados: 2021.07.15 10:31:06 -03'00'

Fl. 101

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício 2ª PJTC n° 787/2021

Itaboraí, 28 de abril de 2021

Ref.: **Relação de Inquéritos Civis que tramitam há mais de um ano da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí**

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o, valho-me do presente para remeter ao Conselho Superior do Ministério Público a relação de todos os procedimentos que tramitam nesta 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí há mais de um ano, 382 (trezentos e oitenta e dois) inquéritos civis e 141 (cento e quarenta e um) procedimentos administrativos, conforme planilha em anexo, em atenção ao disposto no art. 25, parágrafo único, da Resolução GPGJ nº 2.227/2018.

Ressalta-se que todos os procedimentos em anexo estão aguardando o resultado de diligências imprescindíveis para a conclusão das investigações. Tais diligências estão devidamente especificadas na última promoção lançada em cada procedimento, que pode ser consultada pelo sistema MGP.

Ao ensejo renovo protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos complementares, caso necessário.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2021.04.28 19:49:12 -03'00'

A Sua Excelência
Doutor **LUCIANO OLIVEIRA MATTOS DE SOUZA**
Presidente do Egrégio Conselho Superior
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Av. Marechal Câmara, n° 370 - Centro - Rio de Janeiro – RJ

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 102 RJ

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC nº 1418/2021 *Itaboraí*, 19 de julho de 2021.

Ref.: **PA 62/2020 – MPRJ 2020.00174156**

(Favor mencionar na resposta)

Expedido em 21/07/21 Servidor (via e-mail)

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do procedimento em epígrafe, o qual visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-09.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV):** A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima, obrigou-se a "*(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais),* ***em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC****, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça** solicitar que informe e comprove se já houve a contratação auditoria externa independente pelo ERJ**. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES

PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 19/07/2021, às 19:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0814055** e o código CRC **60330899**.

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 103
RJ

JUNTADA
Nesta data, junto aos presentes autos
Of. SEAS/OUVI SEI nº 90

Em 17 / 08 / 2021
62033867

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP: 24.800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

104

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Gabinete do Secretário

Of.SEAS/OUVI SEI Nº90 Rio de Janeiro, 16 de agosto de 2021

Ilmo. Sr. Promotor

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil

MPRJ.GSP.TCOITB.20210663864 170821 16:49:20

Referência: Ofício 2ª PJTC nº 1418/2021 - PA 62/2020 – MPRJ 2020.00174156

Excelentíssimo Promotor de Justiça,

Com os cumprimentos de estilo e, em atenção à solicitação exposta no ofício em epígrafe, informo que estamos providenciando, junto aos órgãos específicos desta Secretaria, elementos para instruir a resposta a ser encaminhada a esse Ministério Público.

No entanto, considerando a grande quantidade de demandas desta Secretaria de Estado e os esforços envidados no sentido de harmonizar as atribuições institucionais com o atendimento tempestivo às requisições formuladas por esse i. *Parquet,* solicitamos a prorrogação do prazo para resposta, concedido inicialmente pelo Ministério Público Estadual, por mais 60 (sessenta) dias.

Diante do exposto, sem mais no momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Beatriz Cárdenas

SEAS/Ouvidoria

ID 51095564

Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Cardenas dos Santos, Assistente II**, em 16/08/2021, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **20983775** e o código CRC **883D9C9C**.

COMPERJ 1

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070026/001462/2020 SEI nº 20983775

JUNTADA

Nesta data, junto aos presentes autos

OF. SEAS/SUBEXE SEI Nº 541

Em 22 / 10 / 21

[illegible] 6217 6673

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 105 RJ

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXE SEI Nº541 Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2021

MPRJ5P2TCOITB 20210086026 211021 17:49:25

Exmo. Sr.
Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro
Itaboraí/RJ, CEP.: 24800-113

Referência: Ofício 2ª PJTC n° 1418/2021
PA 62/2020 – MPRJ 2020.00174156

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção aos termos do ofício em epígrafe, que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ),0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV), vimos tecer as considerações que seguem.

Informamos que a Diretoria Geral de Administração e Finanças- DIRAF desta Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade- SEAS, remeteu no dia 6 de maio de 2021 o Termo de Referência para testar a aderência do mercado quanto aos itens listados no referido TAC II do COMPERJ e como resultado a pesquisa foi classificada como deserta, conforme documentação anexa ao ofício.

Sendo assim, informamos que existem tratativas junto à CAIXA ECONOMICA FEDERAL para a execução de parte dos serviços previstos no TAC.

Por fim, encaminhamos junto ao ofício à documentação comprobatória das tratativas:

- Proposta Caixa políticas públicas de serviços;
- Declaração de capacidade técnica;
- Subsídios para contratação da caixa;
- Parecer para contratação do CAIXA Políticas Públicas por inexigibilidade de Processo licitatório;
- Manifestação técnica da SEAS;
- Parecer nº 15/2021 – MSMH1 – ASSJUR/SEAS.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSE RICARDO FERREIRA DE BRITO
Subsecretário Executivo
ID Funcional nº. 5086921-3

Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Ferreira de Brito, Subsecretário de Estado,** em 20/10/2021, às 18:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **23679272** e o código CRC **94F34534**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070026/001462/2020 SEI nº 23679272

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

SEI-070026/001280/2021

106

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Executiva,

Trata-se de **Contratação do serviço de auditoria independente de conformidade legal, que visa avaliar o cumprimento do disposto nos Termos de Ajustamento de Conduta- TAC firmados ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-MPRJ, O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, REPRESENTADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS, O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA E A EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS,** por meio de inexigibilidade de licitação em favor da Caixa Econômica Federal no valor de R$ **1.052.088,20 (um milhão cinquenta e dois mil oitenta e oito reais e vinte centavos) conforme proposta apresentada (21425230).**

Conforme exposto pelo setor técnico (21425226) a presente contratação se faz por força do item 6.2 da Cláusula Terceira do Termo de Ajustamento de Conduta elaborado no âmbito da Ação Civil Pública nº 9919-12.2018.819.0023.

O instrumento celebrado em 09 de agosto de 2019, possui cerca de 69 quesitos dentre condicionantes e obrigações a serem verificadas pela Auditoria Independente, que demandará um corpo técnico robusto capaz de avaliar cada uma delas.

Em que pese a gama de empresas de Auditoria no Mercado, a alta diversidade de serviços requeridos e a complexidade deles requerem da empresa a ser contratada profissionais com experiência elevada que resulta numa enorme dificuldade de contratação e sucesso do certame licitatório.

Nesse contexto, a opção pelo desdobramento em duas contratações, mostra-se como uma opção mais vantajosa para a administração, à medida que em um primeiro contrato pode ser aglutinado as demandas técnicas especializadas de uma mesma área ou com pouca diversidade de profissionais técnicos necessários, e uma segunda contratação os serviços que demandam profissionais específicos, atingindo assim empresas especializadas na questão.

A CAIXA já possui em seus quadros profissionais que atendem as exigências necessárias impostas pelo TAC na grande maioria dos serviços, aliás, a forma empresarial que as estatais adotam são um instrumento em favor da realização das políticas públicas na realização de objetivos da Ordem Econômica Constitucional e, no caso da CAIXA, a atuação no desenvolvimento sustentável e como agente de políticas públicas está, inclusive, estreitamente vinculada ao seu objeto social e missão.

A inexigibilidade, tem cabimento quando houver inviabilidade de competição, seja por ausência de concorrentes aptos a prestação de determinado serviço, seja pela singularidade do objeto que implique na forma de execução individualizada de um serviço e daquele que prestará tal serviço. Vejamos:

Deve destacar-se, portanto, que **a inviabilidade de competição ocorre em casos em que a**

107

Parecer nº 15/2021 – MSMH[1] – ASSJUR/SEAS

Processo SEI-070026/001280/2021

CONTRATAÇÃO DIRETA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO RELATIVO À FISCALIZAÇÃO, AO ACOMPANHAMENTO E GARANTIA DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PACTUADAS NO TAC COMPERJ. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS. NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO. ARTS. 25, II, E 13 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93. SÚMULA 252 DO TCU. DECRETO ESTADUAL Nº 46.642/2019. NECESSIDADE DE REFORÇO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. NECESSIDADE DA ADEQUAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO À MINUTA-PADRÃO DA PGE.

I – RELATÓRIO

Vieram os autos à Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – Assjur/Seas, encaminhados pelo Subsecretário Executivo, José Ricardo Ferreira de Brito (doc. 21640036), com pedido de análise e manifestação acerca da proposta de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auditoria independente de conformidade legal, a ser realizada pela Caixa Econômica Federal – CEF, mediante inexigibilidade de licitação.

A contratação tem por objeto a fiscalização, o acompanhamento e a garantia do cumprimento das obrigações pactuadas no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC firmado entre o Ministério Público do Rio de Janeiro – MPRJ, o Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Seas, o Instituto Estadual do Ambiente – Inea e a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras, designado como TAC do Comperj[2], referente à Ação Civil Pública nº 9919-12.2018.8.19.0023.

De acordo com o Estudo Técnico Preliminar – ETP acostado ao feito (doc. 21425226), restou identificado que a contratação pretendida se enquadra na hipótese de

[1] Esta minuta foi elaborada com auxílio da residente jurídica Rafaella Ribeiro de Carvalho.
[2] Conforme exigido pelo item 6.2 da Cláusula Terceira do TAC.

inexigibilidade de licitação do art. 25, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, porquanto inviável a competição pela singularidade do objeto. Veja-se:

> O instrumento celebrado em 09 de agosto de 2019, possui cerca de 69 quesitos dentre condicionantes e obrigações a serem verificadas pela Auditoria Independente, que demandará um corpo técnico robusto capaz de avaliar cada uma delas.
> **Em que pese a gama de empresas de Auditoria no Mercado, a alta diversidade de serviços requeridos e a complexidade deles requerem da empresa a ser contratada profissionais com experiência elevada que resulta numa enorme dificuldade de contratação e sucesso do certame licitatório.**
> Nesse contexto, a opção pelo desdobramento em duas contratações, mostra-se como uma opção mais vantajosa para a administração, à medida que em um primeiro contrato pode ser aglutinado as demandas técnicas especializadas de uma mesma área ou com pouca diversidade de profissionais técnicos necessários, e uma segunda contratação os serviços que demandam profissionais específicos, atingindo assim empresas especializadas na questão.
> **Considerando as condicionantes para o presente processo de contratação temos a proposta de serviços apresentado pela Caixa Econômica Federal, a ser contratada diretamente, cogitando-se a hipótese do art. 25 inciso II da Lei Federal n 8.666/93.** (grifou-se)

Os principais documentos do processo são:

i) proposta de serviços encaminhada pela CEF para sua contratação com o escopo dos serviços a serem prestados mediante o pagamento do valor de R$ 1.052.088,20 (um milhão cinquenta e dois mil e oitenta e oito reais e vinte centavos) (doc. 21425230), em conjunto com contratos de prestação de serviço firmados pela Caixa, à título exemplificativo;

ii) estudo técnico preliminar (doc. 21425226);

iii) termo de referência (doc. 21425228);

iv) declaração de capacidade técnica (doc. 21425239);

v) requisição de objeto (doc. 21638930);

vi) pesquisa de mercado (doc. 21638689);

vii) minuta de contrato (doc. 21425243); e

viii) justificativa da contratação (doc. 21639917).

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 – ADVERTÊNCIA PRÉVIA

Ressalta-se que cabe à Assjur prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na análise da conveniência e oportunidade dos

108

atos praticados pelo gestor, nem analisar os aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

Nesses termos, presume-se, desde logo, que os aspectos técnicos, operacionais e econômicos viabilizadores da contratação foram objeto de análise pelos setores técnicos responsáveis, pois não são da alçada desta Assjur, cuja competência esgota-se no controle da legalidade do ato.

Ultrapassadas essas questões, passa-se a adentrar na matéria objeto destes autos.

II.2 – DO NOVO REGIME NORMATIVO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – LEI FEDERAL Nº 14.133 DE ABRIL DE 2021

Recentemente, a União, no exercício da competência legislativa de editar normas gerais sobre licitações e contratos (art. 22, XXVII, CF/88), elaborou a Lei Federal nº 14.133/2021, instituindo novo sistema de contratação para a Administração Pública.

A nova lei de licitações e contratos administrativos está em vigor desde a sua publicação (art. 194). No entanto, com vistas a promover uma transição progressiva de regime, o legislador possibilitou a sua convivência com o regime jurídico anterior pelo período máximo de dois anos. Veja-se:

> **Art. 193.** Revogam-se:
> I - os arts. 89 a 108 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na data de publicação desta Lei;
> II - a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, após decorridos 2 (dois) anos da publicação oficial desta Lei
> **Art. 191.** Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do *caput* do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.
> **Parágrafo único.** Na hipótese do *caput* deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do *caput* do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.

Avenida Venezuela, 110 – Praça Mauá – Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20081-312 - Tel.: 2332-4604
www.inea.rj.gov.br

Quer dizer, durante o prazo de dois anos, a Administração Pública poderá optar pelo regime de sua preferência, em relação às novas contratações.

Depreende-se dos autos que os trâmites administrativos contidos nesse processo de contratação foram pautados na Lei nº 8.666/93.

Ademais, tem-se notícia de que a Subsecretaria de Logística – Sublog[3], vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil – SECC, está elaborando minuta de decreto para a regulamentação da transição e aplicação dos novos mecanismos disciplinados na recente lei. Enquanto isso, orientou-se aos órgãos e entidades contratantes a continuidade das atividades de cada unidade com a observância do já consolidado regramento jurídico de licitações e contratos.

Por essas razões, as considerações jurídicas exaradas neste parecer dar-se-ão com amparo na Lei nº 8.666/93.

II.3 – DA CONTRATAÇÃO PRETENDIDA E DA HIPÓTESE DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PREVISTA NO ART. 25, II, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93

Extrai-se da manifestação do órgão demandante, em síntese, que a contratação tem por objeto a realização de auditoria independente de conformidade legal, que deverá investigar o cumprimento das obrigações elencadas no TAC Comperj, conforme determinado pelo item 6.2 da cláusula terceira do ajuste[4]:

> 6.2) A PETROBRAS depositará o valor de R$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para **viabilizar a contratação de auditoria externa independente a ser contratada pelo ERJ**, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e **deverá elaborar relatório de auditoria no prazo de 60 dias do recebimento de cada obrigação, que deverá ser entregue imediata e simultaneamente ao INEA/SEAS, PETROBRAS e MPRJ**. (grifou-se)

---

[3] O Informativo da Subsecretaria de Logística – Sublog de 15.04.2021 dispõe:
Considerando a publicação da Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos e as dúvidas a respeito de sua aplicabilidade, informamos que o Estado está preparando um Decreto de regulamentação para a transição e aplicação dos novos mecanismos. Enquanto isso, determinados que os órgãos e entidades abrangidos pela Lei nº 8.666/1993 continuem a utilizá-la, visto que sua manutenção não traz qualquer prejuízo às atividades das unidades, considerando que ela que continuará vigente por mais dois anos após a publicação da nova Lei.
Estão sendo, ainda, desenvolvidas estratégias para a formação dos servidores que atuarão nas contratações públicas regidas pela nova Lei e que serão oportunamente divulgadas.

[4] Cf. fl. 37 do TAC, disponível em: <http://www.mprj.mp.br/documents/20184/540394/tac_comperj.pdf>.

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 109
RJ

De acordo com o estudo técnico preliminar – ETP e o termo de referência – TR (docs. 21425226 e 21425228), o fato de a auditoria a ser realizada envolver conhecimento de diversas áreas específicas dificulta o sucesso de certame licitatório, propondo-se o desdobramento em duas contratações: um contrato com a CEF para o desempenho de "*demandas técnicas especializadas de uma mesma área ou com pouca diversidade de profissionais técnicos necessários*", e outro contrato que abrangerá "*os serviços que demandam profissionais específicos, atingindo empresas especializadas na questão*".

Desse modo, cogita-se a celebração do primeiro contrato de forma direta, em exceção ao dever geral de licitar, por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, II, da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

> Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
> (...)
> II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, **de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; (...) (grifou-se)

Segundo o Diretor Geral de Administração e Finanças (doc. 21639917), a contratação direta se justifica diante da inviabilidade de competição ocasionada pela natureza singular do serviço técnico especializado a ser desenvolvido e pela notória especialização da CEF no apoio às políticas públicas. Para justificar essa posição, a área técnica afirmou que o serviço de auditoria ambiental independente a ser contratado demandará um corpo técnico robusto e complexo, diante da diversidade e especificidade dos serviços previstos no TAC Comperj.

Para se caracterizar a inexigibilidade de licitação com base no art. 25, II, da Lei 8.666/93 deve haver a presença **cumulativa** de três requisitos, quais sejam: **i)** serviço técnico especializado; **ii)** natureza singular do serviço; e **iii)** notória especialização do contratado. A ausência de algum desses pressupostos inviabiliza a caracterização legal de tal hipótese de inexigibilidade[5].

[5] *Um aspecto importante do enquadramento legal da notória especialização é que a configuração em separado de cada uma das três condições acima referidas não é suficiente para a caracterização legal da*

Esse entendimento é corroborado pela Súmula 252 do Tribunal de Contas da União – TCU:

> Súmula 252 TCU – A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei n. 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contrato.

Os serviços técnicos profissionais especializados aptos à contratação direta com fulcro na inexigibilidade estão arrolados no art. 13 da Lei nº 8.666/93:

> Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a: (...)
> I - estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;
> II - pareceres, perícias e avaliações em geral;
> III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
> IV - fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
> V - patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
> VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
> VII - restauração de obras de arte e bens de valor histórico.
> VIII - (Vetado)

Flávio Amaral leciona que o rol acima transcrito é taxativo, não sendo possível contratar diretamente serviços técnicos profissionais que não estejam expressos no comando normativo:

> (...) o legislador não conferiu qualquer margem de discricionariedade ao administrador, selando os serviços enquadráveis em norma fechada, de modo que nenhuma categoria, ainda que de serviço técnico profissional assemelhável, possa ser considerada "especializada" para os fins excepcionadores dessa norma.[6]

O despacho de encaminhamento dos autos à Assjur solicitou a "análise de juridicidade acerca da proposta de Contratação dos serviços de Auditoria Independente a ser realizado pela Caixa Econômica Federal, mediante Inexigibilidade de Licitação". Outros documentos acostados ao feito (doc. 21425226, 21425228, 21609582 e 21638930), bem como o disposto no item 6.2 da cláusula terceira do TAC Comperj, indicam o serviço de auditoria como o objeto da contratação pretendida.

Considerando a taxatividade do art. 13, a licitação só seria inexigível para auditorias de cunho financeiro ou tributário (inciso III).

---

inexigibilidade de licitação. Ainda que devam ser analisadas individualmente, estará na conjugação de todos os elementos a caracterização que permitirá o enquadramento na hipótese de contratação direta. Um requisito é diretamente dependente do outro, de modo a que se completem com perfeição.
GARCIA, Flávio Amaral. Licitações e Contratos Administrativos: Casos e Polêmicas. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2018. p. 330.

[6] GARCIA, Flávio Amaral. *Ibidem*. p. 328.

110

Acontece que, a contratação objetiva avaliar o cumprimento de diversas obrigações previstas no TAC, cuja natureza não se limita aos aspectos financeiros e/ou tributários. Assim, em princípio, o caso concreto não parece se amoldar exclusivamente à hipótese de auditoria prevista no inciso III.

No entanto, a minuta de contrato apresentada (doc. 21425243) prevê como objeto do ajuste *"a prestação de serviços nas modalidades Assistência Técnica de engenharia e de aspectos sociais, Visitas/vistorias Técnicas e Prestação de Contas"*. Em igual sentido o item 1.1 da proposta de serviços encaminhada pela CEF:

> 1.1 Tendo em vista a Contratação de empresa especializada para realização de auditoria independente que deverá avaliar o cumprimento do disposto no Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ, o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, o Instituto Estadual do Meio Ambiente – INEA, e a empresa Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS, a CAIXA apresenta neste documento uma proposta precificada de prestação de serviços nas modalidades assistência técnica de engenharia, de aspectos sociais, visita/vistorias técnicas e prestação de contas, que contemplam grande parte da necessidade apresentada no referido TAC. (grifou-se)

Inclusive, no item 1.2 da referida proposta, a CEF deixa claro que:

> (...) a CAIXA não é uma empresa de auditoria ambiental, no entanto, possui experiência de anos no trato de diversas ações a serem auditadas conforme definido no TAC, considerando que, como Mandatária da União, atua em supervisão e controle de contratos de infraestrutura, saneamento, gerenciamento de obras, regularização fundiária, entre outros, inclusive com acompanhamento dos aspectos Sociais inerentes a estas ações, com vasto conhecimento em prestação de contas, movimentações bancárias, acompanhamento de obras, análise de produtos, compatibilização de peças técnicas, etc.

As atividades em questão parecem estar compreendidas nas hipóteses de pareceres e avaliações em geral (inc. II), assessoria técnica (inc. III, parte inicial) e auditoria financeira (apenas no que tange à prestação de contas – inc. III, parte final). Contudo, por não se tratar de matéria jurídica, faz-se necessário o esclarecimento quanto à natureza dos objetos pela área técnica competente, com vistas a confirmar o preenchimento deste requisito legal para o cabimento da inexigibilidade cogitada.

No que diz respeito ao segundo requisito dessa espécie de inexigibilidade (natureza singular do serviço), de acordo com a área técnica, a singularidade se justifica pela ausência de concorrentes aptos a prestar serviços tão diversos e especializados.

Sobre o tema, Flávio Amaral esclarece que a singularidade deve ser "*atributo especial do serviço, não guardando, portanto, qualquer relação imediata com o contratado*". Ademais, a singularidade do serviço não pressupõe que ele seja único, mas que ele fuja do comum, que não se enquadre nos padrões preconcebidos. Nas palavras do i. doutrinador:

> As características intrínsecas do objeto contratado não possibilitam sua comparação, eis que não se trata se um serviço-padrão ou, como se diz, "de prateleira", disponível no mercado.
> (...)
> Em suma: o serviço pode ser considerado singular quando suas características envolvam peculiaridades tais, que o tornem distinto dos realizados rotineiramente, a saber: quando refuja ao geral e costumeiro e se considere individualizada a tarefa de prestá-lo. **Singular não quer dizer único, mas invulgar e incomum**[7]. (grifou-se)

As obrigações previstas na minuta do contrato (doc. 21425243) demonstram a pluralidade e a especificidade das atividades que serão desempenhadas pela contratada. Tais atividades variam entre o acompanhamento de estudos hídricos, do Plano de Segurança Hídrica, de desapropriações, de licenças ambientais e a conferência do cumprimento das obrigações financeiras assumidas pela Petrobras no TAC Comperj.

De fato, o serviço prestado não se afigura típico, uma vez que exige domínio de temas ambientais, administrativos, financeiro e orçamentário, bem como um conhecimento prático de políticas públicas e de infraestrutura para o adequado desenvolvimento das ações pactuadas. Parece, portanto, caracterizada a singularidade do serviço almejado.

Por fim, a notória especialização, terceiro requisito para a inexigibilidade do art. 25, II, é conceituada pelo § 1º do mesmo dispositivo legal, como exposto a seguir:

> Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
> (...)
> § 1º **Considera-se notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que**

[7] GARCIA, Flávio Amaral. *Ibidem*. p. 328/329.

111

> **seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato**. (grifou-se)

A doutrina explica que a notória especialização é conceito jurídico indeterminado capaz de conferir certo grau de discricionariedade técnica ao gestor. Isso, contudo, não permite que a escolha seja feita de forma casuística, subjetiva ou informal. A reputação superior da contratada deve ter amparo em sua *expertise*, experiência e prática na prestação do serviço a ponto de lhe conferir reconhecimento e destaque no segmento em que atua[8].

Sobre a notória especialização da CEF, o Diretor Geral de Administração e Finanças (doc. 21639917) apresentou os seguintes argumentos:

> A CAIXA já possui em seus quadros profissionais que atendem as exigências necessárias impostas pelo TAC na grande maioria dos serviços, aliás, a forma empresarial que as estatais adotam são um instrumento em favor da realização das políticas públicas na realização de objetivos da Ordem Econômica Constitucional e, no caso da CAIXA, a atuação no desenvolvimento sustentável e como agente de políticas públicas está, inclusive, estreitamente vinculada ao seu objeto social e missão.
> (...)
> A natureza de Instituição Financeira Pública da CAIXA, principal parceira do governo na implementação de políticas públicas, muitas vezes, por disposição expressa de Lei, atesta a sua expertise incomparável na questão, considerando também sua vasta experiência nos diversos setores que atua. Exemplo disto, é a recente contratação da CAIXA pelo MAPA, publicado no DOU em 10 de novembro de 2020, **por inexigibilidade**, para a prestação de diversos serviços oferecidos pelo produto CAIXA POLÍTICAS PÚBLICAS.

Também foram acostados ao feito documentos que relatam a vivência da CEF em situações similares a deste caso concreto, com referência a contratos por ela executados (docs. 21425239, 21425241 e 21425242). Os documentos citados, bem como o ETP e o TR também mencionam a credibilidade da CEF junto ao TCU e a Controladoria Geral da União – CGU.

Assim, entende-se demonstrada a notória especialização da CEF. Sem embargo, sugere-se a exigência da apresentação da qualificação profissional da equipe

[8] *A notória especialização pressupõe reputação e habilitação superiores, que objetivamente transcendem a pura imputação da Administração Pública e que autorizam o profissional a receber o timbre da notória especialização.*
GARCIA, Flávio Amaral. *Ibidem*. p. 328

técnica da contratada que será responsável pelas atividades pactuadas. Isso porque os profissionais que desempenharão pessoalmente os serviços também devem ser notoriamente especializados. Nesse sentido:

> (...) o ideal é que a equipe técnica seja apresentada antes da celebração do contrato, com o fito de verificar a experiência pessoal dos profissionais que serão alocados ao projeto. Enfim, tratando-se de serviço técnico profissional especializado, deve o contratado garantir que os integrantes do seu corpo técnico realizarão pessoal e diretamente os serviços objeto do contrato, conforme estatui o art. 13, §3°, da Lei 8.666/93.[9]

Por todo o exposto, conclui-se que, no caso concreto, a contratação direta com substrato no art. 25, II, da Lei nº 8.666/93 está condicionada à demonstração do enquadramento dos objetos do contrato à alguma(s) da(s) hipóteses do art. 13 da mesma lei e à apresentação de documentos probatórios da notória qualificação e especialização da equipe da CEF.

II.4 – DA FASE PREPARATÓRIA DA CONTRATAÇÃO – DECRETO ESTADUAL Nº 46.642/2019

Por se tratar de serviço singular, a verificação da adequação do preço deve ser justificada "*considerando os valores cobrados pelo próprio proponente em outros ajustes cujo objeto seja semelhante*"[10].

Embora tenham sido acostadas cópias de contratos da CEF como parâmetro para a comparação dos preços por ela já cobrados com aqueles ora propostos, não foi localizada a justificativa administrativa que ateste a economicidade da contratação com base no cotejo entre os contratos de referência e a proposta apresentada para essa contratação (doc. 21425230).

No que tange à disponibilidade orçamentária mencionada no doc. 21586880, não foi localizado nos autos documento que a comprove, o que deverá ser providenciado para a devida instrução processual.

Por fim, orienta-se que sejam observadas as novas diretrizes fixadas no Decreto nº 47.588/2021[11] para os processos de contratações na Administração Pública durante o período de calamidade pública, bem como que seja preenchido e acostado ao

---

[9] GARCIA, Flávio Amaral. *Ibidem*. p. 330.
[10] GARCIA, Flávio Amaral. *Ibidem*. p. 329.
[11] Registra-se, inclusive, que o referido ato normativo regulamentar revogou os Decretos nºs 46.993/2020 e 47.242/2020, bem como da Resolução SEPLAG nº 20, de 08 de setembro de 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 112 RJ

feito o *checklist* para contratação direta, disponibilizado no sítio eletrônico da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro – PGE[12].

Caso não seja possível cumprir alguma das condições elencadas no *checklist*, deve ser apresentada justificativa específica para motivar o descumprimento da formalidade.

II.5 – DO TERMO DE REFERÊNCIA

O Termo de Referência é instrumento de índole técnica destinado à especificação dos serviços a serem contratados e, por essa razão, não compete a esta Assjur examinar o seu conteúdo. Apesar disso, alguns apontamentos de cunho jurídico-formal são pertinentes.

Cabe orientar os setores responsáveis pela elaboração do TR a conferência da compatibilidade de sua redação com o texto da minuta de contrato, assegurando a coerência entre as disposições dos instrumentos relevantes para a contratação.

No que diz respeito ao TR anexado ao feito (doc. 21425228), observa-se que, de modo geral, ele cumpre a função de expor a justificativa da necessidade da contratação, as obrigações das partes e descreve o objeto da contratação.

Porém, dois pontos relevantes merecem destaque.

O primeiro reside na menção à apresentação/qualificação da equipe de auditoria (item 5.1) sem haver, contudo, qualquer detalhamento dos documentos necessários para a comprovação da especialização desses profissionais. A omissão deste ponto acarreta insegurança jurídica às partes contratantes e prejudica o controle da juridicidade da contratação direta, pautada justamente na especialização dos serviços técnicos profissionais contratados. Sugere-se, portanto, a complementação do item em questão.

O segundo pronto se refere à carência de informações sobre como se dará o acesso da CEF a toda a documentação a ser por ela analisada. O esclarecimento prévio

[12] PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em < https://pge.rj.gov.br/entendimentos/manuais >. Acesso em 17 de setembro de 2021.

sobre esse ponto orienta os trabalhos da contratada e, ao menos em tese, contribui para o cumprimento do prazo de execução fixado no TR.

II. 6 – DA MINUTA DO CONTRATO

Quanto à forma e ao conteúdo da minuta, a PGE-RJ elaborou, em consonância com o art. 55[13] e demais normas acerca dos contratos administrativos previstas na Lei Federal nº 8.666/93, minuta-padrão de contrato de prestação de serviço, disponibilizada em seu sítio eletrônico.

A obediência ao modelo padrão da PGE, com as devidas adequações e sem descaracterizar as peculiaridades de cada avença, torna desnecessária a remessa do feito ao referido órgão central do Sistema Jurídico Estadual, dado o não enquadramento da hipótese no disposto no inciso IV, do art. 4º, do Decreto Estadual nº 40.500/07[14].

Nesse sentido, recomenda-se a adequação da minuta acostada a este feito (doc. 21425243) à minuta-padrão da PGE anexada a este parecer.

Destaca-se, ainda, que o item 8 do TR prevê o Acordo de Nível de Serviço – ANS como instrumento responsável pelo "*estabelecimento de níveis mínimos de serviço a serem prestados pelos contratados* ", de modo que se "*possibilite à Administração verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades*

---

[13] Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:
I - o objeto e seus elementos característicos;
II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
VIII - os casos de rescisão;
IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

[14] Art. 4º - Compete aos órgãos locais e setoriais do sistema jurídico do Estado:
(...)
IV - encaminhar previamente à Procuradoria Geral do Estado as minutas de editais, contratos, convênios, ajustes e acordos, inclusive de natureza trabalhista, que disponham diversamente de padronização estabelecida por ato do Procurador-Geral do Estado, explicitando as dúvidas ou divergências e destacando as alterações promovidas.

113

exigidas e adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos", como prevê o art. 2º da Resolução Seplag nº 843/2012.

Todavia, a minuta do contrato não faz qualquer menção ao ANS, como determina o Enunciado nº 34 da PGE:

> Enunciado n.º 34 - PGE: Acordo de Níveis de Serviço
> 1 – O Acordo de Níveis de Serviço – ANS é o instrumento de verificação dos padrões mínimos de qualidade e eficiência dos serviços prestados pelo Contratado, de forma a permitir à Administração Pública a fiscalização e a supervisão dos serviços na execução dos contratos.
> 2 – **O ANS integra o instrumento convocatório e o contrato, podendo ser previsto no Termo de Referência**.
> 3 – O ANS deve prever metas e critérios objetivos de aferição e mensuração dos resultados, quantidade e qualidade da prestação dos serviços, de forma clara e concreta, contendo, especialmente, os indicadores e os instrumentos de medição que serão adotados.
> 4- Em razão do não atendimento às metas e critérios definidos no ANS, o valor da remuneração do Contratado poderá sofrer deduções, devendo ser proporcional à aferição realizada, independentemente da aplicação das penalidades administrativas, decorrentes da inexecução parcial ou total dos serviços contratados.
> (Ref. Pareceres nºs. 28/2012 – APCBCA; 43/2014- HGA; 13/2015 – RCG; 28/2015 – RCG; 33/2015 – RCG;47/2015 – HGA).
> Publicado: DO I, 04 de maio de 2016 Pág 22. (grifou-se)

Assim, faz-se necessária a inclusão de cláusula contratual dispondo sobre o ANS em consonância com item 8 do TR.

Por se tratar de inexigibilidade calcada em notória especialização da contratada, a subcontratação deve ser vedada (art. 13, §3º, da Lei 8.666/93), razão pela qual se orienta a inclusão de cláusula expressa nesse sentido[15].

III – CONCLUSÃO

Por todo o exposto, estritamente sob o aspecto jurídico, com fulcro em tudo o quanto consta neste processo administrativo e com base na presunção de veracidade, legitimidade e legalidade de que gozam os atos administrativos e pelos quais respondem

[15] (...) *afinal, se o móvel da contratação é a busca por profissional notoriamente especializado – que pressupõe como um dos requisitos uma equipe técnica dotada de expertise naquela atividade –, não faz o menor sentido admitir que outros profissionais sejam subcontratados para executar o objeto do ajuste, o que encontra respaldo no próprio art. 13, §3º, da Lei 8.666/93.*
GARCIA, Flávio Amaral. *Ibidem*. p. 330.

os seus respectivos emissores, não se vislumbra óbice jurídico à contratação pretendida, concretizada com fulcro no art. 25, II, da Lei nº 8.666/93, desde que atendidas as recomendações registradas neste parecer, abaixo sintetizadas:

i) que seja esclarecida a natureza dos objetos da contratação pela área técnica competente para a confirmação da subsunção a alguma(s) da(s) hipóteses previstas no art. 13 da Lei nº 8.666/93, consideradas as ponderações jurídicas apresentadas no tópico II.3 deste parecer;

ii) que sejam demonstrados os documentos probatórios da notória qualificação profissional da equipe técnica da CEF que será responsável pelas atividades pactuadas;

iii) que sejam juntados os documentos de habilitação da CEF (art. 27 e ss da Lei nº 8.666/93);

iv) que seja apresentada pela autoridade competente a justificativa do preço tendo por base a comparação dos preços apresentados pela CEF com os valores por ela mesma cobrados em outros contratos similares;

v) que seja juntado documento que ateste a disponibilidade financeira;

vi) que se anexe aos autos o *checklist* para contratação direta, disponibilizado no sítio eletrônico da PGE, devidamente preenchido;

vii) que o TR seja complementado conforme orientações expostas no tópico II.5 desta manifestação jurídica; e

viii) que a minuta apresentada seja adaptada para guardar compatibilidade com a minuta-padrão da PGE e para incluir cláusulas referentes ao ANS e à vedação da subcontratação.

À consideração superior.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2021

MARIANA SILVA MAIER HAGE
Assessora Jurídica
Assjur/Seas

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL. 114
RJ

VISTO

À Subsecretaria Executiva - Subexe,

De acordo. Aprovo o Parecer nº 15/2021 – MSMH – ASSJUR/SEAS, que concluiu pela ausência de óbice jurídico à contratação pretendida, com fulcro no art. 25, II, da Lei Federal nº 8.666/93, desde que acatadas as orientações apontadas no pronunciamento.

Após as adequações sugeridas, retornem os autos a esta Assjur para exame da minuta do contrato e manifestação conclusiva sobre o adequado reforço da instrução processual.

Em prosseguimento, para providências cabíveis.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2021

LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA
Procurador do Estado
Assessor Chefe - Assjur/Seas

CAIXA

115

Parecer para contratação do CAIXA Políticas Públicas por inexigibilidade de processo licitatório

Considerando o disposto na Lei 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, define em seu Art. 25 a inexigibilidade para *"contratação de serviços técnicos [...] de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização"* e considera em seu Art. 13 como *"serviços técnicos profissionais especializados"* os estudos técnicos, planejamentos, assessorias ou consultorias técnicas e fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços.

A ausência de concorrentes com a experiência técnica e a capilaridade que a Caixa possui para atendimento com qualidade e celeridade às demandas do Município de Cardeal da Silva respalda a contratação por inexigibilidade de licitação.

Dessa forma, percebe-se que há notório respaldo no ordenamento jurídico para a atuação das instituições financeiras federais voltada aos serviços de Análise de Projetos, Acompanhamento de Obras e Prestação de Contas referentes ao Produto Caixa Gestão e Fomento à Políticas Públicas.

Aliás, a forma empresarial que as estatais adotam são um instrumento em favor da realização das políticas públicas na realização de objetivos da Ordem Econômica Constitucional e, **no caso da CAIXA, a atuação no desenvolvimento sustentável e como agente de políticas públicas está, inclusive, estreitamente vinculada ao seu objeto social e missão.**

> *Missão: ATUAR NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PAÍS, COMO INSTITUIÇÃO FINANCEIRA,* ***AGENTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PARCEIRA ESTRATÉGICA DO ESTADO BRASILEIRO***

Desse modo, o posicionamento do Jurídico da CAIXA é no sentido da possibilidade de contratação direta da CAIXA por Dispensa de licitação para a prestação dos serviços mencionados de Assessoramento técnico a Gestão e Fomento de Políticas Públicas.

Tais concepções nas contratações da CAIXA enquanto agente financeiro, como banco oficial, prevalecem inclusive à luz dos órgãos fiscalizadores a exemplo das

contratações relativas à sua atuação como gestora de folhas de pagamento de entes federativos - Acórdão TCU nº 1940/15, que foi exarado no TC 033.466/2013-0:

> *"Ao analisar* ***a história das instituições financeiras Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal,*** *qualificadas como sociedade de economia mista e empresa pública,* ***verifica-se que atuam, imemorialmente, como entidades devotadas à finalidade de dar suporte a atividades de interesse público e a programas governamentais,*** *a par do desempenho de atividades econômicas. Essa antiquíssima atuação, na gestão da folha de pagamentos do setor público, advém, muito provavelmente, do primeiro momento em que ingressaram no mercado,* ***como instituição principal de suporte à atividade pública.***
>
> *(...)****Não me convencem os argumentos de que as atividades exercidas por tais entidades seriam impermeáveis ao permissivo do art. 24, VIII, da Lei das Licitações e Contratos, decorrente do art. 37, XXI, da CF, em confronto com as regrasde livre mercado de grau superior. Tais instituições financeiras visivelmente exercem atividades diversas, ora classificáveis como atividades econômicas, ora atividades de suporte às ações estatais****.*
>
> *(...)* ***Relevante também mencionar, nos termos do citado inciso VIII do art. 24 da Lei de Licitações e Contratos, tais entidades bancárias foram ontologicamente incumbidas de prestar suporte à Administração Pública****, mesmo quando o potencial das folhas de pagamento não tinha sido apreciado e era desprezado pelo setor bancário privado.*
>
> ***E isso ocorre desde a constituição dessas entidades, criadas com a finalidade específica de prestar serviços para a Administração Pública, a quem sempre se acharam vinculadas.*** *E no seu rol de atividades, insere-se* ***tácita ou taxativamente*** *a prestação dos serviços de pagamento dos servidores,* ***o que atende o permissivo do inciso VIII do art. 24 do Diploma Legal de Licitações e Contratos****."*
>
> Tal entendimento, da mesma forma que se dá em relação à gestão da folha de pagamentos, deve ser considerado quanto à atuação da CAIXA como banco oficial, conforme definido pelo Decreto 9.036/2017, Lei nº 13.334/2016 e Lei nº 13.303/2016

Assim, considerando os fundamentos apresentados com base no ordenamento jurídico vigente e à luz do entendimento de órgão fiscalizador, a prestação dos serviços em

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 116 RJ

epígrafe pela CAIXA dispensa licitação, representando uma prerrogativa no pleno exercício do Poder Público.

Em relação à prestação de serviços pela CAIXA sem licitação, frisa-se que desde 1996, esta Instituição atua como mandatária na transferência de recursos do Orçamento Geral da União – OGU aos entes federados **sempre contratada por dispensa de licitação ou inexigibilidade pelo Ministérios,** conforme volume de operações abaixo:

Tabela 01 – Carteira Atual em Andamento de Operações de Repasse (Recursos OGU) – Brasil

Quantidade	Valor de Repasse	Valor de Investimento
34.891	R$ 72,25 bilhões	R$ 85,61 bilhões

Neste aspecto, outra questão a ser destacada **é a hipótese de inexigibilidade de contratação à prestação de serviços pela CAIXA, de acordo com a dicção do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93 que prevê contratação sem licitação de serviços técnicos singulares, por empresas com notória especialização.**

É aplicável a inexigibilidade, considerando a natureza singular dos serviços de Assessoria Técnica referentes ao Produto Caixa Gestão e Fomento à Políticas Públicas., pois é patente que o serviço envolve conhecimentos de diversas áreas específicas. Ou seja, a contratação pretendida exige serviço técnico especializado, não podendo ser executado por qualquer profissional de todas as áreas envolvidas - fazendo-se necessária habilitação adequada, devidamente comprovada, como ocorre com a CAIXA.

Percebe-se que, em regra, os Municípios e Estados possuem profissionais técnicos, porém não contam com a expertise aprofundada em conduzir processos semelhantes e em escala.

Ademais, os entes federados esbarram nos limites de pessoal impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal que tornam mais difíceis a contração de servidores novos e diversos com a qualificação técnica necessária para o desenvolvimento do serviço.

Consideradas as particularidades, resta evidenciada a singularidade do objeto da prestação dos serviços, na medida em que se trata de Assessoramento Técnico a Entes Públicos.

Caracterizada a singularidade do objeto, verifica-se também a notória especialização da CAIXA nos termos do art. 25 da Lei nº 8.666/93, a saber:

> *"§ 1º **Considera-se notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato."***

A natureza de Instituição Financeira Pública da CAIXA, principal parceira do governo na implementação de políticas públicas, muitas vezes, por disposição expressa de Lei, atesta a sua expertise incomparável na questão, considerando também sua vasta experiências nos diversos setores que atua.

Neste sentido, ressalta-se sua atuação, além de mandatária no repasse dos recursos OGU supracitada, também como Agente Financeiro nos empréstimos a financiamentos a empreendimentos voltados à infraestrutura urbana, rural e social, intermediando recursos de diversas fontes, tais como: FGTS, FAT, FAR, KFW – Kreditanstalt für Wiederaufbau, AFD – Agência Francesa de Desenvolvimento, BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, conforme volume de operações abaixo:

Tabela 02 – Carteira Atual em Andamento de Operações de Financiamento – Brasil

Quantidade	Valor de Repasse	Valor de Investimento
3.651	R$ 123,71 bilhões	R$ 184,11 bilhões

A CAIXA possui estrutura física inquestionável, dispondo de uma rede que alcança praticamente todo o país. É de conhecimento pleno da sociedade brasileira o potencial de alcance da CAIXA, além da qualidade técnica do seu corpo funcional, que abarca profissionais das mais diversas áreas de formação e atuação, de tal modo que não se compara a demais instituições existentes no mercado.

Sobre o tema, já se encontra pacificado no TCU – Tribunal de Contas da União:

> ***"A inviabilidade de competição para a contratação de serviços, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/93, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico***

especializado, entre os mencionados da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado."
Súmula 252, Tribunal de Contras da União

"***A inexigibilidade de licitação para contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se trata de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção de executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação****, nos termos do artigo 25, incido II da Lei 8.666/93." Súmula 39 do tribunal de Contas da União*

Neste diapasão, têm-se configuradas tanto a natureza singular do serviçotécnico especializado como a notória especialização da CAIXA no setor, como se verifica de maneira mais detalhada na experiência, qualificação e capacidade técnica apresentadasa seguir.

Impende registrar os fundamentos levantados pela doutrina pátria, que evidenciam que, **quando houver explícita frustração do correto alcance do bem jurídico a que se quer tutelar com a prestação do serviço, sendo mais desvantajosa – sob os aspectos econômicos, jurídicos e sociais - a abertura de procedimento licitatório, tem-se a justificativa da contratação direta**. Nas palavras de Marçal Justen Filho:

"... em suma: ***sempre que se possa detectar uma induvidosa e objetiva contradição entre o atendimento a uma finalidade jurídica que incumba à Administração perseguir para bom cumprimento de seus misteres e realização de certame licitatório****, porque este frustraria o correto alcance do bem jurídico posto sob sua cura,* ***ter-se-á de concluir que está ausente o pressuposto jurídico da licitação e, se esta não for dispensável com base em um dos incisos do art. 24, deverá ser havida como excluída com supedâneo no art. 25, caput****."*[1]

1.1. Experiência - Qualificação – Capacidade Técnica → CAIXA

[1] *(sem grifo no original) (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Dialética, 2012, p. 505)*

Desde sua criação, em 1861, a CAIXA mantém-se firme em sua visão de ser mais que um banco, atuando como uma instituição financeira presente no dia a dia de milhões de brasileiros, tanto na prestação de serviços bancários quanto na operação de iniciativas do Governo Federal, em setores como infraestrutura, habitação, saneamento básico, programas sociais e de transferência de renda. Essa orientação estratégica,somada a iniciativas nas áreas artística, cultural, educacional e desportiva, permite à CAIXAcontribuir para o desenvolvimento do Brasil e para a melhoria da qualidade de vida e da inclusão social dos seus cidadãos.

A CAIXA mantém linhas específicas para os segmentos de saneamento e infraestrutura, dando apoio a projetos que contribuam para o desenvolvimento do País. Possui reconhecida expertise em operações estruturadas de crédito, detendo uma carteira ativa superior a R$ 120 bilhões contratados, operacionalizados com diversas fontes de recursos (CAIXA, FGTS, BNDES, FMM, FDNE, FDCO, FDA). Somente em 2016, desembolsou R$ 12,1 bilhões em 64 contratações de financiamento para obras de saneamento e infraestrutura.

Essa carteira é composta por mais de 3 mil contratos de longo prazo firmados com os setores público e privado, distribuídos nos segmentos de Saneamento, Energia, Mobilidade Urbana, Logística, Indústria Naval, entre outros. No setor de Saneamento a carteira ativa soma aproximadamente R$ 33 bilhões em financiamento.

Diversas dessas operações tratam de financiamentos para execução de empreendimentos vinculados a contratos de Concessões e Parcerias Público-Privadas.

Essas operações possuem uma estrutura complexa, o que requer uma análise pormenorizada de inúmeras vertentes do projeto. Para a CAIXA é fundamental garantir uma baixa inadimplência da carteira, e a análise criteriosa da viabilidade dessas operações, sob todos seus aspectos, tem garantido o alcance desse resultado positivo.

1.2. Expertise na Análise de Projetos Complexos

Conforme exposto, o portfólio da CAIXA engloba grandes empreendimentos de infraestrutura do Brasil, nos mais diversos setores.

A complexidade na análise dessas operações demanda conhecimento e expertise muito especializada desenvolvida ao longo das últimas décadas pelas equipes técnicas da CAIXA.

Em operações deste porte, áreas especializadas são demandadas, e, após análise, consolidam seus estudos em Pareceres Técnicos.

O portfólio de projetos de grande porte analisados pela CAIXA, incluindo as análises dos aspectos de engenharia, jurídico, socioambientais e de viabilidade econômico-financeira, é extenso. Em seguida destacamos alguns para cada setor:

Energia

- Usina Hidrelétrica Belo Monte (R$ 28,8 bilhões);
- Usina Hidrelétrica Jirau (R$ 15,7 bilhões);
- Usina Hidrelétrica Santo Antônio (R$ 15,1 bilhões);
- 1º Bipolo de Transmissão de Energia de Belo Monte (R$ 5,5 bilhões).

Rodovias

- Rodovia BR-163 MS (R$ 3,4 bilhões);
- Rodovia BR-050 MG/GO (R$ 1,5 bilhão).

Aeroportos

- Aeroporto de Guarulhos - São Paulo (R$ 5,0 bilhões);
- Aeroporto JK - Brasília (R$ 1,4 bilhão).

Saneamento

- Sistema Produtor São Lourenço - SP (R$ 2,6 bilhões);
- Abastecimento de Água para os Municípios da Baixada Fluminense - RJ (R$ 3,37 bilhões);
- Esgotamento Sanitário da Região Metropolitana de Recife - PE (R$ 930 milhões).

Mobilidade Urbana

- Material Rodante e Sistemas do Metrô Linha 4 do RJ (R$ 1 bilhão).

A atuação da CAIXA compreende o assessoramento à estruturação da operação com integração de análises de modelagem econômico-financeira, estrutura de garantias, risco do tomador e da operação, estrutura jurídica das empresas e contratos, adequação técnica de engenharia e socioambiental.

1.3. Experiência de Atuação no Setor Infraestrutura Viária

Em relação ao segmento de infraestrutura viária destaca-se a atuação da CAIXA em aproximadamente 600 operações de financiamento e de carta de crédito abarcando:

- mobilidade urbana (acessibilidade viária; interligação; anel viário, pontes e/ou viadutos);
- qualificação e requalificação de vias públicas/rodovias (desapropriação);
- pavimentação e recapeamento de vias públicas e rodovias;
- aquisição de equipamentos rodoviários, etc.

O volume total de investimentos destas operações neste setor é de, aproximadamente, R$ 13 bilhões, que equivalem à análise de investimentos em execução de infraestrutura, construção e restauração de vias públicas em todo o Brasil.

Na Bahia, o volume de investimentos, que perfazem cerca de 30 operações naquele Estado, é da ordem de R$ 500 milhões.

1.4. Histórico e Qualificação na Prestação de Serviços em PPP

A notória expertise da CAIXA nas análises dos aspectos de Engenharia, Jurídico, Socioambiental e Viabilidade econômico-financeira, conferiram à CAIXA a oportunidade de participar de projeto de PPP emblemático.

A Parceria Público-Privada do Complexo Datacenter da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil é a primeira e única PPP do Governo Federal contratada desde a publicação da Lei n.º 11.079/04.

Com operação iniciada em março de 2013, este projeto possui, em sua trajetória, vários elementos relevantes para insumos em iniciativas futuras.

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 119 RJ

Esta foi a primeira PPP realizada no âmbito do Governo Federal, e a CAIXA foi responsável pela estruturação completa do projeto.

Destaca-se, também, a atuação da CAIXA como Gestor e Agente Operador exclusivo do FEP CAIXA – Fundo de Estruturação de Projetos, conforme Decreto nº 9.217/2017. Este fundo, regulamentado pela Lei Federal 13.529/17, foi criado com a finalidade exclusiva de custear serviços técnicos profissionais especializados, com vistas a apoiar a estruturação e o desenvolvimento de projetos de concessão e parcerias público-privadas de interesse dos entes nacionais e subnacionais.

A CAIXA é a instituição financeira escolhida como agente administradora do fundo, e a única contratada para prestar o serviço de assessoramento técnico aos entes beneficiados.

Além de ser administradora do fundo, **a inequívoca expertise da CAIXA culminou em sua contratação pelo FEP CAIXA para prestar o serviço de assessoramento técnico aos municípios contratantes do fundo** - Importante destacar que a própria lei dispensa a licitação para contratação do FEP CAIXA pelo município.

A CAIXA atua em 19 projetos em andamento de Assessoramento à Estruturação de PPP, como parceira estratégica do Governo para promover o desenvolvimento sustentável dos Municípios e Estados brasileiros por meio da integração de políticas públicas e investimento do setor privado, **seja mediante FEP ou sem contar com esse Fundo.**

Para estruturação de projetos de PPP, a CAIXA possui consolidada experiência nas atividades de Assessoramento Técnico, segregadas em 4 (quatro) fases:

- **Fase 1: Avaliação do Projeto,** que abarcará os serviços de Diagnóstico da Situação Operacional; Diagnóstico da Situação Fiscal; Diagnóstico da Situação Legal; Plano de Comunicação, Transparência e Engajamento de Stakeholders; Estudos Socioambientais; Estudos de Engenharia e Afins; Estudos de Interesse de Mercado e Estudos de demanda pelos Serviços; Estudos de Modelagem Econômica e Financeira; Outros Pontos Relevantes; Relatório Final Consolidado;
- **Fase 2: Estruturação do contrato,** constituída pelas seguintes atividades: Estudos de Indicadores de Desempenho; Estudos de Mecanismos de Garantia; Modelagem Jurídica; Estabelecimento de Mecanismos de

Resolução de Conflito; Kit de contratação do concessionário e TR do Verificador Independente;

- **Fase 3: Validação externa,** correspondente à consultoria técnica ao ente público, serviço que confere auxílio na realização de eventos referentes à consulta pública, revisão de documentos de licitação e relatório final de conclusão da fase;
- **Fase 4: Licitação,** correspondente à consultoria técnica de engenharia, jurídico, socioambiental e econômico-financeiro validando Edital, junto à Comissão responsável pela Licitação do ente público.

Para análise da viabilidade da PPP são assentes os pilares: Jurídico, Engenharia, Socioambiental e Econômico-financeira. A experiência na elaboração e análise de todos os produtos é fator fundamental para o sucesso dessas operações.

A CAIXA atua diligentemente em apoio integral aos municípios e estados, participa das atividades e reuniões concernentes ao serviço, garantindo amparo ao ente federado em cada etapa do processo.

Na prática, são empregados efetivamente no serviço de assessoramento os conhecimentos adquiridos com a ampla atuação em operações estruturadas, comuns às características de complexidade e especificidade presentes na estruturação de projetos, que justificam a contratação do serviço.

Ademais, a CAIXA conta com a colaboração de consultores externos para determinadas análises e execução de alguns serviços específicos que integram partes dos estudos, tendo em vista a complexidade das tarefas para a estruturação de uma concessão que inviabilizam a execução integral de todos os serviços, que demandam determinada especialização.

A CAIXA possui expertise na supervisão das consultorias que colaboram com esses estudos. Atua de modo relevante, a partir de seu corpo técnico qualificado, no gerenciamento dos serviços prestados, avaliação e consolidação dos dados, coordenação e validação de documentos técnicos produzidos por consultores especializados.

A integridade técnica do projeto é garantida pela CAIXA, responsável por obter os insumos técnicos necessários de seu corpo funcional com subsídios de consultorias especialistas, conduzindo a estruturação de projetos de parceria público-privada, objeto fim do assessoramento prestado.

FL. 120

A CAIXA tem papel fundamental para a estruturação da PPP, na medida em que seria inviável e demasiadamente onerosa a contratação das diversas consultorias pelo próprio ente federado, sob o risco de se desvirtuar o próprio objeto consubstanciado no Assessoramento Técnico e comprometer os estudos de viabilidade, dada a complexidade e expertise necessária para esse tipo de projeto.

O Assessoramento Técnico tem como escopo justamente viabilizar os Projetos de Concessões, Parcerias Público-Privadas e Desestatizações através da oferta de um serviço que engloba desde os estudos preliminares até a contratação do Concessionário pelo Ente público, sendo essencial para o êxito da PPP.

Segundo posicionamento consolidado do TCU (Acórdão 3776/2017), quando da inviabilidade técnico-econômica da execução integral do objeto, verifica-se pertinente a contratação de assessoramento com auxílio de prestação de serviços especializados para permitir a integralidade do projeto.

O assessoramento oferecido pela CAIXA, com sua expertise no setor e na condução de consultorias especializadas, permite a melhor adequação à realidade mercadológica, onde serviços complexos demandam multiplicidades de atividades.

1.5. Qualificação Profissional e Capacidade Técnica

A CAIXA conta com mais de 4.000 empregados atuando nas unidades responsáveis pela análise e gerenciamento das operações de financiamento em todas as etapas, passando pelas áreas técnicas de engenharia, socioambiental, modelagem econômico-financeira, jurídica e risco.

Esses empregados estão alocados na Matriz e em unidades técnicas especializadas situadas em todos os estados brasileiros, atendendo aos 5.570 municípios.

Destaca-se ainda que o corpo funcional especializado da CAIXA e multidisciplinar possui cerca de 2.000 engenheiros/arquitetos, 900 advogados e 250 técnicos de projetos sociais, distribuídos por todo o país.

Há destinação de empregados com dedicação exclusiva à área de Governo, para apoio e assistência técnica aos entes federados, na prestação de serviços voltados à gestão pública, destacando-se a especialidade do corpo funcional da CAIXA em:

- conhecimento de regras dos Programas de Governo e legislação pertinente;
- domínio completo na operacionalização da plataforma + Brasil (antigo SICONV)
- assistência técnica qualificada de gestão de obras e/serviços e aquisição de máquinas e equipamentos, com dedicação exclusiva de representante(s) da CAIXA ao município/estado;
- gestão do SINAPI que passou a ser referência em custos nas análises técnicas de obras públicas;
- adequação técnica à diversidade de programas e complexidade dos projetos de governo.

Denota-se, assim, a inquestionável singularidade da CAIXA como instituição financeira que está presente em todo o território nacional, acumulando como nenhuma outra, a cada projeto iniciado, conhecimentos únicos em parcerias público-privadas, e aplicando sua expertise multidisciplinar para um assessoramento seguro e confiável.

A atuação desses profissionais ao longo do tempo e com tal diversidade de projetos, conforme supracitado, confere inegavelmente à CAIXA uma posição diferenciada e sofisticada em relação a qualquer outra instituição financeira do país para prestar o serviço com a notória complexidade da Assessoria Técnica Referente ao Produto CAIXA Gestão e Fomento à Políticas Públicas.

CAIXA

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 721 RJ

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF, inscrita sob o CNPJ nº 00.0360.305/0001-04, instituição financeira sob a forma de empresa pública, de natureza jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada ao Ministério da Economia, situada no SBS, quadra 4, lotes 3/4, Brasília/DF, por meio da Superintendência Nacional de Serviços Governo, para fins de instrução e composição de processos de contratação para atuação no produto CAIXA Políticas Públicas, declara que, enquanto instituição financeira e agente de políticas públicas do estado brasileiro, possui capacidade técnica de atendimento, com capilaridade e estrutura corporativa adequada à prestação de serviço para demandas em qualquer localidade do território nacional, tendo ao menos uma representação em cada Unidade Federativa.

A estrutura corporativa da empresa possui, no âmbito de sua Matriz, superintendências e gerências nacionais dedicadas à gestão, controle, acompanhamento, análise de escopo e negociações dos serviços de assistência técnica em políticas públicas prestados pela CAIXA. No âmbito regional, possui 72 unidades com equipes multidisciplinares dedicadas à prestação de serviços de assessoramento, consultoria e assistência técnica em políticas públicas, sendo 502 engenheiros, 162 arquitetos, 78 técnicos sociais e 829 técnicos operacionais, com notório saber técnico e acadêmico nas áreas infraestrutura urbana, saneamento, habitação, gestão operacional de processos e demais assuntos afetos à implementação de políticas públicas.

A CAIXA atua há mais de 20 anos como Mandatária da União na operacionalização de contratos de repasse e termos de compromisso do Orçamento Geral da União, foram mais de 257 mil contratos de repasse, totalizando R$ 190 bilhões de reais, operacionalizados pela CAIXA ao longo desses anos.

Atualmente, possui Contrato de Prestação de Serviços com 16 ministérios e/ou órgãos da Administração Pública, na qualidade de mandatária da União e prestadora de serviços, acompanhando, atualmente, um volume de mais de 35 mil contratos que totalizam em torno de R$ 176 bilhões em recursos do OGU – Orçamento Geral da União e de Financiamento (FGTS e outras fontes).

CAIXA

Por fim, conforme inciso XIX do Art. 5º de seu Estatuto, a CAIXA tem por objeto social, dentre outros, "prestar serviços de assessoria, consultoria, administração e gerenciamento de atividades econômicas, de políticas públicas, de previdência e de outras matérias relacionadas a sua área de atuação, diretamente ou mediante convênio ou consórcio com órgãos, entidades ou empresas".

ALEXANDRE HONORIO CAYRES:61991767153

Assinado de forma digital por ALEXANDRE HONORIO CAYRES:61991767153
Dados: 2020.08.20 11:01:29 -03'00'

Alexandre Honório Cayres
Superintendente Nacional
SN Serviços Governo

122

SUBSÍDIOS PARA CONTRATAÇÃO DA CAIXA

1. INTRODUÇÃO

O Programa CAIXA POLÍTICAS PÚBLICAS tem por objetivo apoiar a implementação de Políticas Públicas por meio da prestação de serviços de análise, acompanhamento, assistência técnica, assessoria e consultoria, relacionados às atividades de engenharia, arquitetura, trabalho social e operacional.

Para subsidiar a contratação da CAIXA, seguem informações sobre a experiência, qualificação e capacidade técnica, bem como fundamentaçãojurídica para sua contratação por dispensa ou inexigibilidade de licitação.

2. EXPERIÊNCIA - QUALIFICAÇÃO - CAPACIDADE TÉCNICA

Desde sua criação, em 1861, a CAIXA mantém-se firme em sua visão de ser mais que um banco, atuando como uma instituição financeira presente no dia a dia de milhões de brasileiros, tanto na prestação de serviços bancários quanto na operação de iniciativas do Governo Federal, em setores como infraestrutura, habitação, saneamento básico, programas sociais e de transferência de renda. Essa orientação estratégica, somada a iniciativas nas áreas artística, cultural, educacional e desportiva, permite à CAIXA contribuir para o desenvolvimento do Brasil e para a melhoria da qualidade de vida e da inclusão social dos seus cidadãos.

2.1 Análise e acompanhamento de obras públicas

No financiamento, a CAIXA mantém linhas específicas para os segmentos de saneamento e infraestrutura, dando apoio a projetos que contribuam para o desenvolvimento do País. Possui reconhecida expertise em operações estruturadas de crédito, detendo uma carteira ativa superior a R$ 128,4 bilhões contratados, operacionalizados com diversas fontes de recursos (CAIXA/FINISA, FGTS, BNDES, FMM, FDNE, FDCO, FDA, AFD, BID).



Figura 1 – Carteira Ativa 1º tri 2019. Fonte: CAIXA, 2019.

Essa carteira é composta por mais de 3 mil contratos de longo prazo firmados com os setores público e privado, tanto municípios e suas companhias, quanto estados, companhias estaduais e União.

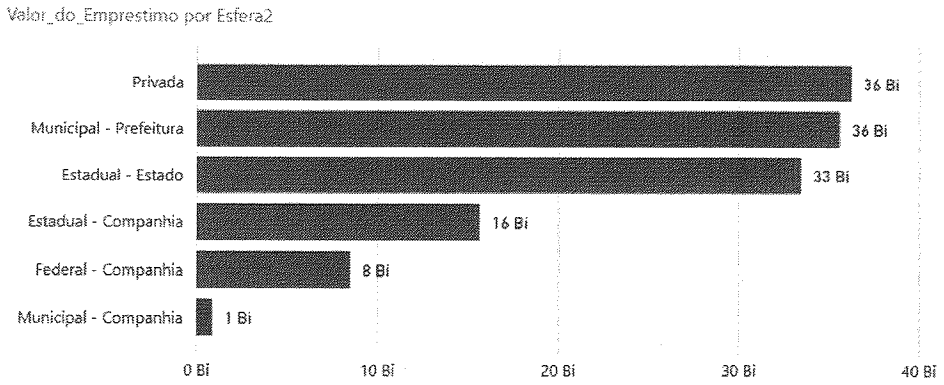


Figura 2 – Carteira ativa com valores por esfera. Fonte: Boletim Saneamento e Infraestrutura CAIXA 15/07/2019.

A seguir podemos ver a distribuição dos investimentos nos segmentos de Saneamento, Energia, Mobilidade Urbana, Logística, Indústria Naval, entre outros. No setor de Saneamento a carteira ativa soma aproximadamente R$ 38 bilhões em financiamento, em Energia R$ 33 bilhões e Mobilidade Urbana R$ 24 bilhões.

MACROSSEGMENTO	Contagem de Valor_do_Emprestimo	%GT Valor_do_Emprestimo	Valor_do_Emprestimo	Situacao
Saneamento Básico	1621	29,11%	37.904.728.569,02	Ativa
Pendente Classificação	112	1,00%	1.303.860.282,52	Ativa
Multissetorial	181	9,52%	12.397.639.036,43	Ativa
Mobilidade Urbana	746	18,74%	24.410.501.643,54	Ativa
Logística	39	3,37%	4.394.647.808,79	Ativa
Infraestrutura Urbana	416	9,91%	12.909.007.036,96	Ativa
Energia	157	25,42%	33.110.221.357,13	Ativa
Construção Naval	181	2,92%	3.796.737.443,89	Ativa
Total	3453	100,00%	130.227.343.178,28	

Figura 3 – Carteira ativa com valores por macrosegmento. Fonte: Boletim Saneamento e Infraestrutura CAIXA, dados extraídos em 15/07/2019.

Essas operações possuem uma estrutura complexa, o que requer uma análise pormenorizada de inúmeras vertentes do projeto. Para a CAIXA é fundamental garantir uma baixa inadimplência da carteira, e a análise criteriosa da viabilidade dessas operações, sob todos seus aspectos, tem garantido o alcance desse resultado positivo.

2.2 Análise e acompanhamento de obras como Mandatária da União

Desde 1996 esta Instituição atua como Mandatária da União na transferência de recursos do Orçamento Geral da União (OGU) aos entes federados, órgãos da administração indireta dos estados e instituições sem fins lucrativos, firmando-a como a principal parceira do governo federal no acompanhamento de obras públicas, conforme volume de operações abaixo:

Tabela 01 – Carteira Atual em Andamento de Operações de Repasse (Recursos OGU) – Brasil

Quantidade	Valor de Repasse	Valor de Investimento
34.891	R$ 72,25 bilhões	R$ 85,61 bilhões

Nestes mais de 20 de anos na execução dos serviços de análise e acompanhamento de obras, a CAIXA adquiriu credibilidade reconhecida pelos órgãos de controle interno e externo, como pode ser verificado no Acórdão TCU 393/2011, que concluiu com base nos contratos e convênios analisados que os controles exercidos pela CAIXA, apesar de merecerem

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 123
RJ

aperfeiçoamento (na época), demonstraram ser mais efetivos, de atuação superior e ter maior possibilidade de inibir a ocorrência de irregularidades que os controles exercidos no âmbito dos Ministérios e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte.

2.3 Expertise na análise e acompanhamento de Projetos Complexos

Conforme exposto, o portfólio da CAIXA engloba grandes empreendimentos de infraestrutura do Brasil, nos mais diversos setores. A complexidade na análise dessas operações demanda conhecimento e expertise muito especializada desenvolvida ao longo das últimas décadas pelas equipes técnicas da CAIXA que trabalharam tanto em financiamento como em repasse de recursos.

Em operações deste porte, áreas especializadas são demandadas, e, após análise, consolidam seus estudos em Pareceres Técnicos.

O portfólio de projetos de grande porte analisados pela CAIXA, incluindo as análises dos aspectos de engenharia, jurídico, socioambientais e de viabilidade econômico-financeira, é extenso. Em seguida destacamos alguns para cada setor.

Energia

- Usina Hidrelétrica Belo Monte (R$ 28,8 bilhões);
- Usina Hidrelétrica Jirau (R$ 15,7 bilhões);
- Usina Hidrelétrica Santo Antônio (R$ 15,1 bilhões);
- 1º Bipolo de Transmissão de Energia de Belo Monte (R$ 5,5 bilhões).

Rodovias

- Rodovia BR-163 MS (R$ 3,4 bilhões);
- Rodovia BR-050 MG/GO (R$ 1,5 bilhão).

Aeroportos

- Aeroporto de Guarulhos - São Paulo (R$ 5,0 bilhões);
- Aeroporto JK - Brasília (R$ 1,4 bilhão).

Saneamento

- Sistema Produtor São Lourenço - SP (R$ 2,6 bilhões);
- Abastecimento de Água para os Municípios da Baixada Fluminense - RJ (R$ 3,37 bilhões);
- Esgotamento Sanitário da Região Metropolitana de Recife - PE (R$ 930 milhões).

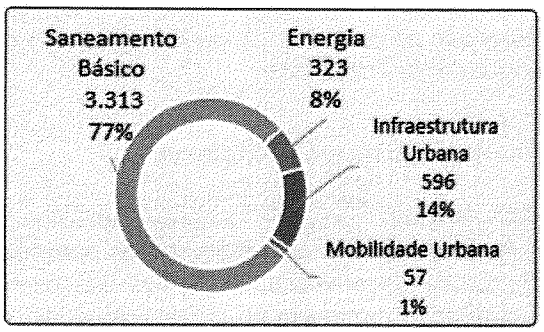
Mobilidade Urbana

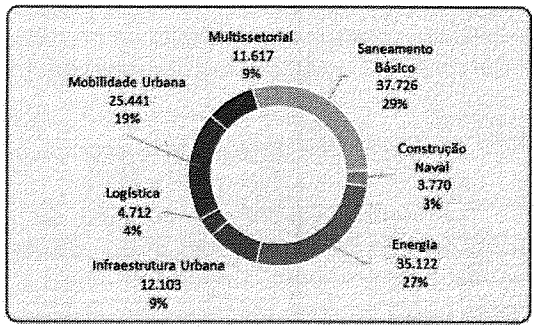
- Material Rodante e Sistemas do Metrô Linha 4 do RJ (R$ 1 bilhão).

Novamente o reconhecimento do trabalho de acompanhamento de obra pela CAIXA pode ser verificado inclusive em estudos acadêmicos, como citado por Cecília Olivieri em 2018, apontando como importante fator para o sucesso na execução da obra BRT Sul do Distrito Federal o monitoramento da obra pela Caixa Econômica Federal.[1]

Na última década a CAIXA diversificou bastante sua área de atuação, aumentando não só os macrosegmentos de quatro setores para sete, como também houve forte acréscimo na quantidade de contratos, dos quais destacamos, o Saneamento Básico - de 3.313 contratos para 37.726, Infraestrutura - de 596 contratos para 12.103 e Mobilidade Urbana - de 57 para 25.441 contratos, conforme exibido na imagem abaixo:

[1] OLIVIERI, Cecília. **Os controles na execução de investimento em infraestrutura no Brasil: avanços, problemas e desafios**. In: *Governança da política de infraestrutura: condicionantes institucionais ao investimento. (EACH – USP)* IPEA, 2018.





2.4 Experiência de Atuação no Setor de Saneamento e Infraestrutura

Em relação à análise e acompanhamento de contratos de Saneamento e Infraestrutura, complementando abordagem já mencionada, percebe-se a atuação da CAIXA em todo o território nacional, sendo que no ano de 2019, como demonstrado na figura a seguir, a distribuição dos investimentos, se concentrou principalmente na Região Sudeste, sendo o Estado de São Paulo o maior beneficiado.

Contratação 1º trim/2019, por Regiões

SUDESTE	391.464.423,87	47%
SUL	270.431.913,87	33%
CENTRO OESTE	107.170.629,40	13%
NORDESTE	47.032.658,48	6%
NORTE	10.000.000,00	1%
Total	**826.099.625,62**	**100%**

Fonte: Boletim Saneamento e Infraestrutura CAIXA, dados extraídos em 15/07/2019.

2.5 Experiência de Atuação no Setor de Mobilidade Urbana

Em relação ao segmento de mobilidade urbana destaca-se a atuação da CAIXA em aproximadamente 600 operações de financiamento e de carta de crédito abarcando:

- mobilidade urbana (acessibilidade viária; interligação; anel viário, pontes e/ou viadutos);
- qualificação e requalificação de vias públicas/rodovias (desapropriação);
- pavimentação e recapeamento de vias públicas e rodovias;
- aquisição de equipamentos rodoviários, etc.

O volume total de investimentos destas operações neste setor é de, aproximadamente, R$ 13 bilhões, que equivalem à análise de investimentos em execução de infraestrutura, construção e restauração de vias públicas em todo o Brasil.

2.6 Qualificação profissional e Capacidade Técnica

A CAIXA conta com empregados atuando em análise e gerenciamento de operações de financiamento e repasse de recursos desde sua contratação até a prestação de contas final para

124

o encerramento contratual, passando pelas áreas técnicas de engenharia, socioambiental, modelagem econômico-financeira, jurídica, operacional e risco.

Esses empregados estão alocados na Matriz e em unidades técnicas especializadas - Gerências Executivas e Representações de Governo - situadas em todos os estados brasileiros, atendendo aos 5.570 municípios.

No âmbito regional, possui 72 unidades com equipes multidisciplinares dedicadas à prestação de serviços de assessoramento, consultoria e assistência técnica em políticas públicas, sendo 502 engenheiros, 162 arquitetos, 78 técnicos sociais e 829 técnicos operacionais, com notório saber técnico e acadêmico nas áreas de infraestrutura urbana, saneamento, habitação, gestão operacional de processos e demais assuntos afetos à implementação de políticas públicas distribuído por todo o país, destacando-se a especialidade do corpo funcional da CAIXA em:

- Conhecimento de regras dos Programas de Governo e legislação pertinente;
- Domínio completo na operacionalização da plataforma + Brasil (antigo SICONV)
- Assistência técnica qualificada de gestão de obras e/serviços e aquisição de máquinas e equipamentos, com dedicação exclusiva de representante(s) da CAIXA ao município/estado;
- Gestão do SINAPI, que passou a ser referência em custos nas análises técnicas de obras públicas;
- Adequação técnica à diversidade de programas e complexidade dos projetos de governo.

Denota-se, assim, a inquestionável singularidade da CAIXA como instituição financeira que está presente em todo o território nacional, acumulando como nenhuma outra, a cada projeto iniciado, conhecimentos únicos em acompanhamento de obra pública de diferentes portes físicos e financeiros, e aplicando sua expertise multidisciplinar para um assessoramento seguro e confiável.

A atuação desses profissionais ao longo do tempo e com tal diversidade de projetos, conforme supracitado, confere inegavelmente à CAIXA uma posição diferenciada em relação a qualquer outra instituição financeira do país para prestar o serviço de análise, acompanhamento e vistoria a qualquer tipo de obra.

3. FUNDAMENTOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELA CAIXA (POR DISPENSA)

A aptidão da CAIXA para a prestação dos serviços aqui expostos, deve-se em primeiro lugar, à sua vasta experiência como instituição financeira auxiliar das políticas públicas do Governo Federal, conforme os objetivos sociais estipulados no Estatuto Social da Empresa, que diz:

> *Art. 5º A CEF tem por objetivo social:*
>
> *(...) V - **prestar serviços delegados pelo Governo federal** ou mediante convênio com outras entidades ou empresas, observadas sua estrutura e natureza de instituição financeira; (grifo nosso)*

Ressalte-se que estas atribuições conferidas à CAIXA revelam-se atividades eminentemente públicas, não se confundindo com o seu exercício de banco comercial. Isto porque, na execução de suas atividades a CAIXA revela um verdadeiro caráter dicotômico de sua identidade. Se por um lado caracteriza-se como uma empresa pública operadora das políticas do Governo Federal, de outro atua como instituição financeira inserida no mercado privado e competindo em pé de igualdade com as demais empresas do ramo bancário, conforme disciplina o Art. 173, § 2º, inciso II da Constituição Federal.

No que se refere à possibilidade de contratação da CAIXA por dispensa de licitação, está prevista a seguinte hipótese na Lei nº 8.666/1993:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...) VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou ***serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei****, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;*

Como sabido, a CAIXA é uma Empresa Pública Federal integrante da Administração Indireta e foi criada muito antes da publicação da Lei de Licitações em 1993 com a finalidade, dentre diversas outras, de, no âmbito da sua atuação pública, fomentar o desenvolvimento regional e a implementação de políticas de governo, assim como o saneamento e infraestrutura urbana, e atuar em projetos e acompanhamento de obras públicas. Neste ponto, vale memorar que o supracitado inciso V do Art. 5º do Estatuto Social da CAIXA já constava, *ipsis litteris*, na versão aprovada pelo Decreto nº 99.531/1990.

Desde a sua criação em 12 de janeiro de 1861, a CAIXA vem crescendo e absorvendo novas competências delegadas pelo governo federal, em consonância com a suas atribuições de instituição financeira pública, paralelas às atividades bancárias praticadas no mercado privado. Neste contexto, foi-lhe atribuída a função de prestar assessoria e consultoria a Entes Estatais, visando a implementação de políticas públicas. Esta atribuição foi então incorporada no Estatuto da empresa, aprovado pela sua Assembleia Geral em 16/07/2018, em conformidade com o Decreto nº 8.945/2016 e publicado no Diário Oficial da União de 05/09/2018:

Art. 5º A CEF tem por objeto social:

(...) V - prestar serviços delegados pelo Governo federal ou mediante convênio com outras entidades ou empresas, observadas sua estrutura e natureza de instituição financeira;

(...) XIX - ***prestar serviços de assessoria, consultoria****, administração e gerenciamento de atividades econômicas,* ***de políticas públicas****, de previdência e de outras matérias relacionadas a sua área de atuação, diretamente ou mediante convênio ou consórcio com órgãos, entidades ou empresas; (grifo nosso)*

Impende destacar que o Estatuto da CAIXA vigente, concebido a partir do novo arcabouço legal que rege as Empresas Estatais (Lei nº 13.303/16, em especial art. 27), prevê como objetivo social a prestação dos serviços de assessoria, consultoria e gerenciamento de atividades de políticas públicas diretamente ou mediante convênio, conforme inciso XIX.

Desta forma, resta clara a ocorrência da hipótese prevista no Art. 24, inciso VIII, da Lei nº 8.666/1993, pois o referido serviço de assessoria e consultaria para implementação de políticas públicas (i) é prestado pela CAIXA, na qualidade de instituição integrante da Administração Pública indireta; (ii) foi criada para, dentre outras finalidades, prestar serviços delegados pelo Governo Federal, como é o caso do citado serviço, que, inclusive, foi incorporado ao seu Estatuto; e (iii) a CAIXA é uma empresa secular, criada antes do advento da Lei de Licitações; e (iv) os preços praticados pela CAIXA para a serviço de assessoria e consultoria são absolutamente compatíveis, se não os mais baixos do mercado, considerando-se a qualidade e amplitude em que são prestados.

Acrescente-se que a viabilidade de contratação de empresas públicas com fulcro no mencionado Art. 24, inciso VIII, da Lei nº 8.666/1993 já foi afirmada pelo Tribunal de Contas da União, como no julgado abaixo, que analisou uma situação de contratação do SERPRO:

(...) 57. **Ademais, também se apreende da jurisprudência desta Corte a necessidade de compatibilidade entre as atividades da contratada e o objeto do ajuste**. Nos presentes autos, embora ausente o detalhamento do objeto, infere-se o nexo entre as finalidades do Serpro e o Contrato 34/2014 celebrado

125

com a Suframa, com a ressalva de que essa avaliação deve ser promovida pela contratante, previamente à firmatura de novo contrato.

58. O Relatório de Auditoria Anual de Contas da CGU (peça 5, p. 5) expõe a criticidade e relevância da contratação:

> "A Suframa entende como *Hosting* dedicado um conjunto de soluções e serviços, incluindo os Sistemas Operacionais, áreas de armazenamento, estâncias de banco de dados, de forma a manter as aplicações disponíveis o tempo todo, garantindo alta disponibilidade, integridade e confidencialidade. (Processo n.º 52710.000851/2014- 53).
>
> (...) A criticidade, dado que a maioria dos serviços da Suframa são prestados via web através de sistemas integrados, e qualquer componente crítico que fique fora de operação, afetará o funcionamento da administração, o controle do Polo Industrial de Manaus e as empresas que se encontram nas unidades sob jurisdição da Autarquia, impondo prejuízos tanto às empresas quanto à arrecadação local e federal (...) e, a relevância de que uma solução completa e integrada de TI é imprescindível para o bom funcionamento das atividades da Suframa que poderá prestar seus serviços a agentes que negociam /tramitam processos com empresas instaladas na Zona Franca de Manaus."

59. **Confirmada a conexão, é possível admitir a contratação, por meio de *dispensa* de licitação, com amparo no art. 24, *inciso VIII*, da Lei 8.666/1993, desde que atendida a última condicionante prevista no dispositivo: o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado**. (TCU PC: 02864320151, Relator: Augusto Sherman, Data de julgamento 01/08/2018 - Plenário) (grifo nosso)

Destaque-se, ainda, que a contratação da CAIXA por dispensa de licitação pode ser realizada por Entes Públicos de todas as esperas de governo: Federais, Estaduais e Municipais, conforme a lição do renomado doutrinador Marçal Justen Filho:

> "A redação do dispositivo alude explicitamente a "pessoa jurídica de direito público", que contrataria entidade integrante da Administração Pública, criada para o fim específico de desempenhar as atividades objeto do contrato. A dúvida se relaciona com a possibilidade de pessoa de direito público contratar entidade integrante de outra órbita administrativa. Assim, um Estado poderia contratar, sem licitação, uma entidade integrante da Administração Pública federal? A resposta é positiva e deriva da identidade jurídica entre a entidade e o sujeito que a instituiu. Suponha-se que, em vez de criar entidade autônoma, União mantivesse por seus próprios órgãos internos. Seria perfeitamente possível que a União e Estado realizassem convênio para que o órgão federal atuasse em prol do interesse estadual". (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 2009, pag. 308)

Denota-se, portanto, da observância da Lei, da doutrina jurídica e da jurisprudência, a existência de robustos fundamentos para justificar a contratação da CAIXA por dispensa de licitação para a prestação à Entes Estatais dos serviços de acompanhamento, assessoria e consultoria em políticas públicas.

Aliás, a forma empresarial que as estatais adotam são um instrumento em favor da realização das políticas públicas na realização de objetivos da Ordem Econômica Constitucional e, no caso da CAIXA, a atuação no desenvolvimento sustentável e como agente de políticas públicas está, inclusive, estreitamente vinculada à sua missão:

Desse modo, verifica-se a possibilidade de contratação direta da CAIXA por dispensa de licitação para a prestação dos serviços mencionados de Acompanhamento de Obra e Visita/Vistoria Técnica de obras como assessoria às políticas públicas.

Tais concepções nas contratações da CAIXA enquanto agente financeiro, como banco oficial, prevalecem inclusive à luz dos órgãos fiscalizadores a exemplo das contratações relativas à sua atuação como gestora de folhas de pagamento de entes federativos - Acórdão TCU nº 1940/15, que foi exarado no TC 033.466/2013-0:

> *Ao analisar* ***a história das instituições financeiras Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal,*** *qualificadas como sociedade de economia mista e empresa pública,* ***verifica-se que atuam, imemorialmente, como entidades devotadas à finalidade de dar suporte a atividades de interesse público e a programas governamentais,*** *a par do desempenho de atividades econômicas. Essa antiquíssima atuação, na gestão da folha de pagamentos do setor público, advém, muito provavelmente, do primeiro momento em que ingressaram no mercado,* ***como instituição principal de suporte à atividade pública.***
>
> *(...)* ***Não me convencem os argumentos de que as atividades exercidas por tais entidades seriam impermeáveis ao permissivo do art. 24, VIII, da Lei das Licitações e Contratos, decorrente do art. 37, XXI, da CF, em confronto com as regras de livre mercado de grau superior. Tais instituições financeiras visivelmente exercem atividades diversas, ora classificáveis como atividades econômicas, ora atividades de suporte às ações estatais****.*
>
> *(...)* ***Relevante também mencionar, nos termos do citado inciso VIII do art. 24 da Lei de Licitações e Contratos, tais entidades bancárias foram ontologicamente incumbidas de prestar suporte à Administração Pública****, mesmo quando o potencial das folhas de pagamento não tinha sido apreciado e era desprezado pelo setor bancário privado.*
>
> ***E isso ocorre desde a constituição dessas entidades, criadas com a finalidade específica de prestar serviços para a Administração Pública, a quem sempre se acharam vinculadas.*** *E no seu rol de atividades, insere-se* ***tácita ou taxativamente*** *a prestação dos serviços de pagamento dos servidores,* ***o que atende o permissivo do inciso VIII do art. 24 do Diploma Legal de Licitações e Contratos****.*

Tal entendimento, da mesma forma que se dá em relação à gestão da folha de pagamentos, deve ser considerado quanto à atuação da CAIXA como banco oficial, conforme definido pelo Decreto 9.036/2017 e Lei nº 13.303/2016.

Assim, considerando os fundamentos apresentados com base no ordenamento jurídico vigente e à luz do entendimento de órgão fiscalizador, a prestação dos serviços em epígrafe pela CAIXA dispensa licitação, representando uma prerrogativa no pleno exercício do Poder Público.

126

4. FUNDAMENTOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELA CAIXA (POR INEXIGIBILIDADE)

Ainda que não se tivesse o cabimento da referida contratação por dispensa, seria ela enquadrável na previsão legal que enseja a inexigibilidade de licitação.

A inexigibilidade, tem cabimento quando houver inviabilidade de competição, seja por ausência de concorrentes aptos a prestação de determinado serviço, seja pela singularidade do objeto que implique na forma de execução individualizada de um serviço e daquele que prestará tal serviço. Vejamos:

> Deve destacar-se, portanto, que a **inviabilidade de competição ocorre em casos em que a necessidade estatal apresenta peculiaridades que escapam aos padrões da normalidade. A disputa entre particulares por contratos administrativos retrata as peculiaridades do mercado, apto a atender satisfatoriamente as necessidades usuais, costumeiras, padronizadas.** Assim, como regra, é impensável inexigibilidade para aquisição de folhas de papel para fotocopiadora. Trata-se de produto disponível no mercado, que não possui a maior especialidade. A questão muda de figura quando a Administração Pública necessitar prestações que escapam da normalidade. Nesses casos é que surgirá a inviabilidade de competição. Em todos os casos de inviabilidade de competição, há um objeto singular. A singularidade consiste na impossibilidade de encontrar o objeto que satisfaz o interesse sob tutela estatal dentro de gênero padronizado, com uma categoria homogênea. Objeto singular é aquele que poderia ser qualificado como infungível, para valer-se de categoria da Teoria Geral do Direito. São infungíveis os objetos que não podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade. (...) **A singularidade do objeto nada mais reflete senão a singularidade do próprio interesse estatal a ser atendido**. (sem grifo no original) (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 12º edição. Ed. Dialética: São Paulo, 2008, p. 342)

Ademais, convêm salientar que o objeto de natureza singular não implica em ausência de pluralidade de sujeitos em condições de desempenhá-lo, conforme lições sempre precisas do Prof. Marçal:

> No universo dos serviços, aqueles referidos no art. 13, (Lei nº 8.666/1993) se diferenciam porque seu desempenho envolve conhecimentos específicos e peculiares, que exigem não apenas a profissionalidade, mas também uma especialização. Isso não significa que contratação direta possa ser realizada simplesmente em face de sua caracterização, eis que o art. 25, inc. II, exige a natureza singular.
>
> (...)
>
> No esforço de definir a regra geral, deve iniciar-se pela afirmação de que **a natureza singular não significa ausência de pluralidade de sujeitos em condições de desempenhar o objeto. A ausência de pluralidade conduz à incidência do inc. I. Mais ainda, conduz à inviabilidade de competição relativamente a qualquer serviço, mesmo quanto àqueles que não forem técnicos profissionais especializados. Ou seja, a deve ser entendida como uma característica especial de algumas contratações e serviços técnicos profissionais especializados**. (sem grifo no original) (JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**, 8a. edição, Ed. Dialética, São Paulo, 2000, p.275)

Também a jurisprudência brasileira aponta neste sentido. Vejamos o que diz o TCU a respeito da discricionariedade do Administrador para a contratação direta:

> Se concordo inteiramente com a instrução nesse particular, dela divirjo entretanto, data vênia, **quando afirma que somente pode haver uma única – e não mais de uma – empresa com notória especialização em determinado setor de atividade. Não é isso que dispõe a Lei 8666/93...**
>
> **Note-se que o adjetivo singular não significa necessariamente 'único'... Se singular**

significasse único, seria o mesmo que 'exclusivo', e portanto o dispositivo seria inútil, pois estaria redundando o inc. I imediatamente anterior.

(...)

Ressalvadas sempre as hipóteses de interpretação flagrantemente abusivas, **defendo assim a tese de que se deve preservar margens flexíveis para que o gestor exerça esse poder discricionário que a lei lhe outorga**." (sem grifo no original) (TC n.º 010.578/95-1, Boletim de Licitações e Contratos 3/131-132, São Paulo: NDJ, 1996.)

Outrossim, a própria Lei nº 8.666/1993, elencou, como de natureza singular, os serviços técnicos profissionais especializados prestados por empresa de notória especialização:

> *Art 13. Para os fins desta Lei,* ***consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a****:*
>
> *I -* ***estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos****;*
>
> *II-* ***pareceres****, perícias e avaliações em geral;*
>
> *III-* ***assessorias ou consultorias técnicas*** *e auditorias financeiras ou tributárias;*
>
> *IV-* ***fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços****;*
>
> *(...)*
>
> *Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*
>
> *(...)*
>
> *II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou* ***empresas de notória especialização****, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;*

Caracterizada a singularidade do objeto, verifica-se também a notória especialização da CAIXA nos termos do art. 25 da Lei nº 8.666/93, a saber:

> *§ 1º* ***Considera-se notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.***

A natureza de Instituição Financeira Pública da CAIXA, principal parceira do governo na implementação de políticas públicas, muitas vezes, por disposição expressa de Lei, atesta a sua expertise incomparável na questão, considerando também sua vasta experiência nos diversos setores que atua. Exemplo disto, é a recente contratação da CAIXA pelo MAPA, publicado no DOU em 10 de novembro de 2020, **por inexigibilidade**, para a prestação de diversos serviços oferecidos pelo produto CAIXA POLÍTICAS PÚBLICAS.

CAIXA

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL. 127
RJ

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 10/11/2020 | Edição: 214 | Seção: 3 | Página: 2
Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria Executiva/Departamento de Administração/Coordenação-Geral de Aquisições

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2020 - UASG 130005

Nº Processo: 21000041445202071 . Objeto: Contratação da Caixa Econômica Federal para prestação de serviços de Assistência Técnica para Análise do Plano de Trabalho, Análise e Assessoria em Projetos e Empreendimentos: Análise Técnica do Termo de Referência, Assistência Técnica para Verificação do Resultado do Processo Licitatório e Prestação de Contas Final, no âmbito do CAIXA Políticas Públicas" a serem realizados nas operações de Convênio que serão enviadas pelo Ministério. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II c/c incisos I, II e III do art. 13, ambos da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 de notória especialização e de natureza singular. Declaração de Inexigibilidade em 06/11/2020. JOSE MANOEL GOMES. Diretor do Departamento de Administração. Ratificação em 06/11/2020. MARCOS MONTES CORDEIRO. Secretário Executivo. Valor Global: R$ 27.900.000,00. CNPJ CONTRATADA : 00.360.305/0001-04 CAIXA ECONOMICA FEDERAL.

(SIDEC - 09/11/2020) 130005-00001-2020NE900465

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Neste diapasão, têm-se configuradas tanto a natureza singular do serviço técnico especializado como a notória especialização da CAIXA no apoio à Políticas Públicas, como pudemos verificar de maneira mais detalhada na **EXPERIÊNCIA – QUALIFICAÇÃO – CAPACIDADE TÉCNICA** apresentadas anteriormente.

Em relação à prestação de serviços pela CAIXA sem licitação, é importante ressaltar que em 10/11/2020 foi publicada pelo MAPA, o extrato de inexigibilidade de licitação nº 10/2020 - UASG 130005 (número de processo 21000041445202071), através do qual a CAIXA foi contratada por inexigibilidade para prestação de diversos serviços.

Assim, uma vez demonstrada pelo contratante a necessidade de aquisição do serviço nos moldes prestados pela CAIXA e a compatibilidade do seu preço em relação aos praticados no mercado, não restarão dúvidas quanto ao cabimento da contratação por inexigibilidade de licitação, na forma do Art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

SEI-070026/000410/2021

128

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Coordenadoria de Convênios, Contratos e Licitações

À Diretoria de Administração e Finanças,

Direciono os autos solicitando reapreciação quanto ao conteúdo do Termo de Referência, tendo em vista que na fase interna, pesquisa de mercado, as empresas interessadas solicitaram reunião com a Administração e ponderaram por readequações do objeto. Neste sentido, junta-se a instrução processual as motivações para retificação do instrumento.

Consigna-se como óbice que a redação nos termos tal qual lançados no Termo de Referência não se demonstraram interessantes para a efetiva contratação, o que fica evidente com a "pesquisa de mercado deserta", ou seja, nenhuma empresa demonstrou interesse em contratar com a SEAS nos moldes postos, não logrando êxito, nesta fase, com propostas de mercado de empresas do ramo pertinente.

Acresce-se ao fato exposto no parágrafo anterior o empenho desta Coordenadoria em localizar interessados para cotação e para tanto foram realizados inúmeros contatos telefônicos, e-mail, contudo não houve êxito.

Ademais, consta na instrução processual os trâmites pertinentes realizados junto ao Sistema Integrado de Gestões de Aquisições - SIGA.

Atenciosamente,

BRUNA TELLES GARCIA
Coordenadoria de Convênios, Contratos e Licitações
ID. 5100486-0

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2021

129

Gmail

licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>

RES: Edital

2 mensagens

Danielly Cordeiro <danielly@saleitao.com.br>
Para: licitacao.ambiente@gmail.com

6 de maio de 2021 10:25

Prezados,

Tomamos conhecimento da solicitação de propostas abaixo e gostaríamos de confirmar se existem mais detalhes do serviço a ser realizado, um termo de referência ou escopo. Temos interesse em enviar proposta.

Agradecemos a atenção.

A COORDENADORIA DE CONVÊNIOS, CONTRATOS E LICITAÇÕES DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE convoca os interessados a formularem propostas para estimativa de preços:

OBJETO : Contratação de empresa especializada para realização de auditoria independente, na área de conformidade legal, que deverá avaliar o cumprimento do disposto no Termo de Ajustamento de Conduta- TAC firmado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-MPRJ, O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, REPRESENTADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS, O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE INEA E A EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO SA PETROBRAS. **ENVIO DAS PROPOSTAS** : As propostas de preços deverão ser encaminhadas por meio do e-mail licitacao.ambiente@gmail.com (informar o número do processo no assunto do e-mail de envio da proposta)

Sá Leitão Better Solutions
Desde 1990
AUDITORIA • CONSULTORIA
GOVERNANÇA CORPORATIVA

Geraldo Ribeiro
ribeiro@saleitao.com.br
www.saleitao.com.br
Rua General Joaquim Inácio, 790
Empresarial Sá Leitão, 9º Andar
Paissandu Recife-PE CEP 50.070-495
Tel: (81) 3366 9922

Antes de imprimir, pense no seu compromisso com o meio ambiente.

Aviso: Esta mensagem é destinada exclusivamente para a(s) pessoa(s) a quem é dirigida, podendo conter informação confidencial e legalmente protegida. Se você não for destinatário desta mensagem, desde já fica notificado de abster-se a divulgar, copiar, distribuir, examinar ou, de qualquer forma, utilizar a informação contida nesta mensagem, por ser ilegal. Caso você tenha recebido esta mensagem por engano, pedimos que responda essa mensagem informando o acontecido.

Livre de vírus. www.avast.com.

licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>
Para: Danielly Cordeiro <danielly@saleitao.com.br>

6 de maio de 2021 17:04

Boa tarde Prezado Representante Legal da Empresa SÁ LEITÃO BETTER SOLUTION,

Segue anexo, conforme solicitado, o Termo de Referência para fins de cotação.

Atenciosamente,
Bruna Telles.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Termo de Referência.pdf
573K

Gmail

licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>

LICITAÇÃO AUDITORIA

2 mensagens

administracao@bezauditores.com.br <administracao@bezauditores.com.br>
Para: licitacao.ambiente@gmail.com

7 de maio de 2021 15:48

Prezados, boa tarde!

Por gentileza, poderiam nos enviar o edital da licitação de auditoria Independente?

Objeto CONVOCA OS INTERESSADOS A FORMULAREM PROPOSTAS PARA ESTIMATIVA DE PREÇOS: OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE AUDITORIA INDEPENDENTE, NA ÁREA DE CONFORMIDADE LEGAL, QUE DEVERÁ AVALIAR O CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA- TAC FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-MPRJ, O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, REPRESENTADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS, O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE INEA E A EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS

Datas Não Informadas **Situação** ABERTA

Edital NÃO INFORMADO **Nº Conlicitação** 13512996 **Processo** SEI-070026/000410/2021

Orgão Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade **Código** -

Cidade Rio de Janeiro - RJ **Endereço** Avenida Venezuela, 110, 5º andar, Saúde

Tel - **Site** -

Obs * Confirmar prazo na Unidade Licitante, pois não foi informado pela Fonte Oficial * ENVIO DAS PROPOSTAS: As propostas de preços deverão ser encaminhadas por meio do e-mail licitacao.ambiente@gmail.com informar o número do processo no assunto do e-mail de envio da proposta PROCESSO Nº SEI-070026/000410/2021 O Termo de Referência e os Modelos para instruir a Cotação estão disponíveis no site da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade http://www.rj.gov.br/secretaria/PaginaDetalhe.aspx?id_pagina=6195, no campo destinado a Licitações e Contratos ou poderão ser solicitados no e-mail licitacao.ambiente@gmail.com Demais informações podem ser obtidas pelo telefone 21 2334-5608

Atenciosamente,

BEZ auditores

Desde 1999

Priscila Nascimento

Administração

administracao@bezauditores.com.br

Fone: +55 44 3026 6717

WhatsApp: +55 44 9 9974 0564

www.bezauditores.com.br

Esta mensagem, incluindo seus eventuais anexos, tem caráter confidencial e seu conteúdo é restrito ao(s) seu(s) destinatário(s). Caso você tenha recebido esta mensagem por engano, queira, por favor, retorná-la ao emissor e apagá-la de seus arquivos. Qualquer uso, replicação ou disseminação desta mensagem ou parte dela é proibida.

licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>
Para: administracao@bezauditores.com.br

10 de maio de 2021 16:51

Boa tarde Prezada Representante Legal da Empresa BEZ AUDITORES,

Segue anexo, conforme solicitado, o Termo de Referência para fins de cotação.

Atenciosamente,
Bruna Telles.
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Termo de Referência.pdf
573K

Fl. 130

Gmail

licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>

Solicitação de edital - SEI-070026/000410/2021 - termo de referência e seus anexos

2 mensagens

Isabella Moura de Santana <isabella.santana@br.gt.com>
Para: "licitacao.ambiente@gmail.com" <licitacao.ambiente@gmail.com>

7 de maio de 2021 14:57

Prezados, boa tarde!

Tentei encontrar o edital e seus anexos pelo portal indicado, mas, não tive sucesso. Gostaríamos muitíssimo de participar desta licitação, por gentileza, podem me enviar a documentação para que possamos dar prosseguimento?

Agradeço muitíssimo a atenção.

Respeitosamente,

Isabella Moura

Estagiária | Licitações e Desenvolvimento de Negócios.

T +55 11 3886-5100 – Ramal 1115

C +55 11 94706-0603

E isabella.santana@br.gt.com

grantthornton.com.br

Grant Thornton Brasil

Rua Guararapes- 1909 | Berrini
04561-000 | São Paulo | Brasil

Grant Thornton

Disclaimer

The information contained in this communication from the sender is confidential. It is intended solely for use by the recipient and others authorized to receive it. If you are not the recipient, you are hereby notified that any disclosure, copying, distribution or taking action in relation of the contents of this information is strictly prohibited and may be unlawful.

This email has been scanned for viruses and malware, and may have been automatically archived by **Mimecast Ltd**, an innovator in Software as a Service (SaaS) for business. Providing a **safer** and **more useful** place for your human generated data.

licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>
Para: Isabella Moura de Santana <isabella.santana@br.gt.com>

10 de maio de 2021 16:52

Boa tarde Prezada Representante Legal da Empresa GRANT THORNTON,

Segue anexo, conforme solicitado, o Termo de Referência para fins de cotação.

Atenciosamente,
Bruna Telles.
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Termo de Referência.pdf
573K

Gmail

licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>

(Solicitação de TR)_AMBIENTE/RJ_AUDITORIA INDEPENDENTE

4 mensagens

Silva, Maiza O <maizasilva@kpmg.com.br> 10 de maio de 2021 14:38
Para: "licitacao.ambiente@gmail.com" <licitacao.ambiente@gmail.com>
Cc: "Ramos, Carla C" <CCRamos@kpmg.com.br>, "Marques, Tais O" <TAISMARQUES@kpmg.com.br>

Prezados, bom dia.

Por favor, poderiam disponibilizar o TR referente ao aviso abaixo?

Objeto:	**CONVOCA OS INTERESSADOS A FORMULAREM PROPOSTAS PARA ESTIMATIVA DE PREÇOS: OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE AUDITORIA INDEPENDENTE, NA ÁREA DE CONFORMIDADE LEGAL, QUE DEVERÁ AVALIAR O CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA- TAC FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-MPRJ, O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, REPRESENTADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS, O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE INEA E A EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS**
Edital:	NÃO INFORMADO
Nº ConLicitação:	13512996
Processo:	SEI-070026/000410/2021
Observação:	* Confirmar prazo na Unidade Licitante, pois não foi informado pela Fonte Oficial * ENVIO DAS PROPOSTAS: As propostas de preços deverão ser encaminhadas por meio do e-mail licitacao.ambiente@gmail.com informar o número do processo no assunto do e-mail de envio da proposta PROCESSO Nº SEI-070026/000410/2021 O Termo de Referência e os Modelos para instruir a Cotação estão disponíveis no site da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade http://www.rj.gov.br/secretaria/PaginaDetalhe.aspx?id_pagina= 6105, no campo destinado a Licitações e Contratos ou poderão ser solicitados no e-mail licitacao.ambiente@gmail.com Demais informações podem ser obtidas pelo telefone 21 2334-5608
Unid. Licitante:	**Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade**
Endereço:	Avenida Venezuela, 110, 5º andar, Saúde
Cidade:	Rio de Janeiro - RJ

Desde já agradeço.

Atenciosamente,

Maiza Oliveira da Silva

KPMG Brasil – Contratações Públicas

Edifício EZ Towers – Torre A

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105 – 11º andar

04711-904 - São Paulo-SP

T+55 (11) 3940-4651

maizasilva@kpmg.com.br

kpmg.com/BR

Esta mensagem é destinada exclusivamente ao seu destinatário e as informações nela contidas são confidenciais, protegidas por sigilo profissional ou por lei. É vedada a transmissão ou divulgação de seu conteúdo a terceiros, que não seus destinatários. O uso não autorizado de tais informações, incluindo, mas não se limitando a, qualquer divulgação, cópia, distribuição ou qualquer ação ou omissão, é proibido e sujeitará o agente às penalidades cabíveis. Se você não for o destinatário previsto desta comunicação, queira por gentileza excluir e destruir todas as cópias em seu poder, informe o remetente que você recebeu esta comunicação por engano e que está ciente de que a leitura ou a divulgação bem como a adoção de qualquer ação baseada nesta comunicação estão expressamente proibidas.

This message is intended solely for its addressee and the information contained herein is confidential, and protected by professional confidentiality or by law. The transmission or disclosure of its contents to third parties other than its addressees is forbidden. Unauthorized use of such information, including, but not limited to, any disclosure, copy, distribution or any action or omission, is prohibited and will subject the agent to the applicable penalties. If you are not the intended recipient of this communication, please delete and destroy all copies in your possession and inform the sender that you have received this communication in error and are aware that reading or disclosure of this document as well as taking any action based on this communication is expressly prohibited.

licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com> 10 de maio de 2021 16:47
Para: "Silva, Maiza O" <maizasilva@kpmg.com.br>

Boa tarde Prezada Representante Legal da Empresa KPMG BRASIL - CONTRATAÇÕES PÚBLICAS,

Segue anexo, conforme solicitado, o Termo de Referência para fins de cotação.

Atenciosamente,
Bruna Telles.
[Texto das mensagens anteriores oculto]

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl.
131

Termo de Referência.pdf
573K

Marques, Tais O <TAISMARQUES@kpmg.com.br>
Para: "licitacao.ambiente@gmail.com" <licitacao.ambiente@gmail.com>
Cc: "Ramos, Carla C" <CCRamos@kpmg.com.br>, "Silva, Maiza O" <maizasilva@kpmg.com.br>
10 de maio de 2021 18:24

Prezados, boa tarde!

Poderiam informar o prazo para apresentar a cotação referida abaixo, por gentileza?

Em tempo, poderiam informar se seria uma cotação para futura licitação ou para contratação direta, por favor?

Agradeço desde já,

Fico à disposição,

Taís de Oliveira Marques

KPMG Brasil – Contratações Públicas

Edifício EZ Towers – Torre A

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105 – 11º andar

04711-904 - São Paulo-SP

T+55 (11) 3940-5193

taismarques@kpmg.com.br

kpmg.com/BR

[Texto das mensagens anteriores oculto]
[Texto das mensagens anteriores oculto]

licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>
Para: "Marques, Tais O" <TAISMARQUES@kpmg.com.br>
12 de maio de 2021 09:05

O prazo para cotação está estimado em 20 dias úteis, tendo sido o marco inicial o dia 03/05/2021.

A Administração vislumbra tratar o procedimento a partir de licitação.

Atenciosamente,
Bruna Telles.
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Gmail licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>

SOLITAÇÃO DO TERMO DE REFERENCIA PARA O PROCESSO Nº SEI-070026/000410/2021

2 mensagens

Luciana Silveira da Rosa <luciana@russellbedford.com.br> 10 de maio de 2021 19:10
Para: "licitacao.ambiente@gmail.com" <licitacao.ambiente@gmail.com>

Prezados, boa tarde!

Nossa empresa tem interesse em enviar proposta para base de edital de auditoria independente, cujo processo está em epígrafe. No entanto, procuramos no site da secretaria e não localizamos o termo de referência.

Por gentileza, poderiam enviar para esse email?

Desde já, agradeço a atenção.

Luciana da Rosa

Russell Bedford Brasil

Objeto

convoca os interessados a formularem propostas para estimativa de preços: OBJETO : Contratação de empresa especializada para realização de auditoria independente, na área de conformidade legal, que deverá avaliar o cumprimento do disposto no Termo de Ajustamento de Conduta- TAC firmado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-MPRJ, O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, REPRESENTADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS, O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE INEA E A EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS

Processo

SEI-070026/000410/2021

Orgão

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Cidade

Rio de Janeiro - RJ

Endereço

Avenida Venezuela, 110, 5º andar, Saúde

ENVIO DAS PROPOSTAS: As propostas de preços deverão ser encaminhadas por meio do e-mail licitacao.ambiente@gmail.com informar o número do processo no assunto do e-mail de envio da proposta PROCESSO Nº SEI-070026/000410/2021 O Termo de Referência e os Modelos para instruir a Cotação estão disponíveis no site da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade http://www.rj.gov.br/secretaria/PaginaDetalhe.aspx?id_pagina= 6105, no campo destinado a Licitações e Contratos ou poderão ser solicitados no e-mail licitacao.ambiente@gmail.com Demais informações podem ser obtidas pelo telefone 21 2334-5608

licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com> 12 de maio de 2021 09:06
Para: Luciana Silveira da Rosa <luciana@russellbedford.com.br>

Bom dia Prezada Luciana,

Segue anexo, conforme solicitado, o Termo de Referência para fins de cotação.

Atenciosamente,
Bruna Telles.
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Termo de Referência.pdf
573K

Gmail

licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>

132

EDITAL

4 mensagens

Moreira Associados <licitacao.maai@auditoria.srv.br> 10 de maio de 2021 16:53
Responder a: licitacao.maai@auditoria.srv.br
Para: licitacao.ambiente@gmail.com

Prezados, boa tarde!

Poderiam enviar o edital do processo SEI-070026/000410/2021?

Muito obrigado!

Att

Walter dos Santos Neto

"Esta mensagem e os anexos podem conter informação confidencial ou privilegiada de propriedade da empresa, sendo seu sigilo protegido por lei. Se você enviar dados pessoais através deste e-mail deverá estar ciente e concordar com a nossa Política de Privacidade, presente em nosso site.

Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações, exceto quando em cumprimento a ordem de autoridades governamentais ou judiciárias e no estrito cumprimento da lei. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, avise imediatamente ao remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-a. Agradecemos sua cooperação."

licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com> 10 de maio de 2021 17:14
Para: licitacao.maai@auditoria.srv.br

Boa tarde Prezado Sr. Wagner,

Segue anexo, conforme solicitado, o Termo de Referência para fins de cotação.

Atenciosamente,
Bruna Telles.
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Termo de Referência.pdf
573K

Licitação <licitacao.maai@auditoria.srv.br> 12 de maio de 2021 15:51
Para: licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>

Prezada Sra. Bruna,

Qual seria o prazo limite para envio da Proposta Comercial e documentação de habilitação?

O envio deverá ser por e-mail?

Att.

Moreira Auditores
By your side

Natalia Corrêa
Licitação
Telefone 55 51 3210.8016
licitacao.maai@auditoria.srv.br
MOREIRAAUDITORES.COM.BR

"Esta mensagem e os anexos podem conter informação confidencial ou privilegiada de propriedade da empresa, sendo seu sigilo protegido por lei. Se você enviar dados pessoais através deste e-mail deverá estar ciente e concordar com a nossa Política de Privacidade, presente em nosso site.

Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações, exceto quando em cumprimento a ordem de autoridades governamentais ou judiciárias e no estrito cumprimento da lei. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, avise imediatamente ao remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-a. Agradecemos sua cooperação.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com> 17 de maio de 2021 13:38
Para: Licitação <licitacao.maai@auditoria.srv.br>

Bom dia Prezado,

O prazo para cotação está estimado em 20 dias úteis, tendo sido o marco inicial o dia 03/05/2021.

A Administração vislumbra tratar o procedimento a partir de licitação, portanto a documentação de habilitação não será solicitada/analisada neste momento.

Atenciosamente,
Bruna Telles.
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Gmail licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO

14 mensagens

licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com> 18 de maio de 2021 17:40
Para: comercial@bdo.com.br

Prezado Representante Legal,

Através deste e-mail solicitamos cotação para o Termo de Referência em anexo, bem como ponderações que considerar pertinentes à contratação em comento.

Órgão demandante: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade.

Atenciosamente,
Bruna Telles.

Termo de Referência.pdf
573K

Vanusa Porfirio <vanusa.porfirio@bdo.com.br> 20 de maio de 2021 15:19
Para: "licitacao.ambiente@gmail.com" <licitacao.ambiente@gmail.com>
Cc: Comercial BDO <comercial@bdo.com.br>, Luana Castilho <luana.castilho@bdo.com.br>, Viviene Bauer <viviene.bauer@bdo.com.br>

Prezada Bruna, boa tarde!

Primeiramente gostaria de agradecer pelo contato realizado e interesse em conhecer nossa prestação de serviços.

Aproveito para confirmar o recebimento da RFP, e também gostaria de propor uma breve reunião virtual para alinhamento do escopo e explanação das principais dúvidas.

Seguem sugestões de dias e horários:

- Dia 24/05: às 14 ou 15 horas;
- Dia 25/05: às 15 horas; e
- Dia 26/05: às 10.

Conseguem nos atender em um dos horários acima?

Fico no aguardo.

Muito Obrigada!

Vanusa Martins Porfirio

BDO Brazil
vanusa.porfirio@bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho, 90 - Consolação 01050-030 - São Paulo, SP Brasil
Tel: +55 (11) 3848 5880 - ramal 156
Fax: +55 (11) 3045 7363
www.bdobrazil.com.br

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma da firmas-membro da BDO.

Esta mensagem contém informação confidencial, legalmente protegida e destinada ao uso exclusivo da pessoa acima nomeada. Caso o leitor desta mensagem não seja o seu destinatário, fica desde já notificado que a divulgação ou utilização da mesma são estritamente proibidas. Se esta mensagem foi recebida por engano, queira, por favor, nos informar imediatamente, respondendo este e-mail.

BDO RCS Auditores Independentes, an audit partnership organized according to Brazilian law, is a member of BDO International Limited, a UK company limited by guarantee, and makes part of the international BDO network of independent member firms. BDO is the brand name for BDO network and for each of the BDO Member Firms.

This message transmission is intended only for the use of the addressee and may contain confidential information. If you are not the intended recipient, you are hereby notified that any use or dissemination of this communication is strictly prohibited. If received in error, please notify us immediately, by replying this message.
Antes de imprimir pense no meio ambiente. Before you print think about the environment.

De: licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>
Enviado: terça-feira, 18 de maio de 2021 17:40
Para: Comercial BDO <comercial@bdo.com.br>
Assunto: SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO

[Texto das mensagens anteriores oculto]

licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com> 20 de maio de 2021 16:00
Para: Vanusa Porfirio <vanusa.porfirio@bdo.com.br>

Boa tarde,

Reunião agendada para o dia 24/05/2021, 15h.

Favor entrar em contato com antecedência no dia da reunião com o link de acesso.

Atenciosamente,
Bruna Telles
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Vanusa Porfirio <vanusa.porfirio@bdo.com.br> 21 de maio de 2021 08:48
Para: licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>
Cc: Luana Castilho <luana.castilho@bdo.com.br>, Viviene Bauer <viviene.bauer@bdo.com.br>, Mauro Ambrosio <mauro.ambrosio@bdo.com.br>

Obrigada!

Lhe enviarei o link na sequência desse e-mail.

Nosso time de ESG, representará a BDO nessa reunião.

Abraços,

Vanusa Martins Porfirio

BDO Brazil
vanusa.porfirio@bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho, 90 - Consolação 01050-030 - São Paulo, SP Brasil
Tel: +55 (11) 3848 5880 - ramal 156
Fax: +55 (11) 3045 7363
www.bdobrazil.com.br

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma da firmas-membro da BDO.

Esta mensagem contém informação confidencial, legalmente protegida e destinada ao uso exclusivo da pessoa acima nomeada. Caso o leitor desta mensagem não seja o seu destinatário, fica desde já notificado que a divulgação ou utilização da mesma são estritamente proibidas. Se esta mensagem foi recebida por engano, queira, por favor, nos informar imediatamente, respondendo este e-mail.

BDO RCS Auditores Independentes, an audit partnership organized according to Brazilian law, is a member of BDO International Limited, a UK company limited by guarantee, and makes part of the international BDO network of independent member firms. BDO is the brand name for BDO network and for each of the BDO Member Firms.

This message transmission is intended only for the use of the addressee and may contain confidential information. If you are not the intended recipient, you are hereby notified that any use or dissemination of this communication is strictly prohibited. If received in error, please notify us immediately, by replying this message.

Antes de imprimir pense no meio ambiente. Before you print think about the environment.

De: licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>
Enviado: quinta-feira, 20 de maio de 2021 16:00
Para: Vanusa Porfirio <vanusa.porfirio@bdo.com.br>
Assunto: Re: SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO

[Texto das mensagens anteriores oculto]

---

licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>
Para: Vanusa Porfirio <vanusa.porfirio@bdo.com.br>
24 de maio de 2021 13:59

Acuso recebimento
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Vanusa Porfirio <vanusa.porfirio@bdo.com.br>
Para: licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>
Cc: Luana Maia <luana.maia@bdo.com.br>, Viviene Bauer <viviene.bauer@bdo.com.br>
24 de maio de 2021 15:06

Oi Bruna, boa tarde!
Tudo bem?

Nosso time de ESP lhe aguarda na sala do Teams, você conseguiu acessar o link?

Qualquer necessidade, ficamos à disposição.

abs,

Vanusa Martins Porfirio

BDO Brazil
vanusa.porfirio@bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho, 90 - Consolação 01050-030 - São Paulo, SP Brasil
Tel: +55 (11) 3848 5880 - ramal 156
Fax: +55 (11) 3045 7363
www.bdobrazil.com.br

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma da firmas-membro da BDO.

Esta mensagem contém informação confidencial, legalmente protegida e destinada ao uso exclusivo da pessoa acima nomeada. Caso o leitor desta mensagem não seja o seu destinatário, fica desde já notificado que a divulgação ou utilização da mesma são estritamente proibidas. Se esta mensagem foi recebida por engano, queira, por favor, nos informar imediatamente, respondendo este e-mail.

BDO RCS Auditores Independentes, an audit partnership organized according to Brazilian law, is a member of BDO International Limited, a UK company limited by guarantee, and makes part of the international BDO network of independent member firms. BDO is the brand name for BDO network and for each of the BDO Member Firms.

This message transmission is intended only for the use of the addressee and may contain confidential information. If you are not the intended recipient, you are hereby notified that any use or dissemination of this communication is strictly prohibited. If received in error, please notify us immediately, by replying this message.

Antes de imprimir pense no meio ambiente. Before you print think about the environment.

De: licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>
Enviado: segunda-feira, 24 de maio de 2021 13:59
[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

---

licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>
Para: Vanusa Porfirio <vanusa.porfirio@bdo.com.br>
24 de maio de 2021 15:22

Boa tarde
Estaremos acessando agora.
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Vanusa Porfirio <vanusa.porfirio@bdo.com.br>
Para: licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>
Cc: Viviene Bauer <viviene.bauer@bdo.com.br>, Luana Castilho <luana.castilho@bdo.com.br>
24 de maio de 2021 15:23

Obrigada!

Vanusa Martins Porfirio

BDO Brazil
vanusa.porfirio@bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho, 90 - Consolação 01050-030 - São Paulo, SP Brasil
Tel: +55 (11) 3848 5880 - ramal 156
Fax: +55 (11) 3045 7363
www.bdobrazil.com.br

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma da firmas-membro da BDO.

Esta mensagem contém informação confidencial, legalmente protegida e destinada ao uso exclusivo da pessoa acima nomeada. Caso o leitor desta mensagem não seja o seu destinatário, fica desde já notificado que a divulgação ou utilização da mesma são estritamente proibidas. Se esta mensagem foi recebida por engano, queira, por favor, nos informar imediatamente, respondendo este e-mail.

BDO RCS Auditores Independentes, an audit partnership organized according to Brazilian law, is a member of BDO International Limited, a UK company limited by guarantee, and makes part of the international BDO network of independent member firms. BDO is the brand name for BDO network and for each of the BDO Member Firms.

This message transmission is intended only for the use of the addressee and may contain confidential information. If you are not the intended recipient, you are hereby notified that any use or dissemination of this communication is strictly prohibited. If received in error, please notify us immediately, by replying this message.

Antes de imprimir pense no meio ambiente. Before you print think about the environment.

De: licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>
Enviado: segunda-feira, 24 de maio de 2021 15:22
[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

---

licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com> 24 de maio de 2021 15:29
Para: Vanusa Porfirio <vanusa.porfirio@bdo.com.br>

Aguardando link zoom, conforme combinado
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Viviene Bauer <viviene.bauer@bdo.com.br> 24 de maio de 2021 15:30
Para: Vanusa Porfirio <vanusa.porfirio@bdo.com.br>, licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>
Cc: Luana Castilho <luana.castilho@bdo.com.br>

Seguem os dados:

Topic: Viviene Bauer's Zoom Meeting
Time: May 24, 2021 03:30 PM Sao Paulo

Join Zoom Meeting
https://us02web.zoom.us/j/85632912543?pwd=cFY4ZjVMTEFxMWFWY0NYWEdUQS9mQT09

Meeting ID: 856 3291 2543
Passcode: J1W9aK

Viviene Alves Bauer
viviene.bauer@bdo.com.br

Rua Major Quedinho, 90 - Consolação
01050-030 – São Paulo, SP
Brasil
Tel: +55 (11) 3848 5880
Fax: +55 (11) 3045 7363
Cel: +55 (11) 98635.2058
www.bdobrazil.com.br

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma da firmas-membro da BDO.

Esta mensagem contém informação confidencial, legalmente protegida e destinada ao uso exclusivo da pessoa acima nomeada.
Caso o leitor desta mensagem não seja o seu destinatário, fica desde já notificado que a divulgação ou utilização da mesma são estritamente proibidas.
Se esta mensagem foi recebida por engano, queira, por favor, nos informar imediatamente, respondendo este e-mail.

BDO RCS Auditores Independentes, an audit partnership organized according to Brazilian law, is a member of BDO International Limited, a UK company limited by guarantee, and makes part of the international BDO network of independent member firms. BDO is the brand name for BDO network and for each of the BDO Member Firms.

This message transmission is intended only for the use of the addressee and may contain confidential information.
If you are not the intended recipient, you are hereby notified that any use or dissemination of this communication is strictly prohibited.
If received in error, please notify us immediately, by replying this message.

Antes de imprimir pense no meio ambiente. Before you print think about the environment.

De: Vanusa Porfirio <vanusa.porfirio@bdo.com.br>
Enviado: segunda-feira, 24 de maio de 2021 15:23
Para: licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>
Cc: Viviene Bauer <viviene.bauer@bdo.com.br>; Luana Castilho <luana.castilho@bdo.com.br>
Assunto: RE: SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Viviene Bauer <viviene.bauer@bdo.com.br> 24 de maio de 2021 15:48
Para: Vanusa Porfirio <vanusa.porfirio@bdo.com.br>, licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>
Cc: Luana Castilho <luana.castilho@bdo.com.br>

Bruna,

Boa tarde!
Obrigada pelo call. Poderia nos encaminhar o TAC tambem?
At.,

Viviene Alves Bauer
viviene.bauer@bdo.com.br

Rua Major Quedinho, 90 - Consolação
01050-030 – São Paulo, SP
Brasil
Tel: +55 (11) 3848 5880
Fax: +55 (11) 3045 7363
Cel: +55 (11) 98635.2058
www.bdobrazil.com.br

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes.
BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma da firmas-membro da BDO.

Esta mensagem contém informação confidencial, legalmente protegida e destinada ao uso exclusivo da pessoa acima nomeada.
Caso o leitor desta mensagem não seja o seu destinatário, fica desde já notificado que a divulgação ou utilização da mesma são estritamente proibidas.
Se esta mensagem foi recebida por engano, queira, por favor, nos informar imediatamente, respondendo este e-mail.

BDO RCS Auditores Independentes, an audit partnership organized according to Brazilian law, is a member of BDO International Limited, a UK company limited by guarantee, and makes part of the international BDO network of independent member firms. BDO is the brand name for BDO network and for each of the BDO Member Firms.

This message transmission is intended only for the use of the addressee and may contain confidential information.
If you are not the intended recipient, you are hereby notified that any use or dissemination of this communication is strictly prohibited.
If received in error, please notify us immediately, by replying this message.

P Antes de imprimir pense no meio ambiente. Before you print think about the environment.

De: Viviene Bauer <viviene.bauer@bdo.com.br>
Enviado: segunda-feira, 24 de maio de 2021 15:30
Para: Vanusa Porfirio <vanusa.porfirio@bdo.com.br>; licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>
Cc: Luana Castilho <luana.castilho@bdo.com.br>
[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

---

licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>
Para: Viviene Bauer <viviene.bauer@bdo.com.br>
24 de maio de 2021 16:22

Boa tarde,

Segue anexo o Termo de Ajuste de Conduta, conforme solicitado.

Ademais, aclamo para que as dúvidas pontuadas na reunião sejam enviadas por e-mail para que constem nos autos da instrução processual.

Atenciosamente,
Bruna Telles
[Texto das mensagens anteriores oculto]

TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA.pdf
23924K

Viviene Bauer <viviene.bauer@bdo.com.br>
Para: Vanusa Porfirio <vanusa.porfirio@bdo.com.br>, licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>
Cc: Luana Castilho <luana.castilho@bdo.com.br>, Licitacao-BDO <licitacao@bdo.com.br>
25 de maio de 2021 14:34

Bruna,

Boa tarde!
Após leitura do TAC e TDR enviados, gostaria de informar que a BDO não participará do processo.
Agradecendo esta indicação, ficamos à disposição para futuras oportunidades.
At.,

Viviene Alves Bauer
viviene.bauer@bdo.com.br

Rua Major Quedinho, 90 - Consolação
01050-030 – São Paulo, SP
Brasil
Tel: +55 (11) 3848 5880
Fax: +55 (11) 3045 7363
Cel: +55 (11) 98635.2058
www.bdobrazil.com.br

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes.
BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma da firmas-membro da BDO.

Esta mensagem contém informação confidencial, legalmente protegida e destinada ao uso exclusivo da pessoa acima nomeada.
Caso o leitor desta mensagem não seja o seu destinatário, fica desde já notificado que a divulgação ou utilização da mesma são estritamente proibidas.
Se esta mensagem foi recebida por engano, queira, por favor, nos informar imediatamente, respondendo este e-mail.

BDO RCS Auditores Independentes, an audit partnership organized according to Brazilian law, is a member of BDO International Limited, a UK company limited by guarantee, and makes part of the international BDO network of independent member firms. BDO is the brand name for BDO network and for each of the BDO Member Firms.

This message transmission is intended only for the use of the addressee and may contain confidential information.
If you are not the intended recipient, you are hereby notified that any use or dissemination of this communication is strictly prohibited.
If received in error, please notify us immediately, by replying this message.

P Antes de imprimir pense no meio ambiente. Before you print think about the environment.

De: Vanusa Porfirio <vanusa.porfirio@bdo.com.br>
Enviado: segunda-feira, 24 de maio de 2021 15:06
Para: licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>
Cc: Luana Maia <luana.maia@bdo.com.br>; Viviene Bauer <viviene.bauer@bdo.com.br>
Assunto: RE: SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO

[Texto das mensagens anteriores oculto]

---

licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>
Para: Viviene Bauer <viviene.bauer@bdo.com.br>
26 de maio de 2021 11:39

Acuso recebimento
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Gmail licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>

COTAÇÃO DE PREÇOS - TAC

7 mensagens

licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com> 26 de maio de 2021 17:09
Para: credenciamento@auditoria.srv.br, licitacao@auditoria.srv.br

Prezado Representante Legal,

Através deste e-mail solicitamos cotação para o Termo de Referência em anexo, bem como ponderações que considerar pertinentes à contratação em comento.

Órgão demandante: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade.

Atenciosamente,
Bruna Telles.
(21) 2332-56-08 / (21) 991-58-74-23
CNPJ : 42.498.709/0001-09

Termo de Referência.pdf
573K

Licitação <licitacao@auditoria.srv.br> 26 de maio de 2021 17:17
Para: licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>

Prezada,

Confirmo o recebimento.

Att.

Natália Licitação - Outlook 2021

"Esta mensagem e os anexos podem conter informação confidencial ou privilegiada de propriedade da empresa, sendo seu sigilo protegido por lei. Se você enviar dados pessoais através deste e-mail deverá estar ciente e concordar com a nossa Política de Privacidade, presente em nosso site.

Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações, exceto quando em cumprimento a ordem de autoridades governamentais ou judiciárias e no estrito cumprimento da lei. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, avise imediatamente ao remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-a. Agradecemos sua cooperação."

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Licitação <licitacao@auditoria.srv.br> 28 de maio de 2021 10:13
Para: licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>

Bom dia Bruna,

Gostaríamos de agendar uma reunião para tirarmos dúvidas em relação ao trabalho.

Poderia ser na segunda ou quarta a tarde?

Att.

Natália Licitação - Outlook 2021

"Esta mensagem e os anexos podem conter informação confidencial ou privilegiada de propriedade da empresa, sendo seu sigilo protegido por lei. Se você enviar dados pessoais através deste e-mail deverá estar ciente e concordar com a nossa Política de Privacidade, presente em nosso site.

Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações, exceto quando em cumprimento a ordem de autoridades governamentais ou judiciárias e no estrito cumprimento da lei. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, avise imediatamente ao remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-a. Agradecemos sua cooperação."

De: licitacao ambiente [mailto:licitacao.ambiente@gmail.com]
Enviada em: quarta-feira, 26 de maio de 2021 17:10
Para: credenciamento@auditoria.srv.br; licitacao@auditoria.srv.br
Assunto: COTAÇÃO DE PREÇOS - TAC

Prezado Representante Legal,

[Texto das mensagens anteriores oculto]

---

licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com> 1 de junho de 2021 13:57
Para: Licitação <licitacao@auditoria.srv.br>

Boa tarde,

Teríamos a viabilidade da reunião na quarta (02/06/2021) às 15h, há concordância?

135

Aguardo retorno.

Atenciosamente,

Bruna Telles.

(21) 2332-56-08 / (21) 991-58-74-23

CNPJ : 42.498.709/0001-09

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Licitação <licitacao@auditoria.srv.br>
Para: licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>

1 de junho de 2021 14:03

Prezada Bruna,

Temos sim disponibilidade.

O Sr. Diego Moreira irá enviar o link para reunião.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

---

licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>
Para: Licitação <licitacao@auditoria.srv.br>

2 de junho de 2021 14:03

Boa tarde,

Já pode ser enviado o link para reunião? Para que possamos nos organizar com tempo hábil, por favor.

Atenciosamente,
Bruna Telles
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Licitação <licitacao@auditoria.srv.br>
Para: licitacao ambiente <licitacao.ambiente@gmail.com>

16 de junho de 2021 16:53

Prezada Sra. Bruna,

O Sr. Diego pediu para eu lhe enviar o cronograma que ele comentou com você na reunião.

5. CRONOGRAMA E VALOR MÁXIMO

5.1. CRONOGRAMA

Etapa	Item	Atividade/Produto	Prazo de entrega	% de Desembolso
1	1	Diagnóstico Prévio	Em até 40 dias, contados da assinatura do contrato	10%
	2	Plano de Trabalho	Em até 40 dias contados da assinatura do contrato	5%
2	1	Relatório Consolidado de Auditoria	Em até 90 dias contados da assinatura do contrato	entrega prévia para avaliação da PMPA
	2	Relatório Consolidado de Auditoria	Em até 120 dias contados da assinatura do contrato	80%
3	1	Resposta aos pedidos de esclarecimentos e eventuais complementações	Em até 40 dias após a apresentação de questionamentos por parte da contratante, que poderão ser feitos em até 1 ano após a entrega dos Relatórios conclusivos de auditoria	5%

Att.

Moreira Auditores
By your side

Natalia Corrêa
Licitação

Telefone 55 51 3210.8016
licitacao@auditoria.srv.br
MOREIRAAUDITORES.COM.BR

"Esta mensagem e os anexos podem conter informação confidencial ou privilegiada de propriedade da empresa, sendo seu sigilo protegido por lei. Se você enviar dados pessoais através deste e-mail deverá estar ciente e concordar com a nossa Política de Privacidade, presente em nosso site.

Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações, exceto quando em cumprimento a ordem de autoridades governamentais ou judiciárias e no estrito cumprimento da lei. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, avise imediatamente ao remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-a. Agradecemos sua cooperação."

De: licitacao ambiente [mailto:licitacao.ambiente@gmail.com]
Enviada em: quarta-feira, 26 de maio de 2021 17:10
Para: credenciamento@auditoria.srv.br; licitacao@auditoria.srv.br
Assunto: COTAÇÃO DE PREÇOS - TAC

Prezado Representante Legal,

[Texto das mensagens anteriores oculto]

136

e Títulos para 1 (uma) vaga de Professor Adjunto, com carga horária de 40 (quarenta) h/s, do Departamento de Filosofia, Área de História da Filosofia: Filosofia Moderna, cujo provimento ocorrerá nos termos dispostos na Lei nº 5.343/2008, Decreto nº 41.614/2008, Decreto nº 43.007/2011, na Resolução UERJ nº 03/91, no Ato Executivo nº 45/REITORIA/93 e no Ato Executivo nº 021/REITORIA/2011. Proc. SEI nº E-26/007/104856/2018.

Class.	Nome do Candidato	Aval. 1	Aval. 2	Aval. 3	Média Final
1º	Danillo de Jesus Ferreira Leite	8,66	9,00	9,00	8,88
2º	Mirian Monteiro Kussum	7,93	8,10	8,10	8,24

Id: 2315038

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE PROFESSOR ADJUNTO, 01 (UMA) VAGA, DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, DO DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA, ÁREA DE HISTÓRIA DA FILOSOFIA: FILOSOFIA MODERNA, COM CARGA HORÁRIA DE 40 (QUARENTA) H/S.

A SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DE PESSOAS, de acordo com o Edital do Concurso Público em epígrafe **CONVOCA** o candidato **DANILLO DE JESUS FERREIRA LEITE**, 1º classificado, para entrega de documentação, que se dará excepcionalmente por meio eletrônico, e para a realização de exame médico admissional presencial, ambos a serem agendados por email. Proc. SEI nº E-26/007/104856/2018.

Id: 2315039

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS, CONTRATOS E LICITAÇÕES

AVISO

A COORDENADORIA DE CONVÊNIOS, CONTRATOS E LICITAÇÕES DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE convoca os interessados a formularem propostas para estimativa de preços:

OBJETO : Contratação de empresa especializada para realização de auditoria independente, na área de conformidade legal, que deverá avaliar o cumprimento do disposto no Termo de Ajustamento de Conduta- TAC firmado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-MPRJ, O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, REPRESENTADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS, O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE INEA E A EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS.
ENVIO DAS PROPOSTAS: As propostas de preços deverão ser encaminhadas por meio do e-mail licitacao.ambiente@gmail.com (informar o número do processo no assunto do e-mail de envio da proposta)
PROCESSO Nº SEI-070026/000410/2021
O Termo de Referência e os Modelos para instruir a Cotação estão disponíveis no site da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (http://www.rj.gov.br/secretaria/PaginaDetalhe.aspx?id_pagina=6105), no campo destinado a Licitações e Contratos ou poderão ser solicitados no e-mail
licitacao.ambiente@gmail.com
Demais informações podem ser obtidas pelo telefone (21) 2334-5608.

Id: 2315133

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTECOMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO
TOMADA DE PREÇOS N° 001/2021

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE-INEA designa dos pela Portaria INEA/COGEXEC n° 169, de 13 de abril de 2021 torna público que por motivos administrativos o certame marcado para o dia 07/05/2021, fica remarcado para o dia 21/05/2021. Processo nº SEI-070002/008656/2020.

Id: 2314983

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Permissão Remunerada de Uso nº 841/2021. **PARTES:** Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro S.A - CEASA/RJ e BOX 80 DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA. **OBJETO:** Permissão Remunerado e Uso o espaço físico de 760,20m² (setecentos e sessenta metros quadrados e vinte centímetros quadrados, Pavilhão 80 situado na Unidade Grande Rio, de propriedade da PERMITENTE, localizada na Av. Brasil, nº 19.001, Irajá- Rio de janeiro. **DATA DA ASSINATURA:** 12/04/2021 **VIGÊNCIA:** 15 (quinze) anos, prorrogável por igual período, tendo a data de assinatura de publicação do extrato no Diário Oficial como termo inicial de vigência. **VALOR: R$** 7.537,12 (sete mil, quinhentos e trinta e sete reais e doze centavos) á Título de tarifa de uso mensalmente. **FUNDAMENTO:** Lei 13.303/16. **PROCESSO Nº SEI-E-02/004/800/2013.**

Id: 2315103

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 033/2018. **PARTES:** Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro S.A-CEASA-RJ e CERTIFICA PARKING & FACILITIES LTDA. **OBJETO:** Alteração da denominação social da contratada, relativo à prestação de serviços comuns e contínuos, em operação de estacionamento, na área de mercado da Unidade I da CEASA-RJ. **FUNDAMENTO:** Art. 71, da Lei nº 13.303/16. **DATA DA ASSINATURA:** 01/04/2021. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, dando-se ao contrato o prazo total de 36 (trinta e seis). meses. **VALOR:** R$ 1.470.180,49 (um milhão, quatrocentos e setenta mil cento e oitenta reais e quarenta e nove centavos). **PROCESSO SEI Nº E-02/004/100242/2018.**

Id: 2315114

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 024/2018. **PARTES:** Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro S.A-CEASA-RJ e CERTIFICA AFERIÇÕES E SERVIÇOS GERAIS LTDA-EPP. **OBJETO:** Alteração do Contrato n° 024/2018, relativo à prestação de serviços especializados em controle de entrada/saída de veículos automotores e controle de movimentação de carga na portaria de acesso da Unidade I da CEASA-RJ. **FUNDAMENTO:** Art. 71, da Lei nº 13.303/16. **DATA DA ASSINATURA:** 01/03/2021. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, dando-se ao contrato o prazo total de 36 (trinta e seis) meses. **VALOR:** R$ 1.141.500,00 (um milhão, cento e quarenta e um mil e quinhentos reais). **PROCESSO SEI Nº** E-02/004/100212/2018.

Id: 2315110

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

AVISOS

A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS - SEDSODH, através da COMISSÃO DE SELEÇÃO, instituída pela Resolução SEDSODH nº 253, de 05 de janeiro de 2021, torna público o resultado final do Chamamento Público SEDSODH nº 002/2021, referente ao Processo de Seleção nº SEI-310003/001643/2020, que tem por objeto a seleção de entidade de assistência social, regularmente constituída, dotada de personalidade jurídica de direito privado e sem fins econômicos ou lucrativos, com vistas à celebração de parceria destinada a Cogestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade do CAI Oswaldo Aranha, conforme abaixo:

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DOS HOMENS DE AMANHÃ, inscrita no CNPJ nº 00.761.702/0001-98 - 1ª CLASSIFICADA, sendo este o RESULTADO FINAL. As razões que fundamentaram a decisão para habilitação da entidade encontram-se presentes na ATA DE RESPOSTA AOS RECURSOS DA COMISSÃO DE SELEÇÃO e tiveram como base a análise técnica e documentos avaliados. O Resultado final do Processo Seletivo encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, situada na Rua Erasmo Braga, nº 118, 9º andar, e no site www.rj.gov.br, na aba social e no CONVERJ www.converj.rj.gov.br/converj/ na aba programas. Processo nº SEI-310003/001643/2020

A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS - SEDSODH, através da COMISSÃO DE SELEÇÃO, instituída pela Resolução SEDSODH nº 253, de 05 de janeiro de 2021, torna público o resultado final do Chamamento Público SEDSODH nº 001/2021 referente ao Processo de Seleção nº SEI-310003/001506/2020, que tem por objeto a seleção de entidade de assistência social, regularmente constituída, dotada de personalidade jurídica de direito privado e sem fins econômicos ou lucrativos, com vistas à celebração de parceria destinada a Cogestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade do CAI Protógenes Guimarães, conforme abaixo:

CENTRO DE PESQUISA E DE AÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS - CON - TATO, inscrita no CNPJ nº 03.686.998/0001-18 - 1ª CLASSIFICADA, sendo este o RESULTADO FINAL. As razões que fundamentaram a decisão para habilitação da entidade encontram-se presentes na ATA DE RESPOSTA AOS RECURSOS DA COMISSÃO DE SELEÇÃO e tiveram como base a análise técnica e documentos avaliados. O Resultado final do Processo Seletivo encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, situada na Rua Erasmo Braga, nº 118, 9º andar, e no site www.rj.gov.br, na aba social e no CONVERJ www.converj.rj.gov.br/converj/ na aba programas. Processo nº SEI - 310003/001506/2020

Id: 2314998

Secretaria de Estado das Cidades

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

IDENTIFICAÇÃO: Termo Aditivo II de Retificação e Ratificação ao Contrato nº 016/2020, de 16/04/2020, assinado em 27 de abril de 2021. **PARTES:** DER-RJ e a Empresa HASHIMOTO MANUTENÇÃO ELÉTRICA E COMÉRCIO LTDA. **OBJETO**: "Serviços de manutenção da
iluminação pública na Malha Rodoviária da Região Centro Sul e Metropolitana, compreendidas pelas: 2ª, 4ª, 5ª, 7ª, 9ª, 11ª, 12ª, 14ª, 15ª, 16ª, 20ª ROCs (Residências de Obras e Conservação)". **VALOR:** R$ 749.496,14 (setecentos e quarenta e nove mil quatrocentos e noventa e seis reais e quatorze centavos). **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/1993. **PROCESSO Nº SEI-330024/000142/2021.**

Id: 2315003

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
FUNDO ESTADUAL DE CULTURA

NÃO DEIXE O SAMBA MORRER

A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA torna pública a Errata do Edital de Chamada Emergencial de Premiação nº 02/2021 "BLOCO NAS REDES RJ", publicado no Diário Oficial de 22 de abril de 2021, folhas 44-47 que dispõe sobre o credenciamento e a premiação financeira de festivais online para a apresentação de blocos de carnaval do Estado do Rio de Janeiro, conforme processo SEI 180007/000587/2021 nos moldes abaixo:

Onde se lê:
2.4 A previsão desta Chamada é premiar financeiramente 23 (vinte e três) propostas de Festivais Online para Apresentação de Blocos de Carnaval conforme categorias dispostas no item 4.2.
Leia-se:
2.4 A previsão desta Chamada é premiar financeiramente 26 (vinte e seis) propostas de Festivais Online para Apresentação de Blocos de Carnaval conforme categorias dispostas no item 4.2.

Onde se lê:
4.1 O valor total dos recursos disponibilizados para esta Chamada Emergencial corresponde a R$1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais).
Leia-se:
4.1 O valor total dos recursos disponibilizados para esta Chamada Emergencial corresponde a R$1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais).

Onde se lê:
4.2 Cada proposta receberá aporte financeiro de acordo com as categorias abaixo:

Categoria A: 05 (cinco) Associações ou Federações que beneficiem 10 (dez) ou mais blocos - R$100.000,00 (cem mil reais). Sendo 60% para o Interior e 40% para a Capital;

Categoria A		
Região	Número de Projetos	Aporte
Capital - 40%	02	R$200.000,00
Interior - 60%	03	R$300.000,00
Total - 100%	05	R$500.000,00

Leia-se:
4.2 Cada proposta receberá aporte financeiro de acordo com as categorias abaixo:

Categoria A: 08 (oito) Associações ou Federações que beneficiem 10 (dez) ou mais blocos - R$100.000,00 (cem mil reais). Sendo 60% para o Interior e 40% para a Capital;

Categoria A		
Região	Número de Projetos	Aporte
Capital - 40%	03	R$300.000,00
Interior - 60%	05	R$500.000,00
Total - 100%	08	R$800.000,00

Controladoria Geral do Estado

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
CORREGEDORIA GERAL DO ESTADO
4ª COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

EDITAL

O PRESIDENTE DA 4ª COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, nos autos do processo administrativo SEI nº 0300034/000312/2020, tendo em vista o disposto no artigo 70, § 1º do Decreto-Lei nº 220, alterado pela Lei 1497/89 de 21/08/89, **CITA** pelo presente **EDITAL** o servidor **LUIZ CLAUDIO DE ALMEIDA GUIMARÃES JÚNIOR, Identidade Funcional nº 50064401, Professor Docente I, Nível C, Referência 04, Matrícula nº 30297717, Vínculo 1,** para comparecer à Sede da referida Comissão, situada nesta Cidade, na Avenida Erasmo Braga, nº 118, Sala 1208, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Tel.: 23331893, no horário das 10:00 às 16:00 horas, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da última publicação, quando terá vista dos autos na Sede da Comissão, a fim de apresentar **DEFESA ESCRITA**, em 2 (duas) vias, sob pena de REVELIA, por ter sido indiciado por transgressão ao art. 52, inciso V, parágrafo 1º do Decreto-Lei n º 220/75, alterado pela Lei Complementar n º 85/96, por ter se ausentado do serviço, sem justa causa, por dez dias consecutivos, no período de 03/02/2020 a 12/02/2020, tudo conforme consta dos autos.

Id: 2314266

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
CORREGEDORIA GERAL DO ESTADO
SUPERINTENDÊNCIA DE REGIME DISCIPLINAR
15ª COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

EDITAL

A PRESIDENTE DA 15ª COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, com base nos autos do Processo Administrativo nº SEI-03/021/1686/2015, tendo em vista o disposto no artigo 75 do Decreto-Lei n.º 220, de 18 de julho de 1975, faz saber o servidor **DIOGENES FRANCISCO MENDONÇA LEAL**, Agente de Segurança Socioeducativo, Matrícula nº 3.073.900-7, Identidade Funcional nº 5035848-0, Vínculo 1, que deverá comparecer à sede da referida Comissão, situada nesta Cidade à Avenida Erasmo Braga, 118, 12.º andar, sala 1211, Centro/RJ, tel. (21) 2333-1890, no horário de 10h às 16h, a fim de prestar esclarecimentos no Processo Administrativo Disciplinar, instaurado para apurar **10 (dez) faltas consecutivas**, de acordo com o disposto no art. 52, inciso V, § 1.º do Decreto-Lei n.º 220/75, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, a contar da primeira publicação do presente EDITAL.

Id: 2314861

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
CORREGEDORIA GERAL DO ESTADO
SUPERINTENDÊNCIA DE REGIME DISCIPLINAR
15ª COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

EDITAL

A PRESIDENTE DA 15ª COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, com base nos autos do Processo Administrativo

CAIXA POLÍTICAS PÚBLICAS
PROPOSTA DE SERVIÇOS
RIO DE JANEIRO, 29/07/2021

VICE PRESIDÊNCIA DE GOVERNO

caixa.gov.br

1. OBJETIVO

1.1 Tendo em vista a Contratação de empresa especializada para realização de auditoria independente que deverá avaliar o cumprimento do disposto no Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ, o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, o Instituto Estadual do Meio Ambiente – INEA, e a empresa Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS, a CAIXA apresenta neste documento uma proposta precificada de prestação de serviços nas modalidades assistência técnica de engenharia, de aspectos sociais, visita/vistorias técnicas e prestação de contas, que contemplam grande parte da necessidade apresentada no referido TAC.

1.2 Importante enfatizar que a CAIXA não é uma empresa de auditoria ambiental, no entanto, possui experiência de anos no trato de diversas ações a serem auditadas conforme definido no TAC, considerando que, como Mandataria da União, atua em supervisão e controle de contratos de infraestrutura, saneamento, gerenciamento de obras, regularização fundiária, entre outros, inclusive com acompanhamento dos aspectos Sociais inerentes a estas ações, com vasto conhecimento em prestação de contas, movimentações bancárias, acompanhamento de obras, análise de produtos, compatibilização de peças técnicas, etc.

1.3 Destaca-se que a CAIXA já operacionaliza e acompanha (atividade de controller) diversas ações de repasse da União que tem o INEA como executor e estas possuem aspectos ambientais relevantes inclusive com recomposição/reflorestamentos.

1.4 É importante ressaltar a notória experiência da CAIXA em resposta aos questionamentos de diversos órgãos de controle, trazendo subsídios aos serviços de auditoria. A CAIXA na qualidade de mandatária da União desde 1996 e tendo executado mais de 34 mil contratos de repasse com investimento total de cerca de R$85 bilhões, adquiriu credibilidade reconhecida junto ao TCU (Tribunal de Contas União) e à CGU (Controladoria Geral da União).

2. ATIVIDADES

2.1 A Cláusula Terceira do TAC, no seu item 6.2.1, versa sobre o acompanhamento por auditoria independente das ações de cumprimento das medidas mitigatórias e compensatórias e de todas as demais obrigações assumidas pelo empreendedor, mediante a adoção, das seguintes medidas:

(i) A fiscalização não pode se limitar à simples leitura e aceitação dos relatórios das obrigações específicas decorrentes do TAC apresentados e elaborados unilateralmente pelo empreendedor;

(ii) Deverá ser promovida avaliação crítica das informações e documentação fornecidas pela PETROBRAS, por meio de relatórios elaborados por sua equipe técnica;

MINISTÉRIO PÚBLICO RJ 138

(iii) Deverá realizar vistorias in loco para apurar o devido cumprimento de cada uma das obrigações do TAC, devendo estas vistorias serem levadas em conta na confecção dos relatórios a que alude o item anterior (exceto quando a obrigação se restringir à apresentação de documentos);

(iv) A cada documento relativo ao cumprimento da respectiva obrigação protocolado pela PETROBRAS, deverá ser realizada vistoria, se for o caso, com registros fotográficos, e elaborado um parecer técnico esclarecendo se as informações prestadas no respectivo documento condizem com a realidade do campo, se são suficientes e eficientes. Os serviços serão exclusivamente para acompanhamento das obrigações de TAC.

2.2 Como definição e delimitação do escopo de avaliação crítica, para as obrigações do TAC inseridas nos parâmetros dos itens (i) e (ii), a CAIXA apresentará relatório informando a pertinência e consistência dos documentos apresentados.

2.3 Para todas as obrigações contidas no TAC que necessitem de vistoria *in loco,* conforme os itens (iii) e (iv), a CAIXA fará visita técnica de acordo com a obrigação do TAC. Cada visita técnica será amparada por um relatório fotográfico e parecer técnico.

2.4 Para as demais obrigações que exigem a verificação de depósito em contas específicas, judiciais ou de municípios, a CAIXA apresentará prestação de contas dessas movimentações.

2.4.1 Solicitamos que a SEAS especifique no seu TR de contratação a forma como será o acesso a esses documentos.

2.5 Entendemos, na fase inicial da prestação dos serviços, ser necessário reunião para esclarecer sobre documentos com data de apresentação já expirados e cronograma de entrega.

2.5.1 Sobre eventuais prazos de cumprimento que estão no TAC, e já vencidos, necessário informar se serão repactuados ou se houve dilação.

2.5.2 Para acesso à informações da Petrobras, SEAS e INEA, bem como futuro agendamento de vistorias *in loco* e reuniões, é importante que sejam disponibilizados os contatos dessas instituições.

2.6 A precificação dos serviços considerou a apresentação de todos os trabalhos produzidos pela CAIXA a serem entregues em meio digital (pdf) como forma de otimizar os custos.

2.6.1 Importante registrar no TR de contratação como será o acesso a toda documentação que será analisada, bem como aos documentos vinculados aos trabalhos em análise.

3. ESCOPO DO(S) SERVIÇO(S)

3.1 Detalhamos a seguir o escopo dos serviços a serem prestados pela CAIXA referente à Cláusula Segunda do TAC:

Condicionante 1: Estudo Hídrico Complementar, em atendimento a Deliberação CECA nº 6102.

Ação de verificação 1: Consultar se foi feito o Estudo Hídrico Complementar.

Ação de verificação 2: Verificar se o Estudo atende os requisitos predispostos no TAC.

Produto a ser entregue: Relatório técnico com as informações solicitadas.

Condicionante 2: Elaboração do Plano de Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro.

Ação de verificação 1: Consultar e atestar se foi feito o depósito para o Plano.

Ação de verificação 2: Verificar se o TR feito pela SEAS/INEA atende os requisitos predispostos no TAC.

Produtos a serem entregues: Relatório financeiro de prestação de contas e relatório técnico com as informações solicitadas para o TR.

Condicionante 3: Depósito PETROBRAS para INEA ou SEAS.

Ação de verificação 1: Consultar e atestar se foram feitos os depósitos pela Petrobras em duas contas específicas indicadas pela SEAS ou INEA no prazo previsto.

Produto a ser entregue: Relatório financeiro de prestação de contas.

Condicionante 3.1: Depósito PETROBRAS para INEA ou SEAS.

Ação de verificação 1: Consultar e atestar se foram feitos os depósitos pela Petrobras em duas contas específicas indicadas pela SEAS ou INEA no prazo previsto.

Ação de Verificação 2: Verificar se houve a contratação dos serviços propostos.

Produtos a serem entregues: Relatório financeiro de prestação de contas e relatório técnico sobre contratação.

Condicionante 3.2: Depósito PETROBRAS para INEA ou SEAS.

Ação de verificação 1: Consultar e atestar se foram feitos os depósitos pela Petrobras em duas contas específicas indicadas pela SEAS ou INEA no prazo previsto.

Ação de Verificação 2: Verificar se houve a contratação dos serviços propostos.

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 139 RJ

Produtos a serem entregues: Relatório financeiro de prestação de contas e relatório técnico sobre contratação.

Condicionante 4: Utilização de água do rio Guandu.

Ação de verificação 1: Verificar se a utilização da água do rio Guandu cumpre as condicionantes previstas no item.

Ação de Verificação 2: Verificar se há uma solução apontada no Estudo Hídrico Complementar.

Produtos a serem entregues: Relatório técnico para cada uma das ações. Previsão de uma visita técnica ao local.

Condicionante 5.1: No que concerne a Licença Prévia FE013990 (AVB000621) itens 5.1.1, 5.1.2, 5.1.3, 5.1.5 e 5.1.7).

Ação de Verificação 1: Verificar se houve a entrega dos documentos solicitados em cada uma das condicionantes e dos documentos solicitados.

Ação de Verificação 2: Elaborar relatório sobre a pertinência e consistência dos documentos apresentados.

Produtos a serem entregues: Relatório técnico para cada um dos itens. Previsão de uma visita técnica ao local.

Condicionante 5.1.11: Celebrar Termo de Compromisso de Restauração Florestal – TCRF com a INEA/SEAS, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do TAC.

Ação de verificação 1: Verificar se houve a celebração do instrumento TCRF com a SEAS/INEA.

Ação de verificação 2: Verificar se houve o depósito do valor previsto e se houve a restauração das áreas estabelecidas até 30/12/2021, com inspeções in loco.

Produtos a serem entregues: Relatório técnico. Previsão de três visitas técnicas ao local.

Condicionante 5.1: No que concerne a Licença Prévia FE013990 (AVB000621) itens 5.1.14, 5.1.15, 5.1.18 e 5.1.19).

Ação de Verificação 1: Verificar se houve a entrega dos documentos solicitados em cada uma das condicionantes.

Ação de Verificação 2: Elaborar relatório sobre a pertinência e consistência dos documentos fornecidos pela Petrobras.

Produtos a serem entregues: Relatório técnico para cada um dos itens.

Condicionante 5.1.20: Realizar depósito em conta judicial a ser destinada às ações de fortalecimento das atividades de fiscalização e licenciamento do Município de Itaboraí.

Ação de Verificação 1: Verificar se houve o depósito no prazo previsto.

Ação de Verificação 2: Verificar se houve a contratação dos serviços propostos.

Produtos a serem entregues: Relatório financeiro de prestação de contas e relatório técnico sobre a contratação dos serviços.

Condicionante 5.1.21: Contrato com o SENAI para realização de eventos.

Ação de Verificação 1: Verificar se houve a contratação do SENAI para o serviço previsto.

Ação de Verificação 2: Verificar se houve a execução dos serviços propostos.

Produtos a serem entregues: Relatório técnico sobre a contratação dos serviços e sobre a sua execução.

Condicionante 5.1.26: Ações de apoio aos hortos existentes na área de influência do COMPERJ.

Ação de Verificação 1: Verificar se houve a entrega dos documentos solicitados.

Ação de Verificação 2: Elaborar relatório sobre a pertinência e consistência dos documentos fornecidos pela Petrobras.

Produtos a serem entregues: Relatório técnico da documentação enviada pela Petrobras. Previsto uma visita técnica ao local.

Condicionante 5.1.27: Apresentar ao MPRJ as Autorizações e Outorgas obtidas relacionadas à captação de água.

Ação de Verificação 1: Verificar se houve a entrega dos documentos solicitados.

Ação de Verificação 2: Elaborar relatório sobre a pertinência e consistência dos documentos fornecidos pela Petrobras.
Produto a ser entregue: Relatório técnico da documentação enviada pela Petrobras.

Condicionante 5.1.28: Apresentar o Projeto Executivo do sistema de drenagem, que foi aprovado pelo órgão ambiental contemplando todas as intervenções de drenagem necessárias.

Ação de Verificação 1: Verificar se houve a entrega dos documentos solicitados.

Ação de Verificação 2: Elaborar relatório sobre a pertinência e consistência dos documentos fornecidos pela Petrobras.

Produto a ser entregue: Relatório técnico da documentação enviada pela Petrobras. Previsto uma visita técnica ao local.

Condicionante 5.1.30: Apresentar comprovantes de pagamento, carta e publicação no DOERJ do TC do Parque Águas.

Ação de Verificação 1: Verificar se houve a entrega dos documentos solicitados.

Ação de Verificação 2: Verificar se houve saldo de recursos decorrente de valores previstos na unificação das condicionantes 32 e 34 e ainda não utilizados.

Ação de Verificação 3: Verificar se no caso de saldo de recursos decorrente de valores previstos na unificação das condicionantes 32 e 34 e ainda não utilizados foram depositados em conta indicada pelo INEA.

Produto a ser entregue: Relatório financeiro de prestação de contas.

Condicionantes 5.2.5 e 5.2.5.1: Apresentar os convênios celebrados com a SEAS e a Fundação Bio-Rio e Comprovar o repasse de recursos realizados para fins de construção de sistemas de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá.

Ação de Verificação 1: Verificar se houve a entrega dos documentos solicitados.

Ação de Verificação 2: Verificar se houve saldo de recursos decorrente de valores previstos na unificação das condicionantes 32 e 34 e ainda não utilizados.

Ação de Verificação 3: Verificar se no caso de saldo de recursos decorrente de valores previstos na unificação das condicionantes 32 e 34 e ainda não utilizados foram depositados em conta indicada pelo INEA.

Produtos a serem entregues: Relatório financeiro de prestação de contas e relatório sobre documentação apresentada.

Condicionante 5.3.1: Apresentar o Projeto Executivo de Urbanização licenciado pelo INEA.

Ação de Verificação 1: Verificar se houve a entrega dos documentos solicitados.

Ação de Verificação 2: Elaborar relatório sobre a pertinência e consistência dos documentos fornecidos pela Petrobras.

Produto a ser entregue: Relatório técnico da documentação enviada pela Petrobras. Previsto uma visita técnica ao local.

Condicionante 5.3.8: Programa de Valorização Cultural

Ação de Verificação 1: Verificar a entrega da documentação de cada uma das condicionantes.

Produto a ser entregue: Relatório técnico social da documentação enviada pela Petrobras.

Condicionante 5.4.2: Desapropriações

Ação de Verificação 1: Verificar se esta sendo implementado os programas de desapropriações.

Ação de Verificação 2: Elaborar relatório sobre a pertinência e consistência dos documentos fornecidos pela Petrobras com inspeções in loco.

Produto a ser entregue: Relatório técnico da documentação enviada pela Petrobras. Previsto uma visita técnica ao local.

Condicionante 5.5.2: Processos erosivos dos aterros e da coleta e condução das águas pluviais.

Ação de Verificação 1: Verificar as iniciativas para combater os processos erosivos dos aterros e da coleta e condução de águas superficiais.

Ação de Verificação 2: Elaborar relatório sobre a pertinência e consistência dos documentos fornecidos pela Petrobras com inspeções in loco.

Produto a ser entregue: Relatório técnico da documentação enviada pela Petrobras. Previsto uma visita técnica ao local.

Condicionante 5.5.7: Relatórios do Plano de Supressão da Vegetação enviados ao INEA

Ação de Verificação 1: Verificar o Plano de Supressão da Vegetação

Ação de Verificação 2: Elaborar relatório sobre a pertinência e consistência dos documentos fornecidos pela Petrobras com inspeções in loco.

Produto a ser entregue: Relatório técnico da documentação enviada pela Petrobras. Previsto uma visita técnica ao local.

Condicionante 5.5.8: Contratação de profissional habilitado para supervisionar trabalhos de supressão de vegetação.

Ação de Verificação 1: Comprovação da contratação do profissional para acompanhar a supressão da vegetação.

Produto a ser entregue: Relatório técnico atestando a contratação do profissional.

Condicionante 5.6.1: Relatório técnico sobre a integridade dos sistemas de drenagem implantados.

Ação de Verificação 1: Relatórios técnicos sobre a integridade dos sistemas de drenagem, avaliando as melhorias adotadas constante no relatório técnico das UHOS.

Produto a ser entregue: Relatório técnico de avaliação sobre a documentação recebida. Previsto uma vistoria técnica ao local.

Condicionante 5.6.2: Implementar as ações de melhoria constantes do relatório técnico da UHOS.

Ação de Verificação 1: Avaliar as melhorias adotadas constante no relatório técnico das UHOS.

Ação de Verificação 2: Elaborar relatório sobre a pertinência e consistência dos documentos fornecidos pela Petrobras com inspeções in loco.

Produto a ser entregue: Relatório técnico de avaliação sobre a documentação recebida. Previsto uma vistoria técnica ao local.

Condicionante 5.6.3: Transferência não onerosa ao Município de São Gonçalo da acessão na propriedade do imóvel denominado Centro de Integração.

Ação de Verificação 1: Verificar a conclusão da transferência do imóvel ao Município de São Gonçalo.

Ação de Verificação 2: Elaborar relatório quanto a transferência do imóvel nas condições previstas.

Produtos a serem entregues: Relatório financeiro de prestação de contas e relatório técnico sobre a transferência do imóvel.

Condicionante 5.6.4: Apoio financeiro à SEAS para elaboração de estudo de controle de cheias da Bacia Hidrográfica do Rio Alcântara, de acordo com o Termo de Referência a ser elaborado pelo INEA.

Ação de Verificação 1: Verificar a realização da Transferência no prazo previsto.

Ação de Verificação 2: Verificar se houve a elaboração do TR nos termos pactuados.

Produtos a serem entregues: Relatório financeiro de prestação de contas e relatório técnico sobre a elaboração do TR.

Condicionantes 5.7.1 e 5.7.2: Comprovar o depósito pela Petrobras do valor estipulado no documento TCCA nº 10/2012 e Apresentar relatórios fotográficos, que comprovem que implantou dispositivos de proteção aos pedestres e sinalização para veículos.

Ação de Verificação 1: Verificar se esta sendo implementado os programa e estudos de monitoramentos previstos.

Ação de Verificação 2: Elaborar relatório sobre a pertinência e consistência dos documentos fornecidos pela Petrobras.

Produtos a serem entregues: Relatório financeiro de prestação de contas e relatório técnico sobre a documentação enviada pela Petrobras. Está incluída 1 vistoria técnica para subsidiar relatorio com fotos da sinalização.

(*)Condicionante 10: Indenizações às pessoas da comunidade local de Sambaetiba, Itaboraí pela Petrobras.

Ação de Verificação 1: Verificar a conclusão das indenizações nos termos pactuados.

(*)Precificação a ser realizada após apresentação do mapa de indenização.

Condicionante 11.1: Colaborar financeiramente, na elaboração e execução do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, mediante o depósito em duas contas correntes específicas destinadas aos Municípios de Itaboraí e São Gonçalo.

Ação de Verificação 1: Verificar a realização da Transferência para os Municípios de Itaboraí e São Gonçalo.

Ação de Verificação 2: Verificar se houve a contratação dos serviços propostos.

Produtos a serem entregues: Relatório financeiro de prestação de contas e relatório técnico sobre a contratação dos serviços. Incluído duas reuniões, sendo uma para cada município.

Condicionante 11.2: Colaborar financeiramente na elaboração e execução do Plano de Habitação dos Municípios de Itaboraí e São Gonçalo.

Ação de Verificação 1: Verificar a realização da Transferência para os Municípios de Itaboraí e São Gonçalo.

Ação de Verificação 2: Verificar se houve a contratação dos serviços propostos.

Produtos a serem entregues: Relatório financeiro de prestação de contas e relatório técnico sobre a contratação dos serviços.

Condicionante 11.3: Apoiar financeiramente na elaboração e execução dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) dos Municípios de Itaboraí e São Gonçalo.

Ação de Verificação 1: Verificar a realização da Transferência para os Municípios de Itaboraí e São Gonçalo.

Ação de Verificação 2: Verificar se existe projeto indicado pelo responsável pelo Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara (PSAM).

Produtos a serem entregues: Relatório financeiro de prestação de contas e relatório técnico sobre a contratação dos serviços (Restrito à São Gonçalo).

MINISTÉRIO PÚBLICO RJ 142

Condicionante 11.4: PETROBRAS irá apoiar financeiramente o Município de Itaboraí na realização dos Projetos Socioambientais no valor total de R$ 8.000.000,00.

Ação de Verificação 1: Verificar a realização da Transferência para o Municípios de Itaboraí.

Ação de Verificação 2: Verificar se houve a contratação dos serviços propostos.

Produtos a serem entregues: Relatório financeiro de prestação de contas e relatório técnico sobre a contratação dos serviços.

Condicionante 11.5: Apoiar financeiramente a SEAS para viabilizar o apoio técnico e financeiro para elaboração e execução do PET-Leste.

Ação de Verificação 1: Verificar a realização da Transferência para a SEAS.

Ação de Verificação 2: Verificar se existe projeto aprovado nos termos pactuados.

Produtos a serem entregues: Relatório financeiro de prestação de contas e relatório técnico sobre os projetos pactuados.

Condicionante 11.6: Depósito a ser liberado mediante solicitação do Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro - DRM e/ou SEAS.

Ação de Verificação 1: Verificar a realização da Transferência para a SEAS.

Ação de Verificação 2: Verificar se existe projeto aprovado nos termos pactuados.

Produtos a serem entregues: Relatório financeiro de prestação de contas e relatório técnico sobre a contratação dos serviços propostos. Previsto uma vistoria técnica no local.

4. PREÇO DO(S) SERVIÇO(S)

4.1 O valor das tarifas para a prestação dos serviços totaliza R$ 1.052.088,20 (Um milhão, Cinquenta e Dois Mil, Oitenta e Oito Reais e Vinte Centavos), conforme discriminado no quadro abaixo:

Numero da Condicionante no TAC	Produto a ser entregue	Precificação
1	Relatório técnico com as informações solicitadas.	82.847,10
2	Relatório financeiro de prestação de contas e relatório técnico com as informações solicitadas para o TR.	27.141,94
3	Relatório financeiro de prestação de contas.	6.303,69
3.1	Relatório financeiro de prestação de contas e relatório técnico sobre contratação.	18.159,57
3.2	Relatório financeiro de prestação de contas e relatório técnico sobre contratação.	12.815,27
4	Relatório técnico para cada uma das ações. Previsão de uma visita técnica ao local.	7.406,14
5.1.1	Relatório técnico de verificação do documento analisado.	15.329,05
5.1.2	Relatório técnico de verificação do documento analisado.	15.329,05
5.1.3	Relatório técnico sobre o inventário. Previsão de uma visita técnica ao local e reuniões.	50.567,63
5.1.5	Relatório técnico de verificação do documento analisado.	23.272,52
5.1.7	Relatório técnico sobre o estudo realizado. Previsão de uma visita técnica ao local e reuniões.	25.723,14
5.1.11	Relatório técnico. Previsão de três visitas técnicas ao local.	14.245,68
5.1.14	Relatório técnico social da documentação fornecida pela Petrobras.	9.518,55
5.1.15	Relatório técnico social da documentação fornecida pela Petrobras.	67.332,94
5.1.18	Relatório técnico social da documentação fornecida pela Petrobras.	11.016,87
5.1.19	Relatório técnico da documentação fornecida pela Petrobras. Previsto 3 reuniões de trabalho com a Petrobras.	90.230,38
5.1.20	Relatório financeiro de prestação de contas e relatório técnico sobre a contratação dos serviços.	16.746,10
5.1.21	Relatório técnico sobre a contratação dos serviços e sobre a sua execução.	15.325,61
5.1.26	Relatório técnico da documentação enviada pela Petrobras. Previsto uma visita técnica ao local.	15.325,61
5.1.27	Relatório técnico da documentação enviada pela Petrobras referente as Outorgas.	15.325,61

5.1.28	Relatório técnico da documentação enviada pela Petrobras. Previsto uma visita técnica ao local.	45.475,22
5.1.30	Relatório financeiro de prestação de contas.	4.874,24
5.2.5	Relatório financeiro de prestação de contas.	6.302,54
5.2.5.1	Relatório financeiro de prestação de contas e relatório sobre documentação apresentada.	6.302,54
5.3.1	Relatório técnico da documentação enviada pela Petrobras. Previsto uma visita técnica ao local.	45.477,14
5.3.8	Relatório técnico social da documentação enviada pela Petrobras.	11.017,34
5.4.2	Relatório técnico da documentação enviada pela Petrobras. Previsto uma visita técnica ao local.	15.326,26
5.5.2	Relatório técnico da documentação enviada pela Petrobras. Previsto uma visita técnica ao local.	25.718,45
5.5.7	Relatório técnico da documentação enviada pela Petrobras. Previsto visitas técnicas ao local.	45.477,14
5.5.8	Relatório técnico atestando a contratação do profissional.	7.404,79
5.6.1	Relatório técnico de avaliação sobre a documentação recebida. Previsto uma vistoria técnica ao local.	85.300,92
5.6.2	Relatório técnico de avaliação sobre a documentação recebida. Previsto uma vistoria técnica ao local.	29.731,55
5.6.3	Relatório financeiro de prestação de contas e relatório técnico sobre a transferência do imóvel.	23.268,28
5.6.4	Relatório financeiro de prestação de contas e relatório técnico sobre a elaboração do TR.	27.212,50
5.7.1	Relatório financeiro de prestação de contas.	4.888,01
5.7.2	Relatório técnico sobre a documentação enviada pela Petrobras. Está incluída 1 vistoria técnica para subsidiar relatorio com fotos da sinalização.	19.368,44
11.1	Relatório financeiro de prestação de contas e relatório técnico sobre a contratação dos serviços. Incluído duas reuniões, sendo uma para cada município.	16.793,40
11.2	Relatório financeiro de prestação de contas e relatório técnico sobre a contratação dos serviços.	16.793,40
11.3	Relatório financeiro de prestação de contas e relatório técnico sobre a contratação dos serviços.	16.793,40
11.4	Relatório financeiro de prestação de contas e relatório técnico sobre a contratação dos serviços.	28.958,26
11.5	Relatório financeiro de prestação de contas e relatório técnico sobre os projetos pactuados.	16.793,40
11.6	Relatório financeiro de prestação de contas e relatório técnico sobre a contratação dos serviços propostos. Previsto uma vistoria técnica no local.	12.848,58
TOTAL		**R$ 1.052.088,20**

4.2. Os valores acima não estão precificados de forma unitária, ou seja, o quantitativo de atividades possibilitou um ganho de escala e redução das horas técnicas cobradas na precificação para cada serviço. Eventual retirada de algum item ocasionará um novo cálculo para todo conjunto de serviços.

4.3 As seguintes condicionantes que constam no TAC não serão contemplados por serviços CAIXA: 5.1.4, 5.1.6, 5.1.8, 5.1.9, 5.1.10, 5.1.12, 5.1.13, 5.1.17, 5.1.22, 5.1.31, 5.2.1, 5.2.2, 5.2.3, 5.3.2, 5.3.3, 5.3.4, 5.3.5, 5.3.6, 5.3.7, 5.4.1, 5.7.6, 5.7.7, 5.10 e 5.11

Atenciosamente,

MARCIO ALIPIO DOS SANTOS:08074485757 Assinado de forma digital por MARCIO ALIPIO DOS SANTOS:08074485757 Dados: 2021.07.28 22:36:05 -03'00'

Marcio Alípio
Supervisor – Representante CAIXA
Gerência Executiva de Governo

JOSE PLINIO DE OLIVEIRA NETO:01964033756 Assinado de forma digital por JOSE PLINIO DE OLIVEIRA NETO:01964033756 Dados: 2021.07.29 13:23:49 -03'00'

José Plínio de Oliveira Neto
Coordenador
Gerência Executiva de Governo

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Certidão 111/2022
PA 62/2020 MPRJ 202000174156

Certifico que os presentes autos foram integralmente digitalizados (fls. 02/143) e anexados ao grupo de SharePoint desta Promotoria de Justiça e ao sistema MGP, em arquivo digital no formato PDF. Certifico, ainda, a fiel reprodução da documentação original dos autos físicos no referido arquivo digital.

Certifico que, a partir desta data, **o presente procedimento passará a adotar tramitação exclusivamente eletrônica**, conforme orientação do Exmo. Promotor de Justiça, Dr. Tiago Veras, com fulcro no artigo 17 da Resolução Conjunta GPGJ/CGMP Nº 46 de 30 de setembro de 2021.

Por fim, certifico que os autos físicos permanecerão mantidos sob a guarda desta Secretaria.

Itaboraí, 15 de fevereiro de 2022.

Cristina Alfradique
Matrícula 8002277

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE VISTA

Nesta data, faço vista destes autos ao Exmo. Promotor de Justiça.

Itaboraí, 16 de março de 2022

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor de Justiça e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 23 de março de 2022

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Ref.: Procedimento Administrativo nº 62/2020 (MPRJ n. 2020.00174156)

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- Ciente do acrescido às fls. 105/143-verso;

2- **Cumpra-se** o item V de fl. 04;

3- Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 23 de março de 2022.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2022.03.23 15:41:54 -03'00'

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ref. **PA 62/2020 - MPRJ 202000174156**

TERMO DE EXPEDIÇÃO

Nesta data, procedo ao encaminhamento de Solicitação de Análise Técnica ao GATE (processo nº 20.22.0001.0015340.2022-29) via SEI.

Itaboraí, 24 de março de 2022

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

MPRJ

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Solicitação de análise técnica ao GATE - 1360369

INFORMAÇÕES DO ÓRGÃO SOLICITANTE

Órgão de Execução:
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Telefone:
(21)2645-6950

Celular:
(21)98285-7730

Membro Solicitante:
Tiago Gonçalves Veras Gomes

Matrícula:
3226

Secretário(a):
Thaís Vieira dos Santos

E-mail:
thais.santos@mprj.mp.br

Deseja receber atualização da movimentação via sistema push?
Não

DADOS DO PROCEDIMENTO

Nº MPRJ:
202000174156

1. Trata-se de complementação de Análise realizada anteriormente pelo GATE?
Não

***Em se tratando de complementação de análise técnica realizada anteriormente pelo GATE, indicar o número da IT:**

-

2. Trata-se de procedimento sujeito à prescrição para a propositura da ação judicial prevista na Lei no 8.429/92?
Não

***Caso a resposta seja positiva, indique a data :**
-

3. Trata-se de apoio na elaboração de quesitos em processo judicial?
Não

4. Trata-se de nomeação de técnico pericial para atuar como assistente técnico em processo judicial, acompanhando diligências ou elaborando laudo complementar?
Não

5. Trata-se de solicitação com tramitação prioritária?
Não

* Caso a resposta seja positiva, assinale a hipótese adequada.

5.1 Existe risco iminente de perecimento do direito;:
Não

***Caso a resposta 5.1 seja marcada, descreva:**
-

5.2 Prioridades fixadas em lei, tais como, Estatuto do Idoso, ECA, Lei Brasileira de Inclusão e outros diplomas legais.
Não

5.3 Está em curso prazo processual;:
Não

Indicar prazo Processual caso marque a hipóteses 5.3:
-

5.4 Trata-se de solicitação oriunda de alguma modalidade de atuação coletiva especializada (Grupo de Atuação Especializada, Força-Tarefa, Grupo Temático Temporário ou Grupo de Apoio de Acervo - Resolução GPGJ 2.401/2021):
Não

INDIQUE SUA DÚVIDA TÉCNICA:
Remeter o feito ao GATE, via SEI, solicitando: (i) IT AMBIENTAL para informar se o projeto apresentado pelo Estado atende satisfatoriamente à obrigação assumida, do ponto de vista técnico ambiental (verificar a sua compatibilidade com o escopo/natureza da obrigação); (ii) IT CONTÁBIL para informar se o projeto apresentado pelo Estado está formalmente regular e com preços compatíveis com o valor de mercado.

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 24/03/2022, às 17:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1360369** e o código CRC **9C0F930E**.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ref. PA 62/2020 - MPRJ 202000174156

TERMO DE VISTA

Nesta data, faço vista destes autos ao Exmo. Promotor de Justiça.

Itaboraí, 18 de agosto de 2022

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ref. PA 62/2020 - MPRJ 202000174156

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor de Justiça e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 29 de agosto de 2022

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Ref.: Procedimento Administrativo n. 62/2020 (MPRJ n. 2020.00174156)

PROMOÇÃO DE PRORROGAÇÃO NA TRAMITAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMNISTRATIVO

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima, obrigou-se a *"(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade".*

Portaria de instauração de PA à fl. 02, estando o Relatório Inicial de Investigação às fls. 02-verso/04, instruído de documentos de fls. 05/56.

Os ofícios preliminares foram expedidos às fls. 57/58.

Nota Explicativa da Petrobras às fls. 59/67-verso.

Ofício da SEAS à fl. 71, instruído de fls. 72/95 informando que foram apresentadas documentações comprobatórias.

Ofício da SEAS à fl. 97, instruído de fl. 98, informando que a Petrobras depositou o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais).

Ofício da SEAS à fl. 104, solicitando dilação de prazo.

Ofício da SEAS à fl. 105, instruído de fls. 106/143, informando que a Diretoria Geral de Administração e Finanças – DIRAF, remeteu no dia 06/05/2021 o Termo de Referência para atestar a aderência do mercado quanto aos itens listados no TAC II COMPERJ e como resultado a pesquisa foi classificada como deserta. Sendo assim, o referido ofício esclareceu que existem tratativas junto à CEF para execução de parte dos serviços previstos no TAC.

É o relatório.

CONSIDERANDO que a presente investigação já tramita há mais de um ano;

CONSIDERANDO que a Resolução GPGJ n. 2.227/18, em seu art. 35 dispõe que: "*O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado*

quantas vezes forem necessárias, a cada decisão que determinar a realização ou conclusão de diligências imprescindíveis para a sua conclusão", sendo certo que *"Anualmente, o membro do Ministério Público dará ciência ao Conselho Superior do Ministério Público dos inquéritos que se encontrem em tramitação há mais de 12 (doze) meses (...)",* nos termos do 25, parágrafo único, aplicável por força do art. 33, ambos da Resolução GPGJ n. 2.227/18*;*

CONSIDERANDO que o art. 9º, da Resolução n. 23 de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, aplicável por força do art. 33 da Resolução GPGJ n. 2.227/18, estabelece que "*O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 01 (um) ano, **prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias**, por decisão fundamentada de seu Presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão";*

A Promotora de Justiça em exercício, que ora preside o procedimento em referência, resolve **PRORROGAR** formalmente a tramitação deste procedimento administrativo, tendo em vista a necessidade de realização e conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação e formação adequada e fundamentada de *opinio*, as quais estão especificadas abaixo.

Diante do exposto, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das seguintes diligências:

1- **Renovo** a promoção de fl. 147, item 2, bastando a Secretaria entrar em contato com a Secretaria do GATE, solicitando informar sobre a conclusão da IT solicitada;

2- Com a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente a vista.

Oficie-se ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para ciência, na forma do art. 9º, da Resolução n. 23/2007, do CNMP, art. 25, da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018 e art. 61, §4º, do Regimento Interno do CSMP/RJ.

Itaboraí, 19 de agosto de 2022.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2022.08.29 10:13:37 -03'00'

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 948/2022 *Itaboraí*, 28 de abril de 2022.

Ref.: **Relação de Inquéritos Civis e Procedimentos Administrativos que tramitam há mais de um ano da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí**

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o, valho-me do presente para remeter ao Conselho Superior do Ministério Público a relação de todos os procedimentos que tramitam nesta 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí há mais de um ano, 343 (trezentos e quarenta e três) inquéritos civis e 146 (cento e quarenta e seis) procedimentos administrativos, conforme planilha em anexo, em atenção ao disposto no art. 25, parágrafo único, da Resolução GPGJ nº 2.227/2018.

Ressalta-se que todos os procedimentos estão aguardando o resultado de diligências imprescindíveis para a conclusão das investigações. Tais diligências estão devidamente especificadas na planilha, bem como nas promoções de prorrogação de cada procedimento (em anexo), as quais também podem ser consultadas pelo sistema MGP.

Ao ensejo renovo protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos complementares, caso necessário.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

A Sua Excelência
Doutor **LUCIANO OLIVEIRA MATTOS DE SOUZA**
Presidente do Egrégio Conselho Superior
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Av. Marechal Câmara, n° 370 - Centro - Rio de Janeiro – RJ

sei! assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 29/04/2022, às 12:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?

acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1438938** e o código CRC **5C31556B**.

RES: Solicitação de informações andamento SEI nº 20.22.0001.0015340.2022-29.

GATE - Secretaria <secgate@mprj.mp.br>

Qua, 31/08/2022 11:24

Para: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>;**GATE - Secretaria <secgate@mprj.mp.br>**

Prezada Mônica, bom dia.

O procedimento SEI em epígrafe encontra-se em fase de análise e produção do respectivo documento técnico, cujo tempo de produção varia conforme a complexidade técnica do caso. Assim que possível devolvermos o feito.

Atenciosamente,

Secretaria Geral do GATE

✉ secgate@mprj.mp.br

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

De: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Enviada em: terça-feira, 30 de agosto de 2022 17:12
Para: GATE - Secretaria <secgate@mprj.mp.br>
Assunto: Solicitação de informações andamento SEI nº 20.22.0001.0015340.2022-29.

À Secretaria do GATE,

Cumprimentando-os, conforme determinado pelo Exmo. Promotor de Justiça, Dr. Tiago Veras, solicito informações acerca da conclusão da IT solicitada no bojo do PA 62/2020 - MPRJ 202000174156 , SEI nº 20.22.0001.0015340.2022-29.

Atenciosamente,

Mônica de Souza Ribeiro

Matr. 62176673

MPRJ

2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil

CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*

Ref.: Procedimento Administrativo n. 40/2020 (MPRJ n. 2020.00174178)

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- **Ciente** do acrescido às fls. 127/134;

2- **Extrair** cópia de fls. 127/134 e juntá-las aos PAs 207/2019 (MPRJ n. 2019.00978605) e 62/2020 (MPRJ n. 2020.00174156);

3- Acusando o recebimento do ofício de fls. 136/146, **remeta-se o novo material recebido ao GATE** solicitando informar, em complementação a IT n. 587/2022, se os documentos apresentados pela Petrobras atendem satisfatoriamente as obrigações contidas nos itens 4.2 e 4.2.4 do TAC II do COMPERJ;

4- Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 06 de setembro de 2022.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2022.09.08 08:36:13 -03'00'

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXE Nº544 Rio de Janeiro, 19 de julho de 2022

Ilmo. Sr. Dr.

Tiago Gonçalves Veras Gomes

Promotor de Justiça

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro

Itaboraí/RJ, CEP.: 24800-113

Referência: Ofício 2ª PJTC n° 916/2022

PA 40/2020 - MPRJ 2020.00174178

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção aos termos dos ofícios em epígrafe, que visa a apurar o cumprimento das obrigações estabelecidas nos itens 4.2 e 4.2.4 da cláusula quarta do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC II, pactuado entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ, a empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS, o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e o Estado do Rio de Janeiro, nos autos da Ação Civil Pública nº 9869-83.2018.8.19.0023, onde foi solicitado que seja informado se o compromissado atendeu satisfatoriamente à obrigação assumida, sendo certo que a resposta do ente estadual deve vir instruída com as informações e documentos exigidos nos itens 3 e 4 da cláusula sétima do TAC II, vimos tecer as considerações que seguem.

Servimo-nos do presente para encaminhar os subsídios apresentados pela Coordenadoria de Convênios, Contratos e Licitações – COOCCL com informações atualizadas referente à contratação da auditoria externa independente, prevista no item 3 da cláusula sétima do TAC II.

Destacamos que, no processo SEI-070026/000410/2021, encontram-se todos os atos praticados pela SEAS para efetivação da contratação em comento e que o referido processo está disponível para consulta pública no Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

FÁBIO CAMPOS COSTA

Subsecretário Executivo Interino

ID Funcional nº. 2160487-8

Documento assinado eletronicamente por **Fábio Campos Costa**, **Subsecretário Executivo Interino**, em 29/07/2022, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **36354985** e o código CRC **7F53195B**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070026/000396/2020 SEI nº 36354985

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Coordenadoria de Convênios, Contratos e Licitações

À Diretoria de Administração e Finanças
com vistas à Subsecretaria Executiva

• Referência: Ofício 2ª PJTC n° 916/2022

Trata-se de processo administrativo instaurado com o fito de requerer ao Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), esclarecimentos quanto ao cumprimento de obrigação contida nos itens 4.2 e 4.2.4 da cláusula quarta do TAC II pactuado entre o MPRJ, PETROBRAS, INEA e o ESTADO DO RIO DE JANEIRO. A saber, o aludido instrumento é oriundo da Ação Civil Pública nº 0009869-83.2018.8.19.0023 e tem em seu polo passivo a SEAS, motivo pelo qual a Subsecretaria Executiva requer alguns esclarecimentos sobre o andamento da contratação.

Ressalta-se que as informações constantes nos autos foram verificadas e analisadas pelos setores técnicos desta Secretaria de Estado, cabendo a esses setores a responsabilidade de aferir a regularidade e legalidade de tais préstimos. Neste sentido, restringir-se-á este pronunciamento à tramitação ocorrida na Coordenadoria de Convênios, Contratos e Licitações - COOCCL.

TRAMITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

É de conhecimento notório que a Administração Pública Direta, ou seja, conceito que enquadra a SEAS, por desconcentração, deve realizar suas contratações por meio de procedimento licitatório, obrigação esta posta na Constituição da República Federativa do Brasil, *in verbis*:

> **Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
>
> **XXI** - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante **processo de licitação pública** que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (*grifo nosso*)

Neste sentido, a Lei Federal que cuida das normas gerais de Licitações e Contratos Administrativos é a Lei nº 8.666/1993. Ademais, sabe-se que a Lei nº 14.133/2021 já está em vigor, contudo esta manifestação vai se ater a primeira, uma vez que o Estado do Rio de Janeiro ainda não regulamentou o procedimento pela nova normativa. *In verbis*:

> **Art. 1º** Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

> **Parágrafo único**. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controla dasdireta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Cumpre destacar, que em âmbito estadual vigora o Decreto 46.642/2019, que estabelece parâmetros e diretrizes a serem observados na fase preparatórias das contratações. Nesse sentido, as contratações deflagradas por esta Pasta devem reger-se em estrita observância os normativos supracitados.

Ultrapassado essas introdutórias considerações sobre os normativos que disciplinam as contratações na Administração Pública Direta, no Estado do Rio de Janeiro, passo a apresentar os esclarecimentos suscitados.

TRAMITAÇÃO DO PROCESSO SEI-070026/000410/2021

A priori, cumpre trazer à baila que a Administração optou por realizar a contratação das condicionantes que versam sobre a contratação dos serviços de auditoria, constantes nos dois Termos de Ajustamento de Conduta, em um único procedimento licitatório.

A medida adotada caracteriza-se como uma opção mais vantajosa, à luz do princípio da eficiência, art.37, caput da CRFB/88, uma vez que, a pretensão contratual envolve dois Termos de Ajustamento de Condutas com objetos semelhantes. Via de regra, só há eficiência se o planejamento da Administração resultar na seleção da melhor solução.

Em síntese, entende-se que provocar a divisão da pretensa contratação em dois processos licitatórios distintos, empregar recursos humanos e ainda na gestão e na fiscalização de dois contratos que, ao final, terão por função atender uma única necessidade, a rigor, não engendra conduta que se coaduna com os príncípios norteadores da Administração Pública. A saber, princípios da eficiência e da economicidade.

Neste sentido, ressaltamos que a medida estabelecida, visa onerar minimamente a Administração Pública, bem como, dar maior celeridade ao trâmite licitatório.

No bojo do processo SEI-070026/000410/2021, encontram-se todos os atos praticados pela SEAS para efetivação da contratação em comento. Cumpre destacar, que o referido processo está disponível para consulta pública no Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

Após o cumprimento de todos os atos referente a fase interna da licitação (fase preparatória), informamos que, logo a Administração estará apta a deflagrar a fase externa do certame.

Ante o exposto na presente manifestação, resta claro que a contratação se encontra em estágio avançado e que em breve, a SEAS elevará ao status de obrigação adimplida.

Dessa forma, entende esta Coordenadoria, s.m.j, que as informações apresentadas, são suficientes para deslinde da demanda ministerial.

Atenciosamente,

RAYSSA VIEIRA MARQUES
Coordenadora de Convênios, Contratos e Licitações
ID. Funcional 5118440-0

Rio de Janeiro, 27 de junho de 2022

Documento assinado eletronicamente por **Rayssa Vieira Marques**, **Coordenadora**, em 27/06/2022, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **34994845** e o código CRC **9796CC42**.

Referência: Processo nº SEI-070026/000396/2020 SEI nº 34994845

Avenida Venezuela, nº 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: - http://www.rj.gov.br/web/sea

do Departamento de Direito Comercial e Trabalho, Área de Direito Comercial, cujo provimento ocorrerá nos termos dispostos na Lei n.º 5.343/2008, Decreto nº 41.614/2008, Decreto nº 43.007/2011, na Resolução UERJ nº 03/91, no Ato Executivo nº 45/REITORIA/93 e no Ato Executivo nº 021/REITORIA/2011.
Proc. nº SEI-260007/000326/2021.

Class.	Nome do Candidato	Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Média Final
1º	Vitor Augusto José Butruce	8,86	8,86	8,86	8,86
2º	Ricardo Villela Mafra Alves da Silva	8,70	8,70	8,70	8,70
3º	Sabrina Maria Fadel Becue	8,67	8,67	8,67	8,67

Id: 2403175

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

AVISOS

A VICE-DIRETORA DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - FFP, divulga o resultado final do Processo Seletivo para Professor Substituto, nos termos dispostos nas Leis Estaduais nºs 5.343/2008 e 6.901/2014 e no Processo nº SEI-260007/016491/2022:

DEPARTAMENTO DE LETRAS

Área: Literatura Portuguesa

Colocação	Nome do Candidato
1º	Denise Rocha
2º	Wagner Coriolano de Abreu
3º	Marcelo José Fonseca Fernandes
4º	Simone Cristina Menezes Martins
5º	Ana Paula Pereira
6º	Joana S. Guimarães Araújo Bonomo
7º	Luiz Eduardo Veloso Garcia
8º	Leonel Isac Maduro Velloso
9º	Fernanda Soares da Silva Torres
10º	Cristine Arena Forli
11º	Ariane de Andrade da Silva
12º	Karina Frez Ursino
13º	Drisana de Moraes Oliveira Santos
14º	Adriano Carneiro
15º	Camila Machado
16º	Gabriel Guimarães Barbosa
17º	Jorge Eduardo M. de Mendonça
18º	Eduarda Ramos Pontes Werneck
19º	Christine S. de Oliveira Lopes da Cruz
20º	Gabriela Ribeiro Martins Neta
21º	Clarice Dias Pêssoa
22º	Ana Maria Vasconcelos Castro
23º	Girlane Araújo Braz Souza
24º	Rogério Ferreira de Araújo
25º	Julia Araújo Borges
26º	Beatriz Cruz

Área: Língua Inglesa e Metodologia do Ensino de Língua Inglesa

Colocação	Nome do Candidato
1º	Ana Paula de Oliveira Pereira
2º	Flávio Barreto Soares
3º	Joana Souto Guimarães Araújo Bonomo
4º	Lívia Mergulhão da Cunha
5º	Rodrigo Corrêa da Fonseca
6º	Carolina Valente de Oliveira
7º	Hanna Ferreira da Silva
8º	Matheus Gomes Alves
9º	Karina da Silva Corrêa

FACULDADE DE CIÊNCIAS EXATAS E ENGENHARIAS

O DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS EXATAS E ENGENHARIAS - FCEE, no uso de suas atribuições divulga o resultado final do Processo Seletivo para Professor Substituto, nos termos dispostos nas Leis nº 5.343/2008 e nº 6.901/2014, Processo nº SEI-260007/024959/2022:

DEPARTAMENTO DE COMPUTAÇÃO

Área: Ciência da Computação, Subáreas: Metodologia e Técnicas da Computação, Teoria da Computação

Colocação	Nome do Candidato	Média Final
1º	Regina Lucia Napolitano Felício Felix Batista	88
2º	Rafael Monteiro Ribeiro	73

O DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS EXATAS E ENGENHARIAS - FCEE, no uso de suas atribuições divulga o resultado final do Processo Seletivo para Professor Substituto, nos termos dispostos nas Leis nº 5.343/2008 e nº 6.901/2014, Processo nº SEI-260007/024915/2022:

DEPARTAMENTO DE MATERIAIS

Área: Engenharia de Materiais e Metalúrgica

Colocação	Nome do Candidato	Média Final
1º	Jorge Trota Filho	100
2º	Gustavo Coqui Barbosa	100
3º	Rinaldo Farias da Luz	99
4º	Pedro Henrique Poubel Mendonça da Silveira	99
5º	Bernardo Honigbaum	88
6º	Geraldine Nancy Rodríguez Perea	88
7º	Matheus Pereira Ribeiro	84
8º	Fabio da Costa Garcia Filho	82
9º	Jorge Otávio Nunes Teixeira	76

O DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS EXATAS E ENGENHARIAS - FCEE, no uso de suas atribuições divulga o resultado final do Processo Seletivo para Professor Substituto, nos termos dispostos nas Leis nº 5.343/2008 e nº 6.901/2014, Processo nº SEI-260007/025013/2022:

DEPARTAMENTO NAVAL E PESCA

Área: Engenharia Naval e Oceânica ou Construção Naval

Colocação	Nome do Candidato	Média Final
1º	Maricruz Aurelia Fun Sang Cepeda	100
2º	Sérgio da Silva Feitosa	85

O DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS EXATAS E ENGENHARIAS - FCEE, no uso de suas atribuições divulga o resultado final do Processo Seletivo para Professor Substituto, nos termos dispostos nas Leis nº 5.343/2008 e nº 6.901/2014, Processo nº SEI-260007/025005/2022:

DEPARTAMENTO DE COMPUTAÇÃO

Área: Ciência da Computação, Subárea: Teoria da Computação, Matemática da Computação

Colocação	Nome do Candidato	Média Final
1º	Alfredo Nazareno Pereira Boente	98
2º	Sandra Regina Freitas da Silva Morgado de Gois	89
3º	Cristiane Leitão da Silva	85
4º	Viviany Leão Fernandes	70

O DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS EXATAS E ENGENHARIAS - FCEE, no uso de suas atribuições divulga o resultado final do Processo Seletivo para Professor Substituto, nos termos dispostos nas Leis nº 5.343/2008 e nº 6.901/2014, Processo nº SEI-260007/024992/2022:

DEPARTAMENTO DE COMPUTAÇÃO

Área: Ciência da Computação, Subárea: Metodologia e Técnicas da Computação, Sistemas de Computação

Colocação	Nome do Candidato	Média Final
1º	Raul Carlos Costa Queirós	72

Id: 2403457

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISOS

O VICE-DIRETOR DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS, no uso de suas atribuições divulga o resultado final do Processo Seletivo para Professor Substituto, nos termos dispostos nas Leis nº 5.343/2008 e nº 6.901/2014, Processo nº SEI-260007/027285/2022:

DEPARTAMENTO DE DESPORTOS COLETIVOS

Área: Desportos Coletivos, subárea: Esportes Coletivos

Colocação	Nome do Candidato	Média Final
1º	Gabriel Boaventura Cunha	96
2º	Matheus Ramos da Cruz	92
3º	Deborah Touguinho Gonet	80
4º	Guilherme de Freitas Fonseca	71
5º	Maria Juliana de Almeida Robalinho	70

A DIRETORA DO INSTITUTO DE LETRAS, no uso de suas atribuições divulga o resultado final do Processo Seletivo para Professor Substituto, nos termos dispostos nas Leis nº 5.343/2008 e nº 6.901/2014, Processo nº SEI-260007/002797/2022:

Área: Língua Hebraica e Literatura Judaica

Colocação	Nome do Candidato	Média Final
1º	Fernanda dos Santos Silveira Moreira	92
2º	Michelle Gonçalves de Castro	69
3º	Isabelle de Brito Malte Perrout	47

O DIRETOR DO INSTITUTO DE APLICAÇÃO FERNANDO RODRIGUES DA SILVEIRA, no uso de suas atribuições divulga o resultado final do Processo Seletivo para Professor Substituto, nos termos dispostos nas Leis nº 5.343/2008 e nº 6.901/2014, Processo nº SEI-260007/027395/2022:

Disciplina: Atendimento Educacional Especializado - AEE - 2022.2

Colocação	Nome do Candidato	Média Final
1º	Ludmila Gabcan	100
2º	Patrícia Barcelos Azevedo*	96
3º	Valéria Paixão de Vasconcelos Nepomuceno*	94
4º	Thais de Oliveira Queiroz Atty	94
5º	Camila Santos Pereira*	90
6º	Leila Ferreira Andrade	90
7º	Wagner Souza da Silva*	84
8º	Cássia Maria da Silva de Amaral	84
9º	Shirley Souza de Oliveira Alves	84
10º	Tatiane Maia de Freitas	80
11º	Arthur Eduardo Lírio Pereira	80
12º	Veronica de Santana Pedrosa*	79
13º	Isabela Alcântara do Nascimento	78
14º	Raquel Silva Teixeira de Miguel	76
15º	Tuiara Ribeiro da Silva*	74
16º	Aghata Catarine Silva de Souza	73
17º	Jamily Queiroz de Lima	72
18º	Luana Princisval da Silva	72
19º	Maria de Fátima Cabral da Cruz Pinto	70
20º	Bruna Fernandes de Souza	70
21º	Ingrid Mariano Moraes da Silva	70
22º	Juliana Paulino Gomes	70
23º	Giovana Cerqueira Lopes	70
24º	Natasha da Silva Lemos	70
25º	Geyse Fonseca da Silva	70

* Candidato autodeclarado para reserva de vagas.

Disciplina: Língua Portuguesa - 2022.2

Colocação	Nome do Candidato	Média Final
1º	Marta Maria Crespo Rodrigues	99
2º	Luis Eduardo Veloso Garcia	99
3º	Giselle Leite Tavares Veiga	99
4º	Jovana Maurício Acosta de Oliveira	99
5º	Natércia Almeida Lacerda	94
6º	Caroline Martins da Silva	90
7º	Natália Mendonça Conti	89
8º	João Paulo da Silva Nascimento	89
9º	Eliane Waller	85
10º	Girlane Araújo Braz da Rosa Sousa	80
11º	Bárbara Alves Matias	80

Id: 2403087

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS
INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR ADJUNTO, DO DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA E CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO, ÁREA GESTÃO DA INOVAÇÃO, NOS TERMOS DA LEI Nº 5.343/2008, DECRETOS Nº 43.876/2012 E 43.007/2011, DA RESOLUÇÃO UERJ Nº 03/91, DOS ATOS EXECUTIVOS DA REITORIA Nº 45/1993 E 021/2011. PROC. Nº SEI-260007/027101/2022.

O DIRETOR DO INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA torna público que no período de 08/07/2022 a 08/08/2022**,** encontram-se abertas as inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de 1 (uma) vaga, conforme acima.
Para realizar sua inscrição, o candidato deverá, no período do dia 08/07/2022, a partir de 9h, até às 23h59min do dia 08/08/2022, adotar os seguintes procedimentos:
a) acessar o endereço eletrônico do Sistema de Processo Seletivo Simplificado - PROSSIM, (https://prossim.uerj.br/);
b) realizar o cadastro no sistema, caso não possua e, após realizar o login, acessar a seleção desejada;
c) tomar ciência das normas deste Edital;
d) preencher, de acordo com as instruções específicas disponíveis, o requerimento de inscrição;
e) emitir o boleto de inscrição gerado pelo sistema, exceto para candidatos cuja hipossuficiência financeira tenha sido comprovada, nos termos do item 4;
f) efetuar o pagamento do boleto gerado no valor de R$ 310,72 (trezentos e dez reais e setenta e dois centavos), em qualquer agência do Banco BRADESCO.

Id: 2403116

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

EDITAIS

CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR ASSOCIADO, DO CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS AGROPECUÁRIAS - CCTA, DO LABORATÓRIO DE REPRODUÇÃO E MELHORAMENTO GENÉTICO ANIMAL - LRMGA, ÁREA DE IMUNOGENÉTICA, NOS TERMOS DA LEI Nº 4.800/2006, DECRETOS Nºs 43.007/2011 E 43.876/2012 E DA RESOLUÇÃO Nº 003/2001 DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF, torna público que estarão abertas, em até 60 (sessenta) dias contados a partir da publicação deste Edital, as inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de 01 (uma) vaga para Professor Associado, em virtude da demissão de MARCOS FERNANDO DE RESENDE MATTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com Dedicação Exclusiva e Tempo Integral, na área de Imunogenética.

O Edital completo estará disponível no sítio eletrônico www.uenf.br, bem como nas dependências físicas do Protocolo da Reitoria da UENF, situada na Av. Alberto Lamego nº 2.000, Prédio E-1, Térreo, Parque Califórnia, Campos dos Goytacazes/RJ, de 2ª a 6ª feira, no horário das 13h às 15h. Processo nº SEI-260009/000537/2020.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR ASSOCIADO, DO CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM - CCH, DO LABORATÓRIO DE GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS - LGPP, ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI Nº 4.800/2006, DECRETOS Nºs 43.007/2011 E 43.876/2012 E DA RESOLUÇÃO Nº 003/2001 DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF, torna público que estarão abertas, em até 60 (sessenta) dias contados a partir da publicação deste Edital, as inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de 01 (uma) vaga para Professor Associado, em virtude da exoneração a pedido de FREDERICO VIDIGAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com Dedicação Exclusiva e Tempo Integral, na área de Administração Pública.

O Edital completo estará disponível no sítio eletrônico www.uenf.br, bem como nas dependências físicas do Protocolo da Reitoria da UENF, situada na Av. Alberto Lamego nº 2.000, Prédio E-1, Térreo, Parque Califórnia, Campos dos Goytacazes/RJ, de 2ª a 6ª feira, no horário das 13h às 15h. Processo nº SEI-260009/003581/2021.

Id: 2403420

Secretaria de Estado de Transportes

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Cooperação Técnica
PARTES: O Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Transportes - SETRANS e a Prefeitura Municipal de Barra Mansa.
OBJETO: Constitui objeto do presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA a promoção de colaboração institucional direcionada à capacitação e aperfeiçoamento do atendimento aos beneficiários do Vale Social no Município de Barra Mansa, para atendimento e cadastramento dos beneficiários na Unidade de Cadastramento do Vale Social, visando à unificação dos procedimentos que cuidam do credenciamento dos usuários para acesso à gratuidade nas linhas intermunicipais ou intramunicipais de passageiros, sob administração estadual ou sob administração municipal.
PRAZO: 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de publicação no DOERJ.
DATA DA ASSINATURA: 15 de junho de 2022..
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO ATO: Processo nº SEI-100001/000277/2022

Id: 2403324

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
SUBSECRETARIA EXECUTIVA

EDITAL

A COMISSÃO DE PREGÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS, TORNA PÚBLICO o Pregão Eletrônico n.°001/2022, do tipo menor preço global, conforme abaixo discriminado.
OBJETO: O objeto do presente PREGÃO ELETRÔNICO é a contratação de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS MODALIDADES DE AUDITORIA TÉCNICA E FINANCEIRA, BEM COMO TRABALHOS RELATIVOS A PARECERES, ANÁLISES CRÍTICAS DE DOCUMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÕES EM GERAL, AFIM DE VERIFICAR E AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DISPOSTAS NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC FIRMADOS EM 09/08/2019 E 18/02/2020 ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MPRJ, O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, REPRESENTADO PELA SECRETARIA DE ESTA-

Impresa Oficial DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Terça-feira, 28 de Junho de 2022 às 01:31:05 -0300.

DO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS, O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA E A EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS, conforme especificado no Termo de Referência (Anexo I) e quantificado na Proposta de Preços (Anexo II), deste Edital.
DATA DE REALIZAÇÃO DO CERTAME: 08/07/2022 às 10:00h
VALOR ESTIMADO DO CERTAME: R$3.879.342,22 (três milhões, oitocentos e setenta e nove mil, trezentos e quarenta e dois reais e vinte e dois centavos).
PROCESSO N° SEI-070026/000410/2021

O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.rj.gov.br/secretaria/Default.aspx?sec=AMBIENTE, www.compras.rj.gov.br, podendo, alternativamente ser adquirido mediante a entrega de um pen drive, na Av. Venezuela, 110, 5º Andar, baia Maracanã, Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, de 10:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas.
Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste instrumento convocatório ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data do início da licitação, no seguinte endereço:
Av. Venezuela, 110, 5º Andar, baia maracanã, Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, de 10:00 h às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, ou por meio do telefone nº (21) 2332-5618 ou, ainda, pelo e mail: licitacao.ambiente@gmail.com.

Id: 2403250

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

***INSTRUMENTO:** Termo de Cooperação Técnica. **PARTES:** FIPERJ e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense-IFF - Campus Bom Jesus do Itabapoana/RJ. **OBJETO:** Realizar um delineamento experimental para tratamentos e recirculação da água de produção de alevinos de tilápia do laboratório de reprodução de peixes no Instituto Federal Fluminense-IFF Campus Bom Jesus de Itabapoana, de forma a gerar conhecimento para produção sustentável das espécies para os produtores fluminenses. As águas residuais da criação de peixes são ricas em substâncias nutricionais para o crescimento vegetal e esse projeto tem como principal objetivo estudar do tratamento de efluentes do laboratório por filtros compostos de macrófitas aquáticas, bem como, estudar os parâmetros físico-químicos da água de retorno para o laboratório. Sendo assim, objetiva-se avaliar o tratamento de efluentes para avanços direcionados a aquicultura sustentável, de forma a integrar ensino, pesquisa e extensão envolvendo os alunos e produtores rurais nos trabalhos desenvolvidos pela FIPERJ. Além disso, proporcionar aos estudantes conhecimentos sobre a importância econômica, ambiental e social dos setores aquícola, ao realizar palestras e cursos com temas correlatos à aquicultura continental, para estudantes, técnicos e produtores rurais nas dependências do Instituto. Tendo como beneficiário principal a Sociedade produtora fluminense. Respeitando as ações descritas no novo Plano de Trabalho devidamente aprovado, que passa a fazer parte integrante deste Termo, independente de transcrição. **PRAZO:** 18 (dezoito) meses. **DATA DA ASSINATURA:** 23 de junho de 2022. **FUNDAMENTO:** Processo nº SEI-020006/000169/2022.
*Omitido no D.O. de 24.06.2022.

Id: 2403310

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa

EXTRATO DE TERMO

Edital 03/2021 “Cultura Presente nas Redes 2”. **INSTRUMENTO:** Termos de Compromisso numerados conforme planilha abaixo. **PARTES:** Estado do Rio de Janeiro por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - SECERJ e proponetes conforme planilha. CNPJ N° Conforme planilha. **OBJETO:** Execução do Projeto mencionado na planilha abaixo. **PRAZO PARA EXECUÇÃO:** 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data da publicação neste Diário. **VIGÊNCIA:** Até 21 de dezembro de 2022. **VALOR POR PROJETO:** R$ 2.500,00(dois mil e quinhentos reais). **DATA DA ASSINATURA:** conforme planilha. **FUNDAMENTO:** Lei Estadual nº 7035/2015**. PROCESSO Nº:** SEI-180008/000034/2022.

PAGAMENTO - EDITAL Nº 03/2021 “CULTURA PRESENTE NAS REDES 2”- LOTE 14

Inscrição	Nome do projeto	Proponente	CPF	Data do Termo de Compromisso
8477	Patrimônio histórico carioca	Marcia Letícia Ferreira de Carvalho	12318283745	12/03/2022
8770	Fórum Municipal de Dança de Mangaratiba	Marina Barros Ferreira Sobrinha	01095206702	19/01/2022
9182	Travessia	Jovan Ferreira da Silva	10882845748	11/03/2022
9339	Paula Cavalcanti Vaz	Paula Cavalcanti Vaz	11216855790	11/02/2022
9420	A Arte da Dança	Carmen Lucia Alves de Mello	53133226720	18/01/2022
9457	O que te vem?	HUMBERTO DA SILVA BORGES	13381147781	11/03/2022
9481	O que me move	Wallace Guimarães Costa	15584140708	01/02/2022
9944	Arte junina em desenhos	Davidson Santos da Costa	15036028775	29/01/2022
10332	Pratas da casa	Cláudio Luiz Pinheiro	01901164713	21/01/2022
10579	Um corpo sem carnaval	Dandara Patroclo Santos	12493437713	08/03/2022
11328	Wallace	Wallace	16853002784	08/03/2022
11428	Raphael Janeiro Funari Di Lucia	Raphael Janeiro Funari Di Lucia	11267952750	14/02/2022
11743	Manas em Rede	Priscila Rebeca de Oliveira Gomes	09061449731	31/01/2022
11841	HINOS NACIONAL BRASILEIRO E MUNICIPAL, SEUS ENCANTOS E SUAS HISTÓRIAS	Marcelo Romeiro Juliano	90504194704	14/03/2022
11851	Fabio Voz Acústico	Fábio de Barros Coelho	07274862766	27/01/2022
12291	Show acústico - Siga o bem - 10 anos de banda Sangue Rasta	Rafael Iguatemy Rodrigues	11670024741	17/02/2022
12294	ALINE CARROCINO NOGUEIRA	ALINE CARROCINO NOGUEIRA	08699401710	11/03/2022
12342	Momento Alegre, Festa de Criança | Pic-Caramelo	Jorge Henrique Pereira da Silva Neves	64205886772	11/03/2022
12639	CONTOS EM CANTOS DA CASA	MARIANA BUSNARDO JACO	00704441969	27/01/2022
12683	Escrever o estar viva agora	Diana de Hollanda Cavalcanti	10338116702	04/03/2022
12695	Click Cultural	Rosiane Silva Rocha Kort Kamp	11744214794	15/02/2022
12765	Menina das Aguas de Oxum	Laiza Dos Santos Alcides	08246646710	26/02/2022
12768	Eduardo de Almeida SAntos	Eduardo de Almeida SAntos	10352975741	29/01/2022
12922	DANÇA DOS CORPOS	Rafael Gomes de Araujo	10855652705	26/01/2022
12950	Iniciando na iluminação cênica	Carlos André Carvalho Monteiro	09912376765	26/01/2022
12990	Papercraft / dobraduras com papel	Carlos Alberto Licasalio Rangel Junior	12392431701	24/01/2022
13266	Oficina de Costura Junina Nazaré Show	Gabriel de Oliveira Duarte	16925044798	08/02/2022
13313	Tonny Boss apresenta: Vênus Acústico	Angelo Antonio Silva	07681667725	28/01/2022
13903	Dilma Melo Baiana do acarajé	Dilma dos Santos Melo	29397049534	28/01/2022
13966	Rio de Poesia	Johnny Wallace dos Santos Barbosa	06864905764	17/02/2022
14095	Arte e Reciclagem - Oficina de artesanato e criação com materiais de reuso	Maria de Fátima Olímpio	07863513731	25/02/2022
14110	Meus primeiros passos no ballet	Luciana Archanjo Ferreira Fernandes	08397949755	27/01/2022
14375	Leitura Dramatizada de autores clássicos do teatro Brasileiro	jorge janguaiba soares nery	82945039753	12/03/2022
14414	Oficina de Percussão para as Mulheres da Zona Oeste	Téo Cordeiro da Cunha	09672343795	09/03/2022
14486	De Neto a Neto na Capoeira Campista	Leonardo da Silva Leitão	07863018722	03/03/2022
14547	APENAS UM RAPAZ LATINO AMERICANO	Roberto Carlos Lopes Rocha	85995134787	15/02/2022
14570	Quem Não Gosta de Samba Bom Sujeito Não é	Ana Paula Pereira Gonçalves Silva	08708260770	26/02/2022
14598	Cultura e Lingua Yorubá	Ayodele Balogun	05500405799	08/03/2022
14709	Oficina de Dança de Salão: Uma viagem pelos ritmos!	Cicero Gilliard Alencar Arrais	10089739710	11/03/2022
14777	Palhaço sim! Com orgulho!	Paulo José do Carmo	87626039734	28/01/2022
15002	Baden Powell Lado B	Louis Marcel Powell de Aquino	05767232741	18/01/2022
15564	FOLIA DE REIS ESTRELA DE BELEM	JOMAR MARTINS LIGIERO	09386738740	19/01/2022
15608	Giulliana Cunha	Giulliana Cunha	10922321760	11/03/2022
15728	Ensaio Poético Online Paraíba do Sul 2022	Mariana Guimarães Pereira	14487277744	25/01/2022
16089	NOS BASTIDORES DO TEATRO	VANIZE CLAUSSEN CORRADINI	77199871791	09/03/2022
16294	Alan James	Alan Braga Panza	10629140740	11/03/2022
16353	Caro Leminski	José Orlando Rangel Machado	01850619743	31/01/2022
16383	Festival Rio Rap	Yuri de Carvalho Batalha	15227128790	10/02/2022
16429	As meninices de Paulo Freire	Geovane da Silva Costa	05864057711	28/01/2022
16450	Corpus território : Diálogos poéticos	Catia Regina Costa Correia	14380700712	26/01/2022
16958	O HOMEM DO SUBSOLO	Claudionor André Zambuzzi	04935783826	09/03/2022
17057	Festa no Céu em LIBRAS	Lorrayne Laurindo de Azeredo	16278276763	09/03/2022
17159	Nilcemar Nogueira	Nilcemar Nogueira	71868380734	09/03/2022
17422	Guilherme Estevão de Lima Maciel	Guilherme Estevão de Lima Maciel	14499652707	21/02/2022
17608	Banda Consciencia Tranquila - Ensaio aberto	Igor de Mello de Souza	11086447751	09/03/2022
17909	Poesia Brincante	Bianca Barboza da Silva	10113515790	28/01/2022
17971	Oficina de Escuta “Rio Clássico”	THIAGO SANTOS DA SILVA	10186815743	08/03/2022
18289	Carolina Brito Pereira	Carolina Brito Pereira	11360152725	17/02/2022
18418	Festival Futuro	Lisandra Costa De Almeida	16446231709	27/01/2022
18840	SPEEDVIVE	Rafael Porto Rangel da Silva	12322786705	21/02/2022
18953	Olhares criativos - Oficina de fotografia para pequenos empreendedores	Larissa Acsa da Silva Silveira	17873705773	23/02/2022
19004	Vinícius Velasco acústico ao vivo (músicas autorais)	Vinícius Nunes Velasco	11228006733	09/02/2022
19021	Estrela da Manhã - A Criação Musical inspirada em poemas e textos de autores brasileiros	Ronaldo Mota Mendes	06486320320	22/02/2022
19053	Entre Laços no Cinema	Debora Adassa João	40738022837	08/03/2022
19168	Eram 30 homens	Nicole Maia Ventura	85786571521	27/01/2022
19233	Vestindo o Natal	Juka Goulart	02497766770	11/03/2022
19417	Editando com Darktable	LETICIA TEIXEIRA ROCHA	14290654789	26/01/2022
19512	DE VOLTA AS GARGALHADAS	EDMILSON DA SILVA LEANDRO	09916934770	19/01/2022
19569	Aline Mendonça	Aline dos Santos Fraga Mendonça	13202690795	22/02/2022
19665	Trap'in - Sons da Rua	Leandro Marcelino Reis	14278331762	09/03/2022
19985	Releituras de Tim Maia	Carlos Miguel Guedes e Silva	15775629760	26/02/2022
20123	Impactos da pandemia - Roda de cuidados entre mães negras	LARISSA SILVA DA CONCEICAO	13680923732	24/01/2022
20125	Desenvolvimento de trabalho Social com Crianças de comunidade com a Capoeira	Jarbas junio viana brito	13806316708	03/03/2022
20410	Mãe Gota, o encontro com uma gota d´água	Lívia Barbosa Prado	13057306748	23/02/2022
20554	Exposição Virtual “Pandemia Lúdica”	Deneir de Souza Martins	39631494772	25/02/2022
20634	Olhar Alternativo do Lugar	Augusto Lacerda Alves Lima	16167282722	28/01/2022
21023	Oficina Como colocar seu Bloco de Carnaval na Rua	Marcelo avelino Ginu	10677939760	26/02/2022
21050	Workshop de Aquarela para Iniciantes	Larissa Martins Rodrigues de Carvalho	14029178723	08/03/2022
21140	tamiris coelho	tamiris coelho	12905859709	08/03/2022

Id: 2403424

EXTRATO DE TERMO

Edital 03/2021 “Cultura Presente nas Redes 2”. **INSTRUMENTO:** Termos de Compromisso numerados conforme planilha abaixo. **PARTES:** Estado do Rio de Janeiro por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - SECERJ e proponetes conforme planilha. CNPJ N° Conforme planilha. **OBJETO:** Execução do Projeto mencionado na planilha abaixo. **PRAZO PARA EXECUÇÃO:** 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data da publicação neste Diário. **VIGÊNCIA:** Até 21 de dezembro de 2022. **VALOR POR PROJETO:** R$ 2.500,00(dois mil e quinhentos reais). **DATA DA ASSINATURA:** conforme planilha. **FUNDAMENTO:** Lei Estadual nº 7035/2015**. PROCESSO Nº SEI-180008/000042/2022**

PAGAMENTO - EDITAL Nº 03/2021 “CULTURA PRESENTE NAS REDES 2”- LOTE 15

Projeto	Nome do projeto	Proponente	CPF	Data do Termo de Compromisso
8637	Série Povo da Encruza	Lucas Ferreira Silva de Freitas	17710629750	17/03/22
8815	Teatro para Professores	Fabiane de Lima Dias Bacelar	05933211702	08/03/22
9012	FRITADA	Julio Cesar Diniz Guimarães Netto	09135696745	14/03/22
9905	Oficina de Estudos Teatrais - entre o Textual e o Cênico.	Eliano Siqueira Costa	05310302700	24/01/22

Impresa Oficial DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Terça-feira, 28 de Junho de 2022 às 01:31:08 -0300.

CORREIO FLUMINENSE

Divulgação



Cidade tem um dos combustíveis mais caros do país

Queda no preço da gasolina é registrada em Petrópolis

Por Larissa Martins

Motoristas relataram que, em alguns postos, a gasolina nesta segunda-feira chegou a R$7,89. Uma diferença considerável se comparado com o preço anterior, de R$8,39, o mais alto encontrado no município. "Na semana passada eu abasteci porque disseram que o preço iria aumentar. Agora o preço caiu, eu estou com o tanque cheio e paguei caro", reclama o ajudante de pedreiro, Marcos Alberto Souza.

Dados da ANP mostram que que o litro da gasolina em Petrópolis custava, em média R$ 8,18, ou seja, 13,13% a mais da média nacional de R$ 7,23, sendo o 11° preço mais caro do país dos 451 municípios analisados pela ANP.

Desde abril, o combustível tem sofrido instabilidade no preço e varia entre R$8,24 a R$8,39 por litro. Em maio, o município estava no terceiro lugar do ranking de gasolina mais cara do país, atrás das cidades de Três Rios e de Angra dos Reis.

Esporte

A Prefeitura de Três Rios vai promover, no dia 3 de julho, domingo, das 10h às 13h, a 2ª edição do Open Beach Wrestling, na quadra de areia da Avenida Alberto Lavinas (Beira-Rio). O torneio, que espera movimentar a cidade com os amantes da modalidade, conta com a chancela da Federação Estadual de Wrestling.

Saúde

A Prefeitura de Areal divulga o calendário de vacinação contra a COVID-19 para pessoas de 45 a 49 anos, conforme a remessa de vacinas recebidas pelo Município, seja para 1ª, 2ª, 3ª, 4ª ou dose pediátrica. Quarta, 29/06, em Portões e Alberto Torres, Quinta, 30/06, em Gabi, Cedro e Vila Adelaide e na sexta, 1º/07, em Amazonas, Pará e Delícia.

Queimadas

Queimar lixo domiciliar ou verde pode causar danos à saúde das pessoas e provocar grandes queimadas. Por isso para denunciar a prática ilegal em Paty do Alferes, basta ligar para os telefones municipais: 2485-1234 / Ramal 2304 - Fiscalização de Posturas, 2485-2741 – Fiscalização Ambiental, 193 – Corpo de Bombeiros e o 0300 253 1177 - Linha Verde

Denúncia

A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo informou que o Executivo não possuía a ciência a respeito do uso de uma van da saúde para fins pessoais por parte de um funcionário. Após denúncias nas redes sociais, a pasta solicitou a busca imediata pelo veículo e ressaltou que o servidor sofrerá as devidas medidas cabíveis e será desligado de suas funções.

Digital

A partir de agora Teresópolis tem no site diversos serviços para eliminar o papel e aderir aos processos digitais, que visam melhorar o atendimento à população, poupar tempo, aumentar a produtividade e ter controle e segurança nas informações. O TerêGov Digital trará mais agilidade nos processos, além de se preocupar com o meio ambiente.

Salários

A prefeitura de Paraíba do Sul informou por meio das redes sociais, que segue efetuando o pagamento do funcionalismo municipal de forma antecipada. Um dos benefícios da medida é movimentar a economia da cidade, já que, com o salário sendo pago antes do prazo, os servidores poderão pagar suas contas e quitar suas dívidas tranquilamente.

Uma nova São Gonçalo

Governo lança obras em três bairros da cidade

O governador Cláudio Castro esteve em São Gonçalo, para dar ordem de início e entregar obras nos bairros de Vista Alegre, Vila Lage e Laranjal, que facilitarão a vida da população do município.

No bairro Vila Lage, Cláudio Castro assinou a ordem de início de reforma do conjunto habitacional Vila Lage I e II, investimento de R$ 9,4 milhões que faz parte do programa Casa da Gente e beneficiará 1.080 famílias. A reforma dos 27 blocos, construídos entre as décadas de 70 e 80, inclui a recuperação da pintura interna e externa, limpezas de caixas d'água e cisternas, além da recuperação pontual de rede externa de esgoto e instalações elétricas. A previsão é que a reforma seja concluída em oito meses.

"Minha família mora aqui há quase 40 anos. Esse prédio é muito antigo, nunca teve uma reforma e tem problemas no telhado e na caixa d'água. Foi uma surpresa, fiquei lisonjeada, não esperava ver essas obras. Só tenho que agradecer", comemorou a moradora Carla Conceição Pacheco.

Já no bairro Vista Alegre, as obras entregues pelo governador Cláudio Castro incluem a pavimentação, drenagem e urbanização da Rua Cidade de Lisboa, além da Rua Guaxindiba, também contemplada pelo DER-RJ. O programa Governo Presente irá realizar ainda obras em outras localidades, com projeto atualmente em licitação e previsão de mais de R$ 37 milhões em investimentos.

Castro também fez a entrega do Viaduto do Jardim Catarina, obra esperada há tempos por motoristas. Obra do DER-RJ, o viaduto está incluído em um pacote de obras da RJ-104, que envolve a recuperação estrutural em cinco passarelas, recapeamento de 15km da rodovia e sinalização no trecho de Tribobó à BR-101.

"Estamos trazendo melhorias, entregando obras e começando intervenções que vão melhorar a qualidade de vida e recuperar a dignidade do povo gonçalense. São Gonçalo precisa ter investimentos, empregos e infraestrutura e vamos seguir investindo aqui até mudar a vida do gonçalense", declarou o governador.

Luís Alvarenga/ Gov. do Rio



Entrega das obras do viaduto de Jardim Catarina

Ação social em Volta Redonda

O programa "Ação Comunitária" chega nesta terça (28) ao bairro Eucaliptal, em Volta Redonda. O evento leva serviços da rede de assistência comunitária, orientações de saúde, jurídicas e ações recreativas à população local. A atividade será realizada pelo Centro de Referência de Assistência Social Rústico, das 9h30 às 15h, na Praça Costa e Silva - próxima à Igreja Santa Cruz.

Durante o evento, os moradores poderão ter acesso a cortes de cabelo gratuitos, atendimento de trancista e manicure, orientações de saúde, por meio de profissionais Unidade Básica de Saúde da Família. Haverá brinquedos e atividades para as crianças.

Norte Fluminense mais seguro

A Secretaria de Estado de Polícia Militar do Rio lançou, em São Francisco de Itabapoana, no Norte Fluminense, um novo programa de segurança pública: Patrulha Rural – Protetores do Campo. Realizada na Praça Três Poderes, a cerimônia foi presidida pelo subsecretário da SEPM, coronel Carlos Eduardo Sarmento da Costa, ao lado da prefeita da cidade, Francimara Barbosa Lemos.

O objetivo do programa é reforçar a segurança no meio rural através de uma rede de proteção integrando os batalhões que atendem as áreas do interior do estado, grandes e pequenos proprietários rurais e a população local. As equipes da Patrulha Rural atuarão também em ocorrências relacionadas a violência doméstica, homicídios, entre outras.

GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ
COMISSÃO DE PREGÃO

AVISO

O CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ comunica aos interessados sobre o adiamento **SINE DIE** por motivos de ajustes técnicos do PREGÃO ELETRÔNICO para o REGISTRO DE PREÇOS - PE-RP Nº 012/2020, Tipo Menor Preço Global por Lote - (Processo SEI nº 120211/001276/2020) cujo objeto é: Registro de Preços com vistas a contratação de serviço telefônico fixo comutado - STFC (fixo-fixo e fixo-móvel), nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI) a ser executado de forma contínua por 12 (doze) meses, com fornecimento de aparelhos novos ou seminovos por comodato, se necessário, conforme as especificações e condições constantes no Termo de Referência - Anexo I. A designação da nova data de abertura do certame será divulgada brevemente.

GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISOS

A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO/SES torna pública as seguintes licitações:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 295/22, PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇOS.
OBJETO: Aquisição de material (COMPRESSA DE COLOSTOMIA E OUTROS), para atender à Coordenação de Material, na forma do Termo de Referência **(ANEXO 01)**.
PROCESSO SEI Nº E-08/001/3528/2017
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 11/07/2022, às 09:00 horas
ETAPA DE LANCES: 11/07/2022, às 09:00 horas

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 296/22, PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇOS.
OBJETO: Aquisição de medicamentos (CIPROFLOXACINO CLORIDRATO 500 MG OUTROS), para atender à Coordenação de Medicamentos, na forma do Termo de Referência **(ANEXO 01)**.
PROCESSO Nº SEI-080001/009198/2021
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 11/07/2022, às 09:00 horas
ETAPA DE LANCES: 11/07/2022, às 09:00 horas

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 297/22.
OBJETO: Aquisição de equipamentos e insumos necessários ao registro de ponto eletrônico dos servidores lotados na Subsecretaria de Vigilância e Atenção Primária à Saúde, na forma do Termo de Referência **(ANEXO 01)**.
PROCESSO Nº SEI-080001/016666/2021
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 11/07/2022, às 10:00 horas
ETAPA DE LANCES: 11/07/2022, às 10:00 horas

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites: www.compras.rj.gov.br, https://sei.fazenda.rj.gov.br e www.saude.rj.gov.br/licitacoes. Podendo também ser retirado de forma impressa, na Coordenação de Licitação, mediante a entrega de 01 (uma) resma de papel tamanho A4, sito à Rua México, Nº 128 - 6º andar, sala 605 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, de 2ª a 6ª feira, das 10:00 às 16:00 hs, informações pelo e-mail: licitacao@saude.rj.gov.br.

GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISOS

A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO/SES torna pública as seguintes licitações:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 292/22, PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇOS.
OBJETO: Aquisição de medicamento (LIRAGLUTIDA 6 MG/ML), para atender à Assessoria de Atendimentos às Demandas Judiciais, na forma do Termo de Referência **(ANEXO 01)**.
PROCESSO Nº SEI-080017/001194/2021
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08/07/2022, às 10:00 horas
ETAPA DE LANCES: 08/07/2022, às 10:00 horas

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 293/22, PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇOS.
OBJETO: Aquisição de medicamento (CERTOLIZUMABE PEGOL 200 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - SERINGA PREENCHIDA), para atender à Assessoria de Atendimentos às Demandas Judicial, na forma do Termo de Referência **(ANEXO 01)**.
PROCESSO Nº SEI-080017/000594/2020
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08/07/2022, às 10:00 horas
ETAPA DE LANCES: 08/07/2022, às 10:00 horas

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 294/22, PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇOS.
OBJETO: Aquisição de medicamento (BROMETRO DE GLICOPIRRÔNIO 50MCG), para atender à Assessoria de Atendimento às Demandas Judiciais, na forma do Termo de Referência (ANEXO 01).
PROCESSO Nº SEI-080017/001769/2020
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08/07/2022, às 10:00 horas
ETAPA DE LANCES: 08/07/2022, às 10:00 horas

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites: www.compras.rj.gov.br, https://sei.fazenda.rj.gov.br e www.saude.rj.gov.br/licitacoes. Podendo também ser retirado de forma impressa, na Coordenação de Licitação, mediante a entrega de 01 (uma) resma de papel tamanho A4, sito à Rua México, Nº 128 - 6º andar, sala 605 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, de 2ª a 6ª feira, das 10:00 às 16:00 hs, informações pelo e-mail: licitacao@saude.rj.gov.br.

GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
SUBSECRETARIA EXECUTIVA

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022

A COMISSÃO DE PREGÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS, TORNA PÚBLICO o Pregão Eletrônico n.°001/2022, do tipo menor preço global, conforme abaixo discriminado.
OBJETO: O objeto do presente **PREGÃO ELETRÔNICO** é a contratação de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS MODALIDADES DE AUDITORIA TÉCNICA E FINANCEIRA, BEM COMO TRABALHOS RELATIVOS A PARECERES, ANÁLISES CRÍTICAS DE DOCUMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÕES EM GERAL, AFIM DE VERIFICAR E AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DISPOSTAS NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC FIRMADOS EM 09/08/2019 E 18/02/2020 ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MPRJ, O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, REPRESENTADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS, O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA E A EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS, conforme especificado no Termo de Referência (Anexo I) e quantificado na Proposta de Preços (Anexo II), deste Edital.
PROCESSO: SEI-070026/000410/2021
DATA DE REALIZAÇÃO DO CERTAME: 08/07/2022 às 10:00h
VALOR ESTIMADO DO CERTAME: R$3.879.342,22 (três milhões, oitocentos e setenta e nove mil, trezentos e quarenta e dois reais e vinte e dois centavos).
O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.rj.gov.br/secretaria/Default.aspx?sec=AMBIENTE, www.compras.rj.gov.br, podendo, alternativamente ser adquirido mediante a entrega de um pen drive, na Av. Venezuela, 110, 5º Andar - baia Maracanã - Bairro Saúde - Rio de Janeiro/RJ, de 10:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas.
Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste instrumento convocatório ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data do início da licitação, no seguinte endereço:
Av. Venezuela, 110, 5º Andar, baia maracanã, Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, de 10:00 h às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, ou por meio do telefone nº (21) 2332-5618 ou, ainda, pelo e mail: licitacao.ambiente@gmail.com.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

INFORMAÇÃO

Devolução de Procedimento para inclusão de documentos.

Observação: Ressalta-se que, para a análise de economicidade, é necessária a apresentação do orçamento analítico de cada um dos serviços pretendidos no escopo da contratação da auditoria, contendo informações detalhadas dos custos, tais como: preços unitários e dimensionamento de quantidades de mão-de-obra, equipamentos, veículos, entre outros insumos, bem como eventuais custos indiretos estimados.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANA BUSTAMANTE DE MONTI SOUZA**, **Técnico Pericial**, em 25/01/2023, às 13:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2109991** e o código CRC **85DBE812**.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ref. **PA 62/2020 – MPRJ 202000174156**

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, junto aos presentes autos:

- À fl. 168, Informação do GATE.

Itaboraí, 10 de março de 2023

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

TERMO DE VISTA

Nesta data, faço vista destes autos ao Exmo. Promotor de Justiça.

Itaboraí, 10 de março de 2023

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor de Justiça e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 14 de março de 2023

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Ref.: Procedimento Administrativo nº 62/2020 (MPRJ n. 2020.00174156)

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- Acusando o recebimento do ofício de fls. 160/167, **oficie-se à SEAS**, com cópia de fl. 168, solicitando manifestações e providências, tendo em vista que de acordo com o GATE é necessária a apresentação do orçamento analítico de cada um dos serviços pretendidos no escopo da contratação da auditoria, contendo informações detalhadas dos custos, tais como: preços unitários e dimensionamento de quantidades de mão-de-obra, equipamentos, veículos, entre outros insumos, bem como eventuais custos indiretos estimados;

2- Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 14 de março de 2023.

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710 Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710 Dados: 2023.03.14 17:36:39 -03'00'

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 330/2023 *Itaboraí*, 15 de março de 2023.

Ref.: **PA 62/2020 – MPRJ 2020.00174156**

(Favor mencionar na resposta)

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do procedimento em epígrafe, o qual visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV):** A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima, obrigou-se a "*(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais),* ***em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC****, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça acusar o recebimento do Of.SEAS/SUBEXE Nº544, bem como solicitar manifestações e providências, tendo em vista que de acordo com o GATE é necessária a apresentação do orçamento analítico de cada um dos serviços pretendidos no escopo da contratação da auditoria, contendo informações detalhadas dos custos, tais como: preços unitários e dimensionamento de quantidades de mão-de-obra, equipamentos, veículos, entre outros insumos, bem como eventuais custos indiretos estimados. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração, do Relatório Inicial de Investigação e fl. 168 do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 23/03/2023, às 16:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2229757** e o código CRC **DDC9672D**.

20.22.0001.0017078.2021-54 2229757v3

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ref. **PA 62/2020 – MPRJ 202000174156**

TERMO DE EXPEDIÇÃO

Nesta data, procedo à expedição do Ofício 2ª PJTC nº 330/2023, via email.

Itaboraí, 29 de março de 2023

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Gabinete do Secretário

Of.SEAS/OUVI Nº30 Rio de Janeiro, 29 de março de 2023

Ilmo. Sr. Promotor

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil

Referência: Ofício 2ª PJTC n° 330/2023 - PA 62/2020 – MPRJ 2020.00174156

Excelentíssimo Promotor de Justiça,

Com os cumprimentos de estilo e, em atenção à solicitação exposta no ofício em epígrafe, informo que estamos providenciando, junto aos órgãos específicos desta Secretaria, elementos para instruir a resposta a ser encaminhada a esse Ministério Público.

No entanto, considerando a grande quantidade de demandas desta Secretaria de Estado e os esforços envidados no sentido de harmonizar as atribuições institucionais com o atendimento tempestivo às requisições formuladas por esse i. *Parquet,* solicitamos a prorrogação do prazo para resposta, concedido inicialmente pelo Ministério Público Estadual, por mais 60 (sessenta) dias.

Diante do exposto, sem mais no momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Beatriz Cárdenas

SEAS/Ouvidoria

ID 51095564

Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Cardenas dos Santos**, **Assistente II**, em 29/03/2023, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **49438484** e o código CRC **79D57943**.

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXE Nº377 Rio de Janeiro, 27 de abril de 2023

Ilmo. Sr.

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Promotor de Justiça

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro

Itaboraí/RJ, CEP.: 24800-113

Referência: Ofício 2ª PJTC n° 330/2023

PA 62/2020 – MPRJ 2020.00174156

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção aos termos do ofício em epígrafe, que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ),0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV), servimo-nos do presente para encaminhar os esclarecimentos apresentados pela Coordenadoria de Convênios, Contratos e Licitações- COOCCL quanto a contratação de serviços para prestação de serviços nas modalidades de auditoria técnica e financeira, bem como trabalhos relativos a pareceres, análises críticas de documentos técnicos e avaliações em geral, afim de verificar e avaliar o cumprimento das obrigações dispostas nos Termos de Ajustamento de Conduta - TAC.

Ademais, encaminhamos, em anexo, a Planilha Orçamentária que contém em seu bojo a descrição pormenorizada dos custos diretos e eventuais indiretos, além de ter sido o documento responsável por traçar o valor global estimado do certame licitatório, bem como do Mapa de Lances que objetiva melhor elucidar a disputa entre os licitantes no Pregão Eletrônico nº003/2022.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSE RICARDO FERREIRA DE BRITO
Subsecretário Executivo
ID Funcional nº. 5086921-3

Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Ferreira de Brito**, **Subsecretário de Estado**, em 04/05/2023, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **51056843** e o código CRC **7447FA41**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070026/001462/2020 SEI nº 51056843

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Coordenadoria de Convênios, Contratos e Licitações

À Diretoria de Administração e Finanças

Considerando a solicitação exarada pela Assessoria de Planejamento em Políticas Ambientais, doc.SEI 49462173, sirvo-me do presente para apresentar os esclarecimentos suscitados.

Em primeiro plano, destacamos que a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, efetuou o Pregão Eletrônico nº003/2022, cujo objeto versa sobre a contratação de serviços para prestação de serviços nas modalidades de auditoria técnica e financeira, bem como trabalhos relativos a pareceres, análises críticas de documentos técnicos e avaliações em geral, afim de verificar e avaliar o cumprimento das obrigações dispostas nos Termos de Ajustamento de Conduta - TAC firmados em 09/08/2019 e 18/02/2020 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ, o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS, o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e a Empresa Petróleo Brasileiro S/A.

Cumpre destacar, que o procedimento licitatório teve resultado exitoso, e após adoção dos trâmites previstos nas legislações atinentes a matéria, a Administração promoveu a homologação do certame, conforme depreende-se da compulsão do doc.SEI 49505401.

Sendo assim, com o intento de elucidar a solicitação do Parquet, doc.SEI 49438635 acostamos ao p.p a Proposta de Preços da empresa vencedora do certame, doc.SEI 49545263, que traz em seu bojo a Planilha Orçamentária com descrição pormenorizada dos custos diretos e eventuais indiretos.

Outrossim, informamos que a Ordem de Início para a execução do contrato não pode ser expedida, em virtude de representação, com pedido de medida cautelar, formulada em face de possíveis irregularidades ocorridas nos procedimentos dos editais de pregão eletrônico nº 001/2022 e nº 003/2022 , conforme disposto no ofício PRS/SSE/CGC 5112/2023, bem como nos termos da decisão monocrática proferida pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro nos autos do processo TCE/RJ 101.396-9/2023, doc.SEI 49433671.

Atualmente a Administração expecta pela decisão da Egrégia Corte de Contas para prosseguimento do feito.

Dessa forma, entende esta Coordenadoria, s.m.j, que as informações apresentadas, são suficientes para deslinde da demanda ministerial.

Prazo fatal: 28.04.2023

Atenciosamente,

RAYSSA VIEIRA MARQUES
Coordenadora de Convênios, Contratos e Licitações
ID. Funcional 5118440-0

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

Documento assinado eletronicamente por **Rayssa Vieira Marques**, **Coordenadora**, em 31/03/2023, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **49610305** e o código CRC **A6EF9585**.

Referência: Processo nº SEI-070026/001462/2020 SEI nº 49610305

Avenida Venezuela, nº 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: - http://www.rj.gov.br/web/sea

Criado por adrianaall, versão 5 por adrianaall em 31/03/2023 14:16:15.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/DIRAF Nº13 Rio de Janeiro, 07 de março de 2023

Ilmo. Sr
Julius Valmorbida Stepansky
Representante da empresa Trial (Rio) Tecnologia Ambiental Ltda
Rua Figueiredo de Melo, nº 444, São Cristóvão, RJ
Cep: 20.941-000

Prezado Senhor

Cumprimentando-o cordialmente, considerando a celebração do Contrato SEAS N.º01/2023, cujo objeto versa sobre a contratação de serviços de auditoria externa para acompanhamento das obrigações firmadas no Termo de Ajuste de Conduta entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), Petrobras, Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e o Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), vimos através deste encaminhar uma cópia do extrato publicado na Edição n.º040, do DOERJ do dia 03 de março de 2023, conforme anexo.

Cumpre informar, que a Ordem de Início para a execução do contrato não poderá ser expedida nesse momento, em virtude de representação, com pedido de medida cautelar, formulada em face de possíveis irregularidades ocorridas nos procedimentos dos editais de pregão eletrônico nº 001/2022 e nº 003/2022 , conforme disposto no ofício PRS/SSE/CGC 5112/2023, bem como nos termos da decisão monocrática proferida pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro nos autos do processo TCE/RJ 101.396-9/2023, documentos sei 48053798 e 48053866, respectivamente, cuja visualização poderá ser feita através de pesquisa pública, através do link: https://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=6 .

Isto posto, informamos que os pontos suscitados estão sendo respondidos pela área técnica e sendo autorizados pela Egrégia Corte de Contas do ERJ, estaremos encaminhando o documento para o início da execução contratual.

Sem mais renovamos protestos de elevado apreço e consideração.

Anexos: I - Extrato Contrato SEAS N.º 01/2023, documento SEI 47939108.

Atenciosamente,

Filipe Alves da Silva Mendes
Diretor Geral de Administração e Finanças

Id. Funcional n.º 4398646-3

Documento assinado eletronicamente por **Filipe Alves da SIlva Mendes**, **Diretor Geral de Administração e Finanças**, em 07/03/2023, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **48132530** e o código CRC **5D15CA0B**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070026/000411/2023 SEI nº 48132530

Avenida Venezuela, nº 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: - http://www.rj.gov.br/web/sea

RES: Contrato SEAS N.º01-2023

De : Marcelo Furlanetto <marcelo.furlanetto@trial.com.br> ter., 07 de mar. de 2023 18:07
Assunto : RES: Contrato SEAS N.º01-2023 1 anexo
Para : 'Debora Costa dos Santos Silva' <deboracosta@ambiente.rj.gov.br>, 'julius stepansky' <julius.stepansky@trial.com.br>
Cc : marcelo@trial.com.br
Responder para : marcelo furlanetto <marcelo.furlanetto@trial.com.br>

Prezada Debora, boa noite.

Confirmamos o recebimento do ofício(OF.SEAS DIRAF N.º13 – 2023) e publicação do contrato no Diário Oficial.

Obrigado!

Atenciosamente,

Marcelo Furlanetto

Grupo Trial
Rua Figueira de Melo, 444, São Cristóvão
Rio de Janeiro – RJ – CEP 20941-000
Tel.: +55 (21) 3860-3828 / +55 (21) 97146-0587
marcelo.furlanetto@trial.com.br
www.trial.com.br



De: Debora Costa dos Santos Silva <deboracosta@ambiente.rj.gov.br>
Enviada em: terça-feira, 7 de março de 2023 17:40
Para: julius stepansky <julius.stepansky@trial.com.br>
Cc: marcelo@trial.com.br
Assunto: Contrato SEAS N.º01-2023

Prezados, Boa Tarde

Encaminho em anexo o OF.SEAS/DIRAF N.º 13/2023 referente ao Contrato SEAS N.º01/2023.
Peço por gentileza, acusar o recebimento deste.

Att.

Débora/SEAS/DIRAF

Não contém vírus.www.avast.com

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

À Diretoria de Administração e Finanças

Em tempo, esta Coordenadoria de Convênios, Contratos e Licitações vem através desta, complementar as informações exaradas em oportunidade pretérita, doc.SEI 49610305, com a juntada da Planilha Orçamentária (49708862), bem como do Mapa de Lances (49709916).

Cumpre destacar, que a referida Planilha Orçamentária contém em seu bojo a descrição pormenorizada dos custos diretos e eventuais indiretos, além de ter sido o documento responsável por traçar o valor global estimado do certame licitatório.

Outrossim, ressaltamos que o Mapa de Lances acostado aos autos do p.p objetiva melhor elucidar a disputa entre os licitantes no Pregão Eletrônico nº003/2022.

Dessa forma, esta COOCCL entende que as informações apresentadas são suficientes para deslinde da demanda.

Vale ressaltar ainda, que o prazo fatal para atendimento do requerido pelo MPERJ encerra-se em **28/04/2023**.

Atenciosamente,

RAYSSA VIEIRA MARQUES
Coordenadora de Convênios, Contratos e Licitações
ID. Funcional 5118440-0

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2023

Documento assinado eletronicamente por **Rayssa Vieira Marques**, **Coordenadora**, em 19/04/2023, às 12:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **50583587** e o código CRC **3549FD23**.

Referência: Processo nº SEI-070026/001462/2020 SEI nº 50583587

Avenida Venezuela, nº 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: - http://www.rj.gov.br/web/sea

Criado por juliamfp, versão 6 por rayssavm em 19/04/2023 12:22:57.

PROCESSO: TCE-RJ Nº 101.396-9/23
ORIGEM: SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO

DECISÃO MONOCRÁTICA

Artigo 84-A do Regimento Interno

Trata-se de **representação**, **com pedido de medida cautelar**, formulada pela pessoa jurídica Maciel Consultores S/S, devidamente qualificada nos autos, em face de possíveis irregularidades ocorridas no procedimento dos **Editais de Pregão Eletrônico nº 001/2022** e **nº 003/2022** (SEI nº 070026/000410/2021), veiculados pela **Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Rio de Janeiro**, que têm por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de auditoria técnica e financeira, bem como trabalhos relativos a pareceres, análises críticas de documentos técnicos e avaliações em geral, a fim de verificar e avaliar o cumprimento das obrigações dispostas nos Termos de Ajustamento de Conduta firmados em 09.08.2019 e 18.02.2020 entre o MPERJ e o Estado do Rio de Janeiro, no valor máximo admitido de R$3.879.342,22.

Em breve síntese, alega a Representante que foi indevidamente inabilitada no procedimento licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 001/2022 e, apesar de ter manifestado expressamente sua intenção em recorrer, o Jurisdicionado considerou a licitação fracassada e divulgou novo edital (Pregão Eletrônico nº 003/2022) com o mesmo objeto.

Afirma que, após análise da documentação, o pregoeiro decidiu pela sua inabilitação no Pregão Eletrônico nº 001/2022 em razão do suposto não atendimento ao item 12.5.6[1] do edital e, apesar da Representante ter manifestado tempestivamente

[1] 12.5.6 A Comprovação da experiência profissional pela execução dos serviços, será feita através da cópia do curriculum vitae do(s) profissional(is), comprovando experiência mínima de 05 (cinco) anos na área objeto de análise no TAC I e TAC II

a sua intenção em recorrer, esta foi ignorada e o procedimento declarado fracassado.

Diante do ocorrido, informa que exerceu o seu direito de petição pugnando pela revisão da decisão que ignorou a manifestação do interesse de recorrer, o que teria sido novamente rechaçado pelo pregoeiro e pela equipe de apoio da SEAS/RJ.

Por fim, assevera que neste ínterim foi instaurado novo procedimento licitatório, com o mesmo objeto, através do Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2022, cuja disputa teve início no dia 19.12.2022, sagrando-se vencedora a empresa Trial (Rio) Tecnologia Ambiental Ltda.

Por tais motivos, **requer, liminarmente, a suspensão do Pregão Eletrônico nº 003/2022**, que sequer poderia ter sido iniciado, uma vez que o recurso apresentado no procedimento licitatório anterior não foi analisado pelo Jurisdicionado e, portanto, não pode ser considerado fracassado.

Tendo em vista o pedido de tutela provisória, não constam dos autos manifestações do Corpo Instrutivo e do Ministério Público de Contas, em conformidade com o procedimento previsto no artigo 84-A, §7º, do Regimento Interno desta Corte.

É o Relatório.

Cumpre alertar que, neste momento, a exposição e a fundamentação cingem-se à verificação da presença dos requisitos necessários à concessão da tutela provisória, de natureza cautelar, vindicada pela Representante, com arrimo no *caput* do artigo 84-A, do Regimento Interno.

Ressalto que a concessão de tutela de urgência, de natureza cautelar, tem por base a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, aferíveis em sede de cognição sumária pelo julgador, conforme dispõe o art. 300 do Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105/15).

Em consulta ao sítio eletrônico do Jurisdicionado[2], **verifiquei que o edital e seus anexos se encontram disponíveis** para livre acesso e *download,* em atendimento ao disposto pelo art. 8º da Lei Federal nº 12.527/11.

Quanto às irregularidades apontadas, após análise do processo SEI070026/000410/2021, foi possível constatar que a inabilitação da Representante restou fundamentada pelo pregoeiro no documento #38626599[3]. Vejamos:

> Após a abertura da sessão no sistema ora mencionado, verificou-se que apenas a empresa denominada **MACIEL CONSULTORES S/S LTDA** apresentou proposta, sendo, desta forma, a única oferta da sessão. Doc. Sei nº 37799379
>
> A empresa vencedora do Certame enviou o documento de Habilitação, nos termos do Item 12 do Edital. Doc. Sei 38212897, 38217465, 38218047, 38242442 e 38242502.
>
> Após o Recebimento de toda documentação referente a Habilitação da Empresa, os documentos que tratam da Qualificação Técnica foram enviados à parte, através do Processo nº SEI-070026/001265/2022, à Assessoria de Prestação de Contas desta Pasta, uma vez que o setor se enquadra na condição de setor demandante, dispondo das competências necessárias à análise técnica dos comprovantes apresentados.
>
> Desta feita, após a devida análise, a ASSPRES apontou que os documentos apresentados pela empresa não foram suficientes para comprovar o cumprimento integral da qualificação exigida no Termo de Referência, Anexo I do Edital, sendo apresentado um deficit de 21,16% (Doc. Sei nº 38055663). *In verbis*:
>
> > **Considerando a ausência inicial de profissionais de 6,45% e adicionando o quantitativo de ausência de qualificação técnica informado na segunda análise, chegamos ao total de 20,16% de condicionantes do Termo de Referência sem profissionais aptos a realizar suas análises, dito isso sugere-se a desqualificação da referida empresa a fim de resguardar o erário público.**

Mais adianta, no documento SEI #38948369, localizei a informação de que, após a declaração de sua inabilitação, a Representante manifestou interesse em recorrer, entretanto não há qualquer informação sobre se as razões recursais foram, de fato, apresentadas.

Considerando ainda que as alegações da Representante tratam de supostas ilegalidades praticadas durante o procedimento licitatório, **reputo prudente a prévia**

---

[2] <https://www.compras.rj.gov.br/> Acesso em 24.02.2023.
[3] <https://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?d-qBlq_KF4_2fdKMgucKGw2SOOsdRDgKOTtYkpTOQj3f_hp4FZdknsT9yg3rMlG5RM8b2bIETZt5fl438yOEWQ5sWnotkKLeY5IXl48BeGWrXDRND-NK7ps5QeKAXbCP> Acesso em 24.02.2023.

oitiva do Jurisdicionado, a fim de que se manifeste acerca dos questionamentos apresentados, na forma no §2º do art. 84-A do Regimento Interno desta Corte de Contas, eis que as informações contidas na representação **merecem ser alvo de maiores elucidações** por parte da Administração Pública.

Ademais, diante da proximidade da possível celebração do instrumento contratual, uma vez que no SEI já consta a informação de homologação do certame, cumpre alertar que a eventual assinatura de contrato sob regras divorciadas do disciplinamento regente e da jurisprudência desta Corte poderá acarretar a nulidade dos atos praticados e respectiva responsabilização dos agentes públicos envolvidos.

Após o retorno do processo a esta Corte, com ou sem pronunciamento do Jurisdicionado, considero necessária a remessa dos autos ao Corpo Instrutivo e ao *Parquet* de Contas para manifestação, retornando o feito, posteriormente, ao meu Gabinete.

Pelo exposto e examinado, em sede de cognição sumária, **decido**:

I – Pela **DETERMINAÇÃO** à Secretaria Geral das Sessões – SSE, para que providencie, por meio eletrônico, a oitiva do Jurisdicionado, a fim de que, na forma do prevista no art. 84-A, §§ 2º e 4º do Regimento Interno desta Corte, no prazo de 3 (três) dias se manifeste sobre as irregularidades suscitadas pela Representante, encaminhando os elementos de suporte.

II – Pelo **ENCAMINHAMENTO à SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO** deste Tribunal, com vistas à sua distribuição à Coordenadoria competente, para que, findo o prazo, com ou sem resposta do Jurisdicionado, analise a representação, sucessivamente, quanto aos pressupostos e critérios previstos, respectivamente, nos artigos 9º-A e 4º-A c/c 9º-B, todos da Deliberação TCE-RJ nº 266/2016, e, se presentes, quanto ao pedido de tutela provisória, apreciando-a, por fim e caso o estado do processo justificadamente assim permitir, também quanto ao

mérito, com posterior remessa ao douto Ministério Público de Contas, nos termos do art. 84-A, § 7º, do Regimento Interno do TCE-RJ.

GCS-2,

ANDREA SIQUEIRA MARTINS
CONSELHEIRA SUBSTITUTA

Assinado Digitalmente por: ANDREA SIQUEIRA MARTINS
Data: 2023.03.02 16:59:56 -03:00
Razão: Processo 101396-9/2023. Para verificar a autenticidade acesse https://www.tcerj.tc.br/valida/. Código: 7e9f2eca-a220-488b-a1f5-eacf9f212ea5
Local: TCERJ

Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SETRAM Nº 1583 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2023

INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DE EVENTUAL IRREGULARIDADE NA REALIZAÇÃO DE DESPESA DE EXERCÍCIO ANTERIOR (DEA).

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º do Manual do Sindicante, aprovado pelo Decreto nº 7.526, de 06 de setembro de 1984, e tendo em vista o que consta do Processo nº SEI100001/000309/2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Comissão de Sindicância para apurar eventuais irregularidades decorrentes de Despesa de Exercício Anterior - DEA, no âmbito da Secretaria de Estado de Transportes e Mobilidade Urbana, que constam do processo nº SEI- 100001/001229/2022.

Art. 2º - Designa para integrá-la os servidores Carlos Felipe Lima do Nascimento, Id. Funcional nº 5126298-3, Yuri Marques Peçanha, Matrícula nº 5120646-3, e Rodrigo Ferreira Magela Passos, Id. Funcional nº 5000376-3, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º - O prazo para realização da Sindicância, com a expedição de relatório conclusivo, é de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação da presente Resolução.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2023

WASHINGTON REIS DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana

Id: 2458667

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

DESPACHOS DO PRESIDENTE DE 27.12.2022

PROCESSO Nº SEI-100005/000873/2022 - DEFIRO com base no parecer da área técnica (Doc SEI 44813530).

DE 15.02.2023

PROCESSO Nº SEI-100005/003296/2022 - INDEFIRO com base no parecer da área técnica (Doc SEI 47213707/47182561).

PROCESSO SEI-100005/004896/2022 - Com base no parecer da Assessoria Jurídica (47218654), **AUTORIZO** a suspensão da permissão por 30 (trinta) dias, do permissionário João Baptista Gomes, RJ 557.008.

PROCESSOS NºS SEI-100005/000472/2023, SEI-100005/000759/2023 E SEI-100005/001254/2023 - AUTORIZO os parcelamentos de débitos.

PROCESSO Nº SEI-100005/001150/2023 - INDEFIRO com base no parecer da área técnica (Doc SEI 47152618).

PROCESSO Nº SEI-100005/001286/2023 - INDEFIRO com base no parecer da área técnica (Doc SEI 47258077).

Id: 2458935

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO E TERMINAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO DIRETOR PRESIDENTE DE 15.02.2023

PROCESSO Nº SEI-100004/000144/2023 - O Diretor Presidente da Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro - CODERTE, em cumprimento ao inciso V, artigo 14, do Decreto nº 41.880, de 25 de maio de 2009, declara que o pagamento da dívida em favor da empesa UP BRASIL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.959.392/0001-46, no valor de R$ 132.660,00 (cento e trinta e dois mil, seiscentos e sessenta reais), referente ao serviço de fornecimento de créditos alimentação aos Colaboradores desta Companhia, relativo a 13ª parcela concedida em dezembro de 2022, é exequível com limites para movimentação e empenho e de emissão de Programação de Desembolso estabelecidos para o exercício de 2023 e não impedirá ou prejudicará o funcionamento das atividades desta Companhia até o final do exercício, sem necessidade de aumento dos limites disponíveis.

Id: 2458932

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO E TERMINAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO DIRETOR PRESIDENTE DE 15.02.2023

PROCESSO Nº SEI-100004/000111/2023 - **RECONHEÇO A DÍVIDA** em favor da empresa PRIVINA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 21.591.605/0001-74, no valor de R$ 259.715,60, referente a prestação de serviços de limpeza, com fornecimento de insumos necessários à atividade, e a conservação predial do imóvel da Sede da Companhia e dos Terminais Rodoviários localizados nos Municípios de Três Rios, Vassouras, Mendes, Cabo Frio, Itaperuna e Macaé, conforme Notas Fiscais de Serviços Eletrônica - NFS-e nºs 1223, 1224, 1225, 1226, 1227, 1228 e 1229, relativo ao mês de dezembro de 2022, as quais não foram pagas no exercício de 2022, anexadas no processo nº SEI-100004/000111/2023.

Id: 2458882

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO CONSELHEIRO PRESIDENTE

PORTARIA AGETRANSP Nº 425 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

CONSTITUI COMISSÃO PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 02/2023.

O CONSELHEIRO PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - AGETRANSP, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o que consta no processo nº SEI-220008/001237/2023,

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão com finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato n. º 02/2023, firmado com a empresa IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, a ser composta pelos seguintes servidores:

1 - Nicolle Cruz e Castro - ID funcional 50115090 - Gestora do Contrato;
2 - Fátima Maria Carvalho Cardão - ID funcional 50927531 - Fiscal do Contrato;
3 - Renata Madeira Villar Palmier - ID funcional 11761946 - Fiscal do Contrato;

Art. 2º - Fica designada a Servidora Fátima Maria Carvalho Cardão - ID funcional 50927531, como substituta da Gestora do Contrato em caso de férias, licenças e outros eventuais afastamentos.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2023

MURILO LEAL
Conselheiro-Presidente

Id: 2458711

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE SUBSECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO DE 15/02/2023

PROCESSO Nº SEI-070026/000410/2021 - HOMOLOGO o resultado do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2022 - SEAS, em favor da licitante vencedora Trial (RIO) Tecnologia Ambiental Ltda, no valor de R$ 6.278.400,00 (seis milhões, duzentos e setenta e oito mil e quatrocentos reais), cujo objeto é a contratação de serviços para prestação de serviços nas modalidades de auditoria técnica e financeira, bem como trabalhos relativos a pareceres, análises críticas de documentos técnicos e avaliações em geral, afim de verificar e avaliar o cumprimento das obrigações dispostas nos Termos de Ajustamento de Conduta - TAC firmados em 09/08/2019 e 18/02/2020 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ, o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS, o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e a Empresa Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras, conforme especificações técnicas.

Id: 2458728

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 16/02/2023
PÁGINA 17 - 1ª COLUNA

ATOS DO PRESIDENTE

DELIBERAÇÃO CECA Nº 6.609 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

EXPEDE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL INTEGRADA - LAI Nº IN052369.

CONSIDERANDO:
Onde se lê: - o que consta dos Processos nº SEI-070007/001011/2022 e ...
Leia-se: - o que consta dos Processos nº SEI-070002/001553/2023 e...

Id: 2458808

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

AUTO DE INFRAÇÃO N° COGEFISEAI/00148271

NOME: BOECHAT DO BAIRRO TRATAMENTO DE RESIDUOS, COLETA E CONSERVACAO LTDA**. CNPJ/CPF** N° 39.118.211/0001-69. **ENDEREÇO**: ESTRADA DO CADUNGA, LOTE 436 NÚCLEO COLONIAL SÃO BENTO**. MUNICIPIO**: BELFORD ROXO. **INFRAÇÃO**: Artigo 84 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE**: Multa Simples R$ 44.520,55. Processo N° SEI-E-07/002.7349/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO N° COGEFISEAI/00151274

NOME: ATMOSFERA GESTÃO E HIGIENIZAÇÃO DE TÊXTEIS S.A**. CNPJ/CPF** N° 00.886.257/0005-16. **ENDEREÇO**: RUA CAPITÃO FÉLIX, 110 SALA 410/412 - BENFICA. **MUNICIPIO**: RIO DE JANEIRO. **INFRAÇÃO**: Artigo 87 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE**: Multa Simples R$ 132.192,81. Processo N° SEI-E-07/002.11485/2016

AUTO DE INFRAÇÃO N° COGEFISEAI/00151313

NOME: SAINT-GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA**. CNPJ/CPF** N° 28.672.087/0001-62. **ENDEREÇO**: VIA DOUTOR SÉRGIO BRAGA, Nº452. **MUNICIPIO**: BARRA MANSA. **INFRAÇÃO**: Artigo 76 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE**: Multa Simples R$ 2.060,29. Processo N° SEI-E-07/002.13567/2016.

AUTO DE INFRAÇÃO N° SUPBIGEAI/00154022

NOME: DARIO DERENZI FILHO. **CNPJ/CPF** N° 097.579.707-78. **ENDEREÇO**: CONDOMINIO VILLAGE ITAPIRAPUAN. **MUNICIPIO**: ANGRA DOS REIS. **INFRAÇÃO**: Artigo 76 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE**: Multa Simples R$ 2.069,07. Processo N° SEI-E-07/002.1109/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO N° COGEFISEAI/00154156

NOME: JOSÉ PAULO DA COSTA. **CNPJ/CPF** N° 080.093.947-69. **ENDEREÇO**: ESTRADA DA TOCA GRANDE, Nº 137. **MUNICIPIO**: RIO DE JANEIRO. **INFRAÇÃO**: Artigo 62 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE**: Multa Simples R$ 5.633,76. Processo N° SEI-E-07/002.30374/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO N° GEFISEAI/00157332

NOME: MAX DO AMARAL ROSA**. CNPJ/CPF** N° 106.325.337-30**. ENDEREÇO**: PRAÇA ALFREDO TORRES, N° 820**. MUNICIPIO**: TANGUÁ**. INFRAÇÃO**: Artigo 46 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE**: Multa Simples R$ 736,31. Processo N° SEI-070002/004756/2021.

AUTO DE INFRAÇÃO N° COGEFISEAI/00146148

NOME: LINDOMAR DE OLIVEIRA FONSECA**. CNPJ/CPF** N° 036.739.987-30**. ENDEREÇO**: ALAMEDA VISCONDE OURO PRETO Nº 67 PQ. SÃO CLEMENTE - OLÁRIA**. MUNICIPIO**: NOVA FRIBURGO**. INFRAÇÃO**: Artigo 31 E 46 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE**: Multa Simples R$ 2.721,38. Processo N° SEI-E-07/002.10664/2013.

AUTO DE INFRAÇÃO N° GEFISEAI/00158345

NOME: SITIO CANARINHO LTDA. **CNPJ/CPF** N° 11.952.899/0001-69. **ENDEREÇO**: ESTRADA DO AMAPA, LOTE 489. **MUNICIPIO**: DUQUE DE CAXIAS. **INFRAÇÃO**: Artigo 76 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE**: Multa Simples R$ 2.050,16. Processo N° SEI-070002/009812/2021.

AUTO DE INFRAÇÃO N° GEFISEAI/00158344

NOME: OX FOR EQUIPAMENTOS DE SOLDA ME. **CNPJ/CPF** N° 01.480.025/0001-00. **ENDEREÇO**: RODOVIA BR465, ANTIGA ESTRADA RIO-SÃO PAULO, Nº329. **MUNICIPIO**: SEROPÉDICA. **INFRAÇÃO**: Artigo 76 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE**: Multa Simples R$ 2.050,16. Processo Nº SEI-070002/009340/2021.

AUTO DE INFRAÇÃO N° COGEFISEAI/00150366

NOME: ROSALI COSTA DE SOUZA. **CNPJ/CPF** N° 497.316.537-91. **ENDEREÇO**: RUA BEM TE VI, LOTE 15, CASA 04. **MUNICIPIO**: PARATY. **INFRAÇÃO**: Artigo 46 E 76 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE**: Multa Simples R$ 9.136,31. Processo N° SEI-E-07/002.10287/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO N° COGEFISEAI/00148176

NOME: SANFEBRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. **CNPJ/CPF** N° 03.612.436/0001-20. **ENDEREÇO**: AVENIDA HERCILIO FERREIRA DOS SANTOS, 511 SALA 205. **MUNICIPIO**: TERESOPOLIS. **INFRAÇÃO**: Artigo 87 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE**: Multa Simples R$ 32.364,48. Processo N° E-07/002.5727/2014.

Id: 2458907

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

DESPACHO DA DIRETORA-PRESIDENTE DE 16/02/2023

PROCESSO Nº SEI-020004/000838/2022- ADJUDICO e **HOMOLOGO** o resultado da licitação, na modalidade Pregão Eletrônico nº 006/2022, em favor da empresa JFA MANUTENÇÃO E SERVIÇOS EIRELI, no valor de R$ 1.249.500,00 (um milhão, duzentos e quarenta e nove mil e quinhentos reais), referente à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços terceirizados contínuos, técnico profissionais, especializados em logística de alimentos, com o objetivo de evitar o desperdício de produtos não comercializados, englobando tanto mão de obra residente, para atuação nas dependências da CEASA-RJ.

Id: 2458810

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa

ATO DA SECRETÁRIA

RESOLUÇÃO SECEC Nº 258 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2023

ALTERA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS - CAP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 30, da Lei n° 7.035, de 07 de julho de 2015, e no artigo 9º, da Resolução Conjunta nº 96, de 15 de abril de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a Comissão de Avaliação de Projetos - CAP, composta pelos seguintes membros:

I- Representantes da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa:

Presidente: Taydara Araújo Morais Bezerra Gusmão, ID 44381069
Suplente: Tatiana Varzea Fernandes, ID 5748070

a) Artes
Titular: Rafaela Ferreira de Andrade, ID 42639492
Suplente: Denise Acquarone de Sá Lopes, ID 50916238

b) Audiovisual
Titular: João Carlos Barros de Azevedo Filho, ID 5010644-9
Suplente: Caroline Tuler Castelo Branco, ID 51077680

c) Leitura e Conhecimento
Titular: Yke de Castro Leon, ID 5011569-3
Suplente: Ana Cristina Dutra Xavier, ID 51061112

d) Museus
Titular: Lucienne Figueiredo, ID 32171048
Suplente: Rômulo dos Santos Morgado, ID 5075910-8

e) Eventos e Relações Internacionais
Titular: Rubens Albuquerque, ID 51187868
Suplente: João Victor Nascimento Vieira França, ID 5127318-7

f) Projetos
Titular: Katherine Souza Sacramento, ID 5109541-6
Suplente: Renata Briata da Conceição, ID 5136524-3

g) Acervo e Patrimônio Histórico Cultural
Titular: Clara Maria Paulino Cáo, ID 5085107-1
Suplente: Tania Maria Casares de Queiroz, ID 433597-1

II- Representantes da Sociedade Civil:

a) Teatro e circo
Titular: Regina Pimentel, CPF 657.596.057-04
Suplente: Adriana Moraes de Oliveira, CPF 044.534.857-78

b) Artes plásticas e artesanais, folclore e ecologia
Titular: Carolyne Gomes Jorge da Rosa, CPF 102.547.487-24
Suplente: André Fernandes Leite da Luz, CPF 867 .755.537-49

c) Cinema, vídeo e fotografia
Titular: Paulo Henrique Porto Marinho Salvat Figueira, CPF 054.818.347-31
Suplente: Pedro Sol de Abreu Nunes, CPF 100.286.677-43

d) Música e dança
Titular: Maurício Machado Arêas, CPF 054.787.927-05
Suplente: Carlos Fontinelle, CPF 110.899.917-46

e) Informação e documentação
Titular: Maria Helena Cardoso de Oliveira, CPF 010.224.387-51
Suplente: Manoel Vieira Gomes Junior, CPF 051.691.427-81

f) Literatura, com prioridade à língua portuguesa
Titular: Rafaela Fortuna Lisboa, CPF 104.543.017-07
Suplente: Felipe Lacerda de Melo Cruz, CPF 023.444.337-59

g) Gastronomia e Expressões Culturais Populares
Titular: Marcelo Henrique Fraga Rodrigues, CPF 120.037.288-30
Suplente: Gabriela Alevato, CPF 095.157.907-00

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução SECEC nº 220, de 01 de julho de 2022.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2023

DANIELLE CHRISTIAN RIBEIRO BARROS
Secretária de Estado de Cultura e Economia Criativa

Id: 2458812

Impresa Oficial DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
A assinatura não possui validade quando impresso.
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 17 de Fevereiro de 2023 às 02:47:01 -0200.

14h, FICA ADIADA PARA 15/03/2023 às 14h. Proc. nº SEI-260007/026502/2022.
Conforme Decretos nº. 45.109/2015 e nº. 45.680/2016.
Editais e anexos disponíveis no site: www.compras.rj.gov.br.

Id: 2460718

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO

AVISO

FICA A EMPRESA MV SISTEMA LTDA, NOTIFICADA da decisão de penalidade de advertência, devido ao inadimplemento contratual, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, c/c o Art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, conforme previsto no contrato 359/HUPE/2022 do Processo Administrativo nº SEI-E-26/008/3621/2019 - Processo Administrativo de Penalidade nº SEI-260008/011883/2022.

Id: 2461176

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 28/02/2022
PÁGINA 36 - 2ª COLUNA

AVISO

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGO DE TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR NOS PERFIS DE MÉDICO E TERAPEUTA OCUPACIONAL - Processo nº SEI-260007/048651/2022 e SEI-260007/049512/2022.

4 - Cronograma resumido - Etapas do Concurso Público

Onde se lê:
Etapa: Divulgação do Edital completo
Data / Período: 01/03/2023

Leia-se:
Etapa: Divulgação do Edital completo
Data / Período: 03/03/2023

Id: 2461145

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

O DIRETOR DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, torna público o resultado referente ao Processo Seletivo destinado à formação de cadastro de reserva de Professores Substitutos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, nos termos dispostos nas Leis nº 5.343/2008 e 6.901/2014, Processo nº SEI-260007/010010/2023:

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CONTINUADA

Área: Educação de Jovens e Adultos

Colocação	Nome do(a) Candidato(a)	Média Final
1°	Shirlei Barros do Canto	97
2º	João Paulo Carneiro	95
3º	Wagner José da Silva Paiva	75

Id: 2461166

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Convênio nº G008/2023.
PARTES: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF e RIO PETROLEO (GCN ENGENHARIA LTDA)
OBJETO: Concessão de estágio para alunos regularmente matriculados nos cursos oferecidos pela UENF.
PRAZO: 05(cinco) anos a contar da data de assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 28/02/2023.
FUNDAMENTO: Processo nº SEI-260009/000275/2023.

Id: 2461005

Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato Central nº 004/CENTRAL/2023.
PARTES: Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL e a empresa OI (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviço telefônico fixo comutado - STFC (fixo-fixo e fixo-móvel), nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), a ser executado de forma contínua, com fornecimento de aparelhos novos ou seminovos por comodato, se necessário, na forma do Termo de Referência (42420035), do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.
VALOR: O valor do Contrato é de R$ 211.449,00 (duzentos e onze mil quatrocentos e quarenta e nove reais).
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de 02/03/2023, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.
DATA DE ASSINATURA: 02/03/2023.
AUTORIZAÇÃO: Processo nº SEI-100006/001705/2022.

Id: 2461017

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO Nº 001/2023. **PARTES**: O Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS e a empresa Trial (RIO) Tecnologia Ambiental Ltda. **OBJETO:** O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços nas modalidades de auditoria técnica e financeira, bem como trabalhos relativos a pareceres, análises críticas de documentos técnicos e avaliações em geral, afim de verificar e avaliar o cumprimento das obrigações dispostas nos Termos de Ajustamento de Conduta - TAC firmados em 09/08/2019 e 18/02/2020 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ, o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS, o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e a empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório. **VIGÊNCIA:** O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência. **VALOR:** R$ 6.278.400,00 (seis milhões, duzentos e setenta e oito mil e quatrocentos reais). **DATA DE ASSINATURA**: 01/03/2023. **FUNDAMENTO LEGAL:** Processo nº SEI-070026/000410/2021.

Id: 2460991

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

TOMADA DE PREÇOS 002/2022

TÉCNICA E PREÇO

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE-INEA torna público que fará realizar a licitação a seguir:

OBJETO: "Mapeamento de áreas sujeitas a inundação no Estado do Rio de Janeiro".
DATA: 06/04/2023 às 11:00 horas.
LOCAL: Avenida Venezuela, n° 110, 4° Andar, Sala 405.
AQUISIÇÃO: O Edital e seus anexos estarão à disposição para consulta e/ou aquisição, neste caso mediante a permuta de 04 (quatro) Resmas de Papel A4, no Setor de compras e de Licitações, na Avenida Venezuela, n° 110 - 4º andar - sala 409
- Saúde - Rio de Janeiro, no horário de 10:00 às 12:00 horas e de 14:00 às 16:00 horas, ou podendo alternativamente ser adquirido através do site do INEA www.inea.rj.gov.br.
INFORMAÇÕES: Os interessados poderão obter maiores informações sobre o Edital no endereço e horário acima mencionado ou pelo telefone (21) 2334-9430. Será obrigatório o uso de máscara por todos os participantes e será mantido o distanciamento social.
PROCESSO Nº SEI-070002/009761/2021.

Id: 2461060

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa

EDITAL

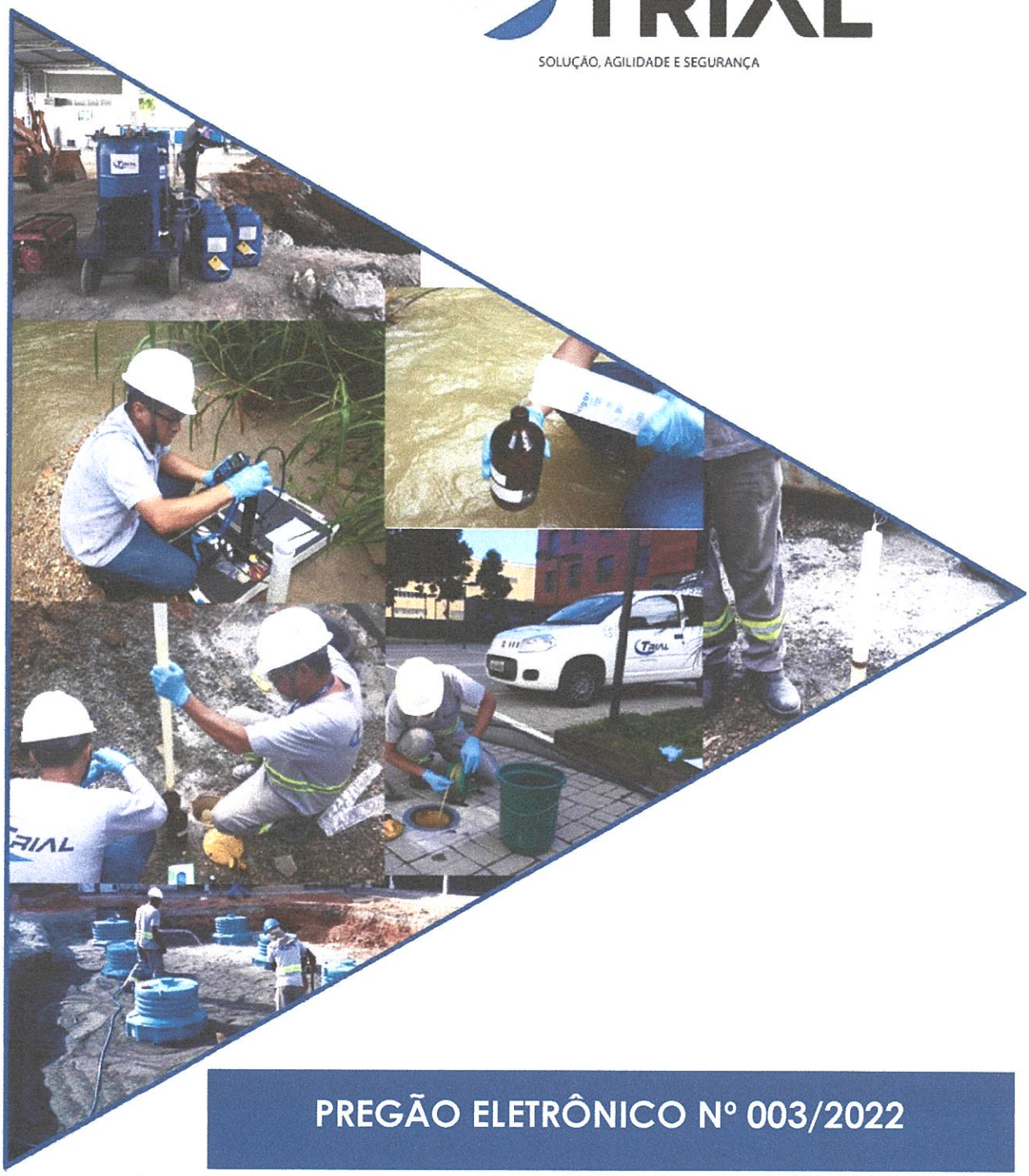
A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA, torna pública a relação preliminar das notas para seleção de artesãos, associações ou cooperativas de todo o Estado do Rio de Janeiro para compor a programação do estande da Secec na da Rio Artes Manuais 15 edição.
Às notas apresentadas ainda é cabível a apresentação de recurso, conforme descrito no edital que deverão ser enviados para o e-mail rioartesmanuais@cultura.rj.gov.br de acordo com o cronograma previsto no item 5 da convocatória, conforme processo administrativo nº SEI-18/0007/3399/2022.

	Nome Completo / Razão Social	Nota
1	Miriam Soares De Freitas	9,0
2	Rosangela Santos Jotta	9,0
3	Cíntia De Oliveira Neves Alvarenga	8,8
4	Allan Borges Dos Santos	8,8
5	Maurício Souza	8,8
6	Josiélio De Paula Nascimento	8,8
7	Lucia Helena Gomes Gonçalves De Cerqueira	8,7
8	Associação De Bordadeiras De Itaperuna - Bordando O Futuro	8,7
9	Miguel Arcanjo De Oliveira	8,7
10	Madson Tavares De Mello	8,5
11	Venancio Vazquez Neto	8,5
12	Gustavo Teodoro De Assis	8,3
13	Irenacy Da Silva Bastos	8,3
14	Ivan De Souza Ribeiro	8,3
15	Nívea Vianna Gomes	8,3
16	Fabiana Gonçalves Gomes	8,3
17	Vania Fernandes De Menezes	8,2
18	Denise Da Costa	8,2
19	Deborah Regina Gonçalves/ Acordastudio	8,2
20	Eliane Santos Monte	8,2
21	Anissa Martins Peralta	8,2
23	Célia Regina Rangel Silva Da Silva	8,2
24	Sandra Regina Portella Felipe	8,0
25	Elenice Lino Nogueira	8,0
26	Malcher Handmade	8,0
27	Tereza Miralles Riba	8,0
28	Acácio Pires Ribeiro Dos Santos	7,8
29	Gabriel De Freitas Ribeiro	7,8
30	Alessandra Taveira Villela Scapin Jordão Costa	7,8
31	Carla Andréia Do Nascimento	7,8
32	Elenice Lino Nogueira	7,8
33	Katia Margareth De Souza Faria	7,8
34	Isabela De Assis Avelar	7,8
35	Laila Monteiro Salomão	7,8
36	Lilian Martins Corrêa Maliska	7,8
37	Izaura De Jesus Maciel Conde	7,8
38	Adilson Moura	7,8
39	Associação De Artesãos E Artistas Raizes De Iguassu	7,8
40	Jacqueline De Souza Lemos	7,8
41	Higor Serpa Ferreira	7,8
42	Edson Martins De Freitas	7,8
43	Neuzi Dos Santos	7,8
44	Carina De Souza Viana	7,8
45	Alene Pereira Da Silva Guarisa	7,8
46	Sidnéa Maria De Oliveira	7,7
47	Fernando José De Magalhães Sousa	7,7
48	Maria José Da Silva	7,7
49	Jocinelma Costa Conceição	7,7
50	Maria Das Graças Rocha	7,7
51	Valeria Vieira	7,7
52	Euzi De Sousa Licasalio	7,7
53	Mauricio Brito Da Silva	7,7
54	José Paulo Marques Caldas	7,5
55	Luciene Reis Dos Santos	7,5
56	Carmen Vera Da Silva Brasil	7,5
57	Adenilde Maria De Oliveira	7,5
58	Maria Leopoldino Corrêa	7,5
59	Paulo Dos Santos Canteiro	7,5
60	Carolina Pereira Dos Santos	7,5
61	Fabiana Gonçalves Gomes	7,5
62	Denise Da Costa	7,5
63	Cristina Maria Damazio	7,5
64	Tereza Maria Da Silva	7,5
65	Andreia Fernandes Neves	7,5
66	José Iduard Ligiero	7,5
67	Leonardo Fragoso Bastos	7,5
68	Venancio Vazquez Neto	7,5
69	Seidimar Apararecida Ramos	7,5
70	Sandra Aparecida Barbosa	7,3
71	Josiane Moura Da Costa Marques	7,3
72	Luciano Da Silva Costa Lima	7,3
73	Daisy Lucd Da Silva Rodrigues	7,3
74	Thais Ferreira De Miranda	7,3
75	Sheyla Machado Bessa	7,3
76	Antonio Mariano Ornellas Aires	7,3
77	Alessandra Rodrigues De Araujo Queiroz	7,3
78	Juliana Freitas Santos Gomes	7,3
79	Cíntia De Oliveira Neves Alvarenga	7,3
80	Rita De Fátima Y Gonzales Leal	7,3
81	Andressa Gomes Das Chagas Manhaes	7,3
82	Cristina Cruz	7,3
83	Soraia Rodrigues Da Silva Lima	7,3
84	Sandra Helena Sadde Martins	7,3
85	Deise Maia Xavier	7,2
86	Norma Rosane De Almeida Peçanha Ecard Carvalhaes	7,2
87	Marileia Da Rocha Rodrigues	7,2
88	Dalva Da Silva Queiroz	7,2
89	Jorge Antonio Da Luz Maciel / 04474501748	7,2
90	Ana Vitoria Melo Veiga Pio De Paula	7,2
91	Paulo Vitor Melo França	7,2
92	Igor Lima Mendes	7,2
93	Anileda Miranda	7,2
94	Renata Helena De Souza Da Silva	7,2
95	Rosane De Souza Silva	7,2
96	Mauriceia Marcelino Teixeira	7,2
97	Soraya Novaes Marx	7,2
98	Sonia Da Silva	7,2
99	Liliane Gadelha Da Silva	7,2
100	Andrea Lopes De Amorim	7,2
101	Barbara Cristina De Souza	7,2
102	Natchara Rocha Brito	7,2
103	Ana Paula Dias Da Cunha	7,2
104	Seidimar Apararecida Ramos	7,2
105	Carla N Gonçalves	7,0
106	Adriana De Deus Dos Santos D'able E Silva	7,0
107	Sandrinha Alves Guimarães Pereira	7,0
108	Ana Claudia Rosa	7,0
109	Ana Maria Rodrigues Alves	7,0
110	Katia Margareth De Souza Faria	7,0
111	Luciana Felipe De Souza Garcia	7,0
112	Sônia Maria Silva E Lima	7,0
113	Isabela Rosa Do Valle	7,0
114	Raquel De Souza Rezende	7,0
115	Silvia Amoedo Da Costa	7,0
116	Maria Aparecida Da Fonseca Teixeira	7,0
117	Priscila Correa Bezerra / Bela Atelier Botanico	7,0
118	Yasmin Queiroz Da Conceição	7,0
119	Ivaneide Felix Cabral	7,0
120	Renata Moreira Werner De Oliveira 00	7,0
121	Cristina A. Justino Froment	7,0
122	Susana Evelina Sielski Cantarino	7,0
123	Beatriz Ferreira De Oliveira	7,0
124	Regina Glaucia Castro Freire	7,0
125	Maria Adelaide Ferreira Rodrigues	6,8
126	Maria Izaltina Freixieiro Braga	6,8
127	Miriam Reny Ribeiro Da Silva	6,8
128	Roberta Domingos Dos Santos	6,8
129	Márcia Pires Cordeiro Dias	6,8
130	Yuki Satou	6,8
131	Angélica Chrisostimo Baptista Machado	6,8
132	Lúcia Elena De Azevedo Guimarães	6,8
133	Ana Cristina Ribeiro De Miranda	6,8
134	Vanessa Tibau Mesquita Da Costa	6,8
135	Marcio Batista Heider	6,8
136	Silvia Das Dores Garcia Maymone	6,8
137	Herlane Mayre Menezes Paiva	6,8
138	Joiciana Peixoto Dias Coelho Da Costa	6,8
139	Miriam Reny Ribeiro Da Silva	6,8
140	Denise Moreira Dos Santos Amorim	6,8
141	Sandra Maria De Lima	6,8
142	Alexandra Sant'Anna De Jesus	6,8
143	Ana Lucia Alves De Melo	6,8
144	Vanessa Silva Ferreira	6,8
145	Elizângela Cabral Dos Santos Pacheco	6,8
146	Márcia Teixeira Côrtes	6,8
147	Jullie Felix De Lima Cabral	6,8
148	Bruna Oliveira Vasconcelos	6,8
149	Rodrigo Ramos Teixeira	6,8
150	Lucilene Alessandra De Souza Farias Da Fonseca	6,8
151	Claudia Dos Santos	6,8
152	Débora Pinheiro Carvalho	6,8
153	Roseli Maria Costa Linhares Fontes	6,8
154	Isley Verdini Clare	6,8
155	Luiz Carlos De Carvalho	6,8
156	Rosângela Jassé Silva Pdrini	6,8
157	Luis Héctor Pedrini	6,8
158	Maxswel Oliveira Da Silva	6,8
159	Luis Héctor Pedrini	6,8
160	Mary Hellem Amaral Gomes Linhares	6,8
161	George William Dos Santos Baptista	6,8
162	Luis Héctor Pedrini	6,8
163	Ariane Alves Cavalcanti	6,7
164	Carlos Roberto Ribeiro De Oliveira	6,7
165	Elaine Vieira De Carvalho	6,7
166	Roseli Maria Costa Linhares Fontes	6,7
167	Gedna Cristina Barbosa Da Silva	6,7
168	Ivone P F Azevedo	6,7
169	Mirna Andrea Wriedt Barbosa	6,7
170	Clarice Targine De Souza	6,7
171	Patrícia Roseli Rodrigues	6,7
172	Associação De Artesãos Cidade Bela	6,7
173	Conceição Marques Ataíde Perolart	6,7
174	Ivone Ferraz Dos Santos	6,7
175	Deyse Mara Neves Da Silva	6,7
176	Flávia Ferreira Ribeiro	6,7
177	Lanerc Lopes Monzato Dos Santos	6,7
178	Janine Gomes Dos Santos	6,7
179	Janaina Taveira Rangel	6,7
180	Leonardo Sousa	6,7
181	Marta De Oliveira Chagas Medeiros	6,7
182	Daniele Ribeiro Da Silva	6,7
183	Rosana Aparecida Pinho Soares	6,7
184	Rosemery Souza Moreira	6,7
185	Janaína Da Silva Lacerda	6,7
186	Fabiana Dos Reis Nascimento Cardoso	6,5
187	Vera Lúcia Lebedenco	6,5
188	Gilcleia Da Silva Gomes	6,5

Impresa Oficial DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
A assinatura não possui validade quando impresso.
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 03 de Março de 2023 às 01:48:51 -0300.

Grupo TRIAL

SOLUÇÃO, AGILIDADE E SEGURANÇA



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2022

Prestação de serviços nas modalidades de Auditoria Técnica e Financeira, bem como trabalhos relativos a pareceres, análises críticas de documentos técnicos e avaliações em geral, afim de verificar e avaliar o cumprimento das obrigações dispostas nos Termos de Ajustamento de Conduta – TAC firmados em 09/08/2019 e 18/02/2020 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ, o estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, o Instituto Estadual do Ambiente – INEA e a Empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS.

ÍNDICE

PROPOSTA DE PREÇOS E PLANILHA DE CUSTOS DETALHADO ..... 3 a 9

CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÕES ..... 10 a 14

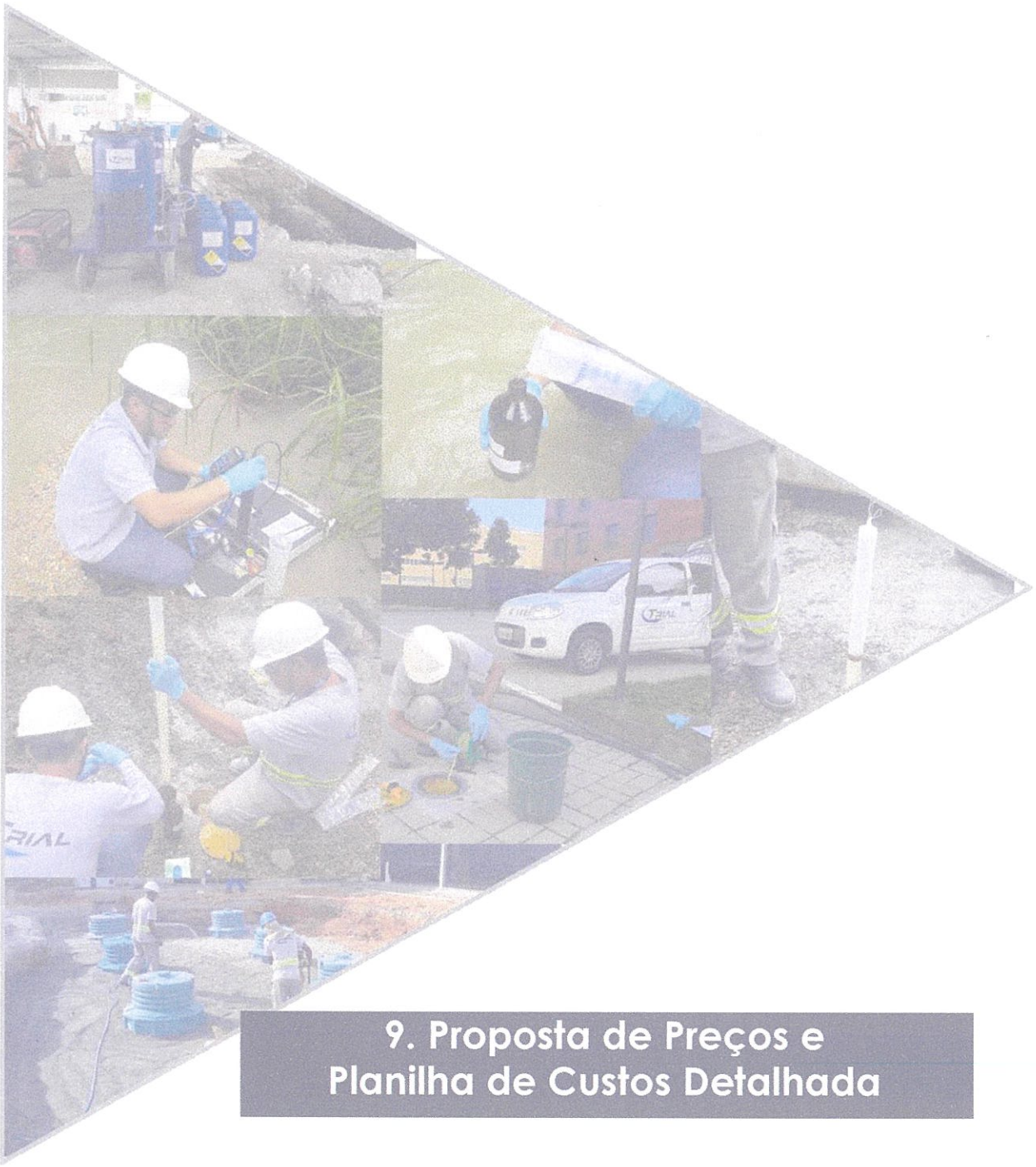
HABILITAÇÃO JURÍDICA ..... 15 a 27

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA ..... 28 a 42

HABILITAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA ..... 43 a 47

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA ..... 48 a 530

Grupo TRIAL
SOLUÇÃO, AGILIDADE E SEGURANÇA



9. Proposta de Preços e Planilha de Custos Detalhada

ANEXO II
PROPOSTA DE PREÇOS

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL Proposta de Preços	Licitação por Pregão Eletrônico Data: 19/12/2022 Hora: 11hs Local: Processo: SEI-070026/000410/2021

A firma ao lado mencionada propõe a prestar os serviços ao Estado do Rio de Janeiro, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições Estipuladas constante do Edital de Pregão Eletrônico N° 003/2022

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO COM ICMS (R$)		PREÇO SEM ICMS (R$)	
				UNIT.	TOTAL	UNIT.	TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS MODALIDADES DE AUDITORIA TÉCNICA E FINANCEIRA, BEM COMO TRABALHOS RELATIVOS A PARECERES, ANÁLISES CRÍTICAS DE DOCUMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÕES EM GERAL, AFIM DE VERIFICAR E AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DISPOSTAS NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC FIRMADOS EM 09/08/2019 E 18/02/2020 ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – MPRJ, O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, REPRESENTADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS, O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA E A EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRAS. Valor total por extenso Seis Milhões e Duzentos e Setenta e Oito Mil e Quatrocentos Reais DADOS BANCÁRIOS / LICITANTE: Banco: 237 – Bradesco S.A. Agência: 0279 Conta Corrente: 590397-1		24 MESES			261.600,00	6.278.400,00

OBSERVAÇÕES

1ª A PROPOSTA DE PREÇOS deverá;
- ser digitada, sem emendas e rasuras
- conter os preços em algarismos e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais.
- ser datada e assinada pelo Representante Legal da Proponente

2ª O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA DE PREÇOS, a cumprir os termos nela contidos.

3ª A licitação mediante a PROPOSTA DE PREÇOS poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.

Prazo para execução dos Serviços: 24 (vinte e quatro) Meses.

Validade da PROPOSTA DE PREÇOS: 60 (sessenta) dias

Local dos Serviços: COMPERJ / RJ

Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2023

TRIAL

Assinado de forma digital por JULIUS VALMORBIDA STEPANSKY:00899169724
Dados: 2023.01.16 17:01:31 -03'00'

Firma Proponente

ANEXO 05
PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS
IO: 08/2022

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO UNITÁRIO SEM ENCARGOS* (120,91%)	PREÇO UNITÁRIO COM BDI - FATOR K**	PREÇO UNITÁRIO COM BDI - TRDE	PREÇO TOTAL COM BDI
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 019084						**SUBTOTAL**	**253.808,05**
3.1.21	01.050.0736-0	MAO-DE-OBRA DE ADVOGADO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	17.295,52	7.829,22	24.114,98	-	48.229,96
3.1.22	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	6,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	205.578,09
								SUBTOTAL	**253.808,05**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA DE INSTALAÇÃO IN 020319						**SUBTOTAL**	**380.923,89**
3.1.23	01.050.0701-0	MAO-DE-OBRA DE BIOLOGO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	20.991,52	9.502,30	29.268,28	-	58.536,56
3.1.24	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	68.526,03
3.1.25	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	10,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	253.861,30
								SUBTOTAL	**380.923,89**
32		**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA II**						**TOTAL**	**2.746.261,89**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 020510						**SUBTOTAL**	**238.596,58**
321	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	137.052,06
322	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	101.544,52
								SUBTOTAL	**238.596,58**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 023703						**SUBTOTAL**	**185.165,38**
323	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	68.526,03
324	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	101.544,52
								SUBTOTAL	**185.165,38**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 025658						**SUBTOTAL**	**251.466,25**
325	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	68.526,03
326	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	50.772,26
327	01.050.0701-0	MAO-DE-OBRA DE BIOLOGO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	20.991,52	9.502,30	29.268,28	-	117.073,12
								SUBTOTAL	**251.466,25**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 024121						**SUBTOTAL**	**403.473,83**
328	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	6,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	205.578,09
329	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	101.544,52
3.2.10	01.050.0751-0	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	18.312,80	8.289,71	25.533,37	-	51.066,74
								SUBTOTAL	**403.473,83**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 024202						**SUBTOTAL**	**837.253,99**
3.2.11	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	14,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	479.682,22
3.2.12	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	101.544,52
3.2.13	01.050.0751-0	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.312,80	8.289,71	25.533,37	-	102.133,48
3.2.14	01.050.0736-0	MAO-DE-OBRA DE ADVOGADO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	17.295,52	7.829,22	24.114,98	-	48.229,96
								SUBTOTAL	**837.253,99**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 023530						**SUBTOTAL**	**83.620,86**
3.2.15	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	68.526,03
								SUBTOTAL	**83.620,86**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 025099						**SUBTOTAL**	**426.715,39**
3.2.16	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	8,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	274.104,13
3.2.17	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	101.544,52
3.2.18	01.050.0751-0	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	18.312,80	8.289,71	25.533,37	-	51.066,74
								SUBTOTAL	**426.715,39**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 024123/IN 021727						**SUBTOTAL**	**319.969,61**
3.2.19	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	137.052,06
3.2.20	01.050.0736-0	MAO-DE-OBRA DE ADVOGADO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	17.295,52	7.829,22	24.114,98	-	48.229,96
3.2.21	01.050.0751-0	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	18.312,80	8.289,71	25.533,37	-	51.066,73
3.2.22	01.050.0704-0	MAO-DE-OBRA DE AGRONOMO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	83.620,86
								SUBTOTAL	**319.969,61**

	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS COM FATOR K	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS COM TRDE	VALOR TOTAL DO EMPREENDIMENTO COM BDI
TOTAL COM BDI	**3.767.040,00**	**2.511.360,00**	**6.278.400,00**

* NÃO SE APLICA AOS ITENS CUJO O BDI É DEFINIDO PELA TRDE.

TRIAL
Assinado de forma digital por JULIUS VALMORBIDA STEPANSKY:00899169724
Dados: 2023.01.16 17:02:56 -03'00'

ANEXO 05

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO UNITÁRIO SEM ENCARGOS* (120,91%)	PREÇO UNITÁRIO COM BDI - FATOR K**	PREÇO UNITÁRIO COM BDI - TRDE	PREÇO TOTAL COM BDI
1		PLANO DE TRABALHO						TOTAL	76.178,65
11	01.050.0716-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO SENIOR,PARA SERVICOSDE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	1,00	45.838,00	19.391,79	65.229,79	-	65.229,79
12	05.105.0124-0	MAO-DE-OBRA DE ESTAGIARIO,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	1,00	1.460,40	661,08	2.036,22	-	2.036,22
13	19.004.0045-2	VEICULO DE PASSEIO,5 PASSAGEIROS,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1.0 LITRO,EXCLUSIVE MOTORISTA	H	123,20	50,64	22,92	50,64		6.238,85
14	19.004.0045-4	VEICULO DE PASSEIO,5 PASSAGEIROS,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1.0 LITRO,EXCLUSIVE MOTORISTA	H	52,80	50,64	3,06	50,64		2.673,79
								SUBTOTAL	76.178,65
2		EQUIPE DE COORDENAÇÃO						TOTAL	1.482.764,52
21	01.050.0713-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO COORDENADOR,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	12,00	49.264,16	22.300,56	68.688,57	-	824.262,84
22	01.050.0710-0	MAO-DE-OBRA DE TECNICO ESPECIALIZADO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	24,00	9.563,84	4.329,29	13.334,77	-	320.034,48
23	01.050.0712-0	MAO-DE-OBRA DE SECRETARIA,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	24,00	6.918,56	3.131,85	9.646,48	-	231.515,52
24	19.004.0045-2	VEICULO DE PASSEIO,5 PASSAGEIROS,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1.0 LITRO,EXCLUSIVE MOTORISTA	H	1.478,40	50,64	22,92	50,64	29,31	74.866,18
25	19.004.0045-4	VEICULO DE PASSEIO,5 PASSAGEIROS,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1.0 LITRO,EXCLUSIVE MOTORISTA	H	633,60	6,75	3,06	50,64	3,91	32.085,50
								SUBTOTAL	1.482.764,52
3		EQUIPE TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO						TOTAL	4.719.456,83
31		TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA I						SUBTOTAL	1.973.194,94
EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA PRÉVIA FE 013990 (AVB 000621)								SUBTOTAL	1.145.356,63
311	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	16,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	548.208,25
312	01.050.0701-0	MAO-DE-OBRA DE BIOLOGO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	20.991,52	9.502,30	29.268,28	-	117.073,12
313	01.050.0751-0	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.312,80	8.289,71	25.533,37	-	102.133,48
314	01.050.0707-0	MAO-DE-OBRA DE GEOLOGO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	20.991,52	9.502,30	29.268,28	-	117.073,12
315	01.050.0704-0	MAO-DE-OBRA DE AGRONOMO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	137.052,06
316	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	50.772,26
317	05.105.0176-0	MAO-DE-OBRA DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	3.907,20	1.768,68	5.447,77	-	10.895,54
318	01.050.0712-0	MAO-DE-OBRA DE SECRETARIA,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	6.918,56	3.131,85	9.646,48	-	38.585,92
319	20.023,00	MAO-DE-OBRA DE ASSISTENTE SOCIAL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	H	352,00	48,01	21,73	66,94	-	23.562,88
								SUBTOTAL	1.145.356,63
EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 001540 (AVB 001306; AVB 001485; AVB 001474)								SUBTOTAL	189.363,51
3.1.10	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	101.544,52
3.1.11	01.050.0741-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO SANITARISTA,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	68.526,03
3.1.12	01.050.0712-0	MAO-DE-OBRA DE SECRETARIA,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	6.918,56	3.131,85	9.646,48	-	19.292,96
								SUBTOTAL	189.363,51
EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 021327								SUBTOTAL	399.878,21
3.1.13	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	6,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	152.316,78
3.1.14	01.050.0741-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO SANITARISTA,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	68.526,03
3.1.15	01.050.0701-0	MAO-DE-OBRA DE BIOLOGO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	20.991,52	9.502,30	29.268,28	-	117.073,12
3.1.16	01.050.0751-0	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	18.312,80	8.289,71	25.533,37	-	51.066,74
3.1.17	05.105.0176-0	MAO-DE-OBRA DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	3.907,20	1.768,68	5.447,77	-	10.895,54
								SUBTOTAL	399.878,21
EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA PRÉVIA IN 01543								SUBTOTAL	68.526,03
3.1.18	01.050.0704-0	MAO-DE-OBRA DE AGRONOMO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	68.526,03
								SUBTOTAL	68.526,03
EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA DE INSTALAÇÃO IN 016106								SUBTOTAL	170.070,55
3.1.19	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	101.544,52
3.1.20	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	68.526,03
								SUBTOTAL	170.070,55

TRIAL

Assinado de forma digital por
JULIUS VALMORBIDA
STEPANSKY:00899169724
Dados: 2023.01.16 17:01:57
-03'00'

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade

ANEXO X
PLANILHA DE FORMACÃO DO BDI

DETALHAMENTO DO BDI

Parcelas	**Percentuais Considerados**
Administração Central	4%
Impostos sobre o faturamento	19,3%
Seguro e garantia	2%
Despesas Financeiras	2%
Eventuais / Riscos	2%
Lucros	11,12%
Total	40,42%

NOTA:

a) No imposto sobre o faturamento está contido:
ISS – 5%
Cofins – 3,
0%
PIS -0,65%
CSLL –
2,88%
IR – 7,87%
Total -19,3%

b) A porcentagem total do BDI não pode ultrapassar à que foi adotada na planilha orçamentária. O valor aqui detalhado deverá ser o mesmo utilizado na proposta de preço apresentada pela empresa.

Grupo TRIAL

Assinado de forma digital por JULIUS VALMORBIDA STEPANSKY:00899169724
Dados: 2023.01.16 17:03:19 -03'00'

Grupo TRIAL

Ao

ESTADO DO RIO DE JANEIRO/RJ

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS

A/C: Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio

Ref.: Pregão Eletrônico nº 003/2022

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA PARA ATENDIMENTO AO DECRETO ESTADUAL Nº 43.150, de 24.08.11

Trial (RIO) Tecnologia Ambiental LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 22.243.664/0001-14, sediada na Rua Figueira de Melo, nº 444, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. Julius Valmorbida Stepansky, inscrito no CPF sob o nº 008.991.697-24, portador da cédula de identidade nº 10366719-2, expedida por IFP, DECLARA, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;

d) que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

8

e) que o conteúdo da proposta anexa não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido do ÓRGÃO LICITANTE antes da abertura oficial das propostas e;

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2022.

Assinado de forma digital por JULIUS VALMORBIDA STEPANSKY:00899169724
Dados: 2022.12.16 13:05:33 -03'00'

Trial (RIO) Tecnologia Ambiental LTDA.
CNPJ: 22.243.664/0001-14
Julius Valmorbida Stepansky
CPF: 008.991.697-24
Sócio Diretor

Grupo TRIAL
SOLUÇÃO, AGILIDADE E SEGURANÇA



CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÕES

GRUPO TRIAL
Rua Figueira de Melo, 444 – São Cristóvão – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20.491-000.
Tel: +55 (21) 3860-3828 / 2589-2644 - E-mail: comercial@trial.com.br

10

15º 15º Ofício de Notas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro
Rua do Ouvidor, 89 – Centro | Tel.: 21 3233-2600 | www.cartorio15.com.br
Av. das Américas, 500- Bloco 11 Ljs 104 e 106 – Barra da Tijuca | Tel.: 21 3154-7161
088641 AE606562
Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de:
JULIUS VALMORBIDA STEPANOKY
Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2022
PEDRO PAULO TEIXEIRA PACHECO - ESCREVENTE - Mat.:
Emol.: R$ R$ 6,69 - TJ+Fundos: R$ 2,74 - Total: R$ 9,43
Selo(s): EEJM21736-RRQ
Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico
15º OFÍCIO DE NOTAS
Pedro Paulo Teixeira Pacheco
Escrevente
Matr. 94-018431

Grupo TRIAL

Ao

ESTADO DO RIO DE JANEIRO/RJ

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE- SEAS

A/C: Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio

Ref.: Pregão Eletrônico nº 003/2022

ANEXO VI
CARTA DE CREDENCIAMENTO

A Trial (RIO) Tecnologia Ambiental LTDA., inscrita no CNPJ nº 22.243.664/0001-14, sediada na Rua Figueira de Melo, nº 444, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ, por intermédio de seu representante legal, Sr. Julius Valmorbida Stepansky, identidade nº 10366719-2 e CPF nº 008.991.697-24, abaixo assinado, pela presente, fica credenciado o Sr. Marcelo Soares Furlanetto, inscrito no CPF sob o nº 104.549.567-03, portador(a) da cédula de identidade nº 111226965, expedida por DETRAN, ou no seu impedimento o Sr. Felipe Pereira da Rocha, inscrito(a) no CPF sob o nº 035.244.837-71, portador(a) da cédula de identidade nº 0095265021, expedida por DETRAN RJ, para representar Trial (RIO) Tecnologia Ambiental LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 22.243.664/0001-14, junto ao Estado do Rio de Janeiro, pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, na licitação acima referida, a quem se outorga poderes para rubricar propostas dos demais Licitantes, assinar atas e documentos, interpor recursos e impugnações, receber notificação, tomar ciência de decisões, recorrer, desistir da interposição de recursos, acordar, transigir, enfim, praticar todo e qualquer ato necessário à perfeita representação ativa da outorgante no procedimento em referência.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2022.

Trial (RIO) Tecnologia Ambiental LTDA.
CNPJ: 22.243.664/0001-14
Julius Valmorbida Stepansky
CPF: 008.991.697-24
Sócio Diretor

Grupo TRIAL

SOLUÇÕES AMBIENTAIS E SEGURANÇA

Ao

ESTADO DO RIO DE JANEIRO/RJ

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS

A/C: Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio

Ref.: Pregão Eletrônico nº 003/2022

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE

Trial (RIO) Tecnologia Ambiental LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 22.243.664/0001-14, sediada na Rua Figueira de Melo, nº 444, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. Julius Valmorbida Stepansky, inscrito no CPF sob o nº 008.991.697-24, portador da cédula de identidade nº 10366719-2, expedida por IFP, DECLARA, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2022.

15º OFÍCIO DE NOTAS
Pedro Paulo Teixeira Pacheco
Escrevente
Mat. 94-018431

15º Ofício de Notas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro 088641
Rua do Ouvidor, 89 – Centro | Tel.: 21 3233-2600 | www.cartorio15.com.br
Av. das Américas, 500 - Bloco 11 Ljs 104 e 106 – Barra da Tijuca | Tel.: 21 3154-7161
Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de:
JULIUS VALMORBIDA STEPANSKY .....
Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2022
Selo(s): EEJM21735-RRO
Emol.: R$ 8,69 - TJ+Fundos: R$ 2,74 - Total: R$ 9,43
Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

Trial (RIO) Tecnologia Ambiental LTDA.
CNPJ: 22.243.664/0001-14
Julius Valmorbida Stepansky
CPF: 008.991.697-24
Sócio Diretor

Ao

ESTADO DO RIO DE JANEIRO/RJ

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS

A/C: Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio

Ref.: Pregão Eletrônico nº 003/2022

DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO AO INCISO V, DO ART. 27, DA LEI Nº 8.666/93

Trial (RIO) Tecnologia Ambiental LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 22.243.664/0001-14, sediada na Rua Figueira de Melo, nº 444, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. Julius Valmorbida Stepansky, inscrito no CPF sob o nº 008.991.697-24, portador da cédula de identidade nº 10366719-2, expedida por IFP, **DECLARA**, sob as penas da Lei, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, em conformidade com o previsto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2022.

Assinado de forma digital por JULIUS VALMORBIDA STEPANSKY:00899169724
Dados: 2022.12.16 13:02:51 -03'00'

Trial (RIO) Tecnologia Ambiental LTDA
CNPJ: 22.243.664/0001-14
Julius Valmorbida Stepansky
CPF: 008.991.697-24
Sócio Diretor

Ao

ESTADO DO RIO DE JANEIRO/RJ

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS

A/C: Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio

Ref.: Pregão Eletrônico nº 003/2022

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES

Em atendimento ao item 12.5.8

Trial (RIO) Tecnologia Ambiental LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 22.243.664/0001-14, sediada na Rua Figueira de Melo, nº 444, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. Julius Valmorbida Stepansky, inscrito no CPF sob o nº 008.991.697-24, portador da cédula de identidade nº 10366719-2, expedida por IFP, declara, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2022.

Assinado de forma digital por JULIUS VALMORBIDA STEPANSKY:00899169724
Dados: 2022.12.16 13:05:12 -03'00'

Trial (RIO) Tecnologia Ambiental LTDA.
CNPJ: 22.243.664/0001-14
Julius Valmorbida Stepansky
CPF: 008.991.697-24
Sócio Diretor

Grupo TRIAL
SOLUÇÃO, AGILIDADE E SEGURANÇA



DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA

A) CÉDULA DE IDENTIDADE E CPF DOS SÓCIOS OU DOS DIRETORES

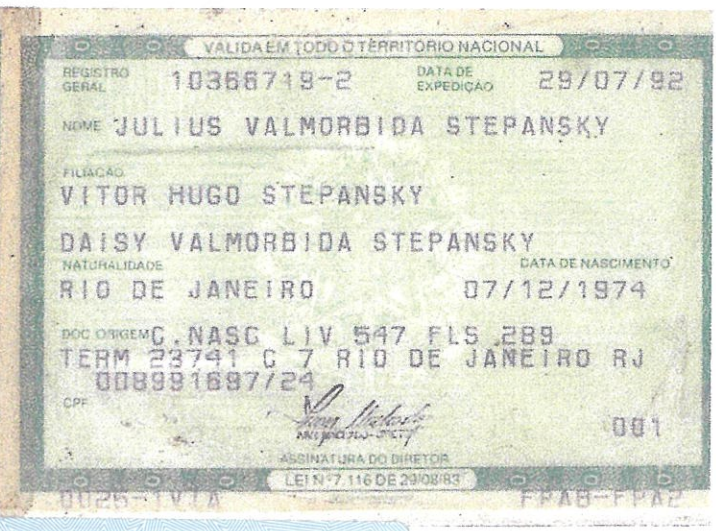
GRUPO TRIAL
Rua Figueira de Melo, 444 – São Cristóvão – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20.491-000.
Tel: +55 (21) 3860-3828 / 2589-2644 - E-mail: comercial@trial.com.br


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DA POLÍCIA CIVIL
DGPC/DPT/INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO FELIX PACHECO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE


VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 10366719-2 DATA DE EXPEDIÇÃO 29/07/92

NOME JULIUS VALMORBIDA STEPANSKY

FILIAÇÃO
VITOR HUGO STEPANSKY
DAISY VALMORBIDA STEPANSKY

NATURALIDADE RIO DE JANEIRO
DATA DE NASCIMENTO 07/12/1974

DOC ORIGEM C.NASC LIV 547 FLS 289
TERM 23741 C 7 RIO DE JANEIRO RJ

CPF 008991697/24

ASSINATURA DO DIRETOR

001

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

0025-1VIA FPAB-FPA2

24º OFICIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto
Avenida Almirante Barroso 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21) 3553-6021

089607AI315744

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2022.

MARCOS FRANCISCO DA SILVA FARIAS
Emolumentos: R$ 6,90 - TJ+Fundos: R$ 2,81 - Total: R$ 9,71
Selo: EEIA08707-ACF - Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

16

MINISTÉRIO DA FAZENDA

CIC

008 . 991 . 697 / 24 2ªVia

NOME COMPLETO

JULIUS VALMORBIDA STEPANSKY

NASCIMENTO

07/12/74

ASSINATURA

Julius Valmorbida Stepansky

ESTA VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE

24º OFICIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto
Avenida Almirante Barroso, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21) 3553-6021

089607AI315745

AUTENTICAÇÃO

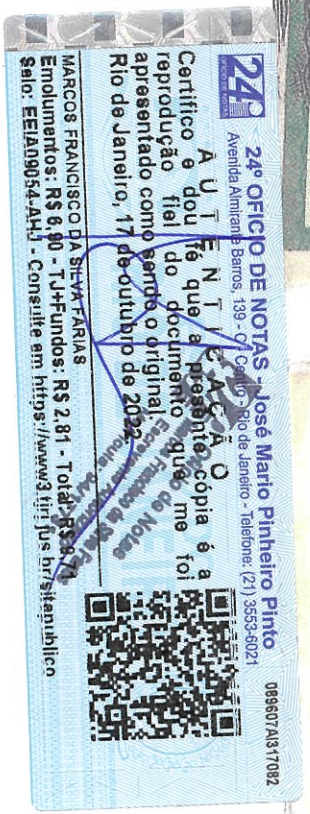
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2022.

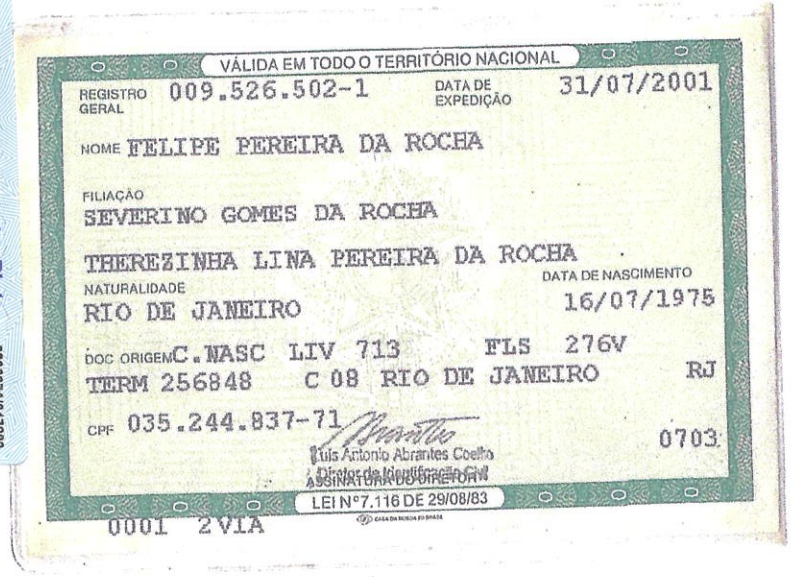
MARCOS FRANCISCO DA SILVA FARIAS

Emolumentos: R$ 6,90 - TJ+Fundos: R$ 2,81 - Total: R$ 9,71
Selo: EEIA08708-ATG - Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

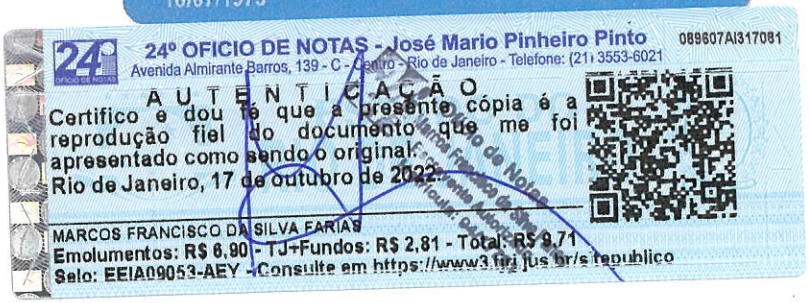
AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL
07.1.01.02-3
05/09/91


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL
0703
Felipe Pereira da Rocha
ASSINATURA DO TITULAR
CARTEIRA DE IDENTIDADE


24º OFICIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21) 3553-6021
AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2022.
MARCOS FRANCISCO DA SILVA FARIAS
Emolumentos: R$ 6,90 - TJ+Fundos: R$ 2,81 - Total: R$ 9,71
Selo: EEIA09054-AHJ - Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico
089607AI317082


VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
REGISTRO GERAL 009.526.502-1
DATA DE EXPEDIÇÃO 31/07/2001
NOME FELIPE PEREIRA DA ROCHA
FILIAÇÃO
SEVERINO GOMES DA ROCHA
THEREZINHA LINA PEREIRA DA ROCHA
NATURALIDADE
RIO DE JANEIRO
DATA DE NASCIMENTO
16/07/1975
DOC ORIGEM C.NASC LIV 713 FLS 276V
TERM 256848 C 08 RIO DE JANEIRO RJ
CPF 035.244.837-71
0703
Luis Antonio Abrantes Coelho
Diretor de Identificação Civil
ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83
0001 2VIA


MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal
CPF
035.244.837-71
FELIPE PEREIRA DA ROCHA
16/07/1975


24º OFICIO DE NOTAS - José Mario Pinheiro Pinto
Avenida Almirante Barros, 139 - C - Centro - Rio de Janeiro - Telefone: (21) 3553-6021
089607AI317081
AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.
Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2022.
MARCOS FRANCISCO DA SILVA FARIAS
Emolumentos: R$ 6,90 - TJ+Fundos: R$ 2,81 - Total: R$ 9,71
Selo: EEIA09053-AEY - Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

18

Grupo TRIAL
SOLUÇÃO, AGILIDADE E SEGURANÇA



DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA

C) CONTRATO SOCIAL EM VIGOR

GRUPO TRIAL
Rua Figueira de Melo, 444 – São Cristóvão – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20.491-000.
Tel: +55 (21) 3860 3828 / 2589-2644 - E-mail: comercial@trial.com.br

JUCERJA

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.0994829-6

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2021/930811-0

JUCERJA

Último arquivamento:
00004201825 - 26/07/2021

NIRE: 33.2.0994829-6

TRIAL RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA

Boleto(s):

Hash: 758794D1-F587-4ED1-956F-E65E0E3D67BD

Orgão	Calculado	Pago
Junta	414,00	414,00
DNRC	0,00	0,00

Nome

TRIAL RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Código Ato

002

Eventos

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR LUIZ CARLOS FREITAS MARTINS SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Municipio	Estado
00004438850	22.243.664/0001-14	Rua FIGUEIRA DE MELO 444	Sao Cristovao	Rio de Janeiro	RJ
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx

Deferido em 26/08/2021 e arquivado em 26/08/2021

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL

Nº de Páginas	Capa Nº Páginas
8	1/1

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TRIAL RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA
NIRE: 332.0994829-6 Protocolo: 00-2021/930811-0 Data do protocolo: 26/08/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/08/2021 SOB O NÚMERO 00004438850 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: D1C1251E9AD458D8D7F52A1AE5DB7556B336A881A8E74A793A648E3543378EAD
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.0994829-6

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2021/930811-0 26/08/2021 12:22:01

JUCERJA

Último arquivamento:
00004201825 - 26/07/2021

NIRE: 33.2.0994829-6

TRIAL RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA

Boleto(s): 103792570

Hash: 758794D1-F587-4ED1-956F-E65E0E3D67BD

Orgão	Calculado	Pago
Junta	414,00	414,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

TRIAL RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato
002

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Requerente

Nome:	Antonio Joao Siciliano Motta
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE
Telefone de contato:	2122336718
E-mail:	antonio.motta@4account.com.br
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	26/08/2021
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro
Local

26/08/2021
Data

00-2021/930811-0

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TRIAL RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA
NIRE: 332.0994829-6 Protocolo: 00-2021/930811-0 Data do protocolo: 26/08/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/08/2021 SOB O NÚMERO 00004438850 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: D1C1251E9AD458D8D7F52A1AE5DB7556B336A881A8E74A793A648E3543378EAD
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

21

3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA

TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA.

JULIUS VALMORBIDA STEPANSKY, brasileiro, solteiro, nascido em 07/12/1974, empresário, portador do documento de identidade nº 173510/D expedido pelo CREA/RJ, inscrito no CPF sob nº 008.991.697-24, residente e domiciliado na Avenida Prefeito Dulcídio Cardoso, nº 1315, Apto 2208, Bloco 3, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22.620-310 e;

FELIPE PEREIRA DA ROCHA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 16/07/1975, empresário, portador da CNH nº 00137815946 expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 035.244.837-71, residente e domiciliado na Rua S. Severino, s/nº, lote nº 3, quadra E, Taquara, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22.775-330,

Únicos sócios quotistas e componentes da Sociedade Empresária Limitada, constituída de acordo com o que preceitua a Lei n° 10.406 de 10 de Janeiro de 2002, que gira na praça sob a denominação de **TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.243.664/0001-14, com sede e foro na Cidade e Estado do Rio de Janeiro na Rua Figueira de Melo, nº 444, São Cristóvão, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.941-000, conforme contrato social registrado na JUCERJA sob NIRE 33209948296, deliberam na melhor forma de direito proceder as seguintes alterações:

1 – Alterar o objeto social, incluindo as seguintes atividades: Tratamento e disposição de resíduos perigosos; Serviços de saneamento; Coleta de resíduos não-perigosos; Transporte de dejetos para destino final; Coleta e remoção de resíduos; Serviços especializados para construção não especificados anteriormente e Serviços de concretagem.

Com base na alteração acima, a Cláusula Segunda passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO SOCIAL

A Sociedade terá por objeto social a realização de serviços de engenharia e consultoria ambiental; perfurações e sondagens; descontaminação e serviços de sondagens; atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura; participação em outras sociedades; serviços de limpeza e higienização de reservatório de água; tratamento e disposição de resíduos perigosos; serviços de saneamento; coleta de resíduos não-perigosos; transporte de dejetos para destino final; coleta e remoção de resíduos; serviços especializados para construção não especificados anteriormente e serviços de concretagem."

2 – Aumentar o Capital Social em mais R$ 900.000,00 (novecentos mil reais), passando seu total para R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) sendo da seguinte forma:

2.1 – O sócio Julius Valmorbida Stepansky, subscreve 825.050 (oitocentas e vinte e cinco mil e cinquenta) quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada, totalizando R$ 825.050,00 (oitocentos e vinte e cinco mil e cinquenta reais), a serem integralizadas até 31/12/2023 em moeda corrente do país.

2.2 – O sócio Felipe Pereira da Rocha, subscreve 74.950 (setenta e quatro mil, novecentas e cinquenta) quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada, totalizando R$ 74.950,00 (setenta e quatro mil, novecentos e cinquenta reais), a serem integralizadas até 31/12/2023 em moeda corrente do país.

Com base nas alterações acima, a Cláusula Quinta passa a vigorar com a seguinte redação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TRIAL RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA
NIRE: 332.0994029-6 Protocolo: 00-2021/930811-0 Data do protocolo: 26/08/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/08/2021 SOB O NÚMERO 00004438850 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: D1C1251E9AD458D8D7F52A1AE5DB7556B336A881A8E74A793A648E3543378EAD
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

22

"CLÁUSULA QUINTA – DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), dividido em 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) quotas com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, sendo R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) já integralizados em moeda corrente do país, e R$ 900.000,00 (novecentos mil reais) a integralizar até 31/12/2023, distribuído entre os sócios da seguinte forma:

	QUOTAS	***VALOR R$***
Julius Valmorbida Stepansky	*1.375.050*	*1.375.050,00*
Felipe Pereira da Rocha	*124.950*	*124.950,00*
Totais	***1.500.000***	***1.500.000,00***

***Parágrafo único** – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1052 da lei 10.406/02."*

Em virtude das alterações acima, os sócios resolvem consolidar o contrato social nas seguintes cláusulas:

CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO SOCIAL E SEDE

A sociedade empresária limitada girará sob a denominação de **TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA.**, com sede e foro na Cidade e Estado do Rio de Janeiro na Rua Figueira de Melo, nº 444, São Cristóvão, Rio de Janeiro – RJ CEP 20.941-000.

Parágrafo primeiro: A sociedade terá o nome fantasia TRIAL AMBIENTAL.

Parágrafo segundo: A sociedade poderá, a critério dos sócios, abrir filiais, sucursais, agências ou designar representantes em qualquer ponto do país ou exterior.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO SOCIAL

A Sociedade terá por objeto social a realização de serviços de engenharia e consultoria ambiental; perfurações e sondagens; descontaminação e serviços de sondagens; atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura; participação em outras sociedades; serviços de limpeza e higienização de reservatório de água; fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros; tratamento e disposição de resíduos perigosos; serviços de saneamento; coleta de resíduos não-perigosos; transporte de dejetos para destino final; coleta e remoção de resíduos; serviços especializados para construção não especificados anteriormente e serviços de concretagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A responsabilidade pelos serviços técnicos relacionados no objeto social será atribuída a cada sócio, ou profissional contratado, conforme habilidade técnica de cada um.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TRIAL RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA
NIRE: 332.0994829-6 Protocolo: 00-2021/930811-0 Data do protocolo: 26/08/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/08/2021 SOB O NÚMERO 00004438850 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: D1C1251E9AD458D8D7F52A1AE5DB7556B336A881A8E74A793A648E3543378EAD
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

23

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE DURAÇÃO

A Sociedade se estabelecerá por prazo indeterminado e sua dissolução somente se dará por vontade de ¾ do capital social ou por decisão judicial.

CLÁUSULA QUINTA – DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), dividido em 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) quotas com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, sendo R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) já integralizados em moeda corrente do país, e R$ 900.000,00 (novecentos mil reais) a integralizar até 31/12/2023, distribuído entre os sócios da seguinte forma:

	QUOTAS	VALOR R$
Julius Valmorbida Stepansky	1.375.050	1.375.050,00
Felipe Pereira da Rocha	124.950	124.950,00
Totais	**1.500.000**	**1.500.000,00**

Parágrafo único – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1052 da lei 10.406/02."

CLÁUSULA SEXTA – DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A administração da sociedade será exercida exclusivamente pelo sócio **Julius Valmorbida Stepansky,** que terá amplos poderes de administração, representando a sociedade em juízo e nas suas relações com terceiros, em todos os negócios não estranhos ao objeto social, podendo obrigar a sociedade a título oneroso, inclusive dar fiança, assinar contratos de qualquer natureza, títulos de crédito, documentos, cheques e autorizações de pagamento.

Parágrafo primeiro – A representação da sociedade, ativa e passivamente, será exercida judicial ou extrajudicialmente, pelo sócio administrador, ou por um procurador pelo sócio nomeado.

Parágrafo segundo – O sócio administrador poderá nomear procurador com poderes e prazo delimitados no respectivo ato.

Parágrafo terceiro – O sócio administrador fica dispensado de prestar caução.

Parágrafo quarto – O sócio administrador declara que não está incurso em nenhum crime que o impeça de exercer a administração da sociedade.

Parágrafo quinto – O sócio administrador, no exercício da administração, poderá ter uma retirada mensal a título de "pró-labore", fixada de comum acordo, que será levada à conta de despesas gerais ou títulos equivalentes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social da Sociedade será encerrado aos 31 de dezembro de cada ano calendário, ocasião em que serão levantados o balanço geral e a denominação do resultado de acordo com a legislação vigente. Os lucros ou prejuízos que forem apurados serão distribuídos ou suportados pelos sócios quotistas, na mesma proporção do capital social de cada um, ou

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TRIAL RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA
NIRE: 332.0994829-6 Protocolo: 00-2021/930811-0 Data do protocolo: 26/08/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/08/2021 SOB O NÚMERO 00004438850 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: D1C1251E9AD458D8D7F52A1AE5DB7556B336A881A8E74A793A648E3543378EAD
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

24

consoante o estabelecido, majoritariamente, em reunião dos sócios quotistas, podendo ocorrer a distribuição diferentemente dos percentuais de participação do quadro societário.

Fica autorizado o levantamento de balanços e demonstrações de resultados relativos a períodos inferiores ao exercício social (balanços intercalares), objetivando a apuração do resultado do exercício em curso, podendo ocorrer a distribuição desse resultado, mediante a aprovação dos sócios quotistas que representem no mínimo ¾ das quotas do capital social.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

Os sócios reunir-se-ão, ordinariamente, nos 4 (quatro) meses que seguirem ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que o interesse social assim o exigir. Entretanto, qualquer deliberação que demandar a manifestação dos sócios quotistas poderá ser tida como validamente tomada, independentemente de realização de reunião, se expressa mediante instrumento escrito, firmado por sócios representando a totalidade do capital social.

Parágrafo primeiro – As deliberações dos sócios sobre as matérias listadas abaixo em que o quórum maior não for exigido por lei ou expressamente por este contrato social, serão tomadas pelos sócios que representarem no mínimo ¾ do capital social:

(a) Aquisição, alienação, outorga de opção de compra ou a oneração de qualquer participação societária;
(b) Fusão, incorporação, cisão, transformação ou qualquer operação de reestruturação societária que produza efeitos similares;
(c) Pedido de liquidação, dissolução, falência ou outro procedimento de recuperação, judicial ou extrajudicial, organização financeira ou da respectiva suspensão;
(d) Alteração do contrato social da sociedade quando se tratar de: alteração na política de dividendos prevista no Contrato Social; alteração substancial do objeto social, que implique no desenvolvimento, pela Sociedade de outra linha de negócio que não esteja direta ou indiretamente relacionada às atividades atualmente desenvolvidas alteração do termo de duração da Sociedade e alteração do tipo societário e;
(e) Transferência, a qualquer título, de direitos de propriedade industrial, sobre as marcas registradas em nome da Sociedade.

Parágrafo segundo – Exceto se de outra forma prevista neste Contrato Social ou na lei aplicável, as deliberações em reunião de sócios quotistas, serão aprovadas pelos sócios representando a maioria do capital social, ou seja, 50% (cinquenta por cento) do capital social mais 1 (uma) quota.

Parágrafo terceiro – As reuniões de sócios serão convocadas por qualquer administrador ou por qualquer dos sócios, mediante notificação escrita a todos os sócios, contendo data, hora, local e ordem do dia, entregue com aviso de recebimento, com antecedência mínima de 08 (oito) dias da data proposta para realização da reunião, contados da data de recebimento da notificação de convocação. Considerar-se-á dispensada a convocação quando todos os sócios comparecerem à reunião ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo quarto – Os sócios poderão ser representados em reunião de sócios por procuradores com poderes específicos para exercer direito de voto em relação às quotas detidas pelo sócio outorgante da procuração. O instrumento de mandato outorgado nos termos deste item deverá ser arquivado na sede social.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TRIAL RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA
NIRE: 332.0994829-6 Protocolo: 00-2021/930811-0 Data do protocolo: 26/08/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/08/2021 SOB O NÚMERO 00004438850 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: D1C1251E9AD458D8D7F52A1AE5DB7556B336A881A8E74A793A648E3543378EAD
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

25

Parágrafo quinto – Das deliberações dos sócios em reunião, será lavrada ata assinada por todos os presentes. Somente serão levadas a registro na Junta Comercial competente as atas de reunião dos sócios que contenham deliberações destinadas a gerar efeitos perante terceiros.

Parágrafo sexto – As deliberações tomadas em conformidade com a Lei ou com este Contrato Social vinculam todos os sócios, ainda que dissidentes ou ausentes.

Parágrafo sétimo – A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria, inclusive a prevista no artigo 1.078 do Código Civil.

CLÁUSULA NONA – DO FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO

Em caso de falecimento ou impedimento de sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base no patrimônio líquido da sociedade apurado em balanço geral, à data resolução. O pagamento dos haveres será feito em um máximo de 10 prestações mensais, vencendo-se a primeira após 60 dias do levantamento do balanço geral e as demais a cada 30 dias.

Parágrafo único – O mesmo procedimento será adotado caso a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

Fica expressamente proibida a cessão e transferência de quotas de quaisquer dos sócios a estranhos, sem o consentimento dos demais sócios. O sócio que desejar transferir suas quotas a terceiros comunicará essa decisão ao outro sócio que em 30 (trinta) dias, contados da data da comunicação, terá, em igualdade de condições, o direito de preferência na aquisição das quotas do sócio que se retira.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

Em caso de liquidação ou dissolução da sociedade, será liquidante o sócio administrador ou quem este indicar. Nessa hipótese, os haveres da sociedade serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver rateado entre os sócios quotistas na proporção do número de quotas que cada um possuir.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DAS OMISSÕES DO PRESENTE INSTRUMENTO

Os casos omissos no presente instrumento serão resolvidos em conformidade com a Lei vigente, bem assim por qualquer outro dispositivo legal aplicável. Fica eleito o foro desta comarca do Rio de Janeiro para dirimir toda e qualquer dúvida oriunda deste instrumento.

E por estarem justos e contratados assinam este instrumento para que se produzam os efeitos legais.

Rio de Janeiro, 09 de agosto de 2021.

Julius Valmorbida Stepansky

Felipe Pereira da Rocha

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TRIAL RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA
NIRE: 332.0994829-6 Protocolo: 00-2021/930811-0 Data do protocolo: 26/08/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/08/2021 SOB O NÚMERO 00004438850 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: D1C1251E9AD458D8D7F52A1AE5DB7556B336A881A8E74A793A648E3543378EAD
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA TRIAL RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA, NIRE 33.2.0994829-6, PROTOCOLO 00-2021/930811-0, ARQUIVADO EM 26/08/2021, SOB O NÚMERO (S) 00004438850, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
775.978.507-00	ANTONIO JOAO SICILIANO MOTTA

26 de agosto de 2021.

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TRIAL RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA
NIRE: 332.0994829-6 Protocolo: 00-2021/930811-0 Data do protocolo: 26/08/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/08/2021 SOB O NÚMERO 00004438850 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: D1C1251E9AD458D8D7F52A1AE5DB7556B336A881A8E74A793A648E3543378EAD
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

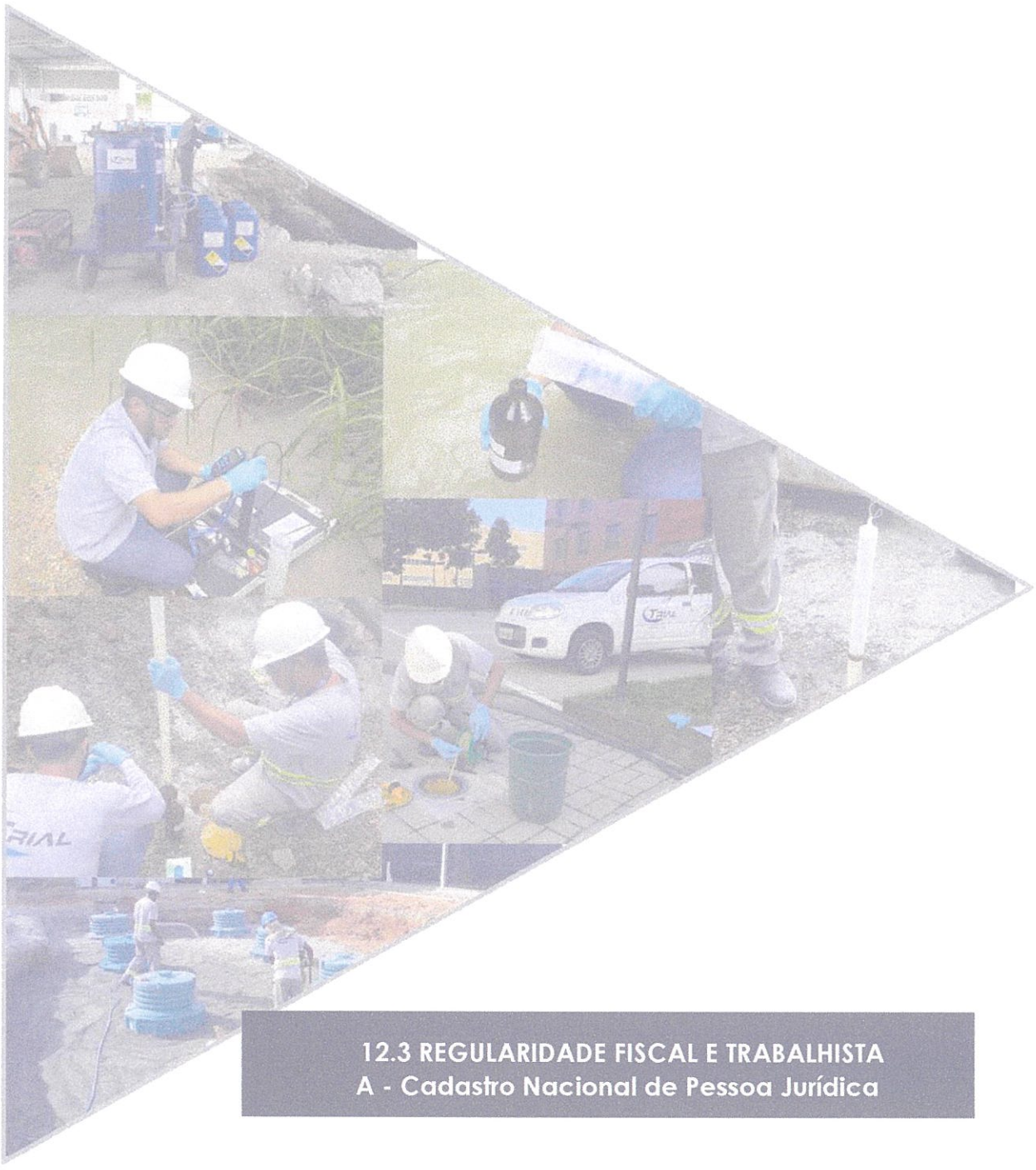
Grupo TRIAL
SOLUÇÃO, AGILIDADE E SEGURANÇA



DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.3 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

GRUPO TRIAL
Rua Figueira de Melo, 444 – São Cristóvão – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20.491-000.
Tel: +55 (21) 3860-3828 / 2589-2644 - E-mail: comercial@trial.com.br



12.3 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA
A - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
22.243.664/0001-14 MATRIZ		13/04/2015

NOME EMPRESARIAL
TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA.

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
TRIAL AMBIENTAL	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
71.12-0-00 - Serviços de engenharia

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
38.22-0-00 - Tratamento e disposição de resíduos perigosos
39.00-5-00 - Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos
43.12-6-00 - Perfurações e sondagens
43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água
43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente
64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings
71.19-7-99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente
81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R FIGUEIRA DE MELO	444	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
20.941-000	SAO CRISTOVAO	RIO DE JANEIRO	RJ

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(21) 3860-3828

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	13/04/2015

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

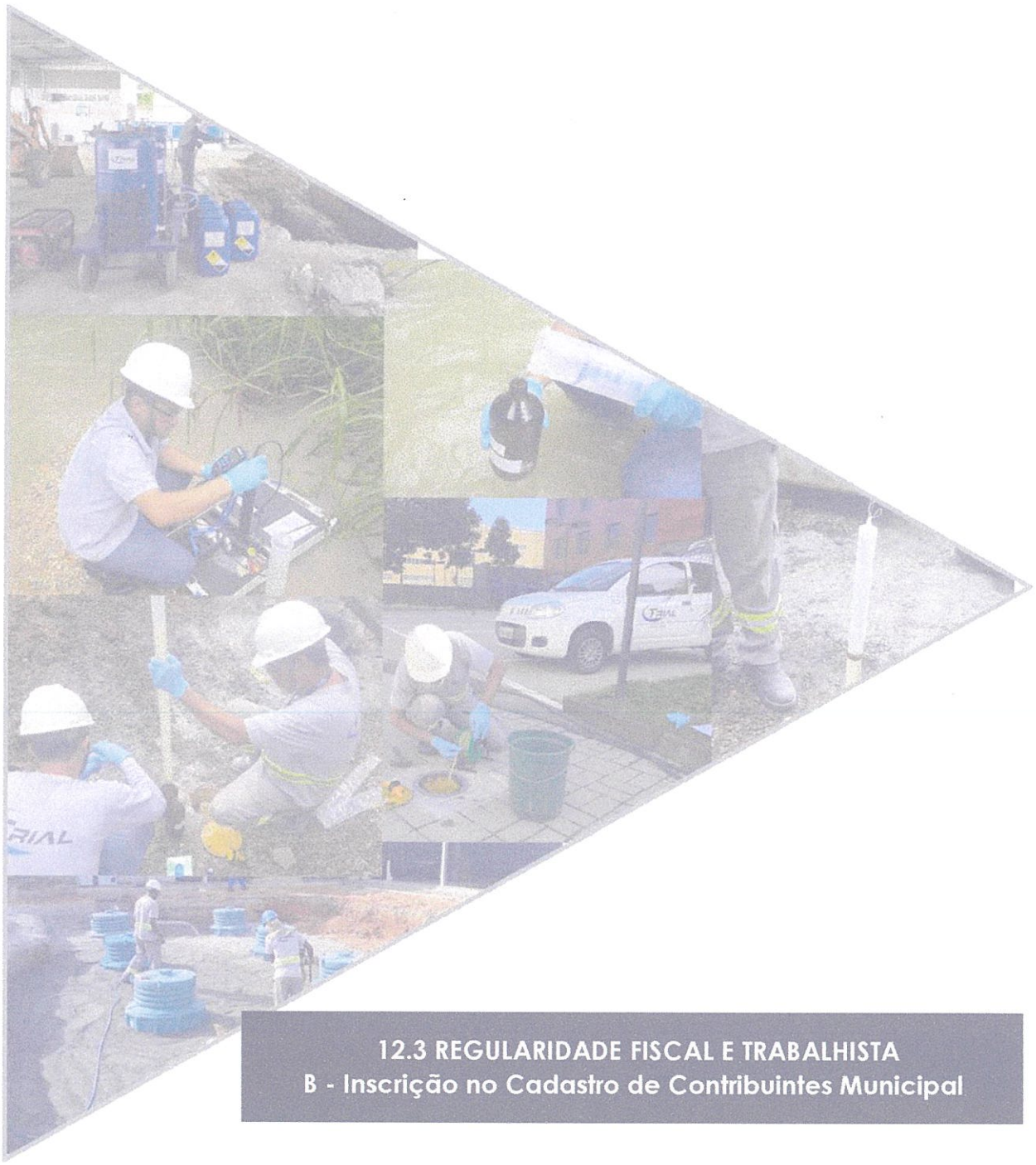
SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **09/12/2022** às **09:32:48** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

30

Grupo TRIAL
SOLUÇÃO, AGILIDADE E SEGURANÇA



12.3 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA
B - Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria de Tributação e Fiscalização
Coordenadoria do ISS e Taxas

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	DATA DA INSCRIÇÃO
0.637.383-6	02/06/2015

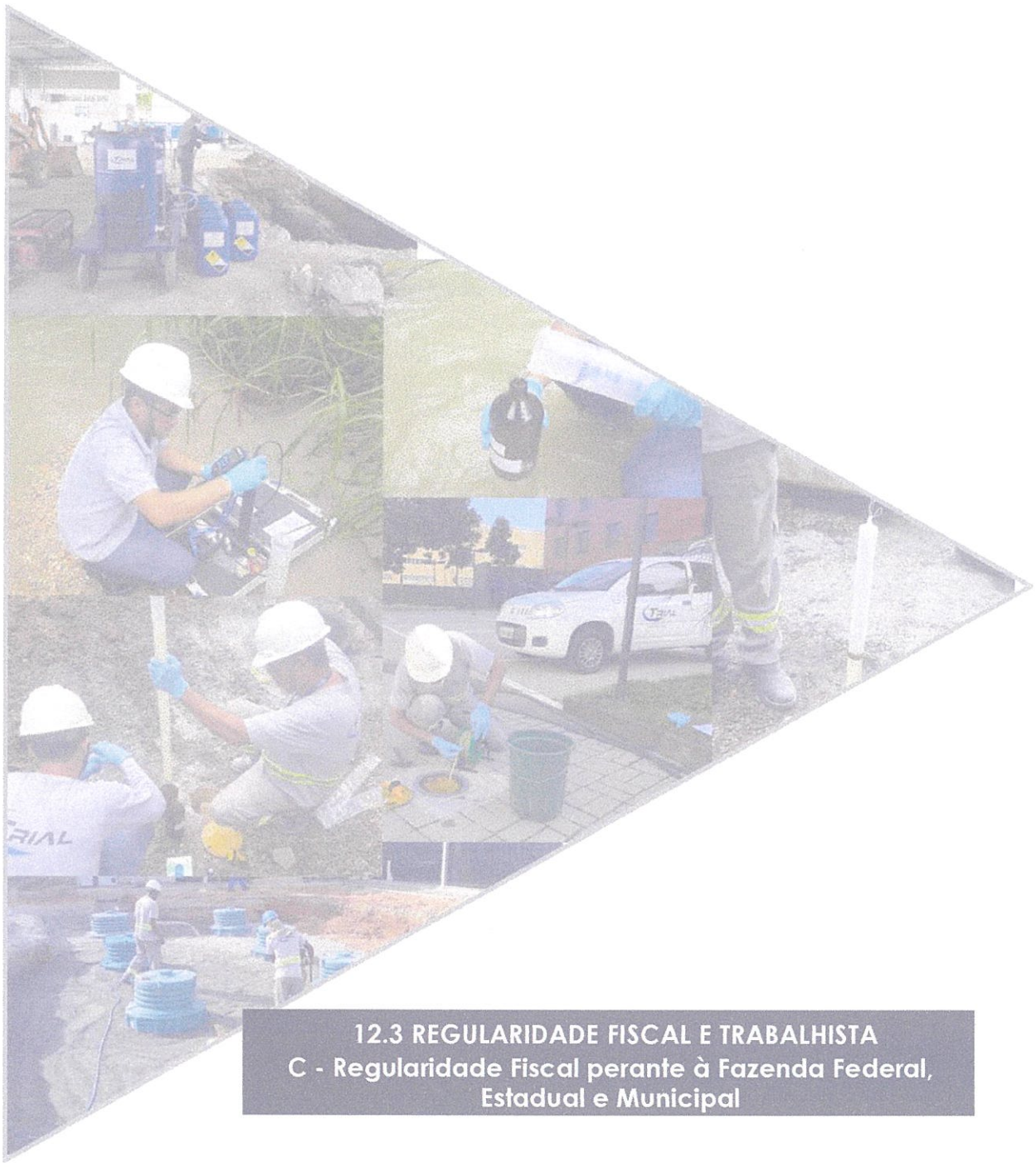
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

NOME OU NOME EMPRESARIAL	**TRIAL RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA**
NOME FANTASIA	**TRIAL AMBIENTAL**
CPF OU CNPJ	**22.243.664/0001-14**
ATIVIDADES ECONÔMICAS	**226629 - CONSULTORIA TECNICA DE ENGENHARIA** **215333 - TRANSPORTE DE DEJETOS PARA DESTINO FINAL** **226165 - PERFURACAO DE POCOS ARTESIANOS** **258814 - TRATAMENTO DE DETRITOS INDUSTRIAIS** **258865 - COLETA E REMOCAO DE RESIDUOS** **260150 - FUNDACOES EM CONSTRUCAO CIVIL** **260304 - CONCRETAGEM** **260320 - LIMPEZA E DESOBSTRUCAO DE TUBULACOES** **261254 - SANEAMENTO, SERVICOS DE** **261289 - ENGENHARIA, SERVICOS DE** **610062 - APLICACAO DE CAPITAIS PROPRIOS EM OUTRAS SOCIEDADES**
RESTRIÇÕES	**VEDADO O USO DA VIA PUBLICA** **VEDADOS INCOMODOS E PREJUIZOS A VIZINHANCA**
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO ISS	**3**
GERÊNCIA REGIONAL DE LICENCIMENTO E FISCALIZAÇÃO	**1**
ENDEREÇO COMPLETO	**RUA FIGUEIRA DE MELO, 444, SAO CRISTOVAO** **20941-000**
SITUAÇÃO CADASTRAL	**ATIVO**
DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL	**02/09/2021**

Aprovado pela Resolução SMF Nº 2829 de 09 de dezembro de 2014.

Emitido no dia **15/12/2022** às **22:58**.

Grupo TRIAL
SOLUÇÃO, AGILIDADE E SEGURANÇA



12.3 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA
C - Regularidade Fiscal perante à Fazenda Federal, Estadual e Municipal

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA.
CNPJ: 22.243.664/0001-14

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:21:33 do dia 08/09/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 07/03/2023.
Código de controle da certidão: **64FA.053D.02A1.C988**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CR TARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL Nº 2022.1.2840841-5

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ : 22.243.664/0001-14	CAD-ICMS : Não inscrito
NOME / RAZÃO SOCIAL : **********	

CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda que, até a presente data, NÃO CONSTAM DÉBITOS perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.

EMITIDA EM: 15/12/2022 23:02

VÁLIDA ATÉ : 15/03/2023

Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ nº 109 de 04/08/2017

OBSERVAÇÕES

1. Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE nº 33/2004.

2. A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: www.fazenda.rj.gov.br.

3. Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD).

4. Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.

35

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS EM DÍVIDA ATIVA

Certifico que, em consulta ao Sistema da Dívida Ativa no dia 05/08/2022 , em referência ao pedido **176814/2022** , **NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO** em Dívida Ativa para o CPF ou CNPJ informado abaixo:

RAZÃO SOCIAL: **TRIAL RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA**

CNPJ: **22.243.664/0001-14** INSCRIÇÃO ESTADUAL: **ISENTO**

A certidão negativa de Dívida Ativa e a certidão negativa de ICMS ou a certidão para não contribuinte do ICMS somente terão validade quando apresentadas em conjunto.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar débitos que vierem a ser apurados posteriormente à emissão da presente certidão.

A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na INTERNET, no endereço: https://pge.rj.gov.br/divida-ativa/certidao-de-regularidade-fiscal

CÓDIGO CERTIDÃO: **YTOP.2110.22I1.3021**

PESQUISA CADASTRAL realizada em: **05/08/2022 às 13:55:55.3**

Esta certidão tem validade até 01/02/2023 , considerando 180 (cento e oitenta) dias após a pesquisa cadastral realizada na data e hora acima, conforme artigo 11 da Resolução nº 2690 de 05/10/2009.

Para maiores informações: https://pge.rj.gov.br/divida-ativa

Emitida em 11/08/2022 às 13:42:12.1

36

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
COORDENADORIA DO ISS E TAXAS

Nº Autenticação: **7241284122**
Órgão: FP/SUBEX/REC-RIO/CIS-3
Controle: 587522023

NOME / RAZÃO SOCIAL / ENDEREÇO

TRIAL RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA

RUA FIGUEIRA DE MELO 444

SAO CRISTOVAO RIO DE JANEIRO RJ 20941-000

CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO MUNICIPAL
22.243.664/0001-14	0.637.383-6

CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA- Modelo 2

CERTIFICO **que, em relação ao contribuinte acima qualificado, consta(m) a(s) seguinte(s) ocorrência(s):**

Processo
43902822021 PARCELAMENTO EM DIA NA SMFP

Processo

Nota de Débito

Nota de Débito

Fica, ainda, assegurado ao Município o direito de cobrança de qualquer débito que vier a ser verificado posteriormente, inclusive no que diz respeito às penalidades cabíveis previstas na legislação em vigor. **A presente Certidão, válida para todas as inscrições sediadas no Município do Rio de Janeiro, vinculadas aos oito primeiros dígitos do CNPJ ou ao CPF acima, serve como prova perante qualquer órgão público ou privado.**
"Esta Certidão produz os mesmos efeitos da certidão negativa nos termos do disposto 206 do Código Tributário Nacional."

VALIDADE: 180 (cento e oitenta) dias da data da sua expedição.

Certidão expedida com base na Resolução SMF nº 1897, de 23/12/2003 e alterações posteriores.

Rio de Janeiro, 08 de DEZEMBRO de 2022. **HOR**

Carimbo e Assinatura do Fiscal de Rendas

OBSERVAÇÕES

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento na internet no endereço
http://www.rio.rj.gov.br/smf
O presente documento não certifica inexistência de débitos do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza declarados pelo contribuinte no âmbito do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional. Caso o contribuinte seja ou tenha sido optante pelo Simples Nacional no últimos 5 (cinco) anos, a presente certidão deverá ser complementada por certidão de Situação Fiscal fornecida pela Receita Federal do Brasil.

37

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria Geral do Município
Procuradoria da Dívida Ativa

Código de Controle

B9CBSC9M9C

CERTIDÃO NEGATIVA

Ressalvado o direito de o Município do Rio de Janeiro cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo identificado neste documento que vierem a ser apuradas, A PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, após analisar o cadastro dos créditos sob sua administração, relativamente a **TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA.** , inscrito(a) no cadastro nacional de pessoas jurídicas - CNPJ sob o nº 22.243.664/0001-14, inscrição municipal nº 0.637.383-6, com endereço no(a) R FIGUEIRA DE MELO, nº 444 - RJ Cep: 20941-000, certifica que

NÃO FORAM APURADAS INSCRIÇÕES EM DÍVIDA ATIVA

Observações Complementares

Esta certidão compõe-se de 1 folha(s) e é válida por 120 dias, a contar desta data.

Observações

Rio de Janeiro, RJ, 10/01/2023

1. Esta certidão refere-se exclusivamente à situação fiscal do(s) contribuinte(s) acima indicado(s) perante a dívida ativa do Município do Rio de Janeiro.

2. A situação fiscal do(s) contribuinte(s) quanto a créditos não inscritos em dívida ativa deve ser certificada pelos órgãos responsáveis pelas respectivas apurações.

3. Esta certidão poderá ser renovada a partir de 25/04/2023. A certidão de situação fiscal é expedida no prazo de 10 dias, contados da data de seu requerimento perante a Procuradoria da Dívida Ativa. Não são aceitos pedidos de urgência.

4. O requerimento de certidão de situação fiscal perante a Procuradoria da Dívida Ativa pode ser feito pela própria pessoa física ou jurídica interessada, gratuitamente e sem a necessidade de nomeação de procurador.

5. Regularize sua situação fiscal imediatamente: efetue o pagamento ou parcelamento das dívidas apontadas nesta certidão, apresente os comprovantes de pagamento ou de início de parcelamento (originais, inclusive honorários, quando devidos) e obtenha em dois dias úteis sua certidão de situação fiscal regular.

O destinatário poderá confirmar a autenticidade desta certidão, informando o número do Código de Controle impresso acima no endereço **daminternet.rio.rj.gov.br**

Ivo Marinho de Barros Junior
Procurador-Coordenador
Procuradoria da Dívida Ativa
Mat. 11/297.772-6

38

Grupo TRIAL
SOLUÇÃO, AGILIDADE E SEGURANÇA



12.3 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA
D - Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

GRUPO TRIAL
Rua Figueira de Melo, 444 – São Cristóvão – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20.491-000.
Tel: 155 (21) 3060-3028 / 2589-2644 - E-mail: comercial@trial.com.br

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 22.243.664/0001-14

Razão Social: TRIAL TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA

Endereço: R FIGUEIRA DE MELO 444 / SAO CRISTOVAO / RIO DE JANEIRO / RJ / 20941-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:27/12/2022 a 25/01/2023

Certificação Número: 2022122703471035890274

Informação obtida em 12/01/2023 11:06:41

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

40

Grupo TRIAL
SOLUÇÃO, AGILIDADE E SEGURANÇA



12.3 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA
D - Certidão Negativa de Debitos Trabalhistas - CNDT

GRUPO TRIAL
Rua Figueira de Melo, 444 – São Cristóvão – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20.491-000.
Tel: +55 (21) 3860-3828 / 2589-2644 - E-mail: comercial@trial.com.br

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 22.243.664/0001-14
Certidão nº: 1888106/2023
Expedição: 13/01/2023, às 16:25:08
Validade: 12/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **22.243.664/0001-14, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

42



DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.4.1 HABILITAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

12.4.1) CERTIDÃO DE FALÊNCIA E CONCORDATA

GRUPO TRIAL
Rua Figueira de Melo, 444 – São Cristóvão – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20.491-000.
Tel: +55 (21) 3860-3828 / 2589-2644 - E-mail: comercial@trial.com.br

SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL
FINALIDADE EXCLUSIVA declarada pelo requerente:
LICITACAO.

13/12/2022>16/12/2022 [27]
202212121591049-001/001
Ato: 202212125195434

1º Oficio do Registro de Distribuição

RUA DO OUVIDOR, 63 - 2º ANDAR - CENTRO - RJ
Delegatário: Lélio Gabriel Heliodoro dos Santos

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 1º OFICIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

A) FALÊNCIAS, CONCORDATAS, INSOLVÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DISTRIBUIDAS A UMA DAS VARAS EMPRESARIAIS.

DESDE DEZ DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DOIS ATÉ DEZ DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS(10/12/2002 ATÉ 10/12/2022), dele(s)**********

_*_*_*_*_*_*_*_NADA_CONSTA_*_*_*_*_*_*_*_

Relativamente ao nome de TRIAL RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA - CNPJ: 22.243.664/0001-14**********

Rio de Janeiro, Capital em 14/12/2022. QUALIFICAÇÃO conf. o requerido. Emolumentos Tab.01. Ato 01: R$ 47,84, Tab.04-Ato 08: R$ 49,30, LEI 6.370 Art.2 §4: R$ 0,98, FETJ: R$ 19,42, FUNDPERJ: R$ 4,85, FUNPERJ: R$ 4,85, FUNARPEN: R$ 3,88, ISS: R$ 5,16. TOTAL: R$ 136,28. EU, RICARDO DA COSTA MEIRELES (Mat.94/1867),Oficial Substituto a assino digitalmente.

CERTIDÃO ESPECIAL - (ART.21, § 1°, IV CNCGJERJ)
ESTA CERTIDÃO REFERE-SE ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE AO ASSUNTO REQUERIDO.

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
EEJC 79004 DTM
Consulte a validade do selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

- Esta certidão eletrônica estará disponível para download e validação no Portal Extrajudicial da Corregedoria Geral da Justiça (acesso pela página do TJRJ/Corregedoria/Extrajudicial/Portal Extrajudicial) pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão.

CERP: 1F734CE8-FD98-4774-A10A-C500FFED30DC

Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor.

2o. Ofício do Registro de Distribuição

RUA DA ASSEMBLÉIA, 19 - 7o. ANDAR - CEP 20011-020

CERP: 03568587-fdf6-4a81-869b-c5395487c9d7

REQUERIDA EM: 13/12/2022

995435
03/71 Pag: 0001

MODELO(C)>> CERTIFICA A a B <<

PARA FINS DE: LICITACAO

Jorge Constancio Cassas - Responsável pelo Expediente

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 2o. OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A e D Á F É

QUE REVENDO OS LIVROS E ASSENTAMENTOS DAS DISTRIBUIÇÕES EM CURSO OU ANDAMENTO SOBRE:

A - Ações de Falência ou Concordata distribuídas as Varas Competentes, bem como, Inquéritos Judiciais Falimentares ou Falências Dolosas as Varas Criminais ou outras (art.186 da Lei de Falências), Recuperações Judiciais;
B - Interdições previstas pela Lei no. 6024 desde 13/03/1974, que trata da intervenção e Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras pelo Banco Central,do Brasil ou Ministério da Fazenda, desde:
NOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DOIS ATÉ NOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS (09/12/2002 a 09/12/2022) dele(s).-

.-.-.-.-.-.-.-.NADA CONSTA.-.-.-.-.-.-.-.-

Relativamente ao Nome de TRIAL RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA Qualificação: 22243664000114 (conforme requerido).-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.

EMITIDA EM: 15/12/2022, RIO DE JANEIRO, COMARCA DA CAPITAL

EU REGISTRADOR ASSINO. **T O T A L R$: 136.28**

EMOL R$: 97.14 - PMCMV(2%)R$: 0.98 - FETJ(20%)R$: 19.42 - FUNDPERJ(5%)R$: 4.85 - FUNPERJ(5%)R$: 4.85 - FUNARPEN(4%)R$: 3.88 - ISS(5%)R$: 5.16

Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor.

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral de Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EEJA77403-MME
Consulte a validade do selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

Esta certidão eletrônica estará disponível para download e validação no Portal Extrajudicial (acesso pela página do TJRJ/Corregedoria/Extrajudicial/Portal Extrajudicial) pelo período de 90 (noventa) dias após sua emissão.

Requerida em 13/12/2022

Finalidade declarada CONCORRÊNCIA / LICITAÇÃO

8379029/2022-1.00

Modelo ESPECIAL folha 01

0903351453

3º Ofício de Registro de Distribuição da Capital

Av. Erasmo Braga, 227 - Grupo 201 - CEP: 20020-902

CERTIDÃO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

CERP: 22e72d7b-a445-4487-a959-e912f0a1e5cd

Esta certidão eletrônica estará disponível para download e validação no Portal Extrajudicial da Corregedoria Geral da Justiça(acesso pela página do TJRJ / Corregedoria / Extrajudicial / Portal Extrajudicial) pelo período de 90(noventa) dias após a sua emissão.

O REGISTRADOR DO 3º OFÍCIO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, AO VERIFICAR OS LIVROS E/OU ASSENTAMENTOS DE SEU OFÍCIO RELATIVOS A FEITOS EM ANDAMENTO NO PERÍODO REQUERIDO E NO QUE CONCERNE AOS ASSUNTOS ABAIXO DISCRIMINADOS, CERTIFICA E DÁ FÉ

a) Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresarial;
b) Inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Órfãos e Sucessões;
c) Ações distribuídas às Varas da Infância, da Juventude e do Idoso mencionadas nos parágrafos 1° e 3° do artigo 33 da Consolidação Normativa da CGJ, desde
OITO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DOIS ate OITO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS (08/12/2002 ate 08/12/2022) deles **NADA CONSTA** contra o nome de: **TRIAL RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA**, qualificacao: CNPJ 22.243.664/0001-14 (conforme requerido)
Emitida em: 13/12/2022 Rio de Janeiro, RJ. OBS: Demais requisitos obrigatórios previstos na Lei 11.971/09: NÃO CONSTAM.
EMOLUMENTOS R$ 97,23 (Tab1, Ato1 e Tab4, Ato8) + R$ 0.98 (Lei 6.370/2012) + R$ 19.42 (FETJ) + R$ 4.85 (FUNDPERJ) + R$ 4.85 (FUNPERJ) + R$ 3.88 (FUNARPEN) + R$ 5.16 (LEI 7128/2015) valor total R$ 136,28
"Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor."

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EEJB72191 JLF
Consulte a validade do selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

Cert. Proc. p/ /LUIZ

46

4º Ofício do Registro de Distribuição

CERTIDÃO MODELO ESPECIAL DE FALÊNCIA

DESTINA-SE EXCLUSIVAMENTE À LICITACAO

20221212519543 7

Emolumentos:Tab 16 Item 01 R$47,84Tab 19 Item 08 R$49,30 (FETJ) R$:19,42 (FUNPERJ) R$:4,85 (FUNDPERJ) R$:4,85 (FUNARPEN) R$:3,88 (CG - PORTARIA 17/13) R$:0,98 (I.S.S.Q.N.) R$:5,16 = Total R$:136,28

4º Ofício do Registro de Distribuição

Rua do Carmo, 8 - 3º andar

Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Filho
Titular

Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Netto
Substituto do Titular

O OFICIAL REGISTRADOR DO 4º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOMEADO NA FORMA DA LEI,

RAFAELLL
(0)
13/12/2022

C E R T I F I C A

folha: 1
10:23:36
EJG13852

e DÁ FÉ QUE, ao verificar os livros e/ou assentamentos de seu Serviço Registral, relativos a feitos em curso ou andamento, no periodo requerido, no que concerne aos assuntos abaixo:

I - Ações de FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresariais;

II - Inqueritos Judiciais Falimentares ou falências dolosas as varas criminais ou outras (art. 186 da Lei de Falências);

III - INTERDIÇÃO e/ou INDISPONIBILIDADE de BENS, previstas pela lei nº 6024 de 13/03/1974, que trada da Intervenção e liquidação extrajudicial de instituições financeiras pelo Banco Central do Brasil ou Ministerio da Fazenda;

IV - INVENTÁRIOS, TESTAMENTOS, ARROLAMENTOS, ARRECADAÇÕES, ADMINISTRAÇÕES PROVISÓRIAS, TUTELAS, INTERDIÇÕES, CURATELAS, DECLARAÇÕES de AUSÊNCIA e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Órfãos e Sucessões afetos a este Ofício;

V - Ações distribuídas às varas da Infância, da juventude e do idoso, mencionadas no parágrafo primeiro e terceiro do artigo 33 desta Consolidação, desde:

DOZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DOIS xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx ate DOZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
que dele (s) NADA CONSTA contra o (s) nome (s) de
TRIAL RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
CNPJ:22.243.664/0001-14//
REQUERIDA E EMITIDA EM 13/12/2022,RIO DE JANEIRO.////////////////////
FINALIDADE DECLARADA PELO REQUERENTE:LICITACAO.////////////////////

Eu, o OFICIAL a assino

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRONICO. QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDICIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EEJG13852 UWH
Consulte a validade do selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

Esta certidão eletrônica estará disponível para download e validação no Portal Extrajudicial da Corregedoria Geral da Justiça (acesso pela página do TJRJ /Corregedoria/Extrajudicial/Portal Extrajudicial) pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão.

Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor.

9222842254473001

CERP: f9191e5c-e9a1-4f20-b4e3-c193a186c853

CONFERIDO POR:CESAR LEVI PEREIRA

47

Para baixar o recibo acesse https://www.4distribuidor.com.br/#recibo e informe o código: 8ab2d2446212141fc9210f3049627a3b

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
DIRETORIA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL - DIRRAM

ANEXO 05
PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS

I0: 08/2022

ÍTEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO UNITÁRIO SEM ENCARGOS* (120,91%)	PREÇO UNITÁRIO COM BDI - FATOR K**	PREÇO UNITÁRIO COM BDI - TRDE	PREÇO TOTAL COM BDI
1.		**PLANO DE TRABALHO**						**TOTAL**	**65.582,46**
1.1	01.050.0716-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO SENIOR,PARA SERVICOSDE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	1,00	42.838,40	19.391,79	59.729,19	-	59.729,18
1.2	05.105.0124-0	MAO-DE-OBRA DE ESTAGIARIO,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	1,00	1.460,40	661,08	2.036,22	-	2.036,22
1.3	19.004.0045-2	VEICULO DE PASSEIO,5 PASSAGEIROS,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1.0 LITRO,EXCLUSIVE MOTORISTA	H	123,20	50,64	22,92	-	29,31	3.610,79
1.4	19.004.0045-4	VEICULO DE PASSEIO,5 PASSAGEIROS,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1.0 LITRO,EXCLUSIVE MOTORISTA	H	52,80	6,75	3,06	-	3,91	206,27
								SUBTOTAL	**65.582,46**
2.		**EQUIPE DE COORDENAÇÃO**						**TOTAL**	**1.421.617,79**
2.1	01.050.0713-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO COORDENADOR,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	12,00	49.264,16	22.300,56	68.688,57	-	824.262,79
2.2	01.050.0710-0	MAO-DE-OBRA DE TECNICO ESPECIALIZADO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	24,00	9.563,84	4.329,29	13.334,77	-	320.034,58
2.3	01.050.0712-0	MAO-DE-OBRA DE SECRETARIA,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	24,00	6.918,56	3.131,85	9.646,48	-	231.515,63
2.4	19.004.0045-2	VEICULO DE PASSEIO,5 PASSAGEIROS,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1.0 LITRO,EXCLUSIVE MOTORISTA	H	1.478,40	50,64	22,92	-	29,31	43.329,55
2.5	19.004.0045-4	VEICULO DE PASSEIO,5 PASSAGEIROS,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1.0 LITRO,EXCLUSIVE MOTORISTA	H	633,60	6,75	3,06	-	3,91	2.475,24
								SUBTOTAL	**1.421.617,79**
3.		**EQUIPE TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO**						**TOTAL**	**5.746.654,34**
3.1.		**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA I**						**SUBTOTAL**	**2.879.633,82**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA PRÉVIA FE 013990 (AVB 000621)						**SUBTOTAL**	**1.296.304,92**
3.1.1	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	16,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	668.966,90
3.1.2	01.050.0701-0	MAO-DE-OBRA DE BIOLOGO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	20.991,52	9.502,30	29.268,28	-	117.073,13
3.1.3	01.050.0751-0	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.312,80	8.289,71	25.533,37	-	102.133,47
3.1.4	01.050.0707-0	MAO-DE-OBRA DE GEOLOGO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	20.991,52	9.502,30	29.268,28	-	117.073,13
3.1.5	01.050.0704-0	MAO-DE-OBRA DE AGRONOMO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	167.241,72
3.1.6	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	50.772,26
3.1.7	05.105.0176-0	MAO-DE-OBRA DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	3.907,20	1.768,68	5.447,77	-	10.895,54
3.1.8	01.050.0712-0	MAO-DE-OBRA DE SECRETARIA,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	6.918,56	3.131,85	9.646,48	-	38.585,93
3.1.9	20.023,00	MAO-DE-OBRA DE ASSISTENTE SOCIAL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	H	352,00	48,01	21,73	66,94	-	23.562,84
								SUBTOTAL	**1.296.304,92**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 001540 (AVB 001306; AVB 001465; AVB 001474)						**SUBTOTAL**	**204.458,34**
3.1.10	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	101.544,52
3.1.11	01.050.0741-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO SANITARISTA,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	83.620,86
3.1.12	01.050.0712-0	MAO-DE-OBRA DE SECRETARIA,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	6.918,56	3.131,85	9.646,48	-	19.292,96
								SUBTOTAL	**204.458,34**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 021327						**SUBTOTAL**	**414.973,05**
3.1.13	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	6,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	152.316,79
3.1.14	01.050.0741-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO SANITARISTA,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	83.620,86
3.1.15	01.050.0701-0	MAO-DE-OBRA DE BIOLOGO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	20.991,52	9.502,30	29.268,28	-	117.073,13
3.1.16	01.050.0751-0	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	18.312,80	8.289,71	25.533,37	-	51.066,73
3.1.17	05.105.0176-0	MAO-DE-OBRA DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	3.907,20	1.768,68	5.447,77	-	10.895,54
								SUBTOTAL	**414.973,05**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA PRÉVIA IN 01543						**SUBTOTAL**	**83.620,86**
3.1.18	01.050.0704-0	MAO-DE-OBRA DE AGRONOMO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	83.620,86
								SUBTOTAL	**83.620,86**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA DE INSTALAÇÃO IN 016106						**SUBTOTAL**	**185.165,38**
3.1.19	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	101.544,52
3.1.20	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	83.620,86
								SUBTOTAL	**185.165,38**

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
DIRETORIA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL - DIRRAM

ANEXO 05
PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS

I0: 08/2022

ÍTEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO UNITÁRIO SEM ENCARGOS* (120,91%)	PREÇO UNITÁRIO COM BDI - FATOR K**	PREÇO UNITÁRIO COM BDI - TRDE	PREÇO TOTAL COM BDI
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 019084						**SUBTOTAL**	**299.092,54**
3.1.21	01.050.0736-0	MAO-DE-OBRA DE ADVOGADO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	17.295,52	7.829,22	24.114,98	-	48.229,96
3.1.22	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	6,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	250.862,58
								SUBTOTAL	**299.092,54**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA DE INSTALAÇÃO IN 020319						**SUBTOTAL**	**396.018,73**
3.1.23	01.050.0701-0	MAO-DE-OBRA DE BIOLOGO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	20.991,52	9.502,30	29.268,28	-	58.536,56
3.1.24	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	83.620,86
3.1.25	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	10,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	253.861,31
								SUBTOTAL	**396.018,73**
3.2.		**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA II**						**TOTAL**	**2.867.020,52**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 020510						**SUBTOTAL**	**268.786,24**
3.2.1	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	167.241,72
3.2.2	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	101.544,52
								SUBTOTAL	**268.786,24**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 023703						**SUBTOTAL**	**185.165,38**
3.2.3	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	83.620,86
3.2.4	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	101.544,52
								SUBTOTAL	**185.165,38**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 025658						**SUBTOTAL**	**251.466,25**
3.2.5	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	83.620,86
3.2.6	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	50.772,26
3.2.7	01.050.0701-0	MAO-DE-OBRA DE BIOLOGO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	20.991,52	9.502,30	29.268,28	-	117.073,13
								SUBTOTAL	**251.466,25**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 024121						**SUBTOTAL**	**403.473,83**
3.2.8	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	6,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	250.862,58
3.2.9	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	101.544,52
3.2.10	01.050.0751-0	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	18.312,80	8.289,71	25.533,37	-	51.066,73
								SUBTOTAL	**403.473,83**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 024202						**SUBTOTAL**	**837.253,99**
3.2.11	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	14,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	585.346,04
3.2.12	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	101.544,52
3.2.13	01.050.0751-0	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.312,80	8.289,71	25.533,37	-	102.133,47
3.2.14	01.050.0736-0	MAO-DE-OBRA DE ADVOGADO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	17.295,52	7.829,22	24.114,98	-	48.229,96
								SUBTOTAL	**837.253,99**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 023530						**SUBTOTAL**	**83.620,86**
3.2.15	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	83.620,86
								SUBTOTAL	**83.620,86**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 025099						**SUBTOTAL**	**487.094,70**
3.2.16	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	8,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	334.483,45
3.2.17	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	101.544,52
3.2.18	01.050.0751-0	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	18.312,80	8.289,71	25.533,37	-	51.066,73
								SUBTOTAL	**487.094,70**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 024123/IN 021727						**SUBTOTAL**	**350.159,27**
3.2.19	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	167.241,72
3.2.20	01.050.0736-0	MAO-DE-OBRA DE ADVOGADO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	17.295,52	7.829,22	24.114,98	-	48.229,96
3.2.21	01.050.0751-0	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	18.312,80	8.289,71	25.533,37	-	51.066,73
3.2.22	01.050.0704-0	MAO-DE-OBRA DE AGRONOMO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	83.620,86
								SUBTOTAL	**350.159,27**

	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS COM FATOR K	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS COM TRDE	VALOR TOTAL DO EMPREENDIMENTO COM BDI
TOTAL COM BDI	**4.317.212,38**	**2.916.642,21**	**7.233.854,59**

*** NÃO SE APLICA AOS ITENS CUJO O BDI É DEFINIDO PELA TRDE.**
**** FATOR K - APLICÁVEL SOBRE A MÃO-DE-OBRA SEM ENCARGOS.**

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade

ANEXO X
PLANILHA DE FORMAÇÃO DO BDI

DETALHAMENTO DO BDI

Parcelas	**Percentuais Considerados**
Administração Central	
Impostos sobre o faturamento	
Seguro e garantia	
Despesas Financeiras	
Eventuais / Riscos	
Lucros	
Total	

NOTA:

a) No imposto sobre o faturamento está contido:
ISS –
Cofins -
PIS -
Total -

b) A porcentagem total do BDI não pode ultrapassar à que foi adotada na planilha orçamentária. O valor aqui detalhado deverá ser o mesmo utilizado na proposta de preço apresentada pela empresa.

PE 003/22

LICIT & DISP ▸ Lances / Fase Final ▸ Acompanhamento de Lances / Propostas

Acompanhamento de Lances - PE 003/22 - Contratação de Serviço de Auditoria **(Homologado)**

Últimas 20 Mensagens

20/03/2023 13:38:45 - Sistema : Licitação Homologada Total.
14/02/2023 10:42:38 - Sistema : Enviada para homologação
14/02/2023 10:42:24 - Sistema : Sessão Encerrada às 10:42:24
14/02/2023 10:42:24 - Sistema : TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA Adjudicado. Lote(s) 1
14/02/2023 10:31:26 - Sistema : Prazo Recursal Encerrado.
14/02/2023 10:01:01 - Sistema : Prazo Recursal Iniciado. Por favor clique no botão Atualizar.
14/02/2023 10:00:51 - Sistema : Sessão Retomada. Favor clicar no botão Atualizar.

Mensagem

Histórico

Legenda

Existem 1 Lote(s) para esta licitação.

Selecione o Item/Lote | Paginação | Selecione o Status | Aplicar

Lote 1 — **Situação-**Homologado

Melhor Proposta Inicial : R$ 7.100.000,00

Proponente	VL. Prop	VL. Lance			VL. Negoc		
TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA (22.243.664/0001-14)	R$ 7.100.000,00	R$ 6.278.400,00					
AMBIENTAL ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (22.641.641/0001-68)	R$ 7.233.854,59	R$ 7.089.200,00					
LICITANTES INABILITADOS							
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES (05.770.653/0001-73)	R$ 7.230.000,00	R$ 3.070.000,00			R$ 3.050.000,00		
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA. (10.757.529/0001-08)	R$ 7.233.854,59	R$ 3.074.000,00					

Retornar | Atualizar | Mapa de Lances | Homologar | Histórico Lances

MAPA COMPARATIVO DE LANCES / PROPOSTAS - PE 003/22 Contratação de Serviço de Auditoria

Lote	Vl. Total Estimado
1	7.233.854,59

Participante	Detalhamento	Vl. Total Lance	Vl. Total Negociado
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES (05.770.653/0001-73)	Ver Itens	R$ 3.070.000,00	R$ 3.050.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA. (10.757.529/0001-08)	Ver Itens	R$ 3.074.000,00	R$ 0,00
TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA (22.243.664/0001-14)	Ver Itens	R$ 6.280.000,00	R$ 0,00
AMBIENTAL ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (22.641.641/0001-68)	Ver Itens	R$ 7.089.200,00	R$ 0,00

Procedimento Administrativo n. 05.22.0005.0004473/2023-11

INTERNO

Nesta data, abro vista do presente procedimento ao Exmo. Promotor de Justiça, Dr. Tiago Veras.

Itaboraí, 05 de Maio de 2023

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787

Procedimento Administrativo n. 05.22.0005.0004473/2023-11

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156)

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. **Ciente** do acrescido no ofício da SEAS SUBEXE Nº 377 (índex 00490050);

2. **Remeter** o feito ao GATE, via SEI, solicitando: (i) IT AMBIENTAL para informar se o projeto apresentado pelo Estado atende satisfatoriamente à obrigação assumida, do ponto de vista técnico ambiental (verificar a sua compatibilidade com o escopo/natureza da obrigação); (ii) IT CONTÁBIL para informar se o prometo apresentado pelo Estado está formalmente regular e com preços compatíveis com o valor de mercado;

3. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 12 de Maio de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 12-05-2023 11:50

Solicitação de análise técnica ao GATE - 2387565

INFORMAÇÕES DO ÓRGÃO SOLICITANTE

Órgão de Execução:
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Telefone:
(21)2645-6950

Celular:
(21)98285-7730

Membro Solicitante:
Tiago Gonçalves Veras Gomes

Matrícula:
3226

Secretário(a):
Thaís Vieira dos Santos

E-mail:
thais.santos@mprj.mp.br

Deseja receber atualização da movimentação via sistema push?
Não

DADOS DO PROCEDIMENTO

Nº MPRJ:
202000174156

1. Trata-se de complementação de Análise realizada anteriormente pelo GATE?
Não

***Em se tratando de complementação de análise técnica realizada anteriormente pelo GATE, indicar o número da IT:**

-

2.Trata-se de procedimento investigatório que apura ato de improbidade administrativa?
Não

(*) Caso a resposta seja positiva

2.1. Indique a data de término do prazo prescricional:
-

2.2 O procedimento foi instaurado antes ou após a vigência da Lei 14.230/2021?
-

2.3 Se instaurado após a vigência da Lei 14.230, indique a data de publicação a portaria de instauração.
-

3. Trata-se de apoio na elaboração de quesitos em processo judicial?
Não

4. Trata-se de nomeação de técnico pericial para atuar como assistente técnico em processo judicial, acompanhando diligências ou elaborando laudo complementar?
Não

5. Trata-se de solicitação com tramitação prioritária?
Não

* Caso a resposta seja positiva, assinale a hipótese adequada.

5.1 Existe risco iminente de perecimento do direito;:
Não

***Caso a resposta 5.1 seja marcada, descreva:**
-

5.2 Prioridades fixadas em lei, tais como, Estatuto do Idoso, ECA, Lei Brasileira de Inclusão e outros diplomas legais.
Não

5.3 Está em curso prazo processual;:
Não

Indicar prazo Processual caso marque a hipóteses 5.3:
-

5.4 Trata-se de solicitação oriunda de alguma modalidade de atuação coletiva especializada (Grupo de Atuação Especializada, Força-Tarefa, Grupo Temático Temporário ou Grupo de Apoio de Acervo - Resolução GPGJ 2.401/2021):
Não

INDIQUE SUA DÚVIDA TÉCNICA:
Remeter o feito ao GATE, via SEI, solicitando: (i) IT AMBIENTAL para informar se o projeto apresentado pelo Estado atende satisfatoriamente à obrigação assumida, do ponto de vista técnico ambiental (verificar a sua compatibilidade com o escopo/natureza da obrigação); (ii) IT CONTÁBIL para informar se o prometo apresentado pelo Estado está formalmente regular e com preços compatíveis com o valor de mercado.

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 16/05/2023, às 15:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2387565** e o código CRC **B9CB1E95**.

Histórico do Processo 20.22.0001.0015340.2022-29

Ver histórico completo

Lista de Andamentos (26 registros):

Data/Hora	Unidade	Usuário	Descrição
16/05/2023 15:29	SECGATE	thais.santos	Processo remetido pela unidade SP2TCOITB
16/05/2023 15:15	SP2TCOITB	thais.santos	Remoção de sobrestamento
10/03/2023 16:05	SP2TCOITB	thais.santos	Sobrestamento. Aguardando a finalização do procedimento de origem (PA 62/2020 – MPRJ 202000174156).
10/03/2023 16:01	SP2TCOITB	thais.santos	Processo recebido na unidade
27/01/2023 14:40	SP2TCOITB	flaviabastos	Processo remetido pela unidade SECGATE
25/01/2023 13:26	SECGATE	rosemary	Processo recebido na unidade
25/01/2023 13:24	SECGATE	eduardo.soledade	Processo remetido pela unidade NTCONTAB
25/01/2023 13:15	SECGATE	juliana.monti	Processo remetido pela unidade NTENGEN
18/07/2022 11:31	NTENGEN	giuliana.cervai	Processo recebido na unidade
18/07/2022 11:30	NTCONTAB	hian.oliveira	Processo recebido na unidade
18/07/2022 11:30	NTENGEN	hian.oliveira	Processo remetido pela unidade SECGATE
15/07/2022 13:50	SECGATE	hian.oliveira	Processo recebido na unidade
15/07/2022 13:50	NTCONTAB	hian.oliveira	Processo recebido na unidade
15/07/2022 13:50	SECGATE	hian.oliveira	Processo remetido pela unidade NTCONTAB
15/07/2022 13:50	SECGATE	hian.oliveira	Processo remetido pela unidade NTENGEN
15/07/2022 13:48	NTENGEN	hian.oliveira	Processo recebido na unidade
15/07/2022 13:48	NTCONTAB	hian.oliveira	Processo remetido pela unidade SECGATE
15/07/2022 13:48	NTENGEN	hian.oliveira	Processo remetido pela unidade SECGATE
25/03/2022 11:26	SECGATE	flaviabastos	Processo recebido na unidade
25/03/2022 11:26	SECGATE	flaviabastos	Processo remetido pela unidade NTENGEN
25/03/2022 10:51	NTENGEN	flaviabastos	Processo recebido na unidade
25/03/2022 10:51	NTENGEN	flaviabastos	Processo remetido pela unidade SECGATE
24/03/2022 17:37	SECGATE	flaviabastos	Processo recebido na unidade
24/03/2022 17:28	SECGATE	thais.santos	Processo remetido pela unidade SP2TCOITB
24/03/2022 17:01	SP2TCOITB	thais.santos	Processo público gerado

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO

A 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí encaminha solicitação de análise técnica (SAT) ao GATE, para informar se o projeto apresentado pelo Estado atende satisfatoriamente à obrigação assumida, do ponto de vista técnico ambiental, bem como se está formalmente regular e com preços compatíveis com o valor de mercado.

A solicitação visa instruir o Procedimento Administrativo n.º 062/2020, instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ.

Os requisitos de admissibilidade das SAT estão descritos no art. 9º da Resolução GPGJ n.º 2.197/2018 e no art. 6º da Ordem de Serviço n.º 01/2017 do GATE. E, com relevância para a presente SAT, constituem requisitos de admissibilidade das solicitações de análise técnica que pretendam a elaboração de documentos técnicos: "a formação de expediente administrativo autônomo (...) contendo: (b) toda a documentação necessária para permitir ao Núcleo Técnico identificar com segurança a hipótese fática e as circunstâncias pertinentes".

O Protocolo de Gestão n. 01, aprovado pela Portaria n.º 01/2023, detalha as normas indicadas acima, no sentido da forma como os documentos indispensáveis para a análise técnica precisam ser identificados, quando encaminhados de forma a instruir a SAT.

No caso presente, a SAT veio sem os seguintes documentos, o que impede a elaboração da Informação Técnica:

1. Inteiro teor do edital de licitação;

2. Planilha orçamentária integrante do edital, detalhada em itens de serviço (com códigos e descrições), quantitativos e respectivos preços unitários;

3. Memórias de cálculo que ensejaram os quantitativos estimados no orçamento;

4. Todas as propostas de preços das empresas participantes da licitação, acompanhadas de suas respectivas planilhas;

5. Cópia legível da Ata de julgamento e Termo de homologação do resultado da licitação;

6. Cópia do Contrato (ou outro instrumento hábil).

Não se tem, portanto, a observância dos requisitos de admissibilidade indicados, razão pela qual, por ora, o GATE se vê impedido de realizar a análise solicitada.

Assim, devolva-se ao órgão solicitante para que regularize a SAT com a inclusão dos documentos faltantes devidamente anexados de forma individualizada e identificada ou justifique a impossibilidade de fazê-lo.

COORDENAÇÃO GERAL DO GATE

Documento assinado eletronicamente por **HELENO RIBEIRO PEREIRA NUNES FILHO**, **Promotor de Justiça**, em 22/05/2023, às 19:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2401224** e o código CRC **8E5EE188**.

Procedimento Administrativo n. 05.22.0005.0004473/2023-11

INTERNO

Nesta data, abro vista do presente procedimento ao Exmo. Promotor de Justiça, Dr. Tiago Veras.

Itaboraí, 24 de Maio de 2023

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787

Procedimento Administrativo n. 05.22.0005.0004473/2023-11

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156))

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. **Oficie-se à SEAS/INEA,** com cópia do Despacho do GATE de índex 00561667**,** solicitando que promova a complementação das informações referente à contratação da auditoria externa, devendo encaminhar os seguintes documentos: (i) Inteiro teor do edital de licitação; (ii) Planilha orçamentária integrante do edital, detalhada em itens de serviço (com códigos e descrições), quantitativos e respectivos preços unitários; (iii) Memórias de cálculo que ensejaram os quantitativos estimados no orçamento; (iv) Todas as propostas de preços das empresas participantes da licitação, acompanhadas de suas respectivas planilhas; (v) Cópia legível da Ata de julgamento e Termo de homologação do resultado da licitação; (vi) Cópia do Contrato (ou outro instrumento hábil);

2. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista

Itaboraí, 29 de Maio de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 29-05-2023 14:04

Procedimento Administrativo n. 05.22.0005.0004473/2023-11

TERMO DE DESENTRANHAMENTO

erro material

Itaboraí, 29 de Maio de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 29-05-2023 14:07

Ofício nº 702/2023-2PJTCOITB
Documento id. 00586231
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Assunto: PA 62/2020 - MPRJ 202000174156
Destinatário: SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS; INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
E-mail: ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do procedimento em epígrafe, o qual visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos . 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859- 39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima, obrigou-se a "(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça encaminhar cópia do Despacho do GATE, solicitando que promova a**

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 13-06-2023 14:23

complementação das informações referente à contratação da auditoria externa, devendo encaminhar os seguintes documentos: (i) Inteiro teor do edital de licitação; (ii) Planilha orçamentária integrante do edital, detalhada em itens de serviço (com códigos e descrições), quantitativos e respectivos preços unitários; (iii) Memórias de cálculo que ensejaram os quantitativos estimados no orçamento; (iv) Todas as propostas de preços das empresas participantes da licitação, acompanhadas de suas respectivas planilhas; (v) Cópia legível da Ata de julgamento e Termo de homologação do resultado da licitação; (vi) Cópia do Contrato (ou outro instrumento hábil). Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

Seguem anexas cópias da portaria de instauração, do relatório inicial de investigação e do despacho do GATE (00561667) do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 13 de junho de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Gabinete do Secretário

Of.SEAS/OUVI Nº51 Rio de Janeiro, 16 de junho de 2023

Ilmo. Sr. Promotor

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil

Referência: Ofício nº 702/2023-2PJTCOITB - PA 62/2020 - MPRJ 202000174156

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11

Excelentíssimo Promotor de Justiça,

Com os cumprimentos de estilo e, em atenção à solicitação exposta no ofício em epígrafe, informo que estamos providenciando, junto aos órgãos específicos desta Secretaria, elementos para instruir a resposta a ser encaminhada a esse Ministério Público.

No entanto, considerando a grande quantidade de demandas desta Secretaria de Estado e os esforços envidados no sentido de harmonizar as atribuições institucionais com o atendimento tempestivo às requisições formuladas por esse i. *Parquet,* solicitamos a prorrogação do prazo para resposta, concedido inicialmente pelo Ministério Público Estadual, por mais 60 (sessenta) dias.

Diante do exposto, sem mais no momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Beatriz Cárdenas

SEAS/Ouvidoria

ID 51095564

Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Cardenas dos Santos**, **Assistente II**, em 16/06/2023, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **53973066** e o código CRC **A68D993E**.

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Documento id. 00629057

INTERNO

Nesta data, abro vista do presente procedimento ao Exmo. Promotor de Justiça, Dr. Tiago Veras.

Itaboraí, 16 de junho de 2023

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Documento id. 00639633

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo nº 62/2020 (MPRJ n. 2020.00174156)

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. Defiro o pedido de dilação de prazo solicitado no ofício SEAS OUVI Nº 51-2023 (índex 00629050) por mais 60 (sessenta) dias, **oficie-se** em resposta;

2. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 20 de junho de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 20-06-2023 12:40

Ofício nº 875/2023-2PJTCOITB
Documento id. 00651236
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Assunto: PA 62/2020 - MPRJ 202000174156
Destinatário: SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
E-mail: ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do procedimento em epígrafe, o qual visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos . 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859- 39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima, obrigou-se a "(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, acusando o recebimento do Of.SEAS/OUVI Nº51, informar sobre o**

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 26-06-2023 13:49

deferimento do pedido de dilação de prazo para resposta por mais 60 (sessenta) dias.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 26 de junho de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Documento id. 00693254

INTERNO

Certifico que deixei de expedir o Ofício nº 875/2023-2PJTCOITB, tendo em vista a chegada de resposta ao Ofício nº 702/2023-2PJTCOITB, juntada aos presentes autos nesta data.

Itaboraí, 06 de julho de 2023

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXE Nº658 Rio de Janeiro, 05 de julho de 2023

Ilmo. Sr.

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Promotor de Justiça

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro

Itaboraí/RJ, CEP.: 24800-113

Referência: Ofício nº 702/2023

PA 62/2020 – MPRJ 2020.00174156

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção aos termos do ofício em epígrafe, que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ),0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV), servimo-nos do presente para encaminhar os esclarecimentos apresentados pela Coordenadoria de Convênios, Contratos e Licitações- COOCCL com os documentos comprobatórios em atendimento ao requerido por esse órgão ministerial. São eles:

- Edital do Pregão Eletrônico;
- Planilha Orçamentária;
- Memória de Cálculo;
- Propostas de Preços das empresas participantes da licitação;
- Mapa de Preços;
- Ata - Pregão Eletrônico N°. 003/2022;
- Publicação - Ato de Homologação de Licitação;
- Contrato;
- Publicação do Extrato de Instrumento Contratual.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSE RICARDO FERREIRA DE BRITO
Subsecretário Executivo
ID Funcional nº. 5086921-3

Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Ferreira de Brito**, **Subsecretário de Estado**, em 05/07/2023, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **55211615** e o código CRC **2DEF8BFD**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070026/001462/2020 SEI nº 55211615

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Coordenadoria de Convênios, Contratos e Licitações

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2022

1. INTRODUÇÃO

1.1 O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS** , com sede na Avenida Venezuela, n° 110, Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, torna público que, devidamente autorizada pelo Subsecretário Executivo, **FILIPE ALVES DA SILVA MENDES** , ora denominado AUTORIDADE SUPERIOR, na forma do disposto no Processo Administrativo n.º SEI-070026/000410/2021, que no dia, hora e endereço eletrônico indicados no item 3 deste edital, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, que se regerá pela Lei Federal n.º n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, pelos Decretos Estaduais n.ºs 31.863 e 31.864, ambos de 16 de setembro de 2002, com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Estadual n.º 287, de 4 de dezembro de 1979, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Estadual n.º 3.149, de 28 de abril de 1980, e respectivas alterações, do Decreto Estadual nº 42.063, de 06 de outubro de 2009, do Decreto Estadual nº 42.091, de 27 de outubro de 2009, do Decreto Estadual nº 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do Decreto Estadual nº 41.203, de 03 de março de 2008, da Resolução SEPLAG nº 429, de 11 de janeiro de 2011, demais Resoluções editadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital.

1.2 A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, no dia e hora indicados no item 3 deste Edital e conduzida pelo pregoeiro com o auxílio de sua equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe.

1.3 As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas no Diário Oficial do Estado e divulgadas por meio eletrônico na internet, sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via telefax, telegrama ou entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.4 O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico http://www.seas.rj.gov.br/, www.compras.rj.gov.br, podendo, alternativamente ser adquirido mediante a entrega de um pen drive, na Av. Venezuela, 110, 5º Andar, baia maracanã, Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, de 10:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas.

1.5 Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste instrumento convocatório ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data do início da licitação, no seguinte endereço: Av. Venezuela, 110, 5º Andar, baia maracanã, Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, de 10:00 h às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, ou por meio do telefone nº (21) 2332-5618 ou, ainda, pelo e-mail: licitacao.ambiente@gmail.com.

1.5.1 Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 24 (vinte e quatro horas), antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas.

1.6 Os interessados poderão formular impugnações ao presente edital em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão**,** no seguinte endereço: Av. Venezuela, 110, 5º Andar, baia maracanã, Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, de 10:00 h às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, ou, ainda, mediante confirmação de recebimento, pelo e-mail licitacao.ambiente@gmail.com.

1.6.1 Caberá a AUTORIDADE SUPERIOR decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

1.7 Tanto a resposta às impugnações quanto aos pedidos de esclarecimento serão divulgados mediante nota no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br através do nº (número da licitação no portal) na parte relacionada a futuras licitações, ficando as empresas interessadas obrigadas a acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

2. DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 O objeto do presente **PREGÃO ELETRÔNICO** é a contratação de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS MODALIDADES DE AUDITORIA TÉCNICA E FINANCEIRA, BEM COMO TRABALHOS RELATIVOS A PARECERES, ANÁLISES CRÍTICAS DE DOCUMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÕES EM GERAL, AFIM DE VERIFICAR E AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DISPOSTAS NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC FIRMADOS EM 09/08/2019 E 18/02/2020 ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – MPRJ, O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, REPRESENTADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS, O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA E A EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS, conforme especificado no Termo de Referência (Anexo I) e quantificado na Proposta de Preços (Anexo II), deste Edital.

2.2 O objeto será executado segundo o regime de execução de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

3. DA ABERTURA

3.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases, dirigida pelo pregoeiro designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital, conforme indicado abaixo:

Eventos	Dia	Mês	Ano	Horário
Início acolhimento das propostas	03	11	2022	11:00
Limite acolhimento das propostas	19	12	2022	10:50
Data de abertura das propostas	19	12	2022	11:00
Data da realização do Pregão	19	12	2022	11:00
Processo nº	SEI-070026/000410/2021			
Tipo	**MENOR PREÇO GLOBAL**			
Prazo para impugnação	até 2 (dois) dias úteis			
Data da publicação	02/12/2022			
Endereço Eletrônico	www.compras.rj.gov.br			
Número da licitação no portal	**003/2022**			

3.2 Ocorrendo Ponto Facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização dos eventos nas datas acima marcadas, a licitação ficará automaticamente adiada para o mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 Os recursos necessários à realização do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

FONTE: 151 e 297

PROGRAMA DE TRABALHO: 2401.18.541.0438.5645 e 2401.18.541.0438.5638

NATUREZA DA DESPESA: 4490.35.01

5. TIPO DE LICITAÇÃO E PREÇO MÁXIMO ADMITIDO

5.1 O presente Pregão Eletrônico reger-se-á pelo tipo **MENOR PREÇO GLOBAL.**

5.2 O preço máximo admitido pela SEAS é **R$ 7.233.854,59** (sete milhões, duzentos e trinta e três mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos).

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar desta licitação as pessoas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado, registradas ou não no Cadastro de Fornecedores, mantido pela SEPLAG.

6.2 Não serão admitidas na licitação as empresas punidas por:

a) Ente, Autarquia ou Fundação da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com as sanções prescritas no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/02;

b) Ente ou Entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal, com a sanção prescrita no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

6.3 Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

6.3.1 Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

6.4 Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei n.º 8.666/93.

6.5 O licitante que se enquadrar como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, no momento de inserção de sua proposta, junto ao sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº123 de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art.3º.

6.5.1 Em caso de não atendimento do contido no subitem 6.5, deixará de ser concedido ao licitante o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado regulamentado por meio do Decreto Estadual nº 42.063/2009.

6.5A O licitante deverá declarar, junto ao sistema eletrônico, que não lhe foram aplicadas as seguintes penalidades, cujos efeitos ainda vigorem:

a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei n° 8.666/93);

b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7° da Lei n° 10.520/02);

c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei n° 8.666/93);

6.6 Será permitida a participação de licitantes em regime de consórcio, na seguinte forma:

6.6.1 As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante a SEAS pelos atos praticados pelo consórcio, devendo constar expressamente do instrumento os poderes específicos para requerer, assumir compromissos, transigir, discordar, desistir, renunciar, receber e dar quitação, como também receber citação em Juízo.

6.6.2 No consórcio de que participem empresas estrangeiras e brasileiras, a empresa líder deverá ser sempre brasileira.

6.6.3 Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, mediante a apresentação da documentação comprobatória.

6.6.3.1 As empresas consorciadas poderão, todavia, somar os seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no consórcio, para a finalidade de atingir os limites fixados para tal objetivo neste edital.

6.6.4 As empresas consorciadas não poderão participar isoladamente da licitação, nem em qualquer outro consórcio.

7. CREDENCIAMENTO

7.1 Somente poderão participar deste pregão eletrônico os licitantes devidamente credenciados junto ao SIGA, devendo o credenciamento ser realizado no prazo de até três dias úteis antes da data de abertura da sessão, conforme previsto no art. 5º, parágrafo 2º do Decreto nº 31.864/02.

7.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de código para acesso ao SIGA.

7.2.1 O licitante obterá o código de acesso ao SIGA junto ao endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, clicando na área de Registro de Fornecedor que se encontra na parte do meio do portal e seguindo as orientações de preenchimento. O Portal contém um manual orientando o preenchimento.

7.2.1.1 O licitante deverá preencher algumas telas, digitando informações sobre a empresa, pessoas que irão operar o SIGA e as famílias de itens que fornece. Após essa digitação, o licitante deverá baixar, em local indicado no Portal, um arquivo contendo um Termo de Responsabilidade o qual deverá imprimir e assinar. Junto com esse Termo de Responsabilidade o licitante deverá enviar a documentação requerida para a SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão, no endereço informado no portal.

7.2.1.2 Após o recebimento da documentação, a SEPLAG, através do SIGA, enviará para o e-mail informado do licitante o código de acesso às funcionalidades do SIGA. Quando o licitante acessar o SIGA deverá colocar seu código informado e a senha: SIGA. Essa senha servirá apenas para o primeiro acesso, pois o sistema irá solicitar que o licitante digite uma senha nova, confirme essa senha e escreva uma pergunta e resposta. O sistema confirmará a nova senha que deverá ser usada nos próximos acessos.

7.3 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à SEPLAG ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

7.4 A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente à SEPLAG, para imediato bloqueio de acesso.

7.5 O credenciamento do licitante junto ao SIGA implica na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao pregão eletrônico.

8. DA CONEXÃO COM O SISTEMA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS

8.1 Observado o disposto nos itens 6 e 7 deste edital, a participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio da conexão do licitante ao SIGA, pela digitação de sua senha privativa e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do SIGA, no período compreendido entre a data de início e de encerramento do acolhimento das propostas, conforme subitem 3.1 deste edital.

8.2 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no SIGA, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.3 Como requisito para a participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, sob as penas da lei, em campo próprio do SIGA, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.

8.3.1 No momento da abertura da sessão pública, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta constante do Anexo V, que deverá ser apresentada no momento indicado pelo item 14.2.1

8.4 Caberá ao licitante acompanhar as operações no SIGA durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1 A Proposta de Preços deverá ser elaborada e enviada exclusivamente por meio do SIGA, em campo específico, a ser integralmente preenchido.

9.1.1 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

9.1.2 O formulário de proposta de preços, em sua forma impressa (Anexo II), somente será utilizado pelo licitante vencedor com vistas à readequação de sua oferta final

9.1.3 Os documentos anexados durante a inserção da proposta de preços (*folders*, prospectos, declarações, etc.) não poderão estar identificados, não sendo admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que viabilize a identificação do licitante.

9.1.4 As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas uma marca, um modelo e um preço para cada material(is) constante(s) do objeto desta licitação.

9.2 A proposta de preços será feita em moeda nacional e englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento de preços será considerada.

9.2.1 Quando a execução do objeto contratual envolver a prestação de serviços com mão de obra residente, a proposta de preços deverá ser formulada com base na norma coletiva da entidade representativa da respectiva categoria do local da efetiva prestação dos serviços.

9.3 Caso o licitante se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, na forma do Anexo VIII do Edital.

9.4 O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

9.5 Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital, aquelas com preço excessivo e as que tiverem preço manifestamente inexequível.

9.6 A proposta de preços deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

9.7 Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão, conforme disposto no item 3.

9.7.1 Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta de preços, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da SEAS, esta poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

10. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1 A partir do horário previsto no subitem 3.1 deste Edital, terá início, a sessaõ de abertura do Pregão Eletrônico, ficando os licitantes no aguardo do término da análise da conformidade das propostas e início da disputa de preços, quando poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do SIGA, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

10.1.1 O sistema ficará disponível para a disputa de lances de segunda a sexta-feira, no horário de 09h00minh as 18h00minh e, após esse período, será bloqueado para tal finalidade.

10.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado, as suas regras de aceitação e o limite de horário de funcionamento do sistema.

10.3 Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pelo próprio licitante e registrado no sistema. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.4 Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante detentor do lance.

10.5 No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o SIGA permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

10.6 Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de aviso inserido em campo próprio do SIGA (chat mensagem), divulgando, com antecedência mínima de 01 (uma) hora, data e hora para a reabertura da sessão.

10.7 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo SIGA, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.7.1 Em caso de erro material, ao licitante será concedida a possibilidade de enviar solicitação de cancelamento do seu lance durante a realização da etapa de lances da sessão pública, que poderá ser aceita ou não pelo Pregoeiro. Todavia, durante o transcurso do período randômico de disputa não será possível o encaminhamento de solicitação de cancelamento de lances.

10.7.2 O período randômico de disputa somente poderá ser iniciado até as 17h20min, tendo em vista que, às 18h00min, o sistema será bloqueado automaticamente para envio de lances e continuidade da disputa.

10.8 Caso não sejam apresentados lances, verificar-se-á a aceitabilidade da proposta de preços de menor valor, considerando-se o valor estimado para a contratação e o disposto no item 9.5.

10.8.1 No caso de empate entre as propostas de menor preço e não sendo apresentados lances, sem prejuízo do disposto no item 11.3, será assegurada preferência como critério de desempate, sucessivamente, aos bens e serviços: (a) produzidos no País; (b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras; (c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e (d) produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação. Persistindo o empate, o sorteio público será utilizado como critério de desempate.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1 O julgamento obedecerá ao critério de menor preço, na forma do item 5. Será declarada vencedora a proposta que apresentar o menor preço, observadas as regras deste edital, especialmente o item 11.3.

11.2 O SIGA informará o licitante detentor da proposta de preços ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após verificação de empate ficto, nos termos do subitem 11.3 deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir acerca da aceitação do menor lance ofertado e, ainda, negociação visando à sua redução.

11.3 Havendo empate no momento do julgamento das propostas de preços será assegurada às microempresas e empresas de pequeno porte a preferência na contratação, caso a proposta de menor preço tenha sido apresentada por empresa que não detenha tal condição.

11.3.1 Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das microempresas ou das empresas de pequeno porte, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 5% àquela mais bem classificada.

11.3.2 Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão.

b) caso a microempresa ou empresa de pequeno porte, que se apresente neste caso, abdique desse direito ou não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito.

c) na situação de empate na forma antes prevista, inexistindo oferta de lances e existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua proposta, de modo a possibilitar que esta usufrua da prerrogativa de apresentar oferta inferior à melhor classificada.

11.3.3 Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

11.4 Se a proposta de preços ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

11.4.1 Ocorrendo a situação a que se refere o subitem 10.8 e/ou subitem 11.4 deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço.

11.5 O sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br.

11.6 A critério do pregoeiro, poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas de preços.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1 Regras Gerais

12.1.1 Efetuados os procedimentos previstos no item 11 deste Edital, o licitante detentor da proposta de preços ou do lance de menor valor deverá encaminhar para o seguinte endereço: Av. Venezuela, 110, 5º Andar, baia maracanã, Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, no prazo máximo de três dias úteis contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública:

a) declaração, na forma do Anexo VII – Declaração de inexistência de penalidade, de que não foram aplicadas as seguintes penalidades, cujos efeitos ainda vigorem:

a.1) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei n° 8.666/93);

a.2) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7° da Lei n° 10.520/02);

a.3) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei n° 8.666/93);

b) os documentos de habilitação previstos no item 12.2 a 12.6;

c) a proposta de preços relativa ao valor arrematado, inclusive, se for o caso, detalhando a planilha de custos.

12.1.1.1 Uma vez recebidos os documentos, o Pregoeiro consultará o Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA, e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Portal Transparência, da Controladoria Geral da União.

12.1.1.2 Caso o licitante conste em qualquer um dos Cadastros mencionados no item 14.2, com o registro de penalidade que impeça a sua participação em licitação ainda em vigor, não poderá prosseguir no certame, cabendo ao Pregoeiro declarar tal condição.

12.1.2 Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, ou pela AUTORIDADE SUPERIOR na hipótese de existência de recursos.

12.1.3 Se o licitante desatender às exigências previstas no item 12, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

12.1.4 Para fins de consulta direta aos documentos de habilitação em processo licitatório, o Certificado de Registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Poder Executivo Federal, poderá ser apresentado em substituição aos documentos elencados nos subitens 12.2.1; 12.3.1; 12.4.1 e 12.6.1.

12.1.4.1 Os licitantes cadastrados deverão, ainda, apresentar os documentos de qualificação técnica previstos no item 12.5.

12.1.4.2 Os licitantes não cadastrados deverão apresentar os documentos de habilitação indicados nos itens 12.2 a 12.6.

12.2 Habilitação Jurídica

12.2.1 Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;

b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;

g) ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembléia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa

12.3 Regularidade Fiscal e Trabalhista

12.3.1 Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

c) prova de regularidade fiscal perante à Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

c.2) Fazenda Estadual: apresentação de Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações; ou, ainda, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

c.2.1) Caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, e de Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, se for o caso, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição municipal;

d) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

12.3.2.1 Na hipótese de tratar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato caso se sagre vencedora na licitação.

12.3.2.2 Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

12.3.2.4 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/93.

12.4 Qualificação Econômico-Financeira

12.4.1 O licitante detentor da proposta ou lance de menor preço deverá apresentar certidões negativas de falências e recuperação judicial e extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

12.4.2 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

12.5 Qualificação Técnica

12.5.1 Relativamente à qualificação técnica, sem prejuízo das demais regras previstas no artigo 30 da Lei n.º 8.666/93, deverá ser exigida a comprovação de aptidão de desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

12.5.2 Certidão de Registro e/ou inscrição da Empresa Licitante, nas entidades competentes: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, (com validade do registro na data de abertura da licitação), referente a sede da empresa.

12.5.3 Certidão de regularidade do(s) profissional(is) responsável(eis) técnico(s) da licitante, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

12.5.4 Declaração formal de indicação do(s) Responsável(eis) Técnico(s) pela execução do objeto da licitação, assinada por representante legal ou por procurador credenciado, munido de procuração hábil, nos termos da Lei.

12.5.5 Comprovação da qualificação técnica dos profissionais que realizarão as auditorias, análises críticas e pareceres comprovando experiência e vinculação comprovada com a empresa.

12.5.6 A Comprovação da experiência profissional pela execução dos serviços, será feita através da cópia do curriculum vitae do(s) profissional(is), comprovando experiência mínima de 05 (cinco) anos na área objeto de análise no TAC I e TAC II.

12.5.7 No caso de experiência na área pública os atos de sua nomeação são comprovantes de experiência.

12.5.8 Declaração formal assinada pelo representante legal da empresa, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizaria para quaisquer questionamentos futuros que ensejassem avenças técnicas ou financeiras.

12.6 Declaração relativa o cumprimento ao Art.7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal

12.6.1 Todos os licitantes deverão apresentar declaração, na forma do Anexo IV, de que não possuem em seus quadros funcionais nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

12.7 - Do Prazo de Validade das Certidões

12.7.1 As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios. Inexistindo esse prazo reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

12.8 Cooperativas de Trabalho

12.8.1 Será admitida a participação na licitação de cooperativa de trabalho, sendo esta considerada a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho, nos termos da legislação em vigor.

12.8.2 A cooperativa de trabalho, que deverá ser regida pela Lei nº 12.690/12, deverá atender, conforme o caso, às exigências da cláusula xx deste ato convocatório, no que couber, assim como apresentar, também no envelope de habilitação, os seguintes documentos:

I – ata de fundação, com o uso obrigatório da expressão “Cooperativa de Trabalho” na denominação social da cooperativa;

II – estatuto (com ata da assembleia de aprovação);

III – regimento interno (com ata da aprovação);

IV – regimento dos fundos (com ata de aprovação);

V – edital de convocação de assembleia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;

VI – registro da presença dos cooperados em assembleias gerais;

VII – ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;

VIII – relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa;

IX – ata da sessão em que os cooperados elegeram comissão ou cooperado para realizar a coordenação da prestação de serviços realizada fora do estabelecimento da cooperativa, com mandato nunca superior a 1 (um) ano ou, no máximo, com prazo estipulado para a contratação, com a definição dos requisitos para a sua consecução, os valores contratados e a retribuição pecuniária de cada sócio partícipe.

12.8.3 Não será admitida participação de cooperativas de trabalho

a) fornecedoras de mão de obra, ou que realizam intermediação de mão de obra subordinada, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados; ou

b) cujos atos constitutivos não definam com precisão a natureza dos serviços que se propõem a prestar.

12.8.4 Presumir-se-á intermediação de mão de obra subordinada a relação contratual estabelecida entre a empresa contratante e as Cooperativas de Trabalho que não observar o disposto no inciso IX do item 12.2.8.2.

12.8.5 A constituição ou utilização de Cooperativa de Trabalho para fraudar deliberadamente a legislação trabalhista, previdenciária e o disposto nesta Lei acarretará aos responsáveis as sanções cíveis e administrativas cabíveis.

13. DOS RECURSOS

13.1 O licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se, por meio do SIGA, no prazo de 30 (trinta) minutos, após a declaração de vencedor pelo Pregoeiro expondo os motivos. Na hipótese de ser aceito o Recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual período, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo mediante requerimento dirigido ao Pregoeiro.

13.2 A falta de manifestação do licitante importará na decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

13.3 As razões e contrarrazões do recurso poderão, facultativamente, ser enviadas para o e-mail licitacao.ambiente@gmail.com.

13.4 A não apresentação das razões acarretará como consequência a análise do recurso apenas pela síntese da manifestação a que se refere o subitem 14.1

13.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.6 As razões de recursos serão dirigidas à autoridade superior por intermédio do pregoeiro que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão final.

14. DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

14.1 Não sendo interposto recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao arrematante, com a posterior homologação do resultado pela AUTORIDADE SUPERIOR. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, a AUTORIDADE SUPERIOR adjudicará e homologará o procedimento.

14.2 Uma vez homologado o resultado da licitação pelo Secretário de Estado, o licitante vencedor será convocado, por escrito, com uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para assinatura do contrato.

14.3 O vencedor deverá apresentar a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, constante do Anexo VII, como condição para assinatura do contrato

14.4 Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo fixado, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, após a licitação ter retornado à fase de habilitação pela AUTORIDADE SUPERIOR, poderá o Pregoeiro examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital.

14.5 Na forma da Lei Estatual nº 7.258/16, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados ao contrato ficará obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I – até 200 empregados..... 2%;

II – de 201 a 500..... 3%;

III – de 501 a 1.000..... 4%;

IV – de 1.001 em diante. ..... 5%.

14.6 No momento da assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá comprovar que mantém programa de integridade, nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/17 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

14.6.1 Caso a futura contratada ainda não tenha programa de integridade instituído, a Lei nº 7.753/17 faculta o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a implantação do referido programa, a contar da data da celebração do contrato.

15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

15.2 No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

15.3 A contratada deverá encaminhar a fatura para pagamento à SEAS, sito à Avenida Venezuela, n° 110, Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS relativos à mão de obra empregada no contrato.

15.4 O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

15.4.1 Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

15.5 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

15.6 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao adjudicatário, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo INPC e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die.*

15.7 O pagamento será realizado em parcelas de forma mensal, após a entrega dos relatórios conforme etapas/produtos entregues de acordo com o item 8 do Termo de Referência (Anexo I).

15.7.1 O processo de pagamento será instruído com a apresentação, pela CONTRATADA, dos seguintes documentos:

a) carta de solicitação de pagamento;

b) recibo;

c) prova de regularidade do FGTS;

d) prova de regularidade do INSS;

e) prova de regularidade da Fazenda Federal;

f) prova de regularidade da Fazenda Estadual;

g) prova de regularidade da Fazenda Municipal;

h) certidão negativa de débitos trabalhistas;

i) relatório, na forma estabelecida no Termo de Referência (Anexo I);

j) nota fiscal atestada pelos fiscais;

15.7.2 Ressalta-se, por fim, que nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

15.8 Tratando-se de mão de obra alocada exclusivamente no contrato, decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento a que essa proposta se referir, assim entendido o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta de licitação, poderá a CONTRATADA fazer jus ao reajuste do valor contratual referente aos custos decorrentes de mão de obra, se estes estiverem vinculados às datas-bases dos referidos instrumentos, aplicando-se o índice que tiver sido homologado, quando for o caso, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

15.8.1 Caberá à CONTRATADA, ao pleitear o reajuste contratual, a demonstração da variação salarial de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas.

15.8.2 A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

15.8.3 Os reajustes serão precedidos de requerimento da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o reajuste.

15.8.4 É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio.

15.8.5 Na ausência de lei federal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, o reajuste contratual poderá derivar de lei estadual que fixe novo piso salarial para a

categoria, nos moldes da Lei Complementar nº 103/2000.

15.8.6 O preço dos demais insumos poderá ser reajustado após 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, de acordo com a Tabela EMOP ou outro índice equivalente que vier, que deverá retratar a variação efetiva dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

15.9 O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d* e *e,* do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

16.1 O licitante que, convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com a consequente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

b) multas previstas em edital e no contrato.

16.1.1 As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins deste item são assim consideradas:

I – retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

II – não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

III – falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;

IV – fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e

V – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

16.2 Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

16.3 A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

16.3.1 Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no item 16.3 também deverão ser considerados para a sua fixação.

16.4 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente.

16.4.1 As sanções previstas na alínea b do item 16.1 e nas alíneas a e b, do item 16.2 serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

16.4.2 As sanções previstas na alínea a do item 16.1 e na alínea c, do item 16.2 serão impostas pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80

16.4.3 A aplicação da sanção prevista na alínea d, do item 16.2, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

16.5 Dentre outras hipóteses, a advertência poderá ser aplicada quando o CONTRATADO não apresentar a documentação exigida nos itens 17.6 e 17.7, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

16.6 As multas administrativas, previstas na alínea b do item 16.1 e na alínea b, do item 16.2:

16.7 A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do item 16.2:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias, configurando inadimplemento, na forma dos itens 17.9 e 17.10.

16.8 A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do item 16.2, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

16.8.1 A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

16.9 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

16.10 Se o valor das multas previstas na alínea b do item 16.1, na alínea b, do item 16.2 e no item 16.9, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

16.11 A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

16.12 A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

16.12.1 Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

16.12.2 A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

16.2.2.1 A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a e b do item 16.1 e nas alíneas a, b e c, do item 16.2, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do item 16.2.

16.12.3 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

16.13 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela Entidade, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais

sanções administrativas, de acordo com as peculiaridades do caso concreto.

16.14 As penalidades previstas nos itens 16.1 e 16.2 também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

16.14.1 Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei n° 8.666/93);

b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7° da Lei n° 10.520/02);

c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei n° 8.666/93);

16.15 As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pela SEAS no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

16.15.1 Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea a do item 16.1 e nas alíneas c e d do item 16.2, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

16.15.2 A aplicação das sanções mencionadas no subitem 16.15.1 deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

17. ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE

17.1 Executado o contrato, o seu objeto será recebido por comissão de fiscalização de contrato composta por 3 (três) membros, na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93 e na cláusula sétima da minuta de contrato (Anexo III), dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma lei.

17.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

17.3 Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da SEAS, na forma do disposto no parágrafo 3º. do art. 77 do Decreto 3.149/80.

17.4 A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

17.5 A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

17.6 A CONTRATADA será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

a) está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas ou retiradas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;

b) está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;

c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e

d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos

17.7 A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991; o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

17.8 A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos itens 17.6 e 17.7 ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

17.9 Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

17.10 No caso do item 17.9, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

18. DO PRAZO

18.1 O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de dd/mm/aaaa, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

18.2 O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93, desde que a proposta da CONTRATADA seja mais vantajosa para o CONTRATANTE.

19. DA GARANTIA

19.1 Exigir-se-á do licitante vencedor, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

19.1.1 A garantia, qualquer que seja a modalidade apresentada pelo vencedor do certame, deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;

c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

19.2 A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

19.3 Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de **72 (setenta e duas) horas**, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

19.4 Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de **72 (setenta e duas) horas**, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

20.2 A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 229 da Lei Estadual n.º 287/79 c/c o art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93, assegurado o direito de defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

20.3 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, §§ 1º e 2º da Lei n.º 8.666/93.

20.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do término.

20.5 Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis caso apresentem na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

20.6 Acompanham este edital os seguintes anexos:

Anexo I	Termo de Referência - doc.SEI 41848811
Anexo II	Proposta de Preços - doc.SEI 41848681
Anexo III	Minuta Contratual - doc.SEI 41848681
Anexo IV	Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil - doc.SEI 41849056
Anexo V	Modelo de Declaração de Elaboração Indepedente de Proposta - doc.SEI 41849056
Anexo VI	Modelo de Carta de Credenciamento - doc.SEI 41849056
Anexo VII	Declaração de Inexistência de Penalidade - doc.SEI 41849056
Anexo VIII	Declaração para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Empresário Individual e Cooperativas Enquadradas no art.34, da Lei n° 11.488 de 2007 - doc.SEI 41849056
Anexo IX	Modelo de Planilha Orçamentária - doc.SEI 41849443
Anexo X	Planilha de Formação do BDI - doc.SEI 41849443

20.7 A homologação do resultado desta licitação não importará direito à contratação.

20.8 Os casos omissos serão resolvidos pela Autoridade Superior, com auxílio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio.

20.9 O foro da cidade do Rio de Janeiro é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2022.

FILIPE ALVES DA SILVA MENDES
Subsecretário Executivo

Documento assinado eletronicamente por **Filipe Alves da SIlva Mendes**, **Subsecretário de Estado**, em 29/11/2022, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **43373071** e o código CRC **A730DFF4**.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
DIRETORIA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL - DIRRAM

ANEXO 05
PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS

I0: 08/2022

ÍTEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO UNITÁRIO SEM ENCARGOS* (120,91%)	PREÇO UNITÁRIO COM BDI - FATOR K**	PREÇO UNITÁRIO COM BDI - TRDE	PREÇO TOTAL COM BDI
1.		**PLANO DE TRABALHO**						**TOTAL**	**65.582,46**
1.1	01.050.0716-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO SENIOR,PARA SERVICOSDE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	1,00	42.838,40	19.391,79	59.729,19	-	59.729,18
1.2	05.105.0124-0	MAO-DE-OBRA DE ESTAGIARIO,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	1,00	1.460,40	661,08	2.036,22	-	2.036,22
1.3	19.004.0045-2	VEICULO DE PASSEIO,5 PASSAGEIROS,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1.0 LITRO,EXCLUSIVE MOTORISTA	H	123,20	50,64	22,92	-	29,31	3.610,79
1.4	19.004.0045-4	VEICULO DE PASSEIO,5 PASSAGEIROS,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1.0 LITRO,EXCLUSIVE MOTORISTA	H	52,80	6,75	3,06	-	3,91	206,27
								SUBTOTAL	**65.582,46**
2.		**EQUIPE DE COORDENAÇÃO**						**TOTAL**	**1.421.617,79**
2.1	01.050.0713-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO COORDENADOR,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	12,00	49.264,16	22.300,56	68.688,57	-	824.262,79
2.2	01.050.0710-0	MAO-DE-OBRA DE TECNICO ESPECIALIZADO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	24,00	9.563,84	4.329,29	13.334,77	-	320.034,58
2.3	01.050.0712-0	MAO-DE-OBRA DE SECRETARIA,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	24,00	6.918,56	3.131,85	9.646,48	-	231.515,63
2.4	19.004.0045-2	VEICULO DE PASSEIO,5 PASSAGEIROS,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1.0 LITRO,EXCLUSIVE MOTORISTA	H	1.478,40	50,64	22,92	-	29,31	43.329,55
2.5	19.004.0045-4	VEICULO DE PASSEIO,5 PASSAGEIROS,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1.0 LITRO,EXCLUSIVE MOTORISTA	H	633,60	6,75	3,06	-	3,91	2.475,24
								SUBTOTAL	**1.421.617,79**
3.		**EQUIPE TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO**						**TOTAL**	**5.746.654,34**
3.1.		**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA I**						**SUBTOTAL**	**2.879.633,82**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA PRÉVIA FE 013990 (AVB 000621)						**SUBTOTAL**	**1.296.304,92**
3.1.1	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	16,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	668.966,90
3.1.2	01.050.0701-0	MAO-DE-OBRA DE BIOLOGO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	20.991,52	9.502,30	29.268,28	-	117.073,13
3.1.3	01.050.0751-0	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.312,80	8.289,71	25.533,37	-	102.133,47
3.1.4	01.050.0707-0	MAO-DE-OBRA DE GEOLOGO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	20.991,52	9.502,30	29.268,28	-	117.073,13
3.1.5	01.050.0704-0	MAO-DE-OBRA DE AGRONOMO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	167.241,72
3.1.6	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	50.772,26
3.1.7	05.105.0176-0	MAO-DE-OBRA DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	3.907,20	1.768,68	5.447,77	-	10.895,54
3.1.8	01.050.0712-0	MAO-DE-OBRA DE SECRETARIA,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	6.918,56	3.131,85	9.646,48	-	38.585,93
3.1.9	20.023,00	MAO-DE-OBRA DE ASSISTENTE SOCIAL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	H	352,00	48,01	21,73	66,94	-	23.562,84
								SUBTOTAL	**1.296.304,92**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 001540 (AVB 001306; AVB 001465; AVB 001474)						**SUBTOTAL**	**204.458,34**
3.1.10	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	101.544,52
3.1.11	01.050.0741-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO SANITARISTA,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	83.620,86
3.1.12	01.050.0712-0	MAO-DE-OBRA DE SECRETARIA,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	6.918,56	3.131,85	9.646,48	-	19.292,96
								SUBTOTAL	**204.458,34**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 021327						**SUBTOTAL**	**414.973,05**
3.1.13	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	6,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	152.316,79
3.1.14	01.050.0741-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO SANITARISTA,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	83.620,86
3.1.15	01.050.0701-0	MAO-DE-OBRA DE BIOLOGO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	20.991,52	9.502,30	29.268,28	-	117.073,13
3.1.16	01.050.0751-0	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	18.312,80	8.289,71	25.533,37	-	51.066,73
3.1.17	05.105.0176-0	MAO-DE-OBRA DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	3.907,20	1.768,68	5.447,77	-	10.895,54
								SUBTOTAL	**414.973,05**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA PRÉVIA IN 01543						**SUBTOTAL**	**83.620,86**
3.1.18	01.050.0704-0	MAO-DE-OBRA DE AGRONOMO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	83.620,86
								SUBTOTAL	**83.620,86**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA DE INSTALAÇÃO IN 016106						**SUBTOTAL**	**185.165,38**
3.1.19	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	101.544,52
3.1.20	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	83.620,86
								SUBTOTAL	**185.165,38**

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
DIRETORIA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL - DIRRAM

ANEXO 05
PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS

I0: 08/2022

ÍTEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO UNITÁRIO SEM ENCARGOS* (120,91%)	PREÇO UNITÁRIO COM BDI - FATOR K**	PREÇO UNITÁRIO COM BDI - TRDE	PREÇO TOTAL COM BDI
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 019084						**SUBTOTAL**	**299.092,54**
3.1.21	01.050.0736-0	MAO-DE-OBRA DE ADVOGADO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	17.295,52	7.829,22	24.114,98	-	48.229,96
3.1.22	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	6,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	250.862,58
								SUBTOTAL	**299.092,54**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA DE INSTALAÇÃO IN 020319						**SUBTOTAL**	**396.018,73**
3.1.23	01.050.0701-0	MAO-DE-OBRA DE BIOLOGO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	20.991,52	9.502,30	29.268,28	-	58.536,56
3.1.24	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	83.620,86
3.1.25	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	10,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	253.861,31
								SUBTOTAL	**396.018,73**
3.2.		**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA II**						**TOTAL**	**2.867.020,52**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 020510						**SUBTOTAL**	**268.786,24**
3.2.1	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	167.241,72
3.2.2	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	101.544,52
								SUBTOTAL	**268.786,24**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 023703						**SUBTOTAL**	**185.165,38**
3.2.3	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	83.620,86
3.2.4	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	101.544,52
								SUBTOTAL	**185.165,38**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 025658						**SUBTOTAL**	**251.466,25**
3.2.5	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	83.620,86
3.2.6	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	50.772,26
3.2.7	01.050.0701-0	MAO-DE-OBRA DE BIOLOGO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	20.991,52	9.502,30	29.268,28	-	117.073,13
								SUBTOTAL	**251.466,25**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 024121						**SUBTOTAL**	**403.473,83**
3.2.8	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	6,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	250.862,58
3.2.9	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	101.544,52
3.2.10	01.050.0751-0	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	18.312,80	8.289,71	25.533,37	-	51.066,73
								SUBTOTAL	**403.473,83**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 024202						**SUBTOTAL**	**837.253,99**
3.2.11	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	14,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	585.346,04
3.2.12	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	101.544,52
3.2.13	01.050.0751-0	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.312,80	8.289,71	25.533,37	-	102.133,47
3.2.14	01.050.0736-0	MAO-DE-OBRA DE ADVOGADO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	17.295,52	7.829,22	24.114,98	-	48.229,96
								SUBTOTAL	**837.253,99**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 023530						**SUBTOTAL**	**83.620,86**
3.2.15	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	83.620,86
								SUBTOTAL	**83.620,86**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 025099						**SUBTOTAL**	**487.094,70**
3.2.16	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	8,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	334.483,45
3.2.17	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	101.544,52
3.2.18	01.050.0751-0	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	18.312,80	8.289,71	25.533,37	-	51.066,73
								SUBTOTAL	**487.094,70**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 024123/IN 021727						**SUBTOTAL**	**350.159,27**
3.2.19	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	167.241,72
3.2.20	01.050.0736-0	MAO-DE-OBRA DE ADVOGADO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	17.295,52	7.829,22	24.114,98	-	48.229,96
3.2.21	01.050.0751-0	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	18.312,80	8.289,71	25.533,37	-	51.066,73
3.2.22	01.050.0704-0	MAO-DE-OBRA DE AGRONOMO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	41.810,43	-	83.620,86
								SUBTOTAL	**350.159,27**

	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS COM FATOR K	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS COM TRDE	VALOR TOTAL DO EMPREENDIMENTO COM BDI
TOTAL COM BDI	**4.317.212,38**	**2.916.642,21**	**7.233.854,59**

*** NÃO SE APLICA AOS ITENS CUJO O BDI É DEFINIDO PELA TRDE.**
**** FATOR K - APLICÁVEL SOBRE A MÃO-DE-OBRA SEM ENCARGOS.**

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
DIRETORIA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL - DIRRAM

ANEXO 05
MEMÓRIA DE CÁLCULO

PLANO DE TRABALHO				
1.1	01.050.0716-A	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO SENIOR,PARA SERVICOSDE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**1,00**
		Qt. De Profissionais 1,00 un x **Meses** 1,00 meses x **Período** 1,00 un = **Total** 1,00 meses		
1.2	05.105.0124-A	MAO-DE-OBRA DE ESTAGIARIO,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**1,00**
		Qt. De Profissionais 1,00 un x **Meses** 1,00 meses x **Período** 1,00 un = **Total** 1,00 meses		
1.3	19.004.0045-C	VEICULO DE PASSEIO,5 PASSAGEIROS,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1.0 LITRO,EXCLUSIVE MOTORISTA	H	**123,20**
		Quantidade 1,00 un x **Horas/Mês** 176,00 h x **Mês** 1,00 meses x **%** 70% = **Total** 123,20 h		
1.4	19.004.0045-E	VEICULO DE PASSEIO,5 PASSAGEIROS,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1.0 LITRO,EXCLUSIVE MOTORISTA	H	**52,80**
		Quantidade 1,00 un x **Horas/Mês** 176,00 h x **Mês** 1,00 meses x **%** 30% = **Total** 52,80 h		
EQUIPE DE COORDENAÇÃO				
ÍTEM	**CODIGO**	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE**	**TOTAL**
2.1	01.050.0713-A	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO COORDENADOR,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**12,00**
		Qt. De Profissionais 1,00 un x **Meses** 24,00 meses x **Período** 0,50 un = **Total** 12,00 meses		
2.2	01.050.0710-A	MAO-DE-OBRA DE TECNICO ESPECIALIZADO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**24,00**
		Qt. De Profissionais 1,00 un x **Meses** 24,00 meses x **Período** 1,00 un = **Total** 24,00 meses		
2.3	01.050.0712-A	MAO-DE-OBRA DE SECRETARIA,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**24,00**
		Qt. De Profissionais 1,00 un x **Meses** 24,00 meses x **Período** 1,00 un = **Total** 24,00 meses		
2.4	19.004.0045-C	VEICULO DE PASSEIO,5 PASSAGEIROS,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1.0 LITRO,EXCLUSIVE MOTORISTA	H	**1478,40**
		Quantidade 1,00 un x **Horas/Mês** 176,00 h x **Mês** 12,00 meses x **%** 70% = **Total** 1.478,40 h		
2.5	19.004.0045-E	VEICULO DE PASSEIO,5 PASSAGEIROS,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1.0 LITRO,EXCLUSIVE MOTORISTA	H	**633,60**
		Quantidade 1,00 un x **Horas/Mês** 176,00 h x **Mês** 12,00 meses x **%** 30% = **Total** 633,60 h		

ANEXO 05
MEMÓRIA DE CÁLCULO

EQUIPE TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO				
TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA I				
EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA PRÉVIA FE 013990 (AVB 000621)				
3.1.1	01.050.0715-A	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**16,00**
		Qt. De Profissionais 8,00 un x **Meses** 2,00 meses x **Período** 1,00 un = **Total** 16,00 meses		
3.1.2	01.050.0701-A	MAO-DE-OBRA DE BIOLOGO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**4,00**
		Qt. De Profissionais 2,00 un x **Meses** 2,00 meses x **Período** 1,00 un = **Total** 4,00 meses		
3.1.3	01.050.0751-A	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**4,00**
		Qt. De Profissionais 2,00 un x **Meses** 2,00 meses x **Período** 1,00 un = **Total** 4,00 meses		
3.1.4	01.050.0707-A	MAO-DE-OBRA DE GEOLOGO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**4,00**
		Qt. De Profissionais 2,00 un x **Meses** 2,00 meses x **Período** 1,00 un = **Total** 4,00 meses		
3.1.5	01.050.0704-A	MAO-DE-OBRA DE AGRONOMO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**4,00**
		Qt. De Profissionais 2,00 un x **Meses** 2,00 meses x **Período** 1,00 un = **Total** 4,00 meses		
3.1.6	05.105.0130-A	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**2,00**
		Qt. De Profissionais 1,00 un x **Meses** 2,00 meses x **Período** 1,00 un = **Total** 2,00 meses		
3.1.7	05.105.0176-A	MAO-DE-OBRA DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**2,00**
		Qt. De Profissionais 1,00 un x **Meses** 2,00 meses x **Período** 1,00 un = **Total** 2,00 meses		
3.1.8	01.050.0712-A	MAO-DE-OBRA DE SECRETARIA,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**4,00**
		Qt. De Profissionais **Meses** **Período** **Total** **Sendo utilizada para Recursos Humanos** 2,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 4,00 meses		
3.1.9	20023	MAO-DE-OBRA DE ASSISTENTE SOCIAL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	H	**352,00**
		Qt. De Profissionais **Meses** **Período** **Total** **Sendo utilizada para Comunicação/Mob. S** 1,00 un x 2,00 meses x 176,00 h/mês = 352,00 h		

ANEXO 05
MEMÓRIA DE CÁLCULO

EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 001540 (AVB 001306; AVB 001465; AVB 001474)				
3.1.10	05.105.0130-A	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**4,00**
		Qt. De Profissionais / **Meses** / **Período** / **Total** **Sendo:** 2,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 4,00 meses **01 Engenheiro Civil Junior** **01 Engenheiro de Segurança do Trabalho**		
3.1.11	01.050.0741-A	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO SANITARISTA,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**2,00**
		Qt. De Profissionais / **Meses** / **Período** / **Total** 1,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 2,00 meses		
3.1.12	01.050.0712-A	MAO-DE-OBRA DE SECRETARIA,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**2,00**
		Qt. De Profissionais / **Meses** / **Período** / **Total** 1,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 2,00 meses		
EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 021327				
3.1.13	05.105.0130-A	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**6,00**
		Qt. De Profissionais / **Meses** / **Período** / **Total** 3,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 6,00 meses		
3.1.14	01.050.0741-A	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO SANITARISTA,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**2,00**
		Qt. De Profissionais / **Meses** / **Período** / **Total** 1,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 2,00 meses		
3.1.15	01.050.0701-A	MAO-DE-OBRA DE BIOLOGO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**4,00**
		Qt. De Profissionais / **Meses** / **Período** / **Total** 2,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 4,00 meses		
3.1.16	01.050.0751-A	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**2,00**
		Qt. De Profissionais / **Meses** / **Período** / **Total** 1,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 2,00 meses		
3.1.17	05.105.0176-A	MAO-DE-OBRA DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**2,00**
		Qt. De Profissionais / **Meses** / **Período** / **Total** 1,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 2,00 meses		
EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA PRÉVIA IN 01543				
3.1.18	01.050.0704-A	MAO-DE-OBRA DE AGRONOMO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**2,00**
		Qt. De Profissionais / **Meses** / **Período** / **Total** 1,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 2,00 meses		

ANEXO 05
MEMÓRIA DE CÁLCULO

EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA DE INSTALAÇÃO IN 016106				
3.1.19	05.105.0130-A	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**4,00**
		Qt. De Profissionais x **Meses** x **Período** = **Total** 2,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 4,00 meses		
3.1.20	01.050.0715-A	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**2,00**
		Qt. De Profissionais x **Meses** x **Período** = **Total** 1,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 2,00 meses		
EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 019084				
3.1.21	01.050.0736-A	MAO-DE-OBRA DE ADVOGADO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**2,00**
		Qt. De Profissionais x **Meses** x **Período** = **Total** 1,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 2,00 meses		
3.1.22	01.050.0715-A	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**6,00**
		Qt. De Profissionais x **Meses** x **Período** = **Total** 3,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 6,00 meses		
EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA DE INSTALAÇÃO IN 020319				
3.1.23	01.050.0701-A	MAO-DE-OBRA DE BIOLOGO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**2,00**
		Qt. De Profissionais x **Meses** x **Período** = **Total** 1,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 2,00 meses		
3.1.24	01.050.0715-A	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**2,00**
		Qt. De Profissionais x **Meses** x **Período** = **Total** 1,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 2,00 meses		
3.1.25	05.105.0130-A	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**10,00**
		Qt. De Profissionais x **Meses** x **Período** = **Total** **Sendo:** 5,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 10,00 meses **04 Engenheiro Civil Junior** **01 Engenheiro de Segurança do Trabalho**		

ANEXO 05
MEMÓRIA DE CÁLCULO

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA II				
EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 020510				
3.2.1	01.050.0715-A	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**4,00**
		Qt. De Profissionais x **Meses** x **Período** = **Total** **Sendo:** 2,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 4,00 meses **01 Engenheiro de Recursos Hídricos** **01 Engenheiro Químico**		
3.2.2	05.105.0130-A	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**4,00**
		Qt. De Profissionais x **Meses** x **Período** = **Total** 2,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 4,00 meses		
EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 023703				
3.2.3	01.050.0715-A	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**2,00**
		Qt. De Profissionais x **Meses** x **Período** = **Total** 1,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 2,00 meses		
3.2.4	05.105.0130-A	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**4,00**
		Qt. De Profissionais x **Meses** x **Período** = **Total** 2,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 4,00 meses		
EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 025658				
3.2.5	01.050.0715-A	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**2,00**
		Qt. De Profissionais x **Meses** x **Período** = **Total** **Sendo:** 1,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 2,00 meses **01 Engenheiro de Recursos Hídricos**		
3.2.6	05.105.0130-A	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**2,00**
		Qt. De Profissionais x **Meses** x **Período** = **Total** 1,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 2,00 meses		
3.2.7	01.050.0701-A	MAO-DE-OBRA DE BIOLOGO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**4,00**
		Qt. De Profissionais x **Meses** x **Período** = **Total** 2,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 4,00 meses		

ANEXO 05
MEMÓRIA DE CÁLCULO

EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 024121				
3.2.8	01.050.0715-A	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**6,00**
		Qt. De Profissionais / **Meses** / **Período** / **Total** **Sendo:** 3,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 6,00 meses **01 Engenheiro de Recursos Hídricos** **01 Engenheiro Geotecnico** **01 Engenheiro Civil**		
3.2.9	05.105.0130-A	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**4,00**
		Qt. De Profissionais / **Meses** / **Período** / **Total** 2,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 4,00 meses		
3.2.10	01.050.0751-A	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**2,00**
		Qt. De Profissionais / **Meses** / **Período** / **Total** 1,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 2,00 meses		
EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 024202				
3.2.11	01.050.0715-A	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**14,00**
		Qt. De Profissionais / **Meses** / **Período** / **Total** **Sendo:** 7,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 14,00 meses **07 Engenheiro Civil Pleno**		
3.2.12	05.105.0130-A	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**4,00**
		Qt. De Profissionais / **Meses** / **Período** / **Total** **Sendo:** 2,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 4,00 meses **07 Engenheiro Civil Junior**		
3.2.13	01.050.0751-A	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**4,00**
		Qt. De Profissionais / **Meses** / **Período** / **Total** 2,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 4,00 meses		
3.2.14	01.050.0736-A	MAO-DE-OBRA DE ADVOGADO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**2,00**
		Qt. De Profissionais / **Meses** / **Período** / **Total** 1,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 2,00 meses		
EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 023530				
3.2.15	01.050.0715-A	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**2,00**
		Qt. De Profissionais / **Meses** / **Período** / **Total** **Sendo:** 1,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 2,00 meses **01 Engenheiro de Recursos Hídricos**		

ANEXO 05
MEMÓRIA DE CÁLCULO

EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 025099				
3.2.16	01.050.0715-A	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**8,00**
		Qt. De Profissionais x **Meses** x **Período** = **Total** 4,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 8,00 meses		
		Sendo: **02 Engenheiro Químico** **02 Engenheiro Civil Pleno**		
3.2.17	05.105.0130-A	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**4,00**
		Qt. De Profissionais x **Meses** x **Período** = **Total** 2,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 4,00 meses		
		Sendo: **02 Engenheiro de Segurança de Trabalho**		
3.2.18	01.050.0751-A	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**2,00**
		Qt. De Profissionais x **Meses** x **Período** = **Total** 1,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 2,00 meses		
EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 024123/IN 021727				
3.2.19	01.050.0715-A	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**4,00**
		Qt. De Profissionais x **Meses** x **Período** = **Total** 2,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 4,00 meses		
3.2.20	01.050.0736-A	MAO-DE-OBRA DE ADVOGADO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**2,00**
		Qt. De Profissionais x **Meses** x **Período** = **Total** 1,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 2,00 meses		
3.2.21	01.050.0751-A	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**2,00**
		Qt. De Profissionais x **Meses** x **Período** = **Total** 1,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 2,00 meses		
3.2.22	01.050.0704-A	MAO-DE-OBRA DE AGRONOMO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	**2,00**
		Qt. De Profissionais x **Meses** x **Período** = **Total** 1,00 un x 2,00 meses x 1,00 un = 2,00 meses		

A

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS.

Ref.: Pregão Eletrônico nº 003/2022

PROPOSTA COMERCIAL

A empresa Maciel Consultores S/S inscrita no CNPJ/MF nº. 10.757.529/0001-08, sediada à Q SBS Quadra 2, 12, Bloco E, Sala 206, Sobreloja – Parte X3, Asa Sul, Brasília/DF, por intermédio de seu representante legal o Sr. Eser Helmut Amorim, portador do RG n° 20451587 e do CPF nº. 120.816.518-66, vem por meio deste apresentar sua proposta conforme segue:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO COM ISS		PREÇO SEM ISS	
				UNIT	TOTAL	UNIT	TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS MODALIDADES DE AUDITORIA TÉCNICA E FINANCEIRA, BEM COMO TRABALHOS RELATIVOS A PARECERES, ANÁLISES CRÍTICAS DE DOCUMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÕES EM GERAL, AFIM DE VERIFICAR E AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DISPOSTAS NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC FIRMADOS EM 09/08/2019 E 18/02/2020 ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – MPRJ, O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, REPRESENTADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS, O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA E A EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRAS.	R$	24 MESES	R$ 128.083.33	R$ 3.074.000,00	R$ 121.984,12	R$ 2.927.619,04

Declaramos estarem incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: mão de obra, indenização, seguro contra acidentes, transportes, taxas, impostos, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.

Validade total da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo para execução dos serviços: conforme edital.

Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente

DADOS DA EMPRESA	RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO
Razão Social: **Maciel Consultores S/S** CNPJ: 10.757.529/0001-08 Endereço: Q SBS QUADRA 2, nº12, Bloco E, sala 206, Sobreloja – Parte X3, Asa Sul, Brasília/DF Telefone/Fax: (061) 4000-1364 E-mail: governamental@grupomaciel.net.br Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3537-8 Conta Corrente nº: 121131-5	**Eser Helmut Amorim** Qualificação: Contador Cargo/Função: Sócio Administrador Telefone/Fax: (061) 4000-1364 RG n: 20451587-7 SSP-SP CPF: 120.816.518-66 E-mail: governamental@grupomaciel.net.br

CNPJ: 10.757.529/0001-08
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.

Q SBS Quadra 2, 12, Bloco E, Sala 206,
Sobreloja - Parte X3, Asa Sul, CEP: 70.070-120
Brasília - DF

Brasília/DF, 02 de janeiro de 2023.

ESER HELMUT AMORIM:12081651866
Assinado de forma digital por ESER HELMUT AMORIM:12081651866
Dados: 2023.01.02 15:28:55 -03'00'

Eser Helmut Amorim
CRC/SP nº 1SP307736/O-5
Sócio Administrador

A

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS.

Ref.: Pregão Eletrônico nº 001/2022

PLANILHA ORÇAMENTARIA

A empresa Maciel Consultores S/S inscrita no CNPJ/MF nº. 10.757.529/0001-08, sediada à Q SBS Quadra 2, 12, Bloco E, Sala 206, Sobreloja – Parte X3, Asa Sul, Brasília/DF, por intermédio de seu representante legal o Sr. Eser Helmut Amorim, portador do RG n° 20451587 e do CPF nº. 120.816.518-66, vem por meio deste apresentar sua proposta conforme segue:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	PREÇO	SUB-TOTAL	TOTAL c/ BDI
1		**COORDENAÇÃO**	**Mês**	**24**	**R$ 14.006,08**	**R$ 336.145,92**	**R$ 431.443,29**
1,01	01.050.0713-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO COORDENADOR,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	24	R$ 8.129,60	R$ 195.110,40	R$ 250.424,20
1,02	01.050.0710-0	MAO-DE-OBRA DE TECNICO ESPECIALIZADO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	24	R$ 4.734,72	R$ 113.633,28	R$ 145.848,31
1,03	01.050.0712-0	MAO-DE-OBRA DE SECRETARIA,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	24	R$ 1.141,76	R$ 27.402,24	R$ 35.170,78
2		**Equipe técnica de acompanhamento**	**UR**	**24**	**R$ 33.192,50**	**R$ 2.058.867,71**	**R$ 2.642.556,71**
2,01	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOSSOCIAIS	MES	120	R$ 7.329,94	R$ 879.592,80	R$ 1.128.957,36
2,02	01.050.0701-0	MAO-DE-OBRA DE BIOLOGO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DEENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	72	R$ 5.131,05	R$ 369.435,60	R$ 474.170,59
2,03	01.050.0704-0	MAO-DE-OBRA DE AGRONOMO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	48	R$ 7.329,94	R$ 351.837,12	R$ 451.582,94
2,04	01.050.0707-0	MAO-DE-OBRA DE GEOLOGO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DEENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	10	R$ 5.131,05	R$ 51.310,50	R$ 65.857,03
2,05	01.050.0736-0	MAO-DE-OBRA DE ADVOGADO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	10	R$ 2.818,33	R$ 28.183,30	R$ 36.173,27
2,06	01.050.0741-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO SANITARISTA,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	48	R$ 2.443,31	R$ 117.278,88	R$ 150.527,44
2,07	01.050.0751-0	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	48	R$ 2.984,30	R$ 143.246,40	R$ 183.856,75
2,08	19.004.0045-2	VEICULO DE PASSEIO,5 PASSAGEIROS,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1.0 LITRO,EXCLUSIVE MOTORISTA	H	4800	R$ 24,58	R$ 117.983,11	R$ 151.431,32
SUBTOTAL GERAL (SEM BDI)							**R$ 2.395.013,63**
BDI							28,35%
TOTAL DO ORÇAMENTO							**R$ 3.074.000,00**

Valor total: R$ 3.074.000, (três milhões e setenta e quatro mil reais)

Declaramos estarem incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: mão de obra, indenização, seguro contra acidentes, transportes, taxas, impostos, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.

Validade total da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo para execução dos serviços: conforme edital.

Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente

DADOS DA EMPRESA	RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO
Razão Social: **Maciel Consultores S/S** CNPJ: 10.757.529/0001-08 Endereço: Q SBS QUADRA 2, nº12, Bloco E, sala 206, Sobreloja – Parte X3, Asa Sul, Brasília/DF Telefone/Fax: (061) 4000-1364 E-mail: governamental@grupomaciel.net.br Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3537-8 Conta Corrente nº: 121131-5	**Eser Helmut Amorim** Qualificação: Contador Cargo/Função: Sócio Administrador Telefone/Fax: (061) 4000-1364 RG n: 20451587-7 SSP-SP CPF: 120.816.518-66 E-mail: governamental@grupomaciel.net.br

CNPJ: 10.757.529/0001-08
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.
Q SBS Quadra 2, 12, Bloco E, Sala 206,
Sobreloja - Parte X3, Asa Sul, CEP: 70.070-120
Brasília - DF

Brasília/DF, 02 de janeiro de 2023

ESER HELMUT AMORIM:12081651866
Assinado de forma digital por ESER HELMUT AMORIM:12081651866
Dados: 2023.01.02 15:29:16 -03'00'

Eser Helmut Amorim
CRC/SP nº 1SP307736/O-5
Sócio Administrador

A

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS.

Ref.: Pregão Eletrônico nº 001/2022

FORMAÇÃO DE BDI

DETALHAMENTO DO BDI

Parcelas	Percentuais Considerados
Administração Central	6,50%
Impostos sobre o faturamento	8,65%
Seguro e garantia	1,18%
Despesas Financeiras	2,25%
Eventuais / Riscos	2,27%
Lucros	7,50%
Total	28,35%

NOTA:

a) No imposto sobre o faturamento está contido:

ISS – 5%

Cofins – 3%

PIS – 0,65%

Total – 8,65%

CNPJ: 10.757.529/0001-08
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.

Q SBS Quadra 2, 12, Bloco E, Sala 206,
Sobreloja - Parte X3, Asa Sul, CEP: 70.070-120
Brasília - DF

Brasília/DF, 02 de janeiro de 2023.

ESER HELMUT AMORIM:12081651866

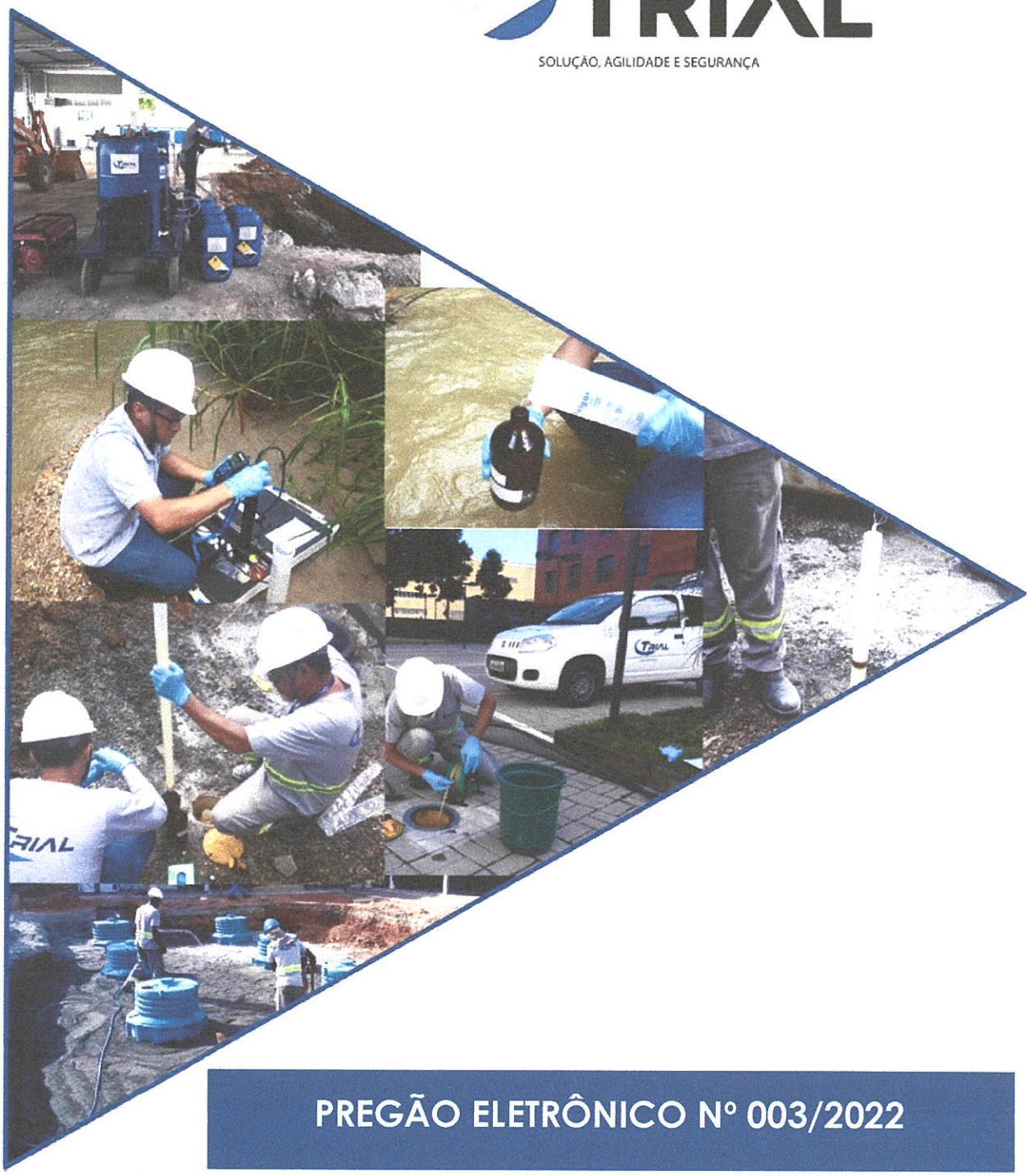
Assinado de forma digital por ESER HELMUT AMORIM:12081651866
Dados: 2023.01.02 15:29:31 -03'00'

Eser Helmut Amorim
CRC/SP nº 1SP307736/O-5
Sócio Administrador

governamental@grupomaciel.net.br
Fone: (61) 4000.1364

Grupo TRIAL

SOLUÇÃO, AGILIDADE E SEGURANÇA



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2022

Prestação de serviços nas modalidades de Auditoria Técnica e Financeira, bem como trabalhos relativos a pareceres, análises críticas de documentos técnicos e avaliações em geral, afim de verificar e avaliar o cumprimento das obrigações dispostas nos Termos de Ajustamento de Conduta – TAC firmados em 09/08/2019 e 18/02/2020 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ, o estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, o Instituto Estadual do Ambiente – INEA e a Empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS.

ÍNDICE

PROPOSTA DE PREÇOS E PLANILHA DE CUSTOS DETALHADO ..... 3 a 9

CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÕES ..... 10 a 14

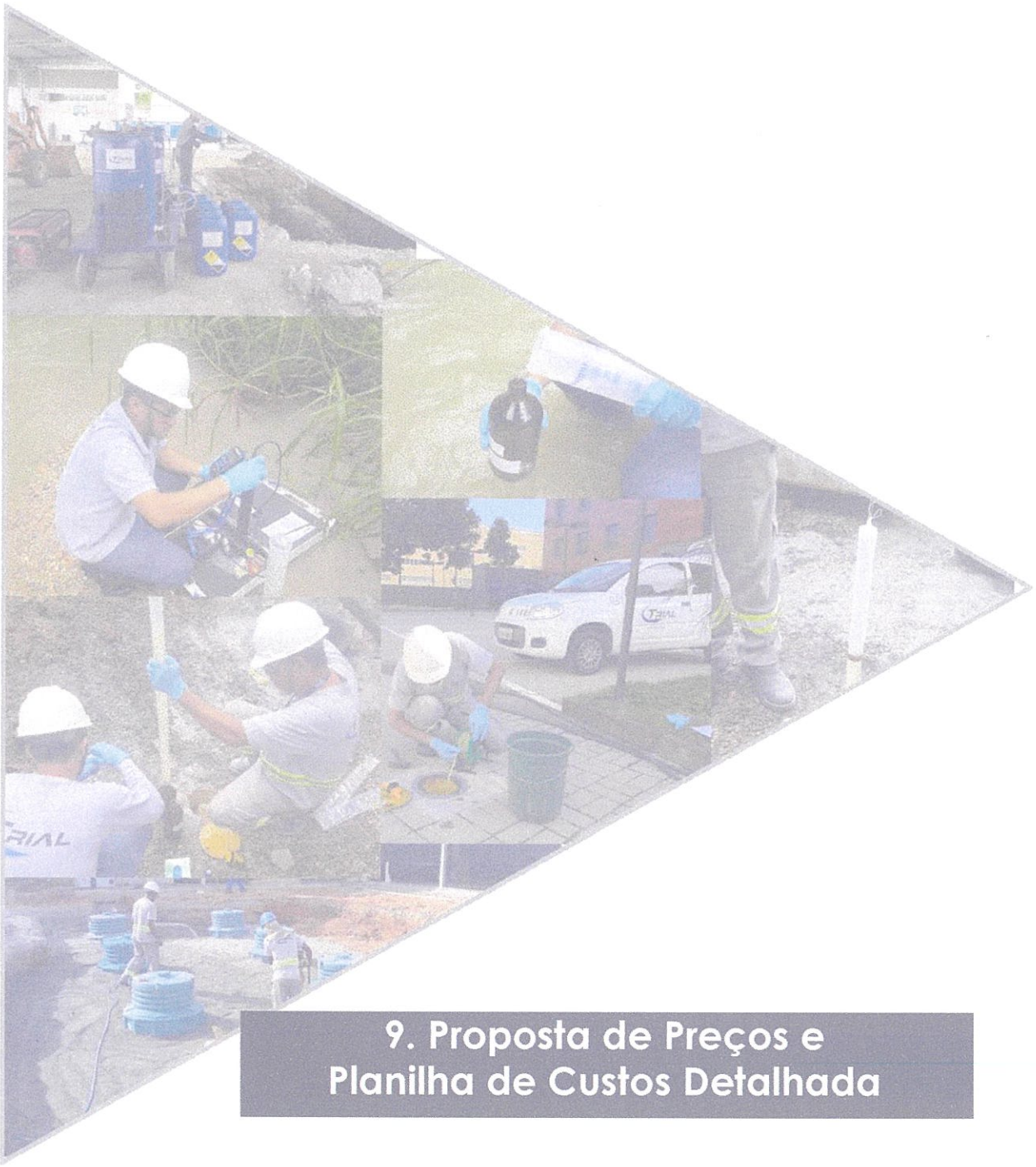
HABILITAÇÃO JURÍDICA ..... 15 a 27

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA ..... 28 a 42

HABILITAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA ..... 43 a 47

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA ..... 48 a 530

Grupo TRIAL
SOLUÇÃO, AGILIDADE E SEGURANÇA



9. Proposta de Preços e Planilha de Custos Detalhada

ANEXO II
PROPOSTA DE PREÇOS

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL Proposta de Preços	Licitação por Pregão Eletrônico Data: 19/12/2022 Hora: 11hs Local: Processo: SEI-070026/000410/2021

A firma ao lado mencionada propõe a prestar os serviços ao Estado do Rio de Janeiro, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições Estipuladas constante do Edital de Pregão Eletrônico N° 003/2022

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO COM ICMS (R$)		PREÇO SEM ICMS (R$)	
				UNIT.	TOTAL	UNIT.	TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS MODALIDADES DE AUDITORIA TÉCNICA E FINANCEIRA, BEM COMO TRABALHOS RELATIVOS A PARECERES, ANÁLISES CRÍTICAS DE DOCUMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÕES EM GERAL, AFIM DE VERIFICAR E AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DISPOSTAS NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC FIRMADOS EM 09/08/2019 E 18/02/2020 ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – MPRJ, O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, REPRESENTADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS, O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA E A EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRAS. Valor total por extenso Seis Milhões e Duzentos e Setenta e Oito Mil e Quatrocentos Reais DADOS BANCÁRIOS / LICITANTE: Banco: 237 – Bradesco S.A. Agência: 0279 Conta Corrente: 590397-1		24 MESES			261.600,00	6.278.400,00

OBSERVAÇÕES

1ª A PROPOSTA DE PREÇOS deverá;
- ser digitada, sem emendas e rasuras
- conter os preços em algarismos e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais.
- ser datada e assinada pelo Representante Legal da Proponente

2ª O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA DE PREÇOS, a cumprir os termos nela contidos.

3ª A licitação mediante a PROPOSTA DE PREÇOS poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.

Prazo para execução dos Serviços: 24 (vinte e quatro) Meses.

Validade da PROPOSTA DE PREÇOS: 60 (sessenta) dias

Local dos Serviços: COMPERJ / RJ

Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2023

TRIAL

Assinado de forma digital por JULIUS VALMORBIDA STEPANSKY:00899169724
Dados: 2023.01.16 17:01:31 -03'00'

Firma Proponente

ANEXO 05
PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS
IO: 08/2022

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO UNITÁRIO SEM ENCARGOS* (120,91%)	PREÇO UNITÁRIO COM BDI - FATOR K**	PREÇO UNITÁRIO COM BDI - TRDE	PREÇO TOTAL COM BDI
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 019084						**SUBTOTAL**	**253.808,05**
3.1.21	01.050.0736-0	MAO-DE-OBRA DE ADVOGADO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	17.295,52	7.829,22	24.114,98	-	48.229,96
3.1.22	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	6,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	205.578,09
								SUBTOTAL	**253.808,05**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA DE INSTALAÇÃO IN 020319						**SUBTOTAL**	**380.923,89**
3.1.23	01.050.0701-0	MAO-DE-OBRA DE BIOLOGO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	20.991,52	9.502,30	29.268,28	-	58.536,56
3.1.24	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	68.526,03
3.1.25	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	10,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	253.861,30
								SUBTOTAL	**380.923,89**
32		**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA II**						**TOTAL**	**2.746.261,89**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 020510						**SUBTOTAL**	**238.596,58**
321	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	137.052,06
322	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	101.544,52
								SUBTOTAL	**238.596,58**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 023703						**SUBTOTAL**	**185.165,38**
323	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	68.526,03
324	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	101.544,52
								SUBTOTAL	**185.165,38**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 025658						**SUBTOTAL**	**251.466,25**
325	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	68.526,03
326	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	50.772,26
327	01.050.0701-0	MAO-DE-OBRA DE BIOLOGO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	20.991,52	9.502,30	29.268,28	-	117.073,12
								SUBTOTAL	**251.466,25**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 024121						**SUBTOTAL**	**403.473,83**
328	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	6,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	205.578,09
329	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	101.544,52
3.2.10	01.050.0751-0	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	18.312,80	8.289,71	25.533,37	-	51.066,74
								SUBTOTAL	**403.473,83**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 024202						**SUBTOTAL**	**837.253,99**
3.2.11	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	14,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	479.682,22
3.2.12	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	101.544,52
3.2.13	01.050.0751-0	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.312,80	8.289,71	25.533,37	-	102.133,48
3.2.14	01.050.0736-0	MAO-DE-OBRA DE ADVOGADO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	17.295,52	7.829,22	24.114,98	-	48.229,96
								SUBTOTAL	**837.253,99**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 023530						**SUBTOTAL**	**83.620,86**
3.2.15	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	68.526,03
								SUBTOTAL	**83.620,86**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 025099						**SUBTOTAL**	**426.715,39**
3.2.16	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	8,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	274.104,13
3.2.17	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	101.544,52
3.2.18	01.050.0751-0	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	18.312,80	8.289,71	25.533,37	-	51.066,74
								SUBTOTAL	**426.715,39**
		EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 024123/IN 021727						**SUBTOTAL**	**319.969,61**
3.2.19	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	137.052,06
3.2.20	01.050.0736-0	MAO-DE-OBRA DE ADVOGADO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	17.295,52	7.829,22	24.114,98	-	48.229,96
3.2.21	01.050.0751-0	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	18.312,80	8.289,71	25.533,37	-	51.066,73
3.2.22	01.050.0704-0	MAO-DE-OBRA DE AGRONOMO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	83.620,86
								SUBTOTAL	**319.969,61**

	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS COM FATOR K	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS COM TRDE	VALOR TOTAL DO EMPREENDIMENTO COM BDI
TOTAL COM BDI	**3.767.040,00**	**2.511.360,00**	**6.278.400,00**

* NÃO SE APLICA AOS ITENS CUJO O BDI É DEFINIDO PELA TRDE.

TRIAL
Assinado de forma digital por JULIUS VALMORBIDA STEPANSKY:00899169724
Dados: 2023.01.16 17:02:56 -03'00'

ANEXO 05

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO UNITÁRIO SEM ENCARGOS* (120,91%)	PREÇO UNITÁRIO COM BDI - FATOR K**	PREÇO UNITÁRIO COM BDI - TRDE	PREÇO TOTAL COM BDI
1		PLANO DE TRABALHO						TOTAL	76.178,65
11	01.050.0716-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO SENIOR,PARA SERVICOSDE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	1,00	45.838,00	19.391,79	65.229,79	-	65.229,79
12	05.105.0124-0	MAO-DE-OBRA DE ESTAGIARIO,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	1,00	1.460,40	661,08	2.036,22	-	2.036,22
13	19.004.0045-2	VEICULO DE PASSEIO,5 PASSAGEIROS,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1.0 LITRO,EXCLUSIVE MOTORISTA	H	123,20	50,64	22,92	50,64		6.238,85
14	19.004.0045-4	VEICULO DE PASSEIO,5 PASSAGEIROS,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1.0 LITRO,EXCLUSIVE MOTORISTA	H	52,80	50,64	3,06	50,64		2.673,79
								SUBTOTAL	76.178,65
2		EQUIPE DE COORDENAÇÃO						TOTAL	1.482.764,52
21	01.050.0713-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO COORDENADOR,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	12,00	49.264,16	22.300,56	68.688,57	-	824.262,84
22	01.050.0710-0	MAO-DE-OBRA DE TECNICO ESPECIALIZADO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	24,00	9.563,84	4.329,29	13.334,77	-	320.034,48
23	01.050.0712-0	MAO-DE-OBRA DE SECRETARIA,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	24,00	6.918,56	3.131,85	9.646,48	-	231.515,52
24	19.004.0045-2	VEICULO DE PASSEIO,5 PASSAGEIROS,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1.0 LITRO,EXCLUSIVE MOTORISTA	H	1.478,40	50,64	22,92	50,64	29,31	74.866,18
25	19.004.0045-4	VEICULO DE PASSEIO,5 PASSAGEIROS,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1.0 LITRO,EXCLUSIVE MOTORISTA	H	633,60	6,75	3,06	50,64	3,91	32.085,50
								SUBTOTAL	1.482.764,52
3		EQUIPE TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO						TOTAL	4.719.456,83
31		TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA I						SUBTOTAL	1.973.194,94
EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA PRÉVIA FE 013990 (AVB 000621)								SUBTOTAL	1.145.356,63
311	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	16,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	548.208,25
312	01.050.0701-0	MAO-DE-OBRA DE BIOLOGO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	20.991,52	9.502,30	29.268,28	-	117.073,12
313	01.050.0751-0	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.312,80	8.289,71	25.533,37	-	102.133,48
314	01.050.0707-0	MAO-DE-OBRA DE GEOLOGO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	20.991,52	9.502,30	29.268,28	-	117.073,12
315	01.050.0704-0	MAO-DE-OBRA DE AGRONOMO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	137.052,06
316	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	50.772,26
317	05.105.0176-0	MAO-DE-OBRA DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	3.907,20	1.768,68	5.447,77	-	10.895,54
318	01.050.0712-0	MAO-DE-OBRA DE SECRETARIA,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	6.918,56	3.131,85	9.646,48	-	38.585,92
319	20.023,00	MAO-DE-OBRA DE ASSISTENTE SOCIAL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	H	352,00	48,01	21,73	66,94	-	23.562,88
								SUBTOTAL	1.145.356,63
EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 001540 (AVB 001306; AVB 001485; AVB 001474)								SUBTOTAL	189.363,51
3.1.10	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	101.544,52
3.1.11	01.050.0741-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO SANITARISTA,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	68.526,03
3.1.12	01.050.0712-0	MAO-DE-OBRA DE SECRETARIA,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	6.918,56	3.131,85	9.646,48	-	19.292,96
								SUBTOTAL	189.363,51
EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA IN 021327								SUBTOTAL	399.878,21
3.1.13	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	6,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	152.316,78
3.1.14	01.050.0741-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO SANITARISTA,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	68.526,03
3.1.15	01.050.0701-0	MAO-DE-OBRA DE BIOLOGO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	20.991,52	9.502,30	29.268,28	-	117.073,12
3.1.16	01.050.0751-0	MAO-DE-OBRA DE ANALISTA AMBIENTAL,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	18.312,80	8.289,71	25.533,37	-	51.066,74
3.1.17	05.105.0176-0	MAO-DE-OBRA DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	3.907,20	1.768,68	5.447,77	-	10.895,54
								SUBTOTAL	399.878,21
EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA PRÉVIA IN 01543								SUBTOTAL	68.526,03
3.1.18	01.050.0704-0	MAO-DE-OBRA DE AGRONOMO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	68.526,03
								SUBTOTAL	68.526,03
EQUIPE TÉCNICA PARA LICENÇA DE INSTALAÇÃO IN 016106								SUBTOTAL	170.070,55
3.1.19	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	4,00	18.207,20	8.241,91	25.386,13	-	101.544,52
3.1.20	01.050.0715-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO PLENO,PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	2,00	29.986,88	13.574,25	34.263,02	-	68.526,03
								SUBTOTAL	170.070,55

TRIAL

Assinado de forma digital por
JULIUS VALMORBIDA
STEPANSKY:00899169724
Dados: 2023.01.16 17:01:57
-03'00'

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade

ANEXO X
PLANILHA DE FORMACÃO DO BDI

DETALHAMENTO DO BDI

Parcelas	**Percentuais Considerados**
Administração Central	4%
Impostos sobre o faturamento	19,3%
Seguro e garantia	2%
Despesas Financeiras	2%
Eventuais / Riscos	2%
Lucros	11,12%
Total	40,42%

NOTA:

a) No imposto sobre o faturamento está contido:
ISS – 5%
Cofins – 3,
0%
PIS -0,65%
CSLL –
2,88%
IR – 7,87%
Total -19,3%

b) A porcentagem total do BDI não pode ultrapassar à que foi adotada na planilha orçamentária. O valor aqui detalhado deverá ser o mesmo utilizado na proposta de preço apresentada pela empresa.

Grupo TRIAL

Assinado de forma digital por JULIUS VALMORBIDA STEPANSKY:00899169724
Dados: 2023.01.16 17:03:19 -03'00'

Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers

Independent Member of
B K R
International



Recebido em 22/12/2022

Rayssa V. Marques

Rayssa Vieira Marques
Coordenadora
Coordenadoria de Convênios,
Contratos e Licitações/SEAS
ID 5118440-0

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Avenida Venezuela, 110, 5º Andar –
Baia Maracanã - Bairro Saúde
Rio de Janeiro/RJ.

Assunto: Processo de Pregão Eletrônico nº 003/2022

A/C: Secretaria

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
E SUSTENTABILIDADE (SEAS)

DOCUMENTAÇÃO

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11° andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lopesmachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas
São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopesmachado.com.br
Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | bh@bkr-lopesmachado.com.br
Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopesmachado.com.br
Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 | novosnegocios@bkr-lopesmachado.com.br

BKR INTERNATIONAL
www.bkr.com
Américas - Nova York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva

32 anos

ANEXO II
PROPOSTA DE PREÇOS

Licitação por Pregão Eletrônico

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL Proposta de Preços	Data: Hora: Local: Processo: SEI-070026/000410/2021

A firma ao lado mencionada propõe a prestar os serviços ao Estado do Rio de Janeiro, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições Estipuladas constante do Edital de Pregão Eletrônico N° 003/2022

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO COM ICMS (R$)		PREÇO SEM ICMS (R$)	
				UNIT.	TOTAL	UNIT.	TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS MODALIDADES DE AUDITORIA TÉCNICA E FINANCEIRA, BEM COMO TRABALHOS RELATIVOS A PARECERES, ANÁLISES CRÍTICAS DE DOCUMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÕES EM GERAL, AFIM DE VERIFICAR E AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DISPOSTAS NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC FIRMADOS EM 09/08/2019 E 18/02/2020 ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MPRJ, O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, REPRESENTADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS, O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA E A EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS. Valor total por extenso R$ 3.050.000,00 (Três Milhões e Cinquenta Mil Reais) DADOS BANCÁRIOS / LICITANTE: Banco (Nome/Número): 237 - Bradesco Ag. (Nome/Número): 0471 Conta Corrente n°.: 17541-2		24 MESES				L 3.050.000,00

OBSERVAÇÕES

1ª A PROPOSTA DE PREÇOS deverá;
- ser digitada, sem emendas e rasuras
- conter os preços em algarismos e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais.
- ser datada e assinada pelo Representante Legal da Proponente

2ª O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA DE PREÇOS, a cumprir os termos nela contidos.

3ª A licitação mediante a PROPOSTA DE PREÇOS poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.

Prazo execução dos Serviços: 24 (Vinte e Quatro) Meses.

Validade da PROPOSTA DE PREÇOS: 60 (sessenta) dias

Local dos Serviços: Rio de Janeiro - RJ

Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2022

Assinado de forma digital por Mário Vieira Lopes
Dados: 2022.12.21 21:43:19 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat Reader: 2022.003.20282

Firma Proponente

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA PARA ATENDIMENTO AO DECRETO ESTADUAL Nº 43.150, de 24.08.11

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2022
Ao Pregoeiro
Ref. Pregão Eletrônico nº 003/2022

Lopes, Machado Auditores e Consultores inscrita no CNPJ sob o nº 05.770.633-0001/73, sediada na Avenida Graça Aranha, 416, 11 andar, salas 1101 a 1107 1111 a 1119 1121 a 1125, Centro – RJ, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) Mário Vieira Lopes, inscrito(a) no CPF sob o nº272.471.477-68, portador(a) da cédula de identidade nº 060.611/O-5, DECLARA, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;

d) que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta anexa não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido do ÓRGÃO LICITANTE antes da abertura oficial das propostas e;

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Lopes, Machado Auditores e Consultores

Assinado de forma digital por Mário Vieira Lopes
Dados: 2022.12.21 21:41:45 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat Reader: 2022.003.20282

Mário Vieira Lopes
Sócio

MAPA COMPARATIVO DE LANCES / PROPOSTAS - PE 003/22 Contratação de Serviço de Auditoria

Lote	Vl. Total Estimado
1	7.233.854,59

Participante	Detalhamento	Vl. Total Lance	Vl. Total Negociado
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES (05.770.653/0001-73)	Ver Itens	R$ 3.070.000,00	R$ 3.050.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA. (10.757.529/0001-08)	Ver Itens	R$ 3.074.000,00	R$ 0,00
TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA (22.243.664/0001-14)	Ver Itens	R$ 6.280.000,00	R$ 0,00
AMBIENTAL ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (22.641.641/0001-68)	Ver Itens	R$ 7.089.200,00	R$ 0,00

PE 002/22 PE 003/22

LICIT & DISP ▸ **Lances / Fase Final** ▸ **Impressão da Ata**

Aos 19 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, às onze horas na sede da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade ¿ SEAS, na Avenida Venezuela, n° 110, Bairro Saúde, Rio de Janeiro ¿ RJ, reuniu-se, Rayssa Vieira Marques, Pregoeira, Bruna Domingues Lessa e Debora Costa dos Santos, Equipe de apoio, designados pela Resolução SEAS n° 144 de 15 de Setembro de 2022, para dar início aos procedimentos com vistas à realização do Pregão Eletrônico n° 003/2022, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, Processo SEI-070026/000410/2021, cujo objeto versa sobre a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS MODALIDADES DE AUDITORIA TÉCNICA E FINANCEIRA, BEM COMO TRABALHOS RELATIVOS A PARECERES, ANÁLISES CRÍTICAS DE DOCUMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÕES EM GERAL, A FIM DE VERIFICAR E AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DISPOSTAS NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA TAC FIRMADOS EM 09/08/2019 E 18/02/2020 ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ¿ MPRJ, O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, REPRESEMTADOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE ¿ SEAS, O INSTITUTO ESTADURAL DO AMBIENTE ¿ INEA E A EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A ¿ PETROBRÁS**, conforme especificado no Termo de Referência ¿ ANEXO I, e quantificado na Proposta de Preço ¿ ANEXO II, deste Edital. Devidamente publicado em 02/12/2022, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, bem como em Jornal de Grande Circulação. Ademais, a publicidade foi estendida ao site da Secretaria de Estado.

Após a abertura da sessão no Sistema Integrado de Gestão e Aquisição ¿ SIGA, ultrapassada a etapa de lances, verificou-se que 04 (quatro empresas) apresentaram propostas, sendo elas : **LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES**, inscrita no **CNPJ n° 05.770.653/0001-73**, **MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.**, inscrita no **CNPJ n° 10.757.529/0001-08**, **TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA**, inscrita no **CNPJ n° 22.243.664/0001-14** e **AMBIENTAL ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, inscrita no **CNPJ n° 22.641.641/0001-68**.

A empresa **LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES**, fora a detentora da melhor oferta ao final da etapa de lances, sendo esta, no valor de **R$ 3.070.000,00 (três milhões e setenta mil reais)**. Ato contínuo, fora aberta a fase de negociação com a empresa licitante que ofertara a melhor proposta, sendo certo que, a Administração logrou êxito na negociação, reduzindo a oferta da etapa de lances para o valor final de **R$ 3.050.000,00 (três milhões e cinquenta mil reais)**.

Encerrada a etapa de negociação, foi aberta a fase de Habilitação no Sistema. A administração estabeleceu prazo de 03 (três) dias úteis para a entrega dos documentos, a empresa vencedora enviou a documentação referente a sua Habilitação, tempestivamente, que foi devidamente analisada pela equipe técnica responsável pelo devido ofício. Contudo, após análise, a empresa vencedora do certame foi declarada **INABILITADA**, com supedâneo na manifestação da área técnica que apontou o não cumprimento de parte das exigências pré estabelecidas no item 12.5 do edital.

Ato contínuo, a Administração Pública convocou a empresa remanescente para enviar seus documentos de Habilitação, sendo esta, **MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.**, a empresa enviou a documentação, tempestivamente, que foi devidamente analisada pela equipe técnica responsável pelo devido ofício. Contudo, após análise, a empresa vencedora do certame foi declarada **INABILITADA**, tendo em vista o descumprimento do item 12.5 do Edital, e ainda, observando a impossibilidade de a Administração aferir a exequibilidade da proposta apresentada.

Passou-se então, a convocação da empresa **TRIAL TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA.**, 3° colocada, para enviar seus documentos de Habilitação, a empresa enviou a documentação, tempestivamente, que foi devidamente analisada pela equipe técnica responsável pelo devido ofício. Após análise, e constatando o cumprimento das cláusulas exigidas em Edital, a empresa licitante **TRIAL TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA**. Fora declarada **HABILITADA**.

Ato contínuo, a Pregoeira, abriu prazo para apresentação de intenção de recurso, sendo todas as empresas licitantes inertes quanto a manifestação da intenção de recurso. Passou-se a fase de adjudicação do referido certame.

Na oportunidade, frisa-se que todos os atos praticados na Licitação estão devidamente registrados no Processo SEI-070026/000410/2021.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ata de Sessão Pública

Pregão nº: **PE 003/22**
Processo: **SEI-070026/000410/2021**
Objeto: **Contratação de Serviço de Auditoria**

PREÂMBULO

No dia **19/12/2022 11:00:43**, o pregoeiro(a), Senhor(a) **RAYSSA VIEIRA MARQUES** e a Equipe de Apoio, Senhores(as) **DEBORA COSTA DOS SANTOS SILVA, BRUNA DOMINGUES LESSA ROSSI,** deram ínicio a Sessão Pública do Pregão em epígrafe.

PROPOSTAS DE PREÇO

Lote 1

↑ ← Retornar Imprimir

MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 7.233.854,59
TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA	R$ 7.100.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 7.230.000,00

ETAPA DE LANCES

Rodada de Lances

Lote 1 – Encerrado

Empresa	Valor
AMBIENTAL ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	R$ 7.233.854,59
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 7.233.854,59
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 7.230.000,00
TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA	R$ 7.100.000,00
AMBIENTAL ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	R$ 7.089.200,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 7.080.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 6.999.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 6.990.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 6.989.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 6.985.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 6.984.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 6.982.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 6.981.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 6.980.600,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 6.980.000,00
TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA	R$ 6.970.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 6.969.450,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 6.969.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 6.968.300,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 6.967.000,00
TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA	R$ 6.960.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 6.950.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 6.949.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 6.948.260,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 6.947.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 6.946.580,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 6.945.000,00
TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA	R$ 6.944.100,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 6.900.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 6.850.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 6.848.760,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 6.800.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 6.760.124,00
TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA	R$ 6.710.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 6.500.000,00
TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA	R$ 6.499.999,99
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 6.498.000,00
TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA	R$ 6.497.999,99
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 6.495.128,00
TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA	R$ 6.495.127,99
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 6.494.000,00
TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA	R$ 6.493.999,99
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 6.492.000,00
TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA	R$ 6.491.999,99
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 6.490.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 6.400.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 6.350.000,00
TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA	R$ 6.344.999,99
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 6.300.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 6.280.127,00
TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA	R$ 6.280.000,00
TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA	R$ 6.280.000,00
TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA	R$ 6.278.400,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 6.275.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 6.274.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 6.270.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 6.269.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 6.268.500,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 6.265.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 6.260.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 6.250.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 6.230.158,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 6.230.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 6.224.188,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 6.200.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 6.180.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 6.000.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 5.980.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 5.970.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 5.965.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 5.940.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 5.900.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 5.880.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 5.800.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 5.780.000,00

LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 5.760.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 5.680.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 5.650.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 5.600.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 5.500.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 5.480.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 5.450.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 5.440.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 5.400.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 5.380.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 5.360.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 5.280.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 5.240.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 5.220.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 5.180.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 5.175.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 5.080.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 5.070.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.990.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 4.950.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.940.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 4.938.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.880.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 4.878.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.830.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 4.828.750,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.778.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.738.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 4.720.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.680.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 4.658.920,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.658.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 4.650.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.644.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 4.640.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.638.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 4.630.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.628.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.618.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.598.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 4.500.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.498.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 4.492.125,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.484.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 4.480.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.464.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.444.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 4.400.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.398.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 4.395.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.378.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.344.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 4.342.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.328.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 4.327.500,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.318.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 4.316.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.298.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 4.280.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.278.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 4.276.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.244.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 4.242.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.224.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 4.220.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.198.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 4.190.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.178.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 4.150.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.144.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 4.130.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.129.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.119.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 4.110.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.098.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 4.044.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 4.040.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.998.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.997.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.978.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.970.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.947.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.927.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.910.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.897.000,00

MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.877.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.850.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.840.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.830.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.780.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.750.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.740.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.700.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.677.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.650.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.637.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.620.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.577.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.537.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.530.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.520.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.477.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.430.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.428.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.418.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.400.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.389.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.378.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.360.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.359.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.348.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.320.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.318.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.314.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.310.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.298.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.250.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.249.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.230.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.229.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.220.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.219.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.209.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.200.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.198.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.180.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.179.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.160.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.159.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.158.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.157.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.154.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.150.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.149.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.140.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.138.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.128.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.124.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.120.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.118.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.110.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.108.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.100.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.098.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.080.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.079.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.078.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.077.000,00
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	R$ 3.074.000,00
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.070.000,00

Fase: Negociação

Empresa	Valor	Data
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	R$ 3.050.000,00	19/12/022 14:21:43

CLASSIFICAÇÃO FINAL

Lote 1:

Empresa	Valor	Classificação
TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA	R$ 6.280.000,00	1º Lugar

HABILITAÇÃO

As licitantes a seguir foram consideradas HABILITADAS no presente certame licitatório por terem atendido integralmente as condições estabelecidas pelo edital:

Empresa
TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA

Quanto à(s) licitante(s) a seguir, o Pregoeiro juntamente com a equipe de apoio, após examinarem minuciosamente sua(s) documentação(ões), constatou as seguintes anormalidade o que resultou em sua(s) INABILITAÇÃO(ões):

Empresa	Justificativa
LOPES, MACHADO AUDITORES E CONSULTORES	Inabilitada em razão da insuficiência de documentos, quais sejam: os estabelecidos no item 12.5 do Edital e os Anexos X e XI.
MACIEL CONSULTORES S/S LTDA.	Inabilitada em razão da insuficiência de documentos, quais sejam: os estabelecidos no item 12.5 do Edital e apresentação de Anexo (IX) divergente daquele que constam no ato convocatório.

RESULTADO

À vista da habilitação, o Pregoeiro juntamente com a equipe de apoio resolveu considerar declarado o seguinte resultado:

RECURSO

Não houve nenhuma manifestação a respeito quanto à apresentação de recurso por parte dos representantes das licitantes, o que determinou o Pregoeiro em declarar PRECLUSO o referido direito.

ADJUDICAÇÃO

TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA para o(s) Lote(s) 1.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual foi gerada a presente ATA, que vai assinada pelo Pregoeiro e pelos membros da Equipe de Apoio.

ASSINAM:

DEBORA COSTA DOS SANTOS SILVA

RAYSSA VIEIRA MARQUES

BRUNA DOMINGUES LESSA ROSSI

Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SETRAM Nº 1583 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2023

INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DE EVENTUAL IRREGULARIDADE NA REALIZAÇÃO DE DESPESA DE EXERCÍCIO ANTERIOR (DEA).

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º do Manual do Sindicante, aprovado pelo Decreto nº 7.526, de 06 de setembro de 1984, e tendo em vista o que consta do Processo nº SEI100001/000309/2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Comissão de Sindicância para apurar eventuais irregularidades decorrentes de Despesa de Exercício Anterior - DEA, no âmbito da Secretaria de Estado de Transportes e Mobilidade Urbana, que constam do processo nº SEI- 100001/001229/2022.

Art. 2º - Designa para integrá-la os servidores Carlos Felipe Lima do Nascimento, Id. Funcional nº 5126298-3, Yuri Marques Peçanha, Matrícula nº 5120646-3, e Rodrigo Ferreira Magela Passos, Id. Funcional nº 5000376-3, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º - O prazo para realização da Sindicância, com a expedição de relatório conclusivo, é de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação da presente Resolução.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2023

WASHINGTON REIS DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana

Id: 2458667

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

DESPACHOS DO PRESIDENTE DE 27.12.2022

PROCESSO Nº SEI-100005/000873/2022 - DEFIRO com base no parecer da área técnica (Doc SEI 44813530).

DE 15.02.2023

PROCESSO Nº SEI-100005/003296/2022 - INDEFIRO com base no parecer da área técnica (Doc SEI 47213707/47182561).

PROCESSO SEI-100005/004896/2022 - Com base no parecer da Assessoria Jurídica (47218654), **AUTORIZO** a suspensão da permissão por 30 (trinta) dias, do permissionário João Baptista Gomes, RJ 557.008.

PROCESSOS NºS SEI-100005/000472/2023, SEI-100005/000759/2023 E SEI-100005/001254/2023 - AUTORIZO os parcelamentos de débitos.

PROCESSO Nº SEI-100005/001150/2023 - INDEFIRO com base no parecer da área técnica (Doc SEI 47152618).

PROCESSO Nº SEI-100005/001286/2023 - INDEFIRO com base no parecer da área técnica (Doc SEI 47258077).

Id: 2458935

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO E TERMINAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO DIRETOR PRESIDENTE DE 15.02.2023

PROCESSO Nº SEI-100004/000144/2023 - O Diretor Presidente da Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro - CODERTE, em cumprimento ao inciso V, artigo 14, do Decreto nº 41.880, de 25 de maio de 2009, declara que o pagamento da dívida em favor da empesa UP BRASIL ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.959.392/0001-46, no valor de R$ 132.660,00 (cento e trinta e dois mil, seiscentos e sessenta reais), referente ao serviço de fornecimento de créditos alimentação aos Colaboradores desta Companhia, relativo a 13ª parcela concedida em dezembro de 2022, é exequível com limites para movimentação e empenho e de emissão de Programação de Desembolso estabelecidos para o exercício de 2023 e não impedirá ou prejudicará o funcionamento das atividades desta Companhia até o final do exercício, sem necessidade de aumento dos limites disponíveis.

Id: 2458932

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO E TERMINAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO DIRETOR PRESIDENTE DE 15.02.2023

PROCESSO Nº SEI-100004/000111/2023 - **RECONHEÇO A DÍVIDA** em favor da empresa PRIVINA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 21.591.605/0001-74, no valor de R$ 259.715,60, referente a prestação de serviços de limpeza, com fornecimento de insumos necessários à atividade, e a conservação predial do imóvel da Sede da Companhia e dos Terminais Rodoviários localizados nos Municípios de Três Rios, Vassouras, Mendes, Cabo Frio, Itaperuna e Macaé, conforme Notas Fiscais de Serviços Eletrônica - NFS-e nºs 1223, 1224, 1225, 1226, 1227, 1228 e 1229, relativo ao mês de dezembro de 2022, as quais não foram pagas no exercício de 2022, anexadas no processo nº SEI-100004/000111/2023.

Id: 2458882

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO CONSELHEIRO PRESIDENTE

PORTARIA AGETRANSP Nº 425 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

CONSTITUI COMISSÃO PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 02/2023.

O CONSELHEIRO PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - AGETRANSP, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o que consta no processo nº SEI-220008/001237/2023,

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão com finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato n. º 02/2023, firmado com a empresa IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, a ser composta pelos seguintes servidores:

1 - Nicolle Cruz e Castro - ID funcional 50115090 - Gestora do Contrato;
2 - Fátima Maria Carvalho Cardão - ID funcional 50927531 - Fiscal do Contrato;
3 - Renata Madeira Villar Palmier - ID funcional 11761946 - Fiscal do Contrato;

Art. 2º - Fica designada a Servidora Fátima Maria Carvalho Cardão - ID funcional 50927531, como substituta da Gestora do Contrato em caso de férias, licenças e outros eventuais afastamentos.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2023

MURILO LEAL
Conselheiro-Presidente

Id: 2458711

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE SUBSECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO DE 15/02/2023

PROCESSO Nº SEI-070026/000410/2021 - HOMOLOGO o resultado do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2022 - SEAS, em favor da licitante vencedora Trial (RIO) Tecnologia Ambiental Ltda, no valor de R$ 6.278.400,00 (seis milhões, duzentos e setenta e oito mil e quatrocentos reais), cujo objeto é a contratação de serviços para prestação de serviços nas modalidades de auditoria técnica e financeira, bem como trabalhos relativos a pareceres, análises críticas de documentos técnicos e avaliações em geral, afim de verificar e avaliar o cumprimento das obrigações dispostas nos Termos de Ajustamento de Conduta - TAC firmados em 09/08/2019 e 18/02/2020 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ, o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS, o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e a Empresa Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras, conforme especificações técnicas.

Id: 2458728

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 16/02/2023
PÁGINA 17 - 1ª COLUNA

ATOS DO PRESIDENTE

DELIBERAÇÃO CECA Nº 6.609 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023

EXPEDE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL INTEGRADA - LAI Nº IN052369.

CONSIDERANDO:
Onde se lê: - o que consta dos Processos nº SEI-070007/001011/2022 e ...
Leia-se: - o que consta dos Processos nº SEI-070002/001553/2023 e...

Id: 2458808

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

AUTO DE INFRAÇÃO N° COGEFISEAI/00148271

NOME: BOECHAT DO BAIRRO TRATAMENTO DE RESIDUOS, COLETA E CONSERVACAO LTDA**. CNPJ/CPF** N° 39.118.211/0001-69. **ENDEREÇO**: ESTRADA DO CADUNGA, LOTE 436 NÚCLEO COLONIAL SÃO BENTO**. MUNICIPIO**: BELFORD ROXO. **INFRAÇÃO**: Artigo 84 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE**: Multa Simples R$ 44.520,55. Processo N° SEI-E-07/002.7349/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO N° COGEFISEAI/00151274

NOME: ATMOSFERA GESTÃO E HIGIENIZAÇÃO DE TÊXTEIS S.A**. CNPJ/CPF** N° 00.886.257/0005-16. **ENDEREÇO**: RUA CAPITÃO FÉLIX, 110 SALA 410/412 - BENFICA. **MUNICIPIO**: RIO DE JANEIRO. **INFRAÇÃO**: Artigo 87 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE**: Multa Simples R$ 132.192,81. Processo N° SEI-E-07/002.11485/2016

AUTO DE INFRAÇÃO N° COGEFISEAI/00151313

NOME: SAINT-GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA**. CNPJ/CPF** N° 28.672.087/0001-62. **ENDEREÇO**: VIA DOUTOR SÉRGIO BRAGA, Nº452. **MUNICIPIO**: BARRA MANSA. **INFRAÇÃO**: Artigo 76 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE**: Multa Simples R$ 2.060,29. Processo N° SEI-E-07/002.13567/2016.

AUTO DE INFRAÇÃO N° SUPBIGEAI/00154022

NOME: DARIO DERENZI FILHO. **CNPJ/CPF** N° 097.579.707-78. **ENDEREÇO**: CONDOMINIO VILLAGE ITAPIRAPUAN. **MUNICIPIO**: ANGRA DOS REIS. **INFRAÇÃO**: Artigo 76 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE**: Multa Simples R$ 2.069,07. Processo N° SEI-E-07/002.1109/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO N° COGEFISEAI/00154156

NOME: JOSÉ PAULO DA COSTA. **CNPJ/CPF** N° 080.093.947-69. **ENDEREÇO**: ESTRADA DA TOCA GRANDE, Nº 137. **MUNICIPIO**: RIO DE JANEIRO. **INFRAÇÃO**: Artigo 62 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE**: Multa Simples R$ 5.633,76. Processo N° SEI-E-07/002.30374/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO N° GEFISEAI/00157332

NOME: MAX DO AMARAL ROSA**. CNPJ/CPF** N° 106.325.337-30**. ENDEREÇO**: PRAÇA ALFREDO TORRES, N° 820**. MUNICIPIO**: TANGUÁ**. INFRAÇÃO**: Artigo 46 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE**: Multa Simples R$ 736,31. Processo N° SEI-070002/004756/2021.

AUTO DE INFRAÇÃO N° COGEFISEAI/00146148

NOME: LINDOMAR DE OLIVEIRA FONSECA**. CNPJ/CPF** N° 036.739.987-30**. ENDEREÇO**: ALAMEDA VISCONDE OURO PRETO Nº 67 PQ. SÃO CLEMENTE - OLÁRIA**. MUNICIPIO**: NOVA FRIBURGO**. INFRAÇÃO**: Artigo 31 E 46 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE**: Multa Simples R$ 2.721,38. Processo N° SEI-E-07/002.10664/2013.

AUTO DE INFRAÇÃO N° GEFISEAI/00158345

NOME: SITIO CANARINHO LTDA. **CNPJ/CPF** N° 11.952.899/0001-69. **ENDEREÇO**: ESTRADA DO AMAPA, LOTE 489. **MUNICIPIO**: DUQUE DE CAXIAS. **INFRAÇÃO**: Artigo 76 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE**: Multa Simples R$ 2.050,16. Processo N° SEI-070002/009812/2021.

AUTO DE INFRAÇÃO N° GEFISEAI/00158344

NOME: OX FOR EQUIPAMENTOS DE SOLDA ME. **CNPJ/CPF** N° 01.480.025/0001-00. **ENDEREÇO**: RODOVIA BR465, ANTIGA ESTRADA RIO-SÃO PAULO, Nº329. **MUNICIPIO**: SEROPÉDICA. **INFRAÇÃO**: Artigo 76 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE**: Multa Simples R$ 2.050,16. Processo Nº SEI-070002/009340/2021.

AUTO DE INFRAÇÃO N° COGEFISEAI/00150366

NOME: ROSALI COSTA DE SOUZA. **CNPJ/CPF** N° 497.316.537-91. **ENDEREÇO**: RUA BEM TE VI, LOTE 15, CASA 04. **MUNICIPIO**: PARATY. **INFRAÇÃO**: Artigo 46 E 76 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE**: Multa Simples R$ 9.136,31. Processo N° SEI-E-07/002.10287/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO N° COGEFISEAI/00148176

NOME: SANFEBRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. **CNPJ/CPF** N° 03.612.436/0001-20. **ENDEREÇO**: AVENIDA HERCILIO FERREIRA DOS SANTOS, 511 SALA 205. **MUNICIPIO**: TERESOPOLIS. **INFRAÇÃO**: Artigo 87 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE**: Multa Simples R$ 32.364,48. Processo N° E-07/002.5727/2014.

Id: 2458907

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

DESPACHO DA DIRETORA-PRESIDENTE DE 16/02/2023

PROCESSO Nº SEI-020004/000838/2022- ADJUDICO e **HOMOLOGO** o resultado da licitação, na modalidade Pregão Eletrônico nº 006/2022, em favor da empresa JFA MANUTENÇÃO E SERVIÇOS EIRELI, no valor de R$ 1.249.500,00 (um milhão, duzentos e quarenta e nove mil e quinhentos reais), referente à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços terceirizados contínuos, técnico profissionais, especializados em logística de alimentos, com o objetivo de evitar o desperdício de produtos não comercializados, englobando tanto mão de obra residente, para atuação nas dependências da CEASA-RJ.

Id: 2458810

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa

ATO DA SECRETÁRIA

RESOLUÇÃO SECEC Nº 258 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2023

ALTERA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS - CAP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 30, da Lei n° 7.035, de 07 de julho de 2015, e no artigo 9º, da Resolução Conjunta nº 96, de 15 de abril de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a Comissão de Avaliação de Projetos - CAP, composta pelos seguintes membros:

I- Representantes da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa:

Presidente: Taydara Araújo Morais Bezerra Gusmão, ID 44381069
Suplente: Tatiana Varzea Fernandes, ID 5748070

a) Artes
Titular: Rafaela Ferreira de Andrade, ID 42639492
Suplente: Denise Acquarone de Sá Lopes, ID 50916238

b) Audiovisual
Titular: João Carlos Barros de Azevedo Filho, ID 5010644-9
Suplente: Caroline Tuler Castelo Branco, ID 51077680

c) Leitura e Conhecimento
Titular: Yke de Castro Leon, ID 5011569-3
Suplente: Ana Cristina Dutra Xavier, ID 51061112

d) Museus
Titular: Lucienne Figueiredo, ID 32171048
Suplente: Rômulo dos Santos Morgado, ID 5075910-8

e) Eventos e Relações Internacionais
Titular: Rubens Albuquerque, ID 51187868
Suplente: João Victor Nascimento Vieira França, ID 5127318-7

f) Projetos
Titular: Katherine Souza Sacramento, ID 5109541-6
Suplente: Renata Briata da Conceição, ID 5136524-3

g) Acervo e Patrimônio Histórico Cultural
Titular: Clara Maria Paulino Cáo, ID 5085107-1
Suplente: Tania Maria Casares de Queiroz, ID 433597-1

II- Representantes da Sociedade Civil:

a) Teatro e circo
Titular: Regina Pimentel, CPF 657.596.057-04
Suplente: Adriana Moraes de Oliveira, CPF 044.534.857-78

b) Artes plásticas e artesanais, folclore e ecologia
Titular: Carolyne Gomes Jorge da Rosa, CPF 102.547.487-24
Suplente: André Fernandes Leite da Luz, CPF 867 .755.537-49

c) Cinema, vídeo e fotografia
Titular: Paulo Henrique Porto Marinho Salvat Figueira, CPF 054.818.347-31
Suplente: Pedro Sol de Abreu Nunes, CPF 100.286.677-43

d) Música e dança
Titular: Maurício Machado Arêas, CPF 054.787.927-05
Suplente: Carlos Fontinelle, CPF 110.899.917-46

e) Informação e documentação
Titular: Maria Helena Cardoso de Oliveira, CPF 010.224.387-51
Suplente: Manoel Vieira Gomes Junior, CPF 051.691.427-81

f) Literatura, com prioridade à língua portuguesa
Titular: Rafaela Fortuna Lisboa, CPF 104.543.017-07
Suplente: Felipe Lacerda de Melo Cruz, CPF 023.444.337-59

g) Gastronomia e Expressões Culturais Populares
Titular: Marcelo Henrique Fraga Rodrigues, CPF 120.037.288-30
Suplente: Gabriela Alevato, CPF 095.157.907-00

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução SECEC nº 220, de 01 de julho de 2022.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2023

DANIELLE CHRISTIAN RIBEIRO BARROS
Secretária de Estado de Cultura e Economia Criativa

Id: 2458812

Impresa Oficial DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
A assinatura não possui validade quando impresso.
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 17 de Fevereiro de 2023 às 02:47:01 -0200.

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Subsecretaria Executiva

CONTRATO Nº 001/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA TÉCNICA E FINACEIRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PELA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILDIADE E A EMPRESA TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA.

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, neste ato pela **SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE** – SEAS, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº42.498.709/0001-09, com sede na Avenida Venezuela nº 110, Saúde – RJ, CEP 20081-212, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato pelo Diretor Geral de Administração e Finanças, FILIPE ALVES DA SILVA MENDES, com cédula de identidade nº 217280601/DETRAN, e a empresa Trial (RIO) Tecnologia Ambiental Ltda, situada na Rua Figueiredo de Melo, nº-444, São Cristovão, Rio de Janeiro – RJ, CEP: e inscrita no CNPJ sob o nº 22.243.664/0001-14, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por JULIUS VALMORBIDA STEPANSKY, cédula de identidade nº 10366719-2, domiciliada na Avenida Prefeito Dulcidio Cardosos, nº 1315, Apto 2208, Bloco 3, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22.620-310, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** de auditoria técnica e financeira, com fundamento no processo administrativo nº SEI-070026/000410/2021, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos nºs 3.149, de 28 deabril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do instrumento convocatório,

aplicando-se a estecontrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

O presente CONTRATO tem por objeto a prestação de serviços NAS MODALIDADES DE AUDITORIA TÉCNICA E FINANCEIRA, BEM COMO TRABALHOS RELATIVOS A PARECERES, ANÁLISES CRÍTICAS DE DOCUMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÕES EM GERAL, AFIM DE VERIFICAR E AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DISPOSTAS NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC FIRMADOS EM 09/08/2019 E 18/02/2020 ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – MPRJ, O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, REPRESENTADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS, O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA E A EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS, na forma do Termo de Referência e do instrumentoconvocatório.

PARÁGRAFO ÚNICO: O objeto será executado segundo o regime de execução de EMPREITADA PORPREÇO GLOBAL.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de 01/03/2023, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para o **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;

b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes àexecução do presente contrato;

c) exercer a fiscalização do contrato;

d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

a) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;

b) prestar o serviço no endereço constante da Proposta Detalhe;

c) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;

d) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

e) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

f) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;

g) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;

h) observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço,

que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;

i) elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;

j) manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto do contrato;

l)) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;

m) cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na formada cláusula oitava (DA RESPONSABILIDADE);

n) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE**, aos usuários ou terceiros.

o) observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;

p) na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados..... 2%;

II - de 201 a 500..... 3%;

III - de 501 a 1.000.....4%;

IV - de 1.001 em diante .....5%.

q) Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades ena aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2023, assim classificados:

FONTE: 151 e 297

PROGRAMA DE TRABALHO: 2401.18.541.0438.5645 e 2401.18.541.0438.5638

NATUREZA DA DESPESA: 4490.35.01
Nota de Empenho:

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta dasdotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de **R$ 6.278.400,00 (seis milhões, duzentos e setenta e oito mil quatrocentos reais).**

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DOCONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante do **CONTRATANTE** especialmente designado pelo ordenador de despesa, conforme ato designação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao dopagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, após parecer circunstanciado, que deverá ser elaborado pela COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO mencionada no parágrafo primeiro, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a entrega do bem/produto;
b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências

relativas à execução do contrato,determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO – A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

PARÁGRAFO SEXTO – Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea p, da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes deculpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aosempregados vinculados ao contrato, prova de que:

a) está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas ou retiradas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
b) está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;
c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e
d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

PARÁGRAFO QUARTO – A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO QUINTO – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

PARÁGRAFO SEXTO – No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R$ 6.278.400,00 (seis milhões,duzentos e setenta e oito mil e quatrocentos reais), em até 24 (vinte e quatro) parcelas, de acordo com o cronograma apresentado no plano de trabalho, cada uma delas, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente, Agência 0279, Conta Corrente 590397-1 de titularidade da CONTRATADA, junto ao Bradesco, instituição financeira contratada pelo Estado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em

localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento será realizado em parcelas de forma mensal, após a entrega dos relatórios conforme etapas/produtos entregues de acordo com o Termo de Referência (Anexo I) e somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento a SEAS, sito à Avenida Venezuela, 110 – Saúde, Rio de Janeiro - RJ, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo segundo da cláusula oitava, todos relativos à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o prazopara pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUINTO – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo(s) agente(s) competente(s).

PARÁGRAFO SEXTO – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da datada respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira peloINPC e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO OITAVO – Tratando-se de mão de obra alocada exclusivamente no contrato, decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento a que essa proposta se referir, assim entendido o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente

à época da apresentação da proposta de licitação, poderá a CONTRATADA fazer jus ao reajuste do valor contratual referente aos custos decorrentes de mão de obra, se estes estiverem vinculados às datas-bases dos referidos instrumentos, aplicando-se o índice que tiver sido homologado, quando for o caso, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

PARÁGRAFO NONO - A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os reajustes serão precedidos de requerimento da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o reajuste.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Na ausência de lei federal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, o reajuste contratual poderá derivar de lei estadual que fixe novo piso salarial para a categoria, nos moldes da Lei Complementar nº 103/2000.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O preço dos demais insumos poderá ser reajustado após 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, de acordo com o INPC, que deverá retratar a variação efetiva dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI,da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - As partes convencionam que o prazo decadencial para o Contratado solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Diretoria Geral de Administração e Finanças da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, ecaso seu estabelecimento esteja localizado no Estado

do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d* e *e,* do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea p, da cláusula quarta, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória. A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;

c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução docontrato;

d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvoapós sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para queseja mantido o percentual de 5% (cinco) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia,seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – O levantamento da garantia contratual por parte da CONTRATADA, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

PARÁGRAFO QUINTO – Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – O CONTRATANTE poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstânciasuperveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos doprocesso administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis,o Estado poderá:

a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por elarecebidas indevidamente;

b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e;

c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com a consequente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

b)multas previstas em edital e no contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins de aplicação das sanções mencionadas *no caput* são assim consideradas:

I – retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

II – não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada aetapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

III – falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;

IV – fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e

V – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenhaemenda

ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá (ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, agravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

PARÁGRAFO QUARTO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no PARÁGRAFO TERCEIRO também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO QUINTO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do contratante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente, na forma abaixo transcrita:

a) As sanções previstas na alínea b do *caput* e nas alíneas a e b, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº
3.149/80.

b) As sanções previstas na alínea a do *caput* e na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) A aplicação da sanção prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

PARÁGRAFO SEXTO - Dentre outras hipóteses, a advertência poderá ser aplicada quando o CONTRATADO não apresentar a documentação exigida nos

PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO da CLÁUSULA OITAVA, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As multas administrativas, previstas na alínea b do *caput* e na alínea b, doPARÁGRAFO SEGUNDO:

a) corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicadas de acordocom a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;

c) não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos dasinfrações cometidas;

d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmenteimposta;

f) deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho,conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

PARÁGRAFO OITAVO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias, configurando inadimplemento, na forma dos PARÁGRAFOS QUINTO e SEXTO da CLÁUSULA OITAVA.

PARÁGRAFO NONO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade queaplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido,

respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Se o valor das multas previstas na alínea b do *caput*, na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO e no PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a e b do *caput* e nas alíneas a, b e c, do PARÁGRAFO SEGUNDO, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dosfatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei n° 8.666/93);

b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7° da Lei n° 10.520/02);

c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei n° 8.666/93);

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo contratante no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial

do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea a do *caput* e nas alíneas c e d do PARÁGRAFO SEGUNDO, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - A aplicação das sanções mencionadas no PARÁGRAFO VIGÉSIMO deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrançaamigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para havero que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da penaconvencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo ehonorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:

I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980;

II - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite outomada de preços.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceçãode inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com asobrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta do CONTRATANTE,devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, em 01 de março de 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Diretor Geral de Administração e Finanças

FILIPE ALVES DA SILVA MENDES

TRIAL(RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA

JULIUS VALMORBIDA STEPANSKY

TESTEMUNHA

MARCELO SOARES FURLANETTO

CPF: 104.549.567-03

TESTEMUNHA

ROBSON ALVES PINTO DOS SANTOS

CPF: 126.374.357.01

14h, FICA ADIADA PARA 15/03/2023 às 14h. Proc. nº SEI-260007/026502/2022.
Conforme Decretos nº. 45.109/2015 e nº. 45.680/2016.
Editais e anexos disponíveis no site: www.compras.rj.gov.br.

Id: 2460718

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO

AVISO

FICA A EMPRESA MV SISTEMA LTDA, NOTIFICADA da decisão de penalidade de advertência, devido ao inadimplemento contratual, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, c/c o Art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, conforme previsto no contrato 359/HUPE/2022 do Processo Administrativo nº SEI-E-26/008/3621/2019 - Processo Administrativo de Penalidade nº SEI-260008/011883/2022.

Id: 2461176

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 28/02/2022
PÁGINA 36 - 2ª COLUNA

AVISO

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGO DE TÉCNICO UNIVERSITÁRIO SUPERIOR NOS PERFIS DE MÉDICO E TERAPEUTA OCUPACIONAL - Processo nº SEI-260007/048651/2022 e SEI-260007/049512/2022.

4 - Cronograma resumido - Etapas do Concurso Público

Onde se lê:
Etapa: Divulgação do Edital completo
Data / Período: 01/03/2023

Leia-se:
Etapa: Divulgação do Edital completo
Data / Período: 03/03/2023

Id: 2461145

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

O DIRETOR DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, torna público o resultado referente ao Processo Seletivo destinado à formação de cadastro de reserva de Professores Substitutos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, nos termos dispostos nas Leis nº 5.343/2008 e 6.901/2014, Processo nº SEI-260007/010010/2023:

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CONTINUADA

Área: Educação de Jovens e Adultos

Colocação	Nome do(a) Candidato(a)	Média Final
1°	Shirlei Barros do Canto	97
2º	João Paulo Carneiro	95
3º	Wagner José da Silva Paiva	75

Id: 2461166

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Convênio nº G008/2023.
PARTES: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF e RIO PETROLEO (GCN ENGENHARIA LTDA)
OBJETO: Concessão de estágio para alunos regularmente matriculados nos cursos oferecidos pela UENF.
PRAZO: 05(cinco) anos a contar da data de assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 28/02/2023.
FUNDAMENTO: Processo nº SEI-260009/000275/2023.

Id: 2461005

Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato Central nº 004/CENTRAL/2023.
PARTES: Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL e a empresa OI (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviço telefônico fixo comutado - STFC (fixo-fixo e fixo-móvel), nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), a ser executado de forma contínua, com fornecimento de aparelhos novos ou seminovos por comodato, se necessário, na forma do Termo de Referência (42420035), do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.
VALOR: O valor do Contrato é de R$ 211.449,00 (duzentos e onze mil quatrocentos e quarenta e nove reais).
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de 02/03/2023, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.
DATA DE ASSINATURA: 02/03/2023.
AUTORIZAÇÃO: Processo nº SEI-100006/001705/2022.

Id: 2461017

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO Nº 001/2023. **PARTES**: O Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS e a empresa Trial (RIO) Tecnologia Ambiental Ltda. **OBJETO:** O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços nas modalidades de auditoria técnica e financeira, bem como trabalhos relativos a pareceres, análises críticas de documentos técnicos e avaliações em geral, afim de verificar e avaliar o cumprimento das obrigações dispostas nos Termos de Ajustamento de Conduta - TAC firmados em 09/08/2019 e 18/02/2020 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ, o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS, o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e a empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório. **VIGÊNCIA:** O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência. **VALOR:** R$ 6.278.400,00 (seis milhões, duzentos e setenta e oito mil e quatrocentos reais). **DATA DE ASSINATURA**: 01/03/2023. **FUNDAMENTO LEGAL:** Processo nº SEI-070026/000410/2021.

Id: 2460991

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

TOMADA DE PREÇOS 002/2022

TÉCNICA E PREÇO

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE-INEA torna público que fará realizar a licitação a seguir:

OBJETO: "Mapeamento de áreas sujeitas a inundação no Estado do Rio de Janeiro".
DATA: 06/04/2023 às 11:00 horas.
LOCAL: Avenida Venezuela, n° 110, 4° Andar, Sala 405.
AQUISIÇÃO: O Edital e seus anexos estarão à disposição para consulta e/ou aquisição, neste caso mediante a permuta de 04 (quatro) Resmas de Papel A4, no Setor de compras e de Licitações, na Avenida Venezuela, n° 110 - 4º andar - sala 409
- Saúde - Rio de Janeiro, no horário de 10:00 às 12:00 horas e de 14:00 às 16:00 horas, ou podendo alternativamente ser adquirido através do site do INEA www.inea.rj.gov.br.
INFORMAÇÕES: Os interessados poderão obter maiores informações sobre o Edital no endereço e horário acima mencionado ou pelo telefone (21) 2334-9430. Será obrigatório o uso de máscara por todos os participantes e será mantido o distanciamento social.
PROCESSO Nº SEI-070002/009761/2021.

Id: 2461060

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa

EDITAL

A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA, torna pública a relação preliminar das notas para seleção de artesãos, associações ou cooperativas de todo o Estado do Rio de Janeiro para compor a programação do estande da Secec na da Rio Artes Manuais 15 edição.
Às notas apresentadas ainda é cabível a apresentação de recurso, conforme descrito no edital que deverão ser enviados para o e-mail rioartesmanuais@cultura.rj.gov.br de acordo com o cronograma previsto no item 5 da convocatória, conforme processo administrativo nº SEI-18/0007/3399/2022.

	Nome Completo / Razão Social	Nota
1	Miriam Soares De Freitas	9,0
2	Rosangela Santos Jotta	9,0
3	Cíntia De Oliveira Neves Alvarenga	8,8
4	Allan Borges Dos Santos	8,8
5	Maurício Souza	8,8
6	Josiélio De Paula Nascimento	8,8
7	Lucia Helena Gomes Gonçalves De Cerqueira	8,7
8	Associação De Bordadeiras De Itaperuna - Bordando O Futuro	8,7
9	Miguel Arcanjo De Oliveira	8,7
10	Madson Tavares De Mello	8,5
11	Venancio Vazquez Neto	8,5
12	Gustavo Teodoro De Assis	8,3
13	Irenacy Da Silva Bastos	8,3
14	Ivan De Souza Ribeiro	8,3
15	Nívea Vianna Gomes	8,3
16	Fabiana Gonçalves Gomes	8,3
17	Vania Fernandes De Menezes	8,2
18	Denise Da Costa	8,2
19	Deborah Regina Gonçalves/ Acordastudio	8,2
20	Eliane Santos Monte	8,2
21	Anissa Martins Peralta	8,2
23	Célia Regina Rangel Silva Da Silva	8,2
24	Sandra Regina Portella Felipe	8,0
25	Elenice Lino Nogueira	8,0
26	Malcher Handmade	8,0
27	Tereza Miralles Riba	8,0
28	Acácio Pires Ribeiro Dos Santos	7,8
29	Gabriel De Freitas Ribeiro	7,8
30	Alessandra Taveira Villela Scapin Jordão Costa	7,8
31	Carla Andréia Do Nascimento	7,8
32	Elenice Lino Nogueira	7,8
33	Katia Margareth De Souza Faria	7,8
34	Isabela De Assis Avelar	7,8
35	Laila Monteiro Salomão	7,8
36	Lilian Martins Corrêa Maliska	7,8
37	Izaura De Jesus Maciel Conde	7,8
38	Adilson Moura	7,8
39	Associação De Artesãos E Artistas Raizes De Iguassu	7,8
40	Jacqueline De Souza Lemos	7,8
41	Higor Serpa Ferreira	7,8
42	Edson Martins De Freitas	7,8
43	Neuzi Dos Santos	7,8
44	Carina De Souza Viana	7,8
45	Alene Pereira Da Silva Guarisa	7,8
46	Sidnéa Maria De Oliveira	7,7
47	Fernando José De Magalhães Sousa	7,7
48	Maria José Da Silva	7,7
49	Jocinelma Costa Conceição	7,7
50	Maria Das Graças Rocha	7,7
51	Valeria Vieira	7,7
52	Euzi De Sousa Licasalio	7,7
53	Mauricio Brito Da Silva	7,7
54	José Paulo Marques Caldas	7,5
55	Luciene Reis Dos Santos	7,5
56	Carmen Vera Da Silva Brasil	7,5
57	Adenilde Maria De Oliveira	7,5
58	Maria Leopoldino Corrêa	7,5
59	Paulo Dos Santos Canteiro	7,5
60	Carolina Pereira Dos Santos	7,5
61	Fabiana Gonçalves Gomes	7,5
62	Denise Da Costa	7,5
63	Cristina Maria Damazio	7,5
64	Tereza Maria Da Silva	7,5
65	Andreia Fernandes Neves	7,5
66	José Iduard Ligiero	7,5
67	Leonardo Fragoso Bastos	7,5
68	Venancio Vazquez Neto	7,5
69	Seidimar Apararecida Ramos	7,5
70	Sandra Aparecida Barbosa	7,3
71	Josiane Moura Da Costa Marques	7,3
72	Luciano Da Silva Costa Lima	7,3
73	Daisy Lucd Da Silva Rodrigues	7,3
74	Thais Ferreira De Miranda	7,3
75	Sheyla Machado Bessa	7,3
76	Antonio Mariano Ornellas Aires	7,3
77	Alessandra Rodrigues De Araujo Queiroz	7,3
78	Juliana Freitas Santos Gomes	7,3
79	Cíntia De Oliveira Neves Alvarenga	7,3
80	Rita De Fátima Y Gonzales Leal	7,3
81	Andressa Gomes Das Chagas Manhaes	7,3
82	Cristina Cruz	7,3
83	Soraia Rodrigues Da Silva Lima	7,3
84	Sandra Helena Sadde Martins	7,3
85	Deise Maia Xavier	7,2
86	Norma Rosane De Almeida Peçanha Ecard Carvalhaes	7,2
87	Marileia Da Rocha Rodrigues	7,2
88	Dalva Da Silva Queiroz	7,2
89	Jorge Antonio Da Luz Maciel / 04474501748	7,2
90	Ana Vitoria Melo Veiga Pio De Paula	7,2
91	Paulo Vitor Melo França	7,2
92	Igor Lima Mendes	7,2
93	Anileda Miranda	7,2
94	Renata Helena De Souza Da Silva	7,2
95	Rosane De Souza Silva	7,2
96	Mauriceia Marcelino Teixeira	7,2
97	Soraya Novaes Marx	7,2
98	Sonia Da Silva	7,2
99	Liliane Gadelha Da Silva	7,2
100	Andrea Lopes De Amorim	7,2
101	Barbara Cristina De Souza	7,2
102	Natchara Rocha Brito	7,2
103	Ana Paula Dias Da Cunha	7,2
104	Seidimar Apararecida Ramos	7,2
105	Carla N Gonçalves	7,0
106	Adriana De Deus Dos Santos D'able E Silva	7,0
107	Sandrinha Alves Guimarães Pereira	7,0
108	Ana Claudia Rosa	7,0
109	Ana Maria Rodrigues Alves	7,0
110	Katia Margareth De Souza Faria	7,0
111	Luciana Felipe De Souza Garcia	7,0
112	Sônia Maria Silva E Lima	7,0
113	Isabela Rosa Do Valle	7,0
114	Raquel De Souza Rezende	7,0
115	Silvia Amoedo Da Costa	7,0
116	Maria Aparecida Da Fonseca Teixeira	7,0
117	Priscila Correa Bezerra / Bela Atelier Botanico	7,0
118	Yasmin Queiroz Da Conceição	7,0
119	Ivaneide Felix Cabral	7,0
120	Renata Moreira Werner De Oliveira 00	7,0
121	Cristina A. Justino Froment	7,0
122	Susana Evelina Sielski Cantarino	7,0
123	Beatriz Ferreira De Oliveira	7,0
124	Regina Glaucia Castro Freire	7,0
125	Maria Adelaide Ferreira Rodrigues	6,8
126	Maria Izaltina Freixieiro Braga	6,8
127	Miriam Reny Ribeiro Da Silva	6,8
128	Roberta Domingos Dos Santos	6,8
129	Márcia Pires Cordeiro Dias	6,8
130	Yuki Satou	6,8
131	Angélica Chrisostimo Baptista Machado	6,8
132	Lúcia Elena De Azevedo Guimarães	6,8
133	Ana Cristina Ribeiro De Miranda	6,8
134	Vanessa Tibau Mesquita Da Costa	6,8
135	Marcio Batista Heider	6,8
136	Silvia Das Dores Garcia Maymone	6,8
137	Herlane Mayre Menezes Paiva	6,8
138	Joiciana Peixoto Dias Coelho Da Costa	6,8
139	Miriam Reny Ribeiro Da Silva	6,8
140	Denise Moreira Dos Santos Amorim	6,8
141	Sandra Maria De Lima	6,8
142	Alexandra Sant'Anna De Jesus	6,8
143	Ana Lucia Alves De Melo	6,8
144	Vanessa Silva Ferreira	6,8
145	Elizângela Cabral Dos Santos Pacheco	6,8
146	Márcia Teixeira Côrtes	6,8
147	Jullie Felix De Lima Cabral	6,8
148	Bruna Oliveira Vasconcelos	6,8
149	Rodrigo Ramos Teixeira	6,8
150	Lucilene Alessandra De Souza Farias Da Fonseca	6,8
151	Claudia Dos Santos	6,8
152	Débora Pinheiro Carvalho	6,8
153	Roseli Maria Costa Linhares Fontes	6,8
154	Isley Verdini Clare	6,8
155	Luiz Carlos De Carvalho	6,8
156	Rosângela Jassé Silva Pdrini	6,8
157	Luis Héctor Pedrini	6,8
158	Maxswel Oliveira Da Silva	6,8
159	Luis Héctor Pedrini	6,8
160	Mary Hellem Amaral Gomes Linhares	6,8
161	George William Dos Santos Baptista	6,8
162	Luis Héctor Pedrini	6,8
163	Ariane Alves Cavalcanti	6,7
164	Carlos Roberto Ribeiro De Oliveira	6,7
165	Elaine Vieira De Carvalho	6,7
166	Roseli Maria Costa Linhares Fontes	6,7
167	Gedna Cristina Barbosa Da Silva	6,7
168	Ivone P F Azevedo	6,7
169	Mirna Andrea Wriedt Barbosa	6,7
170	Clarice Targine De Souza	6,7
171	Patrícia Roseli Rodrigues	6,7
172	Associação De Artesãos Cidade Bela	6,7
173	Conceição Marques Ataíde Perolart	6,7
174	Ivone Ferraz Dos Santos	6,7
175	Deyse Mara Neves Da Silva	6,7
176	Flávia Ferreira Ribeiro	6,7
177	Lanerc Lopes Monzato Dos Santos	6,7
178	Janine Gomes Dos Santos	6,7
179	Janaina Taveira Rangel	6,7
180	Leonardo Sousa	6,7
181	Marta De Oliveira Chagas Medeiros	6,7
182	Daniele Ribeiro Da Silva	6,7
183	Rosana Aparecida Pinho Soares	6,7
184	Rosemery Souza Moreira	6,7
185	Janaína Da Silva Lacerda	6,7
186	Fabiana Dos Reis Nascimento Cardoso	6,5
187	Vera Lúcia Lebedenco	6,5
188	Gilcleia Da Silva Gomes	6,5

Impresa Oficial DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
A assinatura não possui validade quando impresso.
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 03 de Março de 2023 às 01:48:51 -0300.

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Documento id. 00736951

DESPACHO DE PRORROGAÇÃO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 62/2020 (MPRJ n. 2020.00174156)

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima, obrigou-se a *"(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade".*

Portaria de instauração de PA à fl. 02, estando o Relatório Inicial de Investigação às fls. 02-verso/04, instruído de documentos de fls. 05/56.

Os ofícios preliminares foram expedidos às fls. 57/58.

Nota Explicativa da Petrobras às fls. 59/67-verso.

Ofício da SEAS à fl. 71, instruído de fls. 72/95 informando que foram apresentadas documentações comprobatórias.

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 19-07-2023 09:43

Ofício da SEAS à fl. 97, instruído de fl. 98, informando que a Petrobras depositou o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais).

Ofício da SEAS à fl. 104, solicitando dilação de prazo.

Ofício da SEAS à fl. 105, instruído de fls. 106/143, informando que a Diretoria Geral de Administração e Finanças – DIRAF, remeteu no dia 06/05/2021 o Termo de Referência para atestar a aderência do mercado quanto aos itens listados no TAC II COMPERJ e como resultado a pesquisa foi classificada como deserta. Sendo assim, o referido ofício esclareceu que existem tratativas junto à CEF para execução de parte dos serviços previstos no TAC.

Ofício da SEAS às fls.160/167, informando, em suma, que a Administração optou por realizar a contratação das condicionantes que versam sobre a contratação dos serviços de auditoria, constantes nos dois Termos de Ajustamento de Conduta, em um único procedimento licitatório. Após o cumprimento de todos os atos referente à fase interna da licitação (fase preparatória), logo a Administração estará apta a deflagrar a fase externa do certame.

Informação do GATE à fl. 168, esclarecendo que para a análise de economicidade, é necessária a apresentação do orçamento analítico de cada um dos serviços pretendidos no escopo da contratação da auditoria, contendo informações detalhadas dos custos, tais como: preços unitários e dimensionamento de quantidades de mão-de-obra, equipamentos, veículos, entre outros insumos, bem como eventuais custos indiretos estimados.

Ofício da SEAS de índex 00408780, solicitando dilação de prazo.

Ofício da SEAS de índex 00490050, encaminhando a Planilha Orçamentária que contém em seu bojo a descrição pormenorizada dos custos diretos e eventuais indiretos, além de ter sido o documento responsável por traçar o valor global estimado do certame licitatório, bem como do Mapa de Lances que objetiva melhor elucidar a disputa entre os licitantes no Pregão Eletrônico nº003/2022.

Despacho do GATE de índex 00561667, informando que a SAT foi enviada sem os seguintes documentos, o que impede a elaboração da Informação Técnica: 1. Inteiro

teor do edital de licitação; 2. Planilha orçamentária integrante do edital, detalhada em itens de serviço (com códigos e descrições), quantitativos e respectivos preços unitários; 3. Memórias de cálculo que ensejaram os quantitativos estimados no orçamento; 4. Todas as propostas de preços das empresas participantes da licitação, acompanhadas de suas respectivas planilhas; 5. Cópia legível da Ata de julgamento e Termo de homologação do resultado da licitação; 6. Cópia do Contrato (ou outro instrumento hábil).

Ofício da SEAS de índex 00629050, solicitando dilação de prazo.

Ofício da SEAS de índex 00691953, remetendo cópia dos seguintes documentos: (i) Edital do Pregão Eletrônico; (ii) Planilha Orçamentária; (iii) Memória de Cálculo; (iv) Propostas de Preços das empresas participantes da licitação; (v) Mapa de Preços; (vi) Ata - Pregão Eletrônico N°. 003/2022; (vii) Publicação - Ato de Homologação de Licitação; (viii) Contrato; (ix) Publicação do Extrato de Instrumento Contratual.

É o relatório.

CONSIDERANDO que a presente investigação já tramita há mais de um ano;

CONSIDERANDO que a Resolução GPGJ n. 2.227/18, em seu art. 35 dispõe que: "*O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado quantas vezes forem necessárias, a cada decisão que determinar a realização ou conclusão de diligências imprescindíveis para a sua conclusão",* sendo certo que *"Anualmente, o membro do Ministério Público dará ciência ao Conselho Superior do Ministério Público dos inquéritos que se encontrem em tramitação há mais de 12 (doze) meses (...)",* nos termos do 25, parágrafo único, aplicável por força do art. 33, ambos da Resolução GPGJ n. 2.227/18*;*

CONSIDERANDO que o art. 9º, da Resolução n. 23 de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, aplicável por força do art. 33 da Resolução GPGJ n. 2.227/18, estabelece que "*O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 01 (um) ano, **prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias**, por decisão fundamentada de seu Presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério*

Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão";

A Promotora de Justiça em exercício, que ora preside o procedimento em referência, resolve **PRORROGAR** formalmente a tramitação deste procedimento administrativo, tendo em vista a necessidade de realização e conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação e formação adequada e fundamentada de *opinio*, as quais estão especificadas abaixo.

Diante do exposto, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das seguintes diligências:

1. **Ciente** do acrescido no ofício SEAS-SUBEXE nº 658 (índex 00691953);

2. **Remeter o feito ao GATE**, via SEI, solicitando: (i) IT AMBIENTAL para informar se o projeto apresentado pelo Estado atende satisfatoriamente à obrigação assumida, do ponto de vista técnico ambiental (verificar a sua compatibilidade com o escopo/natureza da obrigação); (ii) IT CONTÁBIL para informar se o prometo apresentado pelo Estado está formalmente regular e com preços compatíveis com o valor de mercado;

3. Com a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente a vista.

Oficie-se ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para ciência, na forma do art. 9º, da Resolução n. 23/2007, do CNMP, art. 25, da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018 e art. 61, §4º, do Regimento Interno do CSMP/RJ.

Prazo de prorrogação: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dia(s).

Itaboraí, 19 de julho de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES

Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607, Centro - Itaboraí, RJ - Brasil CEP 24800-113
Email: 2pjtcoitb@mprj.mp.br - Telefones: (21) 2645-6950

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 488/2023 *Itaboraí*, 27 de abril de 2023.

Ref.: **Relação de Inquéritos Civis que tramitam há mais de um ano da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí**

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o, valho-me do presente para remeter ao Conselho Superior do Ministério Público a relação de todos os inquéritos civis que tramitam nesta 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí há mais de um ano, no total, 299 (duzentos e noventa e nove), conforme planilha em anexo, em atenção ao disposto no art. 25, parágrafo único, da Resolução GPGJ nº 2.227/2018.

Ressalta-se que todos os procedimentos estão aguardando o resultado de diligências imprescindíveis para a conclusão das investigações. Tais diligências estão devidamente especificadas na planilha, bem como nas promoções de prorrogação de cada procedimento (em anexo), as quais também podem ser consultadas pelo sistema MGP.

Ao ensejo renovo protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos complementares, caso necessário.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

A Sua Excelência
Doutor **LUCIANO OLIVEIRA MATTOS DE SOUZA**
Presidente do Egrégio Conselho Superior
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Av. Marechal Câmara, n° 370 - Centro - Rio de Janeiro – RJ

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 27/04/2023, às 12:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2337100** e o código CRC **2281C744**.

Solicitação de análise técnica ao GATE - 2554814

INFORMAÇÕES DO ÓRGÃO SOLICITANTE

Órgão de Execução:
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ITABORAÍ

Telefone:
(21)2645-6950

Celular:
(21)98285-7730

Membro Solicitante:
Tiago Gonçalves Veras Gomes

Matrícula:
3226

Secretário(a):
Thaís Vieira dos Santos

E-mail:
thais.santos@mprj.mp.br

Deseja receber atualização da movimentação via sistema push?
Não

DADOS DO PROCEDIMENTO

Nº MPRJ:
202000174156

1. Trata-se de complementação de Análise realizada anteriormente pelo GATE?
Sim

***Em se tratando de complementação de análise técnica realizada anteriormente pelo GATE, indicar o número da IT:**

-

2.Trata-se de procedimento investigatório que apura ato de improbidade administrativa?
Não

(*) Caso a resposta seja positiva

2.1. Indique a data de término do prazo prescricional:
-

2.2 O procedimento foi instaurado antes ou após a vigência da Lei 14.230/2021?
-

2.3 Se instaurado após a vigência da Lei 14.230, indique a data de publicação a portaria de instauração.
-

3. Trata-se de apoio na elaboração de quesitos em processo judicial?
Não

4. Trata-se de nomeação de técnico pericial para atuar como assistente técnico em processo judicial, acompanhando diligências ou elaborando laudo complementar?
Não

5. Trata-se de solicitação com tramitação prioritária?
Não

* Caso a resposta seja positiva, assinale a hipótese adequada.

5.1 Existe risco iminente de perecimento do direito;:
Não

***Caso a resposta 5.1 seja marcada, descreva:**
-

5.2 Prioridades fixadas em lei, tais como, Estatuto do Idoso, ECA, Lei Brasileira de Inclusão e outros diplomas legais.
Não

5.3 Está em curso prazo processual;:
Não

Indicar prazo Processual caso marque a hipóteses 5.3:
-

5.4 Trata-se de solicitação oriunda de alguma modalidade de atuação coletiva especializada (Grupo de Atuação Especializada, Força-Tarefa, Grupo Temático Temporário ou Grupo de Apoio de Acervo - Resolução GPGJ 2.401/2021):
Não

INDIQUE SUA DÚVIDA TÉCNICA:
Solicita-se: (i) IT AMBIENTAL para informar se o projeto apresentado pelo Estado atende satisfatoriamente à obrigação assumida, do ponto de vista técnico ambiental (verificar a sua compatibilidade com o escopo/natureza da obrigação); (ii) IT CONTÁBIL para informar se o prometo apresentado pelo Estado está formalmente regular e com preços compatíveis com o valor de mercado;

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 19/07/2023, às 17:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2554814** e o código CRC **A3A4AC41**.

Histórico do Processo 20.22.0001.0015340.2022-29

Ver histórico completo

Lista de Andamentos (32 registros):

Data/Hora	Unidade	Usuário	Descrição
21/07/2023 16:47	SECGATE	mayara.oliveira	Processo remetido pela unidade SP2TCOITB
19/07/2023 16:06	SP2TCOITB	mayara.oliveira	Remoção de sobrestamento
24/05/2023 09:15	SP2TCOITB	thais.santos	Sobrestamento. Aguardando a finalização do procedimento de origem (PA 62/2020 MPRJ 202000174156).
24/05/2023 09:11	SP2TCOITB	thais.santos	Processo recebido na unidade
23/05/2023 08:58	SP2TCOITB	gabriel.moreira	Processo remetido pela unidade SECGATE
16/05/2023 15:59	SECGATE	flaviabastos	Processo recebido na unidade
16/05/2023 15:29	SECGATE	thais.santos	Processo remetido pela unidade SP2TCOITB
16/05/2023 15:15	SP2TCOITB	thais.santos	Remoção de sobrestamento
10/03/2023 16:05	SP2TCOITB	thais.santos	Sobrestamento. Aguardando a finalização do procedimento de origem (PA 62/2020 – MPRJ 202000174156).
10/03/2023 16:01	SP2TCOITB	thais.santos	Processo recebido na unidade
27/01/2023 14:40	SP2TCOITB	flaviabastos	Processo remetido pela unidade SECGATE
25/01/2023 13:26	SECGATE	rosemary	Processo recebido na unidade
25/01/2023 13:24	SECGATE	eduardo.soledade	Processo remetido pela unidade NTCONTAB
25/01/2023 13:15	SECGATE	juliana.monti	Processo remetido pela unidade NTENGEN
18/07/2022 11:31	NTENGEN	giuliana.cervai	Processo recebido na unidade
18/07/2022 11:30	NTCONTAB	hian.oliveira	Processo recebido na unidade
18/07/2022 11:30	NTENGEN	hian.oliveira	Processo remetido pela unidade SECGATE
18/07/2022 11:30	NTCONTAB	hian.oliveira	Processo remetido pela unidade SECGATE
15/07/2022 13:50	SECGATE	hian.oliveira	Processo recebido na unidade
15/07/2022 13:50	NTCONTAB	hian.oliveira	Processo recebido na unidade
15/07/2022 13:50	SECGATE	hian.oliveira	Processo remetido pela unidade NTCONTAB
15/07/2022 13:50	SECGATE	hian.oliveira	Processo remetido pela unidade NTENGEN
15/07/2022 13:48	NTENGEN	hian.oliveira	Processo recebido na unidade
15/07/2022 13:48	NTCONTAB	hian.oliveira	Processo remetido pela unidade SECGATE
15/07/2022 13:48	NTENGEN	hian.oliveira	Processo remetido pela unidade SECGATE
25/03/2022 11:26	SECGATE	flaviabastos	Processo recebido na unidade
25/03/2022 11:26	SECGATE	flaviabastos	Processo remetido pela unidade NTENGEN
25/03/2022 10:51	NTENGEN	flaviabastos	Processo recebido na unidade
25/03/2022 10:51	NTENGEN	flaviabastos	Processo remetido pela unidade SECGATE
24/03/2022 17:37	SECGATE	flaviabastos	Processo recebido na unidade
24/03/2022 17:28	SECGATE	thais.santos	Processo remetido pela unidade SP2TCOITB
24/03/2022 17:01	SP2TCOITB	thais.santos	Processo público gerado

ENC: Solicita Agendamento de Reunião Virtual - TAC COMPERJ

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>

Qui, 20/07/2023 11:52

Para:Tiago Gonçalves Veras Gomes <tiagogvg@mprj.mp.br>

Cc:Fabiana De Aquino Azedias <fabiana.azedias@mprj.mp.br>

Exmo. Promotor de Justiça,

Segue abaixo email da SEAS, solicitando agendamento de reunião, para ciência e apreciação.

Certifico a existência dos seguintes procedimentos:

- PA 207/2019 - MPRJ 2019.00978605. Meio Ambiente. Apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.2 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 6.2 da cláusula terceira, obrigou-se a "(...)depositar o valor de R$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente a ser contratada pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria no prazo de 60 dias do recebimento de cada obrigação, que deverá ser entregue imediata e simultaneamente ao INEA/SEAS, PETROBRAS e MPRJ".

- PA 62/2020 - MPRJ 2020.00174156. Meio Ambiente. Apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima, obrigou-se a "(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade".

Atenciosamente,

Thaís Vieira dos Santos
Técnico Administrativo
Matr. 7787

2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*

De: ouvidoria .seas <ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br>
Enviado: quarta-feira, 19 de julho de 2023 16:22
Para: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Cc: kayllajovenka seas <kayllajovenka.seas@gmail.com>
Assunto: Solicita Agendamento de Reunião Virtual - TAC COMPERJ

Prezados senhores,

Sirvo-me do presente para solicitar o agendamento de reunião virtual com o Ilustre Órgão Ministerial e esta Secretaria de Estado do Ambiente, para tratar sobre as cláusulas que tratam sobre Auditoria Externa nos TAC's I e II do COMPERJ.
Informamos que temos preferência para a data do dia 09/08/2023, na parte da tarde.

Atenciosamente,
SEAS/Ouvidoria

Ref.: E-mail da SEAS solicitando agendamento de reunião – PA nº 207/2019 - MPRJ 2019.00978605 e PA n. 62/2020 - MPRJ 2020.00174156

PROMOÇÃO

Trata-se de e-mail encaminhado pela SEAS, no qual foi solicitado agendamento de reunião, para tratar sobre as cláusulas que tratam sobre Auditoria Externa nos TAC's I e II do COMPERJ.

É o relatório.

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- **Junte-se** cópia da presente promoção e do e-mail em anexo aos Procedimentos Administrativos nº 207/2019 - MPRJ 2019.00978605 e n. 62/2020 - MPRJ 2020.00174156;

2- Defiro o pedido de reunião. **Agende-se** reunião virtual por meio da ferramenta *Teams*, a ser realizada no dia 09/08/2023, às 15h30min, com a SEAS, **oficie-se** em resposta.

Itaboraí, 21 de julho de 2023.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2023.07.24 11:30:58 -03'00'

Ofício nº 1193/2023-2PJTCOITB
Documento id. 00757369
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Assunto: PA 62/2020 - MPRJ 202000174156
Destinatário: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
E-mail: ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do procedimento em epígrafe, o qual visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos . 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859- 39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima, obrigou-se a "(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, acusando o recebimento do email datado de 19/07/2023, informar o deferimento do pedido de reunião virtual, via teams, agendada para o dia**

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 25-07-2023 14:25

09/08/2023 (nove de agosto de dois mil e vinte e três), às 15:30h (quinze horas e trinta minutos). Solicita-se o encaminhamento dos nomes e endereços de email dos participantes para envio do convite.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 25 de julho de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Documento id. 00762291

Documento enviado em 26 de julho de 2023:
Ofício 1193/2023-2PJTCOITB

INTERNO

VIA EMAIL.

Itaboraí, 26 de julho de 2023

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Gabinete do Secretário

Of.SEAS/OUVI Nº69 Rio de Janeiro, 02 de agosto de 2023

Ilmo. Sr. Promotor

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil

Referência: Ofício nº 1193/2023-2PJTCOITB - Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Assunto: PA 62/2020 - MPRJ 202000174156

Excelentíssimo Promotor de Justiça,

Com os cumprimentos de estilo e, em atenção à solicitação exposta no ofício em epígrafe, onde o *i.Parquet* defere pedido de reunião virtual via teams, a ser realizada no dia 09/08/2023, às 15:30h, com o objetivo de tratar sobre sobre a Auditoria Externa nos TAC's I e II do COMPERJ, abaixo informamos e-mail e nome dos participantes que participarão da referida reunião:

Nome: Filipe Alves da Silva Mendes

E-mail: seas.dgaf@gmail.com

Nome: Bruna Munhoz da Gama

E-mail: brunaa.mg@hotmail.com

Nome: Kaylla Jovenka

E-mail: kayllajovenka.seas@gmail.com

Diante do exposto, sem mais no momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Beatriz Cárdenas

SEAS/Ouvidoria

ID 51095564

Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Cardenas dos Santos**, **Assistente II**, em 02/08/2023, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **56893731** e o código CRC **A3894A41**.

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

Ref.: Reunião PA 207/2019 - MPRJ 2019.00978605 e PA 62/2020 MPRJ 202000174156

PROMOÇÃO COM REGISTRO DE REUNIÃO VIRTUAL

Aos 09 dias do mês de agosto de 2023, às 15h30min, teve início reunião por videoconferência, via aplicativo Teams, presentes **O DR. TIAGO VERAS, PROMOTOR DE JUSTIÇA TITULAR; PELA SEAS/INEA: DR. FELIPE MENDES, DRA. BRUNA, DR. MARCELO**, discutirem questões acerca dos Procedimentos Administrativos em referência:

Pelo Dr. Felipe, representante da SEAS/INEA foi dito que: solicitou a reunião para dar um panorama geral de como se encontra o cumprimento da obrigação do TAC que fala sobre a auditoria nos TACs do COMPERJ. Iniciou dando breve panorama de tudo que ocorreu anteriormente e da problemática na contratação da auditoria devido à falta de capacidade técnica. Informou que resolveram juntar todas as condicionantes do TAC 1 e 2 e licitar conjuntamente em apenas um Termo de Referência.

Pelo Dr. Tiago foi dito que: o escopo da contratação diminuiu, tendo em vista que várias obrigações da Petrobras foram cumpridas e o GATE e INEA conseguiram atestar o cumprimento mesmo sem a auditoria.

Pela Dra. Bruna, representante da SEAS/INEA foi dito que: apresentaria o escopo do contrato e o andamento do processo de contratação.

Pelo Dr. Marcelo, representante da SEAS/INEA foi dito que: foi solicitado duas obrigações para iniciar a auditoria piloto. Sugeriram que começassem com a cláusula que está

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 11-08-2023 11:08

tratando do Floresta do Amanhã, mas por se uma obrigação grande e complexa demandaria muito tempo para iniciar e ser uma auditoria piloto. Sendo assim, chegaram ao consenso interno de iniciarem o projeto com as obrigações que já possuem análise técnica por parte do INEA, que foram enviadas ao MP e estão com análise técnica do GATE solicitando auditoria externa.

Pelo Dr. Tiago foi dito que: está de acordo. Que como tem manifestação do GATE pode fazer dessa forma, porém no futuro o ideal é seguir a metodologia estabelecida na época do TAC, que é o INEA e a auditoria realizarem análise de cumprimento da obrigação e, após o GATE se manifestar sobre os relatórios.

Pelo Dr. Marcelo, representante da SEAS/INEA, foi dito que: não tem dúvidas de que será feito assim. Que esse é apenas para auditoria piloto inicial.

Pela Dra. Bruna, representante da SEAS/INEA, foi dito que: passou para empresa os números dos processos e eles solicitaram acesso externo aos processos. A partir do envio dos processos agora estão aguardando o retorno por parte da execução.

Pelo Dr. Felipe, representante da SEAS/INEA, foi dito que: receberam muitas demandas do MPRJ em relação a cumprimento de condicionantes que dependem do trabalho da auditoria e é importante destacar que o que está sendo feito é um trabalho inicial para definir a atuação da auditoria externa e posteriormente elencarão todas as obrigações, principalmente as prioritárias para o MPRJ.

Pelo Dr. Tiago foi dito que: a auditoria foi pedida pelo ERJ e inserida no TAC I em agosto de 2019, mas em virtude do não cumprimento a cláusula foi executada na ACP. Em seguida, o

Promotor solicitou que o Procurador faça uma petição simples no processo informando a metodologia aplicada, que tomará ciência e concordará com a justificativa. Que é necessário peticionar no bojo do processo judicial para acabar com a execução e evitar eventual multa.

Pelo Dr. Felipe, representante da SEAS/INEA, foi dito que: os valores previstos ficaram um pouco acima do valor contratado e estão utilizando orçamento da SEAS para cobrir a diferença. Propõe ao MPRJ que na sobra de verbas de outras condicionantes se poderia ser remanejada para essa auditoria e desafogar o orçamento do ERJ.

Pelo Dr. Tiago foi dito que: o ideal seria que considerasse as cláusulas já cumpridas para redução desses valores, mas caso não seja suficiente podem estudar em conjunto cláusulas de atualização. Em seguida, o Promotor informou que irá encaminhar uma tabela com os 126 PAs do COMPERJ contendo as cláusulas e quais procedimentos foram arquivados.

Nada mais havendo, foi a reunião encerrada.

Diante do que foi tratado na reunião, à Secretaria para:

1 – Elaborar planilha com os 126 TACS do COMPERJ contendo as cláusulas e indicando quais procedimentos foram arquivados;

2 – Encaminhar à SEAS/INEA cópia da planilha com os 126 TACS do COMPERJ contendo as cláusulas e indicando quais procedimentos foram arquivados.

Itaboraí, 09 de agosto de 2023.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710 Dados: 2023.08.11 11:06:07 -03'00'

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS COMPERJ - TAC II				
Número MPRJ da Representação	**Número do PA**	**Localização da obrigação no TAC**	**Descrição do objeto do PA: apurar o cumprimento das obrigações abaixo especificadas**	**Estado**
MPRJ 2020.00174213	PA 06/2020	Item 4.1 e item 4.1.2 da cláusula segunda do TAC II.	**Em relação à condicionante 6** -Apresentar (i) cópia PBA protocolado no INEA; (ii) cópias digitalizadas dos relatórios, bem como da apresentação dos resultados das análises de qualidade da água superficial referentes ao emissário.	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174212	PA 07/2020	Item 4.1 e item 4.1.3 da cláusula segunda do TAC II.	**Em relação à condicionante 9 –** Apresentar estudo de composição prevista do afluente após a operação do novo escopo das Unidades de Processamento de Gás Natural.	ARQUIVADO
MPRJ 2020.00174210	PA 08/2020	Item 4.1 e item 4.1.4 da cláusula segunda do TAC II.	**Em relação à condicionante 11 -** Comprovar o atendimento por meio de cópia digitalizada de relatório consolidado com as ações de comunicação e relacionamento executadas durante as obras.	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174209	PA 09/2020	Item 4.1 e item 4.1.5 da cláusula segunda do TAC II.	**Em relação à condicionante 13 –** Apresentar cópia digitalizada do Plano de Desapropriação e Estabelecimento da Faixa de Servidão, item 2.6.5 do PBA, que substituiu o Programa de Apoio da População Realocada/Indenizada solicitado na condicionante da Licença Prévia.	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174208	PA 10/2020	Item 4.2 e item 4.2.3 da cláusula segunda do TAC II.	**Em relação à condicionante 29** – Apresentar cópia digitalizada (i) do relatório semestral com seis campanhas do plano de monitoramento marinho; bem como (ii) apresentar estudos relativos à biota marinha.	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174207	PA 11/2020	Item 4.2 e item 4.2.4 da cláusula segunda do TAC II.	**Em relação à condicionante 32 –** Apresentar "*as built*" do duto conforme implantado, com a apresentação de justificativa técnica para a forma como foi realizado.	EM ANDAMENTO

MPRJ 2020.00174206	PA 12/2020	Item 4.2 e item 4.2.5 da cláusula segunda do TAC II.	**Em relação à Condicionante 36 da LAS IN 025668** –cumprir as medidas através da apresentação do convênio celebrado entre a PETROBRAS e o Município de Maricá para a implantação de projeto de macrodrenagem, no valor de R$ 20 milhões.	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174205	PA 13/2020	Item 4.3 e item 4.4 da cláusula segunda do TAC II.	**Comprovar o cumprimento da Notificação CEAMNOT/01057635.**	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174204	PA 14/2020	Item 4.3 e item 4.5 da cláusula segunda do TAC II.	**Realizar diagnóstico de avaliação da ocorrência de espécies de peixes anuais em brejos temporários na área de influência do empreendimento.**	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174203	PA 15/2020	Item 4.3 e item 4.6/4.8/4.9 da cláusula segunda do TAC II.	**Apresentar plano e relatório com as ações de salvamento, resgate e monitoramento de fauna referentes à obra já realizada, bem como prosseguir com o monitoramento até a conclusão da obra.**	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174202	PA 16/2020	Item 4.3 e item 4.10 da cláusula segunda do TAC II.	**Apresentar estudo sobre a nova modelagem do transporte da pluma dos efluentes, considerando os novos escopos da UPGN e do Trem 1 do COMPERJ.**	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174201	PA 17/2020	Item A da cláusula terceira do TAC II.	**No que concerne à Licença de Instalação nº IN024121 –** Apresentar relatório de cumprimento de todas as condicionantes.	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174200	PA 18/2020	Item B e item B.1 da cláusula terceira do TAC II.	**Em relação à Condicionante 5:** (a) Apresentar parecer técnico NUSAM 01/13 do ICMBio; (b) Quanto ao Item 2 da Autorização nº 068/2011, apresentar as cartas com as comunicações relativas à execução das travessias dos rios Macacu, Guapiaçu, Guapimirim e Suruí; (c) Apresentar a Autorização 034/2010 do ICMBio para a implantação dos dutos; e (d) Quanto ao Item 6 da Autorização nº 068/2011, apresentar o Plano de Manejo de Resíduos envolvendo todo o material resultante da limpeza da obra.	EM ANDAMENTO

MPRJ 2020.00174199	PA 19/2020	Item B e item B.2 da cláusula terceira do TAC II.	**Em relação à condicionante 6.1.1** – Apresentar relatórios de atendimento ao Plano de Controle de Erosão.	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174198	PA 20/2020	Item B e item B.3 da cláusula terceira do TAC II.	**Em relação à condicionante 6.1.2** – apresentar a Carta AB-PGI/COMPERJ/SMS 0129/2012, protocolada pela PETROBRAS junto ao INEA.	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174197	PA 21/2020	Item B e item B.4 da cláusula terceira do TAC II.	**Em relação à condicionante 6.1.3 – (i)** apresentar os Relatórios do Programa de Monitoramento da Qualidade da Água Superficial e Sedimentos; (**ii)** dar continuidade ao monitoramento de dois pontos no rio Macacu; e (**iii)** dar continuidade às coletas qualitativas do fitoplâncton e do zooplântcton.	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174196	PA 22/2020	Item B e item B.5 da cláusula terceira do TAC II.	**Apresentar o mapa com a localização dos poços de captação de água subterrânea nos municípios atravessados pelos dutos e que estejam cadastrados nos órgãos competentes, bem como a tabela de localização e os dados resumidos dos poços e piezômetros cadastrados na região de estudo.**	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174195	PA 23/2020	Item B e item B.6 da cláusula terceira do TAC II.	**Em relação à condicionante 13** – Apresentar o protocolo de registro no Cadastro Ambiental Rural de Reserva Legal dos imóveis rurais onde houve a desapropriação em favor da PETROBRAS.	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174194	PA 24/2020	Item C e item C.1 da cláusula terceira do TAC II.	**Apresentar relatório de atendimento das condicionantes da LI IN024202.**	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174193	PA 25/2020	Item C e item C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II.	**Apresentar o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado.**	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174192	PA 26/2020	Item C, item C.3 e subitem a da cláusula terceira do TAC II.	**Em relação à condicionante 7** – a) Quanto ao Item 1 da Autorização nº 068/2011, comprovar que implantou, nos cursos d'água a montante da APA Guapimirim e ESEC Guanabara – Rio Macacu, Rio Guapiaçu, Rio Guapimirim e Rio Suruí –, técnicas de travessia de furo direcional ou aéreo (ponte) para mitigar os principais impactos decorrentes da implantação dos dutos.	EM ANDAMENTO

MPRJ 2020.00174191	PA 27/2020	Item C, item C.3 e subitem b da cláusula terceira do TAC II.	**Em relação à condicionante 7** – **b)** Quanto ao Item 2 da Autorização nº 068/2011, comprovar quando do emprego da metodologia de travessia por ponte, observou as seguintes exigências: (i) A ponte não deve ser utilizada como via de acesso; (ii) A cabeceira da ponte deve se afastar ao máximo da margem do rio; (iii) Deve haver vão livre suficiente para não interromper o fluxo do 23rio nas ocasiões de enchentes e que não obstrua a passagem de embarcações sob a ponte. Além disso, comprovar que obteve autorização para implantação da ponte sobre o rio Guapimirim com pilares executados em suas margens.	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174190	PA 28/2020	Item C, item C.3 e subitem c da cláusula terceira do TAC II.	**Em relação à condicionante 7** – **c)** Quanto ao Item 3 da Autorização nº 068/2011, comprovar, que, no caso de emprego da técnica do cavalote para o rio Roncador e o rio Iriri, foram observadas as seguintes exigências: (i) Evitar a realização das travessias nos meses chuvosos da região ou a interrupção da atividade durante os dias mais chuvosos; (ii) Instalar barreiras básicas nas margens e nos cursos d'água na superfície, bem como na secção transversal a jusante da intervenção, para contenção de sedimentos; (iii) Proceder ao monitoramento do curso d'água a jusante da área de intervenção; (iv) No caso de ocorrência de assoreamento detectada nas ações de monitoramento, como forma de mitigação do impacto gerado, proceder à dragagem da área.	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174189	PA 29/2020	Item C, item C.3 e subitem c.1 da cláusula terceira do TAC II.	**Com relação aos rios Macacu e Guapiaçu, apresentar relatório com comprovação do desassoreamento dos corpos hídricos.**	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174188	PA 30/2020	Item C, item C.3 e subitem d da cláusula terceira do TAC II.	**Quanto ao Item 4 da** Autorização nº 068/2011, comprovar que comunicou às UCs afetadas a data de travessia dos rios acima citados com 15 dias de antecedência, apresentando relatório fotográfico do local de travessia e projeto de recuperação da APP, contendo cronograma com as datas precisas das interferências.	ARQUIVADO
MPRJ 2020.00174187	PA 31/2020	Item C, item C.3 e subitem e da cláusula terceira do TAC II.	**Quanto ao Item 5 da** Autorização nº 068/2011, comprovar o cumprimento da obrigação de implantar 3 (três) áreas de estação de válvulas de bloqueio a montante da APA Guapimirim para a proteção das bacias dos rios Macacu, Guapiaçú, Santo Aleixo (Roncador), Iriri e Suruí.	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174186	PA 32/2020	Item C e item C.5 da cláusula terceira do TAC II.	**Em relação à condicionante 24 –** apresentar os relatórios do Programa de Gestão Ambiental, evidenciando o cumprimento dos programas apresentados no PBA de acordo com os critérios e cronogramas preestabelecidos até o requerimento da licença de operação.	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174185	PA 33/2020	Item C e item C.6 da cláusula terceira do TAC II.	**Em relação à condicionante 26 –** considerando que o empreendimento já foi implantado, apresentar relatórios do Programa de Gestão Ambiental referentes às ações realizadas no âmbito dos programas de comunicação social e educação ambiental, bem como das atividades desenvolvidas com público interno e externo.	EM ANDAMENTO

MPRJ 2020.00174184	PA 34/2020	Item C e item C.7 da cláusula terceira do TAC II.	**Em relação à condicionante 27 –** apresentar o Plano de Desapropriação e Estabelecimento da Faixa de Servidão buscando negociação coletiva dos bens patrimoniais com participação de instituições locais.	ARQUIVADO
MPRJ	PA 35/2020	Item C e item C.13/C15 da cláusula terceira do TAC II.	**Em relação às Condicionante 42 e 44** – considerando que o empreendimento já foi instalado, apresentar cópia digitalizada dos relatórios das atividades referentes à supressão de vegetação.	ARQUIVADO
MPRJ 2020.00174182	PA 36/2020	Item C e item D da cláusula terceira do TAC II.	**Apresentar os Planos Básicos Ambientais exigidos nas Licenças de Instalação nº IN024121 e nº IN024061.**	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174181	PA 37/2020	Item 4.1 e item 4.1.1 da cláusula quarta do TAC II.	**Em relação à Condicionante 6.7 –** apresentar: (i) cópia digitalizada do Plano de Controle de Erosão e Assoreamento de Corpos Hídricos do COMPERJ; (ii) cópia digitalizada do cronograma das atividades a serem realizadas pela contratada responsável pela manutenção dos taludes e prevenção de assoreamento dos mesmos, incluindo as áreas da UPGN.	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174180	PA 38/2020	Item 4.2 e item 4.2.1 da cláusula quarta do TAC II.	**Em relação à Condicionante 7 –** apresentar cópia digitalizada do novo Estudo de Dispersão Atmosférica, já realizado em agosto de 2019, com dados meteorológicos de superfície da estação meteorológica da Fazenda Macacu e dados meteorológicos de altitude do SODAR da Estação Marco Zero.	ARQUIVADO
MPRJ 2020.00174179	PA 39/2020	Item 4.2 e item 4.2.2 da cláusula quarta do TAC II.	**Em relação à condicionante 17** – adotar as medidas preventivas e mitigadoras indicadas no Estudo de Análise de Risco apresentado, inclusive as referentes à instalação de sistema de válvulas para controle da pressão para alimentar as unidades e interligação do sistema de combate a incêndio da UPGN à rede de combate a incêndio do COMPERJ, até o requerimento da LO.	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174178	PA 40/2020	Item 4.2 e item 4.2.4 da cláusula quarta do TAC II.	**Em relação à condicionante 24 –** apresentar: (i) cópia digitalizada das evidências do cronograma de avanço físico do sistema de tocha (flare), em implantação, para coleta e queima dos gases de hidrocarbonetos e compostos de enxofre provenientes de alívios operacionais e descargas de emergência; (ii) cópia digitalizada das alterações e revisões do Projeto Básico da UPGN, da exclusão das torres de resfriamento (Carta GE-PGI/LIP 0031/2015 e PRGE/SGP/LA 0093/2017) e da solicitação de revisão das condicionantes atreladas a este escopo (Cartas SMS/LARE 0116/2019 e SMS/LARE 0096/2019), as quais encontram-se em análise pelo INEA no processo de renovação da LI (Processo nº PD-07/014.3038/2018),.	EM ANDAMENTO

MPRJ 2020.00174177	PA 41/2020	Item 4.2 e item 4.2.5 da cláusula quarta do TAC II.	**Em relação à condicionante 25 –** (i) Apresentar "*as built"* da instalação de analisadores de gás sulfídrico (H_2S).	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174176	PA 42/2020	Item 4.2 e item 4.2.6 e 4.2.7 da cláusula quarta do TAC II.	**Em relação às condicionantes 26 e 27 -** apresentar "as built" de instalação do analisador de vazão nas unidades que irão aliviar para o flare, bem como do sistema de selagem de bombas e compressores para minimizar emissões fugitivas.	ARQUIVADO
MPRJ 2020.00174175	PA 43/2020	Item 4.2 e item 4.2.8 da cláusula quarta do TAC II.	**Em relação à condicionante 28** – Apresentar Plano de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa, em atendimento à Lei nº 5.690, de 14.04.10, que institui a Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável.	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174174	PA 44/2020	Item 4.2 e item 4.3 da cláusula quarta do TAC II.	**Apresentar avaliação dos riscos cumulativos, considerando os possíveis cenários acidentais para a UPGN, incluindo suas interfaces com o gasoduto e a operação do Trem 1 do Comperj, bem como definir as medidas preventivas e mitigadoras necessárias.**	ARQUIVADO
MPRJ 2020.00174173	PA 45/2020	Item 4.2 e item 4.5 da cláusula quarta do TAC II.	**Apresentar estudo quanto ao tratamento de gás natural em relação ao mercúrio.**	ARQUIVADO
MPRJ 2020.00174172	PA 46/2020	Item 4 e item 4.1.1 e 4.2 da cláusula quinta do TAC II.	**Apresentar informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado.**	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174171	PA 47/2020	Item 4 e item 4.1.2 da cláusula quinta do TAC II.	**Em relação à Condicionante 7.1 –** Apresentar: (i) cópia digitalizada dos laudos de avaliação da PETROBRAS referentes ao valor das respectivas terras, da vegetação e das benfeitorias; (ii) relação do *status* da negociação e do pagamento de indenização, indicando se houve acordo (desapropriação amigável) ou ação judicial (desapropriação judicial); e (iii) documentos relativos à imissão na posse.	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174170	PA 48/2020	Item 4 e item 4.4.1 da cláusula quinta do TAC II.	**Deverá ser apresentado o Inventário Florestal apresentado ao INEA em 2018, contemplando a(s) ADA(s) pela alteração do traçado da Linha de Transmissão.**	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174169	PA 49/2020	Item 4 e item 4.4.6 da cláusula quinta do TAC II.	**Deverá ser comprovado, quando da entrega do estudo acima mencionado, que ele foi elaborado por profissional(is) habilitado(s) pelo CREA, por meio da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.**	ARQUIVADO

MPRJ 2020.00174168	PA 50/2020	Item 4 e item 4.5 da cláusula quinta do TAC II.	**Apresentar diagnóstico relativo aos meios biótico e físico em resposta à Notificação GELAFNOT/01052751.**	ARQUIVADO
MPRJ 2020.00174167	PA 51/2020	Item 1 da cláusula sexta do TAC II.	**A PETROBRAS irá apoiar financeiramente o Município de Itaboraí, na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico no valor R$ 4.000.000,00 (quatro milhões reais) a ser depositado em conta judicial específica.**	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174166	PA 52/2020	Item 1 da cláusula sexta do TAC II.	**A PETROBRAS irá apoiar financeiramente o Município de Maricá, na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico no valor R$ 4.000.000,00 (quatro milhões reais) a ser depositado em conta judicial específica.**	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174165	PA 53/2020	Item 1 da cláusula sexta do TAC II.	**A PETROBRAS irá apoiar financeiramente o Município de Cachoeiras de Macacu, na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico no valor R$ 4.000.000,00 (quatro milhões reais) a ser depositado em conta judicial específica.**	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174164	PA 54/2020	Item 1 da cláusula sexta do TAC II.	**A PETROBRAS irá apoiar financeiramente o Município de Magé, na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico no valor R$ 4.000.000,00 (quatro milhões reais) a ser depositado em conta judicial específica.**	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174163	PA 55/2020	Item 1 da cláusula sexta do TAC II.	**A PETROBRAS irá apoiar financeiramente o Município de Guapimirim, na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico no valor R$ 4.000.000,00 (quatro milhões reais) a ser depositado em conta judicial específica.**	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174162	PA 56/2020	Item 1 da cláusula sexta do TAC II.	**A PETROBRAS irá apoiar financeiramente o Município de Duque de Caxias, na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico no valor R$ 4.000.000,00 (quatro milhões reais) a ser depositado em conta judicial específica.**	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174161	PA 57/2020	Item 2; (1) da cláusula sexta do TAC II.	**Apoiar financeiramente** o Estado do Rio de Janeiro, para: (1) projeto de conservação e recuperação ambiental da bacia Guapi-Macacu, composta pelos rios Guapiaçu e Macacu.	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174160	PA 58/2020	Item 2; (2) da cláusula sexta do TAC II.	**Apoiar financeiramente** o Estado do Rio de Janeiro, para: (2) projeto socioambiental de agricultura convencional em bordas de UC e pesticidas, visando à restauração ecológica por meio de sistemas agroflorestais – SAF com foco ciliares, utilizando duas alavancas PNAE e promoção do agroturismo.	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174159	PA 59/2020	Item 3 da cláusula sexta do TAC II.	**Apoiar financeiramente o Município de Itaboraí para a elaboração e execução de projeto de reurbanização e revitalização (calçadas e arborização) da Avenida 22 de Maio.**	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174158	PA 60/2020	Item 4 da cláusula sexta do TAC II.	**Apoiar financeiramente o Município de Itaboraí para projeto de segurança pública com monitoramento de câmeras.**	EM ANDAMENTO

MPRJ 2020.00174157	PA 61/2020	Item 5 da cláusula sexta do TAC II.	**Apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS.**	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174156	PA 62/2020	Item 1 da cláusula sétima do TAC II.	**A PETROBRAS depositará o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais) para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ.**	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174155	PA 63/2020	Item 6 da cláusula sétima do TAC II.	**O** INEA apresentará informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA nº 008/2013, relativo à aplicação de R$ 352.855,55 (trezentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) em medidas compensatórias.	ARQUIVADO
MPRJ 2020.00174154	PA 64/2020	Item 7 da cláusula sétima do TAC II.	**O INEA apresentará informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do TCCA nº 09/2013, relativo à Licença de Instalação IN024123.**	ARQUIVADO
MPRJ 2020.00174153	PA 65/2020	Item 8 da cláusula sétima do TAC II.	**O INEA promoverá análise crítica, na forma prevista nos itens 1 a 4 da presente cláusula, sobre o cumprimento da Condicionante 14 da Licença de Instalação IN024123: "***Apresentar, em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a emissão da licença, as áreas escolhidas como compensação para serem analisadas / aprovadas pelos técnicos da DILAM-GELAF.*	EM ANDAMENTO
MPRJ 2020.00174152	PA 66/2020	Cláusula décima sexta do TAC II.	**Dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da data de sua homologação, deverá a PETROBRAS promover a publicação de extrato do presente TAC no Diário Oficial do Município de Itaboraí, no DOERJ e em jornal de grande circulação no estado do Rio de Janeiro, contendo as partes, o objeto, o valor e o prazo total do instrumento, correndo os respectivos encargos às suas expensas.**	ARQUIVADO

Encaminha planilhas de andamento dos PA's do COMPERJ - PA 207/2019 - MPRJ 2019.00978605 e PA 62/2020 - MPRJ 202000174156

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>

Qui, 17/08/2023 15:22

Para:SEAS/Ouvidoria <ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br>;Gabinete SEAS <gabinete@ambiente.rj.gov.br>;Pamela Soeiro. <protocoloouvidoria@inea.rj.gov.br>

3 anexos (3 MB)

PLANILHA DE ANDAMENTO - PROCEDIMENTOS COMPERJ TAC I.pdf; PLANILHA DE ANDAMENTO - PROCEDIMENTOS COMPERJ TAC II.pdf; 00828989 - Ata_Memória.pdf;

Prezados, boa tarde,

Na esteira do acordado na reunião realizada em 09/08/2023 entre esta Promotoria de Justiça e a SEAS/INEA, no bojo do PA 207/2019 - MPRJ 2019.00978605 e PA 62/2020 - MPRJ 202000174156, conforme ata de reunião em anexo, seguem as **planilhas de andamento dos procedimentos administrativos instaurados para acompanhar o cumprimento das obrigações previstas nos TAC's I e II do COMPERJ**.

Peço a gentileza de que confirmem o recebimento deste e-mail.

Atenciosamente,

Thaís Vieira dos Santos
Técnico Administrativo
Matr. 7787

MPRJ

2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*

ENC: SOLICITAÇÃO DE CÓPIAS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - TAC COMPERJ I e II

Fabiana De Aquino Azedias <fabiana.azedias@mprj.mp.br>
Sex, 15/09/2023 17:50
Para:Cristina Alfradique Etcharte <cgalfradique@mprj.mp.br>

4 anexos (5 MB)
PLANILHA PA COMPERJ TAC I TIMBRADO.pdf; PLANILHA PA COMPERJ TIMBRADO TAC II (1).pdf; PROMOÇÃO COM REGISTRO DE REUNIÃO.pdf; Promoção - Ref. E-mail da Águas do Rio solicitando cópias dos Processos Administrativos - TAC COMPERJ I E II pedido de cópia .pdf - assinado.pdf;

De: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Enviado: quinta-feira, 17 de agosto de 2023 15:43
Para: Tiago Gonçalves Veras Gomes <tiagogvg@mprj.mp.br>
Cc: Fabiana De Aquino Azedias <fabiana.azedias@mprj.mp.br>
Assunto: ENC: SOLICITAÇÃO DE CÓPIAS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - TAC COMPERJ I e II

Dr. Tiago, boa tarde,

Segue abaixo pedido de cópia feito por Águas do Rio, solicitando cópia integral dos PA's do COMPERJ.
Podemos solicitar a atualização do portal RAP e informar que todos os procedimentos estão disponíveis para acompanhamento no referido portal?

Atenciosamente,

Thaís Vieira dos Santos
Técnico Administrativo
Matr. 7787

MPRJ

2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*

De: Julia Pinheiro da Silva <julia.psilva@aguasdorio.com.br>
Enviado: quinta-feira, 17 de agosto de 2023 14:44
Para: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Cc: Marcelo de Pontes Cavaco <marcelo.cavaco@aguasdorio.com.br>
Assunto: SOLICITAÇÃO DE CÓPIAS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - TAC COMPERJ I e II

Prezados,

Em nome da Águas do Rio gostaria de receber informações quanto ao procedimento de obtenção das cópias dos processos administrativos listados nos anexos. Tratam-se de procedimentos instaurados por este Ministério Público para acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC COMPERJ I e II pela Petrobrás. A Águas do Rio já foi autorizada receber as referidas cópias conforme promoção em anexo.

Obrigada desde já, abraços.

Att.;

Júlia Pinheiro da Silva
Assistente Jurídico
+55 21 97155-0129
Av. Rodrigues Alves / Armazén 2 - Saúde
Rio de Janeiro/RJ
CEP 20081-250
http://www.aguasdorio.com.br

Ref.: E-mail da Águas do Rio solicitando cópias dos Processos Administrativos - TAC COMPERJ I E II

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. **Juntar** cópia da presente promoção e do e-mail em anexo aos Procedimentos Administrativos do TAC COMPERJ I E II;

2. **Defiro** o pedido de cópia integral dos Procedimentos Administrativos do TAC COMPERJ I E II, **com exceção dos procedimentos que forem sigilosos**, com as cautelas de estilo;

3. Não incidirá a cobrança pelo fornecimento de cópias digitais de documentos, processos ou procedimentos quando eles já estiverem em suporte digital e quando a entrega do material solicitado puder ser realizada por correio eletrônico ou por mera gravação no dispositivo de armazenamento disponibilizado pelo solicitante, conforme art. 5º, § 3º da Resolução GPGJ nº 2365/2020. **Proceda-se** a entrega virtual integral do Procedimentos Administrativos do TAC COMPERJ I E II, **com exceção dos procedimentos que forem sigilosos**, digitalizado, conforme solicitado.

Itaboraí, 15 de setembro de 2023.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2023.09.15 17:49:15 -03'00'

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Documento id. 01231592

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 62/2020 MPRJ 202000174156

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. **Renovo** a promoção de índex 00736951, bastando a Secretaria entrar em contato com a Secretaria do GATE, solicitando informar sobre a conclusão da IT solicitada;

2. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 14 de novembro de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 14-11-2023 12:01

RE: Solicitação de informações andamento SEI nº 20.22.0001.0015340.2022-29.

SECGATE <secgate@mprj.mp.br>

Ter, 14/11/2023 14:40

Para:2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>;SECGATE <secgate@mprj.mp.br>

Prezada Mayara, boa tarde.

O procedimento SEI em epígrafe encontra-se na fila de atendimento, com classificação de prioritário. Esclarecemos que os procedimentos que se encontram no GATE atendem a vários critérios (análise documental, distribuição, procedimento ordinário/prioritário, fila de atendimento, dentre outros).

Assim que possível devolveremos o feito.

Atenciosamente,

Secretaria Geral do GATE

✉ secgate@mprj.mp.br

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

De: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Enviado: terça-feira, 14 de novembro de 2023 14:25
Para: SECGATE <secgate@mprj.mp.br>
Assunto: Solicitação de informações andamento SEI nº 20.22.0001.0015340.2022-29.

À Secretaria do GATE,

Cumprimentando-os, conforme determinado pelo Exmo. Promotor de Justiça, Dr. Tiago Veras, solicito informações acerca da conclusão da IT solicitada no bojo do PA 62/2020 (MPRJ 2020.00174156), SEI nº 20.22.0001.0015340.2022-29.

Atenciosamente,

Mayara Oliveira
Matr.62001514

MPRJ

2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXE Nº1001 Rio de Janeiro, 07 de novembro de 2023

Ilmo. Sr.
Dr. TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro
Itaboraí/RJ, CEP.: 24800-113

Referência: Ofício nº 1220/2023-2PJTCOITB
PA 25/2020 – MPRJ 2020.00174193

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção aos termos do ofício em epígrafe, que solicita informações quanto ao cumprimento da obrigação contida nos itens C e C.2/C.4 da cláusula terceira do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009897-51.2018.8.19.0023, servimo-nos do presente para caminhar os subsídios apresentados pela equipe de fiscalização e gestão do contrato n° 001/2023 com informações do andamento das tratativas junto à empresa Trial.

Anexos:

- Manifestação técnica;
- Parecer técnico;
- Plano de Trabalho;
- Protocolo de Auditoria;
- Acordo do Nível de Serviço.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Filipe Alves da Silva Mendes
Subsecretário Executivo - Em Exercício
ID Funcional: 4398646-3

Documento assinado eletronicamente por **Filipe Alves da SIlva Mendes**, **Subsecretário Executivo - Em exercício**, em 08/11/2023, às 08:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **62938090** e o código CRC **642C0BDC**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070026/000398/2020 SEI nº 62938090

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria de Infraestrutura Ambiental

À Ouvidoria da SEAS
À ASSPPAM

Dando continuidade à execução do Contrato nº 001/2023 que trata da realização da Auditoria Externa dos Termos de Ajustamento de Conduta I e II do COMPERJ, encaminhamos, através do SEI-070026/002308/2023, o parecer técnico (SEI 62234082) referente à 5ª medição mensal que aprovou o **Plano de Trabalho** (SEI 62225925), o **Protocolo de Auditoria** (SEI 62181711) e o **Acordo do Nível de Serviço** (SEI 62186058). A próxima etapa de medição, em conformidade com o cronograma de trabalho aprovado (SEI 62184844) contemplará a realização da **Auditoria Piloto** e avaliação do seu respectivo relatório, com previsão de execução no mês de Novembro de 2023. O objeto da **Auditoria Piloto** será a obrigação definida no item 4.5 do TAC II, a saber: *realizar diagnóstico de avaliação da ocorrência de espécies de peixes anuais em brejos temporários na área de influência do empreendimento.*

Nestes termos, solicito que estas informações de andamento dos trabalhos sejam repassadas ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Atenciosamente,

Waldir Ruggieri Peres
Subsecretaria de Infraestrutura Ambiental
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2023

Documento assinado eletronicamente por **Waldir Ruggieri Peres**, **Assessor**, em 30/10/2023, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **62470188** e o código CRC **86C21995**.

Avenida Venezuela, nº 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: - http://www.rj.gov.br/web/sea

Criado por waldirrp, versão 2 por waldirrp em 30/10/2023 16:04:33.

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Subsecretaria de Infraestrutura Ambiental

PARECER Nº: **004/2023/SEAS/COOAATE**

DATA: 26/10/2023

PROCESSO Nº SEI-070026/000410/2021
SEI-070026/002308/2023

CONTRATADA: TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA
CNPJ 22.243.664/0001-14
RUA FIGUEIRA DE MELO, 444, SÃO CRISTÓVÃO
RIO DE JANEIRO – RJ – CEP 20941-000
TEL.: +55 (21) 3860-3828 / CEL.: +55 (21) 99367-4766
JULIUS.STEPANSKY@TRIAL.COM.BR

ASSUNTO: PARECER TÉCNICO DE ACEITE DE OBRA OU SERVIÇO - 4ª e 5ª Medições

CONTRATO Nº 001/2023 (SEI Nº 47853388, 47939108, 47965227) CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA TÉCNICA E FINANCEIRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PELA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE E A EMPRESA TRIAL (RIO) TECNLOGIA AMBIENTAL LTDA.

Senhor Subsecretário de Infraestrutura,

Com vistas à Subsecretaria Executiva

I. RELATÓRIO

Acusamos o recebimento em 25 de outubro de 2023 da 4ª Medição (SEI Nº 62217077) ao "SERVIÇOS DE AUDITORIA TÉCNICA E FINANCEIRA, BEM COMO TRABALHOS RELATIVOS A PARECERES, ANÁLISES CRÍTICAS DE DOCUMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÕES EM GERAL, A FIM DE VERIFICAR E AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DISPOSTAS NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC FIRMADOS EM 09/08/2019 E 18/02/2020 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ, o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, o Instituto Estadual do Ambiente – INEA e a Empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS", no valor total de R$ 00,00 (zero real) em função de não terem sido entregues produtos no período (25/08/2023 - 24/09/2023).

Acusamos o recebimento em 25 de outubro de 2023 da 5ª Medição (SEI Nº 62216683) referente à 1ª e à 2ª Etapa do "SERVIÇOS DE AUDITORIA TÉCNICA E FINANCEIRA, BEM COMO TRABALHOS RELATIVOS A PARECERES, ANÁLISES CRÍTICAS DE DOCUMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÕES EM GERAL, A FIM DE VERIFICAR E AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DISPOSTAS NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC FIRMADOS EM 09/08/2019 E 18/02/2020 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ, o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, o Instituto Estadual do Ambiente – INEA e a Empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS", no valor total de R$ 439.488,00 (quatrocentos e trinta e nove mil quatrocentos e oitenta e oito reais), equivalente a 7% do valor do contrato nos termos do item 6.2 do Termo de Referência.

I.1. DOS PRODUTOS

Presente no doc. SEI nº 62225925 encontra-se o PRIMEIRO PRODUTO do contrato nº 001/2023, referente ao Plano de Trabalho (revisão 02).

Presente no doc. SEI nº 62181711 encontra-se o SEGUNDO PRODUTO do contrato nº 001/2023, referente ao Protocolo de Auditoria (revisão 02).

A nota fiscal referente ao serviço executado, está inserida no doc. SEI nº 62178579, no valor de R$ 439.488,00 (quatrocentos e trinta e nove mil quatrocentos e oitenta e oito reais) equivalente a 7% do valor do contrato nos termos do item 6.2 do Termo de Referência.

O Relatório de Acompanhamento de Nível de Serviço consta no doc. SEI nº 62186058.

I.2. DA AVALIAÇÃO

Quanto ao produto apresentado:

Em 19 de outbro de 2023 a Trial (Rio) encaminhou por e-mail a segunda revisão dos Produtos 1 e 2, referentes respectivamente ao Plano de Trabalho (SEI Nº 62225925) e ao Protocolo de auditoria (SEI Nº 62181711). Após análise a comissão de gestão e fiscalização do contrato, alterada pela PORTARIA SEAS Nº 55 de 01/09/2023, entende que os documentos atendem satisfatoriamente às especificações do Termo de Referência.

Com relação à documentação apresentada:

- [x] Planilhas
- [x] Relatórios
- [x] Fluxograma
- [ ] Mapas
- [ ] Memorial foográfico
- [ ] Notas fiscais

a) As ações estão de acordo com o cronograma proposto?

- [x] sim
- [ ] não
- [ ] parcialmente

Comentário:

Em 20/09/2023 a equipe de gestão e fiscalização, alterada através da PORTARIA SEAS Nº 55 de 01/09/2023 (SEI Nº 59175302), solicitou a CONTRATADA, durante reunião mensal, a revisão do Plano de Trabalho e do Protocolo de Auditoria apresentados.
Em 10/10/2023 a contratada apresentou a primeira revisão dos produtos (REV01), que novamente não foi aprovada pela comissão de fiscalização por não conter o detalhamento esperado, mais especificamente o cronograma físico e financeiro com o planejamento dos trabalhos de auditoria.
Em 17/10/2023 a equipe de gestão e fiscalização do contrato em reunião mensal esclareu à contratada o detalhamento necessário para atender aos requisitos do termo de referência e permitir o bom acompanhamento do contrato.
Em 19/10/2023 a empresa enviou a segunda revisão dos produtos em atendimento ao requisitado pela equipe de gestão e fiscalização do contrato.

b) As atividades previstas foram realizadas a contento?

- [x] sim
- [ ] não
- [ ] parcialmente

Comentário:

As últimas revisões do Plano de Trabalho (REV02) e o Protocolo de Auditoria (REV02) atendem aos critérios do Termo de Referência e apresentam o detalhamento necessário para permitir o acompanhamento do contrato pela equipe de gestão e fiscalização.

c) Com relação à conclusão da etapa em questão:

- [x] sim
- [ ] não
- [ ] parcialmente

Comentário:

Devidamente concluída. Por se tratarem de instrumentos de planejamento, os documentos poderão sofrer alteração ao longo da execução do serviço, conforme já previsto no próprio termo de referência.

II. FUNDAMENTAÇÃO

- DECRETO Nº 45.600 DE 16 DE MARÇO DE 2016 REGULAMENTA A GESTÃO E A FISCALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO, ALTERA O DECRETO Nº 42.301/2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 11 - São instrumentos da gestão e da fiscalização das contratações, quando couber: I - o Projeto Básico ou Termo de Referência; II - o Acordo de Níveis de Serviço - ANS; III - o Registro de Ocorrência; IV - a Capacitação dos gestores e dos fiscais do contrato.

- De acordo com o Termo de Referência SEI Nº 41848811

3.2. Plano de Trabalho e dimensionamento da equipe

Devido a extensão e complexidade do trabalho torna-se obrigatório e de suma importância que a CONTRATADA elabore um cronograma de atividades, contendo o plano de trabalho detalhado, considerando as medidas, diretrizes e atividades acima dispostos, os prazos para a execução da análise de cada um dos itens previstos no TAC, descritos nesse documento, bem como para a coordenação, gerenciamento e consolidação dos trabalhos de auditoria.

3.2.1. Elaboração do plano de trabalho

A CONTRATADA deverá elaborar plano de trabalho detalhado a ser desenvolvido com respectivo cronograma e os prazos estabelecidos nesse documento.

Esse plano deverá ser composto por pelo menos: Etapas do trabalho, o período no qual elas serão executadas; Os produtos a serem entregues; Os prazos de entrega de cada produto.

3.2.4. Elaboração do protocolo de auditoria

A CONTRATADA deverá realizar o detalhamento das metodologias, procedimentos e requisitos a serem adotados para a auditoria, levando em consideração, no mínimo, os requisitos básicos descritos no item 4 deste documento.

3.2.5. Produto previsto / prazo de entrega

Produto previsto: Protocolo da auditoria contemplando os itens a serem auditados, os quais estão descritos no item 4 desse documento

Prazo de entrega: até 45 dias após assinatura do contrato.

- DECRETO Nº 48.650 DE 23 DE AGOSTO DE 2023 DISPÕE SOBRE A GOVERNANÇA LOGÍSTICA E A GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL.

Art. 50° - Cabe ao gestor do contrato, ou seu respectivo substituto, a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização do contrato, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros, na forma de regulamento expedido pelo Órgão Central do Sislog.

Art. 51° - Compete aos fiscais de contrato o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração, dentre outros, na forma de regulamento expedido pelo Órgão Central do Sislog.

III. CONCLUSÃO

Os produtos entregues à comissão de gestão e fiscalização do contrato, cuja composição foi alterada pela PORTARIA SEAS Nº 55 de 01/09/2023, foram apresentados em conformidade com as diretrizes constantes no termo de referência.

É o que nos parece. À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente por **Lorena Costa Procópio**, **Coordenadora**, em 26/10/2023, às 12:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

Documento assinado eletronicamente por **Waldir Ruggieri Peres**, **Superintendente**, em 26/10/2023, às 12:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

Documento assinado eletronicamente por **Vanessa da Silva Flores Soares de Souza**, **Diretora Adjunta**, em 26/10/2023, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Fernando Souto de Carvalho**, **Adjunto**, em 26/10/2023, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **62234082** e o código CRC **64DB93C9**.

Grupo TRIAL

SOLUÇÃO, AGILIDADE E SEGURANÇA

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

PLANO DE TRABALHO

TAC I e TAC II - COMPERJ

Revisão 02

Outubro de 2023

Sumário Executivo

O presente documento estabelece a metodologia, o cronograma, as responsabilidades, os procedimentos e os critérios técnicos para a realização das auditorias que irão verificar e avaliar o cumprimento do Termo de Referência para Auditoria Técnica e Financeira das obrigações dispostas nos Termos de Ajustamento de Conduta - TAC firmados em 09/08/2019 e 18/02/2020 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ, o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, o Instituto Estadual do Ambiente – INEA e a Empresa Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS.

Índice

1. Objetivo 4
2. Referências 5
3. Definições 6
4. Avaliação de Risco 7
5. Execução da Auditoria 8
5.1 Etapas do trabalho 8
5.2 Auditoria Piloto 9
5.3 Acompanhamento e Monitoramento 9
5.4 Análise e Avaliação de Resultados 10
6. Equipe Técnica 12
7. Cronograma 13

1. Objetivo

O presente documento visa estabelecer o escopo, equipe, metodologias e cronograma de realização de Auditoria Técnica e Financeira para verificar e avaliar o cumprimento das obrigações dispostas nos Termos de Ajustamento de Conduta – TAC firmados em 09/08/2019 e 18/02/2020 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ, o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, o Instituto Estadual do Ambiente – INEA e a Empresa Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS.

2. Referências

Este documento segue o preconizado no Termo de Referência emitido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro/ Secretaria do Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS, cujo objeto é a prestação de serviços nas modalidades de auditoria técnica e financeira, bem como trabalhos relativos a pareceres, análises críticas de documentos técnicos e avaliações em geral, afim de verificar e avaliar o cumprimento das obrigações dispostas nos Termos de Ajustamento de Conduta - TAC firmados em 09/08/2019 e 18/02/2020 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ, o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS, o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e a Empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS.

Também são considerados os próprios documentos de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC I e TAC II que deram fim às Ações Civis Públicas 9919-12.2018.819.0023, 9884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 9897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 9869-83.2018.8.19.0023 (UPGN) e 9859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV).

3. Definições

Para os efeitos deste protocolo de auditoria são adotadas as seguintes definições:

AUDITOR – profissional qualificado para executar auditorias em ações de TACs, nos assuntos pertinentes a sua especialidade, registrado e regular em seu respectivo Conselho de Classe, técnica e legalmente responsável pelo relatório da auditoria.

CONFORMIDADE – cumprimento da ação prevista no TAC segundo avaliação do auditor.

ESPECIALISTA TÉCNICO – profissional que provê habilidade ou conhecimentos específicos à equipe de auditoria, mas que não participa como um auditor.

EVIDÊNCIA DE AUDITORIA – informações verificáveis, registros, constatações ou declarações que comprovam conformidades ou não conformidades identificadas no processo de auditoria.

GATE - Grupo de Apoio Técnico Especializado.

INEA - Instituto Estadual do Ambiente.

MPRJ - Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

NÃO CONFORMIDADE – não cumprimento da ação prevista no TAC segundo avaliação do auditor.

ORGANIZAÇÃO – empresa, corporação, firma, empreendimento, autoridade ou instituição, ou parte ou combinação destes, incorporada ou não, pública ou privada, que tenha funções e administração próprias.

PARTE INTERESSADA – indivíduo ou grupo interessado ou afetado por determinada ação do TAC que esteja sendo verificada ou avaliada quanto ao seu cumprimento.

PETROBRAS - Empresa Petróleo Brasileiro S/A.

RELATÓRIO DE AUDITORIA – documento elaborado pelo auditor ou equipe de auditoria, que consolida os resultados da avaliação/verificação de determinada ação do TAC, dando parecer sobre o grau de cumprimento da referida ação.

SEAS - Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade.

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta.

4. Avaliação de Risco

O principal desafio referente ao escopo do presente documento está na variabilidade quanto a natureza dos diversos compromissos estabelecidos no processo do licenciamento do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ). Sendo assim, o presente documento procura sistematizar e detalhar as diversas fases a serem seguidas de forma a permitir o acompanhamento claro e preciso do trabalho a ser executado.

Outros desafios esperados se referem à disponibilidade das informações e dos profissionais a serem entrevistados, considerando o tempo decorrido desde a firmação dos TACs e a possibilidade de mudança da equipe de funcionários, principalmente no que concerne às repartições públicas, como prefeituras.

Ainda, para avaliação de alguns compromissos firmados será necessária visita *in loco* às áreas, podendo o cronograma ser alterado devido às condições climáticas nas datas programadas.

5. Execução da Auditoria

5.1 Etapas do trabalho

Concomitante ao presente Plano de Trabalho, está sendo desenvolvido Protocolo de Auditoria contemplando os critérios para execução, ações a serem desenvolvidas e instruções para a geração de relatórios.

Nos meses iniciais do contrato vem sendo desenvolvido o sistema on-line INFOTAC-TRIAL, onde os auditores irão inserir informações e imagens em tempo real e atores com diferentes permissões de acesso poderão acompanhar os passos do projeto. O mesmo será calibrado e ajustado até o final da Auditoria Piloto realizando adequações que reflitam as necessidades identificadas ao longo do período.

A obtenção dos documentos necessários à auditoria será realizada pelo acesso ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do Estado do Rio de Janeiro, através dos números de processos disponibilizados pelo INEA/SEAS em 07 de agosto de 2023. Ao ser identificada alguma dificuldade, será solicitado por via eletrônica auxílio à Auditada para resolução. Após baixados e organizados em pastas que reflitam o arquivamento do SEI, é realizada análise prévia pela equipe de gestão, onde os mesmos podem ser renomeados para facilitar a identificação, analisados seu teor e pertinência ao assunto e verificada a necessidade de obtenção de novos documentos não constantes naquele processo.

Inicialmente será realizada Auditoria Piloto conforme descrito no item 5.2 Auditoria Piloto deste documento.

Ao ser iniciada a auditoria das obrigações específicas, as pastas com arquivos analisados serão compartilhadas com o(a) auditor(a) especialista responsável e o mesmo terá 5 (cinco) dias para solicitação de documentação complementar. Quando da solicitação de documentos complementares aos Auditados, o prazo para entrega do respectivo relatório será interrompido caso ocorra uma demora superior a 5 dias e voltará a contar assim que os documentos solicitados forem entregues.

Para os casos que seja necessária a realização de entrevista com trabalhadores das empresas signatárias e seus fornecedores, bem como vistorias de campo para verificar a execução dos projetos, programas e atividades, inclusive daqueles executados por terceiros, bem como acompanhar os resultados dos compromissos pactuados, o(a) auditor(a) terá o prazo de 10 (dez) dias para agendamento, que será informado ao INEA/SEAS através de correspondência eletrônica.

Os relatórios de cada obrigação constante nos TACs I e II deverão ocorrer 60 (sessenta) dias após o compartilhamento dos arquivos com o(a) auditor(a) especialista responsável, conforme apresentado na Tabela 5.

Caso seja solicitada a revisão de relatório sem que seja necessária avaliação de novos documentos, o auditor terá o prazo de 15 (quinze) dias para entrega do relatório revisado. Caso a revisão envolva a avaliação de novos documentos não entregues anteriormente ou a realização de nova vistoria de campo, o prazo para entrega de relatório revisado será de 30 (trinta) dias e deverá ser realizado acordo financeiro entre as partes.

Quando for constatado no relatório de auditoria o não cumprimento de alguma obrigação e, após cumprida a mesma, seja solicitada nova auditoria, deverá ser realizado acordo financeiro entre as partes para realização da mesma.

5.2 Auditoria Piloto

Com o objetivo de avaliar a efetividade e aplicabilidade do Protocolo de Auditoria elaborado, será realizada Auditoria Piloto anteriormente definida, em conjunto com o INEA/SEAS, pela Obrigação 4.5 da Cláusula Segunda do TAC II: “Realizar diagnóstico de avaliação da ocorrência de espécies de peixes anuais em brejos temporários na área de influência do empreendimento, no prazo de 400 (quatrocentos) dias contados da homologação do TAC.”

A auditoria piloto será realizada no prazo de 45 dias, este iniciando logo que aprovado o Protocolo de Auditoria pela Contratante. Conforme pode ser verificado na Tabela 5, é estimada a entrega do relatório da Auditoria Piloto para o dia 30 de novembro de 2023.

Durante sua realização, serão discutidas as dificuldades encontradas em relatório e realizadas as adequações necessárias para melhor implementação e atendimento das Auditorias, sendo prevista as datas de 30 de novembro de 2023 para entrega do Relatório de Avaliação e 15 de dezembro de 2023 para entrega do Protocolo de Auditoria revisado, conforme Tabela 5.

5.3 Acompanhamento e Monitoramento

Durante as reuniões mensais com o órgão ambiental para acompanhamento do desenvolvimento do trabalho serão discutidas as atividades realizadas no mês e previsões para o mês seguinte. Após esta reunião será entregue o relatório mensal de acompanhamento, com prazo até o quinto dia útil de cada mês, descrevendo o progresso das ações desenvolvidas e as ações previstas para o mês seguinte. Também será discutida qualquer dificuldade ou questão relevante que surja durante o processo, verificando a implementação das recomendações e do plano de ação corretivo estabelecido e identificando a necessidade de possíveis ajustes adicionais. Junto ao relatório, serão entregues Acordo de Nível de Serviço, conforme tabela fornecida pelo SEAS/INEA, e atualização do Cronograma de Execução.

Todas as informações registradas nos formulários e fotografias obtidas em visita à campo alimentarão um sistema on-line – INFOTAC-TRIAL onde atores com diferentes permissões de acesso poderão acompanhar em tempo real os passos do projeto. Semanalmente relatórios de andamento serão produzidos de forma a sumarizar a situação em que o projeto se encontra, dificuldades encontradas, pontos negativos e positivos de forma a permitir uma experiência que permita o "*learn by doing*" do órgão contratante. Por fim, a abordagem proposta prevê uma sistematização de dados para que o sistema possa ser utilizado em outros compromissos assumidos pelos atores interessados.

5.4 Análise e Avaliação de Resultados

As constatações das auditorias serão analisadas em relação aos critérios estabelecidos no Protocolo de Auditoria, identificando as áreas de não conformidade, fraquezas ou oportunidades de melhoria.

A avaliação será realizada classificando os resultados conforme figura abaixo.

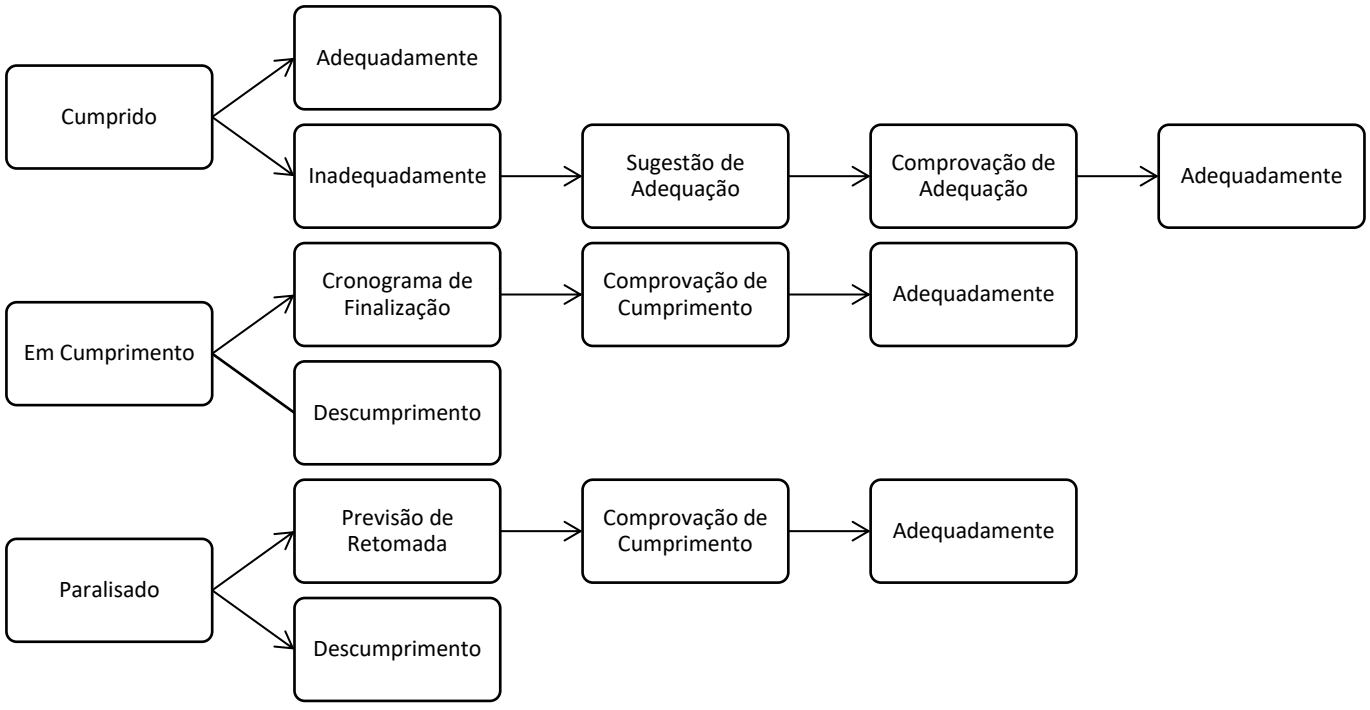


Figura 1. Classificação de status de atendimento.

Caso seja informado pelos auditados que a obrigação se encontra em cumprimento ou paralisada antes do início da auditoria da mesma, o cronograma será alterado dando prioridade para obrigações que já possuam entendimento de estarem cumpridas pelo órgão ambiental.

Caso estas situações sejam constatadas durante o processo de auditoria pelo(a) auditor(a) técnico(a) responsável, o relatório será emitido com a constatação pertinente e, caso necessário novo relatório, deverá ser realizado acordo financeiro entre as partes.

Nos casos de Cumprimento inadequado, o órgão ambiental e o Ministério Público deverão avaliar a necessidade de nova auditoria e/ou complementação de documentos e informações após a comprovação das adequações apontadas necessárias.

6. Equipe Técnica

O quantitativo e nível de conhecimento e experiência da equipe técnica visam atender a diversidade de temas abordados na presente Auditoria, conforme tabelas abaixo.

Tabela 1. Equipe técnica responsável.

COORDENAÇÃO	
PROFISSIONAL	**FORMAÇÃO**
Ricardo do Amaral Imbuzeiro (Coordenador)	Advogado e Engenheiro Químico, Auditor Líder
Marina Federhen Heberle (Suporte)	Oceanóloga e Especialista em Gestão Empresarial Sustentável, Auditora
SUPORTE TÉCNICO	
PROFISSIONAL	**FORMAÇÃO**
Estefan Monteiro da Fonseca	Doutor em Geologia e Geofísica Marinha
Marcelo Pompermayer de Almeida	Comunicador Social e Gestão Pública
Gelma Gonçalves dos Reis	Mestre em Engenharia Química

Tabela 2. Equipe técnica especializada.

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO
Aline Resende Peixoto	Bióloga, Gestora Ambiental e Doutora em Botânica
Carlos Roberto Silveira Fontenelle Bizerril	Biólogo e Mestre em Ciências Biológicas
Cristiane Jaccoud	Advogada, Engenheira Florestal e Doutora em Planejamento Ambiental
Daniel Dias Loureiro	Oceanógrafo e Doutor em Geociências
Estefan Monteiro da Fonseca	Doutor em Geologia e Geofísica Marinha
Evandro Augusto Giacomolli	Engenheiro Agrônomo
Felipe Pereira da Rocha	Geólogo e Mestre em Geologia Econômica
Gelma Gonçalves dos Reis	Mestre em Engenharia Química
Janice Rezende Vieira Peixoto	Geógrafa com Pós-doutorado em Recuperação Vegetal
Karen da Glória Antunes	Bióloga e Especialista em Planejamento e Gestão Ambiental
Leandro de Oliveira Rios	Engenheiro Civil com Pós-graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho
Maíra Mendonça da Rocha	Bióloga com Doutorado em Epidemiologia
Marcelo Pompermayer de Almeida	Comunicador Social e Gestão Pública
Marcos Aurélio Xavier da Silva	Engenheiro Civil com certificação PMP
Marina Federhen Heberle	Oceanóloga e Especialista em Gestão Empresarial Sustentável
Mauricio Rizzo	Engenheiro Civil e Eletrotécnico
Mauricio Soares da Silva	Metereologista e Doutor em Engenharia Mecânica
Noa Magalhães Pinto	Doutora em Ciências
Paulo de Tarso Marques Jussara	Graduado em Mercado e Capitais e Direito
Pieter Luiz do Amaral	Cientista Social e Especialista em Antropologia
Raone Miranda Soares	Engenheiro Agrônomo
Ricardo do Amaral Imbuzeiro	Advogado e Engenheiro Químico
Yara Teixeira Cavalcanti	Mestre em Saneamento Ambiental

7. Cronograma

O cronograma de atividades gerais é apresentado na Tabela 4. As datas de entrega de produtos são apresentadas na Tabela 5 e Tabela 6, associados ao valor definido no Termo de Referência do contrato (Tabela 3). O item referente à Auditoria das Obrigações, que corresponde a 75% do valor total do contrato é detalhado na Tabela 6.

O cronograma estará sujeito a alterações se houver necessidade de ajustes de processos durante as etapas de auditoria, prazo de disponibilização das informações solicitadas e agendamento de entrevistas com trabalhadores das empresas signatárias e seus fornecedores. Os dados e prazos serão atualizados mensalmente no relatório de acompanhamento.

Tabela 3. Cronograma Financeiro e Prazo de Cada Produto. Fonte: Temo de Referência, Contrato SEAS 001/2023.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3 A 24
Plano de Trabalho detalhado	5%		
Protocolo de auditoria contemplando todos os itens a serem auditados		2%	
Realização de auditoria piloto		3%	
Relatório da auditoria piloto, incluindo sugestões para adequação no processo de auditoria		3%	
Protocolo de auditoria ajustado		2%	
Realização da auditoria – processo completo			75%
Relatório Final de Auditoria			10%

Tabela 4. Cronograma de atividades.

ATIVIDADES	MÊS																							
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Acesso, organização e pré-avaliação da documentação das obrigações																								
Reunião de Acompanhamento (preparação, participação e elaboração de ata)																								
Criação e calibração do Sistema INFOTAC-TRIAL																								
Atualização de Informações no INFOTAC-TRIAL																								

Tabela 5. Cronograma de produtos.

PRODUTO	%	VALOR UNITÁRIO	MÊS																							
			julho/23	agosto/23	setembro/23	outubro/23	novembro/23	dezembro/23	janeiro/24	fevereiro/24	março/24	abril/24	maio/24	junho/24	julho/24	agosto/24	setembro/24	outubro/24	novembro/24	dezembro/24	janeiro/25	fevereiro/25	março/25	abril/25	maio/25	junho/25
Plano de Trabalho	5%	R$ 313.920,00	10/07/23			19/10/23 R$ 313.920,00																				
Protocolo de Auditoria	2%	R$ 125.568,00	10/07/23			19/10/23 R$ 125.568,00																				
Auditoria Piloto	3%	R$ 188.352,00					30/11/23 R$ 188.352,00																			
Relatório de Avaliação da Auditoria Piloto	3%	R$ 188.352,00					30/11/23 R$ 188.352,00																			
Adequações Protocolo de Auditoria	2%	R$ 125.568,00						15/12/23 R$ 125.568,00																		
Relatório Final	10%	R$ 627.840,00																								30/06/25 R$ 627.840,00
Auditoria Obrigações	75%	R$ 4.708.800,00								07/02/24 R$ 282.420,00	07/03/24 R$ 302.875,00	05/04/24 R$ 299.380,00	07/05/24 R$ 307.360,00	07/06/24 R$ 286.755,00	05/07/24 R$ 275.345,00	07/08/24 R$ 306.370,00	06/09/24 R$ 275.345,00	07/10/24 R$ 275.345,00	07/11/24 R$ 291.890,00	06/12/24 R$ 301.385,00	08/01/25 R$ 236.830,00	07/02/25 R$ 317.400,00	07/03/25 R$ 301.415,00	07/04/25 R$ 313.295,00	08/05/25 R$ 335.390,00	
SOMATÓRIO MENSAL			R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 439.488,00	R$ 376.704,00	R$ 125.568,00	R$ 0,00	R$ 282.420,00	R$ 302.875,00	R$ 299.380,00	R$ 307.360,00	R$ 286.755,00	R$ 275.345,00	R$ 306.370,00	R$ 275.345,00	R$ 275.345,00	R$ 291.890,00	R$ 301.385,00	R$ 236.830,00	R$ 317.400,00	R$ 301.415,00	R$ 313.295,00	R$ 335.390,00	R$ 627.840,00

Tabela 6. Cronograma de Auditoria das Obrigações.

PRODUTO	SITUAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	MÊS																							
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
TAC I COMPERJ - Cláusula Segunda																										
1		R$ 10.420,00								07/02/24 R$ 10.420,00																
2		R$ 39.505,00																	07/11/24 R$ 39.505,00							
3		R$ 39.505,00																	07/11/24 R$ 39.505,00							
3.1		R$ 39.505,00																	07/11/24 R$ 39.505,00							
3.2		R$ 34.520,00																	07/11/24 R$ 34.520,00							
4		R$ 43.000,00																	07/11/24 R$ 43.000,00							
5.1	No que concerne à Licença Prévia FE013990 (AVB000621) que autoriza a localização do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ):																									
5.1.1		R$ 34.520,00								07/02/24 R$ 34.520,00																
5.1.2		R$ 34.520,00								07/02/24 R$ 34.520,00																
5.1.3		R$ 34.520,00								07/02/24 R$ 34.520,00																
5.1.4		R$ 10.420,00								07/02/24 R$ 10.420,00																
5.1.5		R$ 10.420,00									07/03/24 R$ 10.420,00															
5.1.6		R$ 39.505,00								07/02/24 R$ 39.505,00																
5.1.7		R$ 39.505,00								07/02/24 R$ 39.505,00																
5.1.8		R$ 39.505,00								07/02/24 R$ 39.505,00																
5.1.9		R$ 43.000,00														07/08/24 R$ 43.000,00										
5.1.10		R$ 43.000,00															06/09/24 R$ 43.000,00									
5.1.11		R$ 39.505,00																		06/12/24 R$ 39.505,00						
5.1.11.1		R$ 34.520,00																		06/12/24 R$ 34.520,00						
5.1.11.2		R$ 39.505,00								07/02/24 R$ 39.505,00																
5.1.12		R$ 39.505,00															06/09/24 R$ 39.505,00									
5.1.13		R$ 39.505,00									07/03/24 R$ 39.505,00															
5.1.14		R$ 34.520,00									07/03/24 R$ 34.520,00															
5.1.15		R$ 43.000,00									07/03/24 R$ 43.000,00															
5.1.17		R$ 43.000,00									07/03/24 R$ 43.000,00															
5.1.18		R$ 39.505,00									07/03/24 R$ 39.505,00															
5.1.19		R$ 39.505,00									07/03/24 R$ 39.505,00															
5.1.20		R$ 43.000,00																		06/12/24 R$ 43.000,00						
5.1.21		R$ 10.420,00									07/03/24 R$ 10.420,00															
5.1.22		R$ 10.420,00										05/04/24 R$ 10.420,00														
5.1.26		R$ 43.000,00									07/03/24 R$ 43.000,00															
5.1.27		R$ 10.420,00										05/04/24 R$ 10.420,00														
5.1.28		R$ 39.505,00										05/04/24 R$ 39.505,00														
5.1.30		R$ 34.520,00																							R$ 34.520,00	
5.1.31		R$ 39.505,00										05/04/24 R$ 39.505,00														
5.2	Licença de Instalação IN001540 (AVB001306; AVB001465; AVB001474) para realizar a obra de implantação de Unidade Petroquímica Básica (UPB) e áreas de apoio industrial e administrativo: de Instalação IN001540 (AVB001306; AVB001465; AVB001474) para realizar a obra de implantação de Unidade Petroquímica Básica (UPB) e áreas de apoio industrial e administrativo:																									
5.2.1		R$ 10.420,00											07/05/24 R$ 10.420,00													
5.2.2		R$ 11.410,00											07/05/24 R$ 11.410,00													
5.2.3		R$ 43.000,00										05/04/24 R$ 43.000,00														
5.2.5		R$ 39.505,00										05/04/24 R$ 39.505,00														
5.2.5.1		R$ 34.520,00																		06/12/24 R$ 34.520,00						
5.3	Licença de Instalação IN021327 (renovação da LI nº FE014032) para implantação da estrutura de urbanização do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ, que contempla as obras de terraplenagem, drenagem, anel viário, canteiro de obras referente a esta etapa, instalações de segurança patrimonial, Centro Integrado de Segurança e Centro de informação:																									
5.3.1		R$ 10.420,00												07/06/24 R$ 10.420,00												
5.3.2		R$ 43.000,00															06/09/24 R$ 43.000,00									
5.3.3		R$ 43.000,00															06/09/24 R$ 43.000,00									
5.3.4		R$ 43.000,00															06/09/24 R$ 43.000,00									
5.3.5		R$ 43.000,00															06/09/24 R$ 43.000,00									
5.3.6		R$ 10.420,00												07/06/24 R$ 10.420,00												
5.3.7		R$ 39.505,00										05/04/24 R$ 39.505,00														
5.3.8		R$ 11.410,00												07/06/24 R$ 11.410,00												
5.4	Licença Prévia IN001543 para a concepção e localização da via principal de acesso rodoviário ao Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro - COMPERJ, com 7,8 km de extensão, interligando o complexo à BR-493:																									
5.4.1		R$ 10.420,00													05/07/24 R$ 10.420,00											
5.4.2		R$ 10.420,00													05/07/24 R$ 10.420,00											
5.5	Licença de Instalação IN016106 para as obras de implantação da estrada principal de acesso com 7,8 km de extensão, interligando o complexo Petroquímico a BR-493:																									
5.5.2		R$ 10.420,00														07/08/24 R$ 10.420,00										
5.5.7		R$ 10.420,00														07/08/24 R$ 10.420,00										
5.5.8		R$ 10.420,00															06/09/24 R$ 10.420,00									
5.6	Licença Prévia IN019084 aprovando a concepção e localização para as obras de um canal de navegação, um cais e um retroporto, e de uma estrada de 20 km de extensão, para o transporte de cargas especiais: Estrada UHOS (IC 161/2015):																									
5.6.1		R$ 43.000,00										05/04/24 R$ 43.000,00														
5.6.2		R$ 43.000,00																		06/12/24 R$ 43.000,00						
5.6.3		R$ 10.420,00															06/09/24 R$ 10.420,00									
5.6.4		R$ 43.000,00																		06/12/24 R$ 43.000,00						
5.7	Licença de Instalação IN020319 para realizar obras de dragagem de um canal de acesso e bacia de evolução, construção de píer de atracação, retroárea e via de acesso de cargas especiais, com supressão de vegetação nativa em 5,4 ha de floresta ombrófila densa em estágio inicial de sucessão e 1,0 ha de vegetação típica de manguezal, e implantação do Plano de Resgate, Salvamento e Monitoramento da Fauna Terrestre:																									
5.7.1		R$ 10.420,00																07/10/24 R$ 10.420,00								
5.7.2		R$ 34.520,00										05/04/24 R$ 34.520,00														
5.7.6 5.7.7		R$ 43.000,00																07/10/24 R$ 43.000,00								
5.10		R$ 43.000,00											07/05/24 R$ 43.000,00													
5.11	Executar as seguintes novas medidas reparatórias, mitigadoras e compensatórias complementares, seja em razão do entendimento do MP pela necessidade de fixação de medidas adicionais nas licenças já deferidas pelo INEA, seja pelo descumprimento das várias condicionantes que já perderam o objeto:																									
5.11.2		R$ 43.000,00																07/10/24 R$ 43.000,00								
5.11.5		R$ 39.505,00											07/05/24 R$ 39.505,00													
10		R$ 10.420,00																07/10/24 R$ 10.420,00								
11	A PETROBRAS se compromete a promover OBRIGAÇÃO DE FAZER consistente em executar as seguintes novas medidas reparatórias, mitigadoras e compensatórias complementares, seja em razão do entendimento do MPRJ pela necessidade de fixação de medidas adicionais nas condicionantes nas licenças já deferidas pelo INEA, seja pelo entendimento do MPRJ de descumprimento das várias condicionantes que já perderam o objeto, seja em atenção aos pedidos 12 e 13 da inicial:																									
11.1		R$ 43.000,00																		06/12/24 R$ 43.000,00						
11.2		R$ 43.000,00																			08/01/25 R$ 43.000,00					
11.3		R$ 43.000,00																			08/01/25 R$ 43.000,00					
11.4		R$ 43.000,00																			08/01/25 R$ 43.000,00					
11.5		R$ 43.000,00																			08/01/25 R$ 43.000,00					
11.6		R$ 43.000,00																			08/01/25 R$ 43.000,00					
TAC I COMPERJ - CLÁUSULA TERCEIRA: DO ACOMPANHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELA PETROBRAS E DAS OBRIGAÇÕES DO INEA																										
6.1	Não Aplicável à Auditoria																									
6.2	Não Aplicável à Auditoria																									
6.2.1	Relatório Final**																									
6.2.2	Não Aplicável à Auditoria																									
6.3		R$ 43.000,00																				07/02/25 R$ 46.500,00				
6.4	Não Aplicável à Auditoria																									

PRODUTO	SITUAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	MÊS																							
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
TAC I COMPERJ - Cláusula Segunda																										
6.5		R$ 10.420,00																	07/11/24 R$ 10.420,00							
6.6		R$ 39.505,00																				07/02/25 R$ 43.505,00				
6.7		R$ 11.410,00																	07/11/24 R$ 11.410,00							
6.8		R$ 39.505,00																				07/02/25 R$ 43.505,00				
6.9		R$ 34.520,00																				07/02/25 R$ 38.520,00				
6.10		R$ 34.520,00																				07/02/25 R$ 38.520,00				
Parágrafo Primeiro		R$ 34.520,00																				07/02/25 R$ 38.520,00				
Parágrafo Segundo		R$ 43.000,00																				07/02/25 R$ 46.500,00				
Parágrafo Terceiro		R$ 43.000,00																					07/03/25 R$ 46.520,00			
Parágrafo Quarto		R$ 34.520,00																					07/03/25 R$ 38.520,00			
TAC I COMPERJ - Cláusula Quarta																										
Parágrafo Primeiro		R$ 34.520,00																					07/03/25 R$ 34.520,00			
Parágrafo Segundo		R$ 34.520,00																					07/03/25 R$ 34.520,00			
Parágrafo Terceiro		R$ 39.505,00																					07/03/25 R$ 39.505,00			
Parágrafo Quarto		R$ 43.000,00																					07/03/25 R$ 43.000,00			
TAC II COMPERJ - Cláusula Segunda																										
4.1	**No que concerne à Licença Prévia IN020510 (que aprova a concepção e localização para implantação dos trechos terrestre e submarino do emissário do COMPERJ):**																									
4.1.2		R$ 43.000,00											07/05/24 R$ 43.000,00													
4.1.3		R$ 43.000,00											07/05/24 R$ 43.000,00													
4.1.4		R$ 34.520,00											07/05/24 R$ 34.520,00													
4.1.5		R$ 39.505,00											07/05/24 R$ 39.505,00													
4.2	**No que concerne à Licença de Instalação IN023703 (relativa às obras de implantação dos trechos terrestre e submarino do emissário para escoamento dos efluentes líquidos tratados do COMPERJ e lançamento em águas marinhas, no município de Maricá, com supressão de vegetação nativa em área de 3,87 ha):**																									
4.2.3		R$ 43.000,00																07/10/24 R$ 43.000,00								
4.2.4		R$ 43.000,00											07/05/24 R$ 43.000,00													
4.2.5		R$ 43.000,00																					07/03/25 R$ 43.000,00			
4.3	**No que concerne à Licença Ambiental Simplificada - LAS Nº IN025658 – na qual se aprovou a concepção, localização, implantação e operação dos canteiros de obras de apoio à execução do furo direcional para a transposição do trecho terrestre do emissário de efluentes industriais do COMPERJ pela Serra de Inoã:**																									
4.4		R$ 43.000,00												07/06/24 R$ 43.000,00												
4.5	Auditoria Piloto*																									
4.6 4.8 4.9		R$ 43.000,00																07/10/24 R$ 43.000,00								
4.10		R$ 43.000,00												07/06/24 R$ 43.000,00												
TAC II COMPERJ - Cláusula Terceira																										
A		R$ 39.505,00																						07/04/25 R$ 39.505,00		
B	**No que concerne à Licença Prévia IN020511 - que aprova a concepção e localização do Sistema Dutoviário que se destinará ao transporte de produtos líquidos, petróleo e derivados entre o Complexo petroquímico do Rio de Janeiro e o Terminal de Campos Elíseos (TECAM/REDUC) e de gás natural desde o Ponto de Entrega em Guapimirim até o COMPERJ:**																									
B.1		R$ 43.000,00												07/06/24 R$ 43.000,00												
B.2		R$ 39.505,00												07/06/24 R$ 39.505,00												
B.3		R$ 43.000,00												07/06/24 R$ 43.000,00												
B.4		R$ 43.000,00																07/10/24 R$ 43.000,00								
B.5		R$ 43.000,00												07/06/24 R$ 43.000,00												
B.6		R$ 39.505,00													05/07/24 R$ 39.505,00											
C	**No que concerne à Licença de Instalação IN024202 - que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ:**																									
C.1		R$ 43.000,00																						07/04/25 R$ 43.000,00		
C.2 C.4		R$ 34.520,00																						07/04/25 R$ 34.520,00		
C.3	**Em relação à condicionante 7 - Observar as condicionantes de validade constantes da Autorização nº 068/2011, retificada em 08/04/2013, emitida pelo ICMBio, em especial:**																									
C.3-a		R$ 43.000,00													05/07/24 R$ 43.000,00											
C.3-b		R$ 43.000,00													05/07/24 R$ 43.000,00											
C.3-c		R$ 43.000,00													05/07/24 R$ 43.000,00											
C.3-c.1		R$ 43.000,00													05/07/24 R$ 43.000,00											
C.3-d		R$ 10.420,00																		06/12/24 R$ 10.420,00						
C.3-e		R$ 43.000,00													05/07/24 R$ 43.000,00											
C.5		R$ 39.505,00																07/10/24 R$ 39.505,00								
C.6		R$ 34.520,00																	07/11/24 R$ 34.520,00							
C.7		R$ 10.420,00																		06/12/24 R$ 10.420,00						
C.13 C.15		R$ 10.420,00																			08/01/25 R$ 10.420,00					
D		R$ 39.505,00																	07/11/24 R$ 39.505,00							
TAC II COMPERJ - Cláusula Quarta																										
4.1	**No que concerne à Licença Prévia IN023530 - aprova a concepção e localização de Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGN), Unidades de Óleos Básicos Lubrificantes (ULUB) e Instalações Auxiliares do COMPERJ:**																									
4.1.1		R$ 11.410,00																			08/01/25 R$ 11.410,00					
4.2	**No que concerne à Licença de Instalação IN025099 - para a implantação das Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGN) e Instalações Auxiliares do COMPERJ:**																									
4.2.1		R$ 10.420,00																				07/02/25 R$ 10.420,00				
4.2.2		R$ 43.000,00														07/08/24 R$ 43.000,00										
4.2.4		R$ 11.410,00																				07/02/25 R$ 11.410,00				
4.2.5		R$ 39.505,00														07/08/24 R$ 39.505,00										
4.2.6 4.2.7		R$ 11.410,00																					07/03/25 R$ 11.410,00			
4.2.8		R$ 34.520,00														07/08/24 R$ 34.520,00										
4.3		R$ 10.420,00																					07/03/25 R$ 10.420,00			
4.5		R$ 10.420,00																						07/04/25 R$ 10.420,00		
TAC II COMPERJ - Cláusula Quinta																										
4	**No que concerne às Licenças Prévia nº IN021727 e de Instalação nº IN024123 das Linhas de Transmissão 345 kV:**																									
4.1.1 4.2		R$ 43.000,00														07/08/24 R$ 43.000,00										
4.1.2		R$ 43.000,00														07/08/24 R$ 43.000,00										
4.4.1		R$ 39.505,00														07/08/24 R$ 39.505,00										
4.4.6		R$ 10.420,00																						07/04/25 R$ 10.420,00		
4.5		R$ 10.420,00																						07/04/25 R$ 10.420,00		
TAC II COMPERJ - Cláusula Sexta																										
1		R$ 39.505,00																						07/04/25 R$ 39.505,00		
2		R$ 43.000,00																						07/04/25 R$ 43.000,00		
3		R$ 43.000,00																						07/04/25 R$ 43.000,00		
4		R$ 39.505,00																						07/04/25 R$ 39.505,00		
5		R$ 43.000,00																							08/05/25 R$ 43.000,00	
TAC II COMPERJ - Cláusula Sétima																										
1		R$ 39.505,00																							08/05/25 R$ 39.505,00	
2		R$ 39.505,00																							08/05/25 R$ 39.505,00	
3		R$ 39.505,00																							08/05/25 R$ 39.505,00	
4		R$ 39.505,00																							08/05/25 R$ 39.505,00	
5		R$ 39.505,00																							08/05/25 R$ 39.505,00	
6		R$ 10.420,00																							08/05/25 R$ 10.420,00	
7		R$ 10.420,00																							08/05/25 R$ 10.420,00	
8		R$ 39.505,00																							08/05/25 R$ 39.505,00	

* O valor da obrigação 4.5 está sendo contemplado no item Auditoria Piloto da Tabela 5.

** O valor da obrigação 6.2.1 está sendo contemplado no item Relatório Final da Tabela 5.

Rua Figueira de Melo, 444 - São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ | CEP 20941-000
trial@trial.com.br
(21) 3860-3828 | (21) 2589-2644
www.trial.com.br

Grupo TRIAL

SOLUÇÃO, AGILIDADE E SEGURANÇA

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

PROTOCOLO DE AUDITORIA

TAC I e TAC II - COMPERJ

Revisão 02

Outubro de 2023

Sumário Executivo

O presente documento estabelece a metodologia, as responsabilidades, os procedimentos e os critérios técnicos para a realização das auditorias que irão verificar e avaliar o cumprimento das obrigações dispostas nos Termos de Ajustamento de Conduta - TAC firmados em 09/08/2019 e 18/02/2020 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ, o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, o Instituto Estadual do Ambiente – INEA e a Empresa Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS. Bem como orienta os auditores na execução da referida auditoria e seus respectivos produtos.

Índice

1. Objetivo 4
2. Referências 5
3. Definições 6
4. Execução de Auditoria 7
I. Obrigações da Organização Auditada 7
II. Princípios da Auditoria 7
III. Critérios para Execução 8
IV. Etapas da Auditoria 9
5. Relatório de Auditoria 13
I. Introdução 13
II. Resumo 13
III. Legislações e Normas 13
IV. Documentos Analisados e Registros de evidências 13
V. Conclusão 14
VI. Recomendações 14

ANEXO I - FORMULÁRIOS DE AUDITORIA

ANEXO II - PERMISSÃO DE USO DE IMAGEM

1. Objetivo

Estabelecer a metodologia, as responsabilidades, os procedimentos e os critérios técnicos de avaliação, assim como abordagens de comprovação, para a realização das auditorias que irão verificar, discutir e avaliar o cumprimento das obrigações dispostas nos Termos de Ajustamento de Conduta - TAC firmados em 09/08/2019 e 18/02/2020 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ, o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, o Instituto Estadual do Ambiente – INEA e a Empresa Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS.

O principal desafio referente ao escopo do presente documento está na variabilidade quanto a natureza dos diversos compromissos estabelecidos no processo do licenciamento do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ). Sendo assim, o presente documento procura sistematizar e detalhar as diversas fases a serem seguidas de forma a permitir o acompanhamento claro e preciso do trabalho a ser executado.

2. Referências

Este documento segue o preconizado no Termo de Referência emitido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro/ Secretaria do Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS, cujo objeto é a prestação de serviços nas modalidades de auditoria técnica e financeira, bem como trabalhos relativos a pareceres, análises críticas de documentos técnicos e avaliações em geral, afim de verificar e avaliar o cumprimento das obrigações dispostas nos Termos de Ajustamento de Conduta - TAC firmados em 09/08/2019 e 18/02/2020 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ, o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS, o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e a Empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS.

Por não se tratar de uma auditoria nos modelos previstos em normas legais, a presente auditoria será conduzida em conformidade com as Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI), desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI).

3. Definições

Para os efeitos deste protocolo de auditoria são adotadas as seguintes definições:

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta.

AUDITOR – profissional qualificado para executar auditorias em ações de TACs, nos assuntos pertinentes a sua especialidade, registrado e regular em seu respectivo Conselho de Classe, técnica e legalmente responsável pelo relatório da auditoria.

ESPECIALISTA TÉCNICO – profissional que provê habilidade ou conhecimentos específicos à equipe de auditoria, mas que não participa como um auditor.

INTOSAI - Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores.

ISSAI - Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores.

ORGANIZAÇÃO – empresa, corporação, firma, empreendimento, autoridade ou instituição, ou parte ou combinação destes, incorporada ou não, pública ou privada, que tenha funções e administração próprias.

PARTE INTERESSADA – indivíduo ou grupo interessado ou afetado por determinada ação do TAC que esteja sendo verificada ou avaliada quanto ao seu cumprimento.

CONFORMIDADE – cumprimento da ação prevista no TAC segundo avaliação do auditor.

NÃO CONFORMIDADE – não cumprimento da ação prevista no TAC segundo avaliação do auditor.

EVIDÊNCIA DE AUDITORIA – informações verificáveis, registros, constatações ou declarações que comprovam conformidades ou não conformidades identificadas no processo de auditoria.

RELATÓRIO DE AUDITORIA – documento elaborado pelo auditor ou equipe de auditoria, que consolida os resultados da avaliação/verificação de determinada ação do TAC, dando parecer sobre o grau de cumprimento da referida ação.

4. Execução de Auditoria

I. Obrigações da Organização Auditada

Para o funcionamento das Auditorias de cumprimento dos TACs, a Organização Auditada deve:

a) Colocar à disposição da equipe de auditoria toda a documentação por ela requerida, como estudos, relatórios de acompanhamento e conclusão de metas, laudos, comprovações de ordem financeira, documentos comprobatórios de convênios e/ou outras relações institucionais, dados brutos, entre outros itens;

b) Franquear à equipe de auditoria o acesso a todas as partes das instalações e áreas adjacentes relacionadas a ações do TAC em avaliação/verificação;

c) Permitir a realização de entrevistas e reuniões com seu quadro funcional, para obtenção e confirmação das informações e evidências necessárias;

d) Dar suporte na organização de reuniões com empregados, responsáveis pela execução de estudos técnicos ambientais ou de engenharia;

e) Designar um representante responsável para acompanhamento quando das campanhas de auditoria nas instalações e/ou áreas adjacentes.

II. Princípios da Auditoria

Conforme descrito na ISSAI 100 – Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público, esta auditoria de conformidade deverá seguir: princípio da ética e independência, em que os auditores devem cumprir exigências éticas relevantes e ser independentes; julgamento, devendo os auditores manterem comportamento profissional apropriado; controle de qualidade, realizando a auditoria em conformidade com normas profissionais de controle de qualidade; gerenciamento de equipes de auditoria e habilidades, possuindo ou tendo acesso às habilidades necessárias; risco de auditoria, gerenciando os mesmos para a entrega de relatório adequado às circunstâncias da auditoria; materialidade, conforme interpretação do auditor acerca das necessidades; documentação, preparando-a de forma a ser suficientemente detalhada para fornecer uma compreensão clara do trabalho realizado, da evidência obtida e das conclusões alcançadas; e comunicação eficaz durante todo o processo de auditoria.

III. Critérios para Execução

O planejamento e a execução da auditoria deverão considerar, no mínimo, os requisitos básicos descritos no item 4 do Termo de Referência de auditoria técnica e financeira referente aos TACs I e II do COMPERJ. As evidências deverão estar fundamentadas não apenas em análise documental, mas também em inspeções nos locais relacionados às ações e entrevistas, assim como registro fotográfico e outras mídias.

As ações deverão ser classificadas conforme as seguintes naturezas:

a) Elaboração de Estudo;

b) Implantação de Medidas;

c) Execução de Obras;

d) Financiamento de Medidas (estudos, etc);

e) Estabelecimento de Convênios.

Ao decorrer do processo de avaliação, subitens podem ser criados de forma a tornar mais precisa a organização da natureza dos compromissos estabelecidos.

A execução das auditorias deverá considerar os formulários listados no Anexo I deste protocolo, desenvolvidos conforme a Natureza de cada Ação dos TACs em avaliação.

Em caso de necessidade de registros de evidências nos trabalhos de campo, conforme item 5.2, o auditor deverá obter permissão do uso de imagem, conforme documento apresentado no ANEXO II.

Em caso de necessidade de realização de entrevistas com trabalhadores das empresas signatárias e seus fornecedores, as mesmas devem ser confidenciais (sem a presença obrigatória de representantes da empresa). Dados como nome não devem ser registrados no relatório, bem como dados que facilitem a identificação dos mesmos após a auditoria.

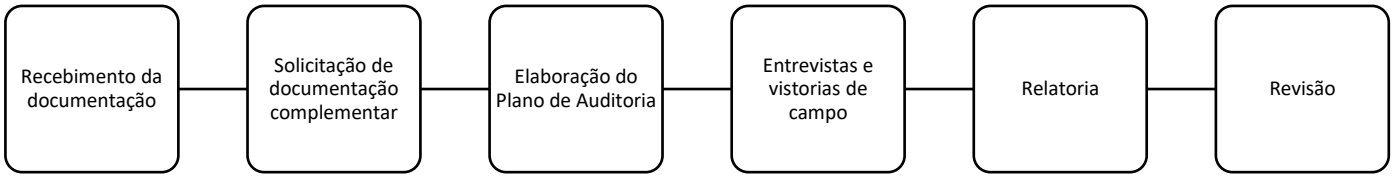
Todas as informações levantadas alimentarão um sistema on-line onde atores com diferentes permissões de acesso poderão acompanhar em tempo real os passos do projeto. Semanalmente relatórios de andamento serão produzidos de forma a sumarizar a situação em que o projeto se encontra, dificuldades encontradas, pontos negativos e positivos de forma a permitir uma experiência que permita o "*learn by doing*" do órgão contratante.

Além dos critérios apresentados, os auditores devem avaliar a necessidade de outras formas de obtenção de dados e executar procedimentos de auditoria que forneçam evidências suficientes e apropriadas para que possam avaliar e extrais conclusões adequadas em seu relatório, conforme descrito em ISSAI 100.

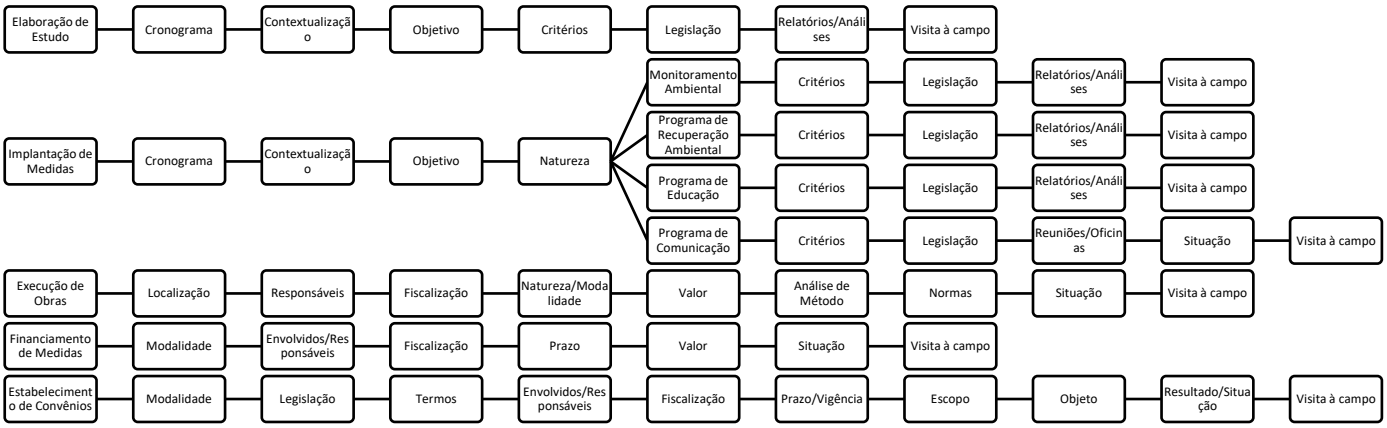
IV. Etapas da Auditoria

Estão descritas no Plano de Trabalho as etapas gerais relativas ao trabalho da Auditoria, são elas: desenvolvimento do Plano de Trabalho; desenvolvimento do Protocolo de Auditoria; desenvolvimento do sistema INFOTAC-TRIAL; obtenção de documentos no Sistema Eletrônico de Informações - SEI do Estado do Rio de Janeiro; organização e análise prévia dos documentos disponibilizados; e execução de Auditoria Piloto.

Ainda, são descritas as etapas e respectivos prazos para auditoria das obrigações específicas, desde o fornecimento dos documentos pertinentes ao(à) auditor(a) técnico(a) responsável até a revisão do relatório, conforme fluxograma abaixo.



Com relação à etapa de Relatoria, esta compreende as etapas relativas à auditoria propriamente dita e obedece às ações constantes nos formulários do Anexo I, conforme a natureza da obrigação. O fluxograma abaixo demonstra as ações macro a serem seguidas no processo de auditoria.



Cronograma

Para as obrigações que contenham a etapa de Cronograma deverão ser analisados os prazos solicitados na obrigação e o cumprimento do cronograma.

Contextualização

Em obrigações classificadas como “Elaboração de Estudo” ou “Implantação de Medidas” deverá ser descrito o contexto em que se deu o estudo.

Objetivo

Em obrigações classificadas como “Elaboração de Estudo” ou “Implantação de Medidas” deverá constar o objetivo da ação que está sendo analisada, podendo ser classificada em atenuação, prevenção ou compensação.

Critérios

Nas auditorias de natureza “Elaboração de Estudo” ou “Implantação de Medidas” deverão ser descritos individualmente os critérios estabelecidos para realização das ações, bem como dados obtidos, métodos utilizados, parâmetros considerados e condições de realização.

Legislação e Normas

Durante o processo de auditoria o(a) auditor(a) especialista responsável deverá realizar análise das legislações e normas pertinentes ao objeto analisado.

Relatórios/Análises e Reuniões/Oficinas

Ao avaliar os Relatórios e Análises recebidos do auditado, bem como documentos relativos à realização de Reuniões e Oficinas, no caso de Programa de Comunicação, deverão ser analisados os dados obtidos, métodos utilizados, parâmetros considerados, condições de realização, discussão de resultados, estudos de caso semelhantes, bem como outras informações pertinentes constantes nos formulários disponibilizados no INFOTAC-TRIAL (Anexo I).

Situação

Nos casos de análise de situação, deverá ser avaliado se as atividades envolvidas foram concluídas ou se encontram em andamento no momento de realização de auditoria.

Visita à campo

Para os casos que seja necessária a realização de entrevista com trabalhadores das empresas signatárias e seus fornecedores, bem como vistorias de campo para verificar a execução dos projetos, programas e atividades, inclusive daqueles executados por terceiros, bem como acompanhar os resultados dos compromissos pactuados, o(a) auditor(a)

Localização

No caso de realização de obras será necessário descrever a localização em que elas foram realizadas, bem como acessos para que a visita à campo seja planejada.

Responsáveis/Envolvidos

Descrição das empresas e responsáveis pela execução das obras e/ou serviços alvos da obrigação.do TAC.

Fiscalização

Indicação dos responsáveis pela fiscalização das obras e/ou serviços alvos da obrigação.do TAC, a forma que foi realizada e sua periodicidade.

Natureza/Modalidade

Se refere à classificação da natureza do programa ou modalidade de contrato, bem como suas qualificações, conforme apresentado nos formulários disponibilizados no INFOTAC-TRIAL (Anexo I).

Valor

Quando necessário ao entendimento do cumprimento da obrigação do TAC, os valores monetários envolvidos deverão ser apresentados e informados.

Análise de Método

Análise quanto à forma que a obra/serviço foi executada frente às possibilidades existentes no mercado e estudos acadêmicos.

Prazo/Vigência

Em caso de estabelecimento de convênios ou ações não concluídas, deverá ser analisada de forma crítica o prazo e/ou vigência dos contratos visando a conclusão da obrigação de referência.

Escopo

As atividades integrantes dos contratos que estabelecem convênios deverão ser detalhadas e analisadas criticamente.

Objeto

O conteúdo dos contratos firmados para estabelecimento de convênios deverá ser relatado e analisado criticamente pelo auditor responsável.

Resultado/Situação

No caso de ações concluídas deverá ser registrado e discutido sobre o resultado obtido. Já a descrição da situação deverá ser realizada para as ações que foram interrompidas ou se encontram em andamento.

5. Relatório de Auditoria

O Relatório de Auditoria deverá ser uma exposição clara, objetiva, concisa e conclusiva sobre a verificação/avaliação do nível de conformidade de determinada ação do TAC.

Sua apresentação deverá observar o seguinte formato:

I. Introdução

a) Identificação da ação do TAC sob auditoria, apresentando o escopo e os objetivos da auditoria;

b) A(s) data(s) em que a auditoria foi conduzida;

c) Identificação dos membros da equipe de auditoria e qualificação profissional;

d) Descrição das metodologias utilizadas para realização da auditoria.

II. Resumo

a) Resumo do levantamento realizado;

b) Descrição dos pontos analisados durante a auditoria;

c) Evidências coletadas;

d) Conformidades e Não conformidades relativas ao TAC;

e) Resumo das observações a respeito de imprevistos acontecidos em campo.

III. Legislações e Normas

a) O auditor(a) deverá explicitar as Normas Técnicas e a legislação utilizadas como base na auditoria.

IV. Documentos Analisados e Registros de evidências

a) Apresentação e registro dos documentos analisados, sejam internos (das empresas verificadas) ou externos (consultas as partes interessadas, fontes de informação do governo, internet, relatórios de especialistas etc.). Quando aplicável, cópias dos mesmos devem ser anexadas ao relatório;

b) Quando houver auditoria de campo, devem ser anexados registros fotográficos ao relatório. Quando aplicável a permissão do uso de imagem, conforme item 4.2, a mesma deverá ser anexada ao relatório.

V. Conclusão

a) Parecer dos auditores sobre o nível de conformidade do item avaliado (termos dos TACs I e II);

b) Registro de não conformidades frente ao TACs I e II;

c) Recomendações, caso sejam evidenciadas não conformidades;

d) Observações a respeito de imprevistos acontecidos em campo.

VI. Recomendações

a) Recomendações de acompanhamento de atividades para o órgão fiscalizador do objeto da obrigação do TAC, se aplicável;

ANEXO I – FORMULÁRIOS DE AUDITORIA

FORMULÁRIO

ELABORAÇÃO DE ESTUDO

	ITEM	RESPOSTA
1	Estudo	Nome
2	Referência no TAC	Inserção de Referência dos Documentos Legais
3	Responsável Técnico Avaliador	Dados pessoais, Formação e potenciais credenciamentos
4	Estudo respeitou o cronograma de início previsto no compromisso?	Sim/Não/Não se aplica
5	Contextualização do Estudo	Em que contexto se deu o estudo?
6	Objetivo do Estudo	Atenuação/Prevenção/Compensação
7	Qual o critério do estabelecimento de pontos de coleta?	Descrição
8	Algum documento base?	Sim/Não/Não se aplica
9	Pontos de coleta são georreferenciados adequadamente?	Sim/Não/Não se aplica
10	Abordagem adequada?	Sim/Não/Não se aplica
11	Replicação adequada?	Sim/Não/Não se aplica
12	Respeita sazonalidade?	Sim/Não/Não se aplica
13	Respeita parâmetros ambientais locais? (Clima, marés, etc)	Sim/Não/Não se aplica
14	Uso de dados primários	Sim/Não/Não se aplica
15	Quais?	Sim/Não/Não se aplica
16	Segue alguma legislação?	Sim/Não/Não se aplica
17	Qual?	Descrição
18	In situ?	Sim/Não
19	Data de obtenção dos Dados	Data
20	Método de Obtenção	Nome do Método
21	Forma de registro	Descrição
22	Usou aparelho e/ou sensor?	Sim/Não
23	Marca?	Descrição
24	Certificado de Calibração?	Sim/Não/Não se aplica
25	Uso de dados secundários	Sim/Não
26	Data dos Dados	Descrição
27	Fonte	Descrição
28	Método de Obtenção	Descrição
29	Forma de registro	Descrição
30	Usou aparelho?	Sim/Não/Não se aplica
31	Marca?	Sim/Não/Não se aplica
32	Limites de detecção?	Sim/Não/Não se aplica

33	Quais?	Sim/Não/Não se aplica
34	Houve amostragem?	Sim/Não/Não se aplica
35	Quantas amostras?	Sim/Não/Não se aplica
36	Quantas réplicas?	Sim/Não/Não se aplica
37	Quantos parâmetros?	Numeral
38	Quais parâmetros?	Descrição
39	Tempo de estabilidade de cada parâmetro	Numeral
40	Frascaria utilizada para cada parâmetro	Descrição
41	Estabilizador químico para cada parâmetro	Descrição
42	Horário de início de amostragem	Descrição
43	Horário de fim de amostragem	Descrição
44	Qual matriz amostrada	Sedimento/Água/Ar/Ruído
45	Forma de amostragem	Descrição
46	Forma de armazenamento	Descrição
47	Método de Análise	Referência
48	Limitação Reconhecida do Método?	Não/Sim: Descrição
49	Laboratório de Análise	Dados do Laboratório
50	Credenciado no INEA/IMETRO?	Sim/Não
51	Distância da Área de Campanha para o Laboratório?	Descrição
52	Tempo de trânsito entre Área de Campanha para o laboratório?	Descrição
53	Gerou base de dados	Sim/Não
54	Possível acesso a base de dados?	Sim/Não
55	Link para o acesso	Colocar link
56	Houve de Discussão dos resultados?	Sim/Não
57	Uso de Referências com Características Semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
58	Usou referências atuais?	Sim/Não/Não se aplica
59	Compara com os limites estabelecidos pela legislação vigente?	Sim/Não/Não se aplica
60	Uso de Artigos Publicados com mesmo escopo na discussão?	Sim/Não/Não se aplica
61	Usou referências de ambientes semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
62	Resultados Coerentes	Sim/Não/Não se aplica
63	Resultados conclusivos?	Sim/Não/Não se aplica
64	Existem estudos de caso semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
65	Abrangência Local ou Regional?	Sim/Não/Não se aplica
66	Apresenta uso direto?	Sim/Não/Não se aplica
67	Estudo finalizado?	Sim/Não
68	Resultados Conclusivos?	Sim/Não

69	Apresenta Relatório de Campo?	Sim/Não
70	Apresenta Seção de Referências?	Sim/Não/Não se aplica
71	Seção de Referências devidamente preenchida?	Sim/Não/Não se aplica
72	Possível acesso e disponibilização dos Relatórios de Campo?	Sim/Não
73	Link de acesso	Colocar link
74	Apresenta Laudos de Análises?	Sim/Não/Não se aplica
75	Possível acesso aos Relatórios de Campo?	Sim/Não/Não se aplica
76	Link de acesso	Colocar link

FORMULÁRIO

IMPLANTAÇÃO DE MEDIDAS

	ITEM	RESPOSTA
1	Programa	Nome
2	Referência no TAC	Inserção de Referência dos Documentos Legais
3	Responsável Técnico Avaliador	Dados pessoais, Formação e potenciais credenciamentos
4	Qual a natureza do Programa	Social/Físico/Biológico
5	Programa respeitou o cronograma de início previsto no compromisso?	Sim/Não/Não se aplica
	Data de início da implementação do Programa	Descrição
6	Contextualização do Programa	Em que contexto se deu o programa?
7	Objetivo do Programa	Atenuação/Prevenção/Compensação
8	Qual a natureza do Programa?	Monitoramento/Recuperação/Educação/Comunicação
Monitoramento Ambiental		
9	Qual o critério do estabelecimento de pontos de coleta?	Descrição
10	Algum documento base?	Sim/Não/Não se aplica
11	Pontos de coleta são georreferenciados adequadamente?	Sim/Não/Não se aplica
12	Abordagem adequada?	Sim/Não/Não se aplica
13	Replicação adequada?	Sim/Não/Não se aplica
14	Respeita sazonalidade?	Sim/Não/Não se aplica
15	Respeita parâmetros ambientais locais? (Clima, marés, etc)	Sim/Não/Não se aplica
16	Uso de dados primários	Sim/Não/Não se aplica
17	Quais?	Sim/Não/Não se aplica
18	Segue alguma legislação?	Sim/Não/Não se aplica
19	Qual?	Descrição
20	In situ?	Sim/Não
21	Data de obtenção dos Dados	Data
22	Método de Obtenção	Nome do Método
23	Forma de registro	Descrição
24	Usou aparelho e/ou sensor?	Sim/Não
25	Marca?	Descrição
26	Certificado de Calibração?	Sim/Não/Não se aplica
27	Uso de dados secundários	Sim/Não
28	Data dos Dados	Descrição
29	Fonte	Descrição
30	Método de Obtenção	Descrição

31	Forma de registro	Descrição
32	Usou aparelho?	Sim/Não/Não se aplica
33	Marca?	Sim/Não/Não se aplica
34	Limites de detecção?	Sim/Não/Não se aplica
35	Quais?	Sim/Não/Não se aplica
36	Houve amostragem?	Sim/Não/Não se aplica
37	Quantas amostras?	Sim/Não/Não se aplica
38	Quantas réplicas?	Sim/Não/Não se aplica
39	Quantos parâmetros?	Numeral
40	Quais parâmetros?	Descrição
41	Tempo de estabilidade de cada parâmetro	Numeral
42	Frascaria utilizada para cada parâmetro	Descrição
43	Estabilizador químico para cada parâmetro	Descrição
44	Horário de início de amostragem	Descrição
45	Horário de fim de amostragem	Descrição
46	Qual matriz amostrada	Sedimento/Água/Ar/Ruído
47	Forma de amostragem	Descrição
48	Forma de armazenamento	Descrição
49	Método de Análise	Referência
50	Limitação Reconhecida do Método?	Não/Sim: Descrição
51	Laboratório de Análise	Dados do Laboratório
52	Credenciado no INEA/IMETRO?	Sim/Não
53	Distância da Área de Campanha para o Laboratório?	Descrição
54	Tempo de trânsito entre Área de Campanha para o laboratório?	Descrição
55	Gerou base de dados	Sim/Não
56	Possível acesso a base de dados?	Sim/Não
57	Link para o acesso	Colocar link
58	O trabalho usou alguma ferramenta de modelagem?	Sim/Não/Não se aplica
59	Qual?	Sim/Não/Não se aplica
60	O modelo foi utilizado em outros trabalhos?	Sim/Não/Não se aplica
61	Quais	Sim/Não/Não se aplica
62	Houve de Discussão dos resultados?	Sim/Não
63	Uso de Referências com Características Semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
64	Usou referências atuais?	Sim/Não/Não se aplica
65	Compara com os limites estabelecidos pela legislação vigente?	Sim/Não/Não se aplica

66	Uso de Artigos Publicados com mesmo escopo na discussão?	Sim/Não/Não se aplica
67	Usou referências de ambientes semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
68	Resultados Coerentes	Sim/Não/Não se aplica
69	Resultados conclusivos?	Sim/Não/Não se aplica
70	Existem estudos de caso semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
71	Abrangência Local ou Regional?	Sim/Não/Não se aplica
72	Apresenta uso direto?	Sim/Não/Não se aplica
73	Monitoramento finalizado?	Sim/Não
74	Os dados foram discutidos estatisticamente?	
75	A malha amostral se mostrou adequada?	
76	Os métodos estatísticos foram usados adequadamente?	
77	Resultados Conclusivos?	Sim/Não
78	Apresenta Relatório de Campo?	Sim/Não
79	Apresenta Seção de Referências?	Sim/Não/Não se aplica
80	Existem registros fotográficos?	
81	Seção de Referências devidamente preenchida?	
82	Possível acesso e disponibilização dos Relatórios de Campo?	Sim/Não
83	Link de acesso	Colocar link
84	Apresenta Laudos de Análises?	Sim/Não/Não se aplica
85	Possível acesso aos Relatórios de Campo?	Sim/Não/Não se aplica
86	Link de acesso	Colocar link
Programa de Recuperação Ambiental		
87	Qual o critério do estabelecimento dos pontos de recuperação?	Descrição
88	Algum documento base?	Sim/Não/Não se aplica
89	Pontos de recuperação foram georreferenciados adequadamente?	Sim/Não/Não se aplica
90	Abordagem adequada?	Sim/Não/Não se aplica
91	Replicação adequada?	Sim/Não/Não se aplica
92	Respeita sazonalidade?	Sim/Não/Não se aplica
93	Respeita parâmetros ambientais locais? (Clima, marés, etc)	Sim/Não/Não se aplica
94	Uso de dados primários no processo de recuperação?	Sim/Não/Não se aplica
95	Quais?	Sim/Não/Não se aplica
96	Segue alguma legislação?	Sim/Não/Não se aplica
97	Qual?	Descrição
98	*In situ?*	Sim/Não

99	Data de obtenção dos Dados	Data
100	Método de Obtenção	Nome do Método
101	Forma de registro	Descrição
102	Usou aparelho e/ou sensor?	Sim/Não/Não se aplica
103	Marca?	Descrição
104	Certificado de Calibração?	Sim/Não/Não se aplica
105	Uso de dados secundários	Sim/Não
106	Data dos Dados	Descrição
107	Fonte	Descrição
108	Método de Obtenção	Descrição
109	Forma de registro	Descrição
110	Usou aparelho?	Sim/Não/Não se aplica
111	Marca?	Sim/Não/Não se aplica
112	Limites de detecção?	Sim/Não/Não se aplica
113	Quais?	Sim/Não/Não se aplica
114	Houve amostragem?	Sim/Não/Não se aplica
115	Quantas amostras?	Sim/Não/Não se aplica
116	Quantas réplicas?	Sim/Não/Não se aplica
117	Quantos parâmetros?	Numeral
118	Quais parâmetros?	Descrição
119	Tempo de estabilidade de cada parâmetro	Numeral
120	Frascaria utilizada para cada parâmetro	Descrição
121	Estabilizador químico para cada parâmetro	Descrição
122	Horário de início de amostragem	Descrição
123	Horário de fim de amostragem	Descrição
124	Qual matriz amostrada	Sedimento/Água/Ar/Ruído
125	Forma de amostragem	Descrição
126	Forma de armazenamento	Descrição
127	Método de Análise	Referência
128	Limitação Reconhecida do Método?	Não/Sim: Descrição
129	Laboratório de Análise	Dados do Laboratório
130	Credenciado no INEA/IMETRO?	Sim/Não
131	Distância da Área de Campanha para o Laboratório?	Descrição
132	Tempo de trânsito entre Área de Campanha para o laboratório?	Descrição
133	Gerou base de dados	Sim/Não
134	Possível acesso a base de dados?	Sim/Não
135	Link para o acesso	Colocar link

136	O trabalho usou alguma ferramenta de modelagem?	Sim/Não/Não se aplica
137	Qual?	Sim/Não/Não se aplica
138	O modelo foi utilizado em outros trabalhos?	Sim/Não/Não se aplica
139	Quais	Sim/Não/Não se aplica
140	Houve de Discussão dos resultados?	Sim/Não
141	Uso de Referências com Características Semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
142	Usou referências atuais?	Sim/Não/Não se aplica
143	Compara com os limites estabelecidos pela legislação vigente?	Sim/Não/Não se aplica
144	Uso de Artigos Publicados com mesmo escopo na discussão?	Sim/Não/Não se aplica
145	Usou referências de ambientes semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
146	Resultados Coerentes	Sim/Não/Não se aplica
147	Resultados Efetivos?	Sim/Não/Não se aplica
148	Existem estudos de caso semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
149	Abrangência Local ou Regional?	Sim/Não/Não se aplica
150	Apresenta uso direto?	Sim/Não/Não se aplica
151	Estudo finalizado?	Sim/Não/Não se aplica
152	Os dados foram discutidos estatisticamente?	Sim/Não/Não se aplica
153	A malha amostral se mostrou adequada?	Sim/Não/Não se aplica
154	Os métodos estatísticos foram usados adequadamente?	Sim/Não/Não se aplica
155	Resultados Efetivos?	Sim/Não/Não se aplica
156	Apresenta Relatório de Campo?	Sim/Não/Não se aplica
157	Apresenta Seção de Referências?	Sim/Não/Não se aplica
158	Seção de Referências devidamente preenchida?	Sim/Não/Não se aplica
159	Possível acesso e disponibilização dos Relatórios de Campo?	Sim/Não/Não se aplica
160	Existem registros fotográficos	Sim/Não/Não se aplica
161	Link de acesso	Sim/Não/Não se aplica
162	Apresenta Laudos de Análises?	Sim/Não/Não se aplica
163	Possível acesso aos Relatórios de Campo?	Sim/Não/Não se aplica
164	Link de acesso	Sim/Não/Não se aplica
Programa de Educação		
165	Qual o critério do estabelecimento do público-alvo?	Descrição
166	Algum documento base?	Sim/Não/Não se aplica
167	Abordagem adequada?	Sim/Não/Não se aplica
168	Replicação adequada?	Sim/Não/Não se aplica

169	Respeita características intelectuais locais?	Sim/Não/Não se aplica
170	Respeita parâmetros socioambientais locais? (condições sociais)	Sim/Não/Não se aplica
171	Uso de dados ferramentas educativas?	Sim/Não/Não se aplica
172	Quais?	Sim/Não/Não se aplica
173	Segue alguma legislação?	Sim/Não/Não se aplica
174	Qual?	Descrição
175	O trabalho previu reuniões públicas?	
176	*In loco* ou a distância	*In loco*/ A distância
177	Data de aplicação das oficinas	Data
178	Método de aplicação	Nome do Método
179	Forma de registro	Descrição
180	Usou de infraestrutura?	Sim/Não/Não se aplica
181	Usou tecnologia?	Descrição
182	Houve produção de material didático?	Sim/Não/Não se aplica
183	É possível ao acesso aos mesmos?	Sim/Não/Não se aplica
184	Uso de dados secundários para a valoração e adequação de método?	Sim/Não/Não se aplica
185	Houve registro de participação?	Descrição
186	Houve comprovação de aplicação?	Sim/Não/Não se aplica
187	Houve de Discussão dos resultados?	Sim/Não
189	Uso de Referências com Características Semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
190	Usou referências atuais?	Sim/Não/Não se aplica
191	Uso de Artigos Publicados com mesmo escopo na discussão?	Sim/Não/Não se aplica
192	Usou referências de ambientes semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
193	Resultados Coerentes	Sim/Não/Não se aplica
194	Resultados Efetivos?	Sim/Não/Não se aplica
195	Existem estudos de caso semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
196	Abrangência Local ou Regional?	Sim/Não/Não se aplica
197	Apresenta uso direto?	Sim/Não/Não se aplica
198	Programa finalizado?	Sim/Não/Não se aplica
199	Os resultados foram discutidos estatisticamente?	Sim/Não/Não se aplica
200	A malha amostral se mostrou adequada?	Sim/Não/Não se aplica
201	Os métodos estatísticos foram usados adequadamente?	Sim/Não/Não se aplica
202	Resultados Efetivos?	Sim/Não/Não se aplica
203	Apresenta Relatório de Campo?	Sim/Não/Não se aplica

204	Seção de Referências devidamente preenchida?	Sim/Não/Não se aplica
205	Possível acesso e disponibilização dos Relatórios de Campo?	Sim/Não/Não se aplica
206	Existem registros fotográficos	Sim/Não/Não se aplica
207	Link de acesso	Sim/Não/Não se aplica
208	Possível acesso aos Relatórios de Campo?	Sim/Não/Não se aplica
209	Link de acesso	Sim/Não/Não se aplica
Programa de Comunicação		
210	Qual o critério do estabelecimento do público-alvo?	Descrição
211	Algum documento base?	Sim/Não/Não se aplica
212	Abordagem adequada?	Sim/Não/Não se aplica
213	Replicação adequada?	Sim/Não/Não se aplica
214	Respeita características intelectuais locais??	Sim/Não/Não se aplica
215	Respeita parâmetros ambientais locais? (condições sociais)	Sim/Não/Não se aplica
216	Uso de dados ferramentas educativas?	Sim/Não/Não se aplica
217	Quais?	Sim/Não/Não se aplica
218	Existe possibilidade de acesso às ferramentas?	Sim/Não/Não se aplica
219	Link para acesso	Descrição
220	Segue alguma legislação?	Sim/Não/Não se aplica
221	Qual?	Descrição
222	O trabalho previu reuniões públicas?	Sim/Não/Não se aplica
223	*In loco* ou a distância	*In loco*/ A distância
224	Data de aplicação das oficinas	Data
225	Método de aplicação	Nome do Método
226	Forma de registro	Descrição
227	Usou de infraestrutura?	Sim/Não/Não se aplica
228	Usou tecnologia?	Descrição
229	Houve produção de material didático?	Sim/Não/Não se aplica
230	Certificado de Calibração?	Sim/Não/Não se aplica
231	Uso de dados secundários para a valoração e adequação de método?	Sim/Não
232	Houve registro de participação?	Descrição
233	Houve de Discussão dos resultados?	Sim/Não
234	Uso de Referências com Características Semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
235	Usou referências atuais?	Sim/Não/Não se aplica
236	Uso de Artigos Publicados com mesmo escopo na discussão?	Sim/Não/Não se aplica

237	Usou referências de ambientes semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
238	Resultados Coerentes	Sim/Não/Não se aplica
239	Resultados Efetivos?	Sim/Não/Não se aplica
240	Existem estudos de caso semelhantes?	Sim/Não/Não se aplica
241	Abrangência Local ou Regional?	Sim/Não/Não se aplica
242	Apresenta uso direto?	Sim/Não/Não se aplica
243	Programa finalizado?	Sim/Não/Não se aplica
244	Os resultados foram discutidos estatisticamente?	Sim/Não/Não se aplica
245	A malha amostral se mostrou adequada?	Sim/Não/Não se aplica
246	Os métodos estatísticos foram usados adequadamente?	Sim/Não/Não se aplica
247	Resultados Efetivos?	Sim/Não/Não se aplica
248	Apresenta Relatório de Campo?	Sim/Não/Não se aplica
249	Seção de Referências devidamente preenchida?	Sim/Não/Não se aplica
250	Possível acesso e disponibilização dos Relatórios de Campo?	Sim/Não/Não se aplica
251	Existem registros fotográficos	Sim/Não/Não se aplica
252	Link de acesso	Sim/Não/Não se aplica
253	Possível acesso aos Relatórios de Campo?	Sim/Não/Não se aplica
254	Link de acesso	Sim/Não/Não se aplica

FORMULÁRIO

EXECUÇÃO DE OBRAS

	ITEM	RESPOSTA
1	Obra	Nome
2	Referência no TAC	Inserção de Referência dos Documentos Legais
3	Responsável Técnico Avaliador	Dados pessoais, Formação e potenciais credenciamentos
4	Localização da Obra	Endereço, Dados GPS
5	Responsável pela contratação e construção	Descrição (Petrobrás, Município etc.)
6	Contrato de Construção prevê garantias?	Sim/Não/Não se aplica
7	Qual empreiteira?	Descrição:
8	Empreiteira apresenta alguma ISO?	Qual?
9	Houve fiscalização de terceiros?	Sim/Não/Não se aplica
10	De que natureza?	Pessoa Física/Pessoa Jurídica
11	Profissional responsável	Dados da Empresa ou Profissional
12	Formação	Descrição
13	Qual a natureza da Obra?	Social/Logística
14	Obra aparente?	Sim/Não/Não se aplica
15	Qual Valor da Obra?	Numeral
16	Obra completa ou reforma	Completa/Reforma
17	Método de Contratação?	Contratação Direta/ Licitação?
18	Escopo associado a algum plano de trabalho?	Sim/Não
19	Qual?	Descrição
20	Obra iniciada no prazo?	Sim/Não/Não se aplica
21	Obra efetivada?	Sim/Não
22	Duração da obra?	Cronograma
23	Por que não foi finalizada?	Descrição
24	Obra em andamento?	Sim/Não
25	Expectativa de finalização?	Data
26	Resultados diretos da obra efetivos?	Sim/Não/Não se aplica
27	Método construtivo	Descrição
28	Método adequado financeiramente?	Sim/Não/Não se aplica
30	Método adequado ecologicamente?	Sim/Não/Não se aplica
31	Segue alguma ISO?	Sim/Não/Não se aplica
32	Qual?	Descrição
33	Acesso a plantas?	Sim/Não/Não se aplica
34	Link de acesso as plantas	Link
35	Acesso a documentos comprobatórios?	Sim/Não/Não se aplica

36	Link de acesso aos documentos comprobatórios	Link
37	Acesso a fotos comprobatórias?	Sim/Não/Não se aplica
38	Link para fotos comprobatórias	Link

FORMULÁRIO

FINANCIAMENTO DE MEDIDAS

	ITEM	RESPOSTA
1	Financiamento de Medidas	Nome
2	Referência no TAC	Inserção de Referência dos Documentos Legais
3	Responsável Técnico Avaliador	Dados pessoais, Formação e Potenciais Credenciamentos
4	Modalidade	Repasse/ Contratação/Outros
5	Se “Outros”, qual?	Descrição
6	Modalidade legalmente adequada?	Sim/ Não
7	Partes Envolvidas	Descrição (Petrobrás, Município etc.)
8	Financiamento feito no prazo solicitado?	Sim/ Não/ Não se aplica
9	Valor?	Descrição
10	Financiamento feito em partes?	Sim/ Não/ Não se aplica
11	Financiamento totalizado?	Sim/ Não/ Não se aplica
12	Motivo para a não totalização:	Descrição
13	Resultado Efetivo	Sim/ Não/ Não se aplica
14	Houve fiscalização do compromisso firmado no ato do financiamento?	Sim/ Não/ Não se aplica
15	Qual?	Sim/ Não/ Não se aplica
16	Acesso ao documento comprobatório de execução do escopo?	Sim/Não
17	Link de acesso ao documento comprobatório de execução do escopo	Link
18	Acesso a documento comprobatório de fiscalização?	Sim/Não
19	Link de acesso ao documento comprobatório de fiscalização?	Link

FORMULÁRIO

ESTABELECIMENTO DE CONVÊNIOS

	ITEM	RESPOSTA
1	Estabelecimento de “Convênio”	Nome
2	Referência no TAC	Inserção de Referência dos Documentos Legais
3	Responsável Técnico Avaliador	Dados pessoais, Formação e Potenciais Credenciamentos
4	Modalidade	Acordo/ Termo de compromisso/ Convênio/ Outros
5	Se outros, qual:	Descrição
6	Modalidade legalmente adequada?	Sim/ Não
7	Termos da modalidade respeitados?	Sim/ Não/ Não se aplica
8	Partes Envolvidas	Descrição (Petrobrás, Município etc.)
9	Convênio estabelecido no prazo solicitado?	Sim/ Não/ Não se aplica
10	Tempo de vigência	Datas
11	Escopo 1 (uma das partes)	Descrição
12	Escopo 2 (uma das partes)	Descrição
13	Escopo 3 (uma das partes)	Descrição
14	Objeto	Descrição
15	Resultado Efetivo	Sim/ Não/ Não se aplica
16	Fiscal do “convênio”	Sim/ Não/ Não se aplica
17	Qual?	Sim/ Não/ Não se aplica
18	Acesso ao documento?	Sim/Não
19	Link de acesso ao documento	Link

ANEXO II – PERMISSÃO DE USO DE IMAGEM

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu,_____, portador da Cédula de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob nº _____, residente à Rua _____, nº _____, na cidade de _____, AUTORIZO o uso de minha imagem (ou do menor _____ sob minha responsabilidade) em fotos ou filme, sem finalidade comercial, para ser utilizada pela TRIAL RIO TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ 22.243.664/0001-41, nos relatórios oriundos de serviços de auditoria técnica e financeira, bem como trabalhos relativos a pareceres, análises críticas de documentos técnicos e avaliações em geral, afim de verificar e avaliar o cumprimento das obrigações dispostas nos Termos de Ajustamento de Conduta – TAC firmados em 09/08/2019 e 18/02/2020 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ, o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, o Instituto Estadual do Ambiente – INEA e a Empresa Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

_____, ____/____/_____

_____

Assinatura

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

CONTRATO: SEAS 001/2023

SERVIÇO: Auditoria Técnica e Financeira para verificar e avaliar o cumprimento das obrigações dispostas nos Termos de Ajustamento de Conduta - TAC firmados em 09/08/2019 e 18/02/2020 entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ, o Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, o Instituto Estadual do Ambiente – INEA e a Empresa Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS.

MÊS/ANO DA VERIFICAÇÃO: Outubro/2023

TOTAL DE OCORRÊNCIAS: 0

OCORRÊNCIA 1: Não apresentação dos Relatórios de Detalhamento de execução e de Acompanhamento de Nível de Serviço.

AFERIÇÃO: Condicionada à verificação pelo fiscal do contrato

OBSERVAÇÃO: A quantidade de ocorrência registrada corresponderá ao número de faltas que nela incorrerem um mesmo mês.

Total de Ocorrências: 0

Data da Ocorrência:

Descrição Sintética: Não haviam sido entregues Relatórios de Detalhamento de execução e de Acompanhamento de Nível de Serviço até o momento, devido não aprovação do cronograma físico-financeiro.

OCORRÊNCIA 2: Inobservância do cronograma previsto para as atividades.

AFERIÇÃO: Condicionada à verificação pelo fiscal do contrato.

OBSERVAÇÃO: A cada comunicação e o não cumprimento será considerada uma ocorrência.

Total de Ocorrências: 0

Data da Ocorrência:

Descrição Sintética: Não existia cronograma aprovado até a presente data.

OCORRÊNCIA 3: Inobservância de resposta máxima em 24 (vinte quatro) horas dos questionamentos encaminhados pela fiscalização do contrato.

AFERIÇÃO: Condicionada à verificação pelo fiscal do contrato.

OBSERVAÇÃO: Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.

Total de Ocorrências: 0

Data da Ocorrência:

Descrição Sintética: Todos os questionamentos e solicitações foram atendidos dentro dos prazos solicitados pela comissão de gestão/fiscalização do contrato.

OCORRÊNCIA 4: A não readequação de relatório rejeitado pela equipe de fiscalização.

AFERIÇÃO: Condicionada à verificação pelo fiscal do contrato.

OBSERVAÇÃO: Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.

Total de Ocorrências: 0

Data da Ocorrência:

Descrição Sintética: Todas as readequações dos documentos apresentados até o presente momento foram realizadas conforme solicitações da comissão de gestão/fiscalização do contrato.

PRODUTOS

No mês de outubro de 2023 foram entregues os produtos abaixo relacionados com seus respectivos valores, conforme cronograma físico-financeiro estabelecido no Plano de Trabalho:

1. Plano de Trabalho (R$ 313.920,00)
2. Protocolo de Auditoria (125.568,00)

Tabela 1. Total de ocorrências.

TOTAL DE OCORRÊNCIAS E REGRA DE FATURAMENTO				
OCORRÊNCIA	**1**	**2**	**3**	**4**
Total de ocorrências	0	0	0	0
Total (+) (A)	0	0	0	0
Tolerância (-) (B)	2	2	2	1
Excesso de ocorrências (C) = (A)-(B)	0	0	0	0
Peso (X)	6	8	8	10
Número corrigido (D) = (C)x(X)	0	0	0	0
Fator de aceitação (=) SOMA (D)	**0**			
FAIXA DE FATURAMENTO*	**FAIXA 01**			
PERCENTUAL APLICADO	**100%**			
VALOR TOTAL DE FATURAMENTO	**R$ 439.488,00**			

* Faixa de faturamento estabelecida conforme Tabela 2.

Tabela 2. Regra de faturamento.

REGRA DE FATURAMENTO			
FAIXA 01	>	0	100%
FAIXA 02	1	10	95%
FAIXA 03	11	20	90%
FAIXA 04	21	50	85%
FAIXA 05	51	80	80%
FAIXA 06	81	100	75%
FAIXA 07	101	<	70%

Rua Figueira de Melo, 444 - São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ | CEP 20941-000
(21) 3860-3828 | (21) 2589-2644
trial@trial.com.br
www.trial.com.br

Rua Figueira de Melo, 444 - São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ | CEP 20941-000
(21) 3860-3828 | (21) 2589-2644
trial@trial.com.br
www.trial.com.br

Segue abaixo link para acesso ao anexo do Of.SEAS/SUBEXE Nº 1001, consistente em planilha do Excel.

Fisico_Financeiro_TAC_Versao_Final (1).xlsx

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Documento id. 01295126

INTERNO

Nesta data, junto aos presentes autos cópia do Of.SEAS/SUBEXE Nº1001, conforme determinado no Despacho (id. 01286300) exarado no bojo do PA 25/2020 – MPRJ 202000174193.

Itaboraí, 29 de novembro de 2023

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787

Ofício nº 2486/2023-2PJTCOITB
Documento id. 01327679
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Assunto: PA 62/2020 - MPRJ 202000174156 e ACP nº 0009919-12.2018.8.19.0023
Destinatário: COORDENAÇÃO GERAL DO GATE
E-mail: secgate@mprj.mp.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Coordenador, Doutor DANIEL LIMA RIBEIRO,

Cumprimentando-o, cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência cópia da ata de reunião realizada entre este Promotor de Justiça e a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS em 09/08/2023; cópia da planilha com os 126 TAC's do COMPERJ contendo as cláusulas e indicando quais procedimentos foram arquivados; cópia do email remetido à SEAS em 17/08/2023 e cópia da petição ministerial exarada no bojo do ACP nº 0009919-12.2018.8.19.0023 em 11/09/2023, solicitando que seja considerado quando elaboração da análise técnica solicitada no bojo do PA 62/2020 - MPRJ 202000174156 (processo SEI nº 20.22.0001.0015340.2022-29).

Ao ensejo, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

Itaboraí, 06 de dezembro de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 06-12-2023 13:44

Ofício nº 2486/2023-2PJTCOITB - 62/2020 - MPRJ 202000174156

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>

Qui, 07/12/2023 12:52

Para:SECGATE <secgate@mprj.mp.br>

5 anexos (5 MB)

Ofício 2486_2023-2PJTCOITB - GATE.pdf; Petição_ ACP . 0009919-12.2018.8.19.0023_manifestação sobre execução da clásula de auditoria externa _TAC I COMPERJ - assinado.pdf; 00855286 - Email – Encaminha planilhas de andamento dos PA's do COMPERJ.pdf; 00855287 - PLANILHA DE ANDAMENTO - PROCEDIMENTOS COMPERJ TAC II.pdf; 00828998 - Ata_Memória.pdf;

À Coordenação-Geral do GATE (aos cuidados do Dr. HELENO RIBEIRO PEREIRA NUNES FILHO e de JULIANA NASCIMENTO BOSSARDI),

Cumprimentando-os, sirvo-me do presente para encaminhar o Ofício nº 2486/2023-2PJTCOITB, expedido pela 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí no bojo do PA 62/2020 - MPRJ 202000174156).

Peço a gentileza de que confirmem o recebimento deste e-mail.

Atenciosamente,

Thaís Vieira dos Santos
Técnico Administrativo
Matr. 7787

MPRJ

2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Documento id. 01400006

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156) e Procedimento Administrativo n. 207/2019 - MPRJ 2019.00978605.

PROMOÇÃO CONJUNTA

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. **Oficie-se à SEAS/INEA** solicitando informar como está sendo realizada a publicidade em relação ao cumprimento das cláusulas do TAC e ao comprimento das condicionantes das licenças do COMPERJ. Ademais, considerando que o STJ no RECURSO ESPECIAL n. 1857098 - MS (2020/0006402-8) firmou a tese que: *"(...) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa)(...)",* o Ministério Público, nesta oportunidade, vem solicitar em termos de transparência ativa que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e da SEAS, em local próprio, uma aba sobre informações acerca do cumprimento das cláusulas do TAC do COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras, bem como uma aba própria para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões em relação ao acompanhamento do TAC;

2. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 20-12-2023 16:36

imediatamente nova vista.

Itaboraí, 20 de dezembro de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Ofício nº 2693/2023-2PJTCOITB
Documento id. 01400143
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Assunto: PA 62/2020 - MPRJ 202000174156 e PA 207/2019 - MPRJ 2019.00978605
Destinatário: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro - SEAS; Instituto Estadual do Ambiente - INEA
E-mail: ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência dos procedimentos em epígrafe, os quais visam a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos . 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859- 39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima, obrigou-se a "(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade", e apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.2 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919- 12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 6.2 da cláusula terceira, obrigou-se a "(...)depositar o valor de R$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 20-12-2023 17:08

e quarenta mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente a ser contratada pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria no prazo de 60 dias do recebimento de cada obrigação, que deverá ser entregue imediata e simultaneamente ao INEA/SEAS, PETROBRAS e MPRJ".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça solicitar seja informado como está sendo realizada a publicidade em relação ao cumprimento das cláusulas do TAC e ao comprimento das condicionantes das licenças do COMPERJ. Ademais, considerando que o STJ no RECURSO ESPECIAL n. 1857098 - MS (2020/0006402-8) firmou a tese que: "(...) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa)(...)", o Ministério Público, nesta oportunidade, vem solicitar em termos de transparência ativa que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e da SEAS, em local próprio, uma aba sobre informações acerca do cumprimento das cláusulas do TAC do COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras, bem como uma aba própria para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões em relação ao acompanhamento do TAC. Fixa-se o prazo de 20 (vinte) dias para resposta.**

Seguem anexas cópias das Portarias de Instauração e dos Relatórios Iniciais de Investigação dos procedimentos para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 20 de dezembro de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES

Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607, Centro - Itaboraí, RJ - Brasil CEP 24800-113
Email: 2pjtcoitb@mprj.mp.br - Telefones: (21) 2645-6950

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Documento id. 01400200

Documento enviado em 20 de dezembro de 2023:
Ofício 2693/2023-2PJTCOITB

INTERNO

VIA EMAIL.

Itaboraí, 20 de dezembro de 2023

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Gabinete do Secretário

Of.SEAS/OUVI Nº142 Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2023

Ilmo. Sr. Promotor

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil

Referência: Ofício nº 2693/2023-2PJTCOITB - PA 62/2020 - MPRJ 202000174156 e PA 207/2019 - MPRJ 201900978605

Excelentíssimo Promotor de Justiça,

Com os cumprimentos de estilo e, em atenção à solicitação exposta no ofício em epígrafe, informo que estamos providenciando, junto aos órgãos específicos desta Secretaria, elementos para instruir a resposta a ser encaminhada a esse Ministério Público.

No entanto, considerando a grande quantidade de demandas desta Secretaria de Estado e os esforços envidados no sentido de harmonizar as atribuições institucionais com o atendimento tempestivo às requisições formuladas por esse i. *Parquet,* solicitamos a prorrogação do prazo para resposta, concedido inicialmente pelo Ministério Público Estadual, por mais 60 (sessenta) dias.

Diante do exposto, sem mais no momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Beatriz Cárdenas

SEAS/Ouvidoria

ID 51095564

Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Cardenas dos Santos**, **Assistente II**, em 21/12/2023, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **65714796** e o código CRC **52C774B4**.

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº: 1409/2023

21 de Dezembro de 2023

Nº MPRJ: 2020.00174156

SOLICITANTE: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ITABORAÍ

COORDENADAS (Local da diligência):

LAT.: -22.665913383 **LONG.:** -42.855245684

Indústria. Petróleo e derivados, gás e biocombustíveis. 1 - Serviço técnico: Análise da economicidade (sobrepreço). 2 - Serviço técnico: Análise de atendimento a obrigações de cunho técnico de TAC. O Termo de Referência elaborado pela SEAS apresentou-se inadequado. .



Leia o QR code com seu celular.

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de expediente administrativo procedente da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí, referente ao Procedimento Administrativo n° 202000174156, o qual apura o cumprimento da obrigação contida no **item[1] 1 da cláusula sétima**, do Termo de Ajuste de Conduta (TAC II) do Complexo Petroquímico de Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ) pactuado entre o MPRJ, a Petrobras, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da Ação Civil Pública n° 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.l9.0023, 0009869-83.2018.8.19.0023 e 0009859-39.2018.8.19.0023.

Frente ao exposto, a presente Informação Técnica visa atender à Solicitação de Análise Técnica, encaminhada por meio do Processo SEI n. 20.22.0001.0015340.2022-29 que demanda avaliação do GATE nos seguintes termos:

> Remeter o feito ao GATE, via SEI, solicitando: (i) IT AMBIENTAL para informar se o projeto apresentado pelo Estado atende satisfatoriamente à obrigação assumida, do ponto de vista técnico ambiental (verificar a sua compatibilidade com o escopo/natureza da obrigação); (ii) IT CONTÁBIL para informar se o prometo apresentado pelo Estado está formalmente regular e com preços compatíveis com o valor de mercado;

A análise realizada na presente Informação Técnica será baseada no Edital de Pregão Eletrônico 003/2022 e em seus anexos, bem como nas documentações encaminhadas pela Promotoria por meio dos arquivos: "Anexo Externo novos documentos (2934193)" e Anexo Externo (2959321).

[1] (...) 1) A PETROBRAS depositará o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade.

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

2. ANÁLISE

Inicialmente cabe registrar o lapso temporal entre a contratação do Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2022 para contratação da Auditoria Externa Independente e a assinatura dos TACs (agosto de 2019 e fevereiro de 2020), o que gerou um descompasso enorme com os prazos determinados no termo e com as análises efetuadas pelo órgão ambiental e pelo GATE até o momento.

Caberia a obrigação da contratação da Auditoria Externa ser a primeira premissa a ser observada pela Secretaria Estadual do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) e pelo INEA. A licitação foi realizada após, aproximadamente, três anos da vigência do TAC.

Considerando o atraso da SEAS no atendimento dessa obrigação o Promotor Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo de Itaboraí promoveu uma reunião[2] virtual no dia 09 de agosto de 2023 com os representantes da SEAS. Na ocasião, foi dito pelo Promotor que o escopo do trabalho a ser realizado pela empresa Auditora deveria ser reduzido considerando que várias obrigações da Petrobras foram cumpridas e o GATE e INEA conseguiram atestar o cumprimento mesmo sem a auditoria.

No Termo de Referência elaborado pela SEAS, não foi observado o cenário atual das ações já consideradas atendidas em sua totalidade, bem como não foi encaminhado ao GATE para avaliação antes da publicação do Edital.

2.1. Análise do ponto de vista Ambiental

A análise do ponto de vista ambiental realizada nessa Informação Técnica será embasada no Termo de Referência[3] emitido pela SEAS e disponibilizado como Anexo I do Edital de no Edital de Pregão Eletrônico 003/2022.

O Termo de Referência (TR) direcionou o escopo mínimo a ser cumprido pela empresa vencedora no processo licitatório para a execução da auditoria quanto ao atendimento das obrigações previstas no TAC I e II do COMPERJ.

[2] ATA de Reunião disponível ao documento anexado ao SEI (Anexo Externo novos documentos (2934193)

[3] Disponível no site da SEAS.

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

No item **"3. Descrição dos serviços"** do TR foram expostas as diretrizes e medidas listadas no item 6.2. da cláusula terceira do TAC I e item 3 da cláusula sétima do TAC II que devem ser observadas na elaboração da auditoria. Nesse item, também foram abordas as premissas a serem realizadas no plano de trabalho, o dimensionamento da equipe e indicação das formações profissionais que devem serem observadas para avaliação de cada obrigação do TAC.

No item **"4. Escopo dos Serviços"** do referido termo foram discriminadas por obrigação de ambos os TACs o escopo das atividades a serem desenvolvidas para verificação do atendimento de cada item.

Cabe registrar que no escopo do TR não foram observadas as correlações entre as obrigações dos TACs. Entretanto, muitos dos itens do TAC se referem ao mesmo objeto, cabendo o mesmo profissional realizar a análise conjuntamente.

As obrigações referentes aos projetos de compensações ambientais e sociais com reporte financeiro da Petrobras deveriam ser contemplados com a obrigação da visita *in loco*, cabendo ser uma premissa obrigatória, porém não foi observado em todos os casos aplicáveis no TR da SEAS.

Diante do escopo de atividades listadas no TR a serem contempladas na auditoria, cabem as seguintes considerações:

TAC I COMPERJ

a. No item 3 do TAC I o TR deixa a cargo da empresa a decisão da necessidade ou não de visita *in loco*, porém o item trata de obras de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá já realizadas, cabendo a verificação *in loco*;

b. O item 4 do TAC I já vem sendo debatido entre a Petrobras, o INEA e o GATE. O Estudo Hídrico Complementar foi realizado e avaliado, porém a solução indicada pela Petrobras não foi contabilizada nesse estudo. Portanto, considerando o cenário caberia o TR direcionar as ações ponderando essas premissas, não cabendo a SEAS solicitar avaliação de um Estudo Hídrico Complementar que não está mais em debate (IT 369/20 e IT 437/22);

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

c. No TR o item 5.1.4 do TAC I foi excluído atendendo o solicitado pela Promotoria, pois a obrigação foi atendida e o procedimento junto ao MPRJ arquivado;

d. A obrigação indicada como 5.1.5 no TR não é condizente com a obrigação do mesmo item no TAC e sim a obrigação 5.1.7;

e. A obrigação 5.1.5 do TAC I já foi avaliada e considerada atendida por parte do INEA e GATE (IT 828/22) e devidamente excluída do escopo, atendendo o solicitado pela Promotoria;

f. O item 5.1.6. foi avaliado pelo GATE e na ocasião foi apontada a necessidade de complementação. No TR não foi considerada essas questões (IT 112/20 e IT 822/21);

g. As obrigações 5.1.7 (TR item 5.1.5) e 5.1.8 do TAC I são correlatas cabendo serem avaliadas juntamente;

h. A obrigação indicada como 5.1.7 no TR condiz com a obrigação 5.1.14 do TAC I;

i. A obrigação 5.1.11 do TAC I está sendo acompanhada pelo GATE e INEA, cabendo a atualização no TR (IT 1104/20 e IT 728/22);

j. As obrigações acostadas nos itens 5.1.13; 5.1.19; 5.3.7 e 5.11.5 do TAC I abordam condicionantes estipuladas no curso do licenciamento ambiental realizado pelo INEA referente a análise dos estudos da evolução demográfica; São obrigações correlacionadas que caberiam serem avaliadas conjuntamente;

k. A obrigação 5.1.21 do TAC I foi arquivada na Promotoria, contudo permanece no escopo do TR;

l. A obrigação 5.1.27 do TAC I atendida conforme GATE e INEA (IT 1134/21), arquivado na Promotoria, porém continua no escopo do TR;

m. O item 5.1.28 por ser tratar de obra executada caberia visita *in loco*, porém não foi solicitado no TR;

n. A obrigação 5.1.31 não foi contemplada no TR;

o. A obrigação 5.2.1 foi considerada atendida por meio da avaliação do GATE (IT 560/22 e IT 1038/2022), arquivado na Promotoria, mas permanece no escopo do TR;

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

p. **A obrigação 5.3.1. foi avaliada tanto pelo GATE e INEA, atestada como atendida e concluída a desnecessidade de auditoria (IT 552/2022), mas permanece no escopo do TR;**

q. **A obrigação indicada como 5.3.2 condiz com a obrigação 5.3.8 do TAC I. O atendimento a essa obrigação 5.3.8 foi atestado pelo GATE e dispensado da auditoria (IT 942/22) arquivado na Promotoria, mas permanece no escopo do TR;**

r. **A obrigação 5.3.6. foi arquivada na Promotoria, contudo permanece no escopo do TR;**

s. **As obrigações do item 5.5 foram arquivadas na Promotoria, contudo permanece no escopo do TR como item 5.5.1; 5.5.2; 5.5.3.;**

t. O atendimento a **obrigação 5.6.1** do TAC I foi objeto de avaliação do GATE e **foi concluído a desnecessidade da auditoria** considerando que ao auditar o cumprimento do item 5.6.2 seria suficiente. Porém, no TR foi contemplada a obrigação (IT 197/21; IT 293/21 e IT 1002/22);

u. **A obrigação 5.6.3. foi arquivada na Promotoria, contudo permanece no escopo do TR;**

v. As ações definidas no TR a serem realizadas pela auditoria referente a obrigação 6.6 não condiz com o solicitado.

TAC II COMPERJ

a. **A obrigação 4.1.3 da cláusula segunda foi arquivada na Promotoria, contudo permanece no escopo do TR;**

a. O atendimento da obrigação 4.10 da cláusula segunda do TAC II foi objeto de avaliação do GATE e solicitadas complementações (IT 496/20). No TR não foi considerado o documento;

b. A obrigação B.1. da cláusula terceira do TAC II foi objeto de avaliação do GATE (IT 966/21 e IT 942/23). Na avaliação foi identificada a necessidade da auditoria na verificação *in loco* da recuperação das áreas de preservação permanente. No TR não foi considerado o documento;

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

c. A obrigação B.2 da cláusula terceira do TAC II foi objeto de avaliação do GATE (IT 1443/22). Na avaliação do GATE foi indicada a necessidade de vistoria. No TR não foi considerado o documento;

d. A obrigação B.3 é correlata a obrigação B.1, e que foram objeto de análise do GATE (IT 966/21), porém não foi observado essa premissa no TR. No TR não foi considerado o documento;

b. A obrigação item C.3. subitem D da cláusula terceira foi arquivada na Promotoria, contudo permanece no escopo do TR;

e. A obrigação C.1 da cláusula terceira foi objeto de avaliação do GATE (IT 93/2023) e está correlacionada as obrigações C.2./C.4, C.3, C.5, C.6, C.7 e C.13/C.14 do TAC II (IT 1487/22; IT 1296/22; IT 1375/22);

f. A obrigação D da cláusula terceira foi objeto de avaliação do GATE (IT 122/2023);

c. As obrigações 4.2.1 da cláusula quarta foi arquivada na Promotoria, contudo permanece no escopo do TR;

d. As obrigações 4.2.6 e 4.2.7 da cláusula quarta foram avaliadas pelo GATE, atestadas como atendidas e concluída a desnecessidade de auditoria (IT 088/22; IT 1027/22), foram arquivadas na Promotoria, contudo permanece no escopo do TR;

e. A obrigação 4.3 da cláusula quarta foi arquivada na Promotoria, contudo permanece no escopo do TR;

f. A obrigação 4.5 da cláusula quarta foi arquivada na Promotoria, contudo permanece no escopo do TR;

g. As obrigações 4.1.1. e 4.2 da cláusula quinta foram avaliadas pelo GATE, atestadas como atendidas e concluída a desnecessidade de auditoria (IT 001/22), também foi arquivado na Promotoria, mas permanece no escopo do TR;

h. A obrigação 4.4.6 da cláusula quinta foi arquivada na Promotoria, contudo permanece no escopo do TR;

i. As obrigações 6 e 7 da cláusula sétima foi arquivada na Promotoria, contudo permanece no escopo do TR;

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

g. O item 5 da cláusula sexta foi objeto de avaliação do GATE (IT 1235/2021) e cabe respostas do INEA, cabendo ser considerada para determinação das ações da auditoria.

2.2. Análise de Economicidade

A Planilha de Composição de Custos apresentada no Anexo 05 do Edital informa quantitativos fundamentados em memória de cálculo e preços de mão de obra e veículos com base no Boletim Mensal de Custo da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP). Entretanto, a análise do GATE observou diversas irregularidades na formação do preço editalício.

2.2.1. Quantidades de mão de obra

A memória de cálculo apresentada no Anexo 05 do Edital demonstra os quantitativos adotados na planilha orçamentária. Entretanto, o GATE verificou que as quantidades não foram estimadas de maneira adequada.

Serviços de Engenharia Consultiva, tais como a auditoria pretendida no Edital, devem ser orçados com a quantificação de horas técnicas dos profissionais empregados nas atividades do escopo do trabalho. Não é o que se observa na memória de cálculo do Edital.

Independentemente da complexidade ou de eventuais multidisciplinaridades das atividades de auditoria de cada exigência dos TACs, o Edital estimou o emprego de um profissional de uma única especialidade, atuando por um mês inteiro.

Não foi considerado qualquer aproveitamento de uso da mão de obra entre as atividades a serem desempenhadas ou a complementariedade das especialidades envolvidas.

Também se observa que não foram alocados profissionais para auditar todas as exigências. Diversos itens listados no quadro de equipe técnica especializada (item 3.2.2 do Termo de Referência) não possuem mão de obra relacionada no orçamento.

Conclui-se que não foram aplicados critérios técnicos adequados para a quantificação da mão de obra a ser empregada na auditoria, que racionalizassem a formação da equipe técnica.

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

2.2.2. Obrigações atendidas anteriormente

Conforme relatado no item 2.1 do presente parecer, diversas obrigações dos TACs já foram atendidas. Ainda assim, o orçamento apresentado, tal como o TR, aponta a equipe técnica de auditoria para várias dessas obrigações.

O Apêndice A apresenta um levantamento da mão de obra prevista no orçamento do Edital, destacando as obrigações atendidas antes de sua publicação. Os quantitativos de profissionais foram obtidos a partir do cruzamento das informações do quadro Equipe Técnica Especializada (item 3.2.2 do Edital) e da memória de cálculo.

Convém destacar que parte da equipe técnica informada no quadro não foi prevista na memória de cálculo. O orçamento, portanto, não contempla mão de obra para todo o escopo das auditorias, de acordo com a metodologia adotada na elaboração do Edital.

2.2.3. Mão de obra sem especialização

Em diversos itens do escopo da auditoria, o quadro de equipe técnica especializada indica o emprego de profissional de nível superior sem especialização. Nesses casos, a planilha de custos adota "Mão de obra de Engenheiro ou Arquiteto júnior".

Por se tratar de atividades sem exigência técnica para execução, o GATE entende que deveria ser previsto profissional de menor custo, por exemplo com formação em administração, como foi adotado em alguns itens.

Uma alternativa menos onerosa ainda seria considerar que essas atividades sejam executadas por outros profissionais já alocados para atividades similares. Este critério evitaria o desperdício de provisionar um profissional de nível superior por um mês inteiro para desempenhar atividades de baixa complexidade e consumo de horas.

2.2.4. Custo produtivo e improdutivo de veículos

A Planilha de Composição de Custos do Edital utilizou os custos dos veículos EMOP de maneira equivocada. Foi adotada uma relação entre custo produtivo e improdutivo de 70/30, quando a proporção preconizada pela EMOP para veículo de passeio é de 50/50.

A verificação de sobrepreço do GATE adotou a proporção preconizada pela EMOP.

GATE MPRJ GRUPO DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO
Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

2.2.5. Preços unitários adotados

Para precificar os itens de mão de obra, a Planilha de Composição de Custos do Edital, adotou a incidência de Fator K sobre um suposto custo sem encargos sociais. Apesar desta ser uma metodologia adequada de orçamentação dos serviços pretendidos[4], foram observados equívocos na formação dos preços unitários.

O custo de mão de obra do boletim EMOP inclui parcelas de encargos sociais diferenciadas para profissionais horistas e mensalistas. Ao subtrair os encargos da mão de obra, o Edital utilizou, incorretamente, a parcela de 120,91%, incompatível com a mão de obra mensalista adotada na planilha de custos, cuja parcela de encargos é de 77,00%.

Quanto ao Fator K, o Termo de Referência não informa o valor adotado. Ao se comparar os preços unitários antes e depois da incidência do fator, verifica-se que o Edital utilizou o valor aproximado de 3,08. Este valor é superior aos referenciais do GATE.

Na prática, entretanto, esses dois equívocos (encargos e Fator K) se compensaram matematicamente. Quando comparado o preço de venda da mão de obra do edital com o custo sem os encargos corretos da EMOP, obtém-se um Fator K efetivo de 2,47, como exemplifica o Quadro 1:

Quadro 1 – Cálculo do Fator K efetivo no Edital

Item	Preço unitário EMOP	Preço unitário EMOP s/ encargos	Preço do edital	Fator K efetivo
Mão de obra de Arquiteto ou Engenheiro pleno para serviços de consultoria	R$ 29.986,88	R$ 16.941,74	R$ 41.810,43	2,47

O Fator K efetivamente aplicado nos preços unitários está dentro do limite aceito pelo GATE. Ou seja, o custo por profissional, em princípio, está em consonância com o valor de mercado.

[4] BRASIL, Tribunal De Contas Da União. *Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias de obras públicas*. Brasília: TCU, 2014.

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

2.2.6. Verificação do preço do Edital

A adoção de preços unitários dentro do valor de mercado não referenda, automaticamente, a economicidade de um edital para obra ou serviço de Engenharia. É necessária uma ampla análise crítica não restrita ao valor global estimado, como também da própria elaboração do orçamento editalício e de seu termo de referência. A análise de economicidade do GATE busca, portanto, verificar diversos aspectos dos objetos de investigação.

No decorrer da verificação do preço do Edital, as irregularidades já relatadas prejudicaram a apuração de sobrepreço. A planilha orçamentária foi elaborada com critérios inadequados, de forma que a valoração de sobrepreço se torna ineficaz, pois se faz necessária reformulação para uma avaliação produtiva do preço dos serviços.

A planilha orçamentária não inclui custos operacionais e administrativos locais. Ainda que essa decisão leve a um preço global reduzido, não considerar estes custos relevantes pode prejudicar a execução ou a qualidade dos serviços contratados.

Por outro lado, a quantificação adotada por disponibilidade (mês cheio), ao invés da por produtividade (horas técnicas), pode levar a desperdícios significativos, prejudicando a economicidade dos serviços.

O orçamento elaborado para o Edital não é capaz de fornecer as referências necessárias para julgamento da proposta mais vantajosa. Uma eventual contratação com base nele não poderá ter sua economicidade aferida de maneira eficaz.

O Apêndice B apresenta uma comparação parcial entre os preços do GATE, do Edital e da proposta contratada, considerando as limitações da presente análise. Nesta comparação, o GATE adotou os mesmos critérios de dimensionamento do Edital e desconsiderou os quantitativos de mão de obra previstos para auditar obrigações já atendidas.

Foi apurado sobrepreço **parcial** de R$ 1.417.089,29 (19,59%) no preço do Edital e de R$ 461.634,70 (7,35%) no preço contratado.

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

2.2.7. Proposta contratada

Consta na documentação encaminhada ao GATE, via SEI, o desenrolar do processo licitatório, culminando na contratação da empresa TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA, no valor de R$ 6.278.400,00 (Contrato nº 001/2023). Ainda que este contrato não seja escopo da SAT, cabe realizar breves comentários.

Ao consultar a proposta vencedora retificada após a fase de lances do pregão (Documento SEI nº 2554915, fls. 44/47), verifica-se que o valor total contratado é incompatível com os valores detalhados, sendo inferior à soma dos itens do orçamento. Essa diferença a menor pode ser um indicativo de que parte dos serviços não serão realizados nas condições estipuladas pelo Edital.

Também se verifica que a proposta inclui parcelas relativas ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Entretanto, estes tributos devem ser suportados pela contratada, não sendo admitidos na composição do BDI do orçamento de contratações públicas.

Ainda sobre o BDI, nota-se que a taxa indicada na proposta da Trial (40,42%) é superior à que foi adotada na planilha orçamentária do Edital (27,78%), contrariando o disposto na nota b do Anexo X do Edital.

Não foram localizadas nos autos justificativas para aceitação da proposta apesar destas irregularidades ou as eventuais tratativas de retificação.

2.2.8. Valores destinados nos TACs

Por fim, destaca-se que o valor destinado para a realização da auditoria independente, somados os dois TACs, monta R$ 2.460.000,00. Entretanto, o preço estimado pela SEAS foi de R$ 7.233.854,59 e o preço contratado foi R$ 6.278.400,00.

A elaboração inadequada da planilha orçamentária não permite uma análise conclusiva a respeito da discrepância entre a verba recebida pela SEAS para execução do serviço e o preço editalício.

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

3. CONCLUSÃO

O lapso temporal entre o Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2022 para contratação da Auditoria Externa Independente e a assinatura dos TACs (agosto de 2019 e fevereiro de 2020) acarretou um descompasso com os prazos previstos inicialmente. A SEAS não considerou, na elaboração do TR, as análises já realizadas ou em desenvolvimento pelo INEA e pelo GATE, frente às obrigações dos TACs I e II, conforme listado no item 2.1 desta Informação Técnica.

Frente a esse cenário, caberia a SEAS ter adequado o escopo do TR conforme o status de análise de cada obrigação, de maneira a otimizar e adequar o trabalho a ser realizado pela auditoria, bem como evitar o retrabalho tanto do GATE como do INEA e, consequentemente, onerar menos o Estado.

Conclui-se que, apesar do TR contemplar as diretrizes e medidas listadas no item 6.2. da cláusula terceira do TAC I e no item 3 da cláusula sétima do TAC II, o documento elaborado é inadequado.

Com relação à planilha orçamentária, observa-se que não foi elaborada adequadamente, seguindo as boas práticas de orçamentação. As irregularidades encontradas estão detalhadas no item 2.2 do presente parecer.

O orçamento elaborado pela SEAS não é capaz de fornecer as referências necessárias para julgamento da proposta mais vantajosa.

Devido às limitações da análise e às inconsistências do orçamento elaborado, não foi possível realizar uma análise conclusiva do preço do Edital. Contudo, foi apurado sobrepreço **parcial**, devido à inclusão de obrigações já atendidas no escopo do TR, de R$ 1.417.089,29 (19,59%) no preço do Edital e de R$ 461.634,70 (7,35%) no preço contratado.

JULIANA BUSTAMANTE DE MONTI SOUZA
Técnico Pericial - GATE - Núcleo Engenharia
Matr.: 6542

PEDRO MARCELO ROCHA GOMES
Técnico Pericial – GATE – Núcleo de Engenharia
Matr. 9206

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

Documentos da Informação Técnica

Download de todos arquivos (zip)

Click para fazer o download dos Anexos compactados (zip)

ANEXO A - Apuração da Equipe Técnica Especializada (.pdf)

Click aqui para fazer o download do ANEXO

ANEXO B - Planilha Orçamentária Comparativa (.pdf)

Click aqui para fazer o download do ANEXO

INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº: 1409/2023

Nº MPRJ: 202000174156

Solicitante: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ITABORAÍ

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br;
para reuniões: gate.reuniao@mprj.mp.br

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Documento id. 01480743

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo nº 62/2020 - MPRJ 202000174156

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima, obrigou-se a *"(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade"*

Inicialmente, registra-se que esta Promotoria de Justiça no dia 17/06/2021 promoveu o cumprimento de sentença que reconheceu exigibilidade de obrigação de fazer do item 6.2 da cláusula terceira do TAC, que possui a seguinte redação: ***"****A PETROBRAS, no item 6.2 da cláusula terceira, obriga-se a "(...) depositar o valor de R$1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar* ***a contratação de auditoria externa independente a ser contratada pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e***

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 17-01-2024 16:17

Sustentabilidade. A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria no prazo de 60 diasdo recebimento de cada obrigação, que deverá ser entregue imediata e simultaneamente ao INEA/SEAS, PETROBRAS e MPRJ".

Cabe destacar que **quase DOIS ANOS** após a homologação do TAC o INEA e o ERJ não tinham realizado a contratação da auditoria externa e iniciado suas atividades.

Posteriormente, foi recebido por esta Promotoria de Justiça ofício da SEAS contendo cópia dos seguintes documentos: (i) Edital do Pregão Eletrônico; (ii) Planilha Orçamentária; (iii) Memória de Cálculo; (iv) Propostas de Preços das empresas participantes da licitação; (v) Mapa de Preços; (vi) Ata - Pregão Eletrônico N°. 003/2022; (vii) Publicação - Ato de Homologação de Licitação; (viii) Contrato; (ix) Publicação do Extrato de Instrumento Contratual.

Ante o recebimento das documentações supramencionadas esta Promotoria de Justiça solicitou análise técnica ambiental e contábil ao Grupo de Apoio Técnico Especializado (GATE/MPRJ), objetivando informar se o projeto apresentado pelo Estado atendia satisfatoriamente à obrigação assumida, do ponto de vista técnico ambiental (verificar a sua compatibilidade com o escopo/natureza da obrigação), bem como informar se o projeto apresentado pelo Estado estaria formalmente regular e com preços compatíveis com o valor de mercado.

Assim, o GATE elaborou a Informação Técnica n. 1409/2023, na qual foram realizadas as seguintes observações:

"2. ANÁLISE:

Inicialmente cabe registrar o lapso temporal entre a contratação do Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2022 para contratação da Auditoria Externa Independente e a assinatura dos TACs (agosto de 2019 e fevereiro de 2020), o que gerou um descompasso enorme com os prazos determinados no termo e com as análises efetuadas pelo órgão ambiental e pelo GATE até o momento.

Caberia a obrigação da contratação da Auditoria Externa ser a primeira premissa a ser observada pela Secretaria Estadual do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) e pelo

INEA. A licitação foi realizada após, aproximadamente, três anos da vigência do TAC.

Considerando o atraso da SEAS no atendimento dessa obrigação o Promotor Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo de Itaboraí promoveu uma reunião2 virtual no dia 09 de agosto de 2023 com os representantes da SEAS. Na ocasião, foi dito pelo Promotor que o escopo do trabalho a ser realizado pela empresa Auditora deveria ser reduzido considerando que várias obrigações da Petrobras foram cumpridas e o GATE e INEA conseguiram atestar o cumprimento mesmo sem a auditoria.

No Termo de Referência elaborado pela SEAS, não foi observado o cenário atual das ações já consideradas atendidas em sua totalidade, bem como não foi encaminhado ao GATE para avaliação antes da publicação do Edital.

***2.1. Análise do ponto de vista Ambiental**:*

A análise do ponto de vista ambiental realizada nessa Informação Técnica será embasada no Termo de Referência3 emitido pela SEAS e disponibilizado como Anexo I do Edital de no Edital de Pregão Eletrônico 003/2022. O Termo de Referência (TR) direcionou o escopo mínimo a ser cumprido pela empresa vencedora no processo licitatório para a execução da auditoria quanto ao atendimento das obrigações previstas no TAC I e II do COMPERJ.

*No item "**3. Descrição dos serviços"** do TR foram expostas as diretrizes e medidas listadas no item 6.2. da cláusula terceira do TAC I e item 3 da cláusula sétima do TAC II que devem ser observadas na elaboração da auditoria. Nesse item, também foram abordas as premissas a serem realizadas no plano de trabalho, o dimensionamento da equipe e indicação das formações profissionais que devem serem observadas para avaliação de cada obrigação do TAC.*

*No item **"4. Escopo dos Serviços"** do referido termo foram discriminadas por obrigação de ambos os TACs o escopo das atividades a serem desenvolvidas para verificação do atendimento de cada item.*

Cabe registrar que no escopo do TR não foram observadas as correlações entre as obrigações dos TACs. Entretanto, muitos dos itens do TAC se referem ao mesmo

objeto, cabendo o mesmo profissional realizar a análise conjuntamente.

As obrigações referentes aos projetos de compensações ambientais e sociais com reporte financeiro da Petrobras deveriam ser contemplados com a obrigação da visita in loco, cabendo ser uma premissa obrigatória, porém não foi observado em todos os casos aplicáveis no TR da SEAS.

Diante do escopo de atividades listadas no TR a serem contempladas na auditoria, cabem as seguintes considerações:

TAC I COMPERJ:

a. No item 3 do TAC I o TR deixa a cargo da empresa a decisão da necessidade ou não de visita in loco, porém o item trata de obras de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá já realizadas, cabendo a verificação in loco;

b. O item 4 do TAC I já vem sendo debatido entre a Petrobras, o INEA e o GATE. O Estudo Hídrico Complementar foi realizado e avaliado, porém a solução indicada pela Petrobras não foi contabilizada nesse estudo. Portanto, considerando o cenário caberia o TR direcionar as ações ponderando essas premissas, não cabendo a SEAS solicitar avaliação de um Estudo Hídrico Complementar que não está mais em debate (IT 369/20 e IT 437/22);

c. No TR o item 5.1.4 do TAC I foi excluído atendendo o solicitado pela Promotoria, pois a obrigação foi atendida e o procedimento junto ao MPRJ arquivado;

d. A obrigação indicada como 5.1.5 no TR não é condizente com a obrigação do mesmo item no TAC e sim a obrigação 5.1.7;

e. A obrigação 5.1.5 do TAC I já foi avaliada e considerada atendida por parte do INEA e GATE (IT 828/22) e devidamente excluída do escopo, atendendo o solicitado pela Promotoria;

f. O item 5.1.6. foi avaliado pelo GATE e na ocasião foi apontada a necessidade de complementação. No TR não foi considerada essas questões (IT 112/20 e IT 822/21);

g. As obrigações 5.1.7 (TR item 5.1.5) e 5.1.8 do TAC I são correlatas cabendo

serem avaliadas juntamente;

h. A obrigação indicada como 5.1.7 no TR condiz com a obrigação 5.1.14 do TAC I;

i. A obrigação 5.1.11 do TAC I está sendo acompanhada pelo GATE e INEA, cabendo a atualização no TR (IT 1104/20 e IT 728/22);

j. As obrigações acostadas nos itens 5.1.13; 5.1.19; 5.3.7 e 5.11.5 do TAC I abordam condicionantes estipuladas no curso do licenciamento ambiental realizado pelo INEA referente a análise dos estudos da evolução demográfica; São obrigações correlacionadas que caberiam serem avaliadas conjuntamente;

k. A obrigação 5.1.21 do TAC I foi arquivada na Promotoria, contudo permanece no escopo do TR;

l. A obrigação 5.1.27 do TAC I atendida conforme GATE e INEA (IT 1134/21), arquivado na Promotoria, porém continua no escopo do TR;

m. O item 5.1.28 por ser tratar de obra executada caberia visita in loco, porém não foi solicitado no TR;

n. A obrigação 5.1.31 não foi contemplada no TR;

o. A obrigação 5.2.1 foi considerada atendida por meio da avaliação do GATE (IT 560/22 e IT 1038/2022), arquivado na Promotoria, mas permanece no escopo do TR;

p. A obrigação 5.3.1. foi avaliada tanto pelo GATE e INEA, atestada como atendida e concluída a ***desnecessidade de auditoria (IT 552/2022), mas permanece no escopo do TR;***

q. A obrigação indicada como 5.3.2 condiz com a obrigação 5.3.8 do TAC I. O atendimento a essa obrigação 5.3.8 foi atestado pelo GATE e dispensado da auditoria (IT 942/22) arquivado na Promotoria, mas permanece no escopo do TR;

r. A obrigação 5.3.6. foi arquivada na Promotoria, contudo permanece no

escopo do TR;

s. As obrigações do item 5.5 foram arquivadas na Promotoria, contudo permanece no escopo do TR como item 5.5.1; 5.5.2; 5.5.3.;

t. O atendimento a ***obrigação 5.6.1*** *do TAC I foi objeto de avaliação do GATE e* ***foi concluído a desnecessidade da auditoria*** *considerando que ao auditar o cumprimento do item 5.6.2 seria suficiente. Porém, no TR foi contemplada a obrigação (IT 197/21; IT 293/21 e IT 1002/22);*

u. A obrigação 5.6.3. foi arquivada na Promotoria, contudo permanece no escopo do TR;

v. As ações definidas no TR a serem realizadas pela auditoria referente a obrigação 6.6 não condiz com o solicitado.

TAC II COMPERJ:

a. A obrigação 4.1.3 da cláusula segunda foi arquivada na Promotoria, contudo permanece no escopo do TR;

a. O atendimento da obrigação 4.10 da cláusula segunda do TAC II foi objeto de avaliação do GATE e solicitadas complementações (IT 496/20). No TR não foi considerado o documento;

b. A obrigação B.1. da cláusula terceira do TAC II foi objeto de avaliação do GATE (IT 966/21 e IT 942/23). Na avaliação foi identificada a necessidade da auditoria na verificação in loco da recuperação das áreas de preservação permanente. No TR não foi considerado o documento;

c. A obrigação B.2 da cláusula terceira do TAC II foi objeto de avaliação do GATE (IT 1443/22). Na avaliação do GATE foi indicada a necessidade de vistoria. No TR não foi considerado o documento;

d. A obrigação B.3 é correlata a obrigação B.1, e que foram objeto de análise do GATE (IT 966/21), porém não foi observado essa premissa no TR. No TR não foi considerado o documento;

b. A obrigação item C.3. subitem D da cláusula terceira foi arquivada na Promotoria, contudo permanece no escopo do TR;

e. A obrigação C.1 da cláusula terceira foi objeto de avaliação do GATE (IT 93/2023) e está correlacionada as obrigações C.2./C.4, C.3, C.5, C.6, C.7 e C.13/C.14 do TAC II (IT 1487/22; IT 1296/22; IT 1375/22);

f. A obrigação D da cláusula terceira foi objeto de avaliação do GATE (IT 122/2023);

c. As obrigações 4.2.1 da cláusula quarta foi arquivada na Promotoria, contudo permanece no escopo do TR;

d. As obrigações 4.2.6 e 4.2.7 da cláusula quarta foram avaliadas pelo GATE, atestadas como atendidas e concluída a desnecessidade de auditoria (IT 088/22; IT 1027/22), foram arquivadas na Promotoria, contudo permanece no escopo do TR;

e. A obrigação 4.3 da cláusula quarta foi arquivada na Promotoria, contudo permanece no escopo do TR;

f. A obrigação 4.5 da cláusula quarta foi arquivada na Promotoria, contudo permanece no escopo do TR;

g. As obrigações 4.1.1. e 4.2 da cláusula quinta foram avaliadas pelo GATE, atestadas como atendidas e concluída a desnecessidade de auditoria (IT 001/22), também foi arquivado na Promotoria, mas permanece no escopo do TR;

h. A obrigação 4.4.6 da cláusula quinta foi arquivada na Promotoria, contudo permanece no escopo do TR;

i. As obrigações 6 e 7 da cláusula sétima foi arquivada na Promotoria, contudo permanece no escopo do TR;

g. O item 5 da cláusula sexta foi objeto de avaliação do GATE (IT 1235/2021) e cabe respostas do INEA, cabendo ser considerada para determinação das ações da auditoria.

2.2. Análise de Economicidade

A Planilha de Composição de Custos apresentada no Anexo 05 do Edital informa quantitativos fundamentados em memória de cálculo e preços de mão de obra e veículos com base no Boletim Mensal de Custo da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP). Entretanto, a análise do GATE observou diversas irregularidades na formação do preço editalício.

2.2.1. Quantidades de mão de obra

A memória de cálculo apresentada no Anexo 05 do Edital demonstra os quantitativos adotados na planilha orçamentária. Entretanto, o GATE verificou que as quantidades não foram estimadas de maneira adequada.

Serviços de Engenharia Consultiva, tais como a auditoria pretendida no Edital, devem ser orçados com a quantificação de horas técnicas dos profissionais empregados nas atividades do escopo do trabalho. Não é o que se observa na memória de cálculo do Edital.

Independentemente da complexidade ou de eventuais multidisciplinaridades das atividades de auditoria de cada exigência dos TACs, o Edital estimou o emprego de um profissional de uma única especialidade, atuando por um mês inteiro.

Não foi considerado qualquer aproveitamento de uso da mão de obra entre as atividades a serem desempenhadas ou a complementariedade das especialidades envolvidas.

Também se observa que não foram alocados profissionais para auditar todas as exigências. Diversos itens listados no quadro de equipe técnica especializada (item 3.2.2 do Termo de Referência) não possuem mão de obra relacionada no orçamento.

Conclui-se que não foram aplicados critérios técnicos adequados para a quantificação da mão de obra a ser empregada na auditoria, que racionalizassem a formação da equipe técnica.

2.2.2. Obrigações atendidas anteriormente

Conforme relatado no item 2.1 do presente parecer, diversas obrigações dos TACs já foram atendidas. Ainda assim, o orçamento apresentado, tal como o TR, aponta a equipe técnica de auditoria para várias dessas obrigações.

O Apêndice A apresenta um levantamento da mão de obra prevista no orçamento do Edital, destacando as obrigações atendidas antes de sua publicação. Os quantitativos de profissionais foram obtidos a partir do cruzamento das informações do quadro Equipe Técnica Especializada (item 3.2.2 do Edital) e da memória de cálculo.

Convém destacar que parte da equipe técnica informada no quadro não foi prevista na memória de cálculo. O orçamento, portanto, não contempla mão de obra para todo o escopo das auditorias, de acordo com a metodologia adotada na elaboração do Edital.

2.2.3. Mão de obra sem especialização

Em diversos itens do escopo da auditoria, o quadro de equipe técnica especializada indica o emprego de profissional de nível superior sem especialização. Nesses casos, a planilha de custos adota "Mão de obra de Engenheiro ou Arquiteto júnior".

Por se tratar de atividades sem exigência técnica para execução, o GATE entende que deveria ser previsto profissional de menor custo, por exemplo com formação em administração, como foi adotado em alguns itens.

Uma alternativa menos onerosa ainda seria considerar que essas atividades sejam executadas por outros profissionais já alocados para atividades similares. Este critério evitaria o desperdício de provisionar um profissional de nível superior por um mês inteiro para desempenhar atividades de baixa complexidade e consumo de horas.

2.2.4. Custo produtivo e improdutivo de veículos

A Planilha de Composição de Custos do Edital utilizou os custos dos veículos EMOP de maneira equivocada. Foi adotada uma relação entre custo produtivo e improdutivo de 70/30, quando a proporção preconizada pela EMOP para veículo de passeio é de 50/50.

A verificação de sobrepreço do GATE adotou a proporção preconizada pela EMOP.

2.2.5. Preços unitários adotados

Para precificar os itens de mão de obra, a Planilha de Composição de Custos do Edital, adotou a incidência de Fator K sobre um suposto custo sem encargos sociais. Apesar desta ser uma metodologia adequada de orçamentação dos serviços pretendidos, foram observados equívocos na formação dos preços unitários.

O custo de mão de obra do boletim EMOP inclui parcelas de encargos sociais diferenciadas para profissionais horistas e mensalistas. Ao subtrair os encargos da mão de obra, o Edital utilizou, incorretamente, a parcela de 120,91%, incompatível com a mão de obra mensalista adotada na planilha de custos, cuja parcela de encargos é de 77,00%.

Quanto ao Fator K, o Termo de Referência não informa o valor adotado. Ao se comparar os preços unitários antes e depois da incidência do fator, verifica-se que o Edital utilizou o valor aproximado de 3,08. Este valor é superior aos referenciais do GATE.

Na prática, entretanto, esses dois equívocos (encargos e Fator K) se compensaram matematicamente. Quando comparado o preço de venda da mão de obra do edital com o custo sem os encargos corretos da EMOP, obtém-se um Fator K efetivo de 2,47:

O Fator K efetivamente aplicado nos preços unitários está dentro do limite aceito pelo GATE. Ou seja, o custo por profissional, em princípio, está em consonância com o valor de mercado.

2.2.6. Verificação do preço do Edital

A adoção de preços unitários dentro do valor de mercado não referenda, automaticamente, a economicidade de um edital para obra ou serviço de Engenharia. É necessária uma ampla análise crítica não restrita ao valor global estimado, como também da própria elaboração do orçamento editalício e de seu termo de referência. A

análise de economicidade do GATE busca, portanto, verificar diversos aspectos dos objetos de investigação.

No decorrer da verificação do preço do Edital, as irregularidades já relatadas prejudicaram a apuração de sobrepreço.

A planilha orçamentária foi elaborada com critérios inadequados, de forma que a valoração de sobrepreço se torna ineficaz, pois se faz necessária reformulação para uma avaliação produtiva do preço dos serviços. A planilha orçamentária não inclui custos operacionais e administrativos locais. Ainda que essa decisão leve a um preço global reduzido, não considerar estes custos relevantes pode prejudicar a execução ou a qualidade dos serviços contratados.

Por outro lado, a quantificação adotada por disponibilidade (mês cheio), ao invés da por produtividade (horas técnicas), pode levar a desperdícios significativos, prejudicando a economicidade dos serviços. O orçamento elaborado para o Edital não é capaz de fornecer as referências necessárias para julgamento da proposta mais vantajosa. Uma eventual contratação com base nele não poderá ter sua economicidade aferida de maneira eficaz.

O Apêndice B apresenta uma comparação parcial entre os preços do GATE, do Edital e da proposta contratada, considerando as limitações da presente análise. Nesta comparação, o GATE adotou os mesmos critérios de dimensionamento do Edital e desconsiderou os quantitativos de mão de obra previstos para auditar obrigações já atendidas.

Foi apurado sobrepreço parcial de R$ 1.417.089,29 (19,59%) no preço do Edital e de R$ 461.634,70 (7,35%) no preço contratado.

2.2.7. Proposta contratada

Consta na documentação encaminhada ao GATE, via SEI, o desenrolar do processo licitatório, culminando na contratação da empresa TRIAL (RIO) TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA, no valor de R$ 6.278.400,00 (Contrato nº 001/2023). Ainda que este contrato não seja escopo da SAT, cabe realizar breves comentários.

Ao consultar a proposta vencedora retificada após a fase de lances do pregão (Documento SEI nº 2554915, fls. 44/47), verifica-se que o valor total contratado é incompatível com os valores detalhados, sendo inferior à soma dos itens do orçamento. Essa diferença a menor pode ser um indicativo de que parte dos serviços não serão realizados nas condições estipuladas pelo Edital.

Também se verifica que a proposta inclui parcelas relativas ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Entretanto, estes tributos devem ser suportados pela contratada, não sendo admitidos na composição do BDI do orçamento de contratações públicas.

Ainda sobre o BDI, nota-se que a taxa indicada na proposta da Trial (40,42%) é superior à que foi adotada na planilha orçamentária do Edital (27,78%), contrariando o disposto na nota b do Anexo X do Edital.

Não foram localizadas nos autos justificativas para aceitação da proposta apesar destas irregularidades ou as eventuais tratativas de retificação.

2.2.8. Valores destinados nos TACs

Por fim, destaca-se que o valor destinado para a realização da auditoria independente, somados os dois TACs, monta R$ 2.460.000,00. Entretanto, o preço estimado pela SEAS foi de R$ 7.233.854,59 e o preço contratado foi R$ 6.278.400,00.

A elaboração inadequada da planilha orçamentária não permite uma análise conclusiva a respeito da discrepância entre a verba recebida pela SEAS para execução do serviço e o preço editalício.

3. CONCLUSÃO

O lapso temporal entre o Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2022 para contratação da Auditoria Externa Independente e a assinatura dos TACs (agosto de 2019 e fevereiro de 2020) acarretou um descompasso com os prazos previstos inicialmente. A SEAS não considerou, na elaboração do TR, as análises já realizadas ou em desenvolvimento pelo INEA e pelo GATE, frente às obrigações dos TACs I e II, conforme listado no item 2.1 desta Informação Técnica.

Frente a esse cenário, caberia a SEAS ter adequado o escopo do TR conforme o status de análise de cada obrigação, de maneira a otimizar e adequar o trabalho a ser realizado pela auditoria, bem como evitar o retrabalho tanto do GATE como do INEA e, consequentemente, onerar menos o Estado.

Conclui-se que, apesar do TR contemplar as diretrizes e medidas listadas no item 6.2. da cláusula terceira do TAC I e no item 3 da cláusula sétima do TAC II, o documento elaborado é inadequado.

Com relação à planilha orçamentária, observa-se que não foi elaborada adequadamente, seguindo as boas práticas de orçamentação. As irregularidades encontradas estão detalhadas no item 2.2 do presente parecer.

O orçamento elaborado pela SEAS não é capaz de fornecer as referências necessárias para julgamento da proposta mais vantajosa.

Devido às limitações da análise e às inconsistências do orçamento elaborado, não foi possível realizar uma análise conclusiva do preço do Edital. Contudo, foi apurado sobrepreço parcial, devido à inclusão de obrigações já atendidas no escopo do TR, de R$ 1.417.089,29 (19,59%) no preço do Edital e de R$ 461.634,70 (7,35%) no preço contratado."

É o relatório

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. **Oficie-se à SEAS/INEA,** com cópia desta promoção e da IT nº 1409/2023 do GATE (índex 01426005), solicitando que promova a complementação das informações referentes ao Termo de Referência, conforme sugerido pelo GATE, uma vez que: *"(...) A SEAS não considerou, na elaboração do TR, as análises já realizadas ou em desenvolvimento pelo INEA e pelo GATE, frente às obrigações dos TACs I e II, conforme listado no item 2.1 desta Informação Técnica. Frente a esse cenário, caberia a SEAS ter adequado o escopo do TR conforme o status de análise de cada obrigação, de maneira a otimizar e adequar o trabalho a ser realizado pela*

auditoria, bem como evitar o retrabalho tanto do GATE como do INEA e, consequentemente, onerar menos o Estado. Conclui-se que, apesar do TR contemplar as diretrizes e medidas listadas no item 6.2. da cláusula terceira do TAC I e no item 3 da cláusula sétima do TAC II, o documento elaborado é inadequado. Com relação à planilha orçamentária, observa-se que não foi elaborada adequadamente, seguindo as boas práticas de orçamentação. As irregularidades encontradas estão detalhadas no item 2.2 do presente parecer. O orçamento elaborado pela SEAS não é capaz de fornecer as referências necessárias para julgamento da proposta mais vantajosa. Devido às limitações da análise e às inconsistências do orçamento elaborado, não foi possível realizar uma análise conclusiva do preço do Edital. Contudo, foi apurado sobrepreço parcial, devido à inclusão de obrigações já atendidas no escopo do TR, de R$ 1.417.089,29 (19,59%) no preço do Edital e de R$ 461.634,70 (7,35%) no preço contratado";

2. Defiro o pedido de dilação de prazo do ofício de índex 01410471 por mais 60 (sessenta) dias, **oficie-se** em resposta;

3. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 17 de janeiro de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Ofício nº 194/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01514890
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Assunto: PA 62/2020 - MPRJ 2020.00174156
Destinatário: SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS; INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
E-mail: ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela Promotora de Justiça que a este subscreve, vem comunicar a Vossa Excelência a existência do procedimento em epígrafe, o qual visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos . 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859- 39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV).

No uso das atribuições que lhe conferem o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, “b”, da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça solicitar que promova a complementação das informações referentes ao Termo de Referência, conforme sugerido pelo órgão técnico, nos termos da Informação Técnica nº 1409/2023, uma vez que:

> “(...) A SEAS não considerou, na elaboração do TR, as análises já realizadas ou em desenvolvimento pelo INEA e pelo GATE, frente às obrigações dos TACs I

MPRJ Documento assinado por GLAUCIA MARIA DA COSTA SANTANA em 26-01-2024 11:40

e II, conforme listado no item 2.1 desta Informação Técnica. Frente a esse cenário, caberia a SEAS ter adequado o escopo do TR conforme o status de análise de cada obrigação, de maneira a otimizar e adequar o trabalho a ser realizado pela auditoria, bem como evitar o retrabalho tanto do GATE como do INEA e, consequentemente, onerar menos o Estado.

Conclui-se que, apesar do TR contemplar as diretrizes e medidas listadas no item 6.2. da cláusula terceira do TAC I e no item 3 da cláusula sétima do TAC II, o documento elaborado é inadequado.

Com relação à planilha orçamentária, observa-se que não foi elaborada adequadamente, seguindo as boas práticas de orçamentação. As irregularidades encontradas estão detalhadas no item 2.2 do presente parecer.

O orçamento elaborado pela SEAS não é capaz de fornecer as referências necessárias para julgamento da proposta mais vantajosa. Devido às limitações da análise e às inconsistências do orçamento elaborado, não foi possível realizar uma análise conclusiva do preço do Edital. Contudo, foi apurado sobrepreço parcial, devido à inclusão de obrigações já atendidas no escopo do TR, de R$ 1.417.089,29 (19,59%) no preço do Edital e de R$ 461.634,70 (7,35%) no preço contratado".

Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para resposta.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração, do Relatório Inicial de Investigação, da promoção (id. 01480743) e da IT nº 1409/2023 do GATE (id 01426005).

Itaboraí, 26 de janeiro de 2024

GLÁUCIA MARIA DA COSTA SANTANA
Promotor(a) de Justiça - Mat. 1818

Ofício nº 195/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01515047
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Assunto: PA 62/2020 - MPRJ 2020.00174156
Destinatário: SEAS
E-mail: ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela Promotora de Justiça que a este subscreve, vem comunicar a Vossa Excelência a existência do procedimento em epígrafe, o qual visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos . 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859- 39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV).

No uso das atribuições que lhe conferem o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça deferir o pedido de dilação de prazo para resposta ao Ofício nº 2693/2023-2PJTCOITB por mais 60 (sessenta) dias.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação do presente procedimento.

MPRJ Documento assinado por GLAUCIA MARIA DA COSTA SANTANA em 26-01-2024 11:41

Itaboraí, 26 de janeiro de 2024

GLÁUCIA MARIA DA COSTA SANTANA
Promotor(a) de Justiça - Mat. 1818

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Documento id. 01544151

Documentos enviados em 30 de janeiro de 2024:
Ofício 194/2024-2PJTCOITB
Ofício 195/2024-2PJTCOITB

INTERNO

Via E-mail

Itaboraí, 01 de fevereiro de 2024

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Documento id. 01693683

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 207/2019 - MPRJ 2019.00978605 e Procedimento Administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156) e todos os PA's que acompanham o cumprimento dos dois TACs do COMPERJ[1]

Como se sabe, o TAC I DO COMPERJ (referente à integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e a pedidos relacionados sobretudo à recuperação florestal das demais ACP's) foi assinado no dia 09/08/19, em solenidade no Palácio Guanabara com a presença de Suas Excelências, o Procurador-Geral de Justiça do MPRJ, o Governador do Estado, o Presidente da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo certo que o acordo foi homologado pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí, no dia 13/08/2019.

No dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo homologado em 19/02/2020.

Os citados TAC I e II COMPERJ possuem mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

Isto posto, incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 01-03-2024 09:41

cumprimento de todas as obrigações constantes nos TACs, bem como suscitar a transparência e o controle social na área ambiental.

Tramita nesta Promotoria de Justiça o procedimento administrativo nº 207/2019 – (MPRJ 2019.00978605) para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.2 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 6.2 da cláusula terceira, obrigou-se a *"(...)depositar o valor de R$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente a ser contratada pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria no prazo de 60 dias do recebimento de cada obrigação, que deverá ser entregue imediata e simultaneamente ao INEA/SEAS, PETROBRAS e MPRJ"*.

Noutro giro, esta Promotoria de Justiça instaurou procedimento administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156) instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima, obrigou-se a *"(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade".*

Estamos diante do maior TAC ambiental já celebrado no ERJ e um dos maiores na história do Brasil. O ERJ e INEA têm o dever de PROMOVER A TRANSPARÊNCIA

ATIVA SOBRE AS INFORMAÇÕES ACERCA DOS TACs DO COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras.

Considerando que o STJ no RECURSO ESPECIAL n. 1857098 - MS (2020/0006402-8) firmou a tese que: *"(...) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa) (...)"*

O Princípio 10 da Declaração do Rio visa conferir acesso à informação, conferindo participação de todos os cidadãos nas questões ambientais. Assi, deverá ser fomentado a participação a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. No âmbito da América Latina e Caribe, o Acordo de Escazú dispõe sobre a matéria. Embora não internalizado, pendente de ratificação, o direito nacional reflete princípios semelhantes por todo o ordenamento, desde o nível constitucional, que se espalham em variadas leis federais.

O direito de acesso à informação possui duas perspectivas: o direito do particular de ter acesso a informações públicas requeridas (transparência passiva) e dever estatal de dar publicidade às informações públicas que detém (transparência ativa). Dessa maneira, em função do direito de participação social na coisa pública, inerente às democracias, embora constitua-se simultaneamente como direito autônomo.

O Princípio da Máxima Divulgação disciplina que a publicidade é regra, e o sigilo, exceção. O Estado possui o dever de demonstrar razões consistentes para negar a publicidade ativa e ainda mais fortes para rejeitar o atendimento ao dever de transparência passiva.

A transparência ativa deve antecipar-se ao direito do cidadão em reclamar a transparência passiva. Quando o Estado deixa de realizar a publicação espontânea e geral de informações públicas abre ao cidadão o direito de reclamar, individualmente, acesso às informações públicas não publicadas pelo Estado.

Ressalta-se que a transparência na Administração consiste em: i) atender o dever

de publicidade e veicula de forma geral e ativa as informações públicas, na internet; ii) desatendido o dever de transparência ativa, mediante provocação de qualquer pessoa, a Administração presta a informação requerida, preferencialmente via internet; iii) descumprido o dever de transparência passiva, aciona-se, em último caso, a Justiça. Contudo, não é porque se pode requerer acesso à informação que a Administração está desobrigada, desde o início, de publicá-la, ativamente e independentemente de requerimento anterior.

A publicação (especialmente a eletrônica) de informações públicas, não se trata de ato discricionário. A não publicação das informações na internet devem ter motivações concretas, de caráter público e republicano, aptas a afastar a regra da transparência ativa. Para negar-se a atender a transparência passiva, os motivos do Administrador devem ser ainda mais graves, conforme normas de sigilo taxativamente previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI). No Brasil o pretexto de discricionariedade quando se trata de transparência, é vedada, devendo a negativa ser sempre fundamentada em decisão pública, sujeita a revisão administrativa e controle judicial.

No que tange a transparência ambiental, o ordenamento brasileiro reforça o dever do Estado, impondo inclusive a produção da informação ambiental.

O Princípio da Informação está cada vez mais fortalecido na esfera ambiental. O intercâmbio de informações sobre o meio ambiente encontra previsão legal em diverso diplomas legais, conforme se demonstra a seguir:

O Art. 8º, 12.527/2011, § 1º e § 2º dispõem que: *"(...) é dever dos órgãos e entidades públicas promoverem, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. § 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo: (...) V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; (...) § 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet). (...)*

A Lei n. 10.650/2003, estabelece que: *(...) acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as relativas a: I - qualidade do meio ambiente; II - políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental; III - resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas (...).*

A Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei n° 12.305/10, artigo 6°, inciso X, esclarece que: *"São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos: X - o direito da sociedade à informação e ao controle social".*

A Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei n. 9.433/1997, art. 26, III, elucida que: *"São princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos: (...) III - acesso aos dados e informações garantidos à toda a sociedade".*

Em que pese a existência de aparato legal determinando o acesso público a documentos e informações, ainda se faz necessário a efetiva aplicação desse direito fundamental, tendo em vista a falta de transparência prepondera nos órgãos públicos, principalmente no que concerne às questões ambientais.

A omissão de informações não mais atende aos anseios dos cidadãos. Uma das formas de atender às demandas da sociedade de forma efetiva, e ao mesmo cobrar atuação eficiente dos órgãos públicos, consiste na conscientização de que a informação pública pertence ao cidadão e que cabe ao Estado provê-la de forma tempestiva, compreensível e com qualidade.

Indubitavelmente a defesa do meio ambiente ganha força quando o acesso à informação é combinado com mecanismos de participação e cooperação entre os órgãos públicos.

Nessa toada, o MPRJ registra que, com objetivo de conferir a máxima publicidade possível dos dados de acompanhamento e monitoramento dos TAC´s, visando: (i) aos

controles social, interno e externo desta Promotoria de Justiça e do próprio MPRJ; (ii) à colaboração com os demais órgãos de controle, mediante troca de informações; (iii) levar ao conhecimento da sociedade e do poder público o percentual de avanço no cumprimento das obrigações pela Petrobras, SEAS e INEA, o MPRJ mantém o site http://rj.rap.gov.br/, no qual consta informações sobre o cumprimento das obrigações contidas nos TAC's I e II do COMPERJ promovendo transparência ativa ambiental, a fim de também cumprir seu dever legal de transparência, publicidade, acesso à informação e *accountability*.

Ressalta-se que esta Promotoria de Justiça em 20 de dezembro de 2023, determinou a expedição de ofício à SEAS/INEA, no qual solicitou em termos de transparência ativa que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e da SEAS, em local próprio, uma aba sobre informações acerca do cumprimento das cláusulas do TAC do COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras, bem como uma aba própria para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões em relação ao acompanhamento do TAC. Todavia, no dia 21 de dezembro de 2023, em resposta ao ofício expedido, a SEAS solicitou dilação de prazo por 60 (sessenta) dias.

É o breve relatório.

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

I. **Expeça-se imediatamente recomendação ao Presidente do INEA e ao Secretário Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade - INEA,** com fundamento no artigo 34, inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, art. 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e arts. 51/61, da Resolução GPGJ n. 2.227/2018, a fim de que: ***em termos de transparência ativa, que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e/ou da SEAS, em local próprio, uma seção (ou local similar) que leve à página contendo informações acerca do cumprimento de todas as cláusulas do TAC do COMPERJ, para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e Petrobras, bem como um campo próprio para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias,***

críticas e sugestões dos cidadãos em relação ao acompanhamento do TAC. O não atendimento da recomendação ensejará a adoção de medidas judiciais cabíveis;

II. **Juntar** cópia da presente promoção e da recomendação expedida em todos os Procedimentos Administrativos (em andamento) do TAC COMPERJ I e II;

III. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

[1] TAC I e II: PA 150/2019 – MPRJ n. 2019.00977739; PA 151/2019 – MPRJ n. 2019.00978524; PA 152/2019 - MPRJ 2019.00978517; PA 153/2019 - MPRJ 2019.00978521; PA 154/2019 - MPRJ 2019.00977734; PA 155/2019 - MPRJ 2019.00977724; PA 158/2019 - MPRJ 2019.00977717; PA 159/2019 - MPRJ 2019.00977681; PA 160/2019 - MPRJ 2019.00978785; PA 161/2019 - MPRJ 2019.00978783; PA 162/2019 - MPRJ 2019.0097871; PA 163/2019 - MPRJ 2019.00978778; PA 164/2019 - MPRJ 2019.00978775; PA 165/2019 - MPRJ 2019.00978774; PA 166/2019 - MPRJ 2019.00978764; PA 169/2019 - MPRJ 2019.00978758; PA 171/2019 - MPRJ 2019.00978821; PA 172/2019 - MPRJ 2019.00978813; PA 173/2019 - MPRJ 2019.00978810; PA 176/2019 - MPRJ 2019.00978802; PA 177/2019 - MPRJ 2019.00978799; PA 179/2019 - MPRJ 2019.00978793; PA 180/2019 - MPRJ 2019.00978685; PA 181/2019 - MPRJ 2019.00978683; PA 183/2019 - MPRJ 2019.00978680; PA 188/2019 - MPRJ 2019.00978818; PA 189/2019 - MPRJ 2019.00978816; PA 190/2019 - MPRJ 2019.00978751; PA 192/2019 - MPRJ 2019.00978745; PA 193/2019 - MPRJ 2019.00978743; PA 194/2019 - MPRJ 2019.00978740; PA 195/2019 - MPRJ 2019.00978738; PA 196/2019 - MPRJ 2019.00978733; PA 197/2019 - MPRJ 2019.00978731; PA 198/2019 - MPRJ 2019.00978707; PA 199/2019 - MPRJ 2019.00978699; PA 200/2019 - MPRJ 2019.00978687; PA 201/2019 - MPRJ 2019.00978654; PA 202/2019 - MPRJ 2019.00978628; PA 203/2019 - MPRJ 2019.00978638; PA 204/2019 - MPRJ 2019.00978625; PA 205/2019 - MPRJ 2019.00978623; PA 206/2019 - MPRJ 2019.00978615; PA 207/2019 - MPRJ 2019.00978605; PA 208/2019 - MPRJ 2019.00978582; PA 209/2019 - MPRJ

2019.00978564; PA 210/2019- MPRJ 2019.00978560; PA 211/2019 - MPRJ 2019.00978555; PA 06/2020 - MPRJ 2020.00174213; PA 08/2020 - MPRJ 2020.00174210; PA 09/2020 - MPRJ 2020.00174209; PA 10/2020 - MPRJ 2020.00174208; PA 11/2020 - MPRJ 2020.00174207; PA 12/2020 - MPRJ 2020.00174206; PA 13/2020 - MPRJ 2020.00174205; PA 14/2020 - MPRJ 2020.00174204; PA 15/2020 - MPRJ 2020.00174203; PA 16/2020 - MPRJ 2020.00174202; PA 17/2020 - MPRJ 2020.00174201; PA 18/2020 - MPRJ 2020.00174200; PA 19/2020 - MPRJ 2020.00174199; PA 20/2020 - MPRJ 2020.00174198; PA 21/2020 - MPRJ 2020.00174197; PA 22/2020 - MPRJ 2020.00174196; PA 23/2020 - MPRJ 2020.00174195; PA 24/2020 - MPRJ 2020.00174194; PA 25/2020 - MPRJ 2020.00174193; PA 26/2020 - MPRJ 2020.00174192; PA 27/2020 - MPRJ 2020.00174191; PA 28/2020 - MPRJ 2020.00174190; PA 29/2020 - MPRJ 2020.00174189; PA 31/2020 - MPRJ 2020.00174187; PA 32/2020 - MPRJ 2020.00174186; PA 33/2020 - MPRJ 2020.00174185; PA 36/2020 - MPRJ 2020.00174182; PA 37/2020 - MPRJ 2020.00174181; PA 39/2020 - MPRJ 2020.00174179; PA 41/2020 - MPRJ 2020.00174177; PA 43/2020 - MPRJ 2020.00174175; PA 46/2020 - MPRJ 2020.00174172; PA 47/2020 - MPRJ 2020.00174171; PA 48/2020 - MPRJ 2020.00174170; PA 51/2020 - MPRJ 2020.00174167; PA 52/2020 - MPRJ 2020.00174166; PA 53/2020 - MPRJ 2020.00174165; PA 54/2020 -MPRJ 2020.00174164; PA 55/2020 - MPRJ 2020.00174163; PA 56/2020 - MPRJ 2020.00174162; PA 57/2020 - MPRJ 2020.00174161; PA 58/2020 - MPRJ 2020.00174160; PA 59/2020 - MPRJ 2020.00174159; PA 60/2020 - MPRJ 2020.00174158; PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157; PA 62/2020 - MPRJ 2020.00174156; PA 65/2020 - MPRJ 2020.00174153.

Itaboraí, 01 de março de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Recomendação nº 001/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01694367
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Assunto: PA 62/2020 - MPRJ 202000174156; PA 207/2019 - MPRJ 2019.00978605 e todos os PA's que acompanham o cumprimento dos dois TAC's do COMPERJ.
Destinatários: SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS

RECOMENDAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, através do Promotor de Justiça que esta subscreve e com fundamento nos artigos 34, inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e 53, da Resolução GPGJ nº 2227/2018, vem expedir a presente **RECOMENDAÇÃO** dirigida ao **EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS**, pelos fatos e na forma a seguir expostos:

CONSIDERANDO que o TAC I DO COMPERJ (referente à integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e a pedidos relacionados sobretudo à recuperação florestal das demais ACP's) foi assinado no dia 09/08/19, em solenidade no Palácio Guanabara com a presença de Suas Excelências, o Procurador-Geral de Justiça do MPRJ, o Governador do Estado, o Presidente da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo certo que o acordo foi homologado pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí, no dia 13/08/2019.

CONSIDERANDO que, no dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro,

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 01-03-2024 12:05

dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo homologado em 19/02/2020.

CONSIDERANDO que os citados TAC I e II COMPERJ possuem mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

CONSIDERANDO que incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes nos TACs, bem como suscitar a transparência e o controle social na área ambiental.

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça o procedimento administrativo nº 207/2019 – (MPRJ 2019.00978605) para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.2 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 6.2 da cláusula terceira, obrigou-se a "(...)depositar o valor de R$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente a ser contratada pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria no prazo de 60 dias do recebimento de cada obrigação, que deverá ser entregue imediata e simultaneamente ao INEA/SEAS, PETROBRAS e MPRJ".

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça instaurou procedimento administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156) instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897- 51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869- 83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023

(Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima, obrigou-se a "(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade".

CONSIDERANDO que estamos diante do maior TAC ambiental já celebrado no ERJ e um dos maiores na história do Brasil. O ERJ e INEA têm o dever de PROMOVER A TRANSPARÊNCIA ATIVA SOBRE AS INFORMAÇÕES ACERCA DOS TACs DO COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras.

CONSIDERANDO que o STJ, no RECURSO ESPECIAL n. 1857098 - MS (2020/0006402-8), firmou a tese que: "(...) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa) (...)".

CONSIDERANDO que o Princípio 10 da Declaração do Rio visa conferir acesso à informação, conferindo participação de todos os cidadãos nas questões ambientais. Assi, deverá ser fomentado a participação a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. No âmbito da América Latina e Caribe, o Acordo de Escazú dispõe sobre a matéria. Embora não internalizado, pendente de ratificação, o direito nacional reflete princípios semelhantes por todo o ordenamento, desde o nível constitucional, que se espalham em variadas leis federais.

CONSIDERANDO que o direito de acesso à informação possui duas perspectivas: o direito do particular de ter acesso a informações públicas requeridas (transparência passiva) e dever estatal de dar publicidade às informações públicas que detém (transparência ativa). Dessa maneira, em função do direito de participação social na coisa pública, inerente às democracias, embora constitua-se simultaneamente como direito autônomo.

CONSIDERANDO que o Princípio da Máxima Divulgação disciplina que a publicidade é regra, e o sigilo, exceção. O Estado possui o dever de demonstrar razões

consistentes para negar a publicidade ativa e ainda mais fortes para rejeitar o atendimento ao dever de transparência passiva.

CONSIDERANDO que a transparência ativa deve antecipar-se ao direito do cidadão em reclamar a transparência passiva. Quando o Estado deixa de realizar a publicação espontânea e geral de informações públicas abre ao cidadão o direito de reclamar, individualmente, acesso às informações públicas não publicadas pelo Estado.

CONSIDERANDO que a transparência na Administração consiste em: i) atender o dever de publicidade e veicula de forma geral e ativa as informações públicas, na internet; ii) desatendido o dever de transparência ativa, mediante provocação de qualquer pessoa, a Administração presta a informação requerida, preferencialmente via internet; iii) descumprido o dever de transparência passiva, aciona-se, em último caso, a Justiça. Contudo, não é porque se pode requerer acesso à informação que a Administração está desobrigada, desde o início, de publicá-la, ativamente e independentemente de requerimento anterior.

CONSIDERANDO que a publicação (especialmente a eletrônica) de informações públicas não se trata de ato discricionário. A não publicação das informações na internet devem ter motivações concretas, de caráter público e republicano, aptas a afastar a regra da transparência ativa. Para negar-se a atender a transparência passiva, os motivos do Administrador devem ser ainda mais graves, conforme normas de sigilo taxativamente previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI). No Brasil o pretexto de discricionariedade quando se trata de transparência, é vedada, devendo a negativa ser sempre fundamentada em decisão pública, sujeita a revisão administrativa e controle judicial.

CONSIDERANDO que, no que tange a transparência ambiental, o ordenamento brasileiro reforça o dever do Estado, impondo inclusive a produção da informação ambiental.

CONSIDERANDO que o Princípio da Informação está cada vez mais fortalecido na esfera ambiental. O intercâmbio de informações sobre o meio ambiente encontra previsão legal em diverso diplomas legais, conforme se demonstra a seguir:

> O Art. 8º, 12.527/2011, § 1º e § 2º dispõem que: "(...) é dever dos órgãos e entidades públicas promoverem, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. § 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo: (...) V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; (...) § 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet). (...)

CONSIDERANDO que a Lei n. 10.650/2003 estabelece que: (...) acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as relativas a: I - qualidade do meio ambiente; II - políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental; III - resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas (...).

CONSIDERANDO que a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei n° 12.305/10, artigo 6°, inciso X, esclarece que: "São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos: X - o direito da sociedade à informação e ao controle social".

CONSIDERANDO que a Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei n. 9.433/1997, art. 26, III, elucida que: "São princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos: (...) III - acesso aos dados e informações garantidos à toda a sociedade".

CONSIDERANDO que, em que pese a existência de aparato legal determinando o acesso público a documentos e informações, ainda se faz necessário a efetiva aplicação desse direito fundamental, tendo em vista a falta de transparência prepondera nos órgãos públicos, principalmente no que concerne às questões ambientais.

CONSIDERANDO que a omissão de informações não mais atende aos anseios dos cidadãos. Uma das formas de atender às demandas da sociedade de forma efetiva, e ao mesmo cobrar atuação eficiente dos órgãos públicos, consiste na conscientização de que a informação pública pertence ao cidadão e que cabe ao Estado provê-la de forma tempestiva, compreensível e com qualidade.

CONSIDERANDO que, indubitavelmente, a defesa do meio ambiente ganha força quando o acesso à informação é combinado com mecanismos de participação e cooperação entre os órgãos públicos.

CONSIDERANDO que, com objetivo de conferir a máxima publicidade possível dos dados de acompanhamento e monitoramento dos TAC´s, visando: (i) aos controles social, interno e externo desta Promotoria de Justiça e do próprio MPRJ; (ii) à colaboração com os demais órgãos de controle, mediante troca de informações; (iii) levar ao conhecimento da sociedade e do poder público o percentual de avanço no cumprimento das obrigações pela Petrobras, SEAS e INEA, o MPRJ mantém o site http://rj.rap.gov.br/, no qual consta informações sobre o cumprimento das obrigações contidas nos TAC's I e II do COMPERJ promovendo transparência ativa ambiental, a fim de também cumprir seu dever legal de transparência, publicidade, acesso à informação e accountability.

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça, em 20 de dezembro de 2023, determinou a expedição de ofício à SEAS/INEA, no qual solicitou em termos de transparência ativa que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e da SEAS, em local próprio, uma aba sobre informações acerca do cumprimento das cláusulas do TAC do COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras, bem como uma aba própria para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões em relação ao acompanhamento do TAC. Todavia, no dia 21 de dezembro de 2023, em resposta ao ofício expedido, a SEAS solicitou dilação de prazo por 60 (sessenta) dias.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, **RECOMENDA** ao **EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS,** com fundamento no artigo 34, inciso IX, da Lei

Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, art. 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e arts. 51/61, da Resolução GPGJ n. 2.227/2018, ***em termos de transparência ativa, que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e/ou da SEAS, em local próprio, uma seção (ou local similar) que leve à página contendo informações acerca do cumprimento de todas as cláusulas dos dois TACs do COMPERJ, para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e Petrobras, bem como um campo próprio para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões dos cidadãos em relação ao acompanhamento do TAC, no prazo de 60 (sessenta) dias.***

O não atendimento da recomendação ensejará a adoção de medidas judiciais cabíveis.

Segue em anexo cópia da portaria de instauração e do relatório inicial de investigações dos referidos procedimentos para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 01 de março de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Recomendação nº 002/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01694303
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Assunto: PA 62/2020 - MPRJ 202000174156; PA 207/2019 - MPRJ 2019.00978605 e todos os PA's que acompanham o cumprimento dos dois TAC's do COMPERJ.
Destinatários: PRESIDÊNCIA DO INSTITUTO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - INEA

RECOMENDAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, através do Promotor de Justiça que esta subscreve e com fundamento nos artigos 34, inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e 53, da Resolução GPGJ nº 2227/2018, vem expedir a presente **RECOMENDAÇÃO** dirigida ao **ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA**, pelos fatos e na forma a seguir expostos:

CONSIDERANDO que o TAC I DO COMPERJ (referente à integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e a pedidos relacionados sobretudo à recuperação florestal das demais ACP's) foi assinado no dia 09/08/19, em solenidade no Palácio Guanabara com a presença de Suas Excelências, o Procurador-Geral de Justiça do MPRJ, o Governador do Estado, o Presidente da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo certo que o acordo foi homologado pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí, no dia 13/08/2019.

CONSIDERANDO que, no dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão,

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 01-03-2024 12:05

sendo homologado em 19/02/2020.

CONSIDERANDO que os citados TAC I e II COMPERJ possuem mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

CONSIDERANDO que incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes nos TACs, bem como suscitar a transparência e o controle social na área ambiental.

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça o procedimento administrativo nº 207/2019 – (MPRJ 2019.00978605) para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.2 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 6.2 da cláusula terceira, obrigou-se a "(...)depositar o valor de R$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente a ser contratada pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria no prazo de 60 dias do recebimento de cada obrigação, que deverá ser entregue imediata e simultaneamente ao INEA/SEAS, PETROBRAS e MPRJ".

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça instaurou procedimento administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156) instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897- 51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869- 83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima,

obrigou-se a “(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade”.

CONSIDERANDO que estamos diante do maior TAC ambiental já celebrado no ERJ e um dos maiores na história do Brasil. O ERJ e INEA têm o dever de PROMOVER A TRANSPARÊNCIA ATIVA SOBRE AS INFORMAÇÕES ACERCA DOS TACs DO COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras.

CONSIDERANDO que o STJ, no RECURSO ESPECIAL n. 1857098 - MS (2020/0006402-8), firmou a tese que: “(...) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa) (...)”.

CONSIDERANDO que o Princípio 10 da Declaração do Rio visa conferir acesso à informação, conferindo participação de todos os cidadãos nas questões ambientais. Assi, deverá ser fomentado a participação a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. No âmbito da América Latina e Caribe, o Acordo de Escazú dispõe sobre a matéria. Embora não internalizado, pendente de ratificação, o direito nacional reflete princípios semelhantes por todo o ordenamento, desde o nível constitucional, que se espalham em variadas leis federais.

CONSIDERANDO que o direito de acesso à informação possui duas perspectivas: o direito do particular de ter acesso a informações públicas requeridas (transparência passiva) e dever estatal de dar publicidade às informações públicas que detém (transparência ativa). Dessa maneira, em função do direito de participação social na coisa pública, inerente às democracias, embora constitua-se simultaneamente como direito autônomo.

CONSIDERANDO que o Princípio da Máxima Divulgação disciplina que a publicidade é regra, e o sigilo, exceção. O Estado possui o dever de demonstrar razões consistentes para negar a publicidade ativa e ainda mais fortes para rejeitar o

atendimento ao dever de transparência passiva.

CONSIDERANDO que a transparência ativa deve antecipar-se ao direito do cidadão em reclamar a transparência passiva. Quando o Estado deixa de realizar a publicação espontânea e geral de informações públicas abre ao cidadão o direito de reclamar, individualmente, acesso às informações públicas não publicadas pelo Estado.

CONSIDERANDO que a transparência na Administração consiste em: i) atender o dever de publicidade e veicula de forma geral e ativa as informações públicas, na internet; ii) desatendido o dever de transparência ativa, mediante provocação de qualquer pessoa, a Administração presta a informação requerida, preferencialmente via internet; iii) descumprido o dever de transparência passiva, aciona-se, em último caso, a Justiça. Contudo, não é porque se pode requerer acesso à informação que a Administração está desobrigada, desde o início, de publicá-la, ativamente e independentemente de requerimento anterior.

CONSIDERANDO que a publicação (especialmente a eletrônica) de informações públicas não se trata de ato discricionário. A não publicação das informações na internet devem ter motivações concretas, de caráter público e republicano, aptas a afastar a regra da transparência ativa. Para negar-se a atender a transparência passiva, os motivos do Administrador devem ser ainda mais graves, conforme normas de sigilo taxativamente previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI). No Brasil o pretexto de discricionariedade quando se trata de transparência, é vedada, devendo a negativa ser sempre fundamentada em decisão pública, sujeita a revisão administrativa e controle judicial.

CONSIDERANDO que, no que tange a transparência ambiental, o ordenamento brasileiro reforça o dever do Estado, impondo inclusive a produção da informação ambiental.

CONSIDERANDO que o Princípio da Informação está cada vez mais fortalecido na esfera ambiental. O intercâmbio de informações sobre o meio ambiente encontra previsão legal em diverso diplomas legais, conforme se demonstra a seguir:

O Art. 8º, 12.527/2011, § 1º e § 2º dispõem que: “(...) é dever dos

> órgãos e entidades públicas promoverem, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. § 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo: (...) V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; (...) § 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet). (...)

CONSIDERANDO que a Lei n. 10.650/2003 estabelece que: (...) acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as relativas a: I - qualidade do meio ambiente; II - políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental; III - resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas (...).

CONSIDERANDO que a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei n° 12.305/10, artigo 6°, inciso X, esclarece que: “São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos: X - o direito da sociedade à informação e ao controle social”.

CONSIDERANDO que a Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei n. 9.433/1997, art. 26, III, elucida que: “São princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos: (...) III - acesso aos dados e informações garantidos à toda a sociedade”.

CONSIDERANDO que, em que pese a existência de aparato legal determinando o acesso público a documentos e informações, ainda se faz necessário a efetiva aplicação desse direito fundamental, tendo em vista a falta de transparência prepondera nos órgãos públicos, principalmente no que concerne às questões ambientais.

CONSIDERANDO que a omissão de informações não mais atende aos anseios

dos cidadãos. Uma das formas de atender às demandas da sociedade de forma efetiva, e ao mesmo cobrar atuação eficiente dos órgãos públicos, consiste na conscientização de que a informação pública pertence ao cidadão e que cabe ao Estado provê-la de forma tempestiva, compreensível e com qualidade.

CONSIDERANDO que, indubitavelmente, a defesa do meio ambiente ganha força quando o acesso à informação é combinado com mecanismos de participação e cooperação entre os órgãos públicos.

CONSIDERANDO que, com objetivo de conferir a máxima publicidade possível dos dados de acompanhamento e monitoramento dos TAC´s, visando: (i) aos controles social, interno e externo desta Promotoria de Justiça e do próprio MPRJ; (ii) à colaboração com os demais órgãos de controle, mediante troca de informações; (iii) levar ao conhecimento da sociedade e do poder público o percentual de avanço no cumprimento das obrigações pela Petrobras, SEAS e INEA, o MPRJ mantém o site http://rj.rap.gov.br/, no qual consta informações sobre o cumprimento das obrigações contidas nos TAC's I e II do COMPERJ promovendo transparência ativa ambiental, a fim de também cumprir seu dever legal de transparência, publicidade, acesso à informação e accountability.

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça, em 20 de dezembro de 2023, determinou a expedição de ofício à SEAS/INEA, no qual solicitou em termos de transparência ativa que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e da SEAS, em local próprio, uma aba sobre informações acerca do cumprimento das cláusulas do TAC do COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras, bem como uma aba própria para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões em relação ao acompanhamento do TAC. Todavia, no dia 21 de dezembro de 2023, em resposta ao ofício expedido, a SEAS solicitou dilação de prazo por 60 (sessenta) dias.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, **RECOMENDA** ao **ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA,** com fundamento no artigo 34, inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, art. 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e arts.

51/61, da Resolução GPGJ n. 2.227/2018, ***em termos de transparência ativa, que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e/ou da SEAS, em local próprio, uma seção (ou local similar) que leve à página contendo informações acerca do cumprimento de todas as cláusulas dos dois TACs do COMPERJ, para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e Petrobras, bem como um campo próprio para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões dos cidadãos em relação ao acompanhamento do TAC, no prazo de 60 (sessenta) dias.***

O não atendimento da recomendação ensejará a adoção de medidas judiciais cabíveis.

Segue em anexo cópia da portaria de instauração e do relatório inicial de investigações dos referidos procedimentos para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 01 de março de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Documento id. 01696124

Documentos enviados em 01 de março de 2024:
Recomendação 001/2024-2PJTCOITB
Recomendação 002/2024-2PJTCOITB

INTERNO

VIA EMAIL.

Itaboraí, 01 de março de 2024

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787

Ref.: Ofício SEAS/OUVI Nº24 – solicitando planilha atualizada dos TACs I e II COMPERJ

PROMOÇÃO

Trata-se de ofício encaminhando pela SEAS solicitando que seja disponibilizado a listagem atualizada - para março de 2024 - de todas as obrigações que já receberam promoção de arquivamento, objetivando racionalizar os trabalhos que estão sendo realizados pela TRIAL, referentes à Auditoria Externa das obrigações dos TACs I e II do COMPERJ.

É o relatório.

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- **Juntar** cópia da presente promoção e do ofício SEAS/OUVI Nº24 aos Procedimentos Administrativos n. 207/2019 - MPRJ 2019.00978605 e n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156);

2- Remeter à SEAS listagem atualizada (em março/2024) **de todas as obrigações que já receberam promoção de arquivamento.**

Itaboraí, 07 de março de 2024.

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2024.03.07 15:48:40 -03'00'

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Gabinete do Secretário

Of.SEAS/OUVI Nº24 Rio de Janeiro, 06 de março de 2024

Ilmo. Sr. Promotor

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil

Referência: Solicitação de Informações ao MPRJ

Excelentíssimo Promotor de Justiça,

Com os cumprimentos de estilo e, em atenção à solicitação exposta no despacho da SEAS/SUPSANA (em anexo) e com o objetivo de racionalizar os trabalhos que estão sendo realizados pela TRIAL, referentes à Auditoria Externa das obrigações dos TACs I e II do COMPERJ, solicitamos gentilemte que seja disponibilizado a listagem atualizada - para Março de 2024 - de todas as obrigações que já receberam promoção de arquivamento.

Diante do exposto, sem mais no momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Beatriz Cárdenas

SEAS/Ouvidoria

ID 51095564

Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Cardenas dos Santos**, **Assistente II**, em 06/03/2024, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **69800376** e o código CRC **BB77FA94**.

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria de Infraestrutura Ambiental

À SEAS/ASSPPAM
À Ouvidoria da SEAS

Assunto: Solicitação de Informações ao MPRJ

Com o objetivo de racionalizar os trabalhos que estão sendo realizados pela TRIAL, referentes à Auditoria Externa das obrigações dos TACs I e II do COMPERJ, solicitamos que o Ministério Público seja acionado com o objetivo de disponibilizar a listagem atualizada - para Março de 2024 - de todas as obrigações que já receberam promoção de arquivamento.

Sendo o que nos cabia solicitar, agradecemos antecipadamente.

Colocamo-nos à disposição para qualquer tipo de esclarecimento que se faça necessário.

Atenciosamente,

Waldir Ruggieri Peres

Gestor do Contrato
Subsecretaria de Infraestrutura Ambiental
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
ID 2714834-3

Rio de Janeiro, 06 de março de 2024

Documento assinado eletronicamente por **Waldir Ruggieri Peres**, **Assessor**, em 06/03/2024, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **69796065** e o código CRC **66E79C7A**.

Referência: Processo nº SEI-070026/002717/2023 SEI nº 69796065

RE: Solicitação de Informações ao MPRJ

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Sex, 08/03/2024 15:06
Para:ouvidoria .seas <ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br>

2 anexos (425 KB)
PLANILHA - PROCEDIMENTOS COMPERJ TAC II.pdf; PLANILHA - PROCEDIMENTOS COMPERJ TAC I.pdf;

Prezados, boa tarde,

Em resposta ao email anterior, segue em anexo as planilhas atualizadas em março/2024 dos procedimentos administrativos do COMPERJ, onde constam o estado do procedimento (*em andamento* ou *arquivado*).

Favor acusar o recebimento.

Atenciosamente,

Thaís Vieira dos Santos
Técnico Administrativo
Matr. 7787

2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*

De: ouvidoria .seas <ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br>
Enviado: quarta-feira, 6 de março de 2024 16:32
Para: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Assunto: Solicitação de Informações ao MPRJ

Prezados,

Encaminhamos em anexo Of.SEAS/OUVI Nº24 e despacho da SEAS/SUPSANA, com o objetivo de solicitar que seja disponibilizado a listagem atualizada - para Março de 2024 - de todas as obrigações que já receberam promoção de arquivamento.

Atenciosamente,
SEAS/Ouvidoria

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Gabinete do Secretário

Of.SEAS/OUVI Nº38 Rio de Janeiro, 15 de março de 2024

Ilmo. Sr. Promotor

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil

Referência: Ofício nº 194/2024-2PJTCOITB - PA 62/2020 - MPRJ 2020.00174156

Excelentíssimo Promotor de Justiça,

Com os cumprimentos de estilo e, em atenção à solicitação exposta no ofício em epígrafe, informo que estamos providenciando, junto aos órgãos específicos desta Secretaria, elementos para instruir a resposta a ser encaminhada a esse Ministério Público.

No entanto, considerando a grande quantidade de demandas desta Secretaria de Estado e os esforços envidados no sentido de harmonizar as atribuições institucionais com o atendimento tempestivo às requisições formuladas por esse i. *Parquet,* solicitamos a prorrogação do prazo para resposta, concedido inicialmente pelo Ministério Público Estadual, por mais 60 (sessenta) dias.

Diante do exposto, sem mais no momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Beatriz Cárdenas

SEAS/Ouvidoria

ID 51095564

Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Cardenas dos Santos**, **Assistente II**, em 15/03/2024, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **70414953** e o código CRC **385731B1**.

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Documento id. 01820689

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 62/2020 - MPRJ 202000174156

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. Defiro o pedido de dilação de prazo do ofício de índex 01779121 por mais 60 (sessenta) dias, **oficie-se** em resposta;

2. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 26 de março de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 26-03-2024 08:37

Ofício nº 721/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01821730
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Assunto: PA 62/2020 - MPRJ 2020.00174156
Destinatário: SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS; INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
E-mail: ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar a Vossa Excelência a existência do procedimento em epígrafe, o qual visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos . 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859- 39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV).

No uso das atribuições que lhe conferem o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, “b”, da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, acusando o recebimento do Of.SEAS/OUVI Nº38, deferir o pedido de dilação de prazo para resposta ao Ofício nº 194/2024-2PJTCOITB por mais 60 (sessenta) dias.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 27-03-2024 14:44

Itaboraí, 27 de março de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Documento id. 01838647

Documento enviado em 01 de abril de 2024:
Ofício 721/2024-2PJTCOITB

INTERNO

Via E-mail

Itaboraí, 01 de abril de 2024

CRISTINA ALFRADIQUE ETCHARTE
Servidor(a) - Mat. 8002277

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Gabinete do Secretário

Of.SEAS/OUVI Nº45 Rio de Janeiro, 03 de abril de 2024

Ilmo. Sr. Promotor

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil

Referência: Ofício nº 2693/2023-2PJTCOITB - PA 62/2020 - MPRJ 202000174156 e PA 207/2019 - MPRJ 201900978605

Excelentíssimo Promotor de Justiça,

Com os cumprimentos de estilo e, em atenção à solicitação exposta no ofício em epígrafe, informamos que no dia 05/03/2024 ocorreu a mudança do gestor da pasta, conforme publicação no Diário Oficial em anexo.

Diante da alteração e considerando a grande quantidade de demandas desta Secretaria de Estado e os esforços envidados no sentido de harmonizar as atribuições institucionais com o atendimento tempestivo às requisições formuladas por esse *i. Parquet*, solicitamos a prorrogação do prazo para resposta, concedido inicialmente pelo Ministério Público Estadual, por mais 60 (sessenta) dias.

Diante do exposto, sem mais no momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Beatriz Cárdenas

SEAS/Ouvidoria

ID 51095564

Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Cardenas dos Santos**, **Assistente II**, em 03/04/2024, às 14:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **71459200** e o código CRC **79DCC5AC**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070026/001462/2020 SEI nº 71459200

ESTA PARTE É EDITADA ELETRONICAMENTE DESDE 3 DE MARÇO DE 2008

DIÁRIO OFICIAL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PARTE I
PODER EXECUTIVO

ANO L - Nº 042-A
TERÇA-FEIRA, 5 DE MARÇO DE 2024

www.ioerj.com.br

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

GOVERNADOR
Cláudio Bomfim de Castro e Silva

VICE-GOVERNADOR
Thiago Pampolha Gonçalves

ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
Nicola Moreira Miccione

SECRETARIA DE ESTADO DO GABINETE DO GOVERNADOR
Rodrigo Ratkus Abel

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO
Bernardo Chim Rossi

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Adilson de Faria Maciel

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
Leonardo Lobo Pires

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Vinícius Medeiros Farah

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
Luiz Henrique Marinho Pires

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL
Marcus Vinícius Amim Fernandes

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
Maria Rosa Lo Duca Nebel

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL
Leandro Sampaio Monteiro

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
Cláudia Maria Braga de Mello

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
Roberta Barreto de Oliveira

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Mauro Azevedo Neto

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA
Washington Reis de Oliveira

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
Thiago Pampolha Gonçalves - Interino

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO
Flávio Campos Ferreira

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
Danielle Christian Ribeiro Barros

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
Rosangela de Souza Gomes

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER
Rafael Carneiro Monteiro Picciani

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO
Gustavo Reis Ferreira

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
Demetrio Abdennur Farah Neto

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Edu Guimarães de Souza

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA
Arthur Carvalho Monteiro

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO EM BRASÍLIA
André Luís Dantas Ferreira

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
José Mauro de Farias Junior

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS
Uruan Cintra de Andrade

SECRETARIA DE ESTADO DE ENERGIA E ECONOMIA DO MAR
Felipe dos Santos Peixoto (Interino)

SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Bruno Felgueira Dauaire

SECRETARIA DE ESTADO INTERGERACIONAL DE JUVENTUDE E ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL
Alexandre Isquierdo Moreira

SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER
Heloisa Helena de Alencar Aguiar

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
Douglas Ruas dos Santos

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
Gutemberg de Paula Fonseca

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Victor Cesar Carvalho dos Santos

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Renan Miguel Saad

GOVERNO DO ESTADO
www.rj.gov.br

SUMÁRIO

Atos do Poder Legislativo ....

Atos do Poder Executivo ....

Gabinete do Governador 1
Governadoria do Estado ....
Gabinete do Vice-Governador ....
Vice-Governadoria do Estado ....

ÓRGÃOS DA CHEFIA DO PODER EXECUTIVO (Secretarias de Estado)

Casa Civil ....
Gabinete do Governador ....
Governo ....
Planejamento e Gestão ....
Fazenda ....
Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços ....
Polícia Militar ....
Polícia Civil ....
Administração Penitenciária ....
Defesa Civil ....
Saúde ....
Educação ....
Ciência, Tecnologia e Inovação ....
Transportes e Mobilidade Urbana ....
Ambiente e Sustentabilidade ....
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento ....
Cultura e Economia Criativa ....
Desenvolvimento Social e Direitos Humanos ....
Esporte e Lazer ....
Turismo ....
Controladoria Geral do Estado ....
Gabinete de Segurança Institucional do Governo do Estado do Rio de Janeiro ....
Trabalho e Renda ....
Extraordinária de Representação do Governo em Brasília ....
Transformação Digital ....
Infraestrutura e Obras Públicas ....
Energia e Economia do Mar ....
Habitação de Interesse Social ....
Intergeracional de Juventude e Envelhecimento Saudável ....
Mulher ....
Cidades ....
Defesa do Consumidor ....
Segurança Pública ....
Procuradoria Geral do Estado ....

AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATO ....

REPARTIÇÕES FEDERAIS ....

GABINETE DO GOVERNADOR

ATOS DO GOVERNADOR
DECRETO DE 05 DE MARÇO DE 2024

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS do Decreto de 01/01/2023, publicado no D.O. 01/01/2023, que designou o Vice-Governador **THIAGO PAMPOLHA GONÇALVES**, ID Funcional nº 5086923-0, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pelo expediente da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Processo nº SEI-150001/002883/2024.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2024

CLÁUDIO CASTRO
Governador

DECRETO DE 05 DE MARÇO DE 2024

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

RESOLVE:

EXONERAR BERNARDO CHIM ROSSI, ID Funcioonal nº 5036230-5, do cargo de Secretário de Estado, símbolo SE, da Secretaria de Estado de Governo. Processo nº SEI-150001/002883/2024.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2024

CLÁUDIO CASTRO
Governador

DECRETO DE 05 DE MARÇO DE 2024

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

RESOLVE:

NOMEAR BERNARDO CHIM ROSSI, ID Funcioonal nº 5036230-5, para exercer o cargo de Secretário de Estado, símbolo SE, da Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade. Processo nº SEI-150001/002883/2024.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2024

CLÁUDIO CASTRO
Governador

DECRETO DE 05 DE MARÇO DE 2024

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

RESOLVE:

EXONERAR ANDRE LUIS DANTAS FERREIRA, ID Funcional nº 5102952-9, do cargo de Secretário Extraordinário, símbolo SE, da Secretaria Extraordinária de Representação do Governo em Brasília. Processo nº SEI-150001/002883/2024.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2024

CLÁUDIO CASTRO
Governador

DECRETO DE 05 DE MARÇO DE 2024

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

RESOLVE:

NOMEAR ANDRE LUIS DANTAS FERREIRA, ID Funcional nº 5102952-9, para exercer o cargo de Secretário de Estado, símbolo SE, da Secretaria de Estado de Governo. Processo nº SEI-150001/002883/2024.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2024

CLÁUDIO CASTRO
Governador

DECRETO DE 05 DE MARÇO DE 2024

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

RESOLVE:

DESIGNAR o Secretário de Estado **ANDRE LUIS DANTAS FERREIRA**, ID Funcional nº 5102952-9, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pelo expediente da Secretaria Extraordinária de Representação do Governo em Brasília. Processo nº SEI-150001/002883/2024.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2024

CLÁUDIO CASTRO
Governador

Id: 2550336



Imprensa Oficial DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Terça-feira, 05 de Março de 2024 às 11:23:56 -0300.

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Documento id. 01882131

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 62/2020 - MPRJ 202000174156

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. Defiro o pedido de dilação de prazo do ofício de index 01865678 por mais 60 (sessenta) dias, **oficie-se** em resposta;

2. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 05 de abril de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 05-04-2024 18:39

Ofício nº 886/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01883727
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Assunto: PA 62/2020 - MPRJ 2020.00174156
Destinatário: SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
E-mail: ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar a Vossa Excelência a existência do procedimento em epígrafe, o qual visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos . 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859- 39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV).

No uso das atribuições que lhe conferem o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, “b”, da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, acusando o recebimento do Of.SEAS/OUVI Nº45, deferir o pedido de dilação de prazo para resposta ao Ofício nº 2693/2023-2PJTCOITB por mais 60 (sessenta) dias.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 08-04-2024 11:52

Itaboraí, 08 de abril de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Documento id. 01893217

Documento enviado em 09 de abril de 2024:
Ofício 886/2024-2PJTCOITB

INTERNO

Via E-mail

Itaboraí, 11 de abril de 2024

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787

Solicita Ata de Reunião realizada em 09/08/2023

ouvidoria .seas <ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br>

Seg, 15/04/2024 10:50

Para:2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>

Prezados,

Sirvo-me do presente para solicitar gentilmente, o envio da Ata de Reunião realizada no dia reunião 09 de agosto de 2023 com os representantes da SEAS, deferida através do Ofício nº 1193/2023-2PJTCOITB Documento id. 00757369 Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11 Assunto: PA 62/2020 - MPRJ 202000174156.

Atenciosamente,
SEAS/Ouvidoria

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Gabinete do Secretário

Of.SEAS/OUVI Nº52 Rio de Janeiro, 16 de abril de 2024

Ilmo. Sr. Promotor

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil

Referência: Recomendação nº 001/2024-2PJTCOITB - PA 62/2020 - MPRJ 202000174156 e PA 207/2019 - MPRJ 2019.00978605

Excelentíssimo Promotor de Justiça,

Com os cumprimentos de estilo e, em atenção à solicitação exposta no ofício em epígrafe, informo que estamos providenciando, junto aos órgãos específicos desta Secretaria, elementos para instruir a resposta a ser encaminhada a esse Ministério Público.

No entanto, considerando a grande quantidade de demandas desta Secretaria de Estado e os esforços envidados no sentido de harmonizar as atribuições institucionais com o atendimento tempestivo às requisições formuladas por esse i. *Parquet,* solicitamos a prorrogação do prazo para resposta, concedido inicialmente pelo Ministério Público Estadual, por mais 60 (sessenta) dias.

Diante do exposto, sem mais no momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Beatriz Cárdenas

SEAS/Ouvidoria

ID 51095564

Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Cardenas dos Santos**, **Assistente II**, em 16/04/2024, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **72324491** e o código CRC **CF2BC7E5**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070001/000319/2024 SEI nº 72324491

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Documento id. 01944358

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 62/2020 - MPRJ 202000174156

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. Defiro o pedido de dilação de prazo do ofício de index 01942230 por mais 60 (sessenta) dias, **oficie-se** em resposta;

2. **Defiro** o pedido de cópia Ata de Reunião realizada no dia reunião 09 de agosto de 2023 (index 01932983) do PA 62/2020 - MPRJ 202000174156, com as cautelas de estilo;

3. Não incidirá a cobrança pelo fornecimento de cópias digitais de documentos, processos ou procedimentos quando eles já estiverem em suporte digital e quando a entrega do material solicitado puder ser realizada por correio eletrônico ou por mera gravação no dispositivo de armazenamento disponibilizado pelo solicitante, conforme art. 5º, § 3º da Resolução GPGJ nº 2365/2020. **Proceda-se** a entrega virtual de cópia Ata de Reunião realizada no dia reunião 09 de agosto de 2023 do PA 62/2020 - MPRJ 202000174156 digitalizado, conforme solicitado.

4. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 16-04-2024 14:16

Itaboraí, 16 de abril de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

RE: Solicita Ata de Reunião realizada em 09/08/2023

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>

Ter, 16/04/2024 14:55

Para:ouvidoria .seas <ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br>

1 anexos (2 MB)

00828998 - Ata_Memória.pdf;

Prezados, boa tarde,

Em resposta ao email anterior, informo que não incidirá a cobrança pelo fornecimento de cópias digitais de documentos, processos ou procedimentos quando eles já estiverem em suporte digital e quando a entrega do material solicitado puder ser realizada por correio eletrônico ou por mera gravação no dispositivo de armazenamento disponibilizado pelo solicitante, conforme art. 5º, § 3º da Resolução GPGJ nº 2365/2020.

Assim sendo, segue em anexo cópia da ata de reunião ocorrida em 09/08/2023.

Favor acusar o recebimento.

Atenciosamente,

Thaís Vieira dos Santos
Técnico Administrativo
Matr. 7787

2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*

De: ouvidoria .seas <ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br>
Enviado: segunda-feira, 15 de abril de 2024 10:50
Para: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Assunto: Solicita Ata de Reunião realizada em 09/08/2023

Prezados,

Sirvo-me do presente para solicitar gentilmente, o envio da Ata de Reunião realizada no dia reunião 09 de agosto de 2023 com os representantes da SEAS, deferida através do Ofício nº 1193/2023-2PJTCOITB Documento id. 00757369 Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11 Assunto: PA 62/2020 - MPRJ 202000174156.

Atenciosamente,
SEAS/Ouvidoria

Ofício nº 1047/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01945178
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Assunto: PA 62/2020 - MPRJ 2020.00174156
Destinatário: Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
E-mail: ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar a Vossa Excelência a existência do procedimento em epígrafe, o qual visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos . 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859- 39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima , obrigou -se a “ (...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade ”. [1]

Outrossim, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, “b”, da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, acusando o recebimento do Of.SEAS/OUVI Nº52, deferir o pedido de dilação de prazo para resposta à Recomendação nº 001/2024-2PJTCOITB por mais**

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 16-04-2024 15:19

60 (sessenta) dias.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

[1] https://www.mprj.mp.br/web/portal-rap/projetos/tac-comperj

Itaboraí, 16 de abril de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Documento id. 01949392

Documento enviado em 16 de abril de 2024:
Ofício 1047/2024-2PJTCOITB

INTERNO

Via email.

Itaboraí, 16 de abril de 2024

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXE Nº521 Rio de Janeiro, 20 de maio de 2024

Ilmo. Sr. Promotor

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil

Referência: Ofício nº 194/2024-2PJTCOITB - PA 62/2020 - MPRJ 2020.00174156.

Excelentíssimo Promotor de Justiça,

Com os cumprimentos de estilo e, em atendimento à solicitação exposta no ofício em epígrafe, sirvo-me do presente para encaminhar ao conhecimento do i. *Parquet* a manifestação elaborada pela SEAS/SUBINFRA - Subsecretaria de Infraestrutura Ambiental.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Anexos: I - Despacho de encaminhamento SEAS/SUBINFRA (SEI nº 74936748).

Atenciosamente,

FELIPE CRUZICK
Subsecretário Executivo
Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade
Id. Funcional n.º 5140032-4

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Felipe Quadrio Cruzick**, **Subsecretário**, em 21/05/2024, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **74985544** e o código CRC **AB8722EF**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070026/001462/2020 SEI nº 74985544

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria de Infraestrutura Ambiental

À SUBEXE,
Com vistas à Ouvidoria

Trata-se o presente processo do Ofício nº 194/2024-2PJTCOITB (67747083) da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí solicita que promova a complementação das informações referentes ao Termo de Referência, conforme sugerido pelo órgão técnico, nos termos da Informação Técnica nº 1409/2023 (71352083).

Em atenção à solicitação mencionada (71258950), esta Subsecretaria vem apresentar as informações que se seguem.

Conforme informado na referida Informação Técnica, fora identificado pelo Ministério Público Estadual um desalinhamento temporal entre o edital para contratação da auditoria e a assinatura dos Termos de Ajustamento de Conduta, resultando em um descompasso com os prazos inicialmente estabelecidos.

Durante o período subsequente, a 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, ao analisar documentos que atestavam o cumprimento de certas cláusulas dos TACs, solicitava, sempre que possível e viável, análises técnicas pelo Grupo de Apoio Técnico Especializado (GATE). Essas análises contribuíram para o arquivamento de determinados procedimentos administrativos.

Após acurada análise da Informação Técnica nº 1409/2023, elaborada pelo Grupo de Apoio Técnico Especializado (GATE) do *Parquet*, vislumbrou-se a necessidade de revisitar determinados aspectos do Contrato nº 001/2023, cujo objeto consubstancia-se na realização de Auditoria Externa Independente atinente aos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) I e II firmados para o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), temática essa que suscita questões meritórias de aprofundada apreciação.

A documentação escrutinada pela Equipe Técnica, em cotejo com os dados fornecidos pela 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo de Itaboraí, evidenciou aspectos relevantes no Termo de Referência para a auditoria dos TACs do COMPERJ, tais como a consideração de obrigações pretéritas adimplidas e a não observância de avaliações prévias realizadas tanto pelo GATE quanto pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Outrossim, identificaram-se elementos na proposta orçamentária que poderiam ensejar uma readequação.

A necessidade de redução do escopo contratual, nos termos propostos e identificados, poderia propiciar uma maior competitividade em futuro certame licitatório, permitindo uma mais efetiva aderência ao princípio da ampla competitividade, verdadeiro pilar norteador dos processos licitatórios, cujo desiderato consiste em assegurar a todos os licitantes condições isonômicas de concorrência, sem quaisquer formas de favorecimento ou concessão de vantagens indevidas, fomentando um ambiente de concorrência leal e transparente, a impedir atuações que possam macular a isonomia entre os participantes.

Diante deste cenário, a rescisão contratual se delineou como alternativa para o realinhamento das diretrizes processuais, nos planos financeiro e operacional, à luz das contingências atuais e dos comandos legais vigentes.

Nesta toada, ante análise circunstanciada do contexto econômico-contratual, e com o desiderato de garantir a observância dos princípios reitores da Administração Pública, esta Secretaria de Estado deliberou pela rescisão unilateral do contrato em apreço, conforme o trâmite que vem sendo realizado no âmbito do processo SEI-070026/000410/2021.

Estevão Mendonça Pinto
Superintendente
Id. 5107090-1

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2024

Documento assinado eletronicamente por **Estevão Mendonça Pinto**, **Superintendente**, em 20/05/2024, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **74936748** e o código CRC **FF1B2504**.

Referência: Processo nº SEI-070026/001462/2020 SEI nº 74936748

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

Criado por camilammr, versão 2 por camilammr em 20/05/2024 12:21:35.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Gabinete do Secretário

Of.SEAS/OUVI Nº72 Rio de Janeiro, 27 de maio de 2024

Ilmo. Sr. Promotor

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil

Referência: Ofício nº 2693/2023-2PJTCOITB - PA 62/2020 - MPRJ 202000174156 e PA 207/2019 - MPRJ 201900978605

Excelentíssimo Promotor de Justiça,

Com os cumprimentos de estilo e, em atenção à solicitação exposta no ofício em epígrafe, informamos que estamos providenciando, junto aos órgãos específicos desta Secretaria, elementos para instruir a resposta a ser encaminhada a esse Ministério Público.

Ressaltamos que com a recente mudança do gestor da pasta, as eventuais alternâncias de servidores responsáveis pelo atendimento às questões pertinentes ao Tac Comperj e também à complexidade que envolve a solicitação exposta no ofício acima referenciado, informamos que os atuais gestores em conjunto com o Instituto Estadual do Ambiente estão empenhando-se para atendimento ao solicitado na maior brevidade possível.

No entanto, considerando a grande quantidade de demandas desta Secretaria de Estado e os esforços envidados no sentido de harmonizar as atribuições institucionais com o atendimento tempestivo às requisições formuladas por esse i. *Parquet,* solicitamos a prorrogação do prazo para resposta, concedido inicialmente pelo Ministério Público Estadual, por mais 60 (sessenta) dias.

Diante do exposto, sem mais no momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Beatriz Cárdenas

SEAS/Ouvidoria

ID 51095564

Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Cardenas dos Santos**, **Assistente II**, em 27/05/2024, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **75491523** e o código CRC **E38522D9**.

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea